



A GRANDE GUERRA (1914-1918): PROBLEMÁTICAS E REPRESENTAÇÕES

GASPAR MARTINS PEREIRA
JORGE FERNANDES ALVES
LUÍS ALBERTO ALVES
MARIA CONCEIÇÃO MEIRELES



CITCEM

CENTRO DE INVESTIGAÇÃO E FORMAÇÃO EM
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA

A GRANDE GUERRA (1914-1918):

PROBLEMÁTICAS E REPRESENTAÇÕES

COORD.

GASPAR MARTINS PEREIRA

JORGE FERNANDES ALVES

LUÍS ALBERTO ALVES

MARIA CONCEIÇÃO MEIRELES



CITCEM

CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA

FICHA TÉCNICA

Título: A Grande Guerra(1914-1918): Problemáticas e Representações

Coordenação: Gaspar Martins Pereira; Jorge Fernandes Alves; Luís Alberto Alves; Maria Conceição Meireles

Autores: Adília Fernandes; Ana Isabel Boura; Ana Rita Mira Roque; Ana Sofia Veiga Peniche; Aurora Botão Rego; Beatriz de las Heras Herrero; Elsa Pereira; Francisco Miguel Araújo; Fátima Loureiro de Matos; Helena Lima; Henrique Rodrigues; Isilda Braga da Costa Monteiro; J. A. Gonçalves Guimarães; Joana Miguel da Costa Moreira; Jorge Fernandes Alves; Jorge Pedro Sousa; João Figueira; João Freire; Luís Alberto Marques Alves; Margarida Portela; Maria da Conceição Meireles Pereira; Maria Otilia Pereira Lage; Miguel Castro Brandão; Ricardo Pereira; Vanessa Batista

Edição: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória»

Design gráfico: Helena Lobo www.hldesign.pt

ISBN: 978-989-8351-34-0

Depósito Legal: 395221/15

Paginação, impressão e acabamento: Sersilito-Empresa Gráfica, Lda. www.sersilito.pt

Porto

Este trabalho é financiado por Fundos Nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia no âmbito do projecto PEst-OE/HIS/UI4059/2014.

SUMÁRIO

NOTA DE ABERTURA.....	7
Moçambique: perante a hipótese de um ataque alemão em 1914-1915..... <i>João Freire</i>	9
A Atividade Marítima Alemã durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) na costa Portuguesa <i>Miguel Castro Brandão</i>	27
O Governo de José Relvas: uma tentativa de equilíbrios no pós-guerra (Janeiro de 1919 – Março de 1919) <i>Vanessa Batista</i>	57
Jorge Monjardino: experiências de modernidade médica durante a Primeira Guerra Mundial <i>Margarida Portela</i>	67
No rescaldo da Grande Guerra – a atribuição de pensões de sangue: aspectos sociais e económico-financeiros <i>João Figueira</i>	83
Impressões jornalísticas sobre o Porto na Grande Guerra..... <i>Francisco Miguel Araújo</i>	105
Representações da Batalha do Lys na Imprensa – <i>Diário de Notícias</i> e <i>O Século</i> .. <i>Ana Rita Mira Roque</i>	125
O bilhete-postal na Primeira Guerra Mundial, uma fonte a explorar <i>Henrique Rodrigues</i>	143
A I Guerra Mundial nos palcos de teatro portuenses (1914-1918) <i>Joana Miguel da Costa Moreira</i>	167
A Agência do Porto da Liga dos Combatentes da Grande Guerra: génese e enquadramento <i>Isilda Braga da Costa Monteiro / Maria da Conceição Meireles Pereira</i>	183

A Malta das Trincheiras – entre a vivência, a memória e a história	197
<i>Luís Alberto Marques Alves</i>	
Ecoss da Grande Guerra nas obras de João Penha	215
<i>Elsa Pereira</i>	
Premonição da catástrofe: figurações apocalípticas em <i>Weltende</i> (<i>Fim do Mundo</i>) de Jakob van Hoddis e <i>Die Dämmerung</i> (<i>O Crepúsculo</i>) de Alfred Lichtenstein.....	225
<i>Ana Isabel Boura</i>	
Vila Nova de Gaia e a 1.ª Grande Guerra.....	233
<i>J. A. Gonçalves Guimarães</i>	
O futebol portuense durante a Primeira Guerra Mundial.....	243
<i>Ricardo Pereira</i>	
A Junta Patriótica do Norte (1916-1918): ação e assistência às vítimas de guerra	257
<i>Ana Sofia Veiga Peniche</i>	
Comunicação visual e sanitarismo entre as duas grandes guerras – Os cartazes da Liga de Profilaxia Social (Porto – Portugal).....	271
<i>Beatriz de las Heras Herrero / Jorge Fernandes Alves</i>	
A Ilustração Portuguesa e cobertura da Primeira Guerra Mundial (1914-1918): Imagens da guerra em contextos de censura e propaganda.	283
<i>Helena Lima / Jorge Pedro Sousa</i>	
A Grande Guerra (1914-1918) na imprensa regional. O caso do distrito de Bragança.....	299
<i>Adília Fernandes</i>	
Vivências e memórias da I Guerra Mundial: o Capitão Lage. Biografia e História	309
<i>Maria Otilia Pereira Lage</i>	
Quando a pneumónica se abateu sobre a população do concelho de Caminha. Uma aproximação ao seu impacto	331
<i>Aurora Botão Rego</i>	
Da implantação da República à Primeira Guerra: as primeiras tentativas de resolução do problema habitacional das classes operárias.....	369
<i>Fátima Loureiro de Matos</i>	

NOTA DE ABERTURA

- *Qual é a principal lição da guerra para si, para a França e para o mundo?*
- *A história repete-se. Os homens deveriam impedir que isso acontecesse. A paz consegue-se com os batalhões maiores! A paz é obra da potência mais forte! [...]*
- *Uma conferência de paz não muda nada! – exclamou Clemenceau. – As alianças internacionais não acabam com as rivalidades internacionais [...].*

(Entrevista de George Sylvester Viereck a Georges Clemenceau. *Liberty*, 07.07.1928)

A comemoração do centenário da I.^a Guerra Mundial, um dos acontecimentos que marcou mais profundamente a história contemporânea, tem-nos permitido aceder a novas problematizações historiográficas, novos enfoques conceptuais, disponibilização de fontes e documentos até aqui na sombra dos Arquivos (pessoais ou institucionais) mas também rever um conjunto de autores que, sendo protagonistas, registaram a sua passagem em apontamentos depois vertidos para a escrita.

Cruzando vivências, memórias, representações literárias ou simplesmente relatos, mais ou menos anedóticos da passagem pelos palcos da Guerra, o encontro promovido pelo CITCEM e pelo Mestrado de História Contemporânea da Faculdade de Letras da Universidade do Porto procurou dar conta de algumas produções escritas sobre o acontecimento, à luz de quem o viveu, relatou ou romanceou, de trabalhos de investigação de autores já consagrados e de novas pistas de interpretação de acontecimentos por vezes marginalizados. Acima de tudo, de acordo com os objectivos do encontro, pretendeu-se dar espaço a primeiras investigações de estudantes que têm privilegiado este período de estudo, ou simplesmente reflexões sobre últimas publicações nacionais e estrangeiras.

A resposta pronta, diversificada e qualificada, quantitativamente muito representativa, por parte dos que responderam à «chamada» corporizou-se num encontro com mais de 25 comunicações distribuídas por dois dias, e que contou com uma presença muito significativa de público, estudantes, investigadores ou simples interessados

na temática, preenchendo com grande qualidade o tempo que foi destinado a cada intervenção e aos debates.

A qualidade dos trabalhos, a generosidade dos palestrantes e o interesse do público levou-nos a tudo fazer para transportar para este livro o resultado do grande investimento realizado por todos os participantes. Tal como afirmámos logo na entrada do Colóquio, devíamos a todos este esforço de publicação dos textos das comunicações apresentadas ao encontro que nos fossem, entretanto, remetidas. O livro que agora se publica pretende cumprir esse objectivo, ficando para «memória futura» dos dois dias em que partilhámos ideias e resultados de investigações realizadas, num dos diversos encontros que se foram corporizando ao longo deste ano, a que, certamente, outros se seguirão, pelo menos até 2018, aproveitando o pretexto das Comemorações do centenário da Grande Guerra.

O CITCEM e a Direção do Mestrado de História Contemporânea da FLUP agradecem a Direção da FLUP e à Reitoria da UP o apoio logístico e financeiro para tornar possível o Encontro e a publicação que damos agora à estampa.

A Comissão Organizadora
Gaspar Martins Pereira
Jorge Fernandes Alves
Luís Alberto Alves
Maria Conceição Meireles

MOÇAMBIQUE: PERANTE A HIPÓTESE DE UM ATAQUE ALEMÃO EM 1914-1915

JOÃO FREIRE

Quando se iniciam as hostilidades na Europa, e portanto também em torno das possessões coloniais da Alemanha, um diferendo diplomático continuava opondo os governos de Lisboa e Berlim: o «triângulo de Kionga», um pequeno território na margem direita do Rovuma, junto à embocadura deste rio, que os alemães mantinham sob o seu controlo, na sequência do conflito que Portugal tivera com o sultanato de Zanzibar e que só parcialmente fora resolvido com a acção militar naval de 1887 sobre a baía de Tunguè (depois designada por Palma) e as negociações que a rodearam, a que se seguiu uma ousadia dos alemães em 1894.

O resto da fronteira norte da província de Moçambique face ao Tanganica (*Deutsch Ost Afrika*)¹, de cerca de 700 quilómetros de extensão, estava já definido de comum acordo entre portugueses e alemães, e em resultado dos trabalhos de campo da comissão mista de delimitação de fronteiras². Consistia essa fronteira, como era então frequente, no obstáculo natural do rio Rovuma, que corre aproximadamente no sentido ocidente-oriental e, a partir da confluência com o rio M'singe (inteiramente moçambicano), em uma linha recta seguindo o paralelo 11.º 30' Sul até à margem no lago Niassa.

Comecemos então por esclarecer qual era o contexto bélico criado no Verão de 1914 na colónia alemã contígua a Moçambique e os desenvolvimentos que aí ocorreram até 1916.

¹ África Oriental Alemã, hoje, Tanzânia.

² Ver o interessante texto do então capitão-tenente engenheiro hidrógrafo Augusto Eduardo Neuparth «A fronteira luso-alemã em Moçambique», *Revista Portuguesa Colonial e Marítima*, 1.º e 2.º sem. 1908-1909, p. 27-36, 61-79, 103-113, 133-150, 181-191 e 8-20. O autor comandou a missão de campo portuguesa que em 1907 procedeu à demarcação da fronteira juntamente com uma idêntica missão alemã chefiada pelo capitão Schloback, desde a confluência do M'singe com o Rovuma até ao lago Niassa.

QUADRO GERAL DA SITUAÇÃO MILITAR NESTE TEATRO DE OPERAÇÕES

As operações que deram fama de chefe militar invencível ao tenente-coronel von Lettow-Vorbeck só começaram em Março de 1916, curiosamente a altura da entrada oficial de Portugal na guerra contra a Alemanha, que logo em Abril registou movimentos ofensivos das tropas portuguesas no norte de Moçambique. Mas, até lá, vale a pena dar conta do que de essencial se passou no território da África Oriental Alemã.

A 8 de Agosto de 1914 a artilharia naval inglesa cala a estação de rádio de Dar-es-Salam mas, em resposta, logo no dia 15, as *Schütztruppen* tomam a povoação fronteiriça inglesa de Naveta, junto ao Kilimanjaro, por onde passa o comboio que liga o porto de Mombaça a Nairobi e ao lago Vitória, o corredor económico do Quénia, que virá a ser um importante teatro de operações militares terrestres entre Abril de 1915 e Maio de 1916, período durante o qual os alemães efectuaram 48 raids e destruíram diversos comboios. Mas outras iniciativas germânicas haviam colocado de imediato os seus vizinhos a ocidente na defensiva: a 22 de Agosto de 1914, ataque de uma sua canhoneira a um navio belga no lago Tanganica; e a 24 de Setembro, tomada da ilha Kwijwi, dos belgas, no lago Kivu. A 2 de Novembro os ingleses tentam desajeitadamente um desembarque em força de tropas vindas da Índia no porto de Tanga, que se salda por um fracasso e deixa nas mãos de Lettow armas, munições e abastecimentos, e o prestígio de uma grande vitória militar. E, a 19 de Janeiro de 1915, as tropas inglesas sofrem nova humilhante derrota na cidade costeira (e fronteiriça) de Jasin, que tinham acabado de ocupar.

Mas o ano de 1915 passou-se sem a «vitória decisiva» que Lettow procurava. No sudoeste da colónia, um destacamento das *Schütztruppen* tentou forçar a fronteira da Rodésia do Norte perto de Abercorn em Junho, sem o conseguir; e em Dezembro Lettow planeou uma ofensiva sobre Mombaça, que não foi além dos montes Kasigao. De facto, com o ano de 1916 chegava também a grande ofensiva das tropas anglo-sul-africanas, pressionando de norte para sul, a partir da fronteira do Quénia. Tendo vencido os alemães do Sudoeste Africano no Verão anterior, os aliados podiam agora concentrar grande volume de tropas no teatro do Tanganica – cerca de 45.000 homens, sob o comando-em-chefe do general sul-africano Smuts – contando também em breve com a participação dos portugueses e com as forças do Congo Belga do general Tombeur, que já se haviam desembaraçado dos alemães dos Camarões³.

Mas a história subsequente não cabe aqui ser contada e já foi diversas vezes relatada e analisada. Lembremos apenas que a mobilidade e a surpresa da acção das

³ A notícia já corre na imprensa portuguesa nesse Outono (*O Mundo*, 31.Out.1914). Sobre esta campanha, ver MONIZ (2007).

tropas alemãs sempre levaram a melhor sobre os seus adversários; que nunca, até finais de 1917, a fronteira de Moçambique constituiu um objectivo militar importante para Lettow, e que as pequenas acções ocorridas foram apenas para manter incerteza nessa linha, responder a incursões lusas ou para testar o nosso dispositivo; que as ofensivas portuguesas além Rovuma a partir de Abril de 1916 foram mal planeadas e mal executadas e se saldaram por evidentes e desmoralizadores fracassos; e que a entrada em força de Lettow-Vorbeck em solo moçambicano em Novembro de 1917 corporizou uma retirada estratégica ganhadora, surpreendendo os portugueses e apossando-se de armas e munições que lhes permitiram deambular impunes pelo norte da colónia durante quase um ano, vencendo todos os combates que tiveram de travar contra portugueses e ingleses, de resto sempre mal coordenados entre si.

O RELATÓRIO DE MASSANO DE AMORIM

Conhecidos os interesses alemães pelos territórios portugueses do norte de Moçambique, então administrados pela Companhia do Niassa por virtude do decreto de concessão de 1891 mas só efectivado no terreno em 1894⁴, decidiu o governo de Lisboa tomar medidas militares imediatas, despachando logo em Setembro de 1914 uma primeira expedição comandada pelo tenente-coronel Pedro Francisco Massano de Amorim (mas promovido a coronel logo em Dezembro desse ano), simultânea com a enviada para o sul de Angola sob o comando de Roçadas, com idênticos fins.

Massano de Amorim era um culto e experiente oficial de África⁵. O Relatório do comando desta missão⁶, que aqui nos serve de fonte principal, foi já explorado por Arrifes (2004) e outros. Porém, dada a credibilidade do seu autor, pode ser lido

⁴ Sobre o combate ao tráfico de escravos e a imposição de soberania portuguesa no norte de Moçambique, incluindo a ocupação dos territórios de Cabo Delgado e das margens do lago Niassa e a acção da Companhia do Niassa, ver FREIRE (2013).

⁵ Sobre o seu trabalho de levantamento etnográfico dos povos do Angoche, ver FREIRE, (2009: 159 sg.).

⁶ AMORIM, (Coronel) Pedro Francisco Massano de (1915), *Relatório [da] Expedição ao Nyassa em 1914-1915*, (Dactilografado), 219 p. – AHM, 2.^a Div., 7.^a Sec., Cx. 52, N.º 61. O Relatório está estruturado em 27 capítulos não numerados: [Cap. I] – Causas que determinaram o Governo a mandar um destacamento expedicionário a Moçambique. [II] – Organização do Destacamento Expedicionário a Moçambique. [III] – Carregamento do navio e embarque das tropas. [IV] – De Lisboa a Porto Amélia – A viagem. [V] – Instalações das tropas do Destacamento Expedicionário a Moçambique em Porto Amélia. [VI] – Execução dos serviços no acampamento de Porto Amélia. [VII] – Instruções e orientação do Governo da Metrópole. [VIII] – Procedimento havido (Manter a neutralidade enquanto outra não fosse a orientação do Governo, e impedir uma invasão pela fronteira norte da província. Foi esta a missão de que fui encarregado. Vejamos qual foi o meu procedimento para cumprir esta missão). [IX] – O que me vejo obrigado a fazer para melhorar as más condições criadas pela má administração dos territórios [da Companhia do Niassa]. [X] – Reconhecimentos – Informações sobre os territórios do Nyassa. [XI] – Vigilância da Fronteira. [XII] – Estradas e pontes. [XIII] – Linhas telegráficas. [XIV]

e interpretado ainda mais em profundidade, pois fornece alguns bons elementos de informação para uma análise, não apenas das condições em que aquela tropa foi lançada no terreno e da maneira como se comportou – julgada pela generalidade dos historiadores como de forma medíocre –, mas talvez sobretudo das indecisões, equívocos, alijar de responsabilidades e mesmo insídias pessoais que terão marcado as instruções, informações e decisões tomadas pelos principais responsáveis envolvidos nesta operação. E eles foram diversos, devido a uma complicada «cadeia de comando», com múltiplas dependências e interferências políticas, militares e profissionais.

Quando se inicia a guerra na Europa não existiam tropas do Exército português nos distritos de Cabo Delgado e do Niassa que compunham a fronteira com o Tanganica e constituíam precisamente os territórios da Companhia do Niassa, a quem o governo de Lisboa concedera poderes majestáticos de administração. Apenas existia um Corpo de Polícia Militar (inicialmente com cerca de 200 homens), da responsabilidade desta, mas ainda em 1912 uma sua coluna de operações tinha submetido o chefe Mataka na região de Muembe. A população seria em 1914 da ordem dos 508 mil habitantes.

A 24 de Agosto de 1914, o posto militar fronteiriço de Maziúá, no Rovuma, sensivelmente a meio-caminho entre Negomano e Mitomoni e a uns 400 quilómetros da costa à *vol d'oiseau*, foi atacado de surpresa pelos alemães, saqueado e incendiado. É controversa a atribuição da responsabilidade do incidente. Escreve um historiador português actual: «Não é claro ainda hoje a quem pertence a culpa deste incidente, mas é evidente que o comando militar alemão, empenhado numa ofensiva no Quênia, a última coisa que queria era provocar os portugueses a sul» (Fraga, 2010: 148). Em todo o caso, tratou-se de uma acção isolada, pois não há registo historiográfico de mais alguma acção militar na fronteira, por iniciativa de qualquer das partes, até à declaração de guerra em Março de 1916, o que – com o conhecimento que temos, *a posteriori*, do desenrolar das operações no norte do Tanganica – prova que os receios de uma invasão alemã a Moçambique eram então totalmente infundados.

De resto, os objectivos militares fixados pelo governo de Lisboa ao comandante desta 1.^a Expedição eram bem mais genéricos e acompanhados de considerações, cenários e alternativas bastante flexíveis, a precisar e especificar consoante o evoluir dos acontecimentos e as condições no terreno. Eis as quatro alíneas iniciais das «Instruções» recebidas na véspera da partida que definiam a missão da Expedição, num documento que constitui uma espécie de «carta de comando» para o seu responsável, porém quase todo ele de natureza administrativa:

Macondes. [XV] – Informações a respeito dos alemães. [XVI] – Informações recebidas em Dezembro (e até Nov. 1915, mês a mês).

O Governo, ao determinar a organização da Expedição a Moçambique teve por fim reforçar a guarnição daquela Província na previsão de vir a haver necessidade de defender os seus territórios:

- a) Contra possíveis invasões por parte dos alemães da colónia ao norte de Moçambique;
- b) Para reduzir à soberania portuguesa gentio hoje submetido mas que a notícia da possível ‘guerra de brancos’ em colónias limítrofes levasse à rebelião, fosse por motu próprio, fosse obedecendo a sugestões estranhas;
- c) Para eficazmente poder cooperar com forças que, em defesa de colónias da nação aliada [i.e. a Inglaterra] houvesse a empregar, caso se viesse a dar o pedido dessa cooperação;
- d) Para impedir que o território da Província viesse a ser teatro de lutas entre beligerantes, se assim viesse a convir aos interesses portugueses e enquanto aos mesmos interesses, conjugados ou não com os da nação nossa aliada, não conviesse a nossa declaração de beligerantes também.

A EXPEDIÇÃO DE 1914

A composição das forças desta 1.^a Expedição a Moçambique, tendo em vista o cumprimento da sua missão e os recursos disponíveis, foi ajustada em Lisboa entre o Estado-Maior do Exército, a Repartição Militar do Ministério das Colónias e Massano de Amorim no curtíssimo espaço de poucas semanas e ficou publicada num decreto de 18 de Agosto. Compunha-se de um Quartel-General; um Batalhão de Infantaria (num total de 1.039 homens), uma Bateria de Artilharia de Montanha (com 221 homens; 22 cavalos e 82 muares) e um Esquadrão de Cavalaria (num total de 189 homens; e 169 cavalos) como forças combatentes; e Serviços consistentes em pequenas secções de Engenharia (15 homens), Saúde (com apenas 2 médicos e 2 enfermeiros), Administração Militar (26 homens), Depósito de Material de Guerra e um Parque de Viaturas (*Fiat*, com 10 condutores e 1 mecânico), num total de 1.533 homens, aos quais foi ainda acrescentado mais algum pessoal de sapadores-mineiros, de telegrafistas e de Administração Militar.

A viagem decorreu sem novidade, a bordo do paquete inglês fretado *Durham Castle* e do *Moçambique*, da Empresa Nacional de Navegação, tendo ambos largado de Lisboa a 11 de Setembro, no meio de grande exaltação patriótica e afluência popular. O *Durham Castle* foi escoltado até Porto Amélia pelo cruzador *Almirante Reis*, tendo escalado Cabo Verde, Luanda, Cabo e Lourenço Marques, onde chegaram a 16 de Outubro. Aqui efectuaram-se transbordos de pessoal e carregamentos dos vapores locais *Manica* e *Luabo*, e do *Moçambique*, que só trazia carga.

Em Porto Amélia (anterior e actual Pemba⁷), onde a Expedição chegou a 1 de Novembro, nada estava preparado para receber um destacamento desta envergadura.

⁷ Não confundir com a ilha de Pemba, vizinha da de Zanzibar.

Ademais, o recente ciclone de Abril de 1914 havia provocado grandes destruições na povoação. Um hospital, uma pequena escola e uma ponte-cais em madeira (semi-destruída pelo temporal), eram quase os únicos sinais da presença colonial, para além dos edifícios administrativos e de algumas residências de europeus. O resto era uma sanzala plantada sobre as areias da praia. Assim, um tempo considerável foi gasto inicialmente a desembarcar, parquear os materiais, levantar bivaques e construir um grande campo de estacionamento militar.

Porém, a presença de 1.500 europeus fez animar a vida económica e social da terra. Segundo o Relatório de Massano, o trabalho dos indígenas era pago pelas autoridades militares a 10 centavos por dia⁸, segundo a tabela da Companhia do Niassa, mas em Porto Amélia no Parque de Carros o salário era a 25 centavos, na Padaria a 18, na Enfermaria a 15 e os maqueiros recebiam 12. Os pagamentos eram individuais e feitos ao Domingo. O horário de trabalho era das 5,30 às 11 horas e das 13 ao pôr-do-sol. Havia facilidade de recrutamento, desde que os habitantes perceberam que recebiam pontualmente e não havia castigos corporais. Mas para carregadores, era mais difícil o recrutamento, por não desejarem o afastamento das suas zonas de residência.

O DISPOSITIVO NO TERRENO E AS INTENÇÕES DO COMANDO

A realização primeira da Expedição foi, pois, a criação da *base logística* de Porto Amélia para esta força e para as que, anualmente, se lhe seguiriam. Assegurar ao pessoal ali concentrado a alimentação diária de carne, pão, leguminosas, água, vinho, etc., devidamente confeccionada e distribuída, e nalguns casos levada a distância graças à movimentação mais rápida das viaturas automóveis, para perto de dois milhares de homens (contando com mobilizados locais), não terá sido tarefa fácil e consumiu certamente boa dose das energias do contingente expedicionário. O estado sanitário, disciplinar e moral dos homens foi provavelmente uma outra preocupação principal do comando, dado que – segundo o próprio Massano lastima – a urgência da mobilização não permitira fazer uma selecção mais cuidada do pessoal (tanto do ponto de vista disciplinar como médico) e a sua instrução específica para actuar naqueles cenários fôra nula. O descuido com as águas ingeridas e nas práticas sexuais ocasionais ou os preconceitos populares contra a toma de quinino (suposto quebrar a virilidade masculina) provocaram altas taxas de baixas médicas e de indisponibilização das forças, ainda por cima com um serviço de saúde muito insuficiente (que Massano reclama em Junho de 1915 seja aumentado com 2 médicos e 12 enfermeiros e dobrada a quantidade dos medicamentos já requisitados).

⁸ 100 réis em moeda antiga.

O segundo tipo de tarefas ordenadas pelo QG da Expedição consistiu na realização de reconhecimentos militares para actualizar a informação útil aos planeadores do estado-maior quando ao emprego militar das forças. O relatório enumera e precisa a realização destes reconhecimentos que forneceram enfim a Massano de Amorim uma panorâmica actualizada do território.

A terceira prioridade que o comando definiu como tarefa para a possibilidade de realizar futuras operações militares de envergadura num tipo de guerra convencional – diferente das até então praticadas pelas colunas de operações para vencer e castigar rebeliões indígenas – foi a da abertura de estradas por onde pudessem transitar comboios de viaturas automóveis (e mais facilmente os carros de tracção animal e as forças apeadas) bem como a montagem de linhas telegráficas (muitas vezes paralelas às primeiras) que permitissem uma rápida comunicação de mensagens e informações urgentes. A rádio-telegrafia (TSF) era então ainda muito incipiente e quase inexistente na região, embora Massano de Amorim tenha pedido para Lisboa em Junho de 1915 que viesse equipamento para instalar um posto em Metangula (na costa do lago Niassa) e outro no término do telégrafo do distrito de Moçambique, na zona de Malema-Ribaué.

Nestes termos, foram abertos itinerários macadamizados, ou pelo menos onde pudessem circular viaturas, entre Porto Amélia e Mocímboa do Rovuma (por Montepuez e Muirite, num total de 463km), e à data do regresso da Expedição estavam em obra as estradas entre Muirite e Nanguare, entre Nanguare e Metarica, e entre Muembe e Metangula, permitindo assim um bom acesso ao lago Niassa – uma vez que o troço Metarica-Muembe já tinha sido aberto anteriormente sob os auspícios da Companhia do Niassa. Além de alguma desmatação, a principal dificuldade na abertura destes itinerários era a transposição dos numerosos cursos de água (obrigando à construção de pontes e pontões) e a passagem por zonas alagadiças ou que se tornavam intransitáveis na época das chuvas, sendo a tarefa cometida a diversas «brigadas de trabalho», geralmente chefiadas por um oficial subalterno e constituídas por indígenas da região, mediante pagamento.

Por outro lado, foram levantadas e estendidas novas linhas telegráficas, para acrescentar àquela que vinha ao longo da costa da ilha de Moçambique a Porto Amélia e a Palma: assim, a «linha do Rovuma» teve um primeiro troço, com 263km de extensão, concluído em finais de Janeiro de 1915, ligando Palma a Negomano, por Pundanhar, Nangade, Mocímboa do Rovuma e M'Peça; a outra linha principal permitiu conectar Porto Amélia com Mocímboa do Rovuma através de Bandar, Metuge, Ankuabe, Montepuez e Muirite, numa extensão de 450km. Para oeste, a partir destas estações, foram ainda lançadas linhas em direcção a Namecala e a Metarica, com o intuito de vir a fechar a malha tecida entre as linhas do Rovuma e do Lago. Bem entendido, esta priorização tinha como pressuposto que não estava

iminente, nem previsível a curto prazo, qualquer ameaça de acção militar germânica sobre o território moçambicano.

A vigilância da fronteira foi outra das preocupações assumidas por Massano de Amorim, essencialmente como dispositivo de alerta para obter informações rápidas quanto a eventuais alterações dos planos de guerra germânicos. Assim, desde finais de Novembro de 1914 o QG da Expedição instruiu o comandante militar de Palma para dar execução à montagem de 28 postos de vigilância ao longo da fronteira, entre Nangade e Chivinde, este junto ao lago Niassa. Cada um destes postos era guarnecido por 3 «escuteiros» africanos que diariamente levavam informações orais ao posto contíguo; regularmente intervalados, existiam uns postos principais onde o chefe (europeu ou africano) sabia ler e escrever, reduzindo a escrito as informações orais recebidas dos postos vizinhos e fazendo chegar em mão essas mensagens ao posto seguinte, e assim sucessivamente. Deste modo, chegavam todos os dias a Nangade estas informações, que aí eram condensadas e sistematizadas por um oficial, e enviadas por telégrafo para Palma e para o QG de Porto Amélia. Entretanto, ia-se estendendo a linha telegráfica ao longo do rio, que atingiu Negomano em Outubro de 1915, sendo desmontado aquele dispositivo de comunicação pessoal por escuteiros na parte já electrificada. Os escuteiros eram remunerados a 120 réis por dia e os chefes de posto principais, geralmente sipaios ao serviço da administração colonial, recebiam uma gratificação suplementar de 40 réis diários.

Além destes, no ano de 1915 estavam também activados e guarnecidos com tropa portuguesa os seguintes postos militares, espaçadamente situados ao longo da fronteira do Rovuma, de nascente para poente: Pundanmar, Nangade, Mocimboa do Rovuma, M'Peça, Negomano, Maziúá, Macologe e Chivinde. Vários deles foram palco de sangrentos combates, mas sempre só depois de Março de 1916.

As informações militares eram então muito precárias e carreavam frequentemente informações erradas, falsas ou alarmistas. As suas fontes eram fundamentalmente alguns espões africanos pagos, e também os relatórios recebidos dos postos de observação da fronteira, os interrogatórios feitos a viajantes que atingiam Porto Amélia, a imprensa (que ali chegava com atraso e era analisada), etc. Contudo, as informações assim obtidas sobre as forças germânicas e os seus movimentos correspondem, no essencial, ao que existia de facto no território da África Oriental Alemã. Não houve, portanto, falha grave ou insuficiência de informação nos pressupostos em que o comandante português baseou a sua estratégia.

Consideremos agora os cenários equacionados por Massano de Amorim e o seu estado-maior para a eventualidade de uma invasão dos alemães ao nosso território – não previsível a curto prazo (pela pressão que estavam sofrendo dos aliados e a quase total falta de reabastecimentos vindos da Alemanha) mas não descartável quando os

seus recursos diminuíssem e o avanço do inimigo os forçasse a uma retirada para sul, que foi o que se verificou mais tarde, em 1917-1918.

Reflectindo sobre as intenções ofensivas dos alemães, Massano apenas considera três objectivos possíveis para a sua entrada em Moçambique:

- 1.º – Procurar assegurar-se de um caminho franco para poderem passar entre o [lago] Chirua⁹ e o Niassa para a África Central Inglesa¹⁰;
- 2.º – Ocupar o nosso território com o propósito de realizar e manter a posse;
- 3.º – Realizar uma invasão com o fim de nos prejudicar destruindo as nossas instalações, chamar as nossas atenções e tropas para determinados ponto, e espalhar o terror pelos indígenas voltando-os contra nós¹¹.

Perante o primeiro destes cenários, junto ao lago Niassa, Massano previa fortes dificuldades de transporte e reabastecimento para a coluna alemã, vista a ausência de caminhos e de carregadores mobilizáveis. Manteria decerto a sua base em Songea e teria que dispersar forças para guarnecer os postos fortificados que garantissem a sua linha de comunicações, não dispondo de efectivos humanos suficientes. Com efeito, a etnia dos Ungoni, localizada perto do lago Niassa, havia participado da revolta indígena dos Mau-Mau contra os alemães em 1905; e a dos Ayao, dominantes no planalto entre o Lugenda e o Niassa, haviam-se especializado na captura de outros negros para o tráfico escravagista mantendo-se exímios nas técnicas de caça, o que os fez resistir bravamente à colonização portuguesa. Nestas circunstâncias, uns e outros podiam ser hostis a uma nova presença de europeus. Considera pois Massano que «a aventura seria arriscada e especialmente muito demorada»¹². Em todo o caso, o comandante português julga suficiente guarnecer e fortificar melhor o posto de Metangula, lançar para o corredor de passagem do inimigo uns milhares de «indígenas armados e decididos, acostumados à guerra, para prejudicaram com as suas emboscadas a acção para a frente e para terem em constante ameaça as comunicações»¹³ e dispor de pontos de abastecimentos «para permitirem a rápida aproximação com automóveis das tropas do litoral em posição de espera»¹⁴.

No caso do segundo cenário, prevê o comandante da Expedição duas variantes possíveis ao dispor do comando alemão. A primeira consistiria numa invasão pela costa, passando o rio entre Mocímboa do Rovuma e Palma e buscando um combate decisivo na zona de Porto Amélia. Face a esta hipótese, Massano julga «necessário

⁹ Lago pequeno, a sul do grande lago Niassa.

¹⁰ Sobretudo para a Rodésia do Norte e a Niassalândia (hoje Zâmbia e Malawi, respectivamente).

¹¹ *Relatório*, p. 124.

¹² *Relatório*, p. 125.

¹³ *Relatório*, p. 125.

¹⁴ *Relatório*, p. 125-126.

e suficiente ter bom reforço de tropas em Mocímboa do Rovuma e [...] necessária comunicação por terra entre Porto Amélia e Mocímboa do Rovuma [...] material de desembarque para ter um grosso efectivo em Mocímboa da Praia para seguir para Palma [...], opondo tropas brancas marchando em automóveis por oeste para Mocímboa do Rovuma, ou por leste por mar»¹⁵. Como se percebe, a manobra prevista pelo comando português seria a de contra-atacar o inimigo em marcha, apanhando-o lateralmente ou eventualmente «em tenaz», graças a uma maior velocidade de deslocação das nossas tropas.

A segunda hipótese deste cenário de intenção de ocupação do norte de Moçambique «para vencer e ficar» consistiria num «ataque simultâneo em toda a linha da fronteira ou em vários pontos desta linha [que, considera,] não era muito provável, visto a extensão da linha, as dificuldades dos alemães nos transportes [...] e ainda de ser a natureza dos territórios de Negomano para o Lago uma barreira difícil, mesmo que se não opusesse resistência alguma»¹⁶. Para fazer face a esta eventualidade, Massano afirma que: «bastava ter postos fortes e bem fortificados em Metangula, Metarica e Muirite, bem definida e em condições de ser facilmente socorrida a linha Mocímboa do Rovuma-Palma e, ao mesmo tempo, dez a quinze mil auxiliares que trabalhassem à frente destes postos, bem armados e melhor comandados, atacando sem dar combate nem empreendendo marchas, esperando emboscadas para logo seguirem para a rectaguarda do inimigo a ameaçar-lhe os comboios, fazendo tempo a que as tropas concentradas em Porto Amélia e as que podiam ser concentradas em Tete e [no distrito de] Moçambique acoressem onde a oportunidade melhor indicasse»¹⁷.

Quanto ao terceiro cenário, diz apenas o comandante da Expedição que «para impedir os seus efeitos, tornava-se necessário ter uma pronta e rápida informação, ter uma linha de rectaguarda bem guarnecida em condições de acorrer aos pontos prováveis de passagem do Rovuma, ter tropas preparadas para efectuar um movimento ofensivo de rápidos efeitos em ponto escolhido e que nos oferecesse vantagens imediatas»¹⁸. Como se vê, esta situação seria a mais difícil de identificar e de lhe responder com algum sucesso, a partir de um dispositivo militar previamente preparado.

Em todo o caso, sobrepondo as várias alternativas estratégicas a opor a cada um dos cenários e hipóteses de invasão alemã, Massano de Amorim não tem dúvidas em apurar e definir as suas medidas preparatórias de resposta a todas as alternativas consideradas. Acentua assim os seguintes pontos:

¹⁵ *Relatório*, p. 127.

¹⁶ *Ibidem*.

¹⁷ *Relatório*, p. 128.

¹⁸ *Ibidem*.

- a) guarnecimento por tropas indígenas, mas armadas com metralhadoras, da zona de fronteira fluvial entre Mocímboa do Rovuma e a foz do rio;
- b) efectivar as guarnições dos postos de Matiú, M'peça, Negomano, Maziú, Macologe, Mitomone e Chivinde;
- c) fortificar solidamente com peças de 7cm e guarnições de tropas regulares indígenas os postos de Metangula, Metarica e Muirite;
- d) manter em Porto Amélia as tropas do destacamento expedicionário, prontas a seguir por via marítima para Palma ou Mocímboa da Praia ou por automóvel para qualquer ponto de linha de comunicações Porto Amélia-Metangula;
- e) organizar entre 10 e 15 mil «auxiliares», devidamente comandados «instalados em acampamentos de guerra para leste e oeste de Metarica»¹⁹;
- f) «dotar as tropas de Palma com efectivos e material que estejam sempre em superioridade em relação à guarnição de Kionga, de modo a poder invadir e ocupar Kionga ao menor acto praticado pelos alemães a significar rotura de neutralidade ou acção ofensiva no nosso território»²⁰;
- g) garantir a existência de 20 camiões para transporte de tropas e de estradas apropriadas nos itinerários entre Porto Amélia-Muirite-Mocímboa do Rovuma-Palma, Muirite-Metarica-Metangula (passando também por Nanguare e Muembe) e Metarica-Maziú;
- h) assegurar transportes de cargas por carros de bois, burros e muares, e por carregadores africanos, para apoio às tropas em operações;
- i) dispor de navios prontos a transportar num dia tropas para Palma;
- j) telégrafo ligando toda esta rede de postos principais de vigilância e defesa;
- k) ter abastecimentos para 2 meses em Metangula, Metarica e Muirite, e para 4 meses em Porto Amélia.

Como se vê, a estratégia defensiva imaginada pelo comando da Expedição assentava na manutenção concentrada das tropas metropolitanas em Porto Amélia, dotando-as de mobilidade para acorrer a travar batalha em qualquer dos cenários de invasão imaginados; numa linha de postos de fronteira guarnecida por tropas indígenas (dos quais apenas pôde efectivar a presença de uma companhia em Mocímboa do Rovuma-Negomano, com outra de reserva em Palma); na mobilização de um importante contingente de guerreiros moçambicanos enquadrados para instabilizarem as linhas de comunicação inimigas por acções de guerrilha; e numa boa rede e meios de transporte e informação rápidos, com pontos de reabastecimento previamente preparados. A despeito da ausência de uma efectiva «prova

¹⁹ *Relatório*, p. 129.

²⁰ *Ibidem*.

de fogo», parece tratar-se de uma concepção inteligente e realista, marcada por conceitos modernos de guerra terrestre de movimento, ainda sem cobertura aérea²¹ mas contando já com transportes rápidos motorizados²², embora não-pesados e de maior capacidade, como seria o caso se existisse já um caminho-de-ferro naquele teatro de operações²³.

Quanto à hipótese de uma manobra ofensiva do Exército português, a questão coloca-se apenas após a queda do governo de Pimenta de Castro quando, em telegrama de 27 de Junho para Lisboa, Massano informa: «Quando haja intenção operações ofensivas, indispensável satisfazer pedidos [de] pessoal [e] material²⁴ [e] aumentar ainda efectivos mais bateria [de] metralhadoras, um batalhão infantaria [e] uma bateria [de artilharia de] montanha»²⁵. De imediato, o major Norton de Matos, que acabara de tomar posse do cargo de Ministro das Colónias, pergunta para Porto Amélia em telegrama que só pode ser decifrado a 28: «Peço dizer esta via reforços [e] recursos carece para ocupar Kionga e invadir território alemão»²⁶.

Ora, aqui surge um primeiro equívoco: Massano interpreta esta ofensiva como sendo apenas restringida ao «triângulo de Kionga», isto é, ao território ocupado pelos alemães, aquém-Rovuma. Mesmo assim, tratando-se de uma operação ofensiva, contra um inimigo entrincheirado e com o terreno organizado para a defensiva segundo as boas concepções da doutrina militar, Massano aproveita para aumentar o rol de necessidades, declarando necessitar de: «dois navios de guerra sob as minhas ordens imediatas tipo Salvador Correia²⁷ [e] um transporte tipo *Luabo*²⁸»; mais 6 companhias indígenas, 1 pelotão de sapadores-mineiros (de engenharia), 2 oficiais subalternos com o curso de estado-maior, 4 oficiais subalternos para as unidades combatentes, 12 automóveis, 1 carro-oficina e sobressalentes, 36 *chouffeurs*, 1 mecânico e 6 meses de abastecimentos, além dos reforços do serviço de

²¹ Tal como sucedeu no sul de Angola, a primeira esquadrilha de aviação enviada para o norte de Moçambique só ali chegou no fim da campanha, em 1918, sem qualquer utilidade prática para o desenrolar das operações.

²² Diferentemente de Pereira d'Eça no sul de Angola, que só usa os seus camiões para reabastecimento, continuando as operações a serem feitas na base de colunas marchando a pé (à mesma velocidade dos carros de tracção animal, com as cargas), tal como em todas as outras campanhas anteriores de submissão das populações locais (FREIRE, 2011).

²³ Ao contrário do que acontecia no Tanganica e no Quênia e que deveria ter sido efectivado nos territórios da Companhia do Niassa, de acordo com o compromisso estabelecido com o Estado português.

²⁴ Pedidos anteriores, para preencher as baixas havidas.

²⁵ *Relatório*, p. 107.

²⁶ *Relatório*, p. 108.

²⁷ Transporte de tropas armado, de pequena tonelagem, que operava em Angola.

²⁸ Navio mercante de pequena tonelagem requisitado e posto ao serviço da marinha colonial de Moçambique, que já tinha sido utilizado nos abastecimentos da Expedição, entre Lourenço Marques e o norte do território.

saúde que já referimos anteriormente. E acrescentava: «Indispensável: distrito [de] Moçambique fique minhas ordens efeito recursos pessoal, material, víveres; ordem para proclamar estado [de] sítio [nos] territórios [da Companhia do] Niassa quando eu entender; entendimento com forças inglesas aqui, operações costa, interior, norte [e] colónia alemã»²⁹.

Quem atalha mais rapidamente a esta interpretação é o Governador-Geral de Moçambique, à data o major Baptista Coelho, frisando a 5 de Julho que se tratava de «invasão e ocupação território Kionga e zona além-Rovuma»³⁰. Massano de Amorim deve ter estremecido, pois ouvia falar pela primeira vez num intenção de ocupação militar «para durar» de um território até agora sujeito à soberania alemã sem qualquer contestação internacional. Em dois telegramas sucessivos, retranscritos a 11 de Julho no ofício que enviou ao Ministro das Colónias, o comandante da Expedição desenha a acção estratégica que se propunha desenvolver para tal cenário, com a especificação e quantificação dos meios julgados necessários.

Quanto à concepção da manobra, contando com a cooperação das forças aliadas, eis o seu pensamento, expresso em forma telegráfica:

Linhas gerais: ocupação Kionga, concentração ali, invasão pela costa [até] Lindi, ocupação território além-Rovuma depois [em] harmonia [com] linha retirada alemães, tendo bem guarnecido as regiões [de] Muirite, Metarica [e] Metangula donde se poderão fazer demonstrações [de força] para distrair atenções alemães. Supondo forças alemãs atacadas simultaneamente norte [e] leste por ingleses. Força alemã aproximadamente seis mil homens [na] linha [de] fogo³¹.

Porém, caso a ofensiva fosse desencadeada sem a cooperação de tropas britânicas (que Massano preconizava), o comandante da Expedição frisava que tal operação exigiria um volume de forças muitíssimo superior, da ordem dos 20.000 homens, com metralhadoras, artilharia, engenharia e a logística correspondentes. «Sobre época operações, tanto seca como chuvas têm inconvenientes e vantagens visto falta água territórios, dependendo apenas chegada tropas pedidas e ter aqui abastecimentos concentrados e meios transporte para os levar até tropas [...]»³².

Estes recursos eram excessivos para aquilo que, em homens e em despesa pública, a metrópole podia então despender. Provavelmente, o comandante expedicionário terá feito estes cálculos a partir de um exame rigoroso da situação militar, mas é também admissível que se tivesse querido precaver contra as reduções que Lisboa

²⁹ *Relatório*, p. 109.

³⁰ *Relatório*, p. 110.

³¹ *Relatório*, p. 112.

³² *Relatório*, p. 111.

lhe imporia, ou mesmo ressaltar as suas responsabilidades de chefe militar no terreno, podendo então servir-se destas suas avaliações para justificar um eventual insucesso da campanha.

AS DIFICULDADES NAS EXECUÇÕES PRÁTICAS

A atitude das populações indígenas era decerto um importante factor a considerar em qualquer cenário de guerra no norte da colónia de Moçambique. Para além da breve referência já feita às etnias da região do Lago, no litoral (distritos de Cabo Delgado e de Moçambique) predominavam os povos Macúas, que já se estavam habituando à presença da administração portuguesa. Outro tanto não acontecia com os Macondes, que habitavam o planalto entre os rios Rovuma, Lugenda e M'salu.

Um historiador actual atribui à entidade administrante do território expectativas de interesse económico, beneficiando da presença das tropas portuguesas: «Até então, os Macondes eram considerados desobedientes, visto que não pagavam impostos. Melhor ainda: em 1914, a sua região não tinha, numa extensão de 200km, postos administrativos. [...] É bem visível que a Companhia do Niassa esperava e esperaria que as expedições de 1914-1918 deixassem à sua mercê a região maconde – quer dizer: que lha deixassem a pagar o imposto.» (Pélissier, II: 396). De facto, o Relatório de Massano de Amorim dedica um capítulo longo de mais de vinte páginas a explicar a acção das tropas expedicionárias nesta região³³. Considerando o eixo Muirite-Mocímboa do Rovuma como central na sua estratégia, o comandante ordenou em Janeiro de 1915 ao comandante militar de Palma uma acção cautelosa com vista a convencer os autóctones acerca do estabelecimento de um posto em território maconde. Porém, a penetração correu mal, a tropa foi hostilizada – «um [soldado] indígena ferido com uma bala numa perna e um soldado da guarda ligeiramente ferido no ventre por uma flecha»³⁴ – e respondeu queimando palhotas e destruindo plantações: «Da parte do inimigo houve vinte mortos e 12 feridos»³⁵, conforme relata o responsável da acção. A esta acção desproporcionada seguiu-se uma desforra dos africanos em Munguide, com mais um morto do nosso lado: «Era indispensável proceder desde logo para não agravar a situação»³⁶, conclui Massano. Com o consentimento do Governo-Geral e o acordo do governador dos

³³ Na última guerra colonial travada pelos portugueses, em 1964-1974, o levantamento armado independentista iniciou-se precisamente nesta zona, que tinha fáceis ligações à Tanzânia, a partir da povoação de Mueda.

³⁴ *Relatório*, p. 185.

³⁵ *Ibidem*.

³⁶ *Relatório*, p. 186.

territórios da Companhia do Niassa, o comando da Expedição mandou negociar com chefes gentílicos, empenhou forças de escolta das brigadas de trabalho e, entre Abril e Setembro, conseguiu abrir a tal estrada e linha telegráfica, avançando no sentido norte-sul e sul-norte, também com a edificação de dois postos intermédios fortificados, não sem que, de tempos a tempos, sofressem emboscadas e tiros de hostilização por parte de Macondes opostos à sua presença. Com efeito, segundo Massano, estes povos dividiram-se a este respeito, uns hostilizando a penetração dos portugueses, outros aceitando-a e fornecendo homens-de-trabalho.

As relações da Expedição com a Companhia do Niassa foram sempre rodeadas de dificuldades, algumas das quais vinham da interpretação a dar, no concreto, aos termos legais da concessão. Como seria de esperar, são várias as razões de queixa apontadas à Companhia do Niassa por parte das autoridades portuguesas. Por exemplo, refere Massano de Amorim que, perante a necessidade da reconstrução da ponte-cais de Porto Amélia, tais trabalhos de engenharia foram assumidos pela Expedição. E noutra passagem do Relatório de Massano há referência ao «estado lastimoso das tropas da Companhia do Niassa que aqui encontrei»³⁷. Também o comandante deparou inicialmente com um «estado de insubordinação dos indígenas em Porto Amélia e significada a sua desobediência às autoridades. Nos primeiros tempos nas relações [da Expedição] com os indígenas, o receio destes era manifesto»³⁸. Depois as coisas mudaram «acrescentando as suas cantilenas com uma nova letra que significava ‘gente do governo (eram os seus militares) dá dinheiro e não dá pancada’ [...]. Mais uma vez eu repito aqui o que tantas vezes tenho dito: quando seriamente se queira conseguir a subordinação dos pretos e até a dedicação destes pelos representantes do governo português bastará realizar esta causa, aliás simples: remunerar convenientemente os indígenas, tratá-los bem, castigar-lhes severamente as faltas, mas sobretudo ouvir-lhes as queixas e punir sem misericórdia todos aqueles que os enganam, os exploram e os roubam»³⁹. No entanto, as relações formais e institucionais entre os militares e a Companhia do Niassa mantiveram-se sempre, sem interrupções. Constitui disso uma prova o facto de em Julho de 1915 o governador Mata Dias ter passado o encargo do governo dos territórios da Companhia a Abílio de Lobão Soeiro e terem testemunhado o acto e assinado a respectiva acta, em Porto Amélia, o coronel Massano de Amorim e vários oficiais do seu Quartel-General⁴⁰.

Finalmente, as relações do comando da Expedição com as autoridades portuguesas a que estava subordinado – o Governo em Lisboa e o Governador-Geral

³⁷ *Relatório*, p. 114.

³⁸ *Relatório*, p. 167.

³⁹ *Relatório*, p. 168.

⁴⁰ *Boletim da Companhia do Niassa*, n.º 207, de 31.Jul.1915.

(e o seu chefe do estado-maior) em Lourenço Marques – revelaram-se muitas vezes como produzindo indecisões ou efeitos contraditórios, sempre prejudiciais para um melhor desempenho da missão.

NOTAS FINAIS

Em resumo, o que correu mal com esta primeira Expedição a Moçambique, que tantas críticas suscitou na época, as quais se repercutiram em parte nos escritos de analistas posteriores? Na nossa opinião, terá havido:

- Uma boa assunção do comando da força, em termos de visão estratégica moderna perante a hipótese de uma futura invasão alemã, de avaliação da importância dos aspectos logísticos numa campanha deste tipo e de um modo de relacionamento com as populações africanas marcado pela firmeza, pela justiça e por um benefício económico imediatamente palpável pelos indígenas. A consideração da alternativa de uma operação ofensiva sobre os territórios ocupados pelos germânicos, para a qual seriam indispensáveis muito mais tropas da metrópole e uma adequada coordenação com o exército inglês, só se colocou mais tarde, depois da revolução do 14 de Maio em Lisboa. Tudo isto parece concordar com a opinião expressa por um historiador actual de que «Pedro Massano de Amorim seja o único comandante expedicionário em África entre 1914 e 1918 a conseguir ganhar prestígio e respeito, tanto na metrópole como em Moçambique» (ARRIFES: 146);
- Uma muito deficiente coordenação orgânica e institucional entre o comando das operações no terreno, o Governador-Geral da colónia e o Governo de Lisboa, dificultada pelos meios de comunicação existentes e agravada por temores quanto à responsabilização de decisões tomadas e por susceptibilidades interpessoais:
- Uma escassez de recursos muito acentuada (de pessoal, armas, equipamentos, abastecimentos e meios financeiros), sendo provavelmente essa a razão fundamental para os atrasos e dilações verificados, a que se acrescentava a ineficiência dos procedimentos burocráticos típicos da nossa administração pública;
- Um empenhamento do pessoal militar que pode ter sido algo contido e limitado, dados os riscos e as condições de vida inerentes a uma campanha como esta, decerto com uma dose de responsabilidade a atribuir à oficialidade que tinha o comando directo dos soldados, por falta de instrução e de motivação do pessoal a acrescentar ao mau recrutamento inicial, tudo contribuindo para níveis excessivamente elevados de indisciplina (pelo menos, no início) e de baixas por motivo de doença;

- Uma atitude geral dos povos indígenas da região norte de Moçambique relativamente passiva, sem envolvimento entusiástico ao lado das tropas portuguesas (como o exibido pelos *askaris* com que Lettow-Vorbeck pôde contar), mas parece também que sem resistência às suas ordens ou dificultando a satisfação das suas necessidades, não se bandeando para o lado dos alemães e até apreciando as condições económicas em que, aos milhares, em Porto Amélia e no interior, eram contratados pelas autoridades militares portuguesas (em contraste com a administração da Companhia do Niassa). Neste aspecto, até a relação especial havida com os Macondes – até aí rebeldes a aceitar a tutela dos europeus – não terá sido completamente negativa. E só mais tarde, em 1917, com o território devastado pelas acções de guerra e a política de «terra queimada» dos alemães, e sobretudo com a fuga de populações e a destruição dos circuitos económicos, as populações negras terão sofrido gravemente com esta guerra que não era a deles, ao ponto de terem perdido talvez meia centena de milhar de almas.

FONTES:

Publicações Periódicas: jornais *O Mundo*, *República* e *Ultramar* (de Goa); *Boletim Oficial da Província de Moçambique*; *Boletim da Companhia do Niassa*; *Ordem do Exército*; e *Lista de Antiguidades dos Oficiais do Exército Metropolitano* (várias datas e números).

BIBLIOGRAFIA:

- AFONSO, Aniceto & GOMES, Carlos de Matos coords. (2010) – *Portugal e a Grande Guerra: 1914-1918*. Matosinhos: QuidNovi.
- ARRIFES, Marco Fortunato (2004) – *A Primeira Grande Guerra na África Portuguesa: Angola e Moçambique (1914-1918)*. Cosmos/Instituto de Defesa Nacional.
- COMPANHIA DO NIASSA (1928) – *Factos e Documentos*. Lisboa.
- COSTA, (Tenente) Mário – *É o Inimigo que Fala: Subsídios para o estudo da campanha da África Oriental, 1914-18*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional.
- FRAGA, Luís Alves de (2010) – caps. vários in AFONSO, Aniceto & GOMES, Carlos de Matos coords., *Portugal e a Grande Guerra: 1914-1918*. Matosinhos: QuidNovi.
- FREIRE, João compil. (2009) – *Moçambique há um século, visto pelos colonizadores*. Lisboa: Edições Culturais da Marinha.
- FREIRE, João (2011) – *Olhares Europeus sobre Angola*. Lisboa: Edições Culturais da Marinha.
- FREIRE, João (2013) – *Do Controlo do Mar ao Controlo da Terra*. Lisboa: Edições Culturais da Marinha.

- GONZAGA, (Aspirante) Amós Hilário Nhancale, (2011) – *As campanhas militares portuguesas em Moçambique durante a Primeira Guerra Mundial: o objectivo de recuperar Quionga e a passagem para norte do Rovuma* (trabalho académico de mestrado em Ciências Militares). Lisboa: Academia Militar.
- LAVRADIO, Marquez do (1941) – *Pedro Francisco Massano de Amorim*. Lisboa: Agência Geral das Colónias.
- MARTINS, Eduardo Augusto Azambuja (1918) – «A fronteira do rio Rovuma». *Revista Militar*, 2.^a Época, Ano LXX, n.º 1, p. 27-31.
- MARTINS, (Coronel) Eduardo [Augusto] Azambuja (1935) – «A campanha de Moçambique», in General Ferreira Martins dir., *Portugal na Grande Guerra*. Lisboa: Ática, V. II, p. 129-189.
- MARTINS, (General) Luís Augusto Ferreira (1934 e 1935) – *Portugal na Grande Guerra*. Lisboa: Ática, 2 v.
- MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS (1995) – *Portugal na Primeira Guerra Mundial (1914-1918)*. Lisboa: MNE, 2 v. – Tomo I – As negociações diplomáticas até à declaração de guerra.
- MONIZ, Júlio Botelho (2007) – *Visões Estratégicas no Final do Império*. Lisboa: Tribuna da História.
- PÉLISSIER, René (2000) – *História de Moçambique: formação e oposição 1854-1918*. Lisboa: Estampa. 2 v. (3.^a ed.).
- TELO, António José coord. (1999) – *História da Marinha Portuguesa: Homens, Doutrinas e Organização 1824-1974. (Tomo I)*, Lisboa: Academia de Marinha.

A ATIVIDADE MARÍTIMA ALEMÃ DURANTE A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL (1914-1918) NA COSTA PORTUGUESA

MIGUEL CASTRO BRANDÃO*

Este artigo pretende analisar e refletir, como o próprio título indica, sobre a presença e atividade dos agentes náuticos germânicos na costa portuguesa, durante o período que aponta a Primeira Guerra Mundial. Quando no título se menciona *costa portuguesa*, refere-se não só à costa metropolitana continental, como às demais parcelas coloniais portuguesas (Angola, Moçambique, Cabo Verde entre outras) e os arquipélagos dos Açores e Madeira. Quanto à baliza cronológica optou-se por analisar todo o espaço temporal que envolve o conflito em questão, pois estamos convictos que existe uma atividade marítima alemã antes da declaração de guerra de Berlim a Lisboa, e uma atividade depois desta, até ao final do conflito em causa. Não seria de esperar outra coisa, no entanto será importante refletir sobre esta divisão temporal dado que portos portugueses foram, antes da declaração de guerra, uma plataforma de refúgio e de escala para várias operações navais, tanto mercantis como bélicas, dada a neutralidade da República Portuguesa antes da participação no conflito. A fórmula inicial deste artigo sempre visou o estudo do comportamento dos agentes mercantis alemães, assim como as forças marítimas da mesma nacionalidade. A somar, dar-se-á ênfase aos demais conflitos navais luso-germânicos, que se viveram ao longo da costa portuguesa no período em questão.

Com o eclodir da Grande Guerra, no dia 28 de Julho de 1914, o governo republicano português não demorou a tomar medidas preventivas, no que toca aos assuntos do mar. Logo no dia 12 de Agosto proibiu-se a saída dos portos nacionais, entre o pôr e o nascer do Sol, de qualquer navio mercante sem uma licença especial da capitania¹.

* Faculdade de Letras do Porto | miguelbrandao1992@gmail.com

¹ SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1989) – *História de Portugal (1910-1926)*. Lisboa: Editorial Verbo, Vol. 11, p. 149.

Dois dias mais tarde, convidavam-se os oficiais da Armada, em situação de adidos ou de licença ilimitada, a apresentarem-se ao serviço, e no dia 20 aprovava-se a construção imediata de dois contratorpedeiros com modelo igual ao do navio *Douro*, para aumento da força de guerra². Havia razões bastante plausíveis para que a cúpula do Almirantado português tomasse medidas. Segundo o historiador António José Telo, «a costa portuguesa, destacando a barra do Tejo, estava muito mal defendida. As peças das baterias tinham poucas munições, para além de serem antiquadas e com pequeno alcance, e nos torpedos faltar o fecho dos detonadores que não podia ser improvisado pela indústria nacional nem importado a curto prazo, o que significava que o principal sistema de defesa da barra não funcionava»³.

A palavra «improvisado» será uma das palavras mais mencionadas no que toca ao *modus operandi* das forças navais portuguesas e dos sistemas defensivos costeiros, como evidenciaremos mais adiante. Quanto ao estado das forças navais portuguesas, o capitão-de-fragata Leote do Rego, comandante da Divisão Naval do Ministério de Bernardino Machado, comentou numa entrevista à imprensa: «Todos os nossos navios são velhos, remendados ou incompletamente armados, pelo que não dispomos de uma só unidade de combate apreciável»⁴. A notícia do ataque alemão, a 25 de Agosto de 1914, a Maziua, Moçambique, só convenceu ainda mais Lisboa da irremediabilidade das medidas de prevenção, ou mesmo a discutível beligerância portuguesa. Eram necessárias medidas.

A República Portuguesa sensibilizou-se desde cedo, no que toca à defesa das linhas costeiras, até porque os cruzadores portugueses surtos no Tejo chegaram para assegurar o apoio aos revoltosos do 5 de Outubro, bombardeando o Palácio da Ajuda⁵. Os republicanos viveram um paradoxo caricato, pois sabiam que uma boa armada era essencial para manter o Ultramar português e o retângulo metropolitano, no entanto não confiavam nela. O caso mais célebre ocorreu durante o período sidonista, quando os navios de guerra nacionais ficavam iluminados durante a noite pelos holofotes das baterias costeiras do Tejo⁶, dada a desconfiança do regime. Escusado será dizer o quão ideais eram estes alvos para qualquer submarino alemão. São vários os episódios que aliam a degradação dos sistemas defensivos portugueses à desconfiança das várias fações provenientes da heterogeneidade republicana nacional.

² *Ibidem*, p. 149.

³ CARDOSO, Rui; RAMALHO, Margarida Magalhães; MARQUES, Ricardo (2014) – *A Primeira Guerra Mundial. Livro Extra sobre a Participação de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros, vol. 7, p. 77.

⁴ SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1989) – *História de Portugal (1910-1926)*, p. 150.

⁵ CARDOSO, Rui; RAMALHO, Margarida Magalhães; MARQUES, Ricardo – *A Primeira Guerra Mundial. Livro Extra sobre a Participação de Portugal*, p. 73.

⁶ *Ibidem*, p. 19.

Com o início da Grande Guerra, vários foram os navios alemães que aportaram nos portos portugueses, procurando o refúgio em águas neutrais. Segundo Marc Ferro, aquando da declaração de guerra, 783 navios alemães tinham-se refugiado em águas neutras, restando-lhes apenas 660 navios, uma arqueação aproximada de 2.875.000 toneladas⁷. Portugal seria uma escolha preponderante para os navios alemães que procuravam um porto seguro dada a beligerância, muito devido à sua neutralidade e à sua localização geográfica, onde confluíam várias rotas marítimas, sobretudo as provenientes do Atlântico. Ana Paula Pires reforça esta ideia, afirmando que em 1914 Portugal detinha o sétimo lugar entre os países com maior provimento portuário: 40.182.000 toneladas por ano, e metade desta tonelagem era transportada por navios portugueses⁸. Portanto, mesmo antes da beligerância mundial, Portugal era já um destino portuário considerável.

Segundo o periódico *O Comércio do Porto*, de 3 de Agosto de 1914, várias agências de vapores alemães receberam ordem para reterem a marcha na costa portuguesa⁹. Os paquetes alemães *Prinz Heinrich* e *Cap Arcona* foram, segundo a mesma fonte¹⁰, talvez os primeiros a aportar em Portugal¹¹, após a oficialização da beligerância entre a *Entente* e as Potências Centrais. A 4 de Agosto, aportaram no Tejo os seguintes navios alemães: o *Westerwald*, vindo do México; o *Danpfrdriff*, vindo de Marselha; e o *Hoenicia*, vindo da América do Sul¹². No dia 6 de Agosto aportam ainda mais navios alemães no Tejo: o *Milos*, o *Rolandreck*, o *Ennos*, o *Casa Blanca* e o *Paygetos*¹³, e por último, proveniente do Brasil, o paquete *Salamanca*¹⁴. No dia 7 deste mês chega o vapor alemão *Germania* ao Tejo¹⁵ e, no dia seguinte, o vapor *Sardinie*, da mesma nacionalidade, ao mesmo destino¹⁶. O epicentro destes movimentos foi sem dúvida o Tejo.

No dia 11 de Agosto, o cônsul alemão pediu às autoridades portuguesas a permissão para se recolherem os navios da sua nacionalidade que se encontravam no Tejo, dado que muitos alemães tinham ocorrido ao consulado dada a falta de recursos¹⁷. Recolheram-se, segundo Luís Alves de Fraga, em portos nacionais, situados tanto na península como nas colónias, 76 navios mercantes alemães e austríacos que tota-

⁷ PIRES, Ana Paula (2011) – *Portugal e a I Guerra Mundial. A República e a Economia de Guerra*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, p. 73.

⁸ *Ibidem*, p. 74.

⁹ *O Comércio do Porto*, 3 de Agosto de 1914 (Suplemento da Guerra ao n.º 181).

¹⁰ *O Comércio do Porto*, 2 de Agosto de 1914, p. 5.

¹¹ Neste caso no porto de Lisboa.

¹² *O Comércio do Porto*, 4 de Agosto de 1914, p. 3.

¹³ *O Comércio do Porto*, 6 de Agosto de 1914, p. 4.

¹⁴ *O Comércio do Porto*, 6 de Agosto de 1914, 5.

¹⁵ *O Comércio do Porto*, 28 de Agosto de 1914, 2.

¹⁶ *Ibidem*.

¹⁷ *O Comércio do Porto*, 11 de Agosto de 1914, p. 3.

lizavam 240.000 toneladas brutas – mais do que a marinha mercante portuguesa¹⁸. Trata-se de um número preponderante, não descurando também o facto de que, entre 1876 e 1913, o Reich aumentou a capacidade dos seus navios em cerca de 3.364.222 toneladas, ascendendo, em 1913, ao segundo lugar do *ranking* mundial, à frente dos E.U.A e da Noruega¹⁹. A 12 de Agosto chega ao Tejo o navio mercante *Clirbroerg*²⁰.

Segundo Ana Paula Pires, há que olhar para o papel dos fluxos mercantis alemães em Portugal, antes do estalar da guerra. Segundo a mesma autora seria interessante a análise da progressão alemã nos mercados portugueses, tendo em conta a sua dimensão e efeitos de arrastamento, a circunstância que Lisboa desempenhou nas rotas comerciais da América do Sul, como primeiro porto de escala, antes da Grande Guerra²¹. No que toca a este assunto, já existem estudos bem consolidados, como é o caso da dissertação de doutoramento de Sacuntala de Miranda²². Nesta tese, a autora fala-nos da decadência dos fluxos mercantis britânicos em Portugal, em detrimento dos alemães antes da Grande Guerra. De facto, a prosperidade alemã incomodava os ingleses por todo lado, até em Lisboa. Em 1900, por exemplo, a tonelagem dos barcos ingleses aí entrados era três vezes a dos navios alemães. Em 1913, eram iguais²³. Segundo Pires, o movimento geral do comércio português ficou afetado em mais de 30%, após a suspensão das relações com a Alemanha e a Áustria²⁴.

Do dia 12 de Agosto, até ao final do mês de Setembro, creio que não houve movimentos significativos por parte dos vapores e paquetes alemães na costa portuguesa, muito devido à estagnação das rotas marítimas devido à emergência da guerra. Voltar à Alemanha por via marítima seria perigosíssimo, tendo em conta, sobretudo, as forças navais da Entente, com especial destaque para a afamada *Royal Navy*. Segundo o periódico *O Comércio do Porto*, só se verificou a chegada de mais navios alemães no final do mês de Agosto de 1914, com a chegada do vapor *Mahican*, proveniente de Norfolk, ao porto de Lisboa²⁵. A 3 de Setembro fundeia, frente à Alfândega de Lisboa, o paquete *Malangue*, que trouxe consigo vários reservistas alemães, belgas e franceses²⁶. Os reservistas alemães acorreram ao consulado alemão em Lisboa, onde receberam

¹⁸ ANICETO, Afonso; GOMES, Carlos de Matos (2014) – *Portugal e a Grande Guerra – 1915-1917*. As Trincheiras. Vila do Conde: Lidergraf – Artes Gráficas, vol. III, p. 105.

¹⁹ PIRES, Ana Paula (2011) – *Portugal e a I Guerra Mundial. A República e a Economia de Guerra*, p. 76.

²⁰ *O Comércio do Porto*, 12 de Agosto de 1914, p. 3.

²¹ *Ibidem*, p. 75.

²² MIRANDA, Sacuntala (1987) – *O Declínio da Supremacia Britânica em Portugal (1890-1939)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Tese de Doutoramento.

²³ RAMOS, Rui (1994) In MATOSO, José, (dir.) – *História de Portugal. A Segunda Fundação*. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. 6, pág. 436.

²⁴ PIRES, Ana Paula (2011) – *Portugal e a I Guerra Mundial. A República e a Economia de Guerra*, p. 79.

²⁵ *O Comércio do Porto*, 28 de Agosto de 1914, p. 2.

²⁶ *O Comércio do Porto*, 3 de Setembro de 1914, p. 4.

ordens para se alojarem no paquete alemão *Bulow*, fundeado no Tejo²⁷. Segundo o periódico *O Comércio do Porto*, as capitânias dos portos portugueses receberam ordens para fiscalizar as embarcações alemãs, questionando qual a sua proveniência, tonelagem e destino de carga²⁸. A 10 de Setembro chega a barca alemã *Sachsen*, que fundeia no porto de Leixões, proveniente de Nova Orleães²⁹, ao lado do vapor alemão *Santa Ursula*, que já se encontrava no mesmo porto desde o eclodir da guerra³⁰.

No começo de Outubro de 1914 ocorrem alguns movimentos por parte dos navios alemães erradicados no porto lisbonense. No dia 3 do mesmo mês, saíram de madrugada seis dos navios alemães que desde o começo da guerra estariam fundeados no Tejo, segundo *O Comércio do Porto* continham material de guerra a bordo³¹. Segundo a mesma fonte, estes iriam em direção a Vigo, no entanto as autoridades portuguesas deveriam impedir qualquer movimento por parte destes navios, assim como reforçar a vigilância nas instâncias portuárias. Sem a requisição de documentos legais, estes não poderiam sair dos portos portugueses³². Os meses de Outubro e Novembro de 1914 foram marcados pelo conflito entre as autoridades portuárias portuguesas e os navios alemães que queriam sair dos portos portugueses a todo o custo. Uma notícia de 14 de Novembro³³ evidencia isso mesmo, quando um paquete alemão³⁴ tenta sair do Tejo sem a devida permissão da capitania. O ministro da Marinha ordenou, segundo a mesma fonte, que o vapor *Azinheira* e um torpedeiro fossem em perseguição do navio em fuga. O *Azinheira* abordou mesmo o paquete alemão, intimidando o comandante a regressar ao local onde estava fundeado inicialmente³⁵.

OS NAVIOS ALEMÃES: UMA QUESTÃO CENTRAL NA DIPLOMACIA REPUBLICANA

A permanência de várias unidades náuticas alemãs nos portos portugueses potenciou um diálogo diplomático muito mais intenso do que as diretrizes políticas portuguesas esperavam, como demonstraremos mais adiante. Segundo António José Telo, o período até à beligerância oficial entre Portugal e a Alemanha pode ser

²⁷ *Ibidem*.

²⁸ *Ibidem*.

²⁹ *Ibidem*.

³⁰ *Ibidem*.

³¹ *O Comércio do Porto*, 3 de Outubro de 1914, p. 3.

³² *O Comércio do Porto*, 4 de Outubro de 1914, p. 3.

³³ *O Comércio do Porto*, 14 de Novembro de 1914, p. 8.

³⁴ Este paquete não se apresenta identificado na notícia em questão.

³⁵ *O Comércio do Porto*, 14 de Novembro de 1914, p. 8.

classificado como uma fase de surpresas desagradáveis³⁶. Era a emergência da guerra submarina alemã. José Telo defende mesmo que a entrada de Portugal na Primeira Guerra Mundial deve-se parcialmente ao sucesso das campanhas submarinas alemãs³⁷. 1915 é o ano que inicia realmente a máquina de guerra submarina alemã, com destaque para o ataque do submarino alemão U-20 ao célebre navio *Lusitania*, a 7 de Maio do mesmo ano. O afundamento do *Lusitania* chocou a opinião pública americana, e na Grã-Bretanha o acontecimento em questão tornou-se num poderoso símbolo do conflito entre o certo e o errado³⁸.

É importante falar sobre o submarino, tendo em conta a dor de cabeça que deu às autoridades militares portuguesas aquando do desenrolar da guerra. Foi de facto o submarino que protagonizou a quase totalidade dos ataques marítimos alemães à costa portuguesa. A jovem República Portuguesa não era de todo alheia à eficácia do submarino, até porque encomendou o seu primeiro exemplar em 1913, o *Espadarte*, como referi anteriormente. O submarino é uma invenção do século XIX, no entanto o seu desenvolvimento prático só se verificou a partir de 1900, mais concretamente, a partir de 1912, quando foi equipado, pela primeira vez, com um motor a *diesel*, para navegação à superfície, combinado com um motor elétrico para navegar em imersão³⁹. No entanto os submarinos da Grande Guerra não são, ainda, os *U-Boat*, da Segunda Guerra Mundial⁴⁰. A sua autonomia em mergulho é curta e as profundidades são por sua vez limitadas, operando sobretudo à superfície⁴¹. As suas peças eram tão potentes como as maiores da artilharia costeira portuguesa e muito superiores ao armamento dos navios-patrolha nacionais⁴². O abaloamento era por vezes a solução mais eficaz na luta antissubmarina operada pelas forças portuguesas, como é o caso do caça-minas *Augusto de Castilho*, aquando do seu encontro com o submarino U-139, a 14 de Outubro de 1918. Atuavam sobretudo em *stand off*, ou seja, quase sempre fora do alcance do fogo inimigo, tendo em conta o alcance dos torpedos que direcionava. Estes também tinham a particularidade de atuar quase sempre em circunstâncias de superioridade. Pode dizer-se que os submarinos acabaram mesmo com a visão cavalheiresca da guerra

³⁶ ANICETO, Afonso; GOMES, Carlos de Matos (2014) – *Portugal e a Grande Guerra – 1914-1915. Uma Guerra Diferente*, p. 54.

³⁷ *Ibidem*.

³⁸ GILBERT, Martin (1994) – *A Primeira Guerra Mundial*. Lisboa: Esfera dos Livros, vol. 2, p. 147.

³⁹ ANICETO, Afonso; GOMES, Carlos de Matos (2014) – *Portugal e a Grande Guerra – 1914-1915. Uma Guerra Diferente*, p. 38.

⁴⁰ CARDOSO, Rui; RAMALHO, Margarida Magalhães; MARQUES, Ricardo – *A Primeira Guerra Mundial. Livro Extra sobre a Participação de Portugal*, p. 72.

⁴¹ *Ibidem*.

⁴² *Ibidem*.

naval⁴³. Os submarinos alemães começaram a alvejar os navios mercantes britânicos, pondo em risco as rotas de subsistência da máquina de guerra britânica. A guerra submarina foi uma das principais razões por que os Estados Unidos da América entraram no conflito em questão, quando o *kaiser* Guilherme II, após a consulta ao Conselho da Coroa, a 9 de Janeiro de 1917, decretou a guerra submarina sem restrições, a 1 de Fevereiro do mesmo ano⁴⁴. Só em Janeiro de 1917, o último mês antes da promulgação da guerra submarina sem restrições, os submarinos alemães afundaram cinquenta e um navios britânicos, sessenta e três de outros países Aliados, e sessenta e seis navios neutrais, num total de 3.000.000 toneladas, das quais um terço eram britânicas⁴⁵. O sucesso do submarino deve-se sem dúvida a um revivalismo da antiquíssima guerra de corso, à sua autonomia em alto mar, à sua capacidade de iniciativa, à sua versatilidade, assim como ao modo como se mantinha em alto-mar.

Após a tomada de posse, a 30 de Novembro de 1915, o governo de Afonso Costa opta por uma postura pró-beligerante, próximo da Entente. O gabinete de Afonso Costa tenta financiar-se, para assim obter material de guerra, requisitando a Londres um empréstimo de três milhões de libras⁴⁶. O *Foreign Office* britânico contrapôs, pedindo a Lisboa a apreensão dos navios alemães e austríacos refugiados nos portos portugueses, condicionando assim o empréstimo⁴⁷. Era preciso dinheiro, e aparentemente só a beligerância podia justificar a boa vontade inglesa⁴⁸. Esta apreensão seria feita pelas autoridades portuguesas, no entanto os navios adquiridos teriam de ser entregues à Grã-Bretanha, um pormenor que se verificará mais tarde. O Conselho de Ministros inglês equacionava assim a apreensão destes navios por Portugal, pois a situação era de facto desesperante. Engrossar os números efetivos da *Royal Navy* era imperativo, dado o sucesso exponencial da guerra submarina. Em nome da aliança entre Portugal e a Inglaterra, Lisboa tomaria assim estes navios como seus.

Desde 1915 que esta operação era debatida, no entanto o *Foreign Office* preferiu manter estas negociações confidenciais com a República portuguesa. O mês de Janeiro de 1916 fora crucial para as negociações luso-britânicas, dado que Londres ainda não teria conseguido a apreensão dos tão cobiçados navios alemães e austríacos. A 2 de Fevereiro do mesmo ano, Lancelot Carnegie, embaixador britânico em Por-

⁴³ Segundo o autor Rui Cardoso, antes da emergência da guerra submarina, as convenções da guerra naval eram ainda baseadas nas do tempo de Trafalgar, que visava a intimação à rendição, permitindo também a fuga da tripulação antes do afundamento do alvo naval.

⁴⁴ GILBERT, Martin (1994) – *A Primeira Guerra Mundial*, p. 53.

⁴⁵ *Ibidem*.

⁴⁶ ANICETO, Afonso; GOMES, Carlos de Matos (2014) – *Portugal e a Grande Guerra – 1915-1917. As Trincheiras*, p. 50.

⁴⁷ *Ibidem*, p. 50.

⁴⁸ RAMOS, Rui (1994) In MATOSSO, José, (dir.) – *História de Portugal. A Segunda Fundação*, pág. 450.

tugal, entregava a Augusto Soares, Ministro dos Negócios Estrangeiros português, um *aide-mémoire* que dizia taxativamente:

[...] *Em vista da situação presente, o governo de Sua Majestade não está em circunstâncias de poder consentir que os navios ingleses sejam empregues no comércio português [...]*⁴⁹.

Era portanto uma ameaça, um ultimato à jovem República. Portugal não desejava requisitar os navios, arriscando um *casus belli* com a Alemanha, para simplesmente os entregar à Inglaterra. O desespero era tal que Londres não teve outra hipótese senão pressionar o seu velho aliado luso. Afonso Costa e Lancelot Carnegie negociaram os termos desta operação, apesar da pressão do aliado britânico. Carnegie afirmava que a nação britânica se responsabilizaria, caso a Alemanha declarasse guerra a Portugal, afirmando: «Mas então a Inglaterra estará pronta a cumprir o seu dever»⁵⁰, após Afonso Costa lhe apresentar os devidos argumentos em torno das questões diplomáticas luso-germânicas. Portugal era empurrado para a guerra, de uma maneira ou de outra. A proposta britânica foi aceite no Palácio de Belém pelo Conselho de Ministros, a 5 de Fevereiro de 1916⁵¹. Mais países seguiriam o exemplo de Portugal, como é o caso do Brasil e do Peru, que também apreenderam navios alemães, em nome do jogo diplomático britânico⁵².

A APREENSÃO DOS NAVIOS ALEMÃES

Estavam criadas as motivações para, no dia 23 de Fevereiro, o Ministério requisitar 36 navios alemães que estavam surtos no Tejo desde o início das hostilidades⁵³. A. H. Oliveira Marques afirma que haveria cerca de 72 navios, tanto austríacos como alemães, fundeados nos portos portugueses. No Tejo estariam ancorados cerca de 35 navios alemães; no Porto estaria uma embarcação; em Ponta Delgada 3 navios; na Horta 3 navios (seis navios na totalidade, presentes nos Açores); 4 navios no Funchal; 8 navios em São Vicente (Cabo Verde); 3 navios em Luanda; 4 navios em Lourenço Marques; 2 na ilha de Moçambique; 1 na Beira moçambicana; e 5 em Mormugão (Índia)⁵⁴. Navios austríacos presentes em Portugal eram apenas dois, um no porto de Lisboa, e outro em Mormugão, na Índia. Segundo Marc Ferro, estariam desde

⁴⁹ ANICETO, Afonso; GOMES, Carlos de Matos (2014) – *Portugal e a Grande Guerra – 1915-1917. As Trincheiras*, p. 50.

⁵⁰ *Ibidem*, p. 51.

⁵¹ *Ibidem*.

⁵² RAMOS, Rui (1994) In MATOSSO, José, dir. – *História de Portugal. A Segunda Fundação*, pág. 449.

⁵³ SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1989) – *História de Portugal (1910-1926)*, p. 178.

⁵⁴ MARQUES, A. H. de Oliveira (1986) – *História de Portugal*. Lisboa: Palas Editora, Vol. 3, p. 235.

o início do conflito cerca de 743 navios alemães em águas neutras⁵⁵, 72 dos quais, segundo Oliveira Marques, estariam em Portugal, ou seja, quase 10 % da totalidade dos navios alemães presentes em águas neutras. Não admira a pressão britânica.

No dia 23 de Fevereiro de 1916, alguns destacamentos da Armada portuguesa ocupam as zonas vitais dos navios alemães surtos no Tejo⁵⁶. Foram feitas honras militares, para além da substituição de bandeiras alemãs por bandeiras portuguesas, enquanto eram disparados pelos navios de guerra portugueses vinte e um tiros de salva⁵⁷. O pretexto era o de serem precisos para o transporte de géneros necessários à população e, mesmo, de produtos importados⁵⁸. O periódico semanal *Ilustração Portuguesa* noticia este acontecimento, na sua edição n.º 524, do dia 6 de Março de 1916. Segundo esta fonte, o governo português, com o fim de acudir ao encarecimento das subsistências causado pela falta de transportes marítimos, requisitou os navios alemães surtos no Tejo desde o começo da guerra, a fim de os utilizar não só para as exportações portuguesas mas também para importação de géneros⁵⁹. A mesma fonte adianta, evidenciando o entusiasmo no país e o aplauso da imprensa estrangeira, incluindo também algumas opiniões da imprensa espanhola que lembrou o seu governo para seguir o exemplo de Portugal⁶⁰. O embaixador português em Londres, Teixeira Gomes, confirma, por telegrama, ao ministro dos Negócios Estrangeiros, que a apreensão dos navios alemães causou ótima impressão em círculos políticos e na opinião pública⁶¹. O ministro germânico recebia a promessa de devolução dos navios, com as respetivas indemnizações, no termo das hostilidades⁶². A 26 de Fevereiro, dois destacamentos de infantaria do Regimento n.º 26 apreendem 3 navios alemães: o *Schiffbek*, o *Schwarzburg*, e o *Margretha*, nos Açores⁶³. A apreensão destes navios não foi de todo pacífica, havendo mesmo vários casos de sabotagem por parte dos alemães, como confirma um notícia de 27 de Fevereiro de 1917, do periódico *O Comércio do Porto*⁶⁴.

⁵⁵ FERRO, Marc (1990) – *A Grande Guerra 1914-1918*. Lisboa: Edições 70, p. 144.

⁵⁶ ANICETO, Afonso; GOMES, Carlos de Matos (2014) – *Portugal e a Grande Guerra – 1915-1917*. As *Trincheiras*, p. 53.

⁵⁷ *Ibidem*.

⁵⁸ SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1989) – *História de Portugal (1910-1926)*, p. 178.

⁵⁹ Disponível em http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/IlustracaoPort/1916/N524/N524_master/N524.pdf (consultado a 10/06/2014, às 23:23).

⁶⁰ *Ibidem*.

⁶¹ Ministério dos Negócios Estrangeiros (1995) – *Portugal na Grande Guerra (1914-1916)*. As *Negociações Diplomáticas até à Declaração de Guerra*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, Tomo I, p. 325.

⁶² SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1989) – *História de Portugal (1910-1926)*, p. 178.

⁶³ Disponível em http://www.momentosdehistoria.com/MH_02_09_Marinha.htm (consultado em 10/06/2014, às 19:08).

⁶⁴ *O Comércio do Porto*, 27 de Fevereiro de 1916, p. 4.

A 1 de Março de 1916, von Rosen demonstra a indignação alemã a Augusto Soares, fazendo menções às afirmações da imprensa portuguesa, e chegou ao ponto de pedir um ato de censura ao jornal português *Capital*:

[...] A notícia da *Capital* (periódico) dá a impressão que o Governo Imperial deixou passar a apreensão dos navios alemães nos portos portugueses sem protesto. [...] Ligo a maior importância a que esta impressão inexata seja removida [...]⁶⁵.

Portugal receava as represálias vindas de Berlim. O governo republicano português chegou inclusive a responsabilizar-se pelas tripulações alemãs que estavam nas embarcações alemãs, para assim diminuir a pressão diplomática entre Lisboa e Berlim. Estes alemães foram hospedados em várias unidades hoteleiras da cidade de Lisboa. Segundo uma notícia de 26 de Fevereiro de 1916, do periódico *O Comércio do Porto*, calculava-se que o governo estaria a gastar cerca de 500\$00 réis com a hospedagem das tripulações alemãs⁶⁶. Segundo a mesma fonte, as tripulações alemãs vagueavam em grupos pela cidade, por vários pontos da cidade. A sua estadia não foi de todo longa, o consulado alemão tentou reencaminhar estas tripulações para fora de Portugal. O consulado geral da Alemanha, em Lisboa, requisitou (no dia 2 de Março) à Companhia dos Caminhos de Ferro portugueses 100 bilhetes de 1.ª classe, 200 de 2.ª e 400 de 3.ª, com destino a Madrid, via Valência e Alcântara⁶⁷.

Augusto Soares, Ministro dos Negócios Estrangeiros do gabinete de Afonso Costa tenta no mesmo dia da apreensão dos navios, informar o embaixador português na Alemanha, Sidónio Pais, do sucedido, por intermédio das legações portuguesas em Haia, Berna e Estocolmo⁶⁸. O mesmo diplomata comunicou com Madrid, para que o governo espanhol soubesse de antemão dos mais recentes acontecimentos⁶⁹. Estavam lançados os dados. A 27 de Fevereiro, o barão Otto Karl Von Rosen, ministro plenipotenciário alemão em Portugal, entrega a Augusto Soares um aviso sério, um protesto contra a atitude portuguesa. De 27 de Fevereiro de 1916 a 9 de Março do mesmo ano, o diálogo diplomático luso-germânico intensifica-se seriamente. A ambiguidade diplomática portuguesa chegara ao fim, quando o barão Rosen entregou a declaração de guerra alemã, a 9 de Março de 1916, ao ministro Augusto Soares, contendo o seguinte conteúdo textual:

⁶⁵ Ministério dos Negócios Estrangeiros (1995) – *Portugal na Grande Guerra (1914-1916)*. As Negociações Diplomáticas até à Declaração de Guerra, p. 332.

⁶⁶ *O Comércio do Porto*, 26 de Fevereiro de 1916, p. 4.

⁶⁷ *O Comércio do Porto*, 3 de Março de 1916, p. 4

⁶⁸ ANICETO, Afonso; GOMES, Carlos de Matos (2014) – *Portugal e a Grande Guerra – 1915-1917*. As Trincheiras, p. 53.

⁶⁹ *Ibidem*.

[...] A apreensão dos navios realizou-se sob formas em que deve ver-se uma intencional provocação à Alemanha. A bandeira alemã foi arreada dos navios alemães e em seu lugar foi posta a bandeira portuguesa com flâmula de guerra [...] ⁷⁰.

A EMERGÊNCIA DA GUERRA SUBMARINA: A COSTA PORTUGUESA EM 1916

Mal é declarada a guerra, um submarino alemão começará a minar a entrada da barra de Lisboa⁷¹. O país era posto em estado de alerta, passando toda a costa a ser objeto de maior vigilância por parte da Divisão Naval, do comando do capitão-de-fragata Leote do Rego⁷². Era bastante difícil, devido às circunstâncias da guerra, Portugal importar navios e material de guerra. Os recursos dos Aliados eram cada vez mais escassos, auxiliar a República Portuguesa não era uma das suas maiores prioridades. Era necessário improvisar.

O Arsenal da Marinha trabalhava muito lentamente na preparação dos navios alemães apreendidos, que precisavam de ser recuperados, e no armamento dos navios mercantes⁷³. No entanto, Portugal só teria direito a cerca de 20% dos navios apreendidos, os restantes 80% seriam entregues ao esforço de guerra britânico⁷⁴. Mesmo assim, era uma quantia considerável de navios empregues na marinha portuguesa. Os primeiros caça-minas improvisados surgem logo em 1916, sob direção do 1.º tenente Jaime de Sousa, que obteve formação em Inglaterra⁷⁵. Em Julho do mesmo ano já estão ao serviço de Portugal 5 caça-minas e 6 vapores em Lisboa, vários galeões e navios de pesca no Algarve e 2 vapores em Leixões⁷⁶. São entregues 6 navios alemães à Armada Portuguesa, batizados com nomes portugueses: o cruzador *Gil Eanes*, o lança-minas *Sado*, o navio de salvamento *Patrão Lopes*, entre outras unidades navais. O país mobilizava-se, chegando mesmo ao cúmulo de alguns clubes náuticos propor-

⁷⁰ ANICETO, Afonso; GOMES, Carlos de Matos (2014) – *Portugal e a Grande Guerra – 1915-1917. As Trincheiras*, p. 54.

⁷¹ CARDOSO, Rui; RAMALHO, Margarida Magalhães; MARQUES, Ricardo – *A Primeira Guerra Mundial. Livro Extra sobre a Participação de Portugal*, p. 74.

⁷² SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1989) – *História de Portugal (1910-1926)*, p. 178.

⁷³ ANICETO, Afonso; GOMES, Carlos de Matos (2014) – *Portugal e a Grande Guerra – 1915-1917. As Trincheira*, p. 56.

⁷⁴ CARDOSO, Rui; RAMALHO, Margarida Magalhães; MARQUES, Ricardo – *A Primeira Guerra Mundial. Livro Extra sobre a Participação de Portugal*, p. 77.

⁷⁵ ANICETO, Afonso; GOMES, Carlos de Matos (2014) – *Portugal e a Grande Guerra – 1915-1917. As Trincheira*, p. 56.

⁷⁶ *Ibidem*.

cionarem os seus iates, os seus barcos e os seus depósitos de combustível, em troca da isenção militar dos seus integrantes⁷⁷.

Após a declaração de guerra alemã, os submarinos alemães começam a operar ao largo da costa portuguesa, atacando mesmo navios de outras nacionalidades, que não a portuguesa. No dia 29 de Junho de 1916, o U-Boat U-35, comandado por Lothar von Arnaud de La Perière, afunda o veleiro italiano *Giuseppina*, perto de Lisboa⁷⁸. A 28 de Outubro de 1916, o navio americano *Lanao* foi afundado por um submarino alemão⁷⁹, o U-63, perto do Cabo de S. Vicente⁸⁰. A 25 de Novembro, no Atlântico, ao largo de Lisboa, o submarino alemão U-52, afundou o couraçado francês, *Suffren*. Não houve sobreviventes⁸¹. O *Suffren* era um couraçado com grandes proporções para a época, com cerca de 12.750 toneladas.

O mês de Dezembro de 1916 foi marcante, especialmente para as populações do arquipélago madeirense, e do arquipélago cabo-verdiano. O submarino U-38, comandado pelo almirante alemão Max Valentiner, protagoniza a maioria dos ataques e afundamentos de navios nas águas portuguesas. Só em Dezembro de 1916, este submarino abateu cerca de oito navios, em quatro incursões.

A 3 de Dezembro, às 8:30 da manhã, o submarino U-38, comandado por Max Valentiner, torpedeia três navios ancorados no porto do Funchal⁸², além de uma barça portuguesa que estava a abastecer o navio *Surprise* de carvão⁸³. O porto funchalense estaria desprovido de qualquer sistema defensivo, mesmo de redes anti-torpedo, o que facilitou o ataque do U-38. Os navios afundados, o *Surprise* (canhoeira francesa), o *Kangaroo* (porta submarino francês) e o *Dacia* (navio inglês de lança cabos submarino), representariam uma perda de 684.349 toneladas com as devidas somas. Neste ataque morreram 33 membros das tripulações estrangeiras e 8 portugueses que trabalhavam na empresa *Blandy* que detinha o negócio do carvão⁸⁴.

Depois de afundar os três navios e a barça portuguesa, o submarino alemão, com a sua peça de 150mm, bombardeia a cidade⁸⁵, visando em especial a zona da

⁷⁷ ANICETO, Afonso; GOMES, Carlos de Matos (2014) – *Portugal e a Grande Guerra – 1915-1917. As Trincheiras*, p. 58.

⁷⁸ Disponível em http://www.uboat.net/wwi/ships_hit/7056.html (consultado a 29/08/2014, às 21:30).

⁷⁹ GILBERT, Martin (1994) – *A Primeira Guerra Mundial*, p. 26.

⁸⁰ Disponível em http://uboat.net/wwi/ships_hit/3560.html (consultado em 26/08/2014, às 20:22).

⁸¹ GILBERT, Martin (1994) – *A Primeira Guerra Mundial*, p. 44.

⁸² CARDOSO, Rui; RAMALHO, Margarida Magalhães; MARQUES, Ricardo – *A Primeira Guerra Mundial. Livro Extra sobre a Participação de Portugal*, p. 77.

⁸³ Disponível em http://www.momentosdehistoria.com/MH_02_08_Marinha.htm (consultado em 26/08/2014, às 23:11).

⁸⁴ *Ibidem*.

⁸⁵ CARDOSO, Rui; RAMALHO, Margarida Magalhães; MARQUES, Ricardo – *A Primeira Guerra Mundial. Livro Extra sobre a Participação de Portugal*, p. 77.

estação de cabos⁸⁶. A artilharia costeira presente não tinha um alcance satisfatório, além de que os navios-patrolha, com as suas peças de 47mm, não tinham a capacidade de perseguir o submarino eficazmente⁸⁷. O submarino em questão executou um bombardeamento impactante, com cerca de 50 disparos à distância de 2 milhas, que perdurou até às 11 horas⁸⁸. O periódico *Ilustração Portuguesa*, na sua edição do dia 11 de Dezembro de 1916, afirmava que o submarino se retirara passadas duas horas após bombardear a cidade⁸⁹. O submarino optou por alvos lógicos, como a bateria de artilharia instalada no parque do Casino da Quinta da Vigia; por, pela bateria do Forte de S. Tiago; por, pela Estação do Cabo Submarino e pelos geradores de eletricidade⁹⁰. A população funchalense entrou em pânico, fugindo mesmo das suas casas, para as localidades mais interiores da ilha madeirense. Receou-se que o submarino voltasse à noite, o que não aconteceu⁹¹. O comércio fechou cedo e durante a noite as ruas foram patrulhadas por unidades do RI-27 e guardas cívicos⁹². O jornal *O Comércio do Porto*, numa notícia do dia 5 de Dezembro, declarava que não foram de grande importância os estragos materiais em terra até aí verificados, não havendo nem mortos nem feridos na cidade⁹³. A mesma fonte indicava que os submarinos deviam ter-se abastecido e operado nas ilhas Canárias⁹⁴. Segundo o autor Jaime Correia do Inso, muitos dos submarinos alemães abasteceram-se na vizinha Espanha, a norte pela cidade portuária de Vigo, e a Sul entre Huelva e Cádiz, assim como nas Ilhas Canárias⁹⁵. Segundo Jaime do Inso os submarinos em questão também se abasteciam através dos navios neutros que se cruzavam com as suas rotas em alto-mar⁹⁶.

Portugal apresentava, logo depois do ataque alemão, um pedido de explicações a Londres, lembrando os compromissos que Lancelot Carnegie tinha apresentado. Portugal mostrou-se mesmo reivindicativo, pedindo a Londres meia dúzia de contratorpedeiros,

⁸⁶ ANICETO, Afonso; GOMES, Carlos de Matos (2014) – *Portugal e a Grande Guerra – 1915-1917. As Trincheiras*, p. 62.

⁸⁷ CARDOSO, Rui; RAMALHO, Margarida Magalhães; MARQUES, Ricardo – *A Primeira Guerra Mundial. Livro Extra sobre a Participação de Portugal*, p. 77.

⁸⁸ Disponível em http://www.momentosdehistoria.com/MH_02_08_Marinha.htm (consultado em 26/08/2014, às 23:11).

⁸⁹ Disponível em http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/IlustracaoPort/1916/N564/N564_master/N564.pdf (05/09/2014).

⁹⁰ Disponível em http://www.momentosdehistoria.com/MH_02_08_Marinha.htm (consultado em 26/08/2014, às 23:11).

⁹¹ *Ibidem*.

⁹² *Ibidem*.

⁹³ *O Comércio do Porto*, 6 de Dezembro de 1916, pág. 3.

⁹⁴ *Ibidem*.

⁹⁵ INSO, Jaime Correia do (2006) – *A Marinha Portuguesa na Grande Guerra*, p. 56.

⁹⁶ *Ibidem*.

caso não houvesse condições para a defesa das ilhas⁹⁷. O *Foreign Office* asseverou que não haveria possibilidades para aceder ao pedido, no entanto seriam enviadas unidades próprias para os portos ameaçados⁹⁸. O ataque ao Funchal levou o Governo a apressar as primeiras expedições, como forma de protesto contra a agressividade da frota germânica, que bem poderia tentar apoderar-se de uma ou mais ilhas dos nossos arquipélagos no Atlântico⁹⁹.

No dia seguinte, a 4 de Dezembro de 1916, durante uma rotineira vigilância noturna no porto de S. Vicente, em Cabo Verde, a canhoeira portuguesa NRP *Ibo* sai do porto para escoltar o paquete *Moçambique*, que trazia tropas para a frente colonial. Após o paquete receber a ordem para atracar no porto, alguns marinheiros de vigia da canhoeira *Ibo* detetaram um casco de um submarino emerso, mais especificamente o periscópio, a entrar na baía portuária¹⁰⁰. A canhoeira *Ibo* foi rapidamente ao seu encontro, tentando abalroar o submarino, mas o inimigo conseguiu evitar o choque. O submarino chegou mesmo a vir à superfície outra vez, mas meia dúzia de tiros foram os suficientes, para que este batesse em retirada¹⁰¹. Provavelmente seria o submarino U-47, comandado por Heinrich Metzger, que regista um afundamento na zona, naquela data¹⁰².

No dia 8 de Dezembro, o navio britânico *Britannia* foi afundado pelo submarino U-38, a 70 milhas a sudoeste do cabo de Sines¹⁰³. O periódico *Ilustração Portuguesa* confirma este mesmo afundamento, declarando que os pobres náufragos, em número de vinte e dois, abandonados no alto mar em frágeis barcos chegaram extenuados a Odemira, de onde vieram para Lisboa, entregues ao cuidado do cônsul de Inglaterra¹⁰⁴. No mesmo dia, o mesmo submarino suprime o vapor norueguês *Brask*, ao largo de Sines¹⁰⁵.

Concluindo, o ano de 1916 saldou-se por uma perda significativa de navios, quer pertencentes aos Aliados quer pertencentes a países neutrais. Foram afundados, provavelmente, cerca de 15 embarcações nas águas portuguesas, tendo sido os italianos os mais prejudicados, com uma perda de 4 navios.

⁹⁷ ANICETO, Afonso; GOMES, Carlos de Matos (2014) – *Portugal e a Grande Guerra – 1915-1917. As Trincheiras*, p. 62.

⁹⁸ *Ibidem*.

⁹⁹ SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1989) – *História de Portugal (1910-1926)*, p. 184.

¹⁰⁰ Disponível em http://www.momentosdehistoria.com/MH_02_07_Marinha.htm (consultado em 26/08/2014, às 00:06).

¹⁰¹ ANICETO, Afonso; GOMES, Carlos de Matos (2014) – *Portugal e a Grande Guerra – 1915-1917. As Trincheiras*, p. 63.

¹⁰² Disponível em http://www.momentosdehistoria.com/MH_02_07_Marinha.htm (consultado em 26/08/2014, às 00:18).

¹⁰³ Disponível em http://www.uboat.net/wwi/ships_hit/952.html (consultado a 29/08/2014, às 21:30).

¹⁰⁴ Disponível em http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/IlustracaoPort/1916/N565/N565_master/N565.pdf (consultado a 29/08/2014, às 21:30).

¹⁰⁵ Disponível em http://www.uboat.net/wwi/ships_hit/913.html (consultado a 29/08/2014, às 21:30).

1917: O ANO CRÍTICO

Estava para vir o pior, o ano de 1917 demonstrar-se-ia bem mais penoso para as embarcações que circulavam pelas águas nacionais. Em 1917, a tonelagem descarregada nos portos representou cerca de 20% da de 1913¹⁰⁶. A guerra submarina intensificou assim a escassez de todo o tipo de bens, fossem estes de primeira ou de segunda necessidade. Portugal importava, em 1916, cerca de 182.000 toneladas de trigo (metade do seu consumo) e só teve, em 1917, acesso a 55.000 toneladas¹⁰⁷. Em Fevereiro de 1917, os submarinos alemães afundaram, no seu todo, cerca de 540.000 toneladas de embarcações; em Março, 578 000; e em Abril, 847.000¹⁰⁸. Portugal, pelo seu lado, perdeu 80 barcos, com um total de 45.000 toneladas¹⁰⁹.

A anemia mercantil era sentida em todo o país. A guerra submarina sufocava os demais circuitos de subsistência das nações banhadas pelo Atlântico, Portugal não era certamente uma exceção. Foram, segundo Rui Ramos, os piores anos (do período da Grande Guerra) para viver em Portugal do século XX¹¹⁰.

A 9 de Fevereiro de 1917 é avistado um submarino ao largo do arquipélago cabo-verdiano, que é posteriormente afastado. Ao anoitecer foi avistado, perto do Ilhéu dos Pássaros¹¹¹, um submersível que navegava pelo canal. Mais uma vez a canhoeira *NRP Ibo* sai em busca do submarino inimigo, tentando afastá-lo. Os militares presentes no posto do Ilhéu dos Pássaros também contribuíram para o seu afastamento, disparando com as suas peças de 76mm¹¹². O submarino afasta-se, porém este não foi identificado.

De Maio a Julho de 1917, a situação foi bastante dramática. Entre estes meses anteriormente referidos, foram afundados 9 navios. O mês de Julho de 1917 assinala 12 naufrágios. Era o auge da guerra submarina nas águas portuguesas.

Já em Dezembro de 1916 um submarino alemão, cuja identificação se desconhece, tinha rondado e bombardeado a ilha açoriana do Faial¹¹³. No entanto, o ataque mais significativo deu-se a 4 de Julho de 1917, por volta das 5 da manhã, pelo submarino

¹⁰⁶ RAMOS, Rui; MONTEIRO, Nuno Gonçalo; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (2009) – *História de Portugal. A República durante e depois da Guerra (1917-1926)*. Lisboa: A Esfera dos Livros, vol. 8, p. 33.

¹⁰⁷ *Ibidem*.

¹⁰⁸ RAMOS, Rui (1994) In MATOSSO, José, Dir. – *História de Portugal. A Segunda Fundação*. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. 6, pág. 519.

¹⁰⁹ *Ibidem*.

¹¹⁰ RAMOS, Rui; MONTEIRO, Nuno Gonçalo; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (2009) – *História de Portugal. A República durante e depois da Guerra (1917-1926)*. Lisboa: A Esfera dos Livros, vol. 8, p. 34.

¹¹¹ Pequena ilha despovoada a norte da cidade cabo-verdiana de Mindelo.

¹¹² Disponível em http://www.momentosdehistoria.com/MH_02_07_Marinha.htm (consultado a 29/08/2014, às 23:00).

¹¹³ Disponível em http://www.momentosdehistoria.com/MH_02_09_Marinha.htm (consultado a 29/08/2014, às 23:00).

U-155. O submersível atacou Ponta Delgada à superfície, aproximando-se pelos ângulos mortos das baterias em terra e disparando calmamente contra a zona do porto, pois sabia que não havia navios capazes de o enfrentar¹¹⁴. O submarino alemão disparou 50 tiros com os seus dois canhões de 150mm sobre a ilha¹¹⁵. O bombardeamento afetou vários pontos da ilha, caindo dois projéteis na Canada do Pilar, na Fajã de Cima, que provocou a morte de uma adolescente de 16 anos¹¹⁶. O seu nome era Tomásia Pacheco. Outros tiros caíram noutras localidades da ilha de S. Miguel: Fajã de Baixo, na Serra Gorda; em Arribanas; em Pau Amarelo; em Santa Clara; em Canada do Paim; em Recantos dos Arrifes e em São Gonçalo¹¹⁷.

A bateria posicionada na Mãe de Deus, sob o comando do Alferes António Francisco Castilho da Costa, ripostou aquando da tentativa do U-155 bombardear a cidade de Ponta Delgada, mas sem sucesso. A sua capacidade de tiro, não era de todo apreciável. Mas o que valeu aos açorianos foi mesmo o cargueiro americano *Orion*, que estava numa ótima posição para lhe responder, possuindo uma peça de 105mm¹¹⁸. O navio *USS Orion*, comandado pelo Capitão-tenente John H. Boesch, foi o primeiro a providenciar um carregamento de carvão americano à ilha de S. Miguel. O periódico *Diário dos Açores* menciona que, a 4 de Julho de 1917, foram disparados 8 tiros pelo submarino sobre o porto de Ponta Delgada, sendo 4 disparados pela Bateria instalada em Mãe de Deus e 15 disparados de bordo do *USS Orion*¹¹⁹. O submersível ainda operou um novo ataque por volta das 4 horas da tarde sobre a mesma cidade, mantendo-se sempre por perto até às 9 horas da noite. Este ter-se-á afastado mais tarde em direção à ilha de Santa Maria¹²⁰. O *U-Boat* chega mesmo a afundar vários veleiros e navios de cabotagem nas proximidades, ao largo da ilha de S. Miguel. Este ataque justificou a presença de mais forças americanas para o arquipélago, além de rever a estratégia de Washington em torno do atlântico português. O periódico *Ilustração Portuguesa* relata o ataque alemão, assegurando que «o pirata»,

¹¹⁴ ANICETO, Afonso; GOMES, Carlos de Matos (2014) – *Portugal e a Grande Guerra – 1915-1917. As Trincheiras*, p. 63.

¹¹⁵ Disponível em http://www.momentosdehistoria.com/MH_02_09_Marinha.htm (consultado a 31/08/2014, às 21:00).

¹¹⁶ *Ibidem*.

¹¹⁷ Disponível em http://www.momentosdehistoria.com/MH_02_09_Marinha.htm (consultado a 31/08/2014, às 21:00).

¹¹⁸ ANICETO, Afonso; GOMES, Carlos de Matos (2014) – *Portugal e a Grande Guerra – 1915-1917. As Trincheiras*, p. 63.

¹¹⁹ Disponível em http://www.momentosdehistoria.com/MH_02_09_Marinha.htm (consultado a 31/08/2014, às 21:30).

¹²⁰ Disponível em http://www.momentosdehistoria.com/MH_02_09_Marinha.htm (consultado a 31/08/2014, às 21:30).

vendo que não levava a melhor, afastou-se, não deixando todavia aqueles mares, onde continuava a fazer várias aparições¹²¹.

Ainda no mesmo mês de Julho, no dia 17, o caça-minas português *NRP Roberto Ivens* colide com uma das minas alemãs, largadas pelo submarino UC-54, quando operava entre o cabo da Roca e o cabo Espichel¹²². O afundamento ocorreu a 17 milhas a Sul da baía de Cascais, morrendo boa parte da tripulação. Dos 22 elementos da tripulação, apenas 7 sobreviveram¹²³. Os sobreviventes foram recolhidos pelo rebocador da armada portuguesa, o navio *NRP Bérrio*.

No dia 2 de Novembro de 1917, ocorre em Cabo Verde um novo ataque alemão. A já mencionada canhoeira *NRP Ibo* estaria já em extrema vigilância no dia anterior ao ataque, tendo patrulado o arquipélago em busca de indícios. Pelas 7 da manhã, um dos submarinos mais temíveis que circulava em águas lusas, o U-151, volta a atacar o arquipélago cabo-verdiano. Este torpedeou dois navios brasileiros, o *Guahyba* e o *Acary*, que estavam fundeados no porto de São Vicente¹²⁴. O periódico semanal *Ilustração Portuguesa*, do dia 3 de Dezembro de 1917, aporta alguma informação sobre as perdas materiais e humanas vividas no porto. Segundo a mesma fonte, foram feridas 7 pessoas, uma das quais com gravidade, além do desaparecimento de dois tripulantes¹²⁵.

A *NRP Ibo*, ao detetar o ataque alemão, correu logo ao lugar para assim afastar o *U-boat*, sendo que este submergiu logo após a sua aproximação. O submarino U-151 ainda se manteve escondido por alguns dias, mas na noite de 7 de Setembro, com alguma ousadia, acostou dentro do porto ao lado do navio holandês *Kennermerland*¹²⁶. Porém, este, navio era na verdade um navio espião, que servia o *Reich*¹²⁷. O U-151 foi repellido a tiro pelas forças presentes no porto de S. Vicente. O submersível U-151, após retirar de vez das águas de S. Vicente, dirigiu-se para o arquipélago madeirense, onde afunda o navio americano *Margaret L. Roberts*, a 16 de Novembro de 1917¹²⁸.

¹²¹ Disponível em http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/IlustracaoPort/1917/N595/N595_master/N595.pdf (consultado a 01/09/2014, às 21:30).

¹²² Disponível em http://www.momentosdehistoria.com/MH_02_06_Marinha.htm (consultado a 31/08/2014, às 22:30).

¹²³ *Ibidem*.

¹²⁴ Disponível em http://www.momentosdehistoria.com/MH_02_07_Marinha.htm (consultado a 01/09/2014, às 17:00).

¹²⁵ Disponível em http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/IlustracaoPort/1917/N615/N615_master/N615.pdf (consultado a 01/09/2014, às 17:00).

¹²⁶ Disponível em http://www.momentosdehistoria.com/MH_02_07_Marinha.htm (consultado a 01/09/2014, às 17:20).

¹²⁷ *Ibidem*.

¹²⁸ *Ibidem*.

No dia 12 de Dezembro de 1917, ocorre o segundo ataque ao Funchal. O submarino U-155, que a 4 de Julho deste mesmo ano já tinha atacado os Açores, bombardeava agora a cidade funchalense. Segundo António José Telo, o ataque submarino envolveu um duelo entre a artilharia costeira e as pequenas patrulhas portuguesas, e o submarino que bombardeou a cidade, antes de este se retirar¹²⁹. Ao contrário do bombardeamento do ano anterior, este ataque causou a morte de 5 pessoas e feriu 30 outras¹³⁰. Uma das granadas chegou mesmo a atingir a igreja de Santa Clara durante a missa, ferindo inclusive o padre Abel da Silva Branco¹³¹.

1917 foi um ano dramático para as forças navais e autoridades portuárias portuguesas. Porém, parece haver uma redefinição da estratégia marítima, muito devido ao auxílio dos Aliados. A guerra submarina chegou ao auge, asfixiando a máquina de guerra aliada. Eram necessários dispositivos antissubmarinos, e Portugal não os tinha. O tenente Sacadura Cabral, um dos poucos pilotos da armada portuguesa, foi desde cedo sensível à guerra antissubmarina. O segredo estaria nos céus. A 14 de Janeiro de 1917, Cabral propõe ao ministro da Marinha a criação de um dispositivo aéreo de vigilância costeira, crendo ser esta a única maneira de detetar eficazmente os submarinos alemães¹³². Sacadura crê que os hidroaviões são a solução para a proteção das costas portuguesas, recorrendo aos argumentos do tenente francês Larrouy, que estudou os problemas dos sistemas defensivos da costa nacional¹³³. Não demorou a arquitetura de um novo plano de vigilância aérea, que é apresentado à França em Junho de 1917. Paris aceita o plano, enviando o tenente Larrouy a Portugal. A 28 de Setembro de 1917, cria-se o Centro de Aviação Marítima de Lisboa, na doca do Bom Sucesso, ao lado da Torre de Belém¹³⁴. Os franceses ficariam responsáveis pela defesa aérea do porto de Leixões, instalando em Maio de 1918, uma base de hidroaviões em São Jacinto (Aveiro) com oito aeronaves dedicadas, sobretudo, à luta antissubmarina e à vigilância costeira¹³⁵. Contudo, de nada serviram as patrulhas dos nossos hidroaviões, proporcionados por Paris. Os poucos

¹²⁹ ANICETO, Afonso; GOMES, Carlos de Matos (2014) – *Portugal e a Grande Guerra – 1915-1917. As Trincheiras*, p. 62.

¹³⁰ Disponível em http://www.momentosdehistoria.com/MH_02_08_Marinha.htm (consultado a 04/09/2014, às 17:30).

¹³¹ CARDOSO, Rui; RAMALHO, Margarida Magalhães; MARQUES, Ricardo – *A Primeira Guerra Mundial. Livro Extra sobre a Participação de Portugal*, p. 77.

¹³² ANICETO, Afonso; GOMES, Carlos de Matos (2014) – *Portugal e a Grande Guerra – 1915-1917. As Trincheiras*, p. 60.

¹³³ *Ibidem*.

¹³⁴ *Ibidem*.

¹³⁵ CARDOSO, Rui; RAMALHO, Margarida Magalhães; MARQUES, Ricardo – *A Primeira Guerra Mundial. Livro Extra sobre a Participação de Portugal*, p. 80.

hidroaviões que faziam patrulha verificam que os seus relatórios para nada serviam, pois a Marinha portuguesa não tinha meios para atacar os submarinos detetados¹³⁶.

Para além da ajuda defensiva francesa, Portugal recebe alguma ajuda americana nos Açores. O Almirantado americano dialoga com Londres para o estabelecimento de uma base no arquipélago açoriano, sendo esta aprovada na segunda metade de 1917. O mais irónico neste processo é que Lisboa nunca foi informada destas negociações. Os navios americanos simplesmente surgem em Ponta Delgada, sem qualquer aviso prévio¹³⁷. A estratégia americana não era de todo o escolta dos comboios mercantis atlânticos, mas sim negar os Açores aos alemães. Combinando uma dualidade de *destroyers* e submarinos, os americanos tentam proteger os portos açorianos. Em 1918, os americanos instalam uma unidade de hidroaviões no arquipélago.

1918: A LONGA ESTRADA PARA A PAZ

O ano de 1918 viria a ser igualmente dramático, até à assinatura do Armistício do dia 11 de Novembro. A guerra submarina continuava com a sua política de curso nas águas portuguesas, como verificaremos adiante. O ano em questão verificou menos afundamentos do que o ano anterior, no entanto não significa que o seu número tenha descido de modo significativo. O sistema de comboios foi a solução criada pelos Aliados para reduzir o número de baixas em alto mar. A escolta dos navios mercantis portugueses verificou-se já em Abril de 1916, que segundo António José Telo foram operados de forma esporádica e não sistemática¹³⁸. Em boa regra, o sistema de comboios português envolveria apenas um navio acompanhado por uma escolta. Segundo José Telo, receberam comboio em toda a guerra 129 navios: 10 em 1916, 62 em 1917 e 57 em 1918¹³⁹. Vejamos as dificuldades do fluxo do sistema de comboios em águas portuguesas.

A 23 de Março de 1918, o draga-minas *Augusto de Castilho*, comandado pelo 1.º Tenente Augusto de Almeida Teixeira, escoltava o navio de transporte *Loanda* proveniente de Lisboa em direção ao Funchal, abrindo fogo a cerca de 500 metros sobre um submarino inimigo que mergulhou prontamente¹⁴⁰. Romperam fogo as duas

¹³⁶ ANICETO, Afonso; GOMES, Carlos de Matos (2014) – *Portugal e a Grande Guerra – 1915-1917. As Trincheiras*, p. 60.

¹³⁷ *Ibidem*, p. 64.

¹³⁸ *Ibidem*, p. 65.

¹³⁹ *Ibidem*.

¹⁴⁰ Disponível em http://www.momentosdehistoria.com/MH_02_06_Marinha.htm (consultado a 04/09/2014, às 19:30).

peças do *Augusto de Castilho*, que guinou sobre o inimigo, mergulhando este logo que viu os projéteis caírem de perto, sem que se efetivasse qualquer ataque ao *Loanda*¹⁴¹.

No dia 24 de Julho, a canhoeira portuguesa *Limpopo*, comandada pelo capitão-tenente Procópio de Freitas, patrulhava a barra de Lisboa, rumo ao cabo Espichel. A 4 milhas do Cabo da Roca, deparou-se com os periscópios de um submarino a cerca de 1 milha, sobre o qual se deram sete tiros¹⁴². O submarino desapareceu pouco depois, após uma segunda emersão. Este submarino nunca foi identificado.

No mês seguinte, a 1 de Setembro, segundo o testemunho do comandante do cruzador auxiliar *Pedro Nunes*, presume-se que tenha havido uma tentativa de um ataque submarino, a 110 milhas a noroeste da ilha da Madeira. Valeu a vigilância do próprio oficial de quarto, o malogrado tenente Adelino de Oliveira, que permitiu o afastamento do submarino através de disparos do próprio cruzador¹⁴³.

Passados quatro dias, o rebocador português *Bérrio*, aquando da vigilância entre a praia do Guincho e o Cabo Raso (Cascais), detetou vários tiros. O som provinha do Sul, e o *Bérrio* navegou em direção à barra lisboeta, avistando-se com um binóculo um submarino que navegava para noroeste¹⁴⁴. O navio português ainda tentou abalar o submarino, mas este desapareceu imergindo nas águas. O rebocador avistou o iate *Prateado*, que já se encontrava desmantelado pelo submarino, a 9 milhas a norte-noroeste do Cabo Espichel¹⁴⁵. A mesma embarcação ainda achou o rebocador *Vila Franca*, também desmantelado. O *Bérrio* recolheu os náufragos dos dois barcos atacados e rebocou o *Prateado* para Lisboa¹⁴⁶.

A 14 de Outubro de 1918, ocorre provavelmente o caso mais mediático, no que toca à atividade marítima alemã em águas portuguesas. Trata-se do célebre afundamento do caça-minas *Augusto de Castilho*, comandado pelo primeiro-tenente Carvalho de Araújo, que, segundo Joaquim Veríssimo Serrão, foi um acontecimento que envolveu um frémito de patriotismo¹⁴⁷. A edição semanal, *A Ilustração Portuguesa*, do dia 28 de Outubro de 1918, demonstra isso mesmo:

[...] Os boches n'um último arranço de cobardia, quando pediam a Wilson a paz, ainda faziam as suas costumadas arremetidas de submarinos. Escolheram a sua vítima o vapor S. Miguel, que navegava entre a ilha da Madeira e a ilha de S. Miguel, e que escapou ao ataque dos piratas pela proteção que lhe prestou o caça-minas *Augusto de Castilho*, que foi

¹⁴¹ INSO, Jaime Correria do (2006) – *A Marinha Portuguesa na Grande Guerra*. Lisboa: Edições Culturais da Marinha, p. 108.

¹⁴² *Ibidem*, p. 109.

¹⁴³ *Ibidem*, p. 110.

¹⁴⁴ *Ibidem*, p. 112.

¹⁴⁵ *Ibidem*.

¹⁴⁶ *Ibidem*.

¹⁴⁷ SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1989) – *História de Portugal (1910-1926)*, p. 215.

*metido a pique depois de um formidável combate em que os nossos marinheiros praticaram verdadeiros heroísmos, tendo desaparecido trinta dos seus tripulantes, entre os quais o seu valente comandante [...]*¹⁴⁸

Este é provavelmente o ataque alemão em águas portuguesas que está melhor documentado, e é também o mais mencionado pela historiografia nacional. O acontecimento foi também filmado pela tripulação alemã do U – 139, e está atualmente disponível online na Cinemateca Portuguesa¹⁴⁹. Este episódio está também presente no mundo artístico, como é visível no quadro *O Combate do Augusto de Castilho*, de Elisa Felismino, presente atualmente no Museu da Marinha, em Lisboa. O historiador António José Telo sintetiza o evento: «o *Augusto de Castilho* resistiu heroicamente ao submarino, com o sacrifício do seu comandante e de parte da tripulação, o que permitiu a fuga do paquete *S. Miguel*»¹⁵⁰. Vejamos como ocorreu o ataque.

Faltavam poucos dias para a assinatura do Armistício, e o NRP *Augusto de Castilho*, comandado pelo primeiro-tenente José Botelho de Carvalho Araújo, escoltava o paquete *S. Miguel* em direção ao porto de Ponta Delgada, na ilha de São Miguel. No paquete seguiam 206 passageiros civis e no NRP *Augusto de Castilho* seguiam 2 passageiros militares que tinham aproveitado a viagem para umas férias à ilha da Madeira e 4 passageiros civis (3 rapazes de cerca de 15 anos e um homem de cerca de 47 anos)¹⁵¹. O paquete *S. Miguel* viajava a estibordo do Caça-minas¹⁵². O encontro deu-se às 6 horas e 15 minutos, quando o submarino U – 139 detetou os dois navios. O *Augusto de Castilho* viria a enfrentar, um submarino comandado por Lothar von Arnould de la Pière, que foi, muito provavelmente, o comandante de submarinos mais bem-sucedido de toda a Grande Guerra, e de toda a História, recorde que ainda detém¹⁵³. Foi sobretudo uma luta bastante desigual. O armamento dos dois navios era muito diferente, com uma evidente superioridade para o submarino, no que, com peças de 155 mm, se podia manter fora do alcance das modestas 47 mm do caça-minas (era uma mera traineira transformada) e disparar longe¹⁵⁴.

¹⁴⁸ Disponível em http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/IlustracaoPort/1918/N662/N662_master/N662.pdf (consultado a 08/09/2014, às 21:30).

¹⁴⁹ Disponível em <http://www.cinemateca.pt/Cinemateca-Digital/Ficha.aspx?obraid=2261&type=Video> (consultado a 08/09/2014, às 21:30).

¹⁵⁰ AFONSO, Aniceto (2007) – *7 Grandes Batalhas da História de Portugal. 1914-1918. Grande Guerra*. Vila do Conde: Academia Portuguesa da História, vol. 7, p. 86.

¹⁵¹ Disponível em http://www.momentosdehistoria.com/MH_02_09_Marinha.htm (consultado a 08/09/2014, às 21:30).

¹⁵² *Ibidem*.

¹⁵³ Disponível em <http://www.uboat.net/wwi/men/commanders/10.html> (consultado a 08/09/2014, às 21:30).

¹⁵⁴ ANICETO, Afonso; GOMES, Carlos de Matos (2014) – *Portugal e a Grande Guerra – 1915-1917. As Trincheiras*, p. 66.

Na manhã do dia 14 de Outubro, o Comandante do monitor *Tenopah*, surto em Ponta Delgada, recebeu a seguinte mensagem de rádio, que logo comunicou para bordo da *Ibo*, bem como para os Almirantes português e americano que chefiavam aquela base naval¹⁵⁵. Uma das mais interessantes memórias deste acontecimento foi a do capitão-tenente Manuel Armando Ferraz, então guarda-marinha e imediato do Augusto de Castilho.

Com um tiro de canhão disparado numa posição à popa do caça-minas, o U – 139 abriu o combate. O caça-minas português abre fogo, respondendo ao poderio alemão, mas no entanto o seu canhão de curto alcance não fazia milagres. O NRP *Augusto de Castilho* ainda tentou criar uma nuvem de fumo para permitir a fuga do paquete S. Miguel, mas esgotadas as caixas com munições de fumo o paquete esteve novamente descoberto¹⁵⁶. O submarino alemão tentou a todo o custo alvejar sempre o paquete São Miguel, o que fez com que o comandante Carvalho Araújo direcionasse o seu navio em direção ao submersível, tentando alcançá-lo com a sua reduzida capacidade de tiro, para assim abalroar. Com esta manobra o comandante Carvalho de Araújo salvou os 206 passageiros do paquete S. Miguel, mas determinou o sacrifício do seu navio¹⁵⁷. Os alemães tiveram alguma dificuldade em acertar na canhoeira, daí o recurso a granadas de estilhaços com espoletas de tempo retardado para assim atingirem o navio. Quando o comandante Carvalho Araújo verificou que o S. Miguel já se encontrava suficientemente longe junto à linha do horizonte e porque se encontrava sem mais munições, ordenou que parassem as máquinas e hasteassem a bandeira nacional¹⁵⁸. Pouco depois, o comandante é atingido mortalmente por um tiro certo do submarino, e os marinheiros lançam-se ao mar com os seus salva-vidas, agarrando-se aos destroços que boiavam. Quando ainda, se estava a lançar o segundo salva-vidas ao mar, rebenta perto do navio uma outra granada e é então que se percebe que os alemães continuavam a disparar por causa da bandeira nacional estar içada¹⁵⁹. Foi aí que se arriou a bandeira nacional, e o submarino deixou de insistir no bombardeamento. Eram 8 horas e 30 minutos da manhã de 14 de Outubro de 1918. A luta durou 2 horas e 15 minutos¹⁶⁰.

¹⁵⁵ INSO, Jaime Correria do (2006) – *A Marinha Portuguesa na Grande Guerra*, p. 97.

¹⁵⁶ Disponível em http://www.momentosdehistoria.com/MH_02_09_Marinha.htm (consultado a 08/09/2014, às 21:30).

¹⁵⁷ Disponível em http://www.momentosdehistoria.com/MH_02_09_Marinha.htm (consultado a 08/09/2014, às 22:30).

¹⁵⁸ *Ibidem*.

¹⁵⁹ Disponível em http://www.momentosdehistoria.com/MH_02_09_Marinha.htm (consultado a 08/09/2014, às 22:30).

¹⁶⁰ *Ibidem*.

Ironicamente, após o combate, o inimigo chegou mesmo a demonstrar alguma compaixão pelos portugueses. De toda a tripulação, restaram cerca de 12 marinheiros que aguardaram cerca de 2 horas na jangada salva-vidas. Estes foram recolhidos pelo inimigo, que os puxou para bordo do U – 139. O médico do U – 139 chegou mesmo a ajudar alguns dos marinheiros, aplicou um tratamento primário ao Dispensador João Loureiro e ao 1.º Marinheiro Gregório, e colocou pensos sobre ferimentos ligeiros de outros portugueses¹⁶¹. Os alemães chegaram ao ponto de deixar os portugueses voltar ao NRP *Augusto de Castilho*, para que recolhessem algumas coisas e retirassem um bote que colocaram na água¹⁶². Após este processo, os alemães deixaram os portugueses partirem para um porto seguro. Foi definitivamente outra aventura para os sobreviventes do *Augusto de Castilho*, pois a viagem fora de 200 milhas. Os 12 náufragos avistaram terra 5 dias depois do combate, às 11 horas do dia 19 de Outubro de 1918, mas só chegaram a terra às 21 horas, seguindo sempre a luz de um farol¹⁶³. Tinham chegado ao Nordeste da ilha de S. Miguel, a Ponta do Arnel. Terminou assim o último confronto naval entre as forças portuguesas e as alemãs.

O Armistício seria assinado a 11 de Novembro de 1918. Não podemos deixar de salientar o facto de que o próprio tenente Carvalho de Araújo já tinha sido avisado anteriormente pelo comandante do navio *Celestino Soares*, Monteiro de Barros. Este preveniu-o, asseverando que as rotas em direção a Ponta Delgada não eram seguras, devido à atividade submarina. O próprio Monteiro de Barros vivenciou a sua própria novela submarina, quando 9 dias antes, a 6 de Outubro de 1918, durante a escolta do paquete S. Miguel, se sentiu perseguido por um submarino¹⁶⁴.

A ATIVIDADE ALEMÃ: O IMPACTO APÓS O ARMISTÍCIO

A totalidade de navios afundados na costa portuguesa, assim como as perdas totais da marinha mercante portuguesa, são bastante difíceis de contabilizar, no entanto alguns autores avançam com alguns números. António José Telo declara que a marinha mercante nacional perde na guerra 15 navios a vapor (com 14.820 t) e 56 veleiros (com 13.870 t) das unidades que tinha antes de 1916¹⁶⁵. O mesmo autor afirma que as perdas são significativas para a Marinha portuguesa, que é pequena antes do

¹⁶¹ Disponível em http://www.momentosdehistoria.com/MH_02_09_Marinha.htm (consultado a 08/09/2014, às 22:30).

¹⁶² *Ibidem*.

¹⁶³ *Ibidem*.

¹⁶⁴ INSO, Jaime Correria do (2006) – *A Marinha Portuguesa na Grande Guerra*, p. 112.

¹⁶⁵ ANICETO, Afonso; GOMES, Carlos de Matos (2014) – *Portugal e a Grande Guerra – 1915-1917. As Trincheiras*, p. 65.

conflito, segundo este, das 138.420 t que tinha antes da guerra, Portugal perde 28 690 t (20,7 %) e das 242 875 t de navios apreendidos aos alemães, são perdidas 67 715 (27,8 %) ¹⁶⁶. Só contando com os navios a vapor, de longe os mais importantes, Portugal perde um em 1915, três em 1916, 17 em 1917 e 15 em 1918, incluindo as unidades apreendidas aos alemães ¹⁶⁷.

Jaime Correia do Inso apresenta uma lista bastante considerável na sua obra *A Marinha Portuguesa na Grande Guerra* ¹⁶⁸, considerando os números exatos de António José Telo, no que toca às perdas materiais, e de tonelagem. Rui Cardoso difere no que toca às perdas do número de navios, respetivamente ao número dos vapores portugueses afundados. Enquanto António José Telo e Jaime Correia do Inso afirmam que se perderam cerca de 15 navios a vapor portugueses, Rui Cardoso aumenta o seu número para 21 ¹⁶⁹. Não existem, porém, pelo menos que tivéssemos acesso, estudos sobre o número de afundamentos registados na costa portuguesa, quer de navios de nacionalidade portuguesa quer de navios estrangeiros.

Segundo as nossas estimativas, foram afundados 54 navios portugueses, nas águas da mesma nacionalidade. Os resultados aqui apresentados devem-se ao cruzamento de dados do *site* www.uboot.net com os das obras *A Marinha Portuguesa na Grande Guerra*, de Jaime Correia Inso, e *Ao Serviço da Pátria e Os Marinha Mercante Portuguesa na I Grande Guerra, de Costa Júnior*. Quanto aos navios estrangeiros, foram afundados provavelmente 86 embarcações ao longo da nossa costa. Durante o período da Grande Guerra, pondo de parte as nacionalidades de cada navio, estimamos que tenham sido afundados, no total, cerca de 143 navios ao largo da costa lusa. Em termos percentuais, as perdas portuguesas representam cerca de 38% do total de navios afundados, enquanto os navios estrangeiros representam cerca de 62%.

Segundo os nossos cálculos, os britânicos foram os que mais perdas tiveram, com 19 navios afundados em águas lusas, que sofrem grande parte das suas perdas no último ano da guerra, com 11 navios atingidos em 1918. Os noruegueses e os italianos ocupam o segundo lugar, com cerca de 15 afundamentos, respetivamente. Segundo o historiador norueguês Jan Normann Knutssen, a Noruega, apesar da sua neutralidade na Grande Guerra, perdeu cerca de 49% da sua Marinha Mercante, em operações em que morreram cerca de 2.000 marinheiros ¹⁷⁰. Segundo o mesmo

¹⁶⁶ *Ibidem*.

¹⁶⁷ *Ibidem*.

¹⁶⁸ 168 INSO, Jaime Correria do (2006) – *A Marinha Portuguesa na Grande Guerra*. Lisboa: Edições Culturais da Marinha.

¹⁶⁹ CARDOSO, Rui; RAMALHO, Margarida Magalhães; MARQUES, Ricardo – *A Primeira Guerra Mundial. Livro Extra sobre a Participação de Portugal*, p. 81.

¹⁷⁰ KNUITSEN, Jan Normann (1999) – *Norway in the First World War*. Poznan: Folia Scandinavica, vol. 5, p. 57.

autor, a Noruega sofreu o maior número de baixas civis no mar em comparação com qualquer outro país beligerante¹⁷¹. Outras nações tiveram perdas significativas nos mares portugueses: a França perdeu 9 navios; os Estados Unidos perderam 7 navios; a Grécia e a Dinamarca perderam ambas 6 navios; a Rússia 4 navios; a Espanha 3 navios; o Brasil 2 navios; a Suécia, a Holanda e o Japão, 1 navio respectivamente.

Em 1914 e 1915 não se registaram afundamentos em águas portuguesas, segundo as nossas fontes de informação. O ano de 1916 registou cerca de 15 afundamentos provocados por submersíveis, representando cerca de 10% do total dos navios que efetivamente foram ao fundo. O ano de 1917 foi sem dúvida o mais crítico nas águas portuguesas. Cerca de 80 navios, dos 143 afundados durante todo o período da beligerância, foram afundados em 1917. Em termos percentuais, só o ano de 1917 representa cerca de 55% do total de navios afundados. Por último, o ano de 1918 regista cerca de 48 afundamentos, com 35% respectivamente.

Quanto à geografia destes afundamentos, pode dizer-se que esta era limitada por quatro vértices, ou seja, a área marítima compreendida entre a costa metropolitana portuguesa, o arquipélago açoriano, o arquipélago madeirense e o arquipélago cabo-verdiano. A faixa atlântica portuguesa, limitada no seu extremo sul por Cabo Verde, no seu extremo norte pela foz do rio Minho e no seu extremo oeste pelo arquipélago açoriano, é o grande palco da atividade marítima alemã. A densidade dos afundamentos provocados por U-Boats varia significativamente de ano para ano, a partir de 1916. Em 1916, dos 15 afundamentos que conseguimos apurar, 5 navios foram afundados ao largo do Algarve. Ao largo da área de Lisboa, e ao largo do arquipélago da Madeira foram registados 4 afundamentos, respectivamente. A costa alentejana apresenta apenas 2 afundamentos.

No ano seguinte, a costa algarvia assinalou cerca de 14 afundamentos, mantendo assim o seu lugar, na preponderância do número dos afundamentos. Em segundo lugar, temos a faixa atlântica entre os Açores e a Madeira, que regista 9 afundamentos. As proximidades dos Açores têm também alguma preponderância, com 8 afundamentos registados. Outras localizações oceânicas são igualmente importantes, como as que contornam a cidade de Lisboa, Madeira, Póvoa do Varzim, Viana do Castelo e o arquipélago de Cabo Verde.

Em 1918 é invertida a tendência. Já não seria a costa algarvia o epicentro da maioria dos encontros entre navios e os submarinos alemães, mas sim a faixa atlântica que entre a costa continental portuguesa e o arquipélago dos Açores. Entre os Açores e a costa metropolitana os submarinos alemães causaram 19 afundamentos no ano de 1918. O Algarve perde significativamente a sua importância, registando apenas 2 afundamentos. As águas ao largo de Lisboa (3 ataques registados),

¹⁷¹ *Ibidem.*

Porto (2 ataques registados), Madeira e Figueira da Foz (3 ataques registados) registam alguns ataques alemães, com destaque para o largo madeirense com 5 ataques registados.

Ao analisarmos a geografia destes ataques, devemos ter em conta a atividade dos submarinos alemães. Operaram, entre 28 de Julho de 1914, e 11 de Novembro de 1918, provavelmente 28 submarinos alemães no teatro de guerra que anteriormente referimos. Estamos convictos de que os submarinos alemães, assim como os comandantes destes, mais bem-sucedidos da Primeira Guerra Mundial operaram certamente em águas portuguesas. Lothar von Arnauld de la Pière (comandante do submarino U -35), Walter Frostmann (comandante do U-39), Max Valentiner (comandante do U-38), Waldemar Kophamel (comandante do U – 155) foram alguns dos comandantes de submersíveis, mais bem-sucedidos em toda a Grande Guerra¹⁷². O submarino que melhor serviu a causa germânica em águas lusas foi sem dúvida o U – 155, que foi comandado, entre 19 de Fevereiro de 1917 a 5 de Setembro do mesmo ano, por Karl Meusel, e de 6 de Setembro de 1917 a 31 de Maio de 1918, por Erich Eckelmann. Rui Cardoso fala-nos deste submarino, afirmando que era uma máquina de guerra formidável¹⁷³. Deslocava 1500 toneladas, alcançava emerso a velocidade de 12,5 nós e, além de dois tubos de torpedos, dispunha de outras tantas peças de 150 mm, melhores que as das baterias de costa ou dos navios de patrulha (portugueses)¹⁷⁴. Tendo em conta as nossas estimativas, este U – boat afundou cerca de 13 navios em 1917 e 12 em 1918. O U-155 afundou, provavelmente, 25 navios em águas lusas (cerca de 17 % do número total de navios afundados), em toda a guerra. Ao lado deste U-boat, o U-38, de Max Valentiner, e o U-151, de Waldemar Kophamel, foram os que mais terror espalharam no espaço marítimo em questão.

Concluindo, a atividade marítima alemã na costa portuguesa, durante a Primeira Guerra Mundial, se deve, tal como qualquer processo histórico, a uma conjugação de fatores. Em primeiro lugar, a localização geográfica do Portugal metropolitano e das suas parcelas coloniais. Relembramos também o facto de que as nossas colónias em África eram limítrofes às alemãs, como é o caso da fronteira sul de Angola, com a Namíbia alemã, e o norte moçambicano, com a Tanzânia alemã. A costa continental portuguesa era um ponto de confluência de numerosas rotas marítimas, como Ana Paula Pires nos demonstra na sua obra *Portugal e a I Guerra Mundial. A República*

¹⁷² Disponível em http://www.uboot.net/wwi/men/commanders/most_successful.html (consultado a 08/09/2014, às 21:30).

¹⁷³ CARDOSO, Rui; RAMALHO, Margarida Magalhães; MARQUES, Ricardo – *A Primeira Guerra Mundial. Livro Extra sobre a Participação de Portugal*, p. 79.

¹⁷⁴ *Ibidem*.

e a *Economia de Guerra*¹⁷⁵, mas também de palcos de guerra. Os grandes palcos da guerra submarina da I.ª Guerra Mundial foram o Mar do Norte (em especial em torno das Ilhas Britânicas, o Golfo da Biscaia, o Oceano Atlântico e o Mar Mediterrâneo. Portugal seria o elo de ligação entre estes palcos, confluindo a seguinte tríade: Golfo da Biscaia – Oceano Atlântico – Mar Mediterrâneo. As águas portuguesas seriam, portanto, um ponto de passagem para muitos submarinos.

Outro aspeto que ditou a atividade marítima alemã, antes e depois da guerra, foi a rivalidade mercantil anglo-germânica, como Sacuntala de Miranda evidencia na sua tese de doutoramento *O Declínio da Supremacia Britânica em Portugal (1890-1939)*. Portugal era mais um tabuleiro de xadrez para a Grã-Bretanha e o império do Kaiser. O *Foreign Office* percebeu rapidamente a necessidade de se encontrarem os instrumentos adequados para promover a recuperação dos mercados europeus, onde a supremacia alemã era já evidente¹⁷⁶. Para os britânicos a guerra não podia criar comércio mas podia corrigi-lo¹⁷⁷. Antes da guerra, Berlim estava a ganhar terreno, recorde-se o Tratado de Comércio e de Navegação entre Portugal e a Alemanha, assinado no Porto a 30 de Novembro de 1908. O Reich tinha estratégias bastante ambiciosas em torno do comércio português, chegando mesmo a superar Londres no que toca à importação de alguns bens específicos, principalmente na área dos têxteis, e da cutelaria. Segundo Sacuntala de Miranda, a tonelagem dos navios alemães entrados em Portugal em 1910 seria de 1.598.449 toneladas, e a britânica de 1.594.969 toneladas¹⁷⁸. O desespero britânico era evidente, como se infere das palavras de Lancelote Carnegie, que relembrou à British Chamber of Commerce em Portugal: «restaurar o mais rapidamente possível o comércio Anglo-Português»¹⁷⁹. A atividade marítima alemã em Portugal, incomodava o jugo britânico. Portugal era para a Alemanha um entreposto comercial que era preciso não descurar¹⁸⁰.

Qualquer leitor que leia este trabalho fica com a sensação de que os submarinos alemães eram invencíveis, e que seriam por sua vez imparáveis. Invencível e imparável parece-nos algo de exagerado, pois estes atuavam sempre numa situação vantajosa, no entanto é de notar que estes submersíveis navegavam com bastante facilidade. As autoridades marítimas portuguesas eram desprovidas de hidrofones (espécie de microfone utilizado a partir de 1917, que serviria para detetar as hélices dos submarinos), e mesmo de meios para combater, daí as campanhas triunfais destes agentes. A sua versatilidade, rapidez e a capacidade de autonomia ditavam o seu sucesso. Apenas verificamos um

¹⁷⁵ PIRES, Ana Paula (2011) – *Portugal e a I Guerra Mundial. A República e a Economia de Guerra*. Lisboa: Centenário da República 1910-2010.

¹⁷⁶ *Ibidem*, p. 73.

¹⁷⁷ *Ibidem*.

¹⁷⁸ *Ibidem*, p. 75.

¹⁷⁹ *Ibidem*.

¹⁸⁰ *Ibidem*, p. 74.

submarino afundado nas águas portuguesas, o U – 154, de Hermann Gercke, a 11 de Maio de 1918, pelo submarino britânico *HMS E35*, a várias milhas a oeste do Cabo de S. Vicente¹⁸¹. Nunca foi necessário, segundo António José Telo, enfrentar uma força naval inimiga significativa, pois se tal acontecesse a Armada pura e simplesmente não tinha meios para o fazer¹⁸².

A atividade marítima alemã nas águas portuguesas foi uma das grandes razões por que Portugal entrou na Grande Guerra. Não só pelos navios alemães que estavam ancorados nos portos portugueses, que a Grã-Bretanha tanto desejou apreender, mas também ao sucesso da campanha submarina alemã, como António José Telo evidencia¹⁸³. Sem a sua atividade, a Grã-Bretanha não teria pressionado Portugal para a sua apreensão, com o consequente arrastamento para o conflito em causa. Este facto, deveu-se também ao desespero da causa aliada. Os submarinos da *Kaiserliche Marine* esperavam asfixiar a Inglaterra em seis meses, após os Estados Unidos entrarem na guerra, chegando a afundar, em Abril de 1917 (o pico de toda a guerra), cerca de 880.000 toneladas¹⁸⁴. Estiveram mesmo muito próximos de o fazer, pois, segundo Nuno Santa Clara Gomes, a resposta aliada fora algo tardia¹⁸⁵, derivada da transferência de tropas americanas para a frente flamenga. Segundo o mesmo autor, os alemães perderam 26 submarinos em 1915, 28 em 1916, 66 em 1917 e 72 em 1918¹⁸⁶, num total de 192 U-Boats em toda a guerra.

Em Portugal a atividade marítima alemã demonstra-se residual, mas constante, não se trata de uma frente marítima de primordial preponderância, mas sim um ponto de confluência de várias rotas. Sem quaisquer forças arbitrais nas águas lusas, estas seriam completamente permeáveis à guerra de curso alemã. Os alemães prosseguiram nas nossas águas com uma enorme rapidez e eficácia, devido à superioridade do seu armamento e à impotência da Armada nacional. A confiança no seu armamento fazia com que arriscassem e ousassem ainda mais do que em outro teatro de guerra com maior importância, como o Mar do Norte ou o Mediterrâneo. Imaginemos, portanto, as nossas costas desprotegidas, onde vapores, veleiros e pequenas embarcações navegavam sempre cautelosamente. Eram águas certamente inseguras.

¹⁸¹ Disponível em <http://www.uboat.net/wwi/boats/index.html?boat=154> (consultado a 08/09/2014, às 21:30).

¹⁸² ANICETO, Afonso; GOMES, Carlos de Matos (2014) – *Portugal e a Grande Guerra – 1915-1917. O Fim da Guerra*, p. 79.

¹⁸³ ANICETO, Afonso; GOMES, Carlos de Matos (2014) – *Portugal e a Grande Guerra – 1914-1915. Uma Guerra Diferente*, vol. 5, p. 55.

¹⁸⁴ ANICETO, Afonso; GOMES, Carlos de Matos (2014) – *Portugal e a Grande Guerra – 1918-1919. O Fim da Guerra*, p. 77.

¹⁸⁵ *Ibidem*.

¹⁸⁶ *Ibidem*.

Ainda hoje, os vestígios desta atividade são motivo de perplexidade, de intriga e de mistério. Uma notícia do *i Online*, de 2 de Setembro de 2014, providenciada pela Agência Lusa, diz-nos que o Centro de Investigação Naval da Marinha Portuguesa (CINAV) está a tentar localizar o veleiro italiano *Bienaimé Prof. Luigi*, afundado pelo submarino alemão U-35 ao largo de Sagres, em Abril de 1917, em plena 1.º Guerra Mundial¹⁸⁷. Outra notícia do *Correio do Minho*, do dia 5 de Novembro de 2012, Joaquim Gomes diz-nos que, durante a guerra, os submarinos alemães eram secretamente abastecidos na vila de Esposende. Segundo o autor, o jornal *Gazeta de Braga*, do dia 13 de Maio de 1917, dá-nos pistas neste sentido, afirmando que o Governador civil do distrito minhoto chegou mesmo a comparecer em Esposende para analisar a situação¹⁸⁸. A guerra no mar foi sem dúvida uma das maiores surpresas da Primeira Guerra Mundial, muito devido à guerra submarina, que se demonstrou espetacularmente eficaz. Portugal assistiu a este fenómeno, observando impotentemente os ataques alemães.

FONTES

Fontes Históricas

O Comércio do Porto

Recursos eletrónicos:

http://www.momentosdehistoria.com/MH_02_Marinha.htm

www.correiodominho.com/cronicas.php?id=4469

www.ionline.pt/artigos/portugal/investigadores-procuram-navio-afundado-ao-largo-sagres-durante-1-guerra-mundial/pag/-1

www.uboat.net

http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/IlustracaoPort/1917/N615/N615_master/N615.pdf

BIBLIOGRAFIA

ANICETO, Afonso; GOMES, Carlos de Matos (2014) – *Portugal e a Grande Guerra – 1915-1917. Uma Guerra Diferente*. Vila do Conde: Lidergraf – Artes Gráficas, vol. 2.

ANICETO, Afonso; GOMES, Carlos de Matos (2014) – *Portugal e a Grande Guerra – 1915-1917. As Trincheiras*. Vila do Conde: Lidergraf – Artes Gráficas, vol. 3.

¹⁸⁷ Disponível em <http://www.ionline.pt/artigos/portugal/investigadores-procuram-navio-afundado-ao-largo-sagres-durante-1-guerra-mundial/pag/-1> (consultado a 08/09/2014, às 21:30).

¹⁸⁸ Disponível em <http://www.correiodominho.com/cronicas.php?id=4469> (consultado a 08/09/2014, às 21:30).

- ANICETO, Afonso; GOMES, Carlos de Matos (2014) – *Portugal e a Grande Guerra – 1915- 1917. O Fim da Guerra*. Vila do Conde: Lidergraf – Artes Gráficas, vol. 5.
- CARDOSO, Rui; RAMALHO, Margarida Magalhães; MARQUES, Ricardo (2014) – *A Primeira Guerra Mundial. Livro Extra sobre a Participação de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros, vol. 7.
- COELHO, A. de Paula (1995) – *Portugal na Grande Guerra (1914-1916). As Negociações Diplomáticas até à Declaração de Guerra*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, Tomo I.
- FERRO, Marc (1990) – *A Grande Guerra 1914-1918*. Lisboa: Edições 70.
- GILBERT, Martin (1994) – *A Primeira Guerra Mundial*. Lisboa: Esfera dos Livros, vol. 2.
- INSO, Jaime Correria do (2006) – *A Marinha Portuguesa na Grande Guerra*. Lisboa: Edições Culturais da Marinha.
- JÚNIOR, Costa (1944) – *Ao Serviço da Pátria. A Marinha Mercante Portuguesa na I Grande Guerra*. Lisboa: Editora Marítima Colonial.
- KNUTSEN, Jan Normann (1999) – *Norway in the First World War*. Poznan: Folia Scandinavica, vol. 5.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1986) – *História de Portugal*. Lisboa: Palas Editora, Vol. 3.
- MIRANDA, Sacuntala de (1987) – *O Declínio da Supremacia Britânica em Portugal (1890–1939)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Tese de Doutoramento.
- PIRES, Ana Paula (2011) – *Portugal e a I Guerra Mundial. A República e a Economia de Guerra*. Casal da Cambra: Caleidoscópio.
- RAMOS, Rui; MONTEIRO, Nuno Gonçalo; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (2009) – *História de Portugal. A República durante e depois da Guerra (1917-1926)*. Lisboa: A Esfera dos Livros, vol. 8.
- RAMOS, Rui (1994) In MATOSSO, José (dir.) – *História de Portugal. A Segunda Fundação*. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. 6.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1989) – *História de Portugal (1910-1926)*. Lisboa: Editorial Verbo, Vol. 11.
- TELO, António José (1999) – *Homens, Doutrinas e Organização*. Lisboa: Academia da Marinha, Tomo I.
- Ministério dos Negócios Estrangeiros (1995) – *Portugal na Grande Guerra (1914-1916). As Negociações Diplomáticas até à Declaração de Guerra*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, Tomo I.

O GOVERNO DE JOSÉ RELVAS: UMA TENTATIVA DE EQUILÍBRIOS NO PÓS-GUERRA (JANEIRO DE 1919 – MARÇO DE 1919)

VANESSA BATISTA*

INTRODUÇÃO

Terminada a Grande Guerra, toda a Europa se encontrou forçada a iniciar um novo processo de reformas políticas, económicas e sociais. No caso português, o período que respeita ao pós-guerra caracteriza-se por uma profunda crise política que se repercute nos restantes campos da vida nacional. O assassinio de Sidónio Pais a 14 de Dezembro de 1918 marca o desaparecimento do projecto político do próprio¹, construído em volta da sua imagem presidencial, sucedendo-lhe João do Canto e Castro, director dos Serviços do Estado-Maior Naval, como presidente da República eleito pelas câmaras. As agitações provocadas pelos sidonistas, bem como a actividade revoltosa dos monárquicos portugueses, intensificada no norte do país, conduziram o ministério presidido por Tamagnini Barbosa à demissão. Reforçava-se a ideia de uma governação apoiada por todas as forças políticas republicanas e pela opinião nacional. José Relvas tornou-se a figura de escolha do presidente que lhe incumbiu a formação de governo a 26 de Janeiro de 1919². Membro do Directório que organizara a revolução de 5 de Outubro de 1910, ministro das finanças do Governo Provisório, ministro plenipotenciário em Madrid orquestrador da harmonia das relações ibéricas, José Relvas representava conjuntamente os ideais republicanos sem filiação partidária estrita. Tendo por base a descrição própria dos acontecimentos presenciados neste período por José Relvas nas suas *Memórias Políticas*, este trabalho

* Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa | vanessasofia_12@hotmail.com

¹ RELVAS, 1977: 81.

² RELVAS, 1977: 83.

pretende assim analisar as razões que nortearam a escolha de Relvas para presidir o ministério, o respectivo programa de governo, bem como as relações estabelecidas entre o executivo e as estruturas partidárias de então, demonstrando a relação do panorama político com o cenário nacional de pós-guerra.

A FORMAÇÃO DO GOVERNO

As revoltas desencadeadas por sidonistas abriram caminho às investidas monárquicas que culminaram na denominada Monarquia do Norte, estabelecida no Porto a 19 de Janeiro³, constituindo-se uma Junta Governativa Provisória liderada por Paiva Couceiro⁴. Apesar de conter a revolta de Monsanto, o governo de Tamagnini Barbosa, de concentração sidonista, não teve sucesso em restituir o poder do estado republicano no norte do país, motivo pelo qual apresentou demissão.

José Relvas foi incumbido pelo presidente da República, Canto e Castro, de formar um novo executivo a 26 de Janeiro de 1919. Esta decisão decorria da premissa, razoavelmente consensual no quadrante político republicano, de que a reposição da normalidade política nacional implicava a constituição de um governo que agrupasse os representantes das principais forças políticas de então. No entanto, a posição de chefe de governo exigia uma neutralidade partidária assumida bem como uma imagem respeitada pela opinião pública. A instabilidade atingida requeria um renascimento do sentimento de renovação e liderança que a República apenas conhecera no seu início, com o Governo Provisório, chamando assim a assumir o seu dever de republicano um dos seus mais destacados membros o qual se mantivera afastado dos confrontos políticos e dedicado a servir o país de forma neutra.

Antes da formação do gabinete, José Relvas empenhou-se em fazer aceitar pelos partidos políticos aquilo que seriam os seus objectivos programáticos no imediato, nomeadamente a manutenção da reforma da Lei da Separação do Estado da Igreja, o afastamento dos emigrados de Dezembro do território português, enquanto durasse a normalização da situação política pretendida, bem como a participação de figuras sidonistas na constituição do novo gabinete⁵. As pastas governativas ficaram assim distribuídas pelas seguintes figuras: Domingos Pereira na Instrução, António Paiva Gomes nas Finanças, membros do partido democrático; Couceiro da Costa na Justiça e interino nos Estrangeiros, como membro do partido evolucionista; Jorge Nunes na Agricultura, Tito de Morais na Marinha, membros do partido unionista; Egas Moniz na pasta dos Estrangeiros, João Pinheiro nas Subsistências, enquanto representantes

³ SANTOS, 2014: 1304.

⁴ SERRÃO, 1989: 224.

⁵ RELVAS, 1977: 84.

sidonistas; Augusto Dias da Silva na pasta do Trabalho, membro do partido socialista; Pinto Osório no Comércio, Carlos da Maia nas Colónias, Freitas Soares na Guerra, José Relvas como presidente e ministro do Interior, membros independentes⁶.

O novo governo apresentou-se na Câmara dos Deputados em 3 de Fevereiro de 1919, momento aproveitado por José Relvas para frisar a gravidade da conjuntura política e económica, mas também a urgência em reinstaurar a República em todo o país, apelando à união partidária no momento de crise nacional⁷. Nesta conformidade, o parlamento em funções, herança do regime sidonista, representava um entrave para os propósitos governativos do novo presidente do ministério os quais residiam numa nova reforma da estrutura institucional republicana baseada na remodelação partidária⁸.

O FIM DA MONARQUIA DO NORTE

Restabelecer a República em todo o território nacional tornou-se num dos mais imediatos objectivos do ministério de Relvas pois não seria possível construir uma nova ordem política estável face à iminência da expansão das forças monárquicas. A imprensa encontrou-se libertada da censura, no entanto apenas eram permitidas notícias sobre a situação no Norte quando as mesmas eram divulgadas pelos ministérios da Guerra ou da Marinha⁹.

Numa entrevista concedida ao jornal *O Século*, José Relvas declarava publicamente as razões que haviam determinado a aceitação da presidência do ministério, justificando a existência do actual gabinete como uma necessidade de reconstituir a estrutura política. O mesmo propósito conferia ao executivo em funções um carácter necessariamente transitório e breve, tendo em vista pôr fim à Monarquia no Norte e conduzir o país às próximas eleições. Na mesma entrevista citava a visão de João Chagas quanto ao que deveria suceder-se em Portugal: «O país pertence a todos, o Estado pertence à República»¹⁰.

As forças de Paiva Couceiro foram derrotadas a 13 de Fevereiro na cidade do Porto; no imediato a notícia era conhecida em Lisboa, desencadeando uma série de manifestações em apoio à República¹¹. Nas suas *Memórias Políticas*, José Relvas relatava a existência de um telegrama reencaminhado para si pelo ministro dos Estrangeiros, Egas Moniz, da autoria de D. Manuel II. O rei enviara o respectivo telegrama dias

⁶ BRANDÃO, 2011: 361.

⁷ RELVAS, 1977: 89.

⁸ RELVAS, 1977: 88.

⁹ RELVAS, 1977: 90.

¹⁰ RELVAS, 1977: 94-96.

¹¹ *A Capital*, 1919, n.º 3031, 14 de Fevereiro, p. 2.

antes da derrota monárquica, rogando ao governo que, no desconhecimento de Paiva Couceiro, fossem passadas ordens suas às forças monárquicas para cessar a resistência ao regime republicano. Tal orientação era suportada por uma amnistia requerida pelo ex-monarca ao governo, aplicável aos adeptos da ideia monárquica e seguidores de Couceiro¹². A amnistia seria concedida aos membros não envolvidos directamente na chefia do movimento monárquico, sendo-lhe permitida a permanência no país, porém sem desempenho de funções públicas ou militares, como a lei do saneamento veio a consagrar¹³. O governo republicano concordou com a proposta de D. Manuel, poucos dias depois a monarquia era vencida.

Relvas revelava-se céptico sobre a capacidade colaborante revelada pelas forças partidárias republicanas. Os acontecimentos ocorridos no Porto, no decurso do desmantelamento da rede monárquica – em particular, durante a prisão ou expulsão dos membros respectivos, – consubstanciavam as apreensões do presidente do ministério confrontado com o desrespeito do partido democrático na mesma cidade pelas orientações expressas do executivo. À nomeação, por iniciativa própria, de um dos seus representantes no Governo Civil, seguia-se o protesto contra os agentes que pretenderam impedir a mesma eleição¹⁴. Tal acto contribuiu fortemente para sustentar a pouca confiança que Relvas nutria pelas forças políticas de então, que somente demonstravam capacidade de união e concordância em períodos de perigo real para a República.

Terminada a Monarquia do Norte estava cumprido um dos mais importantes objectivos traçados por Relvas. No entanto, tornava-se necessária a extinção do parlamento em funções, herdado do sidonismo, para dar início à nova estrutura política que o chefe do governo pretendia arquitectar com os principais partidos republicanos: democráticos, unionistas e evolucionistas. A representação do grupo sidonista no governo bem como a eleição de Canto e Castro pelas câmaras representavam alguns entraves ao projecto de renovação da representação parlamentar. Os partidos, democrático, unionista e evolucionista, solicitavam ainda junto do governo a aplicação da lei de saneamento da República urgentemente, ou seja, a expulsão de cargos públicos de monárquicos ou suspeitos de inimizade ao regime¹⁵. A aplicação desta política visava também o campo intelectual, sendo que na Universidade de Coimbra foram suspensos de funções quatro dos mais respeitados lentes de Direito: Carneiro Pacheco, Domingos Vital, João Tello Magalhães e António de Oliveira Salazar¹⁶.

¹² RELVAS, 1977: 102-103.

¹³ SILVA, 2001.

¹⁴ RELVAS, 1977: 105.

¹⁵ RELVAS, 1977: 106.

¹⁶ SERRÃO, 1989: 233.

No período imediato à vitória sobre as forças monárquicas, vários elementos iniciaram uma campanha de desestabilização política, patrocinando comícios onde se exigia a imediata dissolução das câmaras e criticando a acção do executivo em funções. Na sua liderança encontravam-se homens como Cunha Leal, Ramada Curto, Amâncio de Alpoim e o grupo próximo de Machado Santos¹⁷.

A 20 de Fevereiro, José Relvas aproveitava a ausência dos ministros sidonistas para apresentar um projecto de lei para a dissolução das câmaras. O mesmo gerou tumultos criados pelos sidonistas mais radicais, obrigando a que a sessão fosse suspensa¹⁸. As tentativas de Relvas junto do presidente da República para autorizar a dissolução das câmaras em prol da estabilidade política obtiveram resultado, sendo decretada a dissolução das eleições agendadas para 13 de Abril de 1919¹⁹. Contudo, esta decisão presidencial não evitou o despontar de confrontos entre forças policiais e civis que desencadearam uma manifestação fervorosa após os discursos realizados no comício dirigido por Cunha Leal. O ministério do Interior acabaria por ser invadido, José Relvas e outros membros do governo recolheriam ao quartel do Carmo por protecção²⁰. A polícia que se revelara hostil ao governo acabou por ser desarmada e a normalidade foi reposta²¹.

A dissolução do parlamento foi amplamente aplaudida pela opinião pública republicana, no caso do jornal *A Capital* é possível identificar o seguinte:

A opinião pública deve dar-lhe força (governo), nunca o desrespeitando nem invadindo as suas atribuições, e da mesma maneira certamente procederá com o Sr. Presidente da República que tantas provas de correcção e lealdade tem dado. A dissolução do parlamento, o desarmamento da polícia, foram actos que a opinião pública, no uso d'um legitimo direito reclamou, e que o governo no uso das suas atribuições, resolveu. A opinião pública conta com o governo, o governo conta com a opinião pública²².

TENTATIVA DE UMA NOVA ORDEM POLÍTICA

O sistema político existente carecia, segundo José Relvas, de alterações e cedências acordadas entre os principais grupos partidários. Sendo que o partido democrático se apresentava com um cariz mais radical e unido em torno dessa matriz bem como possuidor de uma ampla estrutura nacional e de programa político divulgado²³.

¹⁷ *Idem, ibidem*, p. 232.

¹⁸ *Idem, ibidem*, p. 107.

¹⁹ Diário da República n.º 35, decreto n.º 5165, série I, 21 de Fevereiro de 1919.

²⁰ RELVAS, 1977: 110-112.

²¹ *A CAPITAL*, 1919, n.º 3039, 22 de Fevereiro, p. 1.

²² *Idem, ibidem*, p. 1.

²³ LEAL, 2008.

Unionistas e evolucionistas, por seu turno, disputavam a ala mais conservadora do republicanismo, desde 1912²⁴. Na perspectiva de Relvas seria possível manter a estrutura democrática uma vez que representava uniformemente uma das facções republicanas; colocava em aberto a hipótese de uma fusão entre partidos ou uma dissolução partidária passível de potenciar uma plataforma política una de pendor conservador, em oposição ao sector democrático²⁵. A síntese do projecto pretendido por José Relvas encontra-se presente no seguinte parágrafo do jornal *A Capital*:

*O sr. José Relvas entende que a política nacional ficaria simplificada desde que se organizassem dois partidos constitucionais, aptos a exercerem o Governo, e apoiados, nos seus processos e fins, pelas duas grandes tendências políticas da sociedade portuguesa: a conservadora e a radical*²⁶.

Com o propósito de concretizar a sua estratégia política para o futuro da República, Relvas iniciou uma série de longas conversações com representantes dos três partidos políticos. A política seguida pelo chefe de governo foi vista por jornais como *O Século*, *A Capital* e *A Manhã*, como uma tentativa positiva de reconstituição do sistema político português, porém os líderes partidários demonstravam-se irredutíveis em aceitar a formação de novos núcleos²⁷. Perante a aproximação de eleições tornava-se vital esclarecer aquilo que seriam as posições oficiais partidárias sendo já pública a ambição de Relvas pela formação de um nova entidade. A 12 de Março, Relvas remetia um manifesto da sua lavra aos partidos republicanos, com o objectivo de obter uma palavra final sobre as intenções e objectivos futuros de cada grupo político²⁸.

Os evolucionistas, liderados por António José de Almeida, fizeram a primeira declaração pública de negação quanto à dissolução ou fusão partidária, defendendo o argumento da existência de uma formação partidária forte liderada por um histórico republicano²⁹. Do núcleo unionista destacava-se Moura Pinto, o qual ambicionava a formação de um novo partido de orientação conservadora liderado por José Relvas³⁰. Este, por seu turno, rejeitou o convite por ser seu único objectivo a estabilidade da política nacional e, cumprido esse, ansiar por um afastamento político³¹.

A 19 de Março de 1919 processava-se a substituição dos delegados representantes de Portugal na Conferência de Paz. A delegação nomeada pelos dezembristas e che-

²⁴ MARQUES, 1978: 52.

²⁵ RELVAS, 1977: 144.

²⁶ *A CAPITAL*, 1919, n.º 3067, 22 Março, p. 2.

²⁷ RELVAS, 1977: 132.

²⁸ RELVAS, 1977: 141.

²⁹ RELVAS, 1977: 132-133.

³⁰ RELVAS, 1977: 151.

³¹ RELVAS, 1977: 176.

fiada pelo ministro dos Estrangeiros, Egas Moniz, era substituída por Afonso Costa na presidência, os ex-ministros dos Estrangeiros, Augusto Soares, e da Guerra, Norton de Matos, e os antigos representantes em Londres e Paris, Teixeira Gomes e João Chagas. A linha intervencionista foi recuperada nas negociações de paz, respondendo à opinião pública crítica da presença monárquica na representação externa³². No executivo, Egas Moniz representava o Partido Nacional Republicano, a estrutura partidária sidonista que correspondera negativamente ao apelo de união concitado por Relvas. Em mis-siva, declarava-se impraticável a fusão com outro dos partidos republicanos, face às circunstâncias da criação deste partido, suas especificidades e objectivos³³.

Enquanto o governo e os partidos se mantinham num impasse quanto ao futuro político do país, o jornal *O Século* descrevia da seguinte forma o panorama nacional:

*Dizem-nos que em dias é de recear a falta ou a exiguidade do pão; a vida encarece sucessivamente; a onda das reivindicações operárias sobe; as questões de fomento económico de que depende o futuro português aglomeram-se sem solução, enquanto os outros povos, ao nosso lado, trabalham e progridem. Resolve-se isto tudo apenas com a política, que já foi, por seu mal, a exclusiva preocupação dos últimos governos do dezembrismo? Quando chegar a hora das exigências e das responsabilidades, a política bastará para responder por tudo? Poderemos estar em erro – mas parece-nos que não.*³⁴

Perante a crise do gabinete, associada, numa primeira fase, à demissão dos ministros sidonistas, seguida pelo pedido de demissão de Couceiro da Costa, Relvas entendeu pertinente deixar a um executivo a constituir a responsabilidade de levar o país a eleições. Esta perspectiva conflituava com os entendimentos de unionistas e democráticos, agentes de pressão sobre o presidente do ministério. Defendia a permanência de Relvas em função executiva, pretensão não acolhida pelo presidente do ministério que instava os partidos a uma reorganização³⁵. Nas memórias, José Relvas transcrevia do jornal *O Século* as seguintes palavras que ilustram a situação política:

*Como se sabe, o sr. José Relvas pronunciou-se, há tempos, abertamente pela fusão dos partidos, chamados das direitas, ou então pela constituição dum bloco, a que presidiria uma Junta Central, para opor uma forte corrente ao Partido Democrático e estabelecer assim um melhor equilíbrio na vida política. Nestas condições, era seu propósito presidir ao acto eleitoral. Seguindo as cousas outro rumo, entende que a sua missão está finda, recusando-se a presidir a um novo Governo.*³⁶

³² GOMEZ, 1980: 203.

³³ RELVAS, 1977: 167-171.

³⁴ RELVAS, 1977: 185.

³⁵ RELVAS, 1977: 181.

³⁶ RELVAS, 1977: 183.

O governo de Relvas acabou por apresentar a sua demissão a 27 de Março de 1919³⁷, perante a falta de concordância dos partidos em encontrar, no imediato, um acordo para a constituição de uma nova ordem política, malogrando-se assim um dos objectivos traçados por Relvas, a reconstituição do sistema partidário republicano. A imprensa demonstrou-se apoiante das reformas que o ministério pretendeu iniciar nomeadamente em relação aos partidos, cultivando uma imagem positiva de Relvas enquanto chefe de governo. Chegava assim ao fim uma das mais dedicadas missões para restituir a estabilidade à República.

CONCLUSÃO

José Relvas, afastado das aspirações partidárias que caracterizaram a maioria dos governos da República, assumiu o cargo de presidente de ministério com objectivos bem definidos: terminar com a monarquia no norte do país bem como a expulsão e prisão de monárquicos; restituir a confiança e estabilidade no sistema político republicano.

A escolha pela sua figura passou por uma tentativa de retorno ao espírito do 5 de Outubro de 1910, regressando a um marco inicial para a vida política que havia sido iniciada com o Governo Provisório. No mesmo governo haviam nascido as primeiras separações ideológicas que deram assim origem às três forças partidárias activas durante os primeiros dezasseis anos de República: partido democrático, partido unionista e partido evolucionista. Estas forças representavam a divisão dos republicanos em dois campos, moderados e radicais, destacando-se a superioridade dos democráticos face ao isolamento que detinham na sua facção, enquanto unionistas e evolucionistas disputavam a liderança dos conservadores sem qualquer tipo de programa oficial e diferenciado entre si.

Na visão de Relvas tornava-se vital que, finda a monarquia, os partidos se encontrassem dispostos a resolver a questão da organização política que traria consigo um novo espírito de ordem e confiança ao país que se via forçado a resolver inúmeras dificuldades económicas num período de pós-guerra que afectara conjuntamente a Europa e os territórios coloniais. Porém durante o desempenho das funções de José Relvas como presidente os partidos não se demonstraram disponíveis para dissoluções ou fusões. Derivando do apoio de membros democráticos e unionistas às ideias de Relvas, o partido evolucionista acaba por apresentar a notícia de uma proposta de dissolução a ser votada em Abril de 1919. Contudo os partidos unionista e evolucionista acabam por realizar a sua desejada fusão em finais de 1919, após o afastamento

³⁷ RELVAS, 1977: 187.

dos seus líderes históricos, Brito Camacho e António José de Almeida³⁸, nascendo o partido republicano liberal numa tentativa de uniformização da ala conservadora republicana³⁹. Terá sido esse um dos legados mais importantes do gabinete de José Relvas, a tentativa de construção de uma força política moderada que fizesse oposição equilibrada ao partido democrático.

Terminadas as suas funções como presidente, Relvas relata nas suas memórias os seus pensamentos acerca do futuro do país face à atitude dos partidos, nas seguintes palavras:

Voltaremos às mesmas lutas estéreis, ao mesmo desinteresse dos problemas nacionais, às mesmas intrigas ambiciosas, e ao cabo de um período mais ou menos longo outra ditadura virá renovar os dias de Pimenta de Castro e Sidónio Pais [...]. Uma ditadura que manterá apenas um simulacro da República, ou que será uma transição para a Monarquia⁴⁰.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

A Capital. Lisboa, Janeiro-Março, 1919.

A Manhã. Lisboa, Janeiro-Março, 1919.

ALLEGRO, José (1988) – *Para a História da Monarquia do Norte*. Lisboa: Bertrand.

BRANDÃO, Fernando de Castro (2011) – *1.ª República Portuguesa uma cronologia*. S. L.: Saint Joseph Academic Press.

Diário da Câmara dos Deputados. Imprensa Nacional, Janeiro Fevereiro, 1919.

Diário do Governo. Lisboa: Imprensa Nacional, I.ª série. Janeiro-Março, 1919.

Diário do Senado. Lisboa: Imprensa Nacional, Janeiro-Fevereiro, 1919.

Enciclopédia Portuguesa Brasileira (1945). Rio de Janeiro: Editora Enciclopédia, vol. XXV.

GOMEZ, Hipollito de la Torre (1980) – *Na encruzilhada da Grande Guerra Portugal-Espanha 1913-1919*. Lisboa: Editorial Estampa.

LEAL, Ernesto Castro (2008) – *Partidos e Programas: o campo partidário republicano português 1910-1926*. Coimbra: Imprensa Universidade Coimbra.

MARQUES, A.H. Oliveira (1978) – *História da Primeira República Portuguesa: as estruturas de base*. Lisboa: Iniciativas Editoriais.

MEDINA, João dir. (1993) – *História de Portugal*. Alfragide: Ediclube, vols. X-XI.

O Século. Lisboa, Janeiro-Março, 1919.

PINTO, Ana Catarina (2009) – *Nova Estratégia para a República*. In ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda, coord. – *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Tinta da China.

RELVAS, José (1977) – *Memórias Políticas*. MEDINA, João, org. Lisboa: Terra Livre, vol. II.

³⁸ TORGAL, 2005: 229.

³⁹ PINTO, 2009: 411.

⁴⁰ RELVAS, 1977: 208.

- ROLLO, Maria Fernanda, dir (2013) – *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*. Lisboa: Assembleia da República, vol. I.
- SANTOS, Miguel Dias (2014) – *Monarquia do Norte*. In ROLLO, Maria Fernanda, coord.- *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*. Lisboa: Assembleia da República, vol. II.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1989) – *História de Portugal*. Lisboa: Verbo, vol. XI.
- SILVA, Armando Malheiro da (2006) – *Sidónio e Sidonismo*. Coimbra: Imprensa Universidade Coimbra, vol. II.
- SILVA, Helena Moreira da (2001) – *A monarquia do Norte: a tentativa de restauração monárquica no Porto e a reacção do regime republicano*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tese de Mestrado.
- TELO, António (1993) – *A Herança da Guerra*. In MEDINA, João, dir. – *História de História*. Alfragide: Ediclube, vol. XI.
- TORGAL, Luís Reis (2005) – *António José de Almeida e a República: discurso de uma vida ou vida de um discurso*. Lisboa: Temas & Debates.
- VENTURA, António (1989) – *O Imaginário Seareiro. Ilustradores e Ilustrações da Revista Seara Nova (1921-1927)*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.

JORGE MONJARDINO: EXPERIÊNCIAS DE MODERNIDADE MÉDICA DURANTE A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

MARGARIDA PORTELA*

Durante a investigação que presentemente desenvolvemos, mais lata e destinada a conhecer o Serviço Médico-Militar Português durante a Grande Guerra, deparámo-nos com a presença de um médico de percurso fascinante, de seu nome Jorge Monjardino. Médico na frente portuguesa durante a Primeira Guerra Mundial, Jorge Monjardino tratou e operou inúmeros homens, feridos por um conflito de proporções nunca vistas, que os atirou em direcção à modernidade, de corpo e alma, e os deixou frequentemente marcados em ambas. Hoje, pouco se sabe deste e de outros médicos que estiveram na Frente Portuguesa. As suas biografias nunca foram feitas, trabalho que tentamos presentemente colmatar, visto que, sem conhecer os intervenientes, dificilmente conhecemos as épocas históricas.

Mas quem foi Jorge Monjardino? Quem foi este médico do qual hoje se fala e se escreve, e o que fez ele há quase 100 anos, que nos permite hoje visioná-lo como um dos introdutores da modernidade médica do pós-guerra em Portugal? Quem foi este médico, e como viveu o conflito que lhe dinamizaria o espírito e o levaria a escrever sobre a Medicina Portuguesa e sobre a forma como a mesma podia vir a ser melhor, diferente e actualizada?

1. O PERCURSO ANTES E DEPOIS DO CONFLITO

Partamos então para factos concretos, que nos elucidem sobre a vida deste médico, pese embora se saiba muito pouco sobre a mesma, principalmente em comparação com o percurso bem mais conhecido do seu irmão, fundador da Maternidade Alfredo

* IHC – FCSH/UNL | margaridapereira2003@gmail.com

da Costa, em Lisboa. De seu nome Jorge de Almeida Monjardino, nasceu em Angra do Heroísmo em 1885. Seu pai faleceria um ano depois do seu nascimento. E de seu irmão mais velho o separavam quinze largos anos. Augusto de Almeida Monjardino (1871-1941), que fez de tudo um pouco antes de descobrir a sua paixão e ingressar em Medicina, tornou-se um conceituado médico da sua época. Veio formar-se a Lisboa, vindo das ilhas, como tantos outros jovens conterrâneos. Jorge seguir-lhe-ia quase todos os passos. A diferença de idades levou a que apenas ele partisse para o *Front*. O seu irmão Augusto tinha já passado da idade de recrutamento. Não o terá acompanhado na sua viagem rumo à dura realidade da guerra.

Mas antes dessa grande viagem, Jorge Monjardino empreenderia uma mais pequena, que transformaria a sua vida. Não almejando seguir uma carreira na política, como o haviam feito seu pai e seu avô, conceituados políticos açorianos de cariz republicano, também ele partiria para Lisboa, para concluir os seus estudos na Escola Médico Cirúrgica da capital. Graças a essa escolha, foi cirurgião dos Hospitais Cívicos de Lisboa e médico militar. Optou pela área da obstetrícia e tornou-se um viajante nato. Não só passaria pelo Corpo Expedicionário Português e pela Frente Ocidental, como viria a partir para o Brasil, poucos anos depois da guerra, para ali desenvolver a sua prática médica. Diz-se que por terras de Vera Cruz teve distinta carreira¹. Ali terá trabalhado no Hospital Egas Moniz – Obra Portuguesa de Assistência, no Rio de Janeiro, e em outras instituições similares, de auxílio à comunidade portuguesa residente².

Regressado a Portugal, exerceu com o seu irmão na Maternidade Alfredo da Costa em Lisboa, fundada pelo mesmo. Ali foi chefe do serviço clínico. E foi ainda docente na Faculdade de Medicina de Lisboa³. Passou por cadeiras como Anatomia, Anatomia Topográfica, Medicina Operatória, Patologia Cirúrgica, Ginecologia e Clínica Cirúrgica. Complementou a sua actividade educativa com a publicação de obras e artigos científicos, em Portugal e no Estrangeiro. Destacam-se *Some notes on portuguese surgery*, publicado na *Lancet* de 26 de Janeiro de 1918, e *Cirurgia de Guerra: Conferência*, que se distinguem das demais por referenciar as suas experiências no C.E.P., bem como o seu contacto com a medicina praticada no estrangeiro (MON-

¹ Jorge de Almeida Monjardino, «BPARAH: História – Doadores de fundos documentais». Consultar em <http://www.bparah.azores.gov.pt/html/bparah-historia+fundos01.html>.

² A Obra Portuguesa de Assistência foi fundada em 14 de Outubro de 1921 pelo então Cônsul Geral de Portugal no Brasil, o médico Joaquim de Barros Ferreira da Silva, com assessoria de Jorge Monjardino e de outros portugueses. O objectivo principal encontrava-se no auxílio prestado aos imigrantes portugueses que escolhessem o Brasil para residir, prestando assistência médica e farmacêutica, entre outros serviços aos seus sócios, esposas e filhos. Era uma obra de cariz assistencial, no qual se atendiam os necessitados, de acordo com as suas necessidades. (Veja-se «Hospital Egas Moniz – Obra Portuguesa de Assistência». Em <http://www.obraportuguesa.com.br/historia.asp>).

³ Jorge de Almeida Monjardino. «BPARAH: História – Doadores de fundos documentais».

JARDINO, 1918b; MONJARDINO, 1919). Foi ainda Vice-secretário da Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa. Contudo, morreu novo, no auge da sua sabedoria e conhecimento. Tinha apenas 55 anos.

Presentemente, não temos conhecimento da existência de qualquer biografia aprofundada sobre esta importante personagem da Medicina portuguesa dos inícios do século XX. Considerado um cirurgião brilhante, mencionado na Enciclopédia do Ensino, Ciência e Cultura na História da Universidade de Lisboa de forma confusa e cheia de interrogações, e fazendo parte dos açorianos referidos pela Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo (BPARAH), Jorge Monjardino não teve ainda direito a que o seu espólio fosse alvo de recolha e catalogação arquivística, essencial para desmistificar o seu conteúdo. O que dele sabemos provirá muito mais das suas palavras, que acabam por intrigar e adensar o mistério, mas que demonstram igualmente o que ele viu, aprendeu e consigo trouxe das suas viagens em tempo de guerra.

Destas destacam-se as suas visitas a dois locais, dois importantes polos de aprendizagem e de modernidade médica da sua época: o Hospital Carrel, situado em França, na Frente Ocidental; o Queen Mary's Hospital em Sidcup, Inglaterra, na Home Front inglesa. Serão eles os elementos essenciais que nos auxiliarão a demonstrar que Jorge Monjardino é uma personagem da história médica do nosso país que necessita ser mais analisada e conhecida, tarefa a que nos entregamos presentemente e nos tempos vindouros. E fazemo-lo por uma razão simples, que vai além da curiosidade sobre o mesmo: se existe algum médico, desconhecido do grande público ou da Academia, que entendeu onde e como funcionava a Medicina moderna do seu tempo, esse médico foi exactamente Jorge Monjardino.

2. JORGE MONJARDINO ENQUANTO MÉDICO DO C.E.P.

Jorge Monjardino não foi o único médico que, uma vez ao serviço do Corpo Expedicionário Português, teve a oportunidade de partir e conhecer locais de aprendizagem, mais ou menos perto das linhas da frente. Existiram outros médicos que visitariam e trabalhariam em hospitais pertencentes aos Aliados, e chegariam mesmo a partir para Paris, para efectuar trocas de conhecimentos ou adquiri-los, de forma empírica, visitando locais diversos. Reinaldo dos Santos tinha partido para França em meados de 1916, para se informar sobre a forma como os Aliados procediam ao tratamento dos seus doentes. A sua experiência ficaria registada no livro *A Cirurgia na Frente Ocidental* (SANTOS, 1916) e ser-lhe-ia muito útil quando liderou um grupo de homens que trabalhou directamente com os Britânicos, em 1917.

Posteriormente, Mestre Reinaldo, como era conhecido entre discípulos e colegas, seria visita assídua nas Conferências Interaliadas dedicadas às questões da

Cirurgia de Guerra. Um Currículo Vitae seu, posterior ao conflito, refere que se tornou especialista em fracturas «pendant la guerre». Já as referências à correcta utilização dos Raios-X em campanha são assunto frequente nos seus relatórios secretos, que consultámos no Arquivo Histórico Militar em Lisboa. Todos estes dados são fruto da intensa troca de conhecimento que este médico teve com o Serviço de Saúde Britânico. Já Raúl de Carvalho, médico analista do C.E.P., cujas memórias foram recentemente publicadas, menciona em diversas entradas do seu diário a forma como alguns médicos na frente ocupavam parte do seu tempo a aprender as técnicas utilizadas nos palcos de guerra (CARVALHO, 2013), e as visitas que se efectuavam durante a própria viagem para o *Front*. Visitavam-se colegas de profissão, professores académicos, laboratórios, postos médicos e hospitais, e fazia-se isso durante todo o trajecto, em Espanha e particularmente em França, sendo o Val-de-Grâce local de paragem obrigatória, fonte de conhecimento imensurável. Tratava-se de uma oportunidade a não perder e sem rival.

Mas nem todos os médicos possuíam estas grandiosas oportunidades de enriquecimento. Tendencialmente a oportunidade era dada a académicos reputados, assistentes em universidades e recém-doutorados em Medicina destinados aos hospitais de base, e que serviam de apoio ao sistema instalado na Frente Portuguesa. Os membros dessas equipas eram comumente considerados especialistas e, como tal, precisavam saber tudo o que pudessem sobre o que seria instalado nos hospitais, bem como a forma em que deveriam trabalhar, dentro de uma logística moderna e inspirada no que de melhor se fazia na Frente Ocidental. Assim se adensavam as diferenças entre os médicos que trabalhavam perto das linhas, nos Postos de Socorro Avançados, nos Postos de Socorro e nas Ambulâncias e os da Base e dos Hospitais de Sangue.

Porém, a realidade mais forte era a de que homens como Jaime Cortesão, Bossa da Veiga, Hermenegildo Lourinho, Machado Guimarães Júnior, entre outros, ficavam presos a um sistema em que imperava a necessidade de tratamento urgente dos feridos e doentes, evacuando-os com a máxima rapidez. A sua vida estava frequentemente em perigo, pela sua proximidade das linhas. Jaime Cortesão foi gaseado. Hermenegildo Lourinho e Machado Guimarães Júnior ficaram com os seus homens e foram presos, como eles, na zona do Lys a 9 de Abril, sendo enviados para a Alemanha. Já os médicos da Base viviam vidas diferentes, pese embora pudessem igualmente correr grandes riscos, o que se tornou especialmente evidente com as ofensivas de Março e Abril de 1918, e com o recrudescimento do conflito, que caminhava para o seu fim. Todavia, tinham sido os escolhidos para os exercícios do saber e da modernidade médica. Alguns foram excepções, oscilando entre domínios. Por vezes quase conseguiram juntar tudo no seu percurso em campanha: as viagens, a descoberta, o perigo, o conhecimento, o dever e a modernidade. Um desses casos foi, sem sombra de dúvida, como iremos ver, o do médico Jorge Monjardino.

a) Um médico na frente

Nem sempre uma ficha de combatente, das milhares que o Arquivo Histórico Militar possui em inúmeras caixas guardadas em Santa Apolónia, Lisboa, nos esclarece ou dá pistas de riqueza tão forte como a de Jorge de Almeida Monjardino, médico do Serviço de Saúde do Corpo Expedicionário Português⁴. Poderoso documento, para além dos seus dados pessoais, encerra em si mesmo três informações valiosas: a sua localização inicial dentro do Serviço de Saúde do C.E.P.; a atribuição de uma licença específica para efectuar viagens de conhecimento médico; a sua presença na batalha de 9 de Abril de 1918.

O então tenente-médico Jorge Monjardino, casado e morador na Avenida Duque de Ávila, n.º 69, 3.º Direito em Lisboa, partiu desta cidade rumo a França a 10 de Fevereiro de 1917. Foi destacado para cumprir serviço na Ambulância n.º 1, cujo pessoal viajou em 29 de Janeiro de 1917 e desembarcou em Brest a 2 de Fevereiro do mesmo ano. Pelas datas podemos afirmar que não terá partido com o pessoal da referida ambulância, tendo uma chegada à frente algo posterior. A ambulância 1 encontrava-se sob o comando da 2.ª Divisão do C.E.P e o seu pessoal, uma vez chegado a França, terá seguido de comboio para Aire, onde desembarca a 7 de Fevereiro. O pessoal médico e auxiliar seguiria então a pé, para se acantonar na aldeia de Ham de Blessy, a uma légua de Aire-sur-la-Lys. Enquanto a ambulância não se encontrava funcional, os médicos montaram um posto de socorros e um posto de vacinação, para combate da febre tifóide e da varíola, e seguiram as ordens de envio de diversos destacamentos a dois hospitais britânicos da zona, onde se encontravam soldados portugueses.

Jorge Monjardino dever-se-ia encontrar entre os que visitaram os referidos polos de atendimento médico ingleses. Contudo, deverá ter ido mais além, o que o levou a um grau de conhecimento superior do Serviço de Saúde inglês, em França e em Inglaterra, bem como à sua ulterior promoção a Capitão-médico em 18 de Janeiro de 1918. Monjardino é autorizado pelo Serviço de Saúde e pelo Exército a viajar e conhecer os hospitais de cirurgia ingleses. Segue com essa missão, como refere a sua ficha, em 12 de Março de 1917. O que viu nessa altura não sabemos, nem a extensão da sua viagem. Comprova-se no entanto que pensaram nele como observador e angariador de conhecimento dentro do Serviço de Saúde aliado. Jorge Monjardino não era apenas um médico em França. Visitava outras unidades Aliadas, percepcionava-as, informava-se e reportava.

Quando regressa deste périplo não sabemos. Em finais do ano encontramos-lo de Licença em Campanha. Não refere a mesma que teria vindo a Portugal, apenas que era

⁴ A.H.M. Boletim individual de Jorge de Almeida Monjardino.

de 30 dias, começando a contar a partir de 9 de Dezembro. Devia ter-se apresentado em França pelos dias 9 ou 10 de Janeiro, mas não o fez. Contudo, algo de grandioso deverá ter efectuado, pois mesmo ausente e em falta, não tendo regressado ao serviço activo no *front*, é promovido a Capitão. Tal ocorreu a 26 de Janeiro e Jorge Monjardino continuava ausente... O documento é claro na data do regresso: 9 de Fevereiro. E refere ainda que o Quartel-General lhe concedeu «demora de alguns dias». Para quê? Não se sabe o motivo. Mas poderá ter viajado por outros locais que referencia, como Compiègne ou Sidcup. Viagens que refere ter feito durante o tempo de guerra e que não surgem mencionadas no seu boletim C.E.P., mas que poderão ter valido ao médico uma promoção e uma autorização de adiamento para um regresso às linhas portuguesas. Estas são questões que necessitam ser melhor analisadas, mas para as quais podemos nunca vir a ter mais do que conjecturas. Porém, não ficou com a sua imagem danificada pela demora em regressar... Antes pelo contrário. Continuaria a ser figura grata dentro do Serviço de Saúde C.E.P. e entre os meios militares.

Promovido que foi a Capitão, não ficaria muito mais tempo adstrito à Ambulância n.º 1, pois em 17 de Março era mandado prestar serviço no Hospital de Sangue n.º 1 em Merville. Ali se encontrava a 9 de Abril de 1918. E ali desempenhou o seu papel de médico de forma tão exemplar e abnegada que foi amplamente louvado pela sua atitude:

Louvado pelos serviços prestados no mesmo H.[ospital de] S.[angue] 1 durante o tempo em que ali fez serviço, pela prontidão e boa vontade com que no combate de 9 de Abril de 1918, e quando o bombardeamento da cidade de Merville não permitia intervenções cirúrgicas em casos graves, se prestou a fazer serviço no H.[ospital de] S.[angue] 2 [St. Venaint], também sujeito a bombardeamento, e intervindo ali em casos graves, até onde lhe foi possível só retirando quando lhe foi determinado, revelando sempre modéstia, grande aptidão, zelo e dedicação pelo serviço, aliados à serenidade e abnegação em elevado grau. (Boletim Individual de Jorge de Almeida Monjardino).

O seu louvor data de 28 de Abril de 1919. Tinha já passado um ano dos acontecimentos e Jorge Monjardino transmutou, antes mesmo do Armistício, da posição de médico para a de paciente. Ainda não se sabem as razões dos seus problemas e queixas, mas foi sujeito a diversas juntas médicas, incluso em Portugal, e a uma Licença em Campanha para as efectuar no Hospital Militar da Estrela e no Hospital Militar Temporário em Lisboa. Terá sido ainda transferido para o Hospital de Base n.º 2, para onde transitara o Hospital de Sangue n.º 1 depois do sucedido no Lys, mas em Setembro de 1918 sabemos que foi decretada a sua total incapacidade para efectuar serviço em Campanha durante seis meses. A 11 de Novembro o conflito chegaria ao fim e o médico não necessita voltar, independentemente do tempo de ausência que lhe foi atribuído. Restava-lhe então contar a sua experiência e o que tinha

visto e aprendido com a Grande Conflagração. E ele assim o fez numa esclarecedora conferência, que nos alerta para a sua viagem desconhecida ao âmago dos serviços de saúde dos Aliados, e que nos compete agora analisar.

b) Em visita ao Hospital Carrel

Ainda no decorrer de 1918, Jorge Monjardino seria convidado a proferir uma conferência na Faculdade de Medicina de Lisboa, que intitulou «Cirurgia de Guerra». A mesma foi publicada na íntegra, durante aquele ano, enquanto separata da *Medicina Contemporânea* (MONJARDINO, 1918) e, pouco tempo depois, em trechos riquíssimos, na *Atlântida. Mensário Artístico, Literário e Social para Portugal e Brasil* (MONJARDINO, 1919), alcançando um público muito mais vasto, nacional e internacional, com especial foco de interesse no Brasil. Monjardino partiria para o outro lado do Atlântico, poucos anos depois.

Não se trata do primeiro artigo de grande impacto que detectámos, da autoria deste médico. No seu «Some notes on Portuguese Surgery», artigo publicado em Janeiro de 1918 na *Lancet*, Monjardino reconhece o trabalho feito em parceria com os ingleses, louvando o esforço dos seus médicos e enfermeiras (MONJARDINO 1918b:138). E vai mais longe. Descreve o trabalho português, nos seus mais ínfimos pormenores, com referências claras à forma como se efectuavam cirurgias ou trabalhavam os doentes de diferentes tipos. Demonstrava-se o bom trabalho, os bons intercâmbios com o Serviço de Saúde das British Expeditionary Forces (B.E.F.), o qual investigou conjuntamente com o trabalho português. Nas suas palavras podemos notar assertividade, segurança, raciocínio rápido, e um especialista habituado à análise clara dos acontecimentos, bem como à aprendizagem rápida, tanto pela observação quanto pela experiência.

Na realidade, tanto neste artigo como no seu «Cirurgia de Guerra», elaborado numa fase em que já não se encontrava activo no C.E.P., Jorge Monjardino demonstrou profundos conhecimentos sobre as instalações médicas de guerra, assim como opinou sobre a forma como se encontrava a cirurgia em geral, em Portugal e entre os Aliados. Cirurgia de guerra não mais era do que a velha cirurgia civil elaborada em tempos de conflito. A aprendizagem que fosse feita naqueles tempos podia ser aplicada depois, durante a paz, para tratamento dos pacientes em traumas e problemas mais comuns. Falhas? Talvez apenas a de não conhecer mais sobre a cirurgia e as condições de tratamento dos Alemães, como o próprio refere (MONJARDINO 1919: 1063).

Porém, comparando os cuidados cirúrgicos portugueses com os efectuados por Franceses e Ingleses, chegará a sugerir que Portugal não se encontrava atrasado, não como poderia aparentar, e muito menos como muitos gostavam de vê-lo e pensá-lo.

Em Portugal existiam bons especialistas e bom trabalho efectuado, assim como uma boa capacidade de aprendizagem. Pecava-se, contudo, pela enorme teimosia de muitos dos seus compatriotas e colegas em não lerem ou publicarem em língua estrangeira. Por vezes nem em Portugal publicavam, permanecendo fechados na Academia, nas salas de aula, nos laboratórios e hospitais, o que impedia que revelassem, tanto em Portugal quanto no Estrangeiro, as conclusões ou as evoluções dos seus trabalhos, fosse qual fosse a área de especialização (MONJARDINO, 1919: 1063).

O caso de não publicação no exterior era ainda mais gravoso pelo facto de existirem frequentes críticas aos que, lá fora, não entendiam a medicina efectuada em Portugal. Mas, como se podia fazer compreender aos que viviam em países como a Grã-Bretanha, a França, os Estados Unidos da América, que existia modernidade médica em Portugal, bem como vontade de aprendê-la, quando não se publicava em língua inglesa ou francesa, fora das fronteiras portuguesas? Jorge Monjardino não predicava para não fazer. Com todos os impedimentos e censuras, próprios da guerra, sujeita ao escrutínio da *Lancet* o seu artigo e faz-se publicar. E, dentro do seu país, alerta para a cirurgia, para a dor, para a medicina moderna. Caso para dizer que fazia o que dizia, não sendo apenas um médico moderno mas um visionário, com perfeita compreensão do que seria essencial, outrora e agora, para a transmissão do conhecimento científico a nível nacional e internacional.

Neste contexto encontramos as referências a uma das suas visitas, a que efectuou ao Hospital Carrel em Compiègne. Quando Portugal se embrenha na guerra, já os médicos aliados aproveitavam a mesma para conhecer e publicar sobre determinados achados, invenções médicas e novos conhecimentos, impulsionados pelo próprio conflito, no qual se encontravam há já alguns anos. E um dos grandes, que sobressaiu durante o conflito, foi Alexis Carrel, médico de origem francesa radicado nos Estados Unidos da América, onde trabalhava com outros membros do Rockefeller Institute for Medical Research, desenvolvendo a sua investigação na Universidade de Chicago. Jorge Monjardino terá conhecido este que foi o prémio Nobel da Medicina em 1912. Carrel serviu como Major no Serviço Médico Militar Francês, ajudando a desenvolver o conhecido método Carrel-Dakin, para tratamento de feridas de guerra profundas, referido em todas as suas biografias (DROUARD, 2000; GERMAIN, 2013). Este método foi muito utilizado durante e depois do conflito, adaptado que foi à cirurgia civil em contextos de paz.

Na realidade, Alexis Carrel instalou-se, com auxílio e apoio financeiro do Rockefeller Institute, na linha da frente, tendo ido trabalhar para perto de Compiègne, no Hospital Militar Rand-Royal, que era conhecido pelo seu nome. Ali procurou solução para as feridas de guerra profundas, que provocavam choque nos pacientes, bem como para a gangrena gasosa, que surgia algumas horas após a cirurgia. Com o choque e o apodrecimento dos tecidos, o falecimento do combatente era comum

e sucedia pouco tempo depois, numa época em que, convém lembrar, não existia ainda a penicilina. Com o seu parceiro inglês Henry Drysdale Dakin, Alexis Carrel inventaria então o fluido antisséptico Carrel-Dakin⁵.

O trabalho de pesquisa continuou depois desta descoberta, e durou todo o tempo da comissão de serviço de Carrel no *front* francês. Ali desenvolveu métodos modernos de desinfecção e tratamento de feridas profundas, através da aplicação do «método Carrel», que determinava quando se devia proceder a um encerramento das feridas, e quando se devia deixar as mesmas expostas, amplamente abertas, permitindo a extirpação de materiais estranhos e tecido desvitalizado, assim como uma rápida limpeza com o fluido já referido. Também eram aplicadas tubagens, que permitiam a drenagem dos ferimentos, evitando a acumulação gasosa e de maus fluidos nos ferimentos. Com estes tratamentos modernos, diminuiu-se a incidência da gangrena e da septicémia entre os pacientes tratados em hospitais e unidades militares análogas. Era um profundo trabalho de vanguarda médica, desenvolvido na frente de batalha. Trabalho esse que Jorge Monjardino conhecia, e não de ouvir falar. Jorge Monjardino visitou o referido hospital, o que nos é recordado pelas suas próprias palavras.

E com efeito no Hospital Carrel o visitante recebe amavelmente interessantes preleções acompanhadas de magníficas projecções sobre a evolução bacteriológica das feridas, sobre os aspectos cirúrgicos das suturas secundárias e também, por outro lado, lhe são dadas utilíssimas indicações sobre o modo correcto da preparação do líquido Dakin Daufresne, sobre a marcha da cicatrização que já hoje é representada por uma curva regular e geométrica. (MONJARDINO, 1919: 1065).

As razões que levaram Monjardino de visita ao Hospital 21, em Compiègne, são visivelmente as da aprendizagem e do conhecimento, como para tantos outros profissionais da saúde que por ali passaram, em tempos de guerra. O *timing* exacto em que lá esteve é desconhecido, mas procuramos apurá-lo, com o auxílio de informação de arquivo francesa. Mas é certo que ele seguirá para aquela unidade hospitalar como visitante, não como médico. Ali, sente-se como um aluno, em que podemos antever mesmo alguma excitação e deslumbramento, pois assistiu a filmes e ouviu preleções de teor médico cheias de novidades importantes. Chega a referir que teve «o prazer e mesmo a ventura» de passar por aquela unidade médica hospitalar, a Meca do estudo dos ferimentos de guerra, um local de peregrinação para todos os que desejavam melhor alcançar os avanços das ciências médicas.

⁵ Igualmente conhecido como Carrel-Dakin-Daufresne, pois tinha sido desenvolvido sob o trabalho efectuado anteriormente por Daufresne. O aperfeiçoamento do mesmo levou ao aparecimento deste soro de limpeza, que ganhou este nome – e igualmente fama – antes mesmo da guerra terminar (ROWE, 1917).

Jorge Monjardino era comprovadamente um médico, um grande cirurgião, mas igualmente um homem muito curioso, que via e antevia os desenvolvimentos científicos ao seu redor, e que alimenta no hospital Carrel, como tantos outros jovens médicos, a sua ânsia pelo saber, aprendendo e apreendendo com os melhores do seu tempo o que de mais moderno se sabia no tratamento de feridas de guerra complexas. Pois a guerra não se limitava a ferir: fazia-o com brutalidade. Cabia então ao médico descobrir novas formas de curar, de «remendar» o mal feito por novos tipos de armamento, que desmembravam corpos e dilaceravam almas. E, ao visitar Alexis Carrel, ao visitar o Hospital 21 e os seus colaboradores, Jorge Monjardino teve a oportunidade de ver e aprender com os melhores médicos do seu tempo, arautos da modernidade e do conhecimento médico-científico. Contudo, o tipo de ferimentos ia além dos que já vimos, e o seu percurso nos serviços médicos dos aliados também não se ficou por aqui.

c) Viagem a Inglaterra e estadia em Sidcup

A guerra não se limitava a mutilar os corpos. Existiam cada vez mais ferimentos de cabeça e rosto, que os médicos não conheciam, ou que anteriormente só existiam em pequena escala. Depois, foram chegando aos postos de atendimento, às ambulâncias, aos hospitais, milhares de homens mutilados no rosto. Eram eles a verdadeira face visível da guerra, e a eles se somavam os milhares de amputados, de mutilados dos membros, muitas vezes sofredores de amputações diversas, pois a má sorte não parecia roubar apenas um pé, uma mão... Por vezes feria-os por todo o corpo, arrancando olhos, lábios, narizes, bem como uma das pernas, ou um braço... Estes eram ferimentos que a Medicina podia tentar sanar mas que, lamentavelmente, não podia eliminar. O soldado padecia da mutilação, vítima do obus, do morteiro e da metralha, e jamais voltaria a ser igual. Sobrevivendo, jamais regressaria ao que havia sido, antes do acidente, antes da guerra. Jorge Monjardino sabe da existência destes novos tipos de ferimento. Conhece que se fazem já reparações da face, como ele próprio menciona, intervenções delicadas, pertencentes a um ramo da cirurgia que sofria então colossais avanços, e que sabemos hoje ter dado origem à Cirurgia Reconstructiva Facial.

Porém, se uma amputação de membros resultava geralmente num ferimento consideravelmente similar, as mutilações no rosto não aparentavam possuir qualquer tipo de padrão. A cirurgia reconstructiva de um rosto pautava-se exactamente pela ausência de regras, por ser quase uma «cirurgia do imprevisto» (MONJARDINO, 1919: 1065). Nessas alturas, de pouco serviam os livros, os conhecimentos que tinham sido aprendidos nas cátedras e nos bancos das universidades. A cirurgia passava a ser arte. E se se desejava aprender sobre ela, tinha de se passar obrigatoriamente pelos

centros de trabalho da mesma, onde a arte se fazia e onde os artistas do rosto trabalhavam. Jorge Monjardino visitou pelo menos um deles, o Queen Mary's Hospital, em Sidcup, à época nos arredores de Londres. Mas nada o impediu de ter visitado o outro, situado no Hospital de Val-de-Grâce, em Paris.

Sobre o Val-de-Grâce não nos escreve Monjardino, mas era local comumente visitado pelos cirurgiões militares de serviço em França. Foi ali que, curiosamente, Harold Gillies conheceu o seu mentor, um dos pais da Cirurgia Reconstructiva da Face, frequentemente obliterado da memória histórica pelo trabalho do seu seguidor. Este era Hippolyte Morestin, pertencia à Universidade de Paris, e em Val-de-Grâce realizava algumas das mais complexas cirurgias maxilo-faciais (RIAUD, 2010). Mais curioso terá sido o facto de que foi igualmente numa Licença de Campanha que o neozelandês, radicado em Inglaterra, e a trabalhar no British General Hospital em Rouen, visitou Morestin em Paris. Jorge Monjardino seguiu-lhe os passos, como tantos outros que, como referimos, utilizaram os seus dias livres para se internacionalizarem e conhecerem os meandros da inovação e da modernização médica do seu tempo. Não sabemos se Jorge Monjardino visitou o Val-de-Grâce. Mas conhecia o trabalho daquele grande pioneiro francês, falecido precocemente, como tantas outras mentes brilhantes do seu tempo.

Pese embora mencione Morestin na sua conferência, mesmo que de forma fugaz, não podemos considerar como certa a sua presença naquele hospital parisiense, reinando assim a dúvida sobre a possibilidade de uma viagem a Paris. Contudo, dúvidas não existem no que diz respeito à estadia de Monjardino em Sidcup, Londres. E o que fez ele no Queen Mary's Hospital? Viu o trabalho do maior e mais proeminente reconstrutor facial do seu tempo, Harold Gillies. Refere Monjardino:

Foi este último serviço que frequentei com assiduidade e aí vi fazer as coisas mais extraordinárias que já vi em cirurgia. Nesse serviço um facto que fere logo a atenção é a ordem, o método, a seriedade com que se apresentam os casos, devidamente documentados, mesmo ricamente, com boas fotografias antes e depois das operações, com melhores aguarelas, com gessos e até com bronzes, nos casos mais extraordinários. Olhando toda essa documentação e seguindo esses trabalhos, há a impressão nítida de se transformarem verdadeiras monstruosidades em faces humanas, evidentemente defeituosas mas, sem dúvida, belamente corrigidas. (MONJARDINO, 1919: 1065).

O serviço de Gillies em Sidcup, que Monjardino visitou assiduamente, ficou retido na memória deste médico-cirurgião com pinceladas duradouras. E seria realmente um serviço médico-cirúrgico extraordinário, que deu origem, já nos nossos tempos, a um dos arquivos *online* mais fantásticos que tivemos oportunidade de examinar⁶. Neste,

⁶ «The Queen Mary's Hospital Sidcup Archives», online em <http://gilliesarchives.org.uk>.

podemos consultar os casos que Harold Gillies e a sua equipa trataram naquela unidade hospitalar⁷. De momento desconhece-se se foram tratados soldados portugueses nas suas instalações. Porém, houve soldados de todas as nacionalidades internados no Queen Mary's Hospital, e não só os da Commonwealth. O arquivo poderá ainda mostrar os registos das visitas de Jorge Monjardino, convidado que foi a ver as suas instalações, salas de operações e locais de tratamento. O *site* exhibe ainda as imagens, as fotografias, as aguarelas que o médico português viu produzir, antes e depois das complexas e morosas cirurgias.

Assim, o que Monjardino viu foi o nascer de uma prática cirúrgica reconstrutiva que daria origem, anos depois, à Cirurgia Reconstrutiva, já mencionada, bem como à Cirurgia Estética, à qual Gillies se dedicaria no final da sua vida, reduzindo «defeitos» em estrelas de cinema, cantores e figuras proeminentes da política e das artes. E Jorge Monjardino testemunhou igualmente o nascimento de um arquivo que exhibe, ainda hoje, a brutalidade da guerra, chocando-nos, e demonstrando-nos a forma como os cirurgiões que ali trabalharam lidaram com o horror, com a deformação máxima e com a necessidade de reconstruir faces e almas.

Porém, Monjardino vai mais além, esclarecendo-nos sobre a confiança que a equipa de Gillies depositou nele. Não foi pequena e fugaz a sua visita àquela unidade hospitalar. A crer nas suas palavras, o médico português viu de tudo e de tudo nos descreveu, testemunhando o seu encantamento com o trabalho ali efectuado. Fascínio esse que ressoa ainda hoje, mesmo que tenham passado quase cem anos da sua visita a Londres. Ali, Monjardino teve a oportunidade de observar a forma como os enxertos pediculados – imagem de marca de Gillies e Sidcup – eram elaborados, bem como a forma como era orientada a produção de próteses e a associação de «reconstrução cirúrgica» e «medicina protésica». Refere a presença no hospital de dentistas conceituados e outros especialistas, entre os membros das vastas equipas. Testemunha as dificuldades, a necessidade de grandes tempos de recobro para estes pacientes, e ainda a batalha pela reparação dos tecidos moles e extirpação dos tecidos cicatriciais. E surpreende-se com a forma de aplicação de enxertos, bem como com a utilização de cartilagens para substituição de ossos faciais. Denota-se que tomou conhecimento de técnicas complexas e inovadoras, que iam da limpeza das feridas às anestésias mais perigosas. Tudo o que lhe foi mostrado acabaria por ser observado e registado. E em tudo ficou Jorge Monjardino maravilhado, pois Sidcup era uma instituição modelar, encontrando-se claramente na vanguarda do que se fazia em cirurgia.

⁷ Caso a caso, Gillies referencia igualmente os tratamentos e reconstruções que fez no seu livro dedicado à reconstrução facial. Com descrições assertivas e profusamente ilustrado, este livro de 1920 é um verdadeiro tratado, de consulta obrigatória para quem deseja entender o que se evoluiu a nível da Cirurgia Reconstrutiva Facial (GILLIES, 1920).

CONCLUSÃO

Vanguarda e modernidade. Jorge Monjardino soube movimentar-se nos círculos influentes da Medicina da sua época, bem como dirigir-se aos locais onde melhor se trabalhava, onde a cirurgia de guerra, fosse qual fosse o propósito, era melhor executada e produzia os melhores resultados. Como tal, a sua experiência possibilitou-lhe prolongadas reflexões, durante e depois da guerra, sobre a importância da guerra na Medicina, e sobre a Medicina na guerra, debatendo-se sobre as questões da medicina militar *versus* medicina civil, e até mesmo sobre a inovadora problemática da dor em cirurgia. E viajou. Conheceu polos hospitalares importantes. Não sabemos ainda quando o fez, mas antevemos por que o fez. Movimentou-se neste espaço militarizado com o intuito de aprender e trazer a aprendizagem para o seu país. Restará agora pensar e entender quanto do que absorveu no seu périplo transportou para as suas experiências e labores do pós-guerra.

Em 1974 J. E. McAuley chamou a atenção para a ausência de trabalhos de investigação relacionados com um dos grandes pioneiros do tratamento cirúrgico do rosto, mais especificamente da cirurgia maxilo-facial, Sir August Charles Valadier, oficial-médico na Primeira Guerra Mundial. A pesquisa efetuada por Valadier nos primórdios da guerra levou a que os exércitos inglês e francês incluíssem nos seus serviços de saúde, médicos-dentistas (MCAULEY, 1974). O tema deu origem a um desenvolvimento biográfico sobre o autor que auxiliou no aprofundamento do conhecimento dos serviços médicos ingleses e franceses durante a conflagração.

Alguns anos depois, João Lobo Antunes desvendava na revista *Acta Médica Portuguesa* a forma como descodificara a presença de Reinaldo dos Santos junto de Harvey Cushing⁸, o que sucedera em pelo menos duas ocasiões (ANTUNES, 1989). Uma simples leitura de um artigo estrangeiro fê-lo concluir que ambos os médicos se cruzaram nos hospitais ingleses do *Front*. O próprio Cushing o refere (Cushing, 1936: 265–266). Todavia, ainda ninguém tinha reparado nestas referências, nem em Portugal nem no Estrangeiro.

Na realidade, o que sucedeu a Charles Valadier, ignorando-se o seu papel durante a Grande Guerra, ou o desconhecimento da conexão entre Harvey Cushing e Reinaldo dos Santos durante conflito, é algo de muito comum em Portugal. Enquanto em Inglaterra ou em França se incrementaram os estudos destas e de outras per-

⁸ Proeminente médico e neurocirurgião americano, Cushing é considerado por muitos um dos pais da cirurgia cerebral, senão a sua mais proeminente figura, numa época em que, em Portugal, Egas Moniz trabalhava na Leucotomia Pré-Frontal. Harvey Cushing foi alvo de trabalhos diversos, ao longo do século XX mas só foi consistentemente biografado nos inícios do século XXI, sendo que em inícios de 2007 se publicou a sua mais completa biografia, em inglês, e que não foi ainda traduzida para português. O mesmo sucede com outras personalidades médicas mundiais.

sonalidades médicas, presentes nesta guerra, na frente de batalha ou nos hospitais da *Home Front*, Portugal teima em não biografar os seus militares, muito menos os oficiais médicos que prestaram serviço em França ou em África. Desde a descoberta de Lobo Antunes em 1989, os estudos sobre a medicina da Primeira Guerra Mundial e sobre os médicos portugueses que a protagonizaram, assim como as evoluções e as aprendizagens médicas deste conflito, pouco ou nada evoluíram. Nada foi substancialmente aprofundado.

Desta forma, impera o desconhecimento, ignorando-se a vida de muitos dos médicos que foram importantes para uma época, muitos deles membros integrantes dos grandes Hospitais, Clínicas, Institutos e Universidades. Jorge Monjardino é apenas um exemplo. No entanto, existem centenas de médicos nas duas frentes de combate portuguesas. Não só Monjardino é desconhecido. Todo um mundo de oficiais médicos o é. Enquanto isso, devemos realmente ter em conta que Jorge Monjardino é representativo da procura pelo conhecimento, da busca pelo saber médico e da pesquisa activa que muitos efectuaram no estrangeiro, por forma a trazer para Portugal parte dessa modernidade que se desenvolvia no exterior. E fê-lo durante a guerra... Talvez fosse até melhor dizer que fê-lo por causa da guerra! Porém, o seu papel no conflito foi condenado ao esquecimento, tanto quanto a sua história de vida, antes e depois do mesmo. Em pouco se distingue dos seus muitos companheiros de profissão, incorporados nos serviços médico militares enviados para França.

Veja-se Reinaldo dos Santos, responsável em França pela Cirurgia Militar em Campanha. Ele é representativo do choque entre tradição e modernidade. Uma tradição médica que enviámos para França com os Serviços de Saúde do C.E.P. confrontada com a modernidade por ele apreendida nos anos anteriores à intervenção portuguesa, voluntário que foi nos hospitais ingleses. É o médico moderno que não aceita a velha tradição escolástica, a medicina atrasada sem recurso à experiência, sem o uso da máquina, do Raio-X, da análise, do aparelho para fracturas... Jorge Monjardino é-lhe similar, mas é igualmente sinónimo de reflexão. Uma clara reflexão sobre o que é a modernidade médica do seu tempo. Escreve a modernidade, apregoa-a ao vento com as suas palavras, menciona-a às audiências presentes e aos leitores que o folheiam. Ambos necessitam ser melhor conhecidos.

Na realidade, é fácil compreender, mesmo com uma simples e superficial análise do que nos deixou que, com as suas idas a Inglaterra e as suas visitas em França, Jorge Monjardino se tornaria um proclamador da modernidade e do intercâmbio médico-científico, preconizado por muitos como algo essencial à sua época. Ele é o produto da erudição académica mas igualmente do saber empírico, do conhecimento observado durante a guerra, que trouxe morte mas igualmente avanços científicos e tecnológicos, produzindo o horror mas igualmente o avanço nas ciências, e de entre

elas, a Medicina. A guerra foi a mão destruidora e, simultaneamente, abria as portas à procura de novas soluções para velhos e novos problemas. Aqueles que apanhou nas malhas da sua destruição necessitavam ser agora cuidados. E Jorge Monjardino, como muitos outros médicos, vê na Grande Guerra esse mesmo motor de avanço científico, particularmente a nível da cirurgia.

Outros observarão o mesmo, mas em áreas diferentes. Raul de Carvalho, enquanto médico analista, compreende a modernidade que o rodeia em Paris-Plage, perto dos hospitais de Étapes. Reinaldo dos Santos referirá que se tinha tornado especialista em fracturas (e conseqüentemente no uso do Raio-X!) *pendant la guerre*⁹. Formigal Luzes, um dos homens que incrementou a reabilitação motora e a fisioterapia em Portugal, fê-lo porque viu necessidade da mesma quando frequentou, conjuntamente com Tovar de Lemos e José Pontes, as conferências interaliadas que abordariam o futuro dos soldados mutilados. Aos seus esforços devemos hoje Alcoitão e os serviços de reabilitação que Portugal possui.

Jorge Monjardino acabará por ser quase como que um paradigma, extremamente rico e interessante, para vermos como deixámos as memórias e as vivências destes médicos para trás. É essencial conhecê-los, como reflexos da modernidade do país, e entender quando e onde fomos originais e únicos. Precisamos compreender personalidades médicas como esta para perceber a modernidade dos próprios serviços de saúde civis nos tempos do pós-guerra, onde tantos viriam a trabalhar. Actualmente tendemos à produção desenfreada de biografias diversas, mais ou menos ricas em factos, discutidas até enquanto estilo narrativo e enquanto produto da História, dentro das universidades ou na própria imprensa. Também aumentou o número de análises biográficas de políticos ilustres nos últimos dez ou quinze anos, enchendo estantes de grandes livrarias com análises de vidas mais ou menos relevantes para o nosso dia-a-dia. Mas julgo que ficou igualmente bem determinado nestas linhas que, da modernidade médica portuguesa dos inícios do século XX, pouco ou quase nada saberemos se não conhecermos melhor os seus intervenientes, como é o caso do médico militar, presente na Grande Guerra, e que agora evocamos, Jorge de Almeida Monjardino.

⁹ Foi inclusivamente comum o surgimento de obras que reflectiam a aprendizagem médica, efectuada por alguns especialistas durante a Grande Guerra. Reinaldo dos Santos escreveu sobre a sua experiência antes da entrada de Portugal na conflagração. Já George Makins aprendeu a cuidar feridas por bala durante a guerra, traduzindo o seu conhecimento detalhado em livro, profusamente ilustrado, que serviria para auxílio de uma geração seguinte, a qual partiu novamente para a guerra (SANTOS, 1916; MAKINS, 1919).

FONTES

Manuscritas

Arquivo Histórico Militar (A.H.M) *Fundo do CEP*, «Boletim Individual de Jorge de Almeida Monjardino», PT/AHM/DIV/1/35A/1/08/2350.

Impressas

CARVALHO, Raul de Carvalho ([1917], 2013) – *Quando Raul foi à Guerra. Memórias de um médico português na I Guerra Mundial*. Lisboa: Matéria-Prima Edições.

CUSHING, Harvey (1936) – *From a Surgeon's Journal: 1915-1918*. Boston: Little, Brown, and Company.

GILLIES, Harold Delf (1920) – *Plastic Surgery of the Face Based on Selected Cases of War Injuries of the Face Including Burns, with Original Illustrations*. London: Frowde.

MAKINS, George Henry (1919) – *On Gunshot Injuries to the Blood-Vessels, Founded on Experience Gained in France during the Great War, 1914-1918*. New York: Wood.

MONJARDINO, Jorge (1918a) – *Cirurgia de guerra: conferência*. [s.l.: s.n.].

MONJARDINO, Jorge (1918b) – *Some Notes on Portuguese Surgery*. «The Lancet», n.º 191(4926), p. 138-142.

MONJARDINO, Jorge (1919) – *Cirurgia de Guerra: Conferência*. «Atlântida. Mensário Artístico, Literário e Social para Portugal e Brasil», Vol. IX, n.º 35-36, p. 1062-1067.

ROWEN, R. M. (1917) – *A Note on the Carrl-Dakin-Daufresne Treatment*. «British Medical Journal» n.º 2 (2960), p. 387.

SANTOS, Reinaldo dos (1916) – *A cirurgia na frente ocidental*. Lisboa: Tipografia Mendonça.

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, J. L. (1989) – Harvey Cushing e Reynaldo dos Santos. «Acta Médica Portuguesa», n.º 2(6), p. 302-305.

DROUARD, Alain (2000) – Alexis Carrel. Paris: Editions L'Harmattan.

GERMAIN, Michel A. (2013) – Alexis Carrel. Paris: Editions L'Harmattan.

MCAULY, J. E. (1974) – Chares Valadier. A Forgotten Pioneer in the Treatment of Jaw Injuries. «Proceedings of the Royal Society of Medicine», n.º 67(8), p. 785-789.

RIAUD, Xavier – Pionniers de la chirurgie maxillo-faciale. Paris: Editions L'Harmattan.

NO RESCALDO DA GRANDE GUERRA – A ATRIBUIÇÃO DE PENSÕES DE SANGUE: ASPECTOS SOCIAIS E ECONÓMICO- -FINANCEIROS

JOÃO FIGUEIRA*

INTRODUÇÃO

Em consequência da participação de Portugal na Grande Guerra, vários foram os desafios a que o país teve de dar resposta. Entre eles, um merece particular atenção pela sua importância social e política: a atribuição das pensões de sangue às famílias dos soldados mortos nas várias frentes de combate.

Desde 1914 e até ao início de 1917, as baixas entre as forças militares portuguesas ocorreram em África, nas frentes de combate de Angola e Moçambique, e entre os tripulantes de embarcações torpedeadas pelas forças navais alemãs. Com a declaração de guerra por parte da Alemanha, em Março de 1916, as forças militares portuguesas organizaram-se num contingente denominado Corpo Expedicionário Português (CEP); Portugal enviaria o seu contingente para a frente ocidental, a Flandres, tendo este sido transportado por via marítima desde Fevereiro de 1917.

Tanto nas frentes de África como na Flandres, o número de vítimas cresceu acentuadamente a partir de meados de 1917, e continuaria a aumentar até ao final do conflito; mesmo no pós-guerra, seriam ainda muitas as vítimas, umas em consequência de ferimentos anteriormente contraídos e outras em consequência de doenças também adquiridas em tempo de guerra.

As forças mobilizadas atingiriam praticamente os 110 mil homens, repartidos sensivelmente em partes iguais entre as que constituíram o CEP, estas pouco mais de 55 mil, e que combateriam na Flandres, e as forças mobilizadas para África estas cerca de 50 mil,

* Colaborador do GHES – ISEG, 44jjmf@gmail.com

incluindo um contingente de cerca de 20 mil soldados de forças indígenas locais, e ainda um contingente na defesa das ilhas atlânticas com um pouco mais de 10 mil homens¹.

A partir do último quartel de 1914, quando se intensifica o número de baixas em África, o número de pedidos de pensões de sangue aumenta, e a partir de meados de 1917, com a abertura de uma nova frente de combate na Flandres, o número de baixas vai aumentar ainda mais. Desde essa altura e no pós-guerra até ao início da década de 1920, o Estado foi confrontado com muitos pedidos de atribuição de «pensões de sangue» por parte dos familiares dos militares mortos em combate nas diversas frentes em que as forças portuguesas estiveram envolvidas. Neste período foram requeridas milhares de pensões, dependendo os valores atribuídos da «patente» do falecido, e do(s) requerente(s) ter(em) uma maior ou menor proximidade, dependência e relação com o soldado falecido.

Este trabalho tem como objectivo analisar os dados envolvidos nesta questão, como as pensões concedidas de Outubro de 1914 a Julho de 1919, partindo de um documento do Ministério das Finanças², no qual constam os valores das pensões atribuídas, as patentes dos falecidos, a estrutura familiar dos requerentes, entre outros aspectos.

1. A LEGISLAÇÃO DE CONCESSÃO DE PENSÕES DE SANGUE ATÉ À GRANDE GUERRA

Até meados da década de 1910, a atribuição de pensões de sangue era regulada pelo Decreto de 4 de Junho de 1870³, que republicava legislação de 1867⁴, a qual revogava anteriores diplomas, nomeadamente o de Janeiro de 1827⁵. Quando no Verão de 1914 se registam as primeiras baixas de cidadãos portugueses, o supra citado decreto foi revisto com o intuito de alargar o âmbito da sua atribuição e simplificar os processos para a concessão das pensões. Estas alterações tornaram-se mais prementes quando

¹ Não existem números definitivos sobre as forças militares portuguesas envolvidas na Grande Guerra; sobre este assunto ver, por exemplo: *O esforço militar português*. «O Instituto». Vol. 67, 1920, p. 118-124; MARTINS, 1934-1935 e MARQUES, 2004: 102.

² Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças – *Fundo DGCP – Direcção-Geral da Contabilidade Pública, Secção: Repartição das Classes Inactivas, «Relação nominal dos soldados portugueses mortos na 1.ª Guerra Mundial» (Relação nominal dos indivíduos falecidos por motivo de guerra, com indicação das pensões legadas, número e qualidade dos herdeiros, importância das pensões, segundo a lei francesa, e respectiva capitalização nos termos da mesma lei)*.

³ Decreto de 4 de Junho de 1870, emanado da Repartição do Gabinete do Ministério dos Negócios da Guerra, publicado no *Diário do Governo*, n.º 132, de 15 de Junho de 1870, p. 820.

⁴ Concretamente, a Lei de 11 de Junho de 1867, da 1.ª Repartição da Secretaria de Estado, do Ministério dos Negócios da Fazenda, publicada no *Diário de Lisboa*, n.º 144, de 2 de Julho de 1867, p. 2065.

⁵ Carta de Lei de 19 de Janeiro de 1827, sob proposta do Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, publicada na *Gazeta de Lisboa*, n.º 26, de 30 de Janeiro de 1827, p. 159.

se registaram as primeiras baixas em combates em África, e as crescentes ameaças sobre as tripulações dos navios, situações que obrigaram o governo a alargar o âmbito da concessão daquelas pensões.

No decreto de 1870 era estabelecido e hierarquizado o universo de beneficiários das pensões de acordo com o seguinte critério⁶: 1.º – as viúvas ou, na inexistência destas, por terem falecido ou contraído novas núpcias antes de fruírem a pensão, as filhas solteiras e filhos menores de 14 anos; 2.º – as filhas solteiras e os filhos menores de 14 anos ou, na falta destes, à mãe se esta fosse viúva; 3.º – a mãe ou, na falta desta por morte ou por ter contraído novas núpcias, repartida entre as irmãs solteiras; e 4.º – a(s) irmã(s), mas somente no caso de ter(em) estado a seu cargo a sua subsistência.

Quanto às condições gerais que teriam de verificar-se para atribuição das pensões, são elas⁷: a) não poderiam exceder os 30% do soldo auferido pelo falecido; b) deveriam ter um parecer favorável do procurador-geral da Coroa e Fazenda e o aval da secção administrativa do Conselho de Estado; c) e que só remunerassem os serviços dos falecidos no campo de batalha, ou os que falecessem em consequência de ferimentos aí contraídos até seis meses depois, e os que neste período ficassem impossibilitados por alienação mental, e nesse estado falecessem.

Eram ainda fixadas disposições sobre a concessão e fruição de pensões, salientando-se a impossibilidade da sua acumulação com qualquer outra paga pelo Estado; a revogação ao(s) seu(s) usufrutuário(s) quando condenado(s) a pena maior, embora a readquirisse(m) se a pena fosse temporária ou depois de a ter(em) cumprido⁸.

Às pensões solicitadas por mortes ocorridas nas colónias aplicava-se o Decreto de 16 de Novembro de 1872⁹, embora fossem as Cartas de Lei de 19 de Janeiro de 1827 e de 11 de Junho de 1867 a constituírem-se como os diplomas fundamentais. Com o início das hostilidades em África, é criado um novo regime jurídico simplificando o processo para a concessão de pensões, já que este estava a tornar-se muito demorado pela exigência de documentos custosos de reunir e, por outro lado, alargar esse direito tornando-o extensivo às famílias do pessoal civil componente das tripulações dos navios ao serviço do Estado.

De modo a simplificar os mecanismos de concessão de pensões para dessa forma atenuar os transtornos causados pela demora na instrução dos seus processos, o governo determinou, em Abril de 1915¹⁰, que fossem concedidas às famílias, de forma

⁶ Ponto § 1.º e § 2.º, do artigo 1.º, do Decreto de 4 de Junho de 1870.

⁷ Artigo 2.º, do Decreto de 4 de Junho de 1870.

⁸ Respectivamente, os artigos 3.º e 4.º, do Decreto de 4 de junho de 1870.

⁹ Decreto de 16 de Novembro de 1872, da 4.ª Repartição, da Direcção-Geral do Ultramar, do Ministério da Marinha e Ultramar, publicado no *Diário do Governo*, n.º 265, de 22 de Novembro de 1872, p. 1774-1775.

¹⁰ Decreto n.º 1525, de 21 de Abril de 1915, da Secretaria-Geral, do Ministério das Colónias, publicado no *Diário do Governo*, n.º 78 (I Série), de 21 de Abril de 1915, p. 390.

provisória, as pensões a que tivessem direito, logo que os governadores das províncias comunicassem telegraficamente a data e as causas dessa morte; as autoridades deveriam contactar os familiares despoletando estes os processos de concessão das pensões que lhes seriam concedidas provisoriamente até à posterior conclusão de todo o processo; cumpridos os trâmites, seriam remetidos à Direcção Geral da Contabilidade Pública, para o Ministério das Finanças emitir o seu despacho de concessão de pensão vitalícia, a fim de ser passado o respectivo título. A extensão do direito à concessão de pensões de sangue ao pessoal civil das tripulações dos navios ao serviço do Estado e às suas famílias foi decretado em Março de 1916¹¹, abrangendo os diversos cargos e estipulando os valores das pensões mensais quaisquer que fossem os vencimentos auferidos pelos tripulantes contratados. Esses valores eram os seguintes:

Quadro 1 – Relação entre cargos e valores mensais de pensão (1916)¹²

Cargo	Valor da pensão	Cargo	Valor da pensão
Comandantes	55\$00	Dispenseiros	12\$00
Imediatos, médicos, maquinistas encarregados e comissários	45\$00	Telegrafistas sem fios auxiliares	11\$00
Pilotos e oficiais maquinistas	35\$00	Ajudantes de dispenseiros	11\$00
Praticantes de piloto ou de maquinista	15\$00	Criados	10\$00
Mestres e patrões ou arrais de pequenas embarcações	14\$00	Fogueiros	8\$00
Contramestres	14\$00	Marinheiros	8\$00
Carpinteiros	14\$00	Padeiros	8\$00
Serralheiros	14\$00	Cozinheiros	8\$00
Calafates	14\$00	Chegadores	6\$00
Enfermeiros	14\$00	Moços	6\$00
Telegrafistas sem fios	12\$00	Ajudantes de cozinheiros	6\$00

¹¹ Decreto n.º 2290, de 20 de Março de 1916, da Repartição do Gabinete do Ministério da Marinha, publicado no *Diário do Governo*, n.º 53 (I Série), de 20 de Março de 1916, p. 266.

¹² Decreto n.º 2290, já referido; Decreto n.º 2338, de 17 de Abril de 1916, da Repartição do Gabinete do Ministério da Marinha, publicado no *Diário do Governo*, n.º 75 (I Série), de 17 de Abril de 1916, p. 329, alargando a atribuição de pensões aos «Carpinteiros», «Serralheiros» e «Calafates»; e Decreto n.º 2629, de 16 de Setembro de 1916, da Repartição do Gabinete do Ministério da Marinha, publicado no *Diário do Governo*, n.º 189 (I Série), de 16 de Setembro de 1916, p. 879, alargando o âmbito das pensões aos «Praticantes de piloto ou de máquinas», «Enfermeiros», «Telegrafistas sem fios praticantes», «Ajudantes de dispenseiros» e «Ajudantes de cozinheiros».

Também neste caso a demora na organização e seguimento dos processos de habilitação às pensões obrigou a que, por legislação de Maio de 1917¹³, fosse extensivo a estes beneficiários o regime legal aplicado às forças militares da marinha – estabelecido pelo Decreto n.º 2877, de 30 de Novembro de 1916¹⁴ –, nomeadamente quanto à atribuição provisória da pensão desde o primeiro dia do mês seguinte à ocorrência do falecimento; eram consideradas pessoas da família para este efeito, as indicadas no § 1.º e § 2.º, do artigo 1.º, da Lei de Janeiro de 1827¹⁵.

Pelo exposto, fica evidente a diversidade de diplomas que regulavam as «pensões de sangue» até esta altura. A entrada de Portugal na guerra vai exigir alterações legislativas de fundo, nomeadamente o alargamento do âmbito da concessão das pensões ao pessoal civil afecto a serviços realizados no âmbito de acções militares e, ao mesmo tempo, a urgência de compilar a legislação dispersa existente sobre este assunto, introduzindo-lhe as «modificações aconselhadas aos modernos princípios e tornando-as o mais possível equitativas e justas, para corresponderem ao fim altruísta que as devia inspirar», como se podia ler na introdução ao Decreto n.º 3632, de 29 de Novembro de 1917, que se propunha regular a concessão de pensões de sangue.

2. A NOVA LEI DE CONCESSÃO DE PENSÕES DE SANGUE

O regime jurídico estabelecido em Novembro de 1917¹⁶ quanto à concessão de pensões de sangue, dispunha que este se aplicaria às pensões a conceder daí em diante, mas também às que respeitassem a factos anteriores à sua publicação, ou seja, produzia também efeitos retroactivos, e quanto aos valores mínimos a praticar daí em diante. Este decreto veio reunir num diploma as anteriores disposições nesta matéria e que estavam dispersas por vários diplomas, como a já referida Carta de Lei de 19 de Janeiro de 1827, a Carta de Lei de 20 de Fevereiro de 1935¹⁷, o Decreto de

¹³ Decreto n.º 3117, de 9 de Maio de 1917, da Repartição do Gabinete do Ministério da Marinha, publicado no *Diário do Governo*, n.º 70 (I Série), de 9 de Maio de 1917, p. 331-332.

¹⁴ Decreto n.º 2877, de 30 de Novembro de 1916, da Repartição do Gabinete do Ministério da Marinha, publicado no *Diário do Governo*, n.º 248 (I Série), de 12 de Dezembro de 1916, p. 1143-1144.

¹⁵ Que dispunha nos referidos parágrafos 1.º e 2.º, do artigo 2.º, que as pessoas de família eram: mulheres viúvas; na falta delas as filhas solteiras e filhos menores de 14 anos; na falta destes a mãe viúva; e, finalmente, as irmãs solteiras do falecido; nestes dois últimos casos, apenas se estas tivessem estado sob a dependência do falecido.

¹⁶ Decreto n.º 3632, de 29 de Novembro de 1917, do Gabinete do Ministro do Ministério da Guerra, e publicado no *Diário do Governo*, n.º 210 (I Série), de 29 de Novembro de 1917, p. 1259-1261.

¹⁷ Este diploma alargou o âmbito da concessão de pensão de sangue às famílias dos militares falecidos no contexto dos conflitos entre Absolutistas e Liberais, e que fossem fiéis à Rainha D. Maria I, da Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, publicado no *Diário do Governo*, n.º 50, de 27 de Fevereiro de 1835, p. 209.

18 de Outubro de 1836¹⁸, a Lei de 11 de Junho de 1867, o Decreto de 4 de Junho de 1870 e o Decreto de 16 de Novembro de 1872, todos já referidos, ainda o Decreto n.º 1525, de 21 de Abril de 1915¹⁹, os Decretos números 2290, 2338 e 2629, estes de 20 de Março, 17 de Abril, e 16 de Setembro de 1916, respectivamente, também já referidos, que alargaram o âmbito da atribuição das pensões ao pessoal civil ao serviço do Estado, e o Decreto n.º 3117 de 9 de Maio de 1917, que simplificou estes três últimos.

Uma das primeiras disposições deste diploma dizia respeito ao montante mínimo das pensões, estabelecendo o valor de 72\$00 escudos anuais como limite mínimo das pensões a serem atribuídas e ainda a obrigatoriedade de todas as pensões anteriormente concedidas que tivessem um valor inferior àquele fossem actualizadas para aquele montante – § único, do artigo 1.º – a contar de 1 de Janeiro de 1918; este regime legal já abrangia as mortes que resultassem de ferimentos, acidentes ou doenças contraídas em campanha, e era ainda extensivo às mortes por ferimento ou acidente ocorridos na manutenção da ordem pública ou no desempenho de deveres ou serviços militares, ou na sequência de doença ocasionada por serviço militar desempenhado nas colónias ou na metrópole, e ainda às mortes de civis se estes estivessem incorporados nas forças militares, tendo empregados ao seu serviço (colaborando com as forças militares por ordem de autoridade competente), e no caso de se verificarem as condições atrás referidas: ferimentos, acidente ou doença contraída nessa situação (pontos 1.º e 2.º, do artigo 2.º)²⁰. Para além das situações referidas, eram ainda abrangidas as mortes dos médicos, veterinários, pessoal de enfermagem e outro ao serviço das associações mutualistas e das associações da Cruz Vermelha, da Estrela Vermelha e da Cruzada das Mulheres Portuguesas, desde que ocorridas nas condições atrás referidas. O universo dos requerentes a pensão era constituído pelos familiares do falecido e ainda por outras pessoas nos casos tipificados na lei, e podiam agrupar-se em seis «categorias»²¹:

- 1.ª – as viúvas;
- 2.ª – as divorciadas ou separadas judicialmente com direito a alimentos, por si e também pelos filhos do falecido, caso existissem;

¹⁸ Emanado da 3.ª Repartição da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, publicado no *Diário do Governo*, n.º 250, de 21 de Outubro de 1836, p. 1182.

¹⁹ Já referido e cuja rectificação consta no *Diário do Governo*, n.º 96 (I Série), de 24 de Maio de 1915, p. 456.

²⁰ Esta disposição foi revogada pelo Decreto n.º 5350, de 24 de Abril de 1919, da Secretaria-Geral do Ministério das Finanças, publicado no *Diário do Governo*, n.º 66 (I Série), de 1 de Abril de 1919, p. 545; este diploma veio reafirmar a obrigatoriedade das pensões não poderem ser inferiores a 72\$00 escudos (artigo 1.º).

²¹ Artigo 4.º.

- 3.^a – os descendentes masculinos até à idade de 18 anos, ou até aos 25 anos caso frequentassem com aproveitamento qualquer curso, e ainda todos os que tivessem mais de 25 anos mas fossem incapazes física ou mentalmente de garantir a sua própria sobrevivência;
- 4.^a – as descendentes femininas desde que na condição de solteiras ou viúvas, também as casadas desde que não tivesse meios de subsistência próprios e os cônjuges os não pudessem angariar por incapacidade física ou mental, e ainda as divorciadas ou separadas judicialmente;
- 5.^a – os ascendentes, ou seja, ou pais em conjunto ou individualmente, e os avós, também de forma conjunta ou separadamente;
- 6.^a – os irmãos com idade até aos 18 anos, e até aos 25 anos se fossem estudantes com aproveitamento, e ainda acima desta idade se fossem incapazes física e mentalmente de garantir a sua própria sobrevivência;
- 7.^a – as irmãs, desde que nas mesmas condições referidas para as descendentes (alínea 4.^a);
- 8.^a – a(s) pessoa(s) que tivesse(m) criado o falecido e da qual ele se tivesse tornado amparo.

O referido diploma legal dispunha ainda que, quanto às regras²² do universo de aplicação e distribuição das pensões, seria respeitada a seguinte precedência: i) quando existissem viúva e filhos, caberia à viúva metade da pensão e o restante seria dividido pelos filhos; ii) se a viúva entretanto se casasse antes da atribuição da pensão – ou por já receber outra pensão de sangue –, a parte que lhe caberia seria repartida entre os filhos; iii) existindo apenas filhos, a pensão seria dividida entre os que reunissem as condições referidas no ponto 6.º, e à medida que os filhos fossem deixando de reunir as condições para dela serem beneficiários, a sua parte seria dividida entre os restantes; iv) a pensão seria toda para a viúva se esta não tivesse filhos, ou no caso deles já não reunirem as condições de elegibilidade atrás referidas; v) quando não existia viúva ou filhos, o direito à pensão passaria para os netos; vi) não havendo descendentes, a pensão passaria para os ascendentes, ou seja, os pais, ou cada um deles de forma individual e, em caso de falecimento destes, a pensão passaria para os irmãos que fossem elegíveis; vii) na falta de ascendentes, a elegibilidade seria dos irmãos nas condições atrás referidas; viii) em caso de inexistência de viúva, descendentes, ascendentes ou irmãos, a pensão reverteria a favor de quem

²² Artigo 5.º e Artigo 6.º, que estabelecia que as disposições/regras para a concessão de pensões se aplicavam, igualmente, aos militares em serviço na *Companhia de Moçambique* e na *Companhia do Niassa*, ou em qualquer outra que tivesse semelhante organização, devendo estas pensões serem pagas pela companhia ao serviço das quais o militar tivesse falecido.

tivesse criado e sustentado o falecido, e de quem este se tivesse tornado amparo; ix) nos casos em que a pensão estivesse dividida entre a viúva e filhos e algum dos contemplados perdesse a sua parte por morte ou por deixar de reunir as condições de elegibilidade, essa parte seria dividida entre os restantes beneficiários; x) no caso de haver uma viúva e filhos com direito a pensão e, ao mesmo tempo, também uma ex-mulher com direito a pensão de alimentos, esta última teria direito a $\frac{1}{4}$ do total da pensão, ficando os restantes $\frac{3}{4}$ repartidos de acordo com as regras anteriormente definidas; xi) perderiam o direito à pensão as viúvas, os ascendentes, os descendentes – neste caso exceptuando as filhas – e os colaterais do falecido, que contraíssem matrimónio depois de lhes terem sido concedidas as pensões.

O direito à pensão iniciava-se no dia seguinte ao que nascia o direito a ela, ou seja, no dia seguinte ao falecimento, e prescrevia no prazo de cinco anos após aquela data se nesse período não tivesse sido requerida; esta prescrição não se aplicava nos casos em que os seus legítimos requerentes fossem menores e/ou não tivessem quem os representasse, enquanto durasse a menoridade, e nos casos em que os requerentes estivessem numa situação de interdição – a cumprir pena, por exemplo –, neste caso o prazo só começaria a contar a partir do momento da cessação da interdição. A documentação necessária à instrução dos requerimentos deveria ser reunida e entregue à autoridade civil ou militar da localidade dos requerentes, cabendo a essas autoridades remetê-los para o Ministério competente; esses documentos incluíam certidões de casamento, de filiação e de óbito, e outras que confirmassem as informações relevantes para a legitimação da pretensão do(s) requerente(s). Após a sua recepção, o Ministério organizava o processo para que as suas repartições competentes pudessem decidir e informar qual deveria ser o quantitativo da pensão a atribuir, e também quaisquer outras disposições legais que se lhe aplicassem; seguidamente era remetido à respectiva repartição de contabilidade que confirmava (ou rectificava) o quantitativo da pensão, remetendo-o, seguidamente, para a Direcção Geral da Contabilidade Pública com o fim de ser relatado pela Repartição Central, à qual competia também declarar o quantitativo da pensão; depois era presente ao ministro das Finanças, que sobre ele emitiria um despacho, concedendo ou negando a pensão requerida; poderia haver recurso para o Supremo Tribunal Administrativo, sendo a sua decisão definitiva. Após a decisão de concessão da pensão, era lavrado o respectivo decreto, seguindo-se o assentamento da pensão na Repartição Central da Contabilidade Pública e ao seu abono em títulos de renda vitalícia, submetidos ao visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado; estes títulos deveriam mencionar as circunstâncias em que os beneficiários perderiam o direito à pensão, e as obrigações a cumprir, nomeadamente a apresentação semestral – a realizar em Janeiro e Julho de cada ano, nas juntas de freguesia, dando assim cumprimento aos requisitos legais de atribuição.

Quanto ao valor das pensões, este era estabelecido consoante a patente, sendo o seu montante mínimo os 72\$00 escudos anuais, valor que se aplicava igualmente às pensões já em vigor²³, ou seja, daí em diante as pensões teriam um valor igual ou mais alto do que o valor referido, não sendo estabelecido qualquer valor máximo para as pensões a atribuir aos requerentes relacionados com os falecidos das patentes mais elevadas. Nas pensões atribuídas até 1919, os valores variariam entre as mínimas de 72\$00, para as patentes mais baixas – soldados, 1.º e 2.º cabo, corneteiros, e ainda moços de bordo e chegadores, estes com ocupações a bordo –, e as máximas, dos graduados com as patentes de major, capitão, coronel e general.

O Decreto n.º 3632 vigoraria até Setembro de 1928, quando foi revogado pelo Decreto n.º 15 969²⁴, de 21 de setembro de 1929, que promulgou um novo código para a concessão de pensões, incluindo as pensões de sangue, mas também as pensões por serviços excepcionais e relevantes prestados ao país, e ainda as pensões extraordinárias; este diploma entraria em vigor em 1 de Outubro de 1928.

3. RELAÇÃO NOMINAL DE INDIVÍDUOS FALECIDOS

Em documento da Direcção-Geral da Contabilidade Pública de meados de 1921, observa-se que esta entidade inventariava todos os pedidos de concessão de pensão de sangue entrados naqueles serviços até finais de Junho de 1919; este documento intitulava-se *Relação nominal dos indivíduos falecidos por motivo de guerra, com indicação das pensões legadas, número e qualidade dos herdeiros, importância das pensões, segundo a lei francesa, e respectiva capitalização nos termos da mesma lei*²⁵. Este documento deverá ter sido produzido no âmbito das atribuições estipuladas no Decreto n.º 3632, que estabelecia que a Direcção-Geral da Contabilidade Pública deveria remeter os processos de concessão de pensões de sangue à sua Repartição Central, a quem competia proceder ao assentamento das pensões.

A partir deste documento, torna-se possível analisar diversos aspectos relacionados com a concessão de pedidos de pensões de sangue, nomeadamente nos elementos relacionados com o ‘posto e graduação militar’ do falecido, a sua ‘origem geográfica’, a ‘data do falecimento’, o ‘local de falecimento’, a ‘composição familiar dos requerentes das pensões’, e o ‘valor da pensão atribuída’; o universo desta relação de pedidos de pensão de sangue compreende 1353 processos, sendo que são na sua quase totalidade militares e ainda alguns civis falecidos em navios ao serviço do Estado; os processos

²³ Ponto § 2.º, do artigo 6.º.

²⁴ Decreto n.º 15 969, de 21 de Setembro de 1929, da Repartição do Gabinete do Ministério da Guerra, publicado no *Diário do Governo*, n.º 218 (I Série), de 21 de Setembro de 1928, p. 1900-1905.

²⁵ Ver nota 2.

constantes deste documento são referentes a falecidos no período efectivo da guerra e aos falecidos na sequência de ferimentos e de doenças contraídas nas campanhas militares nos oito meses após terminar o conflito.

Num documento de 1920²⁶, um dos primeiros a inventariar o número de baixas sofridas pelas forças portuguesas na Grande Guerra, apontava-se para um total de mortos de 4539, repartidos entre os 1787 falecidos na frente francesa, e os 2752 nas campanhas africanas, correspondendo, sensivelmente, a 40% e a 60% do total; na amostra aqui considerada, que corresponde a aproximadamente 30% daquele universo, as proporções são muito semelhantes àquelas referidas, pelo que a amostra aqui analisada pode constituir-se como um retrato muito aproximado do perfil dos falecidos no contexto da Grande Guerra, das suas graduações e ramos militares, da sua origem, da estrutura familiar requerente, e dos valores das pensões. Pode, por isso, retirar-se um conjunto de ilações, indicadores e dados, que permite esquematizar o significado das *pensões de sangue* atribuídas às famílias.

a) As datas e circunstâncias das mortes

A distribuição dos pedidos de pensão de sangue entre 1914 e 1919 tendo em conta as datas de falecimento têm uma distribuição muito desigual, sendo em reduzido número entre 1914 e 1916, embora crescente de ano para ano, e respeitando apenas aos falecidos nas frentes africanas de Angola e em Moçambique, e ainda um pequeno número de pensões relacionadas com falecidos em confrontos no mar, neste caso com destaque para as vítimas do torpedeamento do vapor «S. Nicolau» em Dezembro de 1916.

Quadro 2 – Relação entre a data de falecimento e o pedido de pensão

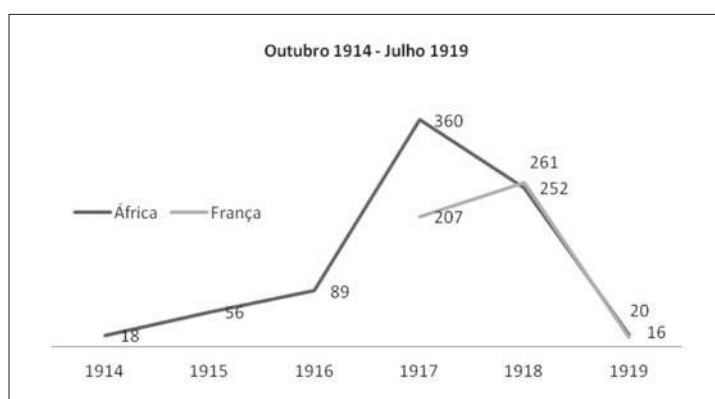
Ano	N.º de pensões
1914	18
1915	56
1916	95
1917	603
1918	544
1919	37
Total	1353

²⁶ O esforço militar português. «O Instituto». Vol. 67, 1920, p. 118-124.

Com a entrada de Portugal na guerra na frente francesa, o número de vítimas vai crescer de forma muito acentuada, fazendo deste ano e do seguinte os mais dramáticos quanto ao número de vítimas; em maior número devido aos ferimentos em combate e às doenças contraídas, particularmente a tuberculose e a gripe, enquanto nas frentes africanas as doenças mais comuns eram a febre, a caquexia, o paludismo ou a disenteria; a estas juntavam-se ainda as decorrentes de acidentes de vários tipos, de viação, atropelamentos, afogamentos, electrocussão, quedas e coices, entre outros; no pós-guerra, o número de baixas vai diminuir de modo acentuado, sendo que as vítimas deveram-se a doenças e aos ferimentos contraídos.

Da amostra de 1353 pensões aqui considerada, as baixas distribuem-se entre as ocorridas nas seguintes frentes: «Defesa Marítima», no «Transporte Marítimo», em «Barco Torpedeado», na «Campanha de França» e na «Campanha de África».

Quadro 3 – Número de baixas em França e África



Fica bem expresso o significado das baixas nas frentes terrestres na Europa e em África, representando em conjunto quase 95% do total, repartidos entre os falecidos em França, 35,8% do total, e nas frentes de Angola e Moçambique, praticamente 59% do total.

Quadro 4 – Número de baixas por frente de combate

Frente de combate		N.º	%
Defesa Marítima		14	1,0%
Transporte Marítimo		27	2,0%
Barco Torpedeado		33	2,4%
Campanha	França	484	35,8%
	África	795	58,8%
Total		1353	

As baixas no contexto da guerra travada no mar, ou seja, no âmbito da Defesa e do Transporte Marítimo, e em barcos militares ou barcos civis ao serviço do País, decorreram em resultado de ataques às embarcações, tanto sob a forma de torpedeamento como de disparos de artilharia; destacam-se neste número as baixas nas tripulações da canhoeira *Augusto de Castilho*, do caça-minas *Roberto Ivens*, ou dos vapores *S. Nicolau*, *Mormugão*, *Ovar*, *Trafaria*, *Maio*, *Índia*, *Lourenço Marques*, *Brava* e *Ambaça*; assinala-se, contudo, que algumas das baixas registadas nas tripulações destes navios não foram devidas a ferimentos em combate, mas sim a doença.

b) A graduação e ramos militares

As 1353 pensões aqui consideradas contemplam pedidos de famílias de falecidos de todos os ramos militares, com destaque para a Infantaria, o ramo militar dominante nas forças expedicionárias a África e no CEP; as patentes estavam todas representadas, embora o seu número fosse mais elevado nas mais baixas e gradualmente inferior nas mais elevadas.

Quadro 5 – Número de soldados mortos em África e França

Ramos militares	Campanhas		Total
	África	França	
Artilharia	39	17	56
Cavalaria	16	8	24
Engenharia	11	6	17
Infantaria	465	289	754
Outros	31	21	52
Total	562	341	903

O maior número era de soldados, num total de 903, dos quais 754, cerca de 83%, eram de Infantaria, seguindo-se 56 de Artilharia – 6% do total –, 24 de Cavalaria, e 17 de Engenharia; os restantes pertenciam a especialidades como telegrafistas, corneteiros, ferradores, equipagens, administração militar e outras, num total de 52. A frente africana foi a mais mortífera, tendo aí falecido mais de 60% do total, em número de 562 homens, enquanto na frente francesa o número foi de 341, correspondente a 38% do total desta patente.

A distribuição do número de mortos ocorre na relação inversa da patente, ou seja, o número diminuía consoante era mais elevada – 903 soldados, 143 cabos, 105 sargentos, 30 alferes, 27 tenentes, 24 capitães, 6 majores, 3 coronéis e 1 general, juntando-se a estes 16 falecidos com outras funções, sendo 12 corneteiros, 3 *chauffers* e 1 administrativo, num total de 1258.

**Quadro 6 – Forças terrestres: patente /
n.º de mortos**

Patente ²⁷	N.º
Soldado	903
Cabo	143
Sargento	105
Alferes	30
Tenente	27
Capitão	24
Major	6
Coronel	3
General	1
Total parcial	1242
Corneteiro	12
Chauffeur	3
Pessoal Administrativo	1
Total	1258

**Quadro 7 – Forças marítimas: posto /
n.º de mortos**

Posto ²⁸	N.º
Fogueiro	20
Marinheiro	16
Grumete	10
Criado	8
Artilheiro	6
Maquinista	4
Chegador	4
Sargento	4
Guarda-Marinha	3
Tenente	3
Cabo	1
Total parcial	79
Outros	16
Total	95

Foi em Infantaria que ocorreu o maior número de mortes, representando 83% dos soldados, cerca de 70% dos cabos, 67% dos alferes, 58% dos capitães, 56% dos tenentes e 50% dos sargentos, respectivamente 100 cabos, 20 alferes, 14 capitães, 15 tenentes e 52 sargentos; nas patentes de major, coronel e general, as baixas estão distribuídas pelas diversas armas.

As restantes 95 mortes registaram-se no quadro das forças marítimas, embora algumas delas não tenham acontecido entre os militares, mas sim de pessoal civil ao serviço do Estado, particularmente no âmbito do transporte marítimo; daí registar-se um número apreciável de falecidos com as ocupações, por exemplo, de fogueiro, ou de criado, ou ainda o imediato e o capitão do vapor *Maio*, estes dois referidos no Quadro 7, em «Outros».

Em jeito de balanço, refira-se que as forças terrestres foram as maiores vítimas deste conflito, e entre estas as patentes mais baixas foram as que de forma esmagadora mais sofreram, constituindo uma lição clara do perfil dos mortos nesta guerra e dando sentido claro e absoluto à percepção vivida pela maior parte dos seus intervenientes e dos seus posteriores estudiosos, os soldados e as patentes mais baixas eram «a carne para canhão».

²⁷ Para os postos de «corneteiro», «chauffeur», e «pessoal administrativo», não é referida qualquer patente correspondente, pelo que se optou proceder à distinção face aos restantes.

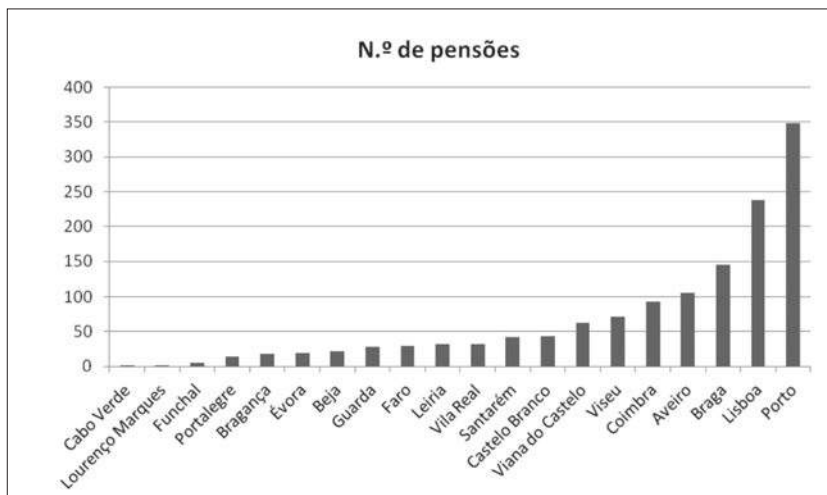
²⁸ Os falecidos no âmbito das acções marítimas foram, como referido, na Defesa Marítima, no Transporte Marítimo e por torpedeamento de navios.

c) A distribuição geográfica de origem

A larga maioria dos pedidos de concessão de pensões de sangue no período que medeia entre Outubro de 1914 e meados de 1919 são de famílias de militares mortos provenientes dos distritos mais a norte do território nacional, com destaque para o distrito do Porto, que representou mais de $\frac{1}{4}$ do total, com cerca de 350 pedidos; seguia-se o distrito de Lisboa, com um pouco mais de 17,5% do total, com praticamente 240 pedidos, embora este valor deva ter em conta que, à época, este distrito incluía os concelhos da margem sul do Tejo, onde em 1926 se formaria o distrito de Setúbal, ou seja, os valores corresponderiam aos actuais distritos de Lisboa e de Setúbal; já com um valor um pouco abaixo, seguia-se o distrito de Braga, com quase centena e meia de pedidos, correspondentes a um pouco mais de 10% do total, e ainda com valores acima da centena de pedidos, o distrito de Aveiro com 106, que representavam 7,8% do total.

Os restantes distritos apresentavam números abaixo da centena de pedidos, sendo que Coimbra com 93 – 6,9% do total – era o que estava mais perto daquele limite, seguindo-se Viseu com 71, Viana do Castelo com 63, Castelo Branco com 44, e Santarém com 42.

Quadro 8 – Distritos / n.º de pedidos



Os restantes distritos do País tiveram uma representatividade menor, significando em conjunto cerca de 15% do total dos pedidos, podendo ainda assinalar-se a inexistência de qualquer pedido de concessão de pensão dos Açores e existir apenas um pedido de Moçambique e outro de Cabo Verde.

d) Os requerentes

Quanto ao perfil dos requerentes de pensões de sangue, eles podem agrupar-se em sete categorias: as viúvas, os pais, apenas a mãe, apenas o pai, os filhos, os irmãos e os avós. Mas a expressão quantitativa de cada um desses grupos era profundamente desigual, constituindo o grupo das «viúvas» o mais expressivo, com praticamente metade do total dos pedidos – em rigor, cerca de 48% –, podendo quase apelidar-se esta guerra como uma «criadora de viúvas».

Dentro da tragédia que constituiria para estas viúvas a perda do seu marido, juntava-se ainda a dificuldade acrescida de cerca de 70% delas terem um ou vários filhos, e uma média de idades de cerca de 27 anos, ou seja, relativamente novas, mas com grandes responsabilidades – agora assumidas sozinhas – na sustentação dos filhos; as suas idades variavam entre os 17 e os 60 anos de idade. A estas juntavam-se ainda as cerca de 200 viúvas que não tinham filhos – cerca de 30% do total –, com uma média de idades um pouco acima da anterior, neste caso de cerca de 29 anos e meio, que tinham idades compreendidas entre os 19 e os 69 anos de idade.

Por ordem de importância quanto ao número de pedidos, seguiam-se as «mães», com um pouco mais de 28% do total, correspondentes a 380 pedidos, e o «pai e a mãe» com 217, que representavam 16% do total. Com valores já acentuadamente mais baixos, seguiam-se os pedidos feitos pelos «filho(s)», estes em número de 45, os 34 pedidos feitos apenas pelo «pai», os 24 dos «irmãos» e, finalmente, ainda 1 pedido feito por um «avô».

Quadro 9 – Qualidade dos requerentes / n.º de pedidos

Requerente	N.º de pedidos
Viúva	652
Mãe	380
Pai / Mãe	217
Filho	45
Pai	34
Irmão	24
Avô	1
Total	1353

O grupo das «mães» que pediram pensões de sangue constituía o segundo maior número de requerentes, ou seja, à sua já condição de viúvas juntava-se agora também a perda de um filho. Este grupo tinha uma média de idades de um pouco mais de 55 anos e meio, variando entre a mais jovem, com apenas 32, e a mais idosa com 76 anos.

Já o grupo constituído pelos pais, o «pai e mãe», representava 16% do total dos pedidos efectuados, e foi em número de 271, sendo que a esmagadora maioria destes

casais tinha uma média de idades acima dos 50 anos, chegando mesmo a atingir o máximo de 75 anos.

Os grupos constituídos pelos «filhos», pelos «pais» (só o «pai»), e pelos irmãos, eram já em número bem menos significativo, respectivamente com 45, 34 e 24 pedidos. No grupo dos «filhos», os pedidos eram efectuados normalmente por eles serem menores, ou nos casos em que sendo maiores de idade reuniam as condições atrás referidas. Quanto aos pedidos feitos pelo «pai», em número de 34, as idades destes variavam entre os 40 e os 76 anos, sendo que a média de idades era de um pouco menos de 60 anos. O grupo dos «irmãos» representa «só» 1,8% do total, com cerca de duas dezenas e meia de pedidos.

e) Os valores

A diferença de valores de pensões entre as patentes mais baixas e as concedidas ao topo da hierarquia era abissal, sendo que as pensões mais elevadas eram vinte vezes mais altas do que as de valor mais baixo, e, para além disso, estas últimas eram a esmagadora maioria; os valores iam desde os 72 escudos anuais para as patentes mais baixas, e os 1560 escudos, também anuais, se a pensão fosse atribuída por morte de um general.

Das 1353 pensões aqui consideradas, 78,8% corresponderam a pensões do valor mais baixo que era de 72 escudos anuais, atribuídos por morte de 1066 militares; com valores até 100, 42; com valores acima de 100 e até 200, 128; acima deste valor e até 500, 49; e, finalmente, com valores acima de 500, 68 pensões; em resumo:

a) até 100 escudos	1108 – 82% do total
b) acima de 100 e até 200 escudos	128 – 9% do total
c) acima de 200 e até 500 escudos	48 – 4% do total
d) acima de 500 escudos	69 – 5% do total

As pensões com valores anuais até 100 escudos eram em número mais elevado, e dentro deste limite as mais comuns eram as pensões de 72 escudos, atribuídas em 1066 casos; seguia-se 1 pensão no valor de 79,2, ainda 2 de 89,4, mais 5 de 91,2 e, finalmente, 34 pensões no valor de 96 escudos. Estas pensões eram igualmente aquelas que abrangiam um leque maior de áreas militares embora correspondessem às patentes mais baixas. As pensões de 72 escudos representaram 78,8% de todas as pensões concedidas, e dentro deste conjunto merecem destaque as concedidas por morte dos soldados de Infantaria; das 1066 pensões deste valor, 754 foram concedidas às famílias desses soldados, valor que corresponde a 71% do total²⁹. Considerando

²⁹ Mesmo considerando o universo aqui analisado de 1353 pensões, as 754 atribuídas por morte de «soldados de infantaria» representa cerca de 56% do total.

as patentes abrangidas pelas pensões de valor mais baixo, estas são os 1.º e 2.º cabo artífice, de Artilharia, de Cavalaria, da Companhia Indígena, do Depósito de Recrutamento, de Engenharia, de Infantaria, de Metralhadoras, de Morteiros, Pontoneiro, dos Sapadores dos Caminhos-de-Ferro e Telegrafistas; os 1.º e 2.º grumetes; os 2.º marinheiros; os chegadores (Marinha); os corneteiros; os moços de bordo (Marinha); e os soldados da Administração Militar, de Artilharia, de Bateria de Obuses, de Cavalaria, da Companhia do Dande, Corneteiros, de Engenharia, de Equipagens, da GNR, de Infantaria, de Metralhadoras, Pontoneiros, dos Sapadores de Caminhos-de-Ferro, dos Sapadores Mineiros e Telegrafistas.

No conjunto de pensões de valor abaixo dos 100 escudos, podem ainda destacar-se as pensões de 96 escudos atribuídas em 34 casos, metade das quais a fogueiros dos vários navios ao serviço da Armada como, entre outros, o *Ambaça*, o *Ovar*, o *Trafaria*, o *S. Nicolau*, e ainda outras funções em navios como marinheiros, criados de bordo ou cozinheiros.

Nas pensões entre os 100 e os 200 escudos, num total de 128 casos, 60% – 76 pensões – corresponderam à patente de 2.º sargento das várias armas, sendo que 39 eram de Infantaria, e ainda a alguns *chouffeurs* e serralheiros, todos eles permitiram a concessão de pensões no valor de 138,6 escudos; já no caso dos 2.º sargentos que eram enfermeiros, as pensões subiam para 168 escudos; as pensões mais elevadas dentro deste limite eram as de 180 escudos, atribuídas a 4 famílias de «praticantes de máquinas» de navios a vapor ao serviço militar.

Acima de 200 e até 500 escudos o número de pensões foi de 48, correspondendo 11 a valores abaixo de 300, a famílias de sargentos com maior tempo de serviço e/ou de especialidades como condutores-maqueiros, enfermeiros ou ajudantes de manobras da Armada; acima daquele valor houve 37 pensões de 420 cada, para 3 maquinistas, 1 para 3.º oficial dos correios, 30 para alferes de várias armas, e ainda 3 para guarda-marinha. Com valores acima de 500 escudos anuais, foram atribuídas 69, todas elas a famílias dos oficiais mais graduados, sendo que neste nível mais elevado a pensão mais baixa foi de 540 e a mais elevada de 1560.

As pensões mais elevadas foram distribuídas por sete níveis distintos, sendo que o mais baixo era de 540 escudos anuais, atribuída em 29 casos, e que contemplava os casos de falecidos com as patentes de tenente das várias armas – Infantaria (15), Artilharia (5), Engenharia (3) e Administração Militar (1) –, dois médicos, e ainda mais 3 casos de pessoal afecto aos serviços navais, sendo 2 imediatos e um 1.º maquinista. Seguiam-se 2 pensões no valor de 600 escudos, atribuídas por morte de 1 capitão do Estado-Maior de infantaria em serviço em França, e a outra pela morte do secretário da 4.ª Circunscrição de Mutarara (Moçambique). Com o valor de 660 escudos anuais foram atribuídas 28 pensões, sendo que 4 foram a famílias de 1.º tenentes – da Administração Naval, 1 piloto-aviador, e outros –, e as restantes

24 a famílias de militares com a patente de capitão de diversas armas, a Infantaria com 13 casos foi a mais representada, e ainda a 2 capitães-médicos; neste caso foram ainda atribuídas pensões por morte de 2 capitães de dois navios, um dos quais do navio a vapor *Maio*.

No nível seguinte, situavam-se as pensões no valor de 780 escudos tendo sido atribuídas 5, todas por falecimento de majores: 3 de Artilharia, 1 de Cavalaria e 1 de Infantaria.

Com o valor de 860 escudos anuais foi atribuída apenas uma pensão, à viúva de um capitão de Infantaria, enquanto o segundo valor mais alto, no valor de 960 escudos anuais, atribuído por morte de 3 coronéis, um da Administração Militar, um de Artilharia e um de Infantaria.

Finalmente, e com um valor substancialmente mais alto, foi atribuída uma de 1560 escudos à viúva de um general. Considerando apenas as pensões acima de 500 escudos anuais temos:

Quadro 10 – Valor anual da pensão / n.º de pedidos

Valor (escudos)	N.º
540	29
600	2
660	28
780	5
860	1
960	3
1.560	1
Total	69

Fica evidente a acentuada diferença e significado dos montantes das pensões concedidas, pois enquanto para a esmagadora maioria o valor atribuído era o mais baixo previsto na lei, à medida que as pensões eram respeitantes a patentes mais altas o fosso acentuava-se e ficava evidente a discrepância entre os apoios concedidos às famílias de uns e de outros.

Num exercício de análise do seu real valor, atente-se nos seguintes números de comparação (QUADRO 11) entre os montantes das pensões das diversas patentes, e do seu efectivo significado para o quotidiano e para as condições de vida das famílias no final da década de 1910; a diferença de valores entre as pensões mais baixas, as dos soldados e dos cabos, e os valores das pensões das patentes mais altas era muito pronunciada.

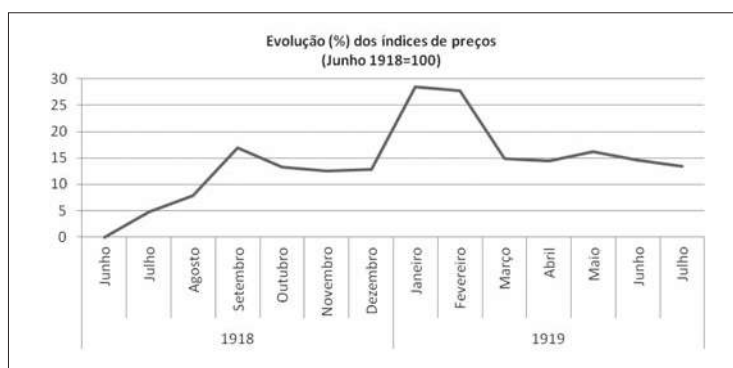
Quadro 11 – Valor das pensões: mensal/anual (1919)

Patente ³⁰	Valor (escudos)	
	Anual	Mensal
Soldado	72	6
Cabo	72	6
Sargento	138,6	11,55
Alferes	420	35
Tenente	540	45
Capitão	660	55
Major	780	65
Coronel	960	80
General	1560	130

Indicadores que evidenciam as diferenças entre as pensões mais altas a representarem um valor quase 22 vezes superior à mais baixa, situação agravada por ocorrer num período de acentuadas oscilações nos índices de preços com o encarecimento geral do custo de vida.

Estas agravantes dos preços face a índices de pensões baixas e cujos valores não acompanhavam essas variações, constituiria um óbice muito difícil de superar pelas famílias das pensões mais baixas, que a juntar à perda do familiar tinham a necessidade de garantir a sobrevivência do agregado familiar num tempo de grande incerteza e de aumento do custo de vida.

Quadro 12 – Índice de preços (Junho 1918-Julho 1919)³¹



³⁰ Os valores das pensões indicados para as diferentes patentes correspondem aos montantes mais comuns, embora nalguns casos às mesmas patentes correspondam valores diferentes pelas razões referidas.

³¹ Quadro adaptado dos valores constantes em: *Custo de vida*. «Boletim da Previdência Social». N.º 8, Maio a Dezembro de 1919, p. 387-388.

A título de exemplo, refiram-se os preços de alguns bens de primeira necessidade na cidade do Porto, logo após o final da guerra:

Quadro 13 – Preços de alguns géneros – Porto (Janeiro 1919)³²

Produto	Unidade	Preço
Açúcar	Kg	1\$40
Arroz	Kg	\$70
Bacalhau	Kg	\$85
Batatas	Kg	\$20
Feijão Frade	Kg	\$32
Leite	Litro	\$12
Ovos	Dúzia	\$60
Pão de Milho/Centeio	Kg	\$16
Peixe miúdo (sardinha, carapau, etc)	Cento	\$80
Petróleo	Litro	\$40
Sabão (para roupa)	Kg	\$54
Toucinho	Kg	1\$20
Vinho	Litro	\$16

Facilmente se conclui que o valor de 6 escudos, pagos pela morte de um militar de baixa patente, era insuficiente para a aquisição dos bens de primeira necessidade elencados nesta tabela, na quantidade de apenas uma unidade por género, e, por maioria de razões, nos períodos em que a taxa de inflação era elevada. No pós-guerra marcado por várias perturbações, os efeitos psicológicos e humanitários pelas perdas de guerra, as epidemias, a agitação do retorno das tropas e ainda um ambiente de crise económica, muitas foram as dificuldades sentidas pelas famílias em geral e, em particular, as atingidas pela tragédia da perda de um familiar.

CONCLUSÃO

Os 1353 processos de atribuição de «pensões de sangue» constantes da *Relação nominal dos indivíduos falecidos por motivo de guerra ...*, são um excelente documento

³² *Preços dos géneros de primeira necessidade nos concelhos cujas sedes têm mais de 10 000 habitantes – Janeiro de 1919.* «Boletim da Previdência Social». N.º 8, Maio a Dezembro de 1919, p. 396-397. Os preços referidos eram muito díspares de região para região; refira-se, a título de exemplo, o caso do açúcar, que no Funchal era de apenas \$33 escudos, ou de \$60 escudos em Loulé e em Évora, ou o caso do petróleo, que em Vila Nova de Gaia custava só \$22 escudos por litro, ou o leite, que em Coimbra custava \$24 escudos por litro.

sobre o seu âmbito de aplicação, uma vez que os casos aqui inscritos são em número significativo, contemplando uma diversidade de estruturas familiares, de funções, de valores, e das frentes de combate em que pereceram, que permitiram elaborar um quadro global do contexto da Grande Guerra para o caso português.

Como foi enunciado, este trabalho pretendeu retirar todos os elementos passíveis de esclarecer o contexto e a situação das famílias face à perda do familiar; para isso a análise dos diplomas legais que regulavam a atribuição de pensões de sangue serviu para contextualizar todo o procedimento e âmbito da sua concessão, e outros elementos, como o custo de vida, pretenderam avaliar o significado económico das pensões na época em que foram atribuídas. Importa acentuar a oportunidade que os indicadores aqui apresentados constituem para outras análises e reflexões, se conjugados com elementos provenientes de outras fontes e que não constam do documento aqui analisado; podem referir-se, a título de exemplo, os aspectos relacionados com a idade dos falecidos, o seu grau de alfabetização, ou as efectivas causas de morte, elementos a que este documento não dá respostas mas que em muito contribuiriam para fazer um retrato ainda mais fiel dos indivíduos falecidos por motivo de guerra.

FONTES

Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças – *Fundo DGCP – Direcção-Geral da Contabilidade Pública, Secção: Repartição das Classes Inactivas*, «Relação nominal dos soldados portugueses mortos na 1.ª Guerra Mundial» (*Relação nominal dos indivíduos falecidos por motivo de guerra, com indicação das pensões legadas, número e qualidade dos herdeiros, importância das pensões, segundo a lei francesa, e respectiva capitalização nos termos da mesma lei*).

Custo de vida. «Boletim da Previdência Social». N.º 8, Maio a Dezembro de 1919, p. 387-388.

Diário do Governo, vários anos.

Gazeta de Lisboa, 1827.

Preços dos géneros de primeira necessidade nos concelhos cujas sedes têm mais de 10 000 habitantes – Janeiro de 1919. «Boletim da Previdência Social». N.º 8, Maio a Dezembro de 1919, p. 396-397.

O esforço militar português. «O Instituto». Vol. 67, 1920, p. 118-124.

BIBLIOGRAFIA

MARQUES, Isabel Pestana (2008) – *Das trincheiras com saudade. A vida quotidiana dos militares portugueses na Primeira Guerra Mundial*. Lisboa: A Esfera dos Livros.

MARQUES, Isabel Pestana (2004) – *1914-1918. Comportamentos de Guerra*. In BARATA, Manuel Themudo & TEIXEIRA, Nuno Severiano, dir. – *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Lisboa, Círculo de Leitores, p. 99-135.

MARTINS, Luís Augusto Ferreira, (dir.) (1934-1935) – *Portugal na Grande Guerra*. Lisboa: Empresa Editorial Ática, 2 vols.

IMPRESSÕES JORNALÍSTICAS SOBRE O PORTO NA GRANDE GUERRA

FRANCISCO MIGUEL ARAÚJO*

Numa cidade como o Porto em que os ideais liberais e nacionalistas se encontravam há muito enraizados na génese de uma personalidade portuense ou «tripeira», sempre lutando pelas aspirações mais legítimas de afirmação e salvaguarda dos direitos do seu coletivo, o deflagrar de um novo conflito bélico na Europa em 1914 foi um acontecimento que as suas gentes não deixaram de encarar, com um misto de gravidade e de exaltação, quanto ao futuro da Liberdade. A questão da Grande Guerra despertava ainda maior interesse perante a menoridade da República Portuguesa, percurso que se lançara no burgo na então malograda revolta de 31 de janeiro de 1891, que encontrava nesta localidade uma forte base de apoio popular e importantes individualidades na afirmação desse regime político, cioso de assegurar o seu prestígio e reconhecimento internacional na esfera do demoliberalismo.

A luta mundial entre os países de tendência liberal contra os imperialistas e autocráticos, estes negando princípios fulcrais como os da liberdade, igualdade e do nacionalismo, cedo fizeram pender um apoio declarado de Portugal e do Porto pela primeira das forças. Não obstante esse ter sido somente declarado de forma oficial sensivelmente a meio do conflito, após a declaração de guerra da Alemanha a 9 de março de 1916, a imprensa periódica nacional acompanhou com grande destaque todas as movimentações político-diplomáticas e militares de uma guerra que se tornara mundial com o passar dos meses. *O Comércio do Porto*, o *Jornal de Notícias* e *O Primeiro de Janeiro*, todos jornais compostos e impressos no Porto, reservaram nas suas páginas vários artigos de fundo e noticiários sobre esta temática e as suas reações e vivências ao nível do panorama local nos diferentes domínios e entre a atuação das instituições e dos agentes sociais portuenses.

* Faculdade de Letras da Universidade Porto | CITCEM | FCT – frmi.araujo@gmail.com

Se os acontecimentos marcantes desta conflagração de 1914-1918 são por demais conhecidos, mesmo que de uma forma global pela maioria do grande público, a sua correlação numa perspectiva mais circunspecta e local à cidade do Porto continuam por deslindar de uma forma mais abrangente, dando um sentido a certas representações patrimoniais e toponímicas esquivas no quotidiano dos seus habitantes e visitantes. Justamente, esta problemática histórica enquadrada neste epicentro geográfico, naturalmente associando-se às grandes linhas de evolução nacional, constituem o cerne deste ensaio que aqui se subscreve: afinal, como se viveu e se metamorfoseou o Porto durante os anos de guerra?

Tal empreitada será exequível através do recurso às impressões jornalísticas como fonte documental privilegiada, com especial incidência para a História Contemporânea e num país como o nosso pela importância dos «jornais no capítulo da propaganda doutrinária da República»¹, mas não tanto se considerarmos a consulta de centenas de números ao longo de mais de quatro anos! Deste modo, entendeu-se ser valioso o recurso a uma outra fonte periódica, a secção «Aconteceu há 50 anos... diário retrospectivo», tradicional segmento da revista *O Tripeiro: revista mensal de divulgação e cultura, ao serviço da cidade e das suas tradições*, nomeadamente os números de 1964-1968 da sua VI série. Da autoria de Manuel do Nascimento de Sousa, trata-se de uma compilação das mais importantes notícias de cada mês com foco nos factos ocorridos no Porto ou envolvendo as suas individualidades pela leitura d'*O Comércio do Porto*, concebido como resposta às necessidades históricas ou mera curiosidade dos seus leitores, no respeito pelo seu predominante cunho literário-histórico portuense².

Ora, como qualquer fonte periódica, na sua abordagem existem questões de natureza metodológica que convém desde logo clarificar, aprofundando assim a sua credibilidade histórica pela exegese crítica. A primeira das quais será estarmos perante uma dupla triagem da informação, quer a da equipa redatorial da época na seleção e comentários dos eventos diários, quer depois a do compilador da mencionada secção que volta a proceder a nova escolha segundo uma ótica local e com novos crivos diacrónicos. Designadamente, a adaptação a resumo em curtas linhas das notícias, a vigência de uma comissão da censura em pleno Estado Novo na linguagem e interpretações extrapoladas ou um certo revisionismo histórico dos acontecimentos, relegando certas contextualizações nacionais e internacionais nas entrelinhas da sua escrita³.

¹ TENGARRINHA, 1989: 240.

² ARAÚJO, 2014a.

³ Talvez o «silenciamento» mais peculiar nesta retrospectiva d' *O Tripeiro* será o da omissão das notícias respeitantes ao portuense João Ferreira de Almeida, o único soldado e cidadão português condenado à morte no século XX, ao abrigo de uma cláusula jurídica de 1916 em contexto especial da Grande Guerra. Considerado culpado de traição à Pátria em Tribunal de Guerra, por pretensas intenções de passar para o lado inimigo, as condicionantes do processo levantaram sempre impressões divergentes

Por outro lado, o próprio *O Comércio do Porto* de então apresentava as suas próprias limitações, o normal desfasamento entre o facto ocorrido e a sua notícia posterior no dia seguinte ou o de não haver tiragem à segunda-feira, agrupando então esse dia ao de domingo para a edição de terça-feira. Bem como um ou outro lapso entre datas por não serem imediatamente publicadas por questões de linha editorial ou de composição gráfica, ou até a sua suspensão temporária, como a verificada entre 10 e 16 de agosto de 1915 motivada por uma greve dos tipógrafos. Todas estas situações são reportadas pelo compilador responsável d'*O Tripeiro* e até por algumas chamadas de atenção dos leitores, sendo que no seu trabalho respeita também um mesmo princípio fixo: a ordenação das notícias por cada dia de cada mês conforme se sucederam, ao invés do dia em que foram noticiadas no periódico.

Obviamente, cada número do jornal apresentava em artigos de fundo e pequenas secções o noticiário da guerra entre os dois lados beligerantes: situação nos países envolvidos, legislação político-militar e a evolução do próprio conflito, informando sobre movimentação de tropas, altercações e combates, personalidades e militares envolvidos, situações inéditas que se passavam, a moral das tropas e populações, etc. Por exemplo, mesmo relativo à participação portuguesa havia pequenos separadores de notícias com as diferentes situações nacionais nesse *devoir* histórico: o impasse entre a pró e a anti-intervenção, decisões das autoridades governamentais e militares, róis dos soldados mortos, desaparecidos ou prisioneiros, intervenção de certas figuras de relevância social, movimentação e condição das tropas para as frentes africana e europeia.

Não sendo, contudo, o intento desde artigo expor uma cronologia sincrónica da História da 1.^a República Portuguesa ou da Grande Guerra facilmente consultável em monografias ou atlas históricos, também não se aplicará esse modelo à análise das repercussões que esta primeira hostilidade mundial teve sobre a cidade e as gentes do Porto. Antes decidiu-se por um levantamento dos acontecimentos históricos nas diferentes dimensões da sua vida endógena – política, económica, social, cultural e assistencial – tendências evolutivas que serão enquadradas numa conjuntura global e entrosada com o protagonismo para o domínio militar. Desta forma, correspondendo em geral aos dois grandes períodos que se inscrevem na própria posição de Portugal face à 1.^a Guerra Mundial: a não declaração formal da neutralidade entre 1914-1916 e a intervenção militar de 1916-1918, evidenciando as suas idiosincrasias e clivagens na segunda maior cidade portuguesa.

entre as próprias autoridades militares e, mais recentemente, a Liga dos Combatentes têm pugnado pela sua amnistia.

1. VERÃO DE 1914: O ANÚNCIO DE UMA NOVA GUERRA EUROPEIA E A SUA RECEÇÃO NO PORTO

A manchete com o assassinato do arquiduque Francisco Fernando em Sarajevo, a 28 de junho de 1914, escondia ainda o futuro sombrio que espreitava o destino da Europa. As apreensões que esta morte representava no perigoso sistema de alianças entre as muitas potências europeias, fundado em rivalidades económicas e coloniais e na procura da influência política além-fronteiras, não terão sido totalmente des-cortinadas pela maioria da população... Enquanto as declarações de guerra entre os vários países foram sendo proclamadas, entre finais de julho e inícios de agosto, muitos acreditavam que a contenda seria prontamente resolvida, sobretudo pelo poderio militar e o embate de forças que opunha os britânicos aos alemães.

Na cidade do Porto, os primeiros dias desse mês de agosto ficaram marcados pelos anúncios às comunidades francesas e alemãs aí residentes da mobilização dos mancebos em idade militar, devendo apresentar-se imediatamente nos seus respectivos países, depois de ambas as nações estarem formalmente em guerra entre si. Os naturais receios face a novo conflito armado europeu levaram a que muitos dos portuenses protegessem os seus bens, provocando uma corrida ao Banco de Portugal para trocar o papel-moeda por prata, valor mais seguro, fazendo com que muitos comerciantes se recusassem a aceitar as divisas monetárias. O Governo Civil lançou vários editais para se precaver contra tais riscos económicos e subseqüentes especulações oportunistas: penas para quem não aceitasse as notas do banco, suspensão temporária das operações na Bolsa do Porto e proibição de acumulação de moeda e géneros alimentícios.

Esponaneamente, os portuenses começavam a prestar manifestações de despedida aos cidadãos franceses que da estação de São Bento partiam para as suas pátrias, entre familiares, amigos e colegas de trabalhos e outros tantos anónimos, aparentemente muito mais concorridas do que às dos súbditos alemães. Alguns estudantes liceais locais, inspirados pela defesa da Bélgica e da França contra o expansionismo alemão, fugiam de suas casas e partiam clandestinamente do país para se alistarem voluntariamente nesses exércitos, conforme as queixas na polícia das suas famílias e dos seus professores. Pelo menos, sete jovens são presos em Vigo e recambiados para casa durante essa tentativa de fuga, embora a pronta entrega de passaportes pelo Consulado Francês local lhes tenha permitido dar continuidade à sua missão pessoal.

A 7 de agosto foi transmitida a declaração oficial de Portugal, em texto aprovado em reunião extraordinária do Congresso da República, reafirmando o cumprimento dos acordos diplomáticos com a ancestral aliada Grã-Bretanha, sem porém secundar o seu aviso de guerra contra a Tríplice Aliança, e a organização de expedições

militares para as colónias africanas de Angola e Moçambique, que pela proximidade de fronteiras com o Sudoeste Africano Alemão e a África Oriental Alemã urgia defender. Curiosamente, dois dias antes, uma manifestação antiguerra promovida pelo Partido Socialista, na Praça da Trindade, acabara com a dispersão de milhares pelas forças policiais por ordens superiores, que também exigiram a apreensão dos jornais católicos portuenses que seguiam por tal diapasão. Nessa tarde conhecida a posição nacional, outra grande manifestação popular partiu da Praça da Liberdade percorrendo as artérias centrais do burgo para saudar os representantes diplomáticos da Inglaterra, França, Rússia e Suécia e as unidades militares portuenses.

As semanas que se seguiram até ao final desse mês dão conta de vários preparativos militares na cidade, onde se localizavam na Divisão Militar do Porto alguns dos regimentos nucleares do Exército Português: os quartéis de Artilharia 6 (Serra do Pilar), os de Infantaria 6 (ex-CICAP), 18 (Praça da República) e 31 (São Bento da Vitória) e o de Cavalaria 9 (Serpa Pinto)⁴. O recrutamento de alguns desses esquadrões para as primeiras campanhas africanas e a chegada de contingentes militares de outras unidades nortenhas que a eles se juntavam, com calorosas despedidas populares na partida para a capital, a criação de um curso de preparação de oficiais instrutores em Infantaria 6 ou o recenseamento de todos os solípedes e viaturas no distrito para futura mobilização no Exército Português, incluindo o «Aeroplano da Creche O Commercio do Porto», o primeiro registado no país. E, obedecendo a portarias nacionais, as comissões de censura à Imprensa e a apreensão de todos as antenas e postos particulares de T.S.F., provavelmente para não interferir nessa rede com as comunicações militares, náuticas e com o exterior.

Outras preocupações de foro económico-social começavam a tomar a atenção das agremiações associativas e da Câmara Municipal do Porto, ganha pelos democráticos nas eleições municipais e intercalares de 1913, centradas na situação da exportação do Vinho do Porto e das classes operárias cidadinas com o incremento das operações militares por terra, pelo ar e pelo mar. Se para o comércio do primeiro examinavam-se os riscos do seu transporte e a contração das encomendas pela Grã-Bretanha, para os operários e trabalhadores indiferenciados previa-se a estagnação de várias atividades profissionais incitadas por uma economia de guerra, devendo-se precaver o eventual decréscimo das suas condições de vida com o recrutamento para novas obras públicas e a abertura das cozinhas económicas. Já a firma portuense *Paiva & Irmão & C.^a* prestou uma homenagem ao oprimido povo belga, oferecendo-lhes vários objetos de utilidade doméstica, um deles o hoje indecifrável «Lar Português», encomendados à Fundação de Gondomar.

⁴ Decreto de 25 de Maio de 1911: Organização Geral do Exército. *Diário do Governo*: I série, n.º 122 (1911).

2. DE SETEMBRO DE 1914 A MARÇO DE 1916: A DUALIDADE NACIONAL E O PATRIOTISMO PORTUENSE

A pseudoneutralidade que marcou a política e diplomacia internacional de Portugal ao longo deste período, muito pela ingerência dos britânicos cientes da nossa real capacidade de combate e do inevitável apoio económico e militar que nos teriam de prestar, não deixava de ser um reflexo das divergências entre as principais forças políticas internas sobre um conflito europeu que se alastrava a uma dimensão mundial. O Partido Democrático de Afonso Costa e parte do Partido Evolucionista de António José de Almeida eram a favor de uma intervenção armada ao lado dos Aliados, o Partido Unionista de Brito Camacho defendia a restrição ao domínio da defesa da frente colonial e os monárquicos, católicos e conservadores apelavam a uma neutralidade oficial como a de Espanha de Afonso XIII.

Nos meandros dos bastidores do Congresso da República, entre as conversas e boatos pela Câmara dos Deputados e o Senado, tal cissão de ideais cooperava na crescente instabilidade governativa no respeito pelo pedido britânico de não se tomar qualquer posição oficial quanto à Grande Guerra. Isto porque as três expedições africanas que o Governo enviou para Angola e Moçambique, entre 1914-1916, não foram consideradas como um ato de hostilidade entre portugueses e alemães, aceitando-se as incursões de tropas inimigas e as pequenas escaramuças registadas como movimentos de controlo das fronteiras coloniais. De resto, os democráticos tinham-se resignado a que fosse a Grã-Bretanha a solicitar a nossa entrada no conflito ou então que o mesmo partisse de uma declaração de guerra pela Alemanha, facultando assim uma posição diplomática enquanto país oprimido.

Conquanto tal não tenha inviabilizado um apoio nacional nesses anos, mais ou menos declarado publicamente, à causa britânica enquanto aliada comercial e marítima. Argumentos que os germânicos haveriam de manifestar na sua declaração de guerra de 1916: permissão de passagem de tropas inglesas nas colónias africanas, venda de algum equipamento militar aos aliados, proibição de abastecimento de carvão aos navios alemães, licença das águas portuguesas para base naval da Marinha britânica ou a imputação velada da culpa da peleja aos Alemães⁵. O dever de honra junto dos Aliados ficou sempre latente no espírito nacional, mau grado a conturbada vida política e as intencionadas revolucionárias como o «Movimento das Espadas» que daria lugar à ditadura de Pimenta de Castro (25 de janeiro a 14 de maio de 1915).

O panorama político portuense da época era um vivo exemplo dos antagonismos partidários nacionais. A Câmara Municipal do Porto era dirigida por uma comissão

⁵ *Declaração de Guerra da Alemanha a Portugal*, em 9 de março de 1916, entregue por Friedrich Von Rosen a Augusto Soares, ministro dos Negócios Estrangeiros do governo de Afonso Costa (29.11.1915-15.03.1916).

eleita maioritariamente entre os democráticos, que se viria a repetir no escrutínio legislativo de junho 1915, nos quais se congregavam os nomes de Henrique Pereira de Oliveira, Eduardo Santos Silva, Jaime Cortesão, Bernardo Lucas ou Elísio de Melo, figuras com algum peso no seio do partido a nível nacional e de relacionamento próximo com Afonso Costa. Reconhecidos opositores ao governo de Pimenta de Castro, que os acabaria por destituir a favor dos seus correligionários, a sua influência política no burgo continuou predominante sobrepondo-se aos interesses contrários, com especial incidência contra os monárquicos que chegariam a tentar um golpe no norte, a 25 de agosto de 1915.

Aliás, são várias as notícias das lides políticas na cidade dos conservadores, dos católicos e dos socialistas, de conspirações abortadas e atentados com bombas e petardos contra personalidades categorizadas e instituições ou até da tentativa de assassinato de Afonso Costa por um menor na estação de São Bento⁶. Todavia, seriam as dificuldades socioeconómicas as que patenteariam o maior perigo para a ordem pública e a autoridade republicana no seu controlo, lidando-se com os interesses de uma cidade comercial e industrial sempre atenta à salvaguarda das suas prerrogativas municipais e do seu foco centralizador regional.

Em 18 de setembro de 1914, o primeiro dos grandes motins populares com assaltos a armazéns de víveres e lojas comerciais e forte repressão policial, segundo as autoridades instigado pelos líderes dos movimentos operários locais, contra o aumento do desemprego e a carestia de vida. O escândalo, passado pouco mais de um mês, de falsificação e contrafação de moeda e as muitas greves por aumento dos salários e revisão dos regulamentos de trabalho, ao longo de todo o ano de 1915, dos mineiros de S. Pedro da Cova que abastecia a cidade de carvão vindo de Gondomar, das costureiras, dos tipógrafos e dos ourives contra as entidades patronais. Em fevereiro de 1916, os motins populares em todo o distrito encontraram o seu alvo no arrolamento do milho, encarecendo a venda do essencial pão e broa no regime alimentar das classes mais pobres, com assaltos a casa de lavradores e a padarias um pouco por todas as localidades dos concelhos vizinhos.

Tanto a Câmara Municipal como o Governo Civil do Porto irão requerer ao Governo a urgente fixação dos preços dos géneros alimentícios e das matérias-primas para acalmar os ânimos, dotando a Comissão de Assistência Pública com subsídios para a instalação de cozinhas económicas a favor das classes operárias e dos desempregados e a criação de uma Comissão de Subsistências para distribuição

⁶ O referido atentado foi perpetrado por José Francisco da Silva Júnior, em 21 de fevereiro de 1915, de 14 anos de idade e que ficaria conhecido como o «Mata-Afonso». Membro da Juventude Católica do Porto, o seu móbil terá sido pessoal como represália pela prisão do pai, em virtude da sua participação gorada noutra tentativa monárquica do ano precedente.

dos géneros de primeira necessidade (17 de setembro de 1915). Pela edilidade foram tomadas outras medidas importantes como a aprovação do horário de 8 horas para o funcionalismo municipal e o lançamento de um programa de obras públicas com um novo programa urbanístico, entregue ao urbanista inglês Barry Parker, do qual no rasgar de novas artérias, edifícios públicos e bairros operários, a abertura de uma nova avenida central e dos Paços do Concelho seriam o ponto basilar.

A outra grande exigência da cidade foi a resolução da questão portuária do Douro e Leixões, muito aquém de reunirem as condições mínimas para poderem funcionar como centros portuários capazes de responder às exigências do crescente tráfego marítimo, como o exigiam as Associações Industrial e Comercial do Porto. Colocada de lado a hipótese de reconversão da barra do Douro pelas suas características topográficas a esse fim, os governos republicanos irão dar o seu apoio para o desenvolvimento do porto comercial de Leixões, a fim de se criar uma bacia de rotação mais ampla para as embarcações de maior tonelagem. Datam daqui a ampliação dos molhes e o desassoreamento do seu leito, a construção do farol hiper-radiante e sonoro, do posto de T.S.F. ou da estrada costeira até à Póvoa de Varzim.

Relativamente à 1.^a Guerra Mundial, a cidade do Porto mantinha a sua tendência patriótica de apoio aos países aliados, numa altura em que as frentes de combate se radicavam numa longa guerra das trincheiras, sem que as táticas militares dos oponentes dessem quaisquer sinais de superioridade que culminassem numa vitória final. Os portuenses corriam às despedidas dos súbditos estrangeiros ingleses e franceses que partiam para a luta europeia e dos soldados portugueses que seguiam para as expedições coloniais, grandes comitivas populares cruzavam a cidade para apresentar cumprimentos aos representantes consulares aliados e, aquando da presença de contingentes militares de passagem pela cidade, muitas homenagens eram-lhes prestadas no porto de Leixões ou nas salas de espetáculos e agremiações culturais.

Desde 8 de setembro de 1914, *O Comércio do Porto* inaugurara um serviço especial de notícias da guerra pelo telégrafo ou telefone, com preços mensais de 15 e 20 escudos respetivamente, a funcionar em todos os dias úteis para os assinantes interessados em se manterem devidamente atualizados sobre o cenário internacional. Por toda a linha costeira durante este impasse nacional, os Ministérios da Guerra e da Marinha reforçaram os pontos de defesa terrestres, como deslocação de mais esquadrões militares para o Castelo da Foz, e da zona marítima com cruzadores e torpedeiros a vigiar a costa, recebendo o apoio discreto britânico. Estes ao largo da costa protegiam, pelo ar e pelo mar, o movimento naval no Atlântico, por vezes aportando em Leixões ou realizando exercícios de manobras militares, que atraíam a atenção popular e vigiavam a presença dos perigosos submarinos alemães, que chegavam a atacar algumas embarcações de firmas comerciais portuenses durante as suas viagens transatlânticas.

Por intermédio da delegação no Porto da *Cruz Vermelha* ou por iniciativa particular, contabilizavam-se ainda vários médicos portuenses a prestar serviço junto do Exército Francês nos Hospitais de Sangue de Paris e de Bordéus e de várias senhoras a cumprir os seus cursos de Enfermagem. Ao esforço de guerra a Faculdade de Medicina do Porto, se concretizada a intenção da Grã-Bretanha de estabelecer hospitais similares na cidade, oferecia todo a colaboração da sua comunidade académica para o tratamento dos feridos de guerra. E o movimento da *Renascença Portuguesa*, que pela ligação dos seus membros-fundadores ao Partido Democrático se avocara intervencionista, resolveu criar uma «Sociedade Portuguesa de Instrução Militar» para preparar os seus associados com conteúdos teóricos e práticos, que lhes permitissem servir honradamente quando o espectro bélico enredasse a Pátria.

Nesta conduta similar convieram vários eventos particulares e públicos desde festas de sociedade, saraus e récitas, espetáculos musicais e teatros cujos fundos revertiam a favor das vítimas de guerra e dos soldados expedicionários portugueses e suas famílias, organizados pelo Clube Fenianos Portuenses, a Associação dos Estudantes do Porto, dos periódicos locais e de grupos de senhoras das mais distintas famílias do burgo, etc. Os alunos dos Liceus Rodrigues de Freitas e Alexandre Herculano e das escolas primárias organizaram bandos precatórios pelas ruas, substituindo em parte os corsos carnavalescos de 1915, recolhendo dinheiro, peças de joalharia, géneros alimentícios e de vestuário entregues às unidades militares. As inflexões sobre os destinos da Europa eram alvo de várias conferências e publicação de obras nos círculos intelectuais, espelhando as dissonâncias filosóficas e políticas de nomes como Agostinho de Campos, Teixeira de Pascoaes, Alberto Pinheiro Torres, Raul Tamagnini Barbosa, Aurélio Quintanilha e outros.

Mesmo sendo as grandes batalhas uma realidade distante do quotidiano das gentes do Porto, os seus efeitos não deixaram de ser perpetuados na sua identidade e toponímia, com a atribuição do nome de «Praça de Liège» ao Largo do Monte na freguesia da Foz, em tributo aos seus habitantes contra a invasão alemã (8 de outubro de 1914), ou a consternação geral pela morte de George Porte, a primeira vítima da colónia francesa na cidade (14 de outubro de 1914). Em 31 de março do ano seguinte, como homenagem póstuma aos primeiros soldados voluntários portugueses mortos em solo francês, Adolfo de Medeiros e Carlos Ornelas, o Núcleo Reformista do Porto mandou depositar duas coroas de louro e duas bandeiras nacionais, adquiridas por uma subscrição pública, que seguiram para o Museu do Exército Francês em Paris. Numa nota curiosa, nesse verão de 1915, no Clube Fenianos era apresentado um jogo de tabuleiro intitulado «Jogo da Guerra» de Jorge Coelho, idealizado nas estratégias militares então postas em prática pelas beligerantes da Entente e dos Impérios Centrais.

3. MARÇO DE 1916: PORTUGAL E O PORTO NA ENTRADA DO CONFLITO MUNDIAL

A 23 de fevereiro de 1916, perante a fragilidade de uma frota naval com demasiadas baixas à mão dos alemães, a Grã-Bretanha solicitava ao Governo Português a requisição dos navios alemães ancorados nos portos nacionais. O pretexto para a participação portuguesa estava assim firmado, de acordo com os interesses dos democráticos no poder, que prontamente decretaram o confisco legal das embarcações no cumprimento dos tratados diplomáticos. Na barra do Porto somente presente um navio mercante germânico, o «Vesta» foi apreendido pelas autoridades locais, mau grado a sua tripulação tudo ter feito para o tornar inoperacional com a destruição das máquinas e equipamentos náuticos⁷. Como resposta, a Alemanha declarou guerra a Portugal a 9 de março, almejando-se assim fugir-se ao estatuto de país agressor, que o Império Austro-Húngaro retorquiu a 15 do mesmo.

O novo governo da «União Sagrada» de António José de Almeida e Afonso Costa que entrava nessa altura em funções, uma coligação entre democráticos e evolucionistas, acordaram diplomaticamente a entrada do país na Grande Guerra pelo bloco dos Aliados. Não só os objetivos desta intervenção militar retinham o da defesa das colónias africanas e de uma possível ocupação pela Espanha monárquica, como era a oportunidade de afirmação internacional do regime republicano e de participação nas futuras conversações de paz, onde outros intentos posteriores poderiam amparar o desenvolvimento nacional. Quanto a alguns dos súbditos alemães residentes no Porto, conhecida a declaração oficial de guerra, as famílias de Ferdinand Claus, Eduardo Katzeinstein e Adolfo Hofle foram das primeiras a abandonar voluntariamente o seu lar de acolhimento.

Procurando conciliar os ideais políticos e religiosos em prol da Pátria e das contrariedades que se avizinhavam, nascia no burgo uma das mais relevantes instituições filantrópicas neste contexto militar: a Junta Patriótica do Norte, sob presidência do Prof. Alberto de Aguiar, resultante de reuniões particulares prévias, anunciada a 15 de março e oficializada em 8 de abril desse ano. Acolhendo gradualmente representantes de todas as organizações locais políticas, culturais, educativas, sindicais, religiosas, etc., a sua missão original definiu-se na assistência e socorro às vítimas da guerra, à resolução do problema das subsistências, da propaganda patriótica e do concurso para a defesa nacional⁸.

⁷ No primeiro dia de junho de 1916, após uma apurada recuperação pelos técnicos e operários das Fundições de Massarelos, o «Vesta» seria batizado de «Foz do Douro» consignado à firma portuense A. J. Gonçalves de Moraes & Filhos.

⁸ CORREIA, 2011: 33-50.

A Imprensa portuense regista ainda no dia 16 de março uma imponente manifestação pública dos habitantes da cidade e proximidade no apoio incondicional aos Aliados, reunindo dezenas de milhar de elementos, que apresentaram as saudações e a solidariedade junto dos representantes desses países que aqui dispunham de consulados. À noite, no Salão Árabe do Palácio da Bolsa, coube ao cônsul da Grã-Bretanha Honórus Grant agradecer o apoio demonstrado em nome das nações estrangeiras, depois dos discursos oficiais pelos edis municipais, representantes económicos e académicos e outros quanto à justiça da vitória sobretudo face à Alemanha. Já quase no final deste mês, neste espírito patriótico efervescente, os monárquicos do Porto alteram a sua postura anti bélica, correspondendo ao manifesto de D. Manuel II no exílio britânico, oferecendo os seus serviços à República pela causa nacional na conflagração europeia.

4. DE ABRIL DE 1916 A OUTUBRO DE 1918: MUTAÇÕES LOCAIS E NACIONAIS NUMA LONGA GUERRA

Ao contrário do período que antecedeu a intervenção de Portugal na Grande Guerra, os cerca de dois anos e meio da presença militar nos campos de batalha da Flandres e de África ficaram profundamente estigmatizados pelas deambulações políticas internas, daí resultando uma flagrante clivagem quanto aos rumos do país no quadro internacional. Esta situação político-militar entre a «República Velha» e a «República Nova» deve, portanto, ser explicitamente discriminada nesta análise temática. Até porque as opções tomadas pelas distintas autoridades governativas influíram em estreita correlação, tanto como foram influídas num manobrar oportuno, com uma mudança de sentimento nacional entre a coragem e a provação perante uma dura vivência do quotidiano.

Se entre os portugueses em geral fora expectável que a «União Sagrada» pudesse consolidar uma estabilidade governativa que frequentemente falhava, sobretudo pela sintonia das vozes políticas para se atravessar os tempos de guerra, em pouco menos de um ano tal retrato seria estilhaçado com o regresso isolado dos democráticos ao poder. Ainda assim, entre 15 de março de 1916 a 10 de dezembro de 1917, jamais a orientação das políticas tomadas colocou em risco as exigências e os deveres internacionais de colaborar com os Aliados nas campanhas militares. Além de uma nova expedição anual mobilizada para as colónias africanas, o grande esforço militar desses primeiros meses foi para a formação e treino do Corpo Expedicionário Português, cujas primeiras unidades partiram para a França em inícios de 1917⁹.

⁹ A primeira vítima portuense nas trincheiras francesas foi a do tenente Mário Augusto Teles Grilo, a 13 de junho de 1917, oficial de Infantaria 18. Nesse mês de agosto chegou uma mesma funesta notícia para Vila Nova de Gaia com a morte do soldado Serafim Sarapantelo.

No caso da vereação da Câmara Municipal do Porto, as normas do poder central foram integralmente respeitadas, procurando-se proteger os sectores económicos vitais e acalmar alguns tumultos sociais, particularmente junto das camadas operárias e populares que protestavam contra o encarecimento do custo de vida. Os restantes estoicamente foram aceitando as imposições práticas para canalizar fundos e matérias-primas para o sorvedor orçamento militar: supressão de alguns horários das linhas ferroviárias, redução da iluminação pública, postos de venda nas esquadras policiais dos produtos de primeira necessidade geridos pela Comissão Municipal de Subsistências, agravamento da crise alimentar, etc. Nas eleições municipais de novembro de 1917, uma vez mais o Partido Democrático reuniu a maioria dos votos, sendo reeleito presidente Henrique Pereira de Oliveira e reconduzidos vários dos edis.

Porém, de imediato, a grande sangria que o burgo portuense sofreu foi ao nível da sua comunidade de súbditos alemães, colocados no limbo legal de passarem a ser considerados inimigos do país e o conseqüente congelamento dos seus bens¹⁰. Enquanto alguns elementos das famílias como os Burmester, Stube, Rothes, Roseler, Gerstlacher, Lehmann, Van der Niepport, Wandschneider, etc., optaram por se retirar para Espanha; outras personalidades requereram permissão para manter a sua residência ou abdicaram da nacionalidade alemã, principalmente entre o segmento feminino, como os ilustres D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos ou os herdeiros de Emílio Biel. Unicamente uma holandesa acabaria acusada de espionagem para a Alemanha e com ordem de expulsão do país: a professora Christina Haussmann.

Ao nível económico foi um duro golpe para a atividade industrial e comercial local, pelo facto de parte de algumas unidades fabris, estabelecimentos comerciais e companhias de Vinho do Porto, das quais eram proprietários e/ou sócios, ficarem embargadas ou até encerradas enquanto se resolvessem as questões legais da sua nacionalização. E as suas repercussões foram se avolumando com o passar dos meses, em alguns momentos vivendo-se perto do anúncio de «estado de sítio», quer pelos motins populares impulsionados pelo associativismo operário e os meios socialista e católicos, quer pelas greves dos funcionários dos C.T.T. do norte e dos mineiros de S. Pedro da Cova.

Militarmente, a juntar-se às frequentes despedidas dos oficiais militares e milicianos e batalhões das unidades portuenses, assiste-se a um incremento da presença e das atividades em seu auxílio. O Ministério da Guerra estabeleceu uma filial do Depósito Geral de Fardamentos (12 de agosto de 1916), uma missão militar anglo-

¹⁰ Decreto n.º 2 350, de 21 de abril de 1916: banindo do continente da República todos os súbditos alemães de ambos os sexos e estabelecendo a condição jurídica dos súbditos inimigos. *Diário do Governo*: I série, n.º 78 (1916). Decreto n.º 2 355, de 23 de abril de 1916: regulamentando algumas das disposições do decreto n.º 2350, suplemento de 10 de abril de 1916. *Diário do Governo*: I série, n.º 80 (1916).

-francesa visitou o distrito para avaliar os serviços locais do Exército Português (21 de setembro) e chega-se mesmo a projetar o desmantelamento do Mercado Ferreira Borges para aproveitar a sua cobertura para a construção do hangar de aterragem para o futuro Centro de Aviação (18 de novembro). Desde o verão de 1917, uma esquadra naval francesa atracaria permanentemente em Leixões para defesa das barras portuárias nortenhas, coadjuvados por brigadeiros e caça-minas britânicos, isto depois de vários relatos de submarinos alemães a rondar a faixa litoral e a atacar com torpedos embarcações de pesca e de transporte, em alguns dos casos com sucesso e provocando vítimas mortais.

Uma grandiosa onda de solidariedade despertou como resposta contra o adversário germânico e o apoio aos soldados portugueses e aliados, grandes cortejos cívicos aquando das vitórias nacionais em África e a comemoração do «Dia dos Aliados» pela cidade, a 9 de junho de 1917. Os alunos das escolas públicas da cidade foram até presenteados com uma cópia da declaração do presidente Wilson ao Congresso Norte-Americano, iniciativa camarária pela entrada dos E.U.A. no conflito mundial, e muitas personalidades defendiam na tribuna pública em conferências e sessões patrióticas a importância da participação portuguesa: Ricardo Jorge, Leonardo Coimbra, Basílio Teles, Ângelo Vaz, Diogo Cassels, Ana de Castro Osório, Egas Moniz, Artur Barros Basto, etc. A dinâmica indústria cinematográfica, através da famosa Invicta-Filme, mantinha todos a par dos acontecimentos de guerra com a exibição de documentários sobre o Centro de Instrução de Tancos ou a Batalha de Marne, esta apresentada pelo fotógrafo francês Jules Gervais-Courtellemont.

Outros tantos eventos sucederam-se entre a sociedade local para recolher fundos para prestar assistência aos soldados portugueses, às suas viúvas e órfãos: espetáculos teatrais de carácter patriótico, angariação de géneros e vestuário pelas alunas do Liceu Feminino, bazares de prendas, leilões de peças artísticas doadas pelos seus autores, feiras de caridade ou grandes peditórios públicos, o de maior sucesso a «Festa da Flor», em 18 de abril de 1917, que reuniu um saldo de 33 contos, peças de ouro e prata, vestuário e artigos de mercearia. Muitos revertiam a favor dos cofres de organizações como a Cruz Vermelha, a Sociedade Humanitária, a Comissão de Assistência Pública ou as recém-fundadas Cruzada das Mulheres Portuguesas, a Societé Amicale Franco-Portugais e a Associação de Assistência às Vítimas da Guerra.

O maior destaque concentrava-se na ação da Junta Patriótica do Norte, responsável pela criação de um «Núcleo Feminino de Assistência à Infância» (19 de agosto de 1916) e a «Casa dos Filhos dos Soldados» (25 de junho seguinte), a par de outros tantos certames solidários. Especial destaque merecia também a assistência hospitalar aos soldados feridos, com novos cursos de Enfermagem pela Cruzada das Mulheres Portuguesas, ou a cedência de D. Manuel II do Palácio dos Carrancas para um Hospital de Guerra e dos postos de socorros a Náufragos do Passeio Alegre e da Comissão

do Salva-Vidas da Foz do Douro para hospital e enfermaria de convalescença. Um projeto inédito não materializado foi a proposta do Dr. Santos Silva, aprovada pela vereação, de se criar no Porto uma Escola de Reeducação para os soldados mutilados.

Certo é que toda esta renúncia e exaltação pela presença de Portugal na Grande Guerra não tardou a esmorecer de norte a sul do país, onde o arrastar da guerra maximizava as dificuldades económicas e sociais e um crescente descontentamento generalizado, que se alastrava também ao Exército Português que se queixava da falta de meios para uma verdadeira eficácia militar junto das nações aliadas. O triunfo da revolta do major Sidónio Pais e depois a sua ditatorial «República Nova» (11 de dezembro de 1917 a 14 de dezembro de 1918) confirmaram esta inclinação anti intervencionista, mesmo aquiescendo numa quinta campanha colonial, a alteração das ordens de serviço no C.E.P. e a suspensão do esforço de guerra levaram a um certo desprestígio internacional.

Pela atitude da Câmara Municipal do Porto ao conhecer a notícia da vitória do golpe revolucionário, a sua direção tinha compreendido precocemente esse prognóstico, a recusa de saudação ao novo Chefe de Estado foi transmutada para os soldados portugueses nos campos de batalha. O novo regime acabaria por substituir todos os membros dos organismos políticos, policiais e militares portuenses pelos partidários do seu movimento, mas a instabilidade política continuaria com diversas conspirações e intentonas dos opositores e um peso acentuado da União Operária Nacional neste meio citadino, resultando em várias cenas de prisões, cargas policiais e perseguições aos seus elementos e dirigentes. Entre os mais queixosos encontravam-se os ferroviários e os pescadores, cujas traineiras arriscavam cada vez menos as pescarias em alto mar pela maior frequência dos submarinos alemães piratas, juntando-se assim a falta do peixe às recorrentes dos cereais, da carne e do carvão.

Quiçá o Sidonismo nem terá sido o responsável pelo afastamento dos tripeiros quanto ao desassossego face à 1.^a Guerra Mundial nesse ano de 1918, um certo desfasamento pela sorte dos soldados portugueses tinha dado lugar ao sofrimento e destino individual com as vagas epidémicas que arrasaram a cidade «no avolumar da crise de subsistência e de um estado de depressão moral»¹¹. Primeiro o surto de tifo exantemático nesse primeiro semestre, logo advindo a gripe pneumónica até final do ano, fazendo disparar a taxa de mortalidade graças à insalubridade das casas, à falta de condições sanitárias e de higiene e ao abatimento físico de indivíduos debilitados pela fome e as doenças cíclicas. Compreende-se neste ambiente o desvio da anterior boa-vontade particular e pública dos soldados para os doentes, as festas e peditórios passaram a reverter para ajuda aos tifosos e as classes mais pobres, os equipamentos de prestação de serviços e cuidados de saúde foram reconvertidos para o seu tratamento.

¹¹ ARAÚJO, 2014b: 124.

Isto mesmo reportam as notícias periódicas sobre a cidade do Porto, a *Obra de Assistência* 5 de Dezembro e a *Cruz Branca* foram fundadas para o socorro à pobreza envergonhada, os proprietários das ilhas eram intimados a proceder a obras de recuperação e higienização, ampliou-se a rede de bairros operários e das cozinhas económicas... A Junta Patriótica do Norte, a *Société Amicale Franco-Portugais* e o *Triângulo Vermelho*, associação internacional de apoio aos soldados do C.E.P., são das poucas a merecer ainda um apoio popular mais consistente, ante as agremiações femininas e católicas que se colocam ao lado dos pobres, dos indigentes e das crianças. Só os dias seguintes ao de 9 de abril de 1918, a famosa batalha de La Lys em que os nossos soldados sofreram uma pesada derrota, voltou a despertar o grande público para o descalabro nos palcos da guerra.

Declarações públicas à bravura e dignidade dos resistentes e o sentido pesar pelos perecidos pelo Grémio Centrista do Porto, a Câmara Municipal do Porto e outras coletividades, a atribuição do nome de «Avenida da França» em sua honra à rua das Pirâmides na Boavista (11 de julho) e a catadupa de notícias contraditórias sobre os militares portuenses entre os mortos e feitos prisioneiros, que chegaram às famílias com muitas semanas de atraso. E em outubro a emergência póstuma de um herói portuense, o primeiro-tenente Carvalho de Araújo¹² no comando do caça-minas «Augusto de Castilho», que dispendo da sua vida e da tripulação, na madrugada do dia 14, atacou o submarino germânico «U-139» para defender o epicamente o paquete «São Miguel» no mar dos Açores.

5. NOVEMBRO DE 1918: O FIM DA GRANDE GUERRA

Desde final de setembro que vários beligerantes das Potências Centrais vinham assinando armistícios perante a superioridade militar dos Aliados, mas enquanto a Alemanha não desistiu dos seus intentos eram poucos os que ousavam declarar o final da contenda mundial. Por fim, um dia antes do anúncio da abdicação de Guilherme II e da instauração de uma República alemã, já no Porto se celebrava a notícia da proposta de um armistício germânico, com grandes manifestações populares e a iluminação dos edifícios e dos navios surtos no Douro e Leixões. Assinado três dias depois o Armistício, a 11 de novembro de 1918, as festas pela vitória portuguesa e aliada atingiram o rubro na cidade: desfiles pelas ruas centrais, telegramas de felicitações pelas associações locais de vária índole, salvas de palmas nos teatros, sessões

¹² Ao contrário do comumente referenciado, José Botelho de Carvalho de Araújo (1881-1918) nasceu na freguesia de São Nicolau da cidade do Porto, da qual a família materna era natural, tendo só cerca de dois meses depois os pais regressado a Vila Real, local onde decorreu a sua infância e mocidade e que lhe prestou homenagem com o seu nome e uma estátua na avenida principal.

solenes na Société Amicale Franco-Portugais, no Ateneu Comercial do Porto e na Junta Patriótica do Norte.

O pesadelo da Grande Guerra estava encerrado e nos dois feriados nacionais comemorativos da ocasião, celebrados a 12 e 28 desse m  s, demonstrou-se publicamente o alívio e a euforia pelo fim dos sacrifícios impostos e do regresso dos soldados lusos a casa. Na reunião camarária desse dia 14, o Porto decide atribuir à nova artéria central, entre a Praça da Liberdade e a Trindade, o honroso nome de «Avenida das Na  es Aliadas»! Uma subscri  o pública foi lançada para oferecer uma salva de prata lavrada com «Génie de la Libert  » e uma taça de honra camoniana com o brasão de armas da Invicta ao marechal Ferdinand Foch, comandante das grandes ofensivas aliadas na frente ocidental, e já para o final do mês despedia-se a armada francesa sediada no porto de Leixões.

No seio das comunidades estrangeiras portuenses, dado a sua maior presença e proje  o socioecon  mica, a francesa e a britânica foram as que mais patentearam o seu contentamento e o apoio português. Os primeiros descerraram placas comemorativas da vitória no seu Consulado, na Câmara do Comércio Francesa e na Société De Bienfaisance Franco-Belge, bem como erigir um mausoléu aos mortos da col  nia num dos cemitérios municipais, os últimos com um grandioso banquete na Associa  o Britânica do Porto com a presença das autoridades políticas, militares e administrativas de ambos os países. Só que o torpor da indefini  o política até ao final do ano e nos primeiros meses de 1919 quase que eclipsou as notícias referentes aos últimos desenvolvimentos do conflito de quatro anos.

O assassinato de Sidónio Pais, o governo da Junta Militar do Norte, o episódio da «Monarquia do Norte» e o regresso    «República Velha» passaram a dominar a imprensa periódica portuense. Há poucas referências no plano local    reaq  es durante as negocia  es da Conferência de Paz de Paris, do regresso dos soldados do C.E.P. e das colónias africanas, da liberta  o dos que tinham ficado reféns dos alemães. Das iniciativas locais que persistiam em vingar o apoio aos soldados e    suas famílias salientavam-se as da Junta Patriótica do Norte, do Triângulo Vermelho e da Renascença Portuguesa, recolhendo donativos, organizando saraus e vendas de caridade, publicando monografias com as memórias de guerra, não deixando cair no esquecimento os mutilados, as viúvas e os órfãos do Exército Português.

6. EIXOS DE REFLEXÃO SOBRE O PORTO NA GRANDE GUERRA

Diante a quantidade de informa  o factual disponibilizada por um qualquer periódico, um dos grandes meios na forma  o da emergente opinião pública, mesmo que condensada nas páginas d' *O Tripeiro* consultados para o âmbito cronológico de 1914-1918, muitos outros acontecimentos de menor alcance poderiam ter integrado

o presente ensaio pelas suas ligações diretas com o fenómeno da 1.^a Guerra Mundial. Todavia, pelo exposto ficará construída uma visão global sobre as vivências da cidade do Porto durante esses anos de um ciclo perene de mudanças, enaltecendo os exemplos individuais e coletivos e a memória do burgo sobre uma conflagração que, passado um século, se começa a compreender as profundas transformações radicais e o legado funesto da sua herança.

Não obstante as campanhas de guerra nunca terem decorrido em solo luso, o caso da Invicta serve como um valioso estudo de caso sobre as suas implicâncias políticas, económicas, sociais e militares para uma dimensão nacional. Ainda que no caso desta localidade, onde a influência do Partido Democrático na sua governação poderá ter concedido maior relevância ao conflito mundial, frisando os valores patrióticos e nacionalistas da liberdade e democracia, se possam distinguir três grandes fases na conduta dos seus agentes sociais e da evolução do seu quotidiano: a euforia dos primeiros anos, a abnegação e os sacrifícios pela causa da guerra e a desmotivação e quebranto final.

O primeiro desses momentos ter-se-á desenrolado entre a eclosão do pleito europeu e a entrada formal de Portugal nessas operações militares em África e na França, de grosso modo de meados de 1914 a inícios de 1916. Nele se denota uma identificação imediata da cidade com a Tríplice Entente, com uma perceção da Alemanha como a grande inimiga e culpada pelas hostilidades militares, tanto pelo seu ideário republicano e valores liberais, como pelos laços mais fraternais com países como a Inglaterra e a França, através das suas comunidades aqui residentes com crescente peso no tecido social desde Oitocentos. Assumida a posição de pseudoneutralidade de Portugal, esse sentimento patriótico não esmoreceu e o amparo manteve-se nas saudações aos povos oprimidos, aos soldados nas trincheiras, na caridade e assistência às vítimas da guerra além-fronteiras. E conhecidos os eventuais riscos que todo este fenómeno teria sobre as suas relações comerciais e industriais, em particular sobre os negócios do Vinho do Porto, e a degenerescência das condições de vida, os meios locais e as grandes individualidades políticas e intelectuais alinharam sempre, de forma mais ou menos velada, pelo discurso intervencionista democrático e evolucionista.

A declaração de guerra da Alemanha e os primeiros anos do estado de guerra português, de março de 1916 ao triunfo sidonista em finais do ano seguinte, marcaram uma segunda fase para esta realidade local, com o reafirmar portuense do apoio incondicional aos Aliados. Então movendo-se as diligências para uma preparação efetiva para as campanhas militares, que não as rotineiras nas mais pacíficas colónias africanas, prescindiram-se de parte dos investimentos regionais canalizados para o Exército e em que o ensejo solidário com os militares passou a estar na ordem do dia, como o ratifica o aparecimento da extremamente ativa Junta Patriótica do Norte.

No contexto bélico com o aproximar da luta das fronteiras citadinas, movimentações essencialmente marítimas com a passagem de fragatas, brigadeiros, torpedeiros e caça-minas dos aliados, procurando demover a maior presença dos submarinos alemães e as suas ameaças junto da linha de costa nortenha. Isto além da intensa vida diplomática para a zona norte na resolução das questões internacionais mais prementes, que passavam pelos consulados instalados no Porto, onde exerciam representantes de nações como Grã-Bretanha, Brasil, França, Espanha, Rússia, Itália, Holanda, Grécia, Cuba, Bélgica, China, Panamá e Chile.

Por último, uma terceira fase nesse longínquo ano de 1918, a mudança do sentimento popular nacional pelas dificuldades internas da economia de guerra, as intencões políticas e a instabilidade governativa republicana, a relutância no envio de tropas para uma guerra estacionária e mortífera pelo recurso a novas armas como as metralhadoras, os tanques, os gases tóxicos, etc. Uma metamorfose que no Porto se poderá ter devido mais à desorientação administrativa pelas consequências danosas dos surtos epidémicos de tifo e gripe, sentidos com mais incidência na zona norte e aqui com maior número de vítimas pela sua maior densidade populacional, obrigando a urbe a concentrar-se na assistência médica aos doentes e à resolução desses problemas internos. Num feliz acaso e alívio das suas gentes, terminando sensivelmente ao mesmo tempo esses espectros da guerra e da doença, celebrados com grande entusiasmo aquando da rendição alemã.

Inegável é durante todo o conflito os elevados contributos materiais e humanos das muitas iniciativas promovidas pelas instituições portuenses, em especial a rede de ensino público primário, liceal e técnico e a própria Universidade do Porto, por ventura, aquela que mais elementos viu mobilizado para as forças expedicionárias na falta de oficiais médicos, farmacêuticos e engenheiros entre a classe militar, que condecorou com o doutoramento *honoris causa* os marechal Joseph Joffre, general Armando Diaz e general Horace Smith-Dorrien, chefes do estado-maior dos exércitos aliados em 1921, e um monumento aos estudantes universitários mortos nessa contenda¹³. Mas também todo o papel das outras agremiações económicas, industriais, culturais, religiosas e de beneficência social: a Renascença Portuguesa, a Associação Comercial do Porto, o Clube Fenianos, o Banco Borges & Irmão ou a Adriano Ramos Pinto para citar só alguns, incluindo o segmento feminino das famílias mais influentes que organizaram diversos peditórios e festas em favor dos soldados e das suas famílias e ofereceram-se para prestar serviços de saúde como enfermeiras nos hospitais e na Cruz Vermelha.

No atual programa de comemoração do centenário da 1.^a Guerra Mundial não se poderá arrematar estas palavras sem estabelecer uma dialética entre este acontecimento

¹³ ALVES & ARAÚJO, 2014: 137.

mundial e as suas representações patrimoniais que alteraram o traçado urbanístico do Porto. Quase todos os portuenses sabem identificar o Monumento aos Mortos da Grande Guerra na praça Carlos Alberto, inaugurado a 9 de abril de 1928, da autoria de Manuel Marques e Henrique Moreira. Contudo, a maioria desconhecerá que o primitivo conjunto artístico de José de Oliveira Ferreira, patrocinado pela Junta Patriótica do Norte, sobreviveu uns meros três meses antes da Câmara Municipal o mandar demolir, em inícios de 1925, por não ter agradado à população.

De certo modo, serão ainda poucos aqueles que conseguem localizar as placas comemorativas em edifícios públicos e nos cemitérios municipais aos soldados mortos nessa inglória luta, um significativo roteiro turístico que se encontra por levantar e inventariar. Ou que os grandes planos urbanísticos da baixa e arredores e do porto de Leixões datam deste período conturbado, harmonizando as premissas da modernidade com uma política de obras públicas municipais, que garantisse o trabalho e o pão às classes trabalhadoras tão prejudicadas e amarguradas com a carestia de vida experienciada nesses tempos.

E, finalmente, para a história da cidade do Porto subsiste uma memória toponímica relativa à Grande Guerra, pequena lembrança do heroísmo e patriotismo do povo português no único conflito armado internacional em que o país tomou parte no século XX: praça de Liège, avenida da França, rua Nove de Abril, avenida dos Combatentes da Grande Guerra, rua do tenente Mário Grilo, rua de Carvalho Araújo e a avenida dos Aliados, esta ainda hoje e desde sempre a «sala de visitas» da Invicta Cidade.

BIBLIOGRAFIA FINAL

- ALVES, Luís Alberto; ARAÚJO, Francisco Miguel (2014) – *Rumos da internacionalização na história da U.Porto*. In Teixeira, Pedro, ed. – *Percursos da internacionalização na Universidade do Porto – uma visão centenária*. Porto: U.Porto-Edições Centenário, 83-173.
- ARAÚJO, Francisco Miguel (2014a) – *O Tripeiro (Porto, 1908 – {1974})*. «Dicionário de Historiadores Portugueses» [em publicação].
- ARAÚJO, Francisco Miguel (2014b) – *Médicos milicianos portugueses nos palcos da Grande Guerra*. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10362/11877>>. [Consulta realizada em 08/09/2014].
- CORDEIRO, José Manuel Lopes (2010) – *História do Porto: desafios à República, Cidade inconformada e rebelde*. Matosinhos: QuidNovi.
- CORREIA, Sílvia (2011) – *A Junta Patriótica do Norte: um projecto republicano de rememoração da I Guerra Mundial em Portugal*. «CEM Cultura, Espaço & Memória: Revista do CITCEM», n.º 2. Porto: CITCEM, p. 33-50.
- GILBERT, Martin (2004) – *The First World War: A Complete History*. Florida: Owl Books.
- O Tripeiro: revista mensal de divulgação e cultura, ao serviço da cidade e das suas tradições* (1964-1968), 6.ª série, anos IV-VIII.

- PEREIRA, Gaspar Martins, *org.* (2002) – *Eduardo Santos Silva: cidadão do Porto (1879-1960)*. Porto: Campo das Letras.
- PERES, Damião, *ed.* (1954) – *História de Portugal: suplemento*, Porto: Portucalense Editora.
- RAMOS, Luís de Oliveira, *dir.* (2000) – *História do Porto*. Porto: Porto Editora.
- RAMOS, Rui (1994) – *As Guerras da República (1911-1917)*. In MATTOSO, *dir.* – *História de Portugal: A Segunda Fundação (1890-1926)*. Lisboa: Editorial Estampa, p. 435-528.
- SOUSA, Fernando de, *coord.* – *Os Presidentes da Câmara Municipal do Porto (1822-2013)*. Porto: CEPESE/Câmara Municipal do Porto.
- SOUSA, Fernando de; ALVES, Jorge Fernandes (2002) – *Leixões – uma história portuária*. Porto: APDL-Administração dos Portos do Douro e Leixões, SA.
- TENGARRINHA, José (1989) – *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho.

REPRESENTAÇÕES DA BATALHA DO LYS NA IMPRENSA – *DIÁRIO DE NOTÍCIAS E O SÉCULO*

ANA RITA MIRA ROQUE*

Esta comunicação visa apresentar parte dos resultados da pesquisa feita no âmbito da dissertação de mestrado em Relações Internacionais.

Pretende-se analisar um pedaço de memória jornalística daquela que se considera ser a intervenção de relevo portuguesa na Primeira Guerra Mundial em solo europeu – a Batalha do Lys. Os jornais seleccionados para análise foram o *Diário de Notícias* e *O Século*. O «9 de Abril», dia em que a batalha se iniciou, sendo muitas vezes mencionado dessa forma no seio jornalístico da época e também no seio historiográfico, é um episódio importante, que marcou profundamente a Primeira República. Contudo, mantemos consciência que este curto momento, embora intenso, não generaliza uma longa campanha efectiva, de dois anos, das tropas portuguesas na Flandres.

Deste modo, perscruta-se uma cronologia demarcada pelo «mau-estar» das tropas portuguesas – CEP, Corpo Expedicionário Português – que se estabelece desde 1917 (onde relatórios apresentados já denotavam uma quebra de moral¹), intensificando-se a partir de Março de 1918 (MARQUES, 2008: 317), momento em que os alemães pressionam fortemente o sector português e britânico. De modo a inserir uma cronologia definida e não se extrapolar demasiado esta base empírica, esta análise baliza-se nas publicações dos periódicos durante o mês de Abril de 1918, uma vez que esta batalha se iniciou na madrugada de 9 de Abril desse mesmo ano.

* FCSH – UNL, anamira.roque@gmail.com

¹ Situações testemunhadas pelo General Tamagnini, comandante do CEP até Agosto de 1918: «Proibida a ida a Portugal pela via férrea ás praças de pret, que viram não ter sido extensiva aos officiaes essa medida, os quaes continuara a ir com licença e muitos não voltaram à Zona de guerra, começou a manifestar-se descontentamento no C.E.P.» (MARQUES, 2008: 321-322).

Convém mencionar que os periódicos e outro tipo de publicação jornalística publicada durante a Primeira República apresentam-se actualmente como uma interessante e vasta base empírica, um prisma riquíssimo pelo qual vale a pena perscrutar o passado. Como Oliveira Marques afirma:

O Portugal de então era um país de jornais. Mau grado a elevada taxa de analfabetismo, o jornal tinha grande circulação, sendo frequente a sua leitura em voz alta em pequenas vilas e aldeias, perante assistências heterogêneas do povo analfabeto, que ouvia e comentava².

Desta forma, podemos afirmar que o jornalismo da época também contribuiu para uma construção – embora constrangida, devido aos mecanismos de censura instaurados pela República a partir do início do conflito mundial, em 1914, e à censura no seio internacional, nomeadamente em França e Inglaterra, cujos jornais eram muitas vezes mencionados nestes periódicos portugueses – de memória em torno da participação portuguesa na Batalha do Lys. Para além do mais, tal acontecimento internacional não deixaria de potenciar a troca de ideias e o debate, principalmente no que toca à participação de Portugal no conflito mundial. Acrescenta-se ainda a formação de opinião pública – que não deixa de estar intimamente ligada a representações que influenciariam a memória portuguesa – onde a imprensa tem um peso significativo: as opiniões eram variadas, opondo «os germanófilos aos anglófilos e francófilos, correntes que acentuavam as divisões já existentes entre republicanos, monárquicos, socialistas e outros, que se degladiavam na imprensa» (SOUSA, 2010: 41). Fortes clivagens que atravessam o poder político, o poder militar e a opinião pública. Em torno do conflito mundial, gravitam várias questões, quer no âmbito interno, quer no âmbito externo. Tal dificulta a leitura da experiência constitucional portuguesa (LOPES, 1988: 199), apesar de ser um padrão típico de um regime recente, que se pretendia, ainda, afirmar no exterior.

Sendo uma época em que o jornalismo português procura uma profissionalização no mercado, mas que ainda se amarra a profundas ligações políticas – são vários os jornais que funcionam como porta-vozes dos partidos da altura – é interessante tentar perceber, e equacionar, os interesses políticos (internos e externos) que confluem nas publicações periódicas, mas que, posteriormente, ao serem lidas (ou ouvidas) influenciaram e/ou tentaram influenciar a perspectiva do povo português. A acumulação de profissões por parte dos jornalistas, fruto de, na época, se estar ainda em fase de profissionalização, também afectava a qualidade dos artigos publicados nos jornais. Era igualmente difícil estabelecer os limites do jornalismo, podendo ser apontado como um prolongamento das disputas políticas; mas a política poderia ser encarada como uma faca de dois gumes – apesar de apresentar constrangimentos teóricos ao

² MARQUES & SERRÃO, 1991: 600.

jornalismo como profissão com um código ético e deontológico, os meandros políticos traziam prestígio social aos jornais (filiações, influências, e, por conseguinte, algum poder económico).

Além do mais, os poucos recursos financeiros (foi difícil inserir anúncios publicitários nas páginas, maioritariamente devido à incompreensão dos leitores pela ocupação de espaço nas páginas dos jornais) também eram um factor importante que punha em causa a própria independência das empresas jornalísticas: papel de má qualidade, que foi encarecendo à medida que a economia portuguesa foi sendo afectada pelo conflito mundial, levando, inclusive, à redução do número de páginas dos jornais. A carência económica no seio jornalístico era evidente, mesmo durante a Monarquia Constitucional:

Havia fatores desfavoráveis, como a pequenez do mercado, que travou a existência de uma Imprensa de massas em Portugal, e alguns traços culturais e mentais, incluindo a excessiva proliferação de pequenos e débeis jornais ligados a milhentas fações políticas que se disputavam ferozmente, recorrendo a todo o tipo de expedientes e cunhas, em vez de adotarem modelos de gestão económica mais racionais e viáveis³.

A dependência de agências noticiosas internacionais, principalmente a Havas⁴, pois não havia poder económico para dirigir suficientes enviados para o terreno onde se desencadeavam os acontecimentos, culminou na repetição e transcrição de notícias já por si estrangidas pela censura militar imposta nos países aliados.

Contudo, a profissionalização desta classe (que se vinha verificando desde o século XIX) e os variados estrangimentos com os quais os jornalistas se foram deparando permitiram a criação de um movimento a favor da liberdade de imprensa. Apesar de infrutíferos, verificaram-se abaixo-assinados, comícios, conferências e manifestos, muitos destes promovidos pelas associações de jornalistas de Lisboa e do Porto, e também pela Liga das Empresas Jornalísticas de Lisboa (grémio dos editores).

Convém-nos, no entanto, tentar perceber que estrangimentos encontrou este recém-germinado regime republicano. De que forma as hostes políticas (movidas por interesses de cariz interno e de concertação internacional) encararam este conflito mundial e de que modo o mesmo serviria os interesses portugueses. Sendo um país com um regime em maturação (sofrendo incursões monárquicas), empenhado em adquirir um lugar de prestígio nas resoluções europeias, bem como em busca de um aval e reconhecimento europeu perante este novo regime, dependente da velha aliada Inglaterra, este foi um período rico no que toca à História das Relações Internacionais portuguesas. Acrescenta-se, ainda, o factor geográfico. Espanha não deixou de ser um

³ BAPTISTA, 2012: 95

⁴ Primeira agência noticiosa, sediada em Paris, formada em 1835 por Charles-Louis Havas.

receio para esta nova República. Ainda persistia um medo de anexação espanhola, incluído-se um crescente interesse em perceber que posição tomaria o nosso vizinho no conflito mundial – algo também interessante para a nossa velha aliada, pois Espanha seria um aliado valioso mediante a sua localização (e assim obter controlo do Mediterrâneo e Norte de África).

Este conflito mundial ainda decorria quando Sidónio Pais subiu ao poder (em 5 de Dezembro de 1917 lidera a revolta militar contra o governo democrático), mas importantes questões internacionais mantinham-se em cima da mesa: novamente, o reconhecimento desta mudança política em Portugal, uma vez que Sidónio Pais poderia ser encarado como pró-germânico; em relação à guerra, havia que lidar com a «decadência» do Corpo Expedicionário Português, bem como as intransigências inglesas e francesas quanto ao transporte de portugueses para a frente de batalha.

Pretende-se equacionar essa dinâmica internacional e nacional – um período de mudança e fragilidade internas, buscando-se, igualmente, um reconhecimento da República a nível interno, acrescentando-se, para além das preocupações acima referidas, a defesa das colónias portuguesas, cobiçadas, nomeadamente, pelo inimigo alemão – com o conteúdo presente nas páginas dos jornais parafraseados no que toca a este acontecimento inédito para o jornalismo português – a cobertura de uma guerra onde Portugal estaria a combater. Assim, todas estas preocupações, apesar de serem balizadas em preocupações internas e externas, não deixam, todas elas, de fazer parte de um único objectivo estratégico republicano.

Porquê escolher o *Diário de Notícias* e *O Século*? Pretendeu-se inserir esta investigação em periódicos estabelecidos na capital portuguesa, onde cerca de 56,3% da população sabia ler (BAPTISTA, 2012: 199). Uma ampla opinião pública de esquerda, com elevado índice de alfabetização, fazia singrar, sem grandes problemas, os principais órgãos de imprensa. Estes dois jornais mostram-se importantes no meio jornalístico da época, pela estabilidade das suas publicações durante a I República portuguesa – sem uma única interrupção, enquanto outras redacções foram fechadas – e também por estes serem os dois jornais com maior tiragem na capital, com boas redes de distribuição pela mesma (através dos ardinas), e para o resto do país através dos correios e das redes ferroviárias. Temos, assim, por um lado, um periódico que tentou manter-se isento das questões políticas da época, defendendo um jornalismo informativo – o *Diário de Notícias* – e, por outro, um periódico de esquerda, republicano – *O Século*.

O *Diário de Notícias*, sendo um caso excepcional, mantendo-se equidistante dos partidarismos políticos de então, demarcou-se do outro jornal aqui em análise – *O Século*. Contudo, o próprio director deste jornal – Alfredo da Cunha, entre 1900 e 1919 – explicar-nos-ia que essa equidistância se tornou uma promessa editorial difícil de cumprir: «O *Diário de Notícias* tomou a posição que os interesses da Pátria lhe

indicaram, e, se não fêz imprudentes incitamentos, também não aconselhou cobardes retraimentos» (FREIRE, 1939: 107). Em pleno contexto de guerra, o *Diário de Notícias* apresentou gestos de caridade: uma subscrição para a Cruz Vermelha Portuguesa e para a Assistência Portuguesa às vítimas de guerra, e ainda para as vítimas da pneumónica. Também lutou, através de publicações no jornal, contra o aumento do preço do papel, devido às dificuldades de importação do mesmo. Por último, lutou abertamente a favor da liberdade de imprensa, luta expressa nas primeiras páginas das edições de 26 de Janeiro⁵ e 8 de Maio⁶ de 1918. Fundado em 1864, por Eduardo Coelho, este inseriu no jornalismo português dois géneros – o editorial e a grande reportagem, sendo caracterizado por ser um jornal noticioso e imparcial (BARRETO & MÓNICA, 1991: 154).

O Século, em íntima ligação com Bernardino Machado – presidente da República desde Agosto de 1914 até 1917 – seguia e reproduzia nas páginas do jornal as suas conferências (conferências essas previamente conhecidas pelo jornal). Bernardino Machado chegava, inclusive, a corrigir o artigo que seria posteriormente aplicado, escolhendo, com audácia, as palavras indicadas e mais convenientes para determinados fins políticos. Verificava-se, assim, uma lealdade para com um líder político que, obviamente, acabaria por influenciar e demarcar a posição deste jornal no que toca ao tema desta investigação. Fundado em meados de 1880, foi um jornal que foi adoptando uma estratégia de comunicação de massas⁷, ganhou, por um lado, a adesão à causa republicana e, por outro, expandiu o jornal devido às técnicas de distribuição do mesmo pelo país. Este jornal, noticioso e representante da união dos interesses económicos (BARRETO & MÓNICA, 1999: 245), apresentou, claramente, outra postura social, muito menos vincada que o *Diário de Notícias* no que toca à liberdade de imprensa e ao preço do papel, embora também tenha praticado actos de caridade no contexto de guerra – temos o exemplo da «Sopa dos Pobres», que pretendia «Atenuar, quanto possível, a situação precária dos famintos. O povo por-

⁵ «Publica o decreto sôbre a Imprensa periódica com as regalias pelas quais o Diário de Notícias há muito vinha pugnando. O decreto tem a data de 19 de Janeiro» (FREIRE, 1939: 120).

⁶ «Publica um artigo sobre a Censura e refere-se ao facto de o Diário de Notícias ter sido apreendido no domingo, 5, por haver publicado um anuncio dos Transportes Marítimos em que se dizia que um vapor dessa companhia saíria brevemente, palavras que a Censura cortara e que por lapso vieram no jornal. O Diário de Notícias regista neste artigo os protestos de tóda a Imprensa por tal facto» (FREIRE, 1939: 120).

⁷ Foram surgindo novos suplementos, nomeadamente: *O Século Humorístico*, *Modas e Bordados*, *Brasil e Colónias*, edições especiais, publicações de folhetins, como *Século da Noite*; e outras publicações como *Almanaque d' O Século*, *Século Cómico*, *Ilustração Portuguesa* – abundante em fotografias e/ou gravuras, vincadamente a favor da participação se Portugal no conflito mundial –, *Os Sports*, *Século Agrícola*.

tuguês é sofredor, mas é preciso não abusar da sua brandura» (...) «quando a fome entra pela porta a virtude sai pela janela»⁸.

Acrescenta-se, ainda, um factor importante, que, na altura, tornava mais próximo do leitor as experiências vivenciadas pelos portugueses nas trincheiras da Flandres: os enviados de guerra destes jornais que emitiam, com regularidade, descrições do ambiente das trincheiras e do meio envolvente, nomeadamente António de Almada Negreiros, enviado d'*O Século*, e Hermano Neves, enviado do *Diário de Notícias* (embora por parte do primeiro jornal tivessem estado na frente de guerra outros enviados, antes de 1918). Ambos estiveram igualmente a acompanhar a comitiva presidencial de Bernardino Machado, aquando da sua visita à frente de guerra portuguesa, que se iniciou em Outubro de 1917, embora Hermano Neves, na altura, estivesse presente como correspondente do jornal *A Capital*. Pelo lado d'*O Século*, para além de Almada Negreiros, que, inclusive, esteve presente num almoço, em Bolonha, com a comitiva presidencial e oficiais britânicos, estavam presentes Bourláprio e Benoliel (VAZ, 1923: 74).

As descrições destes enviados corresponderiam à total verdade? O estudo do conteúdo dos dois jornais escolhidos pretende fazer uma análise discursiva sustentada numa grelha de análise objectiva – textos de opinião e informativos – passando por uma triagem desses textos, recenseando o número de notícias (censuradas ou não) –, ângulos de abordagem, tratamento visual nas páginas, o espaço e o local que as notícias referentes ao conflito ocupam. Em suma: o que ficou representado nas páginas dos jornais sobre a Batalha do Lys? O que representou realmente esta batalha para Portugal, em específico, e o conflito mundial, na generalidade, e como e quando, se soube, realmente, o que aconteceu na madrugada do dia 9 de Abril?

O governo, independentemente das forças políticas que estavam no poder, demonstra grande receio pelos efeitos que as notícias escritas poderiam ter junto do povo português. Não são raras as referências, ao longo da legislação sobre censura, à união de Portugal e à necessidade de acalmar o espírito do povo. Claro que os jornais eram maioritariamente adquiridos e lidos por uma elite, a mesma elite que teria capacidade para compreender a fragilidade política do país, fervilhar uma potencial revolta e espalhar a palavra.

Antes de nos debruçarmos sobre as notícias que ficaram espelhadas nas páginas dos jornais aqui em análise, convém, por fim, mencionar alguns constrangimentos pelos quais as notícias passavam, quer em contexto nacional – através da censura – quer em contexto internacional – censura na frente de guerra e censura aplicada pelos países intervenientes no conflito⁹.

⁸ *O Século*, 25 de Fevereiro de 1917.

⁹ Em Inglaterra, pela acção do *Press Bureau*, na Alemanha através do *Kriegs Pressment*, que dependia do quartel-general alemão, e em França, pelo *Bureau de Press*, que dependia do Ministério da Guerra.

Em 8 de Agosto de 1917, o Ministério do Interior estabelece, mais pormenorizadamente, o funcionamento das comissões de censura em Portugal¹⁰. As mesmas funcionariam «em dois turnos de cinco e três censores, cada um, respectivamente, sorteados no princípio de cada mês, e que prestarão serviço em períodos alternados de vinte e quatro horas» (Art. 2.º). O desempenho de censura preventiva poderia ser feito por militares ou civis, desde que cumprissem os princípios estipulados de idoneidade e desde que esta função fosse compatível com outros empregos ou função pública (Art. 4.º). Apesar de ser um trabalho realizado em grupos, cada censor deveria rubricar, de forma legível, as provas de censura submetidas ao exame (Art. 5.º).

Praticamente um mês depois, a 6 de Setembro do mesmo ano, nova alteração surge na legislação referente à censura preventiva. Alterou-se, desta forma, os artigos 2.º e 6.º da lei n.º 495, de 28 de Maio de 1916. Assim, as comissões de censura «eliminarão qualquer notícia ou apreciação unicamente nestes casos: 1.º Quando seja prejudicial à defesa nacional, militar ou económica, ou às operações de guerra. 2.º Quando envolva propaganda contra a guerra». Os artigos/notícias alvo de censura terão sempre um recurso, sem efeito suspensivo para o Ministério do Interior. O mesmo recurso será julgado «no prazo máximo de quarenta e oito horas contadas com a sua apresentação»¹¹.

Esta censura não se aplicava apenas a periódicos, mas também a fitas cinematográficas que contivessem assuntos militares ou que fizessem alusão aos exércitos beligerantes, ou apenas referência ao conflito mundial. Teriam de passar, igualmente, por um processo de avaliação militar. Tal exame prévio ficaria a cargo do Ministério da Guerra, ficando os importadores ou proprietários desse material de solicitar essa mesma avaliação¹².

Para além dos constrangimentos que a censura empregava nas publicações periódicas, a diminuição de papel (dificuldades de importação e na pasta do seu fabrico) e, conseqüentemente, o seu elevado preço, conduziu a uma redução do número de folhas das publicações jornalísticas. O Ministério do Trabalho e Previdência Social, decretou que «Nenhuma das publicações jornalísticas diárias ou periódicas poderá aumentar o seu actual formato nem o seu número» (Art. 1.º). Os jornais teriam de

Na Rússia, a imprensa estava obrigada a informar o Ministério dos Negócios Estrangeiros, bem como o Conselho de Ministros, enquanto na Áustria-Hungria foram criadas duas instituições – o *Kriegspressquartier* e um grupo literário no arquivo da guerra.

¹⁰ *Diário do Governo*, n.º 131, 8/8/1917, decreto n.º 328. Disponível em <hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/LeisdeImprensa/Republica.htm>. [Consulta realizada em 13/07/2014].

¹¹ *Diário do Governo*, n.º 152, 6/9/1917, lei n.º 815. Disponível em <hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/LeisdeImprensa/Republica.htm>. [Consulta realizada em 13/07/2014].

¹² Artigos 1.º e 2.º, decreto n.º 3354, 8/9/1917. Disponível em <hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/LeisdeImprensa/Republica.htm>. [Consulta realizada em 13/07/2014].

fixar o seu número em quatro páginas, à excepção de quartas e sextas-feiras, onde teriam de diminuir as suas publicações para duas páginas (Art. 2.º)¹³.

A 10 de Novembro de 1917, os serviços de censura preventiva de periódicos e outros impressos, escritos ou desenhos de qualquer modo publicados, são transferidos para o Ministério da Guerra, embora o Ministério do Interior continuasse a intervir nas decisões de recursos contra eliminações elaboradas pelas comissões de censura¹⁴.

Entretanto, a censura também aperta o cerco à propaganda germanófila que existia em Portugal (embora pouco significativa). Segundo a Presidência do Ministério, no decreto n.º 3544,

[...] serão impedidas de circular (...) e apreendidas, suspensas ou suprimidas, todas as publicações periódicas, nacionais ou estrangeiras, em que se tenha tentado ou tente a fazer propaganda sistemática em favor dos inimigos ou tendente a deprimir a alma da Nação ou a honra do seu exército (Art. 1.º)¹⁵.

Observemos o exemplo da presença da censura, aquando da visita presidencial de Bernardino Machado à frente portuguesa em França, neste telegrama escrito por João Chagas a Bernardino Machado:

Correspondente jornais – Lisboa. Informam-me que censura? impedir publicação de notícia viagem Senhor Presidente da República. Lembro V. Ex.^a que já não há inconveniente algum em publicar as que se referem à visita à frente francesa, inglesa e belga.

(a) Chagas¹⁶

Logo após o golpe de Estado de 5 a 8 de Dezembro de 1917, com Sidónio Pais no poder como presidente, esta Junta Revolucionária revoga a legislação sobre a actuação da censura, a 9 de Dezembro do mesmo ano: «Ficam revogadas as medidas tomadas pelo governo transacto contra a livre publicação de jornais, e anulada a ordem de expulsão do território da República contra qualquer jornalista»¹⁷. Tal período de liberdade jornalística acabaria por durar pouco tempo, uma vez que a 28

¹³ *Diário do Governo*, n.º 154, 8/9/1917, decreto n.º 3353. Excepção para as semanas em que houvesse feriado nacional. Nesse caso, poderia publicar-se com quatro páginas, mesmo às quartas e sextas-feiras – decreto n.º 3470, pelo mesmo ministério, 19/10/1917. Disponível em <hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/LeisdeImprensa/Republica.htm>. [Consulta realizada em 13/07/2014].

¹⁴ *Diário do Governo*, n.º 195, 10/11/1917, decreto n.º 3534. Disponível em <hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/LeisdeImprensa/Republica.htm>. [Consulta realizada em 13/07/2014].

¹⁵ *Diário do Governo*, n.º 197, 13/11/1917, decreto n.º 3544. Disponível em <hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/LeisdeImprensa/Republica.htm>. [Consulta realizada em 13/07/2014].

¹⁶ VAZ, 1923: 97.

¹⁷ *Diário do Governo*, n.º 214, 9/12/1917, Art.º 1.º. Disponível em <hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/LeisdeImprensa/Republica.htm>. [Consulta realizada em 13/07/2014].

de Dezembro de 1917 surge nova legislação proveniente do Ministério do Interior¹⁸. Apelando, não num registo distinto ao que se verificou na passagem da Monarquia Constitucional para a República, a uma união partidária a fim de se obter uma conciliação da Família Portuguesa, a Junta Revolucionária aplica legislação distinta àquela publicada, 19 dias antes, e restritiva da liberdade de publicação. Assim, as autoridades administrativas deveriam impedir o reaparecimento de jornais que anteriormente tivessem interrompido a sua publicação e também a fundação de novos órgãos de imprensa, apenas caso tivessem autorização do Ministro do Interior (Art. 1.º).

As mesmas autoridades estariam também responsáveis de impedir a divulgação de «manifestos, moções, representações e deliberações várias do Partido Democrático, também chamado imprópriamente Partido Republicano Português»¹⁹. De ter em conta que, como era típico nesta época, muitos jornais estavam intimamente ligados a aparelhos políticos, sendo usados como máquinas de propaganda política de líderes dos respectivos partidos.

Na portaria n.º 1183, apelando à defesa económica e militar do país, aplicaram-se novas restrições à imprensa no que toca a notícias relacionadas com «data da entrada ou da saída dos portos de qualquer navio da marinha de guerra ou da marinha mercante nacional ou estrangeira, bem como de movimento de tropas, ou referência a quaisquer medidas de carácter militar que lhes forneçam sem autorização superior». Na portaria seguinte (n.º 1184), pode ler-se: «Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Interior, que as autoridades administrativas sob a sua dependência não consintam na divulgação de notícias pela imprensa sôbre alterações de ordem, que não tenham confirmação oficial»²⁰.

Em jeito de conclusão, podemos observar que a legislação sobre a censura foi constante, renovando-se e minuciando os seus mecanismos e caracterizando pessoas que constituíam esse mesmo aparelho, sempre íntimos com o Ministério do Interior, passando, posteriormente, para a alçada do Ministério de Guerra. Apesar de Portugal ter vivenciado um golpe de Estado, encabeçado por Sidónio Pais, a legislação passou exactamente pelo mesmo processo que verificou desde a implantação da República, a 5 de Outubro de 1910: passando da liberdade de imprensa para novos constrangimentos na mesma, no que toca a notícias relacionadas com o estado de guerra (nacional e internacional), movimentações tácticas, movimentações da marinha de guerra ou mercante, propaganda antiguerrista ou germanófila.

¹⁸ *Diário do Governo*, n.º 228, 28/12/1917, portarias números 1182, 1183 e 1184. Disponível em <hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/LeisdeImprensa/Republica.htm>. [Consulta realizada em 13/07/2014].

¹⁹ *Diário do Governo*, n.º 228, 28/12/1917, portarias números 1182, 1183 e 1184. Disponível em <hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/LeisdeImprensa/Republica.htm>. [Consulta realizada em 13/07/2014].

²⁰ *Diário do Governo*, n.º 228, 28/12/1917, portarias números 1182, 1183 e 1184. Disponível em <hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/LeisdeImprensa/Republica.htm>. [Consulta realizada em 13/07/2014].

Veriquemos, agora, quais os constrangimentos a nível internacional, uma vez que a censura também estava presente nas primeiras linhas de guerra. Nada melhor do que observarmos o caso de Almada Negreiros, que viu a sua estadia como enviado de *O Século* prestes a ser interrompida, uma vez que enviou uma série de telegramas para Portugal referentes à visita de Bernardino Machado à frente de guerra sem que estes passassem pelas autoridades britânicas – British Censorship Authorities:

In communicating the enclosed telegram to this Department the Portuguese Minister explained that Senhor Negreiros had been attached to the President of Portugal during Senhor Bernardino Machado's recent visit to this country and had despatched a number of press telegrams dealing with the visit through the Legation. These telegrams are submitted to Dr. Afonso Costa, the Portuguese Prime Minister, before despatch but were not actually passed by the British Censorship Authorities²¹.

Este telegrama foi enviado a 27 de Novembro de 1917, mas um dia antes, a 26 de Novembro, Almada Negreiros já tinha telegrafado para Manuel Teixeira Gomes, na altura Ministro Plenipotenciário de Portugal em Londres:

Peço V. Exa., agir pela via mais rápida a fim fazer revogar esta decisão do Gabinete ela é injusta não fui consultado renego toda a acusação que diga que não cumpri senão o meu dever transmitindo os meus telegramas aos meus superiores que eu acompanhara e que a censura de Londres os deixou passar sem outra formalidade²².

Contudo, demonstrou-se difícil convencer as autoridades britânicas para alargar a estadia de Almada Negreiros, que chegaram a sugerir ao jornal *O Século* que enviasse outro representante para o substituir. O Army Council, em telegrama, a 4 de Dezembro de 1917, descreve assim os factos:

The statement of Senhor Negreiros is quite inaccurate. The facts are as follows: Senhor Almada Negreiros came on a visit to the British Front, the duration of which was to be 9-31 May, 1917. As interesting events continued, he was allowed to repeat and extend his visits very considerably, but was never on the footing of a permanent correspondent²³.

Apesar de esta situação ter sido resolvida, uma vez que Almada Negreiros se manteve na frente britânica e foi vinculado permanentemente na *Allied Press*, podemos concluir que os meandros da censura no seio da guerra também eram meticulosos. Em suma, os jornais portugueses tinham de lidar com constrangimentos – quer a nível interno, quer a nível externo – que incapacitavam a liberdade de imprensa.

²¹ RAMALHO, 1998: 302.

²² RAMALHO, 1998: 302.

²³ RAMALHO, 1998: 303.

Uma vez ultrapassadas, genericamente, as variadas contextualizações, olhemos, agora, para as características que as primeiras páginas do *Diário de Notícias* e *O Século* nos mostram. O jornal *Diário de Notícias* apresenta um espaço nas suas páginas dedicado às *efemérides* – como estava a guerra anos atrás, no dia em que o jornal é publicado. A *efeméride* foca-se na guerra de há três anos, em 1915, incidindo não apenas nas condições em que se encontram as tropas portuguesas – neste ano combatiam apenas em África –, como apresenta uma visão da guerra na sua generalidade, na Europa. Sai diariamente. Acrescenta-se, ainda, *as Notas económicas e financeiras da guerra*, um artigo de âmbito financeiro e económico, próximo de um artigo de opinião, abordando a guerra nesse prisma (produção, rendimentos, impostos, mercados cambiais), quer no âmbito português, quer no âmbito internacional. Não é um artigo constante. Podemos igualmente encontrar na primeira página deste jornal o *Serviço Telegráfico*, um conjunto de telegramas recebidos de variados locais, com destaque para Paris e Londres. Transmitem uma visão geral da guerra através de opiniões de políticos, diplomáticas, jornalistas e descrevem a situação da guerra nas várias frentes, acrescentando comunicados oficiais. O *Serviço Telegráfico* ou *as Notas económicas* surgem sempre em destaque na primeira página, ocupando, normalmente, duas a três colunas do lado esquerdo. Por fim, temos a secção *Portugal na Guerra*, que foca apenas a presença portuguesa no conflito: artigos de enviados, acções solidárias feitas em Portugal a favor dos combatentes; convocações de regimentos, listas de prisioneiros e de mortos/feridos (situações dos mesmos em hospitais), informações da frente portuguesa transmitidas pelo general Tamagnini, cruzadas das mulheres portuguesas e condecorações.

No jornal *O Século*, podemos encontrar o *Boletim de Guerra*, com informações genéricas da frente de combate, focando-se especialmente na frente europeia. Normalmente é acompanhado de um texto editorial que resume em que ponto de situação estão as variadas frentes do conflito, fazendo-se quase sempre acompanhar de um mapa, para facilitar a visualização do movimento de tropas no terreno. Aliás, a 1 de Abril de 1918, no *Boletim de Guerra* surge uma justificação para este jornal utilizar os mapas nas suas primeiras páginas:

Uma avalanche de comunicações, caindo sobre os jornaes sem metodo, sem o respeito da ordem cronologica, poz hontem o noticiario da ofensiva tal ou qual confusão. Dado o momento vimos, por exemplo, as forças britanicas simultaneamente em Illy-le-Sec e em Chipilly²⁴.

De seguida, este jornal apresenta igualmente um serviço telegráfico que apelida de *Pelo Telégrafo*. Muito semelhante ao que surge nas páginas do *Diário de Notícias*,

²⁴ *O Século*, Boletim de Guerra, 1 de Abril de 1918.

apresentando médias e curtas notícias sobre as várias frentes de guerra e/ou outros assuntos de foro político que estejam indirectamente ligados a esta – comunicações oficiais dos exércitos britânico, francês e português e os textos de Almada Negreiros. Por fim, mas neste caso na segunda página, temos uma secção apelidada Últimas Notícias, que chegavam à redacção do jornal antes da hora do fecho.

Partindo de uma análise geral no que toca às páginas do *Diário de Notícias*, percebemos que a secção *Notas financeiras e económicas da guerra* é a que surge menos vezes durante o mês de Abril, apenas com três publicações (apesar de ocupar o espaço principal do jornal – as colunas da esquerda). As secções *Serviço Telegráfico e Portugal na Guerra* estão sempre presentes nas páginas deste jornal e maioritariamente na primeira página, à excepção do dia 29 de Abril (respectivamente na terceira e segunda páginas, devido à noticiabilidade das eleições para a presidência da República), enquanto as *Efemérides* surgem constantemente, à excepção de três dias²⁵. Não foi um jornal que apostou nas imagens – pelo menos durante o mês em análise –, uma vez que temos apenas quatro dias²⁶ em que surgem imagens referentes ao conflito mundial. No que toca a notícias censuradas, podemos observar que surgem espaços em branco em onze dias do mês de Abril – em sítios variados, censurando-se quer notícias de foro internacional, quer do foro interno. É possível visualizar, igualmente, notícias referentes à censura²⁷, o que vai de encontro ao carácter mais combativo deste jornal no que toca à apresentação de um jornalismo isento e livre. Deixamos aqui um exemplo:

Mais uma vez nos vemos forçados a referver o fastidioso chá das censuras no governo por causa da censura à imprensa. Mas a culpa não é nossa. Desde tempos imemoriais que o *Diário de Notícias* tem reclamado contra as perseguições de que o jornalismo tem sido vítima por parte daqueles que, sendo na oposição os mais ardentes defensores da liberdade da imprensa, em chegando às cadeiras do poder se transformam nos mais ferozes inimigos dessa mesma liberdade²⁸.

O *Diário de Notícias* aponta, igualmente, os efeitos secundários que este tipo de censura pode causar; mas também nos faz questionar – como é que os censores cortam um telegrama proveniente de Paris cujo conteúdo poderia pôr em causa a serenidade do povo, mas não corta as próprias críticas que este jornal faz ao sistema?:

Houve por bem – ou por mal – a censura à imprensa cortar entre outros trechos do nosso jornal de ontem um telegrama de Paris, com que abrimos a secção da Guerra. E

²⁵ Dias 26, 28 e 29 de Abril.

²⁶ Dias 11, 13, 14 e 23 de Abril.

²⁷ Quatro artigos em quatro dias distintos.

²⁸ *Diário de Notícias*, Contra a Imprensa, 17 de Abril de 1918.

dizemos 'por mal' porque esse telegrama era um dos documentos mais honrosos e mais glorificadores (...) e mais nobilantes para o exército português (...). Mas os censores, cabeceando com sono, acharam mais comodo inutilizar tudo e estremunhadamente lançaram um traço a toda a altura da coluna. E o resultado foi que o claro do telegrama levou ao publico a convicção de que algum grande desastre novo ocorrera e a obra dos censores teve assim o efeito negativo e contraproducente²⁹.

Debrucemo-nos agora sobre a análise das notícias provenientes deste jornal no que toca ao «9 de Abril». Olhando para a página do respectivo dia 9 de Abril de 1918, percebemos de imediato que a informação não teria ainda chegado às redacções do *Diário de Notícias*, ou então não teriam autorização por parte das autoridades competentes – neste caso Ministério da Guerra – para publicar qualquer informação. Pode ler-se na primeira página títulos animadores: «A situação geral – os alemães não conseguiram ainda os seus objectivos», transcrevendo uma notícia proveniente de Nova Iorque: «A situação geral estratégica e táctica dos aliados torna-se mais favorável. No principio da terceira semana da ofensiva alemã encontramos o inimigo ainda bem longe de ter atingido os objectivos principais»³⁰. Contudo, deixa em aberto a possibilidade de o «inimigo» alemão estar na iminência de preparar um embate: «Os jornais dizem que os actuais movimentos do inimigo são percursoros de uma grande batalha que se não fará esperar»³¹. A 10 de Abril, embora ainda não surjam notícias sobre a batalha que posteriormente ficou conhecida como *A Batalha do Lys*, surgem indícios de que a censura está em funcionamento:

Temos recebido numerosos queixumes de pessoas que teem parentes ou amigos no C.E.P, a proposito do facto de, apesar de se ter noticiado a reabertura da fronteira francesa, não ter vindo para Portugal, ha muitos dias, correspondencia daquela proveniencia, e pedindo-nos que intercedamos junto dos poderes publicos a fim de que estes procurem pôr termo a sua ansiedade³².

É apenas no dia 11 de Abril que surge, na primeira página, a notícia do ataque alemão às tropas portuguesas e inglesas, através da transcrição de um comunicado oficial inglês – denote-se aqui a autoridade inglesa mediante as notícias que chegam a Portugal, a fim de complementar o exemplo que anteriormente fornecemos dos constrangimentos encontrados por Almada Negreiros:

²⁹ *Diário de Notícias*, A Censura, 25 de Abril de 1918.

³⁰ *Diário de Notícias*, Serviço Telegráfico, 9 de Abril de 1918. Notícia fornecida pela Agência Havas, indicada pela letra «H», sempre no final de cada notícia.

³¹ *Diário de Notícias*, Na iminência de uma grande batalha, 9 de Abril de 1918.

³² *Diário de Notícias*, Falta de Correspondência, 10 de Abril de 1918.

Esta manhã, depois de violento bombardeamento das nossas posições do canal de La Bassée às proximidades de La Armientères, importantes forças inimigas atacaram as forças britânicas e portuguesas que defendiam este sector da nossa linha. Favorecido por um denso nevoeiro que tornava difícil a observação, o inimigo conseguiu penetrar nas posições dos aliados (...). Depois de um combate que durou todo o dia, o inimigo conseguiu fazer recuar no centro as tropas portuguesas e numa das alas as tropas britânicas até ao Lys³³.

Nos dias posteriores, surge um conjunto de notícias provenientes de outros jornais que visam engrandecer os soldados portugueses, nomeadamente a artilharia³⁴. Acrescenta-se, ainda, a nota oficiosa que aparece apenas no dia 13 de Abril, enviada pelo General Tamagnini, complementada por uma comunicação fornecida pelo Ministério da Guerra³⁵. O fervor e o engrandecimento dos actos portugueses estão presentes nas seguintes linhas:

Deram os nossos heróis militares em terras de França (...) provas de que a tradicional bravura da raça portuguesa não desapareceu nem sequer diminuiu. Lutaram todos com excedível valentia, havendo até um destacamento da infantaria que preferiu morrer a peito descoberto a ceder terreno em frente das poderosas e numerosas forças inimigas³⁶.

Surge, igualmente, a publicação de «dois honrosos» telegramas provenientes do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Inglaterra, onde este, em nome do governo britânico, exprime «o apreço em que temos o valoroso feito que as tropas portuguesas praticaram nesta batalha. Lamentamos profundamente as perdas que elas devem ter inevitavelmente sofrido»³⁷. Por fim, no penúltimo dia do mês de Abril, o *Diário de Notícias* descortina mais alguns pormenores do que se passou na madrugada do dia 9 de Abril, mas no entanto não consta da primeira página do jornal, e, sim, da segunda:

Por notícias recebidas de Paris, temos pormenores do que se passou nas horas sangrentas e gloriosas de 9 deste mês (...). As tropas portuguesas ocupavam um sector de aproximadamente 11 quilómetros (...). A divisão de linha que estava nas trincheiras há mais de um ano encontrava-se ligeiramente fatigada. No dia do ataque devia ser substituída para ir repousar á rectaguarda. O ataque foi desencadeado no dia 9 ás 4 e 10 da manhã

³³ *Diário de Notícias*, Actividade de Artilharia, 11 de Abril de 1918.

³⁴ Temos o exemplo do correspondente da Agência Reuters, que diz: «os portugueses não tiveram outro remédio senão ceder terreno. A acção da rectaguarda, brilhantemente conduzida, impediu que neste ponto se desenvolvesse uma ameaça muito grave, mas o movimento de retirada tinha-se tornado impossível de evitar» (*Diário de Notícias*, 12 de Abril de 1918).

³⁵ Neste caso, o Ministério da Guerra não sabia ainda informar o paradeiro do General Gomes da Costa, do Major D. José Serpa de Sousa Pimental e de Sinel de Cordes.

³⁶ *Diário de Notícias*, O último ataque á linha portuguesa, 13 de Abril de 1918.

³⁷ *Diário de Notícias*, Portugal na Guerra – Dois honrosos telegramas, 15 de Abril de 1918.

procedido de um formidável bombardeamento. (...) O ataque envolvente, combinado com ataques de frente, foi tentado no ponto de contacto do sector portuguez e da divisão inglesa (...). Os portugueses tinham sofrido o choque de quatro divisões alemãs de assalto e de quatro de apoio, isto é, oito divisões contra tropas fatigadas. Só depois de seis horas de combate é que o inimigo conseguiu apoderar-se e ocupar a segunda linha, e depois de nove horas é que é teve possibilidade de assaltar a terceira linha defendida por reservas³⁸.

Focando-nos agora nas páginas do jornal *O Século*, podemos encontrar algumas diferenças no que toca ao tratamento das notícias referentes ao conflito mundial e à participação portuguesa no conflito. A primeira grande diferença recai sobre o uso de imagens que possam ilustrar melhor a movimentação das tropas – quer portuguesas, quer aliadas, e até mesmo do avanço alemão. Este jornal usou muitos mapas, nomeadamente em catorze dias do mês de Abril³⁹, sendo mais fácil perceber as notícias provenientes da secção *Boletim de Guerra*. No que toca a esta mesma secção, ela surge igualmente em catorze dias do mês⁴⁰, ocupando o local principal da primeira página – colunas da esquerda. A secção *Pelo Telégrafo* surge dezasseis dias⁴¹. No que toca aos cortes efectuados pela censura, detectámos cortes em cinco dias – inclusive num dos textos de Almada Negreiros⁴² –, mas sem a dimensão de cortes presentes no *Diário de Notícias* e apenas dois artigos citando os contrangimentos que a censura causava no funcionamento do jornal:

Que a censura nos corte aquilo que entender, bem ou mal, vá... Pois que as coisas são o que são para quê estarmos a cansar-nos com protestos ou lastimas?... Mas que ainda por cima fosse procurar para exercer a sua acção, um local afastado das sedes dos jornais, como é o Terreiro do Paço, é que nos parece demasiado menosprezo (...). Prejuízo de termos de fechar a última página antes de recebermos o serviço telegráfico do estrangeiro ou perdermos correios e comboios. É, pelo menos, o que nos tem sucedido todos os dias, depois da ressurreição, em má hora, de tal censura. Pedindo desculpa aos nossos leitores da província das irregularidades de recepção de *O Século*, determinadas pelas causas expostas (...) a própria censura continua a ser tida como indispensável, se força em condições menos gravosas⁴³.

³⁸ *Diário de Notícias*, Portugal na Guerra, 29 de Abril de 1918.

³⁹ Dias 1, 2, 7, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 26, 27, 28.

⁴⁰ Dias 1, 2, 3, 4, 5, 7, 9, 11, 13, 14, 19, 22, 26, 28.

⁴¹ Dias 1, 2, 3, 4, 8, 9, 12, 18, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 29, 30.

⁴² Dias 19, 20, 23, 27, 30. O texto censurado de Almada Negreiros apresentava o título: «O valor da nossa raça como os soldados portugueses sabem lutar pela liberdade e pelo direito», publicado a 22 de Abril de 1918.

⁴³ *O Século*, Aos nossos leitores e a quem competir providenciar, 23 de Abril de 1918.

No que toca a notícias referentes à *Batalha do Lys*, encontramos constrangimentos semelhantes ao que o outro jornal aqui em análise encontrou. Na edição do dia 9 de Abril de 1918, apenas encontramos notícias referentes aos dias 7 e 8 de Abril, deixando também patente, o prenúncio de que os alemães preparavam novo combate: «É facil ver em certos factos o indício de que o inimigo prepara novo ataque em massa»⁴⁴. A 10 de Abril surge-nos o título: «O inimigo ganha algum terreno», apenas mencionando que existiu grande actividade de artilharia em muitos pontos da linha de combate a norte. Esta notícia surge apenas em segunda página, na secção *Últimas Notícias*⁴⁵. Só no dia 11 de Abril *O Século* nos fornece um mapa indicando a linha de batalha que teria ocorrido a 9 de Abril, mas, no entanto, publica o texto de Almada Negreiros apenas referente aos dias 21 a 31 de Março, descrevendo as ofensivas alemãs⁴⁶. É na segunda página que podemos ler algo em concreto: «Os portugueses, juntamente com os ingleses, portaram-se valentemente, mas tiveram de recuar para Lys»⁴⁷. A 12 de Abril, podemos ler, com grande destaque na primeira página: «Honra e Glória a Portugal! Os que se batem e morrem, em França, pela sua e nossa pátria»⁴⁸. Almada Negreiros escreve, sem grandes pormenores:

Como se tivessem malogrado inteiramente os seus assaltos nos dois lados do Somme em toda a frente de ataque, os alemães trataram de obter exitos noutro ponto e d'ai a ofensiva desencadeada (...). As tropas portuguezas infligiram grandes perdas ao inimigo e as aldeias tomadas pelos alemães ficaram totalmente destruidas⁴⁹.

É fácil verificar que o jornal *O Século* nos apresenta títulos que apelam fortemente à gloriosa prestação portuguesa, algo que o *Diário de Notícias* não fez, encarando esta batalha com mais imparcialidade. Os próprios textos de Almada Negreiros transparecem esse orgulho perante a postura dos portugueses em guerra:

[...] um batalhão dos nossos que ocupava as primeiras linhas, bateu-se com a maxima bravura, exgotando-se as suas munições. Mandou buscar mais a toda a pressa. A despeito das rajadas constantes de fogo e de gaz e da avalanche «boche» que caiu sobre ele, esse batalhão heroico preferiu deixar-se matar a ceder um palmo de terreno!⁵⁰

⁴⁴ *O Século*, O inimigo extenua-se em vão, 9 de Abril de 1918.

⁴⁵ *O Século*, O inimigo ganha algum terreno, 10 de Abril de 1918.

⁴⁶ *O Século*, O arranco inimigo – os primeiros dez dias da ofensiva, 11 de Abril de 1918.

⁴⁷ *O Século*, A guerra – A ofensiva – Os portuguezes portaram-se valentemente, 11 de Abril de 1918.

⁴⁸ *O Século*, 12 de Abril de 1918.

⁴⁹ *O Século*, No sector portuguez – Antes de mais e acima de tudo, estamos na presença de um facto consolador: os nossos cumpriram heroicamente o seu dever, 12 de Abril de 1918.

⁵⁰ *O Século*, Pormenores sobre o ataque – como se batem as nossas tropas, 13 de Abril de 1918.

Contudo, em ambos os jornais surgem notícias que relatam o espanto de oficiais ingleses perante a valentia portuguesa: «Toda a imprensa inglesa continua a prestar homenagem á valentia incomparável das tropas portuguesas afirmando que se atiraram desesperadamente contra os alemães»⁵¹. Acrescentando-se ainda que o embate alemão do dia 9 foi atenuado segundo os telegramas oficiais do comandante do C.E.P, General Tamagnini.

Em modo de conclusão, podemos deixar a pergunta: Existem diferenças entre os factos expostos na bibliografia e o que está relatado nos jornais? É evidente que se verificaram diferenças, principalmente no que toca às dificuldades que os portugueses enfrentaram nas trincheiras e às ordens tácticas que os mesmos receberam por parte dos ingleses nos dias anteriores ao primeiro confronto no Lys. Todavia, convém ter em conta que os meios de transmissão não são como os actuais – as notícias demoravam a chegar a Portugal. Concluindo, apesar de a censura ser a tónica deste trabalho, não se deixa de evidenciar que a política interna e externa ajudam bastante a caracterizar um regime, principalmente quando o mesmo tenta interferir num conflito mundial. A censura foi, assim, um instrumento de apoio do regime, regime este já fragilizado e receoso das notícias que poderiam chegar do exterior. Como nos diz Graça Franco:

Embora a instabilidade política tenha sido sinónimo de alternância, liberdade, até de uma certa criatividade, teve o seu preço e as suas causas: entre elas não se pode desprezar a imprensa e a sua força difusora de ideais, de mobilização crítica e até de manipulação⁵².

Através desta análise, percebe-se o porquê de Portugal se encontrar, no sistema dos *media*, na categoria Pluralista Polarizada que Daniel C. Hallin e Paolo Mancini caracterizam⁵³. Tal modelo representa, entre outras características, uma ligação entre os *media* e os sistemas políticos, algo que perdurou também pelo Estado Novo. A censura, assim, foi apenas um dos mecanismos de um regime fragilizado que não fez jus ao seu próprio nome – República. Como nos diz Oliveira Marques:

A I República, de certa maneira, podia comparar-se ao despotismo iluminado como derradeiro grito de um período histórico. Não tinha continuação possível. Havia de morrer e ser substituída por qualquer coisa de completamente diferente⁵⁴.

⁵¹ *O Século*, O nosso esforço no campo de batalha – O aplauso do governo inglês, 15 de Abril de 1918.

⁵² FRANCO, 1993: 64.

⁵³ HALLIN & MANCINI, 2010: 101-154.

⁵⁴ MARQUES, 1978: 281.

FONTES

Diário de Notícias. Lisboa, Abril de 1918.

O Século. Lisboa, Abril de 1918.

BIBLIOGRAFIA

- BAPTISTA, Carla (2012) – *Apogeu, morte e ressurreição da política nos jornais portugueses, do século XIX ao Marcelismo*. Lisboa: Escritório Editora.
- BARRETO, António, MÓNICA, Maria Filomena, coord. (1999) – *Dicionário de História de Portugal*. Suplemento 8, Lisboa: Figueirinhas.
- FRANCO, Graça (1993) – *Censura à imprensa 1820-1974*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- FREIRE, João Paulo (1939) – *O Diário de Notícias, da sua fundação às suas bodas de diamante, esboço da sua história e das suas efemérides*. Ed. Comemorativa das bodas de diamante do DN, Lisboa.
- HALLIN, Daniel C. & MANCINI, Paolo (2010) – *Sistemas de media: estudo comparativo. Três modelos de comunicação e política*. Lisboa: Livros Horizonte.
- LOPES, Fernando Farelo (1988) – *A I República Portuguesa: questão eleitoral e deslegitimação*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa – ISCTE, 1988. Tese de doutoramento.
- MARQUES, Isabel Pestana (2008) – *Das trincheiras, com saudade. A vida quotidiana dos militares portugueses na Primeira Guerra Mundial*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- MARQUES, Oliveira (1978) – *Das Revoluções Liberais aos nossos dias*. In *História de Portugal*. Lisboa: Palas Editores.
- MARQUES, Oliveira, SERRÃO, Joel, dir. (1991) – *Portugal da Monarquia para a República*. In *Nova História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença.
- RAMALHO, Miguel Nunes (1992) – *Sidónio Pais – Diplomata e Conspirador (1912-17)*. Lisboa: Edições Cosmos.
- SOUSA, Jorge Pedro, coord. (2010) – *O Pensamento Jornalístico Português: das origens a Abril de 1974*. Covilhã: Labcom.
- VAZ, Ângelo (1923) – *Viagem Presidencial 1917*. Porto: IBL.

O BILHETE-POSTAL NA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL, UMA FONTE A EXPLORAR

HENRIQUE RODRIGUES*

INTRODUÇÃO

A Primeira Guerra Mundial proporcionou o acesso massivo às escritas privadas de gente que mal sabia ler e escrever. A separação prolongada e dolorosa da esposa, da mãe, do ambiente doméstico e da terra, fez da escrita uma prática de sobrevivência para os militares deslocados em tempos bélicos. O afastamento de casa e a distância a que se encontravam as famílias pôs em movimento as funções da correspondência, fazendo da carta o refúgio privilegiado do sentimento, da saudade e da autenticidade da mensagem para quem dela era digno¹. Estas correntes de tinta eram importantes para manter identidades sociais, unindo o militar e o núcleo doméstico, promovendo dinâmicas de escritas da ausência. Assim, o diálogo epistolar assumia um papel de relevo para quem foi mobilizado para o sítio da morte². A norma aponta para o envio de uma missiva diária por soldado, sem contar com os muito populares bilhetes-postais. Para sobreviver, na frente da guerra, escrevia-se compulsivamente, havendo

* Não seguimos o actual acordo ortográfico, por dele discordarmos.

¹ CHARTIER, Roger – (sous la direction de) «*Avant-propos*» in *La Correspondance, les usages de la lettre au XIXe siècle*. s.l.: Fayard, 1991, pp. 9-12.

² LYONS, Martin – *French Soldier's Correspondence in the First World War and the Question of Nationalism from Below*. In *Escritas da Mobilidade*. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico, 2011, p. 608. [disponível em brochura com prólogo, índice e CDROM].

soldados com médias de três a quatro cartas diárias³. O papel e a tinta ajudavam a viver; era necessário escrever para não morrer⁴.

Milhões de cartas e bilhetes-postais circularam por todo o mundo, mantendo laços de afecto e reforçando sociabilidades⁵. Usava-se a pena em qualquer lado e em qualquer circunstância, no hospital, durante as vigias nocturnas, debaixo de uma manta, à luz de um farol de bicicleta ou de uma vela cravada na baioneta.⁶ A ponte de tinta, que urgia sustentar, não tinha regras caligráficas nem afastava desta cultura os analfabetos que se socorriam de outros camaradas, lendo e escrevendo em troca de favores⁷. Manter as amarras de papel com os seus, era sinal de vida, de que ainda se estava na guerra e se mantinha presente o quadro de vínculos parentais através das mensagens. Mas também se teciam outras relações de afecto, alimentando o contacto com madrinhas de guerra, muitas vezes prostitutas que procuravam clientes através destes elos⁸. No âmbito das escritas, os diários são outras fontes que merecem atenção, não tanto no contexto bélico como no quadro da cultura epistolar da guerra.⁹

Em França, nos anos da Grande Guerra, gerou-se uma súbita e incontornável bulimia das escritas ordinárias, uma efusão diluvial que tornava impossível o controlo administrativo desta circulação¹⁰, evitando-se, perante a censura, as regras de comunicação em cenários bélicos. Estes laços de papel reclamam ou exigem quase

³ LYONS, Martin – *Los soldados franceses y su correspondência. Hacia una História de las prácticas de la cultura escrita em la Primeira Guerra Mundial*, in GÓMEZ, Antonio Castillo- (coordinador) *La Conquista del Alfabeto, escritura y classes populares*. Cenero/Gijón: Ediciones Trea, 2002, p. 229.

⁴ Ver sobre a mesma questão e no contexto da Guerra Colonial, RODRIGUES, Henrique – et al. *Escrever para não morrer, correspondências de um soldado de Monção na Guerra Colonial*, in RODRIGUES, Henrique/PORTUGUÊS, Ernesto – *Escritas Privadas, da Mobilidade e da Guerra*. Viana do Castelo: Fundação da Caixa de Crédito Agrícola do Noroeste, 2013, pp. 207-262.

⁵ Da frente para Itália, durante o conflito, circularam 2.137.000.000 de missivas, de acordo com CAFFARENA, Fabio – *La Grande Guerra delle Parole: Epistolografia e Scrittura Popolari*, in SÁEZ, Carlos e GÓMEZ Antonio Castillo – (editores) *La Correspondencia en la Historia. Modelos y Prácticas da Escritura Epistolar*. Madrid: Calambur Editorial, 2002, p. 474.

⁶ LYONS, Martin – *Los soldados franceses*, o. c. p. 229.

⁷ O apoio à escrita e leitura foi impulsionado por capelães portugueses, que também se encarregavam de proporcionar outros momentos de lazer, evitando tipos de convívio como os «*estaminets*» que os sacerdotes não aprovavam. MOURA, Maria Lúcia de Brito – *Nas trincheiras da Flandres, com Deus ou sem Deus, eis a questão*. Lisboa: Edições Colibri, 2010, pp. 76-78.

⁸ LYONS, Martin – *Los soldados franceses*, o. c. pp. 230-231.

⁹ GODINHO, Vitorino Magalhães – *Correspondência da Grande Guerra, Coronel Manuel Maia Magalhães*, (organização). Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2010. Ver ainda: PAÇO, Afonso- *Cartas às Madrinhas de Guerra*. Viana: Junta de Freguesia de Outeiro, 1993; CORTESÃO, Jaime- *Memórias da Grande Guerra*. Lisboa: Portugalíia, 1969. O estudo sobre um relatório de combate por MOTA, Guilhermina, merece destaque neste contexto. *Batalha de La Lys: um relato pessoal*. In Revista Portuguesa de História, tomo XXXVIII. Coimbra: IHES da FLUC, 2006, pp. 77-107.

¹⁰ LYONS, Martin – *French Soldier's*, o. c., p. 608.

nada do destinatário. A correspondência, além de evidenciar um símbolo de união virtual dos lares, é um meio de formação de cadeias através das quais os vínculos afectivos resistiam à separação física, promovendo uma nova cultura comunicacional.

Neste texto, centraremos a nossa atenção na análise aos bilhetes-postais enviados de França, durante a Primeira Guerra Mundial, destacando a correspondência de Cosme, um Alferes que manteve uma ligação permanente com uma rede de conhecidos, amigos e familiares, os irmãos. Um outro actor das escritas, um vizinho de nome Vitorino, também «ofereceu» bilhetes a duas irmãs de Cosme pelo que o estudo centrar-se-á em dois casos de correspondências da guerra.

A FONTE

No âmbito de outros trabalhos sobre das escritas privadas¹¹, tivemos acesso a um arquivo familiar, um álbum com 269 postais bem conservados, datados desde o início do século XX. Muitos circularam com timbre, outros foram endereçados em sobrescrito. O centro de acolhimento foi uma família, que arquivou os documentos enviados por membros do lar e amigos, conservando um corpus documental. Trata-se de um acervo com unidade, relativamente ao destinatário, a família de Cosme Henriques¹². Um outro militar, Vitorino Pereira Tavares, promovido a alferes durante o conflito¹³, também se correspondeu com duas irmãs do referido Cosme. Deste corpus, destacaremos bilhetes-postais circulados entre 1917-1918, período de permanência dos emissores na Primeira Guerra Mundial¹⁴.

¹¹ Referimo-nos a RODRIGUES, Henrique/PORTUGUÊS, Ernesto – *Escritas Privadas, o. c.*

¹² Cosme Henriques Pereira de Lemos, filho de Joaquim Pereira de Lemos e de Ana Henriques, nasceu em Alquerubim, concelho de Albergaria-a-Velha, Distrito de Aveiro, a 14 de Fevereiro de 1890. Tendo seguido a carreira militar, participou na 1.ª Guerra Mundial, entre 1917-18. Depois da guerra, em 1921, ainda mantinha o posto de alferes. Devido à exposição ao gás durante o conflito, sofreu uma paralisia facial, quadro de saúde que o conduziu à situação de reforma, no posto de capitão. Faleceu de enfarte do miocárdio, aos sessenta e dois anos, em 16 de Maio de 1952, na mesma localidade em que viu a luz do dia (Informações fornecidas pela proprietária do arquivo, a Prof.ª Doutora Manuela Vaz Velho). Nas citações dos receptores destas correspondências identificaremos o nome do destinatário, evitando sobrecarga de texto quando nos referirmos aos bilhetes-postais.

¹³ Vitorino endereçou, de Tancos, a 24 de Maio de 1916, um postal a David Lemos, identificando-se como 1º Cabo. Tendo embarcado em 23 de Fevereiro de 1917, foi promovido a 2º Sargento, em 20 de Novembro do mesmo ano. No dia 8 de Fevereiro de 1918 passou à categoria de 1º Sargento Graduado Cadete e no dia 26 do mesmo mês a Aspirante Miliciano, tendo atingido o posto de Alferes no dia 18 de Maio. Obteve «licença de campanha por 53 dias desde 23 de Julho de 1918» Cf. arqhist.exercito.pt/details?id=128925 [consultado a 22 de Agosto de 2014].

¹⁴ A correspondência pelo Serviço Postal de Campanha atingiu, entre 1917 e 1919, mais de trinta e dois milhões de movimentos, entre encomendas, correspondência ordinária e registada. AFONSO, Aniceto e GOMES, Carlos de Matos – *Portugal e a Grande Guerra, 1914-1918*. Lisboa: QuidNovi, 2010, p. 365.

O jovem militar, com destaque para os dois anos em que esteve ausente da terra natal, freguesia de Alquerubim, ao serviço do exército português em França, correspondeu-se com familiares, amigos, camaradas e simples conhecidos da aldeia, de quem recebia estes presentes de papel¹⁵. O maior volume de escritas foi endereçado aos irmãos, razão da existência deste núcleo no arquivo da família, autêntica relíquia enquanto espólio arquivístico. Neste trabalho, daremos especial atenção aos bilhetes de carácter fraterno, embora haja outros dirigidos a parentes como uma prima, um sobrinho e uma tia. Para esta abordagem, centraremos a atenção na mensagem escrita, deixando uma ou outra nota sobre o conteúdo iconográfico.

REPRESENTAÇÕES DO BILHETE-POSTAL

Desde o seu aparecimento, em Outubro de 1869, na Áustria¹⁶, os pequenos bilhetes deram impulso às correspondências mais banais, comunicando duplamente com o verso e o reverso, e transformando-se numa moda, no Ocidente, e num meio assinalável de envio de notícias telegráficas¹⁷. Entre nós (Portugal) este correio data do ano de 1877¹⁸ e os primeiros cartões ilustrados surgiram em 1894. Após a implantação da República, foram amplamente procurados como objectos de recordação¹⁹. Muitos deles adquiriram valor enquanto fontes iconográficas. Este modelo de contacto, com a difusão massiva desde inícios de novecentos, pôs em movimento milhões de mensagens, timbradas umas e outras enviadas em sobrescrito, internacionalizando-se e democratizando o seu acesso, originando novos usos das escritas.

O bilhete-postal, com portes mais económicos do que as cartas e o estatuto de correspondência aberta, seguia à vista de todos, expondo as mensagens à curiosidade de quem as manuseava, até chegar à mão do receptor. Por vezes, eram objecto de

¹⁵ É o exemplo das «criadas do senhor Amador» a quem agradece «...os seus lindos bilhetes e que qualquer dia lhe escrevo», diz Cosme ao irmão Joaquim. Folha 42, postal A, datado em França a 7 de Janeiro de 1918.

¹⁶ Após o início destas formas de comunicar, vários países europeus seguiram o mesmo modelo de circulação escrita, sendo conhecido, para França, um postal datado de 14 de Setembro de 1870. RIPEY, Aline; FRÈRE, Claude – *La Carte Postale, son histoire, sa fonction sociale*. Paris: CNRS Editions, 2001, p. 17.

¹⁷ Os postais editados em cada país tinham o valor da franquia impresso no canto superior direito, gravura que evoluiu com as peças comemorativas. BRANCO, Jorge – *Estações ferroviárias Portuguesas em postais antigos*. Lisboa: Livros Horizonte, 2006, p. 14.

¹⁸ Se a autorização oficial de circulação «...aconteceu em Outubro de 1877, os postais apareceram quatro meses mais tarde no comércio nacional». A idade de ouro dos postais ilustrados ocorre em plena 1.ª Guerra Mundial, fase em que a ganham uma dimensão que transcende a natureza de simples meios de transmissão de mensagens epistolares, sublinham MARTINS, Moisés; PIRES, Helena e OLIVEIRA, Madalena – «*Dos postais ilustrados, o. c.*», p. 2963.

¹⁹ PASSOS, José Manuel da Silva – *O bilhete-postal ilustrado e a história urbana de Lisboa*, 2.ª edição. Lisboa: Caminho, 1993, p. 21.

censura, mais activa em contextos bélicos ou em situações de transgressão de normativos éticos, porque ser proibida a circulação se o conteúdo ferisse a moral pública, pela ausência de decoro nas imagens.

A variedade destes suportes de escrita é muita. Há postais simples e de luxo, pintados à mão, com tiragens limitadas e numeradas; todos satisfazem as exigências dos colecionadores²⁰. Os bilhetes com fotografias de um local, paisagens deslumbrantes, costumes regionais, rostos de atrizes e de personagens do mundo da moda²¹, cartas fantasia, cenas míticas, reproduções de obras de arte existentes em museus, quadros históricos e outros temas constituem uma alternativa de ofertas para todos os gostos deste novo imaginário popular²², actuando como meio de difusão das maravilhas da natureza e de conhecimentos. Objecto de estudo pormenorizado, por um qualquer motivo, pela qualidade do suporte ou pela particularidade da imagem, as ilustrações constituem um campo de linguagens iconográficas multifacetado.

A abundância e a variedade conferiram-lhes o estatuto de meio de divulgação de cultura e serviram de instrumentos de publicidade e de propaganda política e ideológica. Incorporando diversos discursos e recursos, o postal ilustrado é em simultâneo um tipo de correspondência, um instrumento de difusão e de publicidade associado às indústrias culturais, um objecto de consumo e de colecção²³.

Com porte mais económico do que a carta, depressa se internacionalizou ganhando espaço próprio no âmbito das escritas ordinárias, construindo ligações de papel e tinta. Este tipo de suporte proporciona um contacto mais informal, no domínio das correspondências, contribuindo para a «democratização» do uso das escritas²⁴.

A necessidade de alimentar correntes de afecto e de reforço das relações sociais e familiares em contextos diversificados, como aconteceu com a Primeira Guerra Mundial, promoveu uma grande dinâmica, tal como as correntes transatlânticas.

Estes suportes comunicacionais eram uma alternativa para quem desejava uma ligação breve e rápida, substituindo a escrita mais densa e pormenorizada, a carta. O pequeno cartão possibilita usos variados, formais e informais, comerciais, de natureza pessoal e cordial ou simples saudação, transmissão de um acontecimento, como o nascimento ou outro acto vital, a manutenção de laços de amizade e de ligação ao espaço doméstico.

²⁰ RIPET, Aline e FRÈRE, Claude – *La Carte Postale*, o. c., 2001, p. 11.

²¹ *Idem, ibidem*.

²² *Idem*, p. 27.

²³ CORREIA, Maria da Luz – *O postal ilustrado da frente ao verso: imagens mais que reprodutíveis*. Logos 29, Tecnologias e Socialidades. Ano 16, 2º semestre 2008, p. 118.

²⁴ MARTINS, Moisés; PIRES, Helena; OLIVEIRA, Madalena – «*Dos postais ilustrados aos posts nos weblogues: para uma sócio-semiótica da imagem e do imaginário*» in MARTINS, Moisés de Lemos e Pinto, Manuel (Orgs.) *Comunicação e Cidadania*. Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (Universidade do Minho), 2008, p. 2960.

Receber um bilhete-postal representa o reforço destes elos entre quem está distante, quem se afastou por uma qualquer razão, como a mobilidade migratória e bélica.

Os sítios por onde passamos oferecem uma paisagem, a terra, os campos, o mar, os rios, a própria montanha representada ao longo das estações do ano, com ou sem a presença do homem, conferindo verdadeira autenticidade dos sítios. As localidades, os indivíduos, os grupos sociais, os registos etnográficos, todos detêm uma identidade e memória próprias destes registos e fotografias, adquirindo o estatuto de documentos históricos inestimáveis.

Postais patrióticos, geralmente para celebrar a participação dos aliados na guerra, com símbolos nacionalistas, bandeiras, estandartes e outros elementos, por vezes acompanhadas de pequenas mensagens impressas, também se encontram entre esta gama de temáticas. Celebrações festivas, calendários, paquetes, composições de elementos vegetais, trevos de quatro folhas, cavalos, tudo era usado para desejar felicidade à pessoa amiga, à mãe, à irmã, à esposa, à noiva. São mensagens ricas, coloridas, sensibilizando para valores como a ternura, a beleza e o amor. Os bilhetes ornamentados com flores, peixes, pássaros, ramos de flores, corações e com textos longos, ocupando o espaço da ilustração, são, geralmente, dirigidos ao sexo feminino pelos namorados. Os temas versam sobre sentimentos amorosos, paixões, afectos e amizade. Mais ou menos explícitas, as mensagens podem assentar em metáforas e em códigos cujos correspondentes conhecem ou combinam, por serem escritas expostas a outros olhares. O peixe, símbolo fálico, actua como alusão sexual, enquanto as representações de bebés são referências directas ao resultado do amor, uma imagem de um futuro nascimento, um desejo de todos os casais; outros elementos, como a cana de pesca (amor pescado com anzóis de Cupido), um corno da abundância, um cavalo de ferro, tudo associado à felicidade num medalhão com um casal, são símbolos do amor e da ternura. Pourquoi cet objet apparu lors de la guerre de 1870 survit-il dans la jungle de la communication? Uma iconografia variadíssima onde o quotidiano, o pessoal e íntimo, o público e o privado, o insignificante, a flor e a paisagem, o monumento, a mulher, o indivíduo mas também a dicotomia pobreza e riqueza, luxo e miséria figuram nestes cartões de consumo, de propaganda turística, de difusão de políticas e de divulgação de ideias, sentimentos, usos, costumes, folclore, tudo que pudesse ser representado. O belo e a beleza, a sedução, o erótico, o sublime e o sensual enriquecem as imagens do quotidiano. Temas como: mulher, folclore, paisagens pitorescas, exóticas, vida política, animais surgem com algum destaque, mas são mais raros os bilhetes com representações de homens, militares, marinheiros, cavaleiros, casais, ao contrário da sensualidade feminina²⁵.

²⁵ RIPET, Aline; FRÈRE, Claude – *La Carte Postale, o. c.*, pp. 114-115.

A cidade, a natureza, as tradições, a cultura, a celebração do Sagrado, os registos bélicos, as festas familiares e de calendário, acontecimentos vitais, o nascimento de uma criança, o casamento e mesmo o falecimento de um ente querido, mensagens de amor, representações de infância, a caricatura, a simples divulgação publicitária, a guerra e toda uma panóplia de figurações dão alma aos bilhetes enriquecidos com escritas.

A escolha do postal entre um grupo existente no expositor ou escaparate é o primeiro passo da comunicação; depois é assinado ou escrito e endereçado, representando uma forma de apropriação do artefacto, marcando-o e transformando-o num objecto pessoal, ao gosto de quem o coloca no correio. Recebido o postal, apreciada a oferta, virada do anverso e do reverso, lida a mensagem e depois guardado, o bilhete fica em arquivo como testemunho destas iconografias e cadeias de tinta.

O envio de um postal é uma manifestação de interesse, respeito, amizade e vontade de transmitir notícias telegrafadas em rectângulos de papel. Alegorias patrióticas, votos de boas festas e Bom Ano, a própria fotografia, uma paisagem, cenas domésticas de onde emergem quadros sobre o amor, a criança, a infância e a família, a publicidade e o apelo ao consumo, a ideologia, afinal tudo ou quase tudo, e mesmo a pornografia, entraram neste mundo da comunicação e puderam circular com pequenas mensagens. São representações de sítios imaginários, de um tempo e de um lugar e proporcionam um contacto com as tradições e a cultura, de onde emergem costumes, o património e as próprias memórias e mentalidades.

A presença do sexo feminino nos postais veicula o papel da mulher bela²⁶, povoando o imaginário do jovem, alimenta ligações com a terra de partida. Mas, ao mesmo tempo, assume um estereótipo de beleza das elites, cria imagens manipuladoras e redutoras dos papéis da mulher, fazendo passar a mensagem de que ela deve ser sempre jovem e bela, uma espécie de consumo da “mulher maravilha”. Donzelas envolvidas numa auréola de charme são imagens que marcam os corpos femininos, influenciam os modos de vestir, o bom gosto e a moda. São registos de um ideal de beleza, a partir de um modelo de indumentária.

A sensualidade torna-se num elemento de circulação via correio e origina mitos construídos em torno da donzela e do toque feminino (as mulheres estão constantemente tocando de modo delicado algum objecto, alguém ou a si própria), a hierarquia das funções (o homem ocupa comumente o papel central nas relações de trabalho, como por exemplo, médico e enfermeira), a ritualização da subordinação (inclinando-se ou deitando-se, a mulher dócil é por vezes ensinada ou alimentada

²⁶ JARDIM, Gabriel de Sena – *Mulheres postadas, representações do feminino em cartões-postais publicitários, (1900-1950/2000-2008)* http://www.psicologia.ufrj.br/pos_eicos/pos_eicos/arqanexos/arqteses/gabrielsena.jardim.pdf. [Consulta realizada em 25/12/2010].

pelo homem, assumindo comportamentos infantis) e a mulher ausente «com olhar distante, a mulher se desloca e alheia-se ao que está ao seu redor, respostas emocionais que fazem perder a postura facial, levam as mulheres a cobrirem o rosto e em especial a boca com as mãos»²⁷. A beleza, a voluptuosidade e mesmo imagens da intimidade correspondem a estímulos e desejos circulados nestes cartões, dando corpo a novos gostos e mentalidades.

A própria iconografia também é um desafio para historiador da cultura escrita ao relacioná-la com os textos que as mesmas suportam²⁸. Com uma imagem na face e comunicação afectiva no reverso, aberto e fechado à leitura, público e privado, marginal e popular, é uma ferramenta de diversas indústrias e objecto indissociável das artes visuais²⁹.

Como modelo comunicacional, «numa época de severa vigilância e tabus sobre a sexualidade, a imagem do corpo feminino é uma provocação»³⁰, é a forma simples e económica de alimentar contactos e manifestar que pensamos da pessoa a quem escrevemos, a quem enviamos uma recordação sobre o sítio onde nos encontramos ou que queremos presentear com memórias que nos são queridas; são testemunhos de amizade e representam o reforço de uma ligação estabelecida através das escritas sem segredos, aberta aos olhares de estranhos, por circularem a descoberto.

AS ESCRITAS DO BILHETE-POSTAL

Observar um postal, adquiri-lo e gizar algumas letras são gestos aos quais atribuímos pouca importância e que se inscrevem nas actividades do quotidiano sem consequências assinaláveis nestas dinâmicas³¹. Todavia, decorrem da necessidade de marcar a nossa passagem por determinado sítio ou correspondem à vontade de rememorar um momento especial, sinal de identificação com a terra visitada, cuja beleza nos sensibilizou e que partilhamos. Muitos bilhetes aparecem, aparentemente, desprovidos de novidades, além da assinatura ou de uma frase telegráfica, mas não deixam de percorrer longas distâncias, «convidando» a viajar até junto de quem

²⁷ *Idem, Ibidem.*

²⁸ GIRÃO, Ivna; HONÓRIO, Erotilde – *Cartões postais e os guardiões da memória: representação da imagem urbana de Fortaleza na primeira metade do século XX*. Curitiba: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2009.

²⁹ GERALDO, Jéssica Camargo – *Lendo imagens e palavras: sociabilidades e afetos nas dedicatórias de retratos do acervo de José Boiteaux*. (Florianópolis 1890–1930), Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/240>. [Consulta realizada em 30/12/2010].

³⁰ SCHAPOCHNIK, Nelson – *Cartões postais, álbuns de família e ícones da intimidade*, in *História da Vida Privada no Brasil, República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 432.

³¹ RIPET, Aline; FRÈRE, Claude – *La Carte Postale*, o. c., p. 145.

está longe,³² emigrado ou na guerra. Com este gesto, o emissor sustenta cadeias de tinta e mantém atitudes de cortesia, informando sobre o estado de saúde, mostrando que existe. Também revela preocupação e outros sentimentos com a pessoa a quem endereçou este correio.

O prazer de comprar e oferecer um bilhete reforça elos de uma cadeia que se desejava forte, comunicando afectos e mantendo círculos de sociabilidade. É a necessidade de alimentar laços, servindo-se da iconografia para exprimir votos, expressar felicidades ou assinalar momentos de ternura. Às imagens, para rememorar sentimentos, ligam-se pequenas frases. Imagem e texto conjugam-se mesmo que, paradoxalmente, não encontremos uma sintaxe uniforme neste diálogo. Mas, «de uma maneira ou de outra, o cartão procura estabelecer uma comunicação entre ausentes»³³, entre quem está afastado e com quem desejamos sustentar ligações.

Cosme, tendo integrado Corpo Expedicionário Português (CEP), endereça, a 13 de Julho de 1917, dois postais às irmãs. Um com Vénus de Milo, «La Femme Parfaite», circulado a descoberto, batido na censura, faz uma referência, no texto, à recuperação urbana parisiense, dizendo «aqui não há prédios velhos porque toda a gente sabe que um pincel e uma pouca de cal tira o musgo», onde o antigo está sempre bem conservado. Foi, antes de mais, a oferta de um símbolo do amor e da beleza, Afro-dite, deusa grega, existente no museu do Louvre, remetido para a irmã Maria; outro, datado no Bosque de Bolonha no mesmo dia, dirigido à irmã Dulce, deixa uma nota crítica sobre a moda parisiense, «Oixa lá que esta moda nunca chegue a Portugal».³⁴ De forma diferente, ambos apresentam um toque de sensualidade, mesmo que faça crer que reprova a ousadia da moda. Mais do que a palavra, era a circulação de uma mensagem iconográfica nova e inexistente em Portugal. Alguns bilhetes e entre eles somente os que circularam timbrados, exibem o carimbo da censura³⁵.

Para manter as correntes de tinta, o militar utiliza bilhetes de conteúdo escrito minimalista, como se apenas quisesse oferecer uma prenda e ao mesmo tempo cumprir o prometido, escrever diariamente, para dar sinal de que nada de grave acontecera. Na continuidade destas ligações de afectos, envia novo postal à Dulce, escrito em francês, onde dá a conhecer que segue para Paris, pedindo que não escreva sem

³² SCHAPOCHNIK, Nelson – *Cartões postais, álbuns de família*, o. c. p. 24.

³³ *Idem, Ibidem*.

³⁴ Postal datado de 5 de Setembro e carimbado em Aveiro a 15 do mesmo mês, folha 3v,D. Citaremos a fonte com indicação do receptor, número da folha do álbum e a posição do postal com letras maiúsculas.

³⁵ A censura foi decretada em 20 de Abril de 1916, tendo alargado o controlo às mensagens telegráficas no dia 1 de Maio do mesmo ano, prolongando-se até 1 de Agosto de 1919. Cf. BARREIROS, Eduardo e BARREIROS, Luís- *I Guerra Mundial (1914-1918), Censura postal e telegráfica em cabo Verde e Censura Postal na Guiné Portuguesa*, pp. 5 e 14. in http://www.cfportugal.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=173. [Consulta realizada em 02/06/2011].

receber o novo endereço³⁶. Por este bilhete, ficamos a saber que a irmã iria receber quatro cartas.

Nesta fase, o discurso centra-se nas memórias da terra, nas lides agrícolas, destacando a faina das vindimas, o imaginário do mundo rural. O fluxo não exhibe regularidade. Aumenta rapidamente, com onze postais escritos em Outubro, expedidos para os irmãos referidos. Se Cosme informa que remeteu quatro cartas, também confirma a recepção de «...bastante correspondência... Havia quinze dias que não recebia cartas, a não ser as que aqui estavam no batalhão ou que ainda andem a viajar».³⁷

Gerir o tempo da escrita, era importante para manter uma comunicação permanente. A cultura epistolar das trincheiras preenchia vazios comunicacionais e dava satisfação quando se recebia longas missivas, porque alimentava estas frágeis correntes, onde tudo o que se «diz» é importante, pois «...tudo me interessa. Não me referirei hoje a elas, pois tenho tempo de o fazer daqui alguns dias e mesmo é para haver assunto ...»³⁸. A circulação a descoberto, com timbre, por falta de espaço e para preservar intimidades, limitava o discurso, sendo muitas vezes «telegráfico» como acontece relativamente ao irmão: «Joaquim, hoje vai postal. Amanhã irá carta. Eu bom. Como têm passado por aí? Um abraço do teu irmão...»³⁹.

Para cultivar diariamente ligações de afecto em tempos bélicos, como era a intenção desta família, Cosme Henriques intercalava cartas, onde dava nota mais detalhada da vida militar ou endereçava cartões por outras vias, evitando exposição do conteúdo e contornado a censura. A escrita era simultaneamente uma obrigação e uma necessidade.

A mobilidade de mancebos ao serviço do exército, só por si, obrigava ao reforço dos contactos. Os próprios actores da correspondência, para se libertarem dos cenários bélicos, usavam compulsivamente papel e caneta evadindo-se destes quadros.⁴⁰ Mas muito correio desencontrava-se porque o próprio CEP não assumia uma atitude de fixação permanente de todos os militares, num mesmo sítio, originando a perda de

³⁶ Postal marcado pela censura, datado em «*França a 1-8-917*», folha 20, A.

³⁷ Joaquim, França a 11 de Novembro de 1917, folha 4, C.

³⁸ *Idem*, datado em França a 20 de Dezembro de 1917, folha 4, C.

³⁹ Postal com sinal de censura, endereçado a Joaquim, datado em França a 5 de Setembro de 1917, folha 16, A. Outro exemplo, ao dirigir-se à Maria. «...*prometi, de ora avante, escrever todos os dias, quero ver se o consigo fazer...*». Folha 15v, D.

⁴⁰ «*Maria, prometi oferecer todos os dias e assim vou começar a fazer. Tenho ultimamente escrito só postais. O tempo que faz actualmente aqui recorda-me imenso Alquerubim. Eu fino. Um grande abraço do teu irmão Cosme Lemos*» Folha 15v, A. Certamente, muito deste correio não chegou aos dias de hoje, tendo sido, provavelmente, conservados os bilhetes mais apreciados pelo valor pictórico do que pelas mensagens transmitidas por tinta.

cartas ou a demora na entrega⁴¹, e ainda devido ao volume elevadíssimo de bilhetes circulados. Para alimentar diariamente estas ligações, os interlocutores procuravam alternativas comunicacionais, presenteando com peças de colecção remetidas espaçadamente. Mesmo assim, depressa se esgotavam as temáticas, chegando mesmo a transmitir-se pouco mais do que palavras de saudação. A carta era a rainha das escritas, mas o bilhete-postal alimentava a rede e mantinha os elos de tinta em permanente circulação, sendo usados para sustentar o contacto diário entre os tempos das epístolas⁴².

Responder a pequenas mensagens, comunicar a recepção de alguma carta, uma encomenda ou lembrar o envio de jornais e outros produtos, como víveres da terra, era mais rápido por esta via. No caso, ao irmão Joaquim é pedido: «não te esqueças de me mandares os jornais ...»⁴³.

A vontade de avivar esta cadeia comunicacional, escrever compulsivamente até à recepção de uma carta⁴⁴, transportava o militar para os imaginários de preocupação da família que desejava saber do seu rapaz, o irmão e ou filho. A falta de resposta também cria aflições nestes membros do exército⁴⁵, especialmente no momento da distribuição da correspondência, originando um quadro de melancolia e angústia por não ser correspondido e por não saber da saúde dos pais, «como é triste ver os meus companheiros a receberem e eu nada. Espero hoje, amanhã... alem... assim se vam passando os dias e eu vivendo de esperanças. Oixa lá que não morra de ilusões...Tenho estado em cuidado por causa da saúde da Mãe, há tanto tempo que não sei nada»⁴⁶.

Alimentar estas teias de palavras era importante, por elas podiam saber «sempre coisas...», mensagens telegráficas de casa, dos amigos, da terra, do que acontecia, inteirar-se sobre a evolução das fainas agrícolas ou sobre acidentes com vizinhos.

⁴¹ «Tem este por fim dizer que não escrevem para a minha pessoa sem eu mandar nova *direcção*, pois espero mudar. Antes quero estar sem noticias alguns dias do que se perca uma carta». Joaquim, «França, 8-10-17». Folha 16v, B.

⁴² «Continuo a escrever postais até que receba carta daí ou arranje assunto para encher uma. Eu fino. Que lindos dias tem feito aqui.» Joaquim, em 24 de Setembro de 1917, folha 20, C.

⁴³ *Idem, ibidem*.

⁴⁴ A correspondência postal, além de mais económica, era mais célere e uma carta normal percorria este espaço em cerca de oito dias, como vem anotado nestes bilhetes «...*Chegadinha de fresco tenho uma carta tua de 21/11 que deveras agradeço. Que tempo costuma levar a correspondência a chegar daqui aí? A nossa leva agora sete e oito dias*». Dulce, França, 29-11- 1917, folha 15, D.

⁴⁵ A maioria da correspondência atesta a falta de resposta das cartas endereçadas pelos expedicionários, assim como o atraso na distribuição, como sublinha MARQUES, Isabel Pestana –*Das Trincheiras com Saudade, A Vida Quotidiana dos Militares Portugueses na Primeira Guerra Mundial*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2008, p. 253.

⁴⁶ Folha 3v, C., postal para a irmã Maria, circulado sem selo e datado de «França, 25-9-17» Trata-se de uma representação de dois militares belgas de ambos os sexos.

O reforço das notícias vinha através da imprensa, jornais enviados pelos irmãos.⁴⁷ O dia-a-dia do lar também interessava aos jovens exilados na guerra. Numa época de boas safras, pretendia-se saber das colheitas, sobre as quais ninguém transmitiu uma palavra, o que deixava o militar com mais vontade de conhecer os resultados das vindimas, assunto lembrado em vários momentos⁴⁸, revelando o estado de nostalgia da aldeia.

As escritas associadas às memórias iconográficas alimentavam o gosto e o imaginário de quem recebia tais «prendas». A preocupação em sensibilizar os destinatários com novas paisagens, motivos e representações de obras de arte foi permanente. Era uma forma de celebrar a beleza e mimosear quem vivia na aldeia, mostrando-lhes que não estavam esquecidos, partilhando e difundindo a cultura de outras terras, monumentos, sejam pinturas, esculturas ou outras manifestações artísticas. Também o colecionismo está patenteado no espírito de Cosme, evidenciando-o através do envio de séries de cartões e dando nota «...começo agora a mandar esta coleção de postais, é composta de onze», endereçando-os aos irmãos, Joaquim, Dulce e Maria, mas gerindo a circulação ao longo de cerca de um mês⁴⁹. Mas, a dificuldade em sustentar a escrita diarística⁵⁰, devido à falta de assunto a circular a descoberto⁵¹, emerge permanentemente.

A bulimia da correspondência levava Cosme a lembrar os receptores menos dados a este ritmo de escritas⁵², mesmo que tivessem a consciência de que os assuntos sobre o tempo que fazia ou a carta que não se recebia eram reconhecidamente banalidades e superficialidades de uma conversa sustentada por elos de tinta⁵³. O compromisso

⁴⁷ «Lá vai mais este. Como prometi escrever todos os dias quero ver se o faço. Então já acabaram com as vindimas? Esqueci-me hontem dizer que fiquei bastante impressionado quando li no jornal que tinha havido um incêndio em casa do Brito.» Maria, folha 7,C, datado em «França, 3-10-17». Um trevo, 2 malmequeres e 3 rosas formam o quadro pictórico.

⁴⁸ «Como todos que me teem escrito, talvez por lapso nada me disseram dos teus afazeres vinícolas e vitícolas venho por este meio rogar te que me digas qualquer cousa...». Folha 10v, A, postal dirigido à prima Maria Eduarda, datado em «França, 7-10-917».

⁴⁹ Esta gestão da surpresa ocorre entre 16 de Setembro e 11 de Outubro, sendo os últimos seis enviados diariamente no mês de Outubro. Ao mesmo tempo, escreve outros postais no mesmo dia para os irmãos.

⁵⁰ «Eu tenho escrito todos os dias ou quase todos». Maria (irmã) Folha 4v, D. «França 10-11- 917».

⁵¹ «Digam sempre cousas, quando não tenham assunto para carta serve mesmo um postal com vistas dessas terras vizinhas, ou de Alquerubim, caso os haja ainda». Maria, Folha 4v, D «França 10-11- 917».

⁵² «Basta de tanto mutismo da tua parte. Que é feito daquelas cartas a que eu chamava “Cartas – Jornais” com que me mimoseavas ao princípio?» Folha 31, D «França 7-11- 917», dirigida ao irmão David, que parece esmorecer nas escritas de longos testamentos ou “jornais”, como o Cosme os identifica.

⁵³ «Cá vai esta para não faltar as frases. Mas que grande crise de novidades que há aqui. Por mais que pense não me lembro de cousa alguma que possa interessar. Que chove e que nem, não é de admirar, pois estamos no inverno, o contrário é que o seria. O David já não me escreve há tempo...» Folha 4, A. Postal da coleção *Les Femmes Héroïques* enviado à irmã Maria em «França 8-11- 917».

de passar ao papel diariamente algumas letras transformava-se num dilema porque nem tudo podia ser dado a conhecer, pois o segredo de guerra a tal obrigava. Mesmo assim, a escrita era o melhor lenitivo para estes militares em tempo de guerra, funcionando como um diário circulado.

A temática centra-se, numa primeira fase, no impacto provocado na aldeia pela ausência dos jovens. Cosme desejava saber como ia a vida em Alquerubim⁵⁴ e como passavam os tempos de lazer sem a presença do jovem⁵⁵. A alteração dos momentos de ócio decorria da falta de mancebos, entretanto incorporados no CEP, para cumprimento do serviço militar obrigatório. Sendo as irmãs, quase sempre, os interlocutores de Cosme, não deixa de ser surpresa o conselho para que elas, as jovens, na ausência dos rapazes, mantenham os tempos de lazer, como os serões, sugere o irmão⁵⁶, para que não vivam martirizadas com a guerra e tenham momentos de prazer e alegria.

Se pouco ou nada era dito sobre o dia-a-dia da guerra, obrigava-se a inventar assunto capaz de sustentar as «conversas» de correio. Por vezes recorria à notícia do caricato, da existência de colegas que ressonavam⁵⁷ ou de jornais recebidos sem um papel a contar novidades⁵⁸. Perante tais observações, a vida em tempo de guerra para estes militares parecia ser monótona, sem preocupações, como se estivesse em gozo de férias, era o que se fazia crer na correspondência do alferes que estava no centro de censura da correspondência.

A saúde mental dos militares, que passavam noites a ouvir histórias contadas pelos colegas ou perturbados com algum ruído, tinha como sedativo a obsessão pela comunicação escrita. A vontade de lançar mão ao papel era indomável e compulsiva. A angústia de uma carta que não se recebia, um jornal que não era despachado, um simples cartão que não chegava às suas mãos, certamente por defeito dos correios, tudo preocupava Cosme, porque também se questionava se eram os irmãos que estavam «a escrever pouco», sinal de algum desinteresse! Afinal, bastava endereçar

⁵⁴ Freguesia do concelho de Albergaria-a-Velha, distrito de Aveiro, terra de naturalidade dos emissores destas escritas da Primeira Guerra Mundial.

⁵⁵ São poucas e parcimoniosas as referências à vida militar, pois pretendia apenas saber como estavam os seus familiares e como passavam os tempos de juventude na ausência deste jovem. Mesmo assim, transmite à irmã Maria que acabou «... de vir de um pequeno serão. São dez horas da noite...», continuando com as impressões sobre a vida doméstica em França, sendo «uma beleza ver como está limpa uma cozinha aqui. Que bons fogões! Aos sábados fica tudo a luzir. Agora uma cousa contribui para que tudo possa estar limpo: os fogões são de carvão e não de lenha», havendo mesmo diferenças nas «.. camas francesas [que] são tão boas» Maria, Folha 11v, A, em «França 1-12- 917».

⁵⁶ «As novidades aqui não abundam, não sei se outro tanto por aí sucederá...em que passam agora as noites? Dormindo uns, lendo outros, passando a ferro, outras, e no fim se houver castanhas...» Dulce, Folha 11v, A, «França 1-12- 917».

⁵⁷ «Que dois colegas meus ressonam que é uma beleza ouvi-los». David, «França 7-11- 917», Folha 31, D.

⁵⁸ «O que eu estranhei foi receber só os jornais sem uma única carta em postal, talvez venham amanhã. Eu sei que as novidades escasseiam...» Joaquim, datado em «França 7-11- 917», Folha 3, D.

um cartão com uma paisagem da terra⁵⁹. Cosme era insistente, perguntando às irmãs sobre motivo do silêncio do David de quem não recebia notícias com a cadência desejada, nem resposta ao correio enviado⁶⁰.

Na procura de temas, faz alusão à dieta do almoço «...jantar de ervilhas, com frango, canja, croquetes não sei de quê, e no fim arroz doce»⁶¹, pouco tempo antes do fim da missão, e promete enviar uma lista das ementas, forma de sossegar a família, pois em tempo de guerra a alimentação era boa e sem privações, reforçava o militar.

Destas ligações, Dulce emerge com impacto no número de recepções, semelhante à do Joaquim, com perto de três postais por mês, e a irmã Maria com uma média pouco superior a dois. Entre o espólio analisado, o volume tem mais dinâmica no último trimestre de 1917, mas os meses de Fevereiro, Abril, Junho e Julho do ano imediato aproximam-se daqueles indicadores, considerando uma média de cerca de dois bilhetes-postais por semana, geridos e distribuídos pelos irmãos de casa: Dulce, Joaquim e Maria. O David, já casado, o filho deste e outros receptores não identificados figuram neste quadro com poucos postais conservados neste espólio, o que não significa ausência de comunicação, bem pelo contrário e a avaliar pelo teor de alguns textos. Em Dezembro de 1917, as escritas sumárias têm como primeira função saudar e augurar boas festas⁶², tendo sido gizadas maioritariamente entre o dia vinte e um e o fim do ano. Estes bilhetes, desde Julho de 1917 a 10 de Setembro de 1918, patenteiam uma relação com papel e tinta para exorcizar a solidão em tempo de beligerância, ligando-se virtualmente aos de casa e sustentado os laços com correntes de letras, escrevendo cartas mais espaçadamente e intercalando o fluxo com postais. Assim ficava garantido o fluxo permanente de notícias, pois a síndrome da morte era angustiante. A família e os amigos necessitavam destas letras em tempo

⁵⁹ «*Ou é demora nos correios ou então estão-me a escrever muito pouco. Quando o assunto não abunda basta um simples bilhete, com as vistas da região*» Dulce, Folha 13, A, postal, datado em «*França 21-11- 917*».

⁶⁰ Sabemos que se corresponderam por carta, mas deste irmão apenas há dois bilhetes endereçados pelo Cosme, conservados neste espólio, onde diz claramente que «*basta de mutismo da tua parte...*», dirigindo-se ao David. «*França 07-11-917*», folha 31, D. Noutro postal datado em «*França 28-1- 918*», folha 24, D, acusa a recepção de uma foto do sobrinho, Henriquito, filho do David. Faz ainda menção à qualidade de oficial e agradece uma encomenda «... *que trazia duas garrafas de vinho branco*».

⁶¹ A abertura evidencia uma prática de escritas que pretende sustentar, dizendo «*ai vai este para não ficar calado e alem disso como é princípio de mês é para ver se começo bem...*». Maria a 1 de Julho de 1918. Folha 17v, D.

⁶² «*Ai vai este a pressa. Com um grande abraço envio as Boas Festas a toda a minha Santa Família. Espero que passem o Natal bem embora eu ai não esteja, nada de tristezas que eu aqui farei o mesmo*», dirigida à Dulce em «*França 19-12- 917*», Folha 2, D. «*Então como passaram o Natal? Aborrecidos por eu ai não estar? Se assim foi fizeram muito mal.*» Dulce, Folha 15, C. «*França, 26-12- 917*». A mensagem repete-se, agora em escritas para a Maria, «*França, 31-12- 917*» Folha 15, A. «*Então como passaram aí o natal? Se calhar aborrecido por eu ai não estar. Se tal aconteceu fizeram muito mal. Na véspera de natal tive uma ceia (...) que durou até à uma hora da manhãzinha*».

de guerra, cujo mote consistia em conhecer o estado dos rapazes, saber se iam bem, se tinham de saúde e que nada lhes havia acontecido. Com estas formas de sociabilidades conferiam coesão familiar, davam apoio moral e psicológico, desviando os pensamentos para as memórias da aldeia, para as gentes, as paisagens enviadas nestes rectângulos de cartão.

Era necessário passar estas memórias ao papel, mesmo que não houvesse tempo, pois a mensagem da frente e do verso, por vezes, arquitectam um todo e bastava o gesto do endereçar. Mesmo que fossem «letras telegráficas» ou minimalistas⁶³, eram sempre muito apreciadas. Dizer que «tudo está na mesma... não sei que escrever ... estamos bem, graças a Deus» faz da saúde o assunto principal, mesmo sem novidades, pois a integridade física era o mais importante, era a maior preocupação de todos.

Esquecer o quadro de perigo, sem falar do ambiente bélico, «não sei que dizer», transmite-se que se está lá e que nada de grave aconteceu ao emissor. Este contacto é fundamental para dar a conhecer a desgraça dos outros, de um colega baleado, feito prisioneiro ou morto em terras de França. Para contornar as dificuldades comunicacionais, estes actores anunciavam a recepção de uma encomenda de víveres, que fazia as delícias dos camaradas, como «uma lata de chouriços... castanhas e vinho...», tudo partilhado com os oficiais. A referência à correspondência epistolar trocada com o núcleo familiar emerge, frequentemente, dos bilhetes que tinham, por vezes, a finalidade de acusar a recepção de alguma carta «chegadinha de fresco...»⁶⁴.

A preparação de uma epístola era cuidadosa e demorada. Pensada ao longo de algum tempo, abarcando temas variados. Não se limitavam a uma folha, tinham várias páginas, o que era apreciado por ser semelhante a um «jornal», quando era «uma carta realmente grande», cheia de notícias, onde a vida da aldeia era dada a conhecer em pormenor, juntamente com algumas novidades, como as eleições locais e a morte de algum conterrâneo, mas estas «são sem dúvida bem tristes», registava Cosme⁶⁵. Os exercícios de escrita transformavam-se em calmante para o jovem militar que prometia escrever ao ritmo de cada dia, como se estivesse a reunir as memórias⁶⁶, preparando temas para cartas longas, sem abordar em concreto a problemática do

⁶³ «*Bôa Dulce. Vai este a pressa, simplesmente para ai não estarem sem notícias minhas. Hoje escrevi também ao primo Delfim carta. Eu fino. O Victorino encontra-se agora por uns dias perto de mim. Também continua fino. Amanhã vai carta. Cosme*». Folha 13v, B, «*França 29-12- 917*».

⁶⁴ Dulce, 29-11-1917, Folha 15, D.

⁶⁵ Maria, 21-12-917, folha 2, B.

⁶⁶ A preocupação em estar permanentemente com o papel e tinta para comunicar não é uma excepção entre os militares, em tempo de guerra. O mesmo pode ver-se em GODINHO, Vitorino Magalhães, *Correspondência da Grande Guerra*, o. c.

conflito, mas exorcizando-o⁶⁷. Por vezes, depara-se com o «drama» da resposta a todos, quando lhe chegavam às mãos, e ao mesmo tempo, várias missivas, ficando sem saber «...por onde começar» porque, sublinha, tinha «...tantas cartas a que me referir». ⁶⁸ As principais inquietações estão associadas à necessidade e à obrigação imposta pelo próprio autor junto dos familiares, dando indicadores de boa saúde, sem o referir expressamente, mostrando que a integridade física estava conservada, não tinha sofrido consequências directas da guerra, não estava internado no hospital, não fora feito prisioneiro, nem estava ferido e passava bem e até estava mais gordo. Com frequência, fazia menção a este quadro, referindo-o laconicamente com a expressão: «eu fino». Nestes bilhetes, recorrentemente, sublinha a preocupação com a família nuclear, por não querer «que fiquem sem notícias minhas. Logo ou amanhã escrevo carta e carta longa, pois espero ter mais vagar»⁶⁹.

O exercício com o papel exigia tempo e criatividade para «inventar» temáticas capazes de saciar a satisfação de quem esperava em casa pelas letras da guerra. Tais contactos eram uma necessidade e uma obrigação, mesmo que se enviasse um postal quase vazio de palavras. A imagem era a novidade, um gesto de reconhecimento, algo que se oferecia e continha uma mensagem. Na verdade, logo que recebia correio, Cosme deitava mão a um rectângulo de cartão e confirmava o acto, agradecendo estas dádivas fraternais⁷⁰. Devolvendo de imediato uma carta ou postal⁷¹, o próprio militar impõe a dinâmica das escritas da guerra⁷², exigindo retorno de quem recebeu os «presentes ilustrados». Para que os familiares tomem conhecimento do fluxo de correio, faz menção à ausência de comunicação com os de casa. Cosme vai mais longe, para fazer prova da falta de resposta dos irmãos, organiza uma tabela de recepções, «só a título de curiosidade para poderem ver se tem havido extravio de correspondência...», e exhibe-a para validar os pedidos de epístolas aos irmãos menos acostumados ao ritmo destas correntes timbradas⁷³.

⁶⁷ Se há colegas que se manifestam abertamente nos bilhetes, Cosme não toca neste assunto, embora faça menção à actividade de censura de cartas.

⁶⁸ Maria, 27-10-17, folha 10, A.

⁶⁹ Joaquim, 27-11-17, folha 16v, D. Desconhecemos, neste momento da investigação, se o espólio epistolar está disponível para estudo, mas ficámos a saber que nestas correspondências havia descrições pormenorizadas do modo de vida dos franceses e de outros temas relacionados com a agricultura «*Quero mesmo continuar com a descrição agrícola, que há tempos comecei*».

⁷⁰ Dulce, folha 15, D. «França, 29-11-917.... *Chegadinha de fresco tenho uma carta tua de 21/11 que deveras agradeço*».

⁷¹ «*Recebi hoje uma carta tua com a data de 27-6 que muito agradeço, pois havia já uns dias que não tinha correspondência*». Dulce, 5-7-918, folha 16, D.

⁷² «*Há tempo já que não recebo notícias vossas e há uns dias que também não tenho escrito. Fica por isso uma coisa pela outra*». Joaquim, 25-7-918, folha 12, C.

⁷³ Joaquim, 4-2-1918, folha 2v, B. Este quadro foi enviado através de um postal endereçado ao irmão Joaquim, donde o inferimos que até 4 de Fevereiro de 1918, tinha recebido 94 peças, entre cartas e

Os protestos eram frequentes, quando estava uns dias sem notícias. Tentando compreender a demora, reforçava o contacto com uma nota a lembrar: «há uns dias que não recebo correspondência vossa, talvez devido ao correio...»⁷⁴, transmitindo-a primeiro à Dulce, e mais do que uma vez⁷⁵, em Março de 1918; depois ao Joaquim, repetindo o discurso e mostrando-se amargurado, embora pareça realizado um compromisso por escrever, embora não fosse correspondido ao ritmo desejado. Não era fácil assegurar as frágeis ligações de papel, devido à falta de temas para sustentar uma escrita quotidiana⁷⁶. Mesmo assim, ele, num estado de ânsia por reforçar a cadeia de contactos, pede que o compreendam⁷⁷, mas continua a demandar por cartas longas, quando o próprio se diz com dificuldades para alimentar estes diários familiares, transmitindo-o à Maria, em finais do ano de 1917. Todavia, para responder a todas as questões colocadas, exige tempo para a cerimónia da escrita, porque «tem muito que se lhe diga» e a resposta não cabe num bilhete⁷⁸. Surpreendente é a celeridade com que comunica a felicidade ao receber correio, quebrando a solidão, especialmente quando lhe endereçam uma dezena de páginas cheias de novidades⁷⁹, com as notícias sobre a vida na aldeia⁸⁰.

A primeira preocupação do jovem consistia em transmitir sossego à família e dar a saber que o canal de comunicação funcionava. Também deitava mão a algum telegrama⁸¹ para fazer chegar uma palavra de tranquilidade a casa, pedindo posteriormente confirmação da entrega deste elo comunicacional.

Sempre que a temática de conversa se esgotava, devido à permanente permuta de escritas, e as notícias eram insuficientes para encher uma epístola, recomendava o uso de cartões ilustrados. Ele mesmo recorria aos bilhetes, porque «o assunto é tão pouco que me custa a encher um postal»⁸². Como solução, para alimentar estas pontes, fazia

postais, sendo 29 do Joaquim, 18 da Dulce, 20 da Maria José, tendo esta irmão e a Dulce escrito ainda 10 bilhetes. O David aparece com um contributo reduzido de 3 missivas. Cf. Joaquim, 4-2-1918, folha 2v, B.
⁷⁴ Dulce, 11-3-1918, folha 13, D.

⁷⁵ *Idem*, 28-3-1918, folha 1v, A.

⁷⁶ «O melro canta e assobia, mas não sei se com alegria. Ainda hoje te não posso escrever carta e mesmo o assunto é tão pouco que me custa a encher um postal». Joaquim, 14-3-1918, folha 20v, D.

⁷⁷ «Se algumas vezes me queixar de não receber notícias vossas, não é por mal, pois eu bem me lembro do que aí se passa em casa, que trabalho nunca falta». Maria, 21-12-1917, folha 2, B.

⁷⁸ «A tua carta tem muito que se lhe diga, por isso não poderá levar a resposta neste simples postal. Quando puder te escreverei carta». Dulce, França, 5-7-1918, folha 16, D.

⁷⁹ «Acabo de receber uma carta tua de nove do corrente, que muito agradeço e é caso para isso pois é uma carta cheia». Maria, França 17-8-1918, Folha 9, B.

⁸⁰ «Ontem escrevi ao David, que me presenteou com uma carta com dez páginas (papel comercial). Um verdadeiro jornal, Aparece poucas vezes, mas quando aparece vem comme il faut». Dulce, 25-5-1918, folha 15v, C.

⁸¹ «Continuo a não receber correspondência, e outro tanto talvez vos acontecerá, o que é para lamentar bastante. Devem ter recebido um telegrama meu, não é verdade?» Dulce, 3-5-1918, folha 17v, C.

⁸² Joaquim, 14-3-1918, folha 20v, D.

propostas de temas a tratar entre os irmãos, sugerindo assuntos de «conversa» para «ver se posso escrever amanha carta longa»⁸³. Não deixa de nos surpreender; umas vezes diz-se preocupado e triste por ver os camaradas a receber correspondência, outras promete redigir diariamente e outras ainda solicita compreensão por não cumprir quotidianamente o que fora acordado com os irmãos, justificando-se com as ocupações ou mesmo com a preguiça que o atacava⁸⁴.

Na verdade, a análise a estes bilhetes-postais mostra-nos que ao longo do período de permanência em França, em todos os dias de mês há registos de postais, como as datas o provam, fazendo uma distribuição organizada, calculada e compassada, respondendo a cada irmão em momentos diferentes e muitas vezes transmitindo a todos a mesma mensagem. Noutras situações, opta por endereçar no próprio dia, repetindo o texto e variando a iconografia dos suportes.

Nesta dinâmica de cultura epistolar das trincheiras entraram amigos, vizinhos, madrinhas de guerra e outros colegas de armas⁸⁵. Quando algum conterrâneo, a quem enviava correspondência, não dava sinais de vida, perguntava aos de casa se havia notícias sobre a pessoa em causa, que não respondeu a uma carta⁸⁶. Se os irmãos insistiam em «esticar» a corrente das mensagens, demorando-se na resposta, Cosme pagava com a mesma moeda, pois ele mesmo também não tinha dado réplica, equilibrando o fluxo, pelo que «fica por isso uma coisa pela outra», transmitia ao Joaquim⁸⁷. Surpreendente é o gesto cavalheiresco, quando alguém o mimoseava com estas prendas de papel; acusava a recepção e dava nota que responderia de imediato⁸⁸, especialmente quando se tratava de epístolas, pois proporcionavam momentos de leitura ao longo de dias, comparando-as um jornal ou um escrito ficcionado. Sempre preocupado com estas correntes, não deixava de informar sobre as datas de emissão e recepção, avaliando assim a eficiência dos correios⁸⁹.

⁸³ Dulce, 11-3-1918, folha 13, D.

⁸⁴ «Não tenham nunca receios mesmo que estejam algum tempo sem notícias minhas. Muitas vezes é devido a ter algumas coisas a fazer, outras é a preguiça que me ataca». Dulce, 28-3-1918, folha 1v, A; «Há três ou quatro dias que não escrevo. Não é por falta de saúde, felizmente». Maria, França, 18-7-1918, folha 16, A.

⁸⁵ A correspondência emitida de França foi dominada por soldados de pré, comunicando com o sexo feminino e camaradas do CEP aprisionados, mas o mundo civil também tem aqui um lugar digno de nota, onde os familiares, amigos e namoradas têm o espaço próprio. MARQUES, Isabel Pestana –*Das Trincheiras com Saudade, A Vida Quotidiana dos Militares Portugueses, o. c.*, pp. 240-241.

⁸⁶ «Que é feito do Delfim Mel. Está em Albergaria? Escrevi-lhe há tempo e ele não me respondeu». Dulce, 28-3-1918, folha 1v, A.

⁸⁷ Joaquim, 25-7-1918, folha 12, C.

⁸⁸ Dulce, 17-4-1918, folha 20, A.

⁸⁹ «Recebi hoje uma longa carta tua escrita na escola. Tem a data de dezassete do corrente, pelo que se vê que os correios daí para cá, já funcionam regularmente» Maria, 23-4-1918, folha 20v, C.

Se Cosme começava a espaçar as ligações ou se as missivas se atrasavam, a família entendia os silêncios como um mau presságio, evidenciando sinais ansiedade. É perante este sentimento de insegurança dos irmãos que o militar reforçava o caudal do papel ou, porque não tem «escrito quase todos os dias», prometia que se esforçaria para comunicar diariamente por correio⁹⁰. Cosme tem consciência do drama para os familiares, por nada saberem dele durante alguns dias, quando soldados tombavam na frente da guerra⁹¹. Era perante este conflito de obrigações que sentia o dever de alimentar a ponte de papel, reconhecendo que «tinha escrito pouco há dois dias», diz aos irmãos⁹². Eram escritas obrigatórias, acordadas com todos antes da partida para a guerra.

A rede era alargada e proporcionava uma ligação permanente através do correio trocado entre parentes, amigos e conhecidos⁹³, cujas notícias iam retransmitindo entre todos. Por vezes, chegavam maços de várias epístolas num só dia, tal era a dinâmica dos fluxos, a avaliar pelo teor de alguns bilhetes-postais⁹⁴. Se os militares recorriam frequentemente ao uso de cartões ilustrados, na resposta tinham cartas e postais de várias jovens da terra⁹⁵. O uso de bilhetes era a solução para comunicar com eficiente, podendo mesmo suplantar a celeridade de um simples telegrama, no entender do autor destas mensagens⁹⁶. Mas, se havia uma teia comunicacional, cruzando informações de todas procedências, os militares nem sempre tinham conhecimento do que ia ocorrendo com outros camaradas, especialmente quando eram feitos prisioneiros⁹⁷, o que consternava colegas e amigos, quando os elos destas amarras eram quebrados pela acção do inimigo beligerante.

⁹⁰ «*Eu tenho escrito quase todos os dias para aí, e visto estarem com tantos cuidados hei-de ver se posso escrever todos os dias*». Maria, 23-4-1918, folha 20v, C.

⁹¹ Ilustramos com o caso do Major Xavier da Costa, vianense dado como morto, por quem a família fez orações fúnebres «*rezaram missas, fizeram ofícios... e vestiram de luto*». PAÇO, Afonso – *Cartas às Madrinhas de Guerra*, o. c., p. 127.

⁹² «*Eu bem continuo a não receber notícias vossas, outro tanto nos acontecerá. Talvez o que é muito pior. Tenho escrito pouco há dois dias mas agora vou continuar*». Joaquim, 1-5-1918, folha 4, D; «*Recebi hoje uma carta tua com a data de 27-6 que muito agradeço, pois havia já uns dias que não tinha correspondência*». Dulce, 5-7-1918, folha 16, D.

⁹³ «*Do Beta sei que esta bem, pois ainda ontem recebi carta dele*». Dulce, 3-5-1918, folha 17v, C.

⁹⁴ «*Dulce, acabo agora mesmo de receber uma carta tua e outra da Maria Alice*». IDEM, 4-5-1918, folha 9v, A.

⁹⁵ «*Recebi também carta da Amélia e dois postais da Ester*». Dulce, 19-6-1918, folha 13v, A.

⁹⁶ «*Há já alguns dias que eu não escrevo, no entanto mandei um telegrama, que é capaz de chegar aí depois deste*». Dulce, 26-5-1918, folha 6v, D.

⁹⁷ «*A notícia que o Raul tinha ficado prisioneiro até me fez doído*». Joaquim, em 06-06-1918, folha 2v, A; «*Acabo de receber uma carta da Amelia, em que me fala do Raul, mas não muito satisfatoriamente. Pobre Raul! Com franqueza estou tão aborrecido com tudo isto que nem sei o que te hei-de dizer*». Postal endereçado à irmã Dulce, 15-7-1918, folha 12v, C; «*Mal calculas como tenho andado aborrecido por causa do nosso bom Raul. Eu aqui vi tanto como você vê aí*». Dulce, 26-5-1918, folha 6v, D.

OS SILÊNCIOS DA GUERRA E DA MORTE

Estamos perante escritas banais, do não dito, da cautela e até de certos «fantasmas», onde a guerra não estava visível. O autor limita-se a informar a família que se encontra bem, de saúde, para evitar estados de ansiedade e angústias aos pais e irmãos. Se alguns bilhetes foram mandados a descoberto, devidamente timbrados, outros circularam em sobrescrito fechado, considerando a ausência de selos e carimbos. Com esta estratégia haveria mais facilidade de contornar a censura⁹⁸. Quando os postais foram enviados pela via normal, com endereço do destinatário, as mensagens patenteiam um teor minimalista, como se fossem codificados, pois estavam à disposição de leitores indesejáveis, que facilmente acediam ao conteúdo do texto. Alguns exibem, além dos selos devidamente batidos, o sinal da censura, como referimos⁹⁹. O mesmo acontece com o bilhete representando o primeiro encontro de Vinicius com Lígia, numa cena de «Quo Vadis», onde a temática do amor está patenteada por Lígia a desenhar um peixe no chão com uma vara. Como outros casos, também aqui actuou a vigilância, deixando o sinete da «censura 34». Cosme tinha-se limitado a transmitir que se encontrava bem, indicando que deviam continuar a escrever para o endereço «antigo». Depois refere-se ao colega Raul, dando conta que este conterrâneo também estava de saúde¹⁰⁰.

Num cartão com mensagem parcimoniosa, a informar que enviava um bilhete naquela data e que seguiria carta no dia seguinte, apenas diz «Hoje vai postal, amanhã vai carta. Eu bom, como têm passado aí?», despedindo-se com um abraço. Este foi marcado pela censura¹⁰¹. Num momento em que o militar tem dispensa de serviço para vir a Portugal, escreve ao chegar a Hendaya, dizendo «eis-me a caminho de Portugal, mas não sei quando aí chegarei. Tenho andado gozar por essas terras além. Até qualquer dia». Este postal foi interceptado no Porto e também recebeu o batimento da censura¹⁰².

⁹⁸ O Corpo Expedicionário Português tinha ao dispor do exército correio gratuito, através de postais impressos onde o militar se limitava a escrever o endereço e a «*riscar as frases inúteis*» dando informação para a família: «*estou bem, estou no hospital, estou melhor*», conforme o caso específico. Era uma escrita redutora e de comunicação minimalista. Ver exemplos em AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos de Matos – *Portugal e a Grande Guerra*, o. c., p. 364.

⁹⁹ Dulce. «*França, 11-8-917*», folha 8, A. Cosme, a 13 de Julho de 1917, enviou à irmã postal com estétua de «Vénus de Milo», onde pouco ou nada dizia, fazendo apenas referência à conservação urbana de Paris, como quem quer dizer algo diferente e sente que está a ser vigiado, usando mesmo as reticências com o «*etc, etc...*» No reverso foi marcada a passagem pela *censura n.º 53*, a 21 de Julho; Sobre legislação relativa à censura na República, ver BARREIROS, Eduardo; BARREIROS, Luís – *I Guerra Mundial (1914-1918)*, *Censura postal*, o. c.

¹⁰⁰ Maria P. Lemos, 13-7-1917, folha 7v, B.

¹⁰¹ Joaquim, 5-9-917, folha 16v, A.

¹⁰² *Idem*, França, 30-8-1918, folha 12v, C. O verso apresenta uma paisagem dos Pirenéus, da temática «*les sites de France, par Eug. Bourgeois*», Pyrénées, s. II, n.º 8.

A vigilância sobre as escritas pode explicar a mobilidade de cartões sem portes, despistando a atenção dos censores, com recurso ao sobrescrito como se de uma carta se tratasse. Cosme não só tinha conhecimento da acção da censura como ele próprio intervinha nestes policiamentos que, segundo o próprio, eram uma actividade desgastante, provocando «dores de cabeça», tal era a dificuldade para ler correspondências cuja caligrafia era «pior que chinês», desabafava. O que mais o preocupava era a ortografia, por recear que podia desaprender de escrever, todavia entende esta actividade como um dever, pois «temos que fazer e faz-se», assumia perante os irmãos¹⁰³.

Sem pretender correr riscos, não deixa de tecer uma crítica indelével ao desperdício em tempo de guerra, num dos bilhetes circulados sem acesso ao olhar indiscreto de terceiros. Fá-lo a coberto do sobrescrito, comentando o lixo produzido pelos enlatados, arame farpado, sacos de linhagem, porque tudo era enterrado, nada era reutilizado. Mas para o transmitir abertamente necessitava de uma longa carta, desabafava. Mesmo assim, deixa escapar alguma informação sobre o assunto¹⁰⁴, evidenciando algum descuido com a mensagem.

As referências à guerra, morte¹⁰⁵ ou quadros de saúde¹⁰⁶ são indirectas e pontuais. Quanto à guerra em si, afirmava que estava livre de perigo e que, em Abril de 1918 nem ouvia «o trovoar de um canhão»¹⁰⁷. Preocupava-se em criar um clima de sossego entre os irmãos e a família, não obstante tivesse feito referência a umas dores de cabeça e uma constipação que o deixaram de cama alguns dias¹⁰⁸. Se as dores de cabeça são «devido ao tempo»¹⁰⁹, bem podem estar relacionadas com efeitos da guerra química, todavia só temos como certo o facto de ter sofrido consequências

¹⁰³ «Hoje tenho dores de cabeça, pois acabei de censurar umas 90 e tal cartas e tu mal sabes o que isto é. Meu Deus, é pior que chinês. Eu daqui mais já nem sei escrever. São verdadeiros enganos mas enfim...». Dulce, 05-07-1918, Folha 16, D.

¹⁰⁴ «... Admiro-me como aí ainda há latas, ferros, arame, chapas de ferro zincado, sacos de linhagem, etc. Tu não calculas o que tudo isto se gasta aqui. Um dia hei-de fazer-vos uma pequena descrição de toda esta coisa, isto nos limites da censura já o sonhei. Por hoje só te digo que depois que cá estou, tenho visto enterrar milhões e milhões de latas como aquelas que tu querias. Como já vos disse come-se aqui muito doce, doce esse que vinha em latas, digo vinha e mais tarde direi a razão porquê. Depois das latas abertas e de lhe tirar o doce são queimados e, por isto, enterradas. Há verdadeiras jazidas de latas...» Maria, 17-8-1918, Folha, 9.

¹⁰⁵ «Entre as novidades que me dão algumas há bastantes tristes, principalmente mortes». Joaquim, França, 7-1-1918, folha 42, A.

¹⁰⁶ A preocupação mais vincada centra-se em torno da mãe de quem tem estado «em cuidado por causa da saúde» porque «...há tanto tempo que não sei nada». Maria, França, 24 -9-1917, folha 3v, C.

¹⁰⁷ Maria, França, 23-4-1918, folha 20v, C.

¹⁰⁸ Maria, França, 16-4-1918, folha 20v, B.

¹⁰⁹ «Não sei que mais vos hei-de dizer a não ser que estou com bastantes dores de cabeça, devido ao tempo». Dulce, França, 3-5. 918, folha 17v, C.

mais tarde. Quando recebia notícias da Alquerubim sobre o falecimento de alguém conhecido, emite opinião sobre os efeitos da guerra e da tuberculose, para quem as actividades bélicas não têm sentido e só a estupidez da «humanidade» justifica a luta de «milhares de homens que combatem uns contra os outros»¹¹⁰. E continua, dizendo que seria mais justo «combater esses terríveis micróbios da tuberculose»¹¹¹. Em tom de alguma reprovação pelo conflito bélico, sublinha que a guerra da «humanidade» devia mobilizar-se contra as epidemias que à época provocavam hecatombes a que Portugal não esteve imune. Não deixa de sublinhar uma nota de sentimento pelo sucedido a um rapaz das suas relações sociais da mesma freguesia, o camarada Raul feito prisioneiro de guerra¹¹². O conhecimento deste desfecho teve-o, a avaliar pela correspondência, através dos irmãos Joaquim e Maria. Mostra-se condoído e acima de tudo muito triste e «aborrecido por causa do nosso bom Raul»¹¹³, de quem pouco ou nada sabe, porque «...eu aqui vi tanto como você vê aí...»¹¹⁴. Este acontecimento foi de tal forma sentido que o estado de espírito descrito por Cosme resume-se nas palavras «...até me fez doído»¹¹⁵, tendo a notícia sido um verdadeiro choque, idêntico ao silêncio de morte sobre a morte, usando palavras de Derrida¹¹⁶.

Preocupava-se em saber dos amigos, colegas e mesmo «...das do Porto...» a quem não tem «...escrito por nada saber com respeito ao Raul...»¹¹⁷. De outros colegas, como o Beta, com quem se tem correspondido e diz «*que está bem*», recebera uma carta no dia anterior¹¹⁸. Num contexto bélico e de morte, nada ou quase nada transmite para casa, impondo silêncio sobre o ambiente, enterrando a realidade nas escritas quotidianas vazias de conteúdo mas ricas de imagens, como se tudo não passasse de uma estadia em tempo de férias, vivendo feliz, encontrando-se com gente da terra, convivendo com camaradas de outros países e censurando as escritas dos outros.

NOTA FINAL

A Primeira Guerra Mundial funcionou como interface da mobilidade das escritas e o bilhete-postal foi um elo de união e consolidação de afectos transmitidos em papel e tinta, mesmo quando se pretendia informar parentes e amigos que ainda se

¹¹⁰ Maria, França, 21-12-917, folha 2, B.

¹¹¹ *Idem, Ibidem.*

¹¹² Cremos que se trata de um prisioneiro da batalha de La Lys.

¹¹³ Dulce, França, 26-5-918, folha 6v, D.

¹¹⁴ *Idem, Ibidem.*

¹¹⁵ Joaquim, França 06-06-918, Folha 2v, A.

¹¹⁶ DERRIDA, Jacques- *La Carte Postale, de Socrate à Freud e tau-delà*. Paris: Flammarion, 2003, p. 376.

¹¹⁷ Dulce, França, 3-5-918, folha 17v, C.

¹¹⁸ *Idem.*

vivia. O postal permitia um contacto rápido, quando se desejava tratar de assuntos formais, obter uma resposta imediata ou comunicar com pessoas de relações mais íntimas. São variados os tipos e modelos de postais, dando origem a uma multiplicidade de coleções, quer pela tiragem reduzida quer pela qualidade do suporte, havendo mesmo algumas peças pintadas como se de um quadro em miniatura se tratasse. Através destes rectângulos de papel, falava-se do quotidiano, dos gostos, dos ambientes, transmitia-se a história das terras, modos de viver, recorrendo à imagem. Uma nova cultura circulava sobre a mulher, o folclore, as paisagens, os monumentos, a História e a vida de anónimos retratados. As escritas obrigatórias encontraram um terreno fértil para circulação em contexto de conflitos bélicos, como aconteceu com a Primeira Guerra Mundial. Uma bulimia da leitura e uma escrita compulsiva levavam os militares a corresponderem-se com colegas, amigos e simples conhecidos da paróquia, fazendo da escrita um cúmplice das relações sociais e fraternas, onde não faltam as madrinhas de guerra. Através de mensagens minimalistas mantêm uma teia de correspondências, por elas ficamos a saber que se cultivava um estilo diarista, escrevendo cartas intervalados por bilhetes-postais.

Devido à censura, não era fácil alimentar as pontes de papel ao ritmo diário. Falava-se de nada, do tempo e pedia-se novidades da terra. Com estas correntes de papel comunicavam e asseguravam as ligações entre a frente da guerra e a aldeia. Bastava informar que se estava bem de saúde. As letras da guerra eram uma necessidade e um meio para se evadirem da realidade, dos problemas vividos neste cenário de conflito, onde as palavras sobre a guerra e da morte pareciam proibidos.

BIBLIOGRAFIA

- AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos de Matos (2010) – *Portugal e a Grande Guerra, 1914-1918*. Lisboa: QuidNovi.
- BARREIROS, Eduardo; BARREIROS, Luís – I Guerra Mundial (1914-1918), *Censura postal e telegráfica em cabo Verde e Censura Postal na Guiné portuguesa*, in http://www.cfportugal.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=173, [consultado em 02 de Junho de 2011].
- BRANCO, Jorge (2006) – *Estações ferroviárias Portuguesas em postais antigos*. Lisboa: Livros Horizonte.
- CAFFARENA, Fabio (2002) – *La Grande Guerra delle Parole: Epistolografia e Scrittura Popolari*, in SÁEZ, Carlos e GÓMEZ Antonio Castillo – (editores) *La Correspondencia en la Historia. Modelos y Prácticas da Escritura Epistolar*. Madrid: Calambur Editorial.
- CHARTIER, Roger (1991) – «Avant-propos» in *La Correpondance, les usages de la lettre au XIXe siècle*. s.l.: Fayard,
- CORREIA, Maria da Luz (2008) – *O postal ilustrado da frente ao verso: imagens mais que reprodutíveis*. Logos 29, Tecnologias e Socialidades. Ano 16, 2.º semestre.
- CORTESÃO, Jaime (1969) – *Memórias da Grande Guerra*. Lisboa: Portugália.

- GERALDO, Jéssica Camergo – *Lendo imagens e palavras: sociabilidades e afetos nas dedicatórias de retratos do acervo de José Boiteaux*. (Florianópolis 1890–1930), Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/240>. [Consulta realizada em 30/12/2010].
- GIRÃO, Ivna; HONÓRIO, Erotilde (2009) – *Cartões postais e os guardiões da memória: representação da imagem urbana de Fortaleza na primeira metade do século XX*, Intercom– Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Curitiba.
- GODINHO, Vitorino Magalhães (2010) – *Correspondência da Grande Guerra, Coronel Manuel Maia Magalhães*, (organização). Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- JARDIM, Gabriel de Sena – *Mulheres postadas, representações do feminino em cartões-postais publicitários, (1900-1950/2000-2008)* http://www.psicologia.ufrj.br/pos_eicos/pos_eicos/arqanexos/arqteses/gabrielsena_jardim.pdf. [Consulta realizada em 25/12/2010].
- LYONS, Martin (2011) – *French Soldier's Correspondence in the First World War and the Question of Nationalism from Below*. In *Escritas da Mobilidade*. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico. [disponível em brochura com prólogo, índice e CDROM].
- LYONS, Martin (2002) – *Los soldados franceses y su correspondencia. Hacia una Historia de las prácticas de la cultura escrita en la Primera Guerra Mundial*, in GÓMEZ, Antonio Castillo- (coordinador) *La Conquista del Alfabeto, escritura y clases populares*. Cenero/Gijón: Ediciones Trea.
- MARQUES, Isabel Pestana (2008) – *Das Trincheiras com Saudade, A Vida Quotidiana dos Militares Portugueses na Primeira Guerra Mundial*. Lisboa: Esfera dos Livros.
- MARTINS, Moisés; PIRES, Helena; OLIVEIRA, Madalena (2008) – *Dos postais ilustrados aos posts nos weblogs: para uma sócio-semiótica da imagem e do imaginário* in MARTINS, Moisés de Lemos e Pinto, Manuel (Orgs.) – *Comunicação e Cidadania*. Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (Universidade do Minho).
- MOTA, Guilhermina (2006) – *Batalha de La Lys: um relato pessoal*. In *Revista Portuguesa de História*, tomo XXXVIII. Coimbra: IHES da FLUC.
- MOURA, Maria Lúcia de Brito (2010) – *Nas trincheiras da Flandres, com Deus ou sem Deus, eis a questão*. Lisboa: Edições Colibri.
- PAÇO, Afonso (1993) – *Cartas às Madrinhas de Guerra*. Viana: Junta de freguesia de Outeiro.
- PASSOS, José Manuel da Silva (1993) – *O bilhete-postal ilustrado e a história urbana de Lisboa*, 2.ª edição. Lisboa: Caminho.
- RODRIGUES, Henrique; et al. (2013) – *Escrever para não morrer, correspondências de um soldado de Monção na Guerra Colonial*, in RODRIGUES, Henrique/PORTUGUÊS, Ernesto – *Escritas Privadas, da Mobilidade e da Guerra*. Viana do Castelo: Fundação da Caixa de Crédito Agrícola do Noroeste.
- SCHAPOCHNIK, Nelson (1998) – *Cartões postais, álbuns de família e ícones da intimidade*, in *História da Vida Privada no Brasil, República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: companhia das Letras.

A I GUERRA MUNDIAL NOS PALCOS DE TEATRO PORTUENSES (1914-1918)

JOANA MIGUEL DA COSTA MOREIRA*

INTRODUÇÃO

A I Guerra Mundial marcou o início da «era dos extremos», constituindo um período complexo a nível internacional, com inevitáveis repercussões em Portugal (HOBSBAWN, 1994). Adotaram-se novas modas, costumes, hábitos, espaços sociais de convívio, assuntos que eram visados nos textos dramáticos que pretendiam uma aproximação à realidade, mimetizando-a de forma a que a sua reprodução se aproximasse do público crescente, que procurava entretenimento e identificação, criticando também alguns costumes que se propagavam a par das inovações e inquietações que estas acarretavam.

O teatro, como espetáculo de massas, associa-se frequentemente a aspetos sintomáticos ideológicos, muitas vezes utilizado como crítica mas também como veiculação de costumes e valores de índole social, económica, política, ética e cultural.

A matriz do teatro em Portugal, nas primeiras décadas do século XX, parece estar, de uma forma geral, baseada num realismo de conteúdo social, de continuidade poética através do simbolismo, com algumas aparições «modernistas» (REBELLO, 2000: 176). O universo estético do período cronológico em estudo é caracterizado pela literatura destinada ao entretenimento da burguesia, através do teatro de revista, drama social e comédia de costumes, permanecendo, todavia, a representação de autores clássicos. O espaço do teatro, para além do espetáculo em cartaz que captava a afluência do público para serões e matinées, funcionava como área de convívio social.

* FLUP | CEPESSE, up200204140@letras.up.pt

1. A GUERRA COMO PROTAGONISTA DO TEATRO DE REVISTA

A historiografia portuguesa, de forma geral, aponta a I Guerra Mundial como «a morte da Primeira República», acentuando a hegemonia do poder de Afonso Costa (ROSAS, 2010: 248). A participação portuguesa nessa contenda bélica ficaria vinculada a fortes controvérsias uma vez que se estava perante uma situação de ausência de intimações territoriais iminentes, ligada também à percepção de que se tratava de uma decisão partidária de uma maioria parlamentar com os seus próprios interesses.

O presidente da República Portuguesa, Manuel de Arriaga, com o apoio de António José de Almeida e Brito Camacho, foi impelido a formar um governo apoiado pelos militares e a desafiar as práticas constitucionais, opondo-se a Bernardino Machado, candidato apoiado por Afonso Costa. O Partido Republicano Português – vulgarmente designado Grupo Democrático –, de Afonso Costa, dominava a Câmara de Deputados e apoiava o envolvimento português no conflito europeu, sendo o principal opositor à ditadura de Pimenta de Castro¹, sustentada por um setor das Forças Armadas que não concordava com o envolvimento militar português no conflito. O Parlamento republicano acabou por ser dissolvido mas este governo foi derrubado no golpe de 14 de Maio de 1915, sendo decisiva a participação da Marinha e de civis armados para assegurar o regresso ao poder do Partido Democrático². Com a impopularidade crescente de Afonso Costa, símbolo da opção política da participação de Portugal na guerra (SAMARA, 2010: 372), seguiu-se a divisão das forças armadas e ondas de greves e motins que propiciaram o golpe de Estado de 1917, chefiado por Sidónio Pais, ex-embaixador em Berlim e antigo adepto unionista.

Fatores como os confrontos iniciados no ano de 1914 pelas tropas alemãs no norte moçambicano e imposição das forças militares germânicas sobre as portuguesas no território angolano implicaram um redobrado esforço financeiro e conseqüente estagnação económica. A questão da entrada na guerra por parte de Portugal era, assim, apresentada como uma necessidade de preservação do património colonial português, de fortificar o regime republicano a nível interno e de o legitimar a nível externo, registando-se o início de um período conturbado na vida política e social portuguesa (MENESES, 2010: 268).

Impossível seria não ver a guerra entre as temáticas de excelência do teatro de revista que na I República manteve o estatuto de espetáculo mais popular, qual caixa

¹ O presidente da República, Manuel de Arriaga, formou um governo apoiado pelos militares, nomeando, no dia 1 de janeiro de 1915, o general Pimenta de Castro para presidente do Ministério, governo apoiado pelas forças armadas que dissolveu o Parlamento e congregou contra si todos os republicanos, enquanto os monárquicos se organizavam, abrindo confrontos, sobretudo no norte do país.

² Conjuntura que levou à renúncia de Manuel de Arriaga, que foi provisoriamente substituído por Teófilo Braga. Na sequência de nova vitória eleitoral do Partido Democrático, Bernardino Machado foi eleito chefe de Estado.

de ressonância dos acontecimentos político-sociais: «por ventura melhor do que em muitos compêndios pode ler-se e entender-se, através de todas elas a História do país» (REBELLO, 1985: 98). Assim, para além da sua relevância enquanto espetáculo cénico, o teatro de revista também constitui uma importante fonte histórica, capaz de registar e refletir as atitudes mentais, as questões políticas internas e externas.

De timbre popular e crítico, «de actualidade», musicado, e apresentado «num tom ligeiro», o teatro de revista captava os espetadores através de temas e figuras familiares, facilmente reconhecíveis. Este género mantinha uma estrutura muito fixa, era geralmente interpretado por um corpo de atores bastante estável e versava o quotidiano português. O dia-a-dia era, assim, transformado num espetáculo, para onde o público era transportado, incorporando uma perspetiva crítica e satírica da atualidade e *fait-divers* da vida nacional.

Não obstante estar sujeita à atividade censória, nos vários períodos em que esta se intensificou, este género teatral sempre conseguiu criar mecanismos que lhe permitiram contornar algumas das imposições estabelecidas.

Apesar das críticas mordazes que o teatro de revista dirigiu a personalidades políticas como Afonso Costa, Brito Camacho, Bernardino Machado e António José de Almeida, é certo que, em algumas ocasiões, o novo regime fez questão de exercer o seu poder censório sobre determinados espetáculos. Foi o caso de obras como *Ordinário... marche!*, do autor Bento Mântua, proibida em 1913 por ser considerada injuriosa para o exército e ultrajante para as instituições republicanas e segurança do Estado (RODRIGUES, 2011: 22).

A liberdade de expressão funcionava, desta forma, com uma certa «contenção», mas o teatro de revista movia-se com um grande fulgor artístico, assumindo especial destaque no período da I Guerra Mundial, geralmente com duas sessões diárias esgotadas e as salas de espectáculo a tomarem a função de espaço de confraternização, onde se iam refletindo no palco e comentando nas plateias as contradições e turbulências da época.

Verdades e Mentiras, revista da autoria de Eduardo Schwalbach, «nome ilustre sempre bafejado pelo êxito», estreou no ano de 1914, em Lisboa, durante o governo de Bernardino Machado, constituindo um dos grandes sucessos de um tempo em que já se conjeturava a eclosão da I Guerra Mundial. No ano seguinte, esta revista subiu à cena do Teatro Sá da Bandeira interpretada pela Companhia Taveira registando «foros de *première*» por se encontrar «inteiramente transformada» com os seus novos quadros. Esta reposição apresentada no Porto terminava com «uma deslumbrante apoteose cenográfica, reproduzindo uma batalha entre aliados e alemães»³. Convocavam-se certas personalidades ancestrais da história portuguesa, como a figura implacável de «D. Pedro, o Cru», que apresentava os protagonistas, à época, nas relações internacionais entre Portugal e os países envolvidos na contenda bélica:

³ *O Comércio do Porto*. Porto, n.º 132, 31.05.1915, p. 3.

D Pedro, o Cru:
A Europa tenho-a por mim!
Trago-a bem fechada aqui.
Com o Sidónio em Berlim,
O meu Augusto em Madrid,
Em Londres com o Teixeira,
E coò Chagas em Paris.
A Europa quasi inteira
Metida no Calhariz!⁴

O Largo do Calhariz, onde se localizava o edifício do Ministério dos Negócios Estrangeiros simbolizava, assim, a base de operações para o desenrolar das relações entre Portugal e a Europa. À cena chamavam-se os representantes de Portugal no estrangeiro: João Chagas, nomeado representante diplomático português em Paris desde 1910; Teixeira Gomes, convidado a exercer o cargo de ministro de Portugal em Londres desde 1911; Augusto de Vasconcelos, que ocupou o posto de embaixador em Madrid de 1914 a 1918; e Sidónio Pais, que iniciara estas funções em Berlim no ano de 1912 (TELO, 2012: 331).

A questão da entrada de Portugal na I Guerra Mundial provocou um forte debate nacional. As opiniões dividiram-se entre os apoiantes da participação de Portugal no conflito bélico e os «antiguerristas». Esta divisão aprofundou as divergências políticas, preparando-se o país para o envolvimento numa guerra muito «impopular» (RODRIGUES, 2011: 20). A temática pisou as quarteladas dos teatros e vários espetáculos representavam o conflito europeu, apelando-se, de uma forma geral, à união e consenso interno que possibilitassem, se necessário, uma predisposição para a guerra (CATROGA, 2008: 36), como foi o caso da revista *O Diabo a Quatro*, da autoria da parceria lisboeta composta por Ernesto Rodrigues, João Bastos e Félix Bermudes, estreada em 1915 pela Companhia do Éden-Teatro de Lisboa, e levada à cena no ano seguinte, entre os meses de março e maio, no Teatro Carlos Alberto, do Porto, que dedicava um dos quadros à «Pátria Amada», reconhecendo que a suprema prova de amor à pátria seria morrer por ela:

Se Portugal honrar as armas de Inglaterra
Também o meu rapaz tem de partir p'ra guerra.
Mas eu não vou chorar por causa disso, oh não!
Hei-de calar cá dentro a voz do coração!
Meu filho, se morrer, morre no seu lugar.
Mil filhos que eu tivesse, havia de os mandar
Honrar a Pátria qu'rida até morrer por ela!⁵

⁴ SCHWALBACH, 1914: 12.

⁵ RODRIGUES; BERMUDES; BASTOS, 1915: 8.

A par do alastramento na Europa do conflito bélico, o teatro português continuou a refletir os avanços e as transformações a que a guerra conduzia. As desastrosas consequências sociais da entrada de Portugal na I Guerra Mundial projetaram-se nos textos de teatro de revista que acompanhavam a crescente intervenção do Estado. A inflação galopante, a fome, a crise dos valores tradicionais e a luta do movimento operário contra a carestia de vida, problemas de racionamento e o mercado negro eram levados à cena em peças de revista como *No País do Sol* (1915), de Avelino de Sousa, interpretada, no ano seguinte, pela Companhia do Éden Teatro de Lisboa no Teatro Carlos Alberto:

Alfaiates, sapateiros,
Os droguistas e os tendeiros,
Peixe, carne, fruta e pão,
Tudo falta e tudo é caro
E o pouco que há, é raro
Por causa da exportação.
[...] Tudo é caro e tudo é mau
Sardinha, atum, bacalhau
Nabos, grelos, bons bocados
Tudo sofre em tais combates!
Desde os ovos aos tomates,
Vai tudo p'ra os aliados!⁶

A luta pelas subsistências decorrente da carestia de vida provocava conflitos internos, cavando mais fundo o fosso social entre aqueles que se podiam alimentar e os que padeciam de fome, no limiar da subsistência, temas que não escaparam à sátira da revista da parceria lisboeta *Maré de Rosas*⁷:

Coroação do Bacalhau
Por sua Majestade Imperial
Dom Bacalhau Primeiro
De elevada jerarquia
O glorioso herdeiro
Da c'róa da Carestia.
[...] Uns a pagá-los,
outros a comê-los,
Eis aqui os grelos!⁸

⁶ SOUSA & LEAL, 1915: 12-13.

⁷ Esta revista foi estreada no ano de 1916, no Teatro Avenida, e representada no Teatro Carlos Alberto no mesmo ano, pela Companhia do Teatro Éden de Lisboa.

⁸ RODRIGUES; BERMUDEZ; BASTOS, 1916: 13.

A revista *Dominó*, da autoria de Pereira Coelho e Alberto Barbosa, estreada em 1915, em Lisboa, e representada pela Companhia do Teatro Éden no Teatro Carlos Alberto no ano seguinte, refletiu os desgostos da guerra e das nações aliadas na participação do conflito mundial:

O adeus dos Belgas:
Vencidos em dura guerra,
Soube o mundo um caso novo,
Que em tão pequenina terra
Havia um tão grande povo.
[...] Irmãos e noivos ide a combater
Pela pátria lutai para a salvar,
Que aquele que melhor souber morrer
Foi aquele que mais nos soube amar.

A matizar o dramatismo da guerra, apresentavam-se as dificuldades dos ingleses face ao nosso idioma, procurando certamente provocar na plateia o esboçar de sorrisos de simpatia para com os velhos aliados portugueses:

Amor Inglês:
O amor em Inglaterra
Ter sofrido com a guerra,
Muito mais que o mundo inteira,
Faltar já homens na terra
Onde abunda a nevoeira⁹.

No dia 11 de março de 1916, o periódico *O Comércio do Porto* anunciava:

A Alemanha interrompeu as relações diplomáticas com Portugal. Não é este o momento próprio para discutir as causas e os antecedentes deste acontecimento. Saibamos esperar. Perante a situação que as circunstâncias criaram, um dever se impõe a todos os portugueses: – o de se unirem na defesa da honra e da integridade da sua Pátria¹⁰.

Com o rompimento das relações e consequente declaração de guerra por parte da Alemanha é instaurada a censura a 12 de março de 1916, que previa a ordem de apreensão de todas as publicações que pudessem prejudicar a defesa nacional ou incluisse a propaganda contra a guerra (censura prévia), a cargo do Ministério da Guerra. A partir deste período, são impostos cortes na iluminação pública e privada e os horários de cafés e teatros foram reduzidos.

⁹ COELHO & BARBOSA, 1915: 12-13.

¹⁰ *O Comércio do Porto*. Porto, n.º 39, 11.3.1916, p. 1.

Os efeitos da guerra tomavam a forma de quadros populares no teatro de revista, comandados por personagens caricaturadas que referiam e criticavam os principais acontecimentos. Se, por um lado, urgia a recordação da heroicidade portuguesa para os que incentivavam a entrada de Portugal na guerra, por outro, pretendia-se a crítica às condições a que os portugueses se sujeitavam, num país envolvido numa contenda bélica.

A nível teatral, o ano de 1916 foi marcado pela estreia de *O Novo Mundo*, da autoria da parceria da capital, onde predominavam assuntos como a crise nacional e a I Guerra Mundial. Esta revista foi reposta dois anos mais tarde, no Teatro Éden de Lisboa, aumentada e enquadrada na programação do Teatro Nacional do Porto¹¹ pela Companhia do Teatro Nacional de Lisboa¹². Em revista, colocava-se a crise geral portuguesa, a pobreza e as desigualdades sociais, ocupando a I Guerra Mundial um lugar de destaque nesta peça, num tom crítico e jocoso (RODRIGUES, 2011: 99). «O Fado do Ganga» advertia para o espírito de inconformidade reinante face às carências dos produtos de primeira necessidade e revelava o clima de instabilidade e violência que a fome provocava nas ruas:

Fado do Ganga:
Mesmo com as subsistências
 A vocências
 Um inzeplou vou já dar
 Quer a gente açúcar, pão,
 Bacalhau, arroz e grão,
 Dizem eles que não há.
 Esta léria d'intiquetas
 Já não há nem p'ró pitrólio,
 Ahi ó!
 Deixa-se a gente de tretas
 É sopapos e galhetas
 Acabou-se o monipólio!
 Vai o padeiro e zás!
 Logo de pão vem um cabaz,
 Ao merceiro e traz!
 E logo a gente satisfaz...

Enquanto perdurou a fome nas mesas portuguesas, os palcos nacionais mantiveram-se comprometidos com a tarefa de expor e criticar essas privações, consequências do

¹¹ Teatro Rivoli, a partir de 1925.

¹² *O Comércio do Porto*. Porto, n.º 62, 07.03.1918, p. 2.

conflito armado europeu. Para além das carências alimentares, impunha-se a questão do cerceamento da informação provocada pela ação da censura:

Verdades – O governo d'èsta terra
Grita e berra
Que é preciso a pátria honrar,
Com todos os homens ferra
Lá na guerra,
E ele deixa-se ficar.
Censura – Quer ele dizer que vão marchar.
[...] Verdades – Mesmo isso da paparoca,
Anda à matroca,
E a tabela... estás a ver,
Quanto a mim vai tudo feito
A tal respeito,
São tudo leis p'ra comer.
Censura – Para a gente à fome não morrer¹³.

A célebre parceria portuense composta pelos dramaturgos Arnaldo Leite e Carvalho Barbosa estreou, em 1916, a fantasia-revista *O Beijo*¹⁴. Um ano mais tarde, esta peça foi aumentada com um fado que pretendia exemplificar e ridicularizar a ação da censura sobre a imprensa nacional:

Fado da Censura:
(Palavreado)
A Censura corta tudo
Com um gesto rude e franco
Pois se escrever cacatua
Vem só tua e o resto em branco.
Diz o Mestre Afonso ao Brito,
Tu és...
Vai este: e responde aflito
E tu és...
Ficou ontem resolvido que nós...
É pois de todos sabido...
Com o corte tudo enguiça
Pois já se diz, sem esperança

¹³ RODRIGUES; BASTOS; BERMUDES, 1916: 4-5, 8-9.

¹⁴ Esta peça foi representada pela Companhia do Teatro Nacional do Porto, e reposta em 1917 e 1918 nesta sala, e levada à cena do Teatro Águia D' Ouro em 1925 pela Companhia Óscar Ribeiro.

Que eles fazem aos jornais
 O que o diabo fez... à trança!
 [...] Portugal entra na guerra
 Só p'ra...
 Mas dizem que a Inglaterra...¹⁵

Este recurso de escrita, com frases incompletas e discurso desconexo, apresentava-se como uma metáfora da censura. Pretendia-se reproduzir o que os portugueses estavam habituados a ver nos jornais: as notícias que perdiam o sentido pela ausência de determinadas palavras ou fragmentos de frases.

Para além das contendas entre os principais protagonistas políticos, retratava-se a discussão da entrada de Portugal na guerra. Para os republicanos radicais, a guerra apresentava-se como a «solução» para os seus problemas: a entrada dos portugueses no conflito ao lado dos Aliados poderia provocar uma onda de patriotismo, que uniria o país fomentando o grito da «pátria em perigo». De certa maneira, colocavam-se dúvidas quanto aos laços ancestrais entre Portugal e Inglaterra, já que esta tardou em reconhecer a República portuguesa e não fomentou a preparação e envio de um corpo expedicionário português para a França, pois já sabia que teria de suportar esse esforço logístico, técnico e financeiro (TELO, 2012: 301, 336).

Na verdade, desde 1814 que Portugal não preparava uma força expedicionária a nível de divisão¹⁶, e desde essa data que as tropas portuguesas não entravam em combate num cenário exigente como o de uma guerra entre potências europeias. De uma forma geral, ao longo de um século não foram efetuadas as atualizações necessárias que pudessem prever a preparação do exército português para a criação de uma força expedicionária para a Europa (TELO, 2012: 371). Quando a revista *O Novo Mundo* chegou ao Porto, já há muito os soldados portugueses conheciam as amarguras das trincheiras. A poucos dias da catástrofe de La Lys, a plateia da *Invicta* entretinha-se com as «traulitadas» e os «trinta e um» que caracterizavam o espírito bélico português, de forma ingenuamente jocosa¹⁷:

Na guerra dos alimães
 Com as nações
 Tem um exemplo d'estalo,
 Pois no fim d'esta embrulhada
 O que der mais traulitada

¹⁵ LEITE & CARVALHO, 1917: 10.

¹⁶ As maiores forças enviadas para África possuíam meramente a dimensão de alguns batalhões que raramente atuavam em unidades acima do batalhão (TELO, 2012: 372).

¹⁷ Esta peça esteve em cartaz no Teatro Nacional entre 7 e 31 de março e 1 e 3 de abril de 1918.

É que há-de cantar de galo.
E quando chegar o dia
Em que a gente for p'ra guerra
Ahi ó!... Estás com uma pressa!
Então adeus ó Turquia
Alimanha e mais Áustria,
Vai tudo ventas a terra.
Vai-se a Verdun e pum!
Arma-se logo um trinta e um
Vai-se a Berlim e pim!
É bazanada até ao fim¹⁸.

Após a batalha que dizimou os soldados lusos, as companhias de teatro portuguesas afastaram dos seus reportórios os quadros e as rábulas que incitavam à gargalhada ou vulgarizassem esta contenda, que foi tomando proporções trágicas.

As temáticas revisteiras continuaram a reproduzir os efeitos da guerra nos palcos nacionais e, para além dos problemas internos do governo, insistia-se na carestia de vida que trazia desalento e aprofundava a crise nacional. Racionavam-se os géneros alimentícios, os preços subiam, e a fome alastrava com «o pão [...] negro e caro» (BASTOS, 2004: 21). Estreada em 1918, a revista *Salada Russa*, da autoria da parceria lisboeta, incluía «O Fado do Pão», também conhecido como «O Fado do Padeiro», ou «O Fado do Seixal», quadro que revelava as precárias condições de vida da população, abatida e sujeita à gripe pneumónica que já se fazia sentir:

O Fado do pão:
Se o povo soubesse um dia,
Como é feito o nosso pão,
Não escapava uma só padaria
Com certeza que haveria
Uma nova revolção.
Leva a bela serradura,
Cinza, terra, pó e nada,
Tem por dentro a cor da noite escura,
Tem a cor da noite escura,
Sabe às pedras da calçada.

De facto, o pão que se vendia era, então, descrito como «negro», «muito duro» e com «mau cheiro» (SAMARA, 1998: 93). Em tom jocoso e revisteiro, para além das

¹⁸ RODRIGUES; BASTOS; BERMUDES, 1916: 4-5.

necessidades que assolavam Portugal, colocavam-se em evidência as condições de grande debilidade dos soldados portugueses na Flandres e a sua heroicidade perante as adversidades:

Na guerra contra os alemães
 Os nossos bravos soldados
 Lá seguiram, muito confiados,
 Pois iam todos armados
 Com uma dúzia de pães.
 [...] Se há p'raí quem tenha lixo,
 Ou moinha p'ra vender,
 Cascas d'ovos ou milho com bicho,
 Mesmo raspa de cornicho,
 Faz favor de me dizer.
 Que eu prometo n'um instantinho
 Mesmo sem água nem nada,
 Amassar uma grande fornada
 Ao som d'uma guitarrada
 Dedicada ao Zé Povinho¹⁹.

No início de 1919, *Salada Russa* foi representada no Teatro Sá da Bandeira pela Companhia organizada pela atriz Luísa Satanella e, no ano seguinte, esta revista partiu para o Brasil sem «O Fado do Pão», ausente na publicação das coplas no Rio de Janeiro, em 1920²⁰. De uma certa maneira, procurava-se que nem todas as lamentações e «fadros» portugueses cruzassem o Atlântico.

As quarteladas dos teatros recebiam, assim, este mundo que se anunciava como «novo», cenário de desordens e cisões entre os seus habitantes, sujeitos às condições precárias e consequências da guerra. As dificuldades atravessadas pelo Corpo Expedicionário Português e o eco que dessa situação era possível receber, face às limitações da censura de guerra, espelhavam-se nas peças de teatro de revista, geralmente modeladas pela crítica mordaz e divertida. A atualidade impunha-se em palco, mascarada pelos figurinos exagerados, personagens caricaturadas, confundindo-se, o mais possível, o real com o fantástico.

No rescaldo da I Guerra Mundial, ansiava-se pela paz e pela estabilidade como reflete a revista *Paz Armada*, de António Torres e António Ferreira, que anunciava a “Grande Marcha das Nações Aliadas”:

¹⁹ BERMUDES; RODRIGUES; BASTOS, 1918: 15-16.

²⁰ BERMUDES; RODRIGUES; BASTOS, 1920.

Nações:

É bem o nosso desejo

Que não se faça esperar.

Paz: Em doce tranquilidade

Todo o mundo viverá.

Regressa a felicidade

E jamais nos deixará²¹.

Esta peça foi levada à cena em 1919 no Teatro Nacional do Porto, pela Companhia Taveira, e reposta no ano seguinte no Teatro Carlos Alberto, pelo mesmo grupo dramático.

2. O REINO IMAGINÁRIO DE RAMADA CURTO

Não foi só o género de revista que reproduziu e fantasiou a I Guerra Mundial, assim como a participação de Portugal nesse conflito. Ramada Curto apresentou aos portugueses uma pátria distante, inserida num plano onírico, lembrando, no entanto, realidades que já eram familiares. Em 1916, estreava, em tom de fantasia, *Os Redentores da Ilíria*, peça que se baseava numa situação revolucionária. Décadas mais tarde, em 1953, no prefácio de uma nova edição, Ramada Curto viu-se obrigado a declarar que as personagens da peça não simbolizavam figuras do cenário político nacional. Contrariamente ao que a crítica julgara, o rei da *Ilíria* não personificava o presidente Arriaga, assim como Raditchef não era Afonso Costa, nem a personagem de Nikolski se inspirara em Brito Camacho (CRUZ, 2012: 120).

No ano da sua estreia, a peça *Os Redentores da Ilíria* foi representada no Teatro Sá da Bandeira, numa produção da Companhia do Teatro Nacional de Lisboa. Na capital aguentara-se em cartaz apenas durante seis dias, enquanto no Porto se registou apenas uma representação desta peça ao longo da temporada desta companhia neste teatro. A arte parecia imitar demasiadamente a realidade e o público considerou que a peça condenava a entrada de Portugal na guerra. A crítica portuense apresentou a *Ilíria* como um «país imaginário», onde se entretecia «um enredo com os acontecimentos políticos que ali se desencadeavam, após uma revolução que [teve] como resultado a deposição de um tirano e absoluto». Os três primeiros atos foram considerados de «grande intensidade dramática [...] interessando vivamente os espetadores nas peripécias que se preparam e no seu desfecho», enquanto o último ato «falhou como técnica teatral, não agradando ao público a solução da trama que se desenvolve nos quatro atos de *Os Redentores da Ilíria*»²².

²¹ TORRES & FERREIRA, 1919: 1.

²² *O Comércio do Porto*. Porto, n.º 80, 04.04.1916, p. 2.

No enredo desta peça, o povo do reino imaginário regozijava-se com a liberdade que a revolução instituiria, apesar do cenário de tensão causado pela instabilidade governativa e da violência que se fazia sentir nas ruas da *Ilíria*: «Conrado – Mas passou pelo meu país uma revolução. Somos hoje um povo livre, um povo redimido... [...] Litvine – Andam manifestações na rua... Arremessaram-se bombas na Perspetiva».

Em tom de advertência, Dufresne, o embaixador francês, apontava os problemas e desigualdades sociais, bem como os efeitos da insatisfação de um povo analfabeto e faminto: «Porque na Ilíria o povo é inculto, é violento e tem fome. Logo, não tem força».

A *Ilíria*, no rescaldo da revolução, debatia-se com o processo de separação da Igreja do Estado e discutiam-se as consequências da entrada na guerra, questões que se desenrolavam ao mesmo tempo na realidade nacional. Mas, também no palco as opiniões se dividiam e a religião era invocada nos momentos de maior necessidade:

Boris – Todos os militares que não querem que nos defendamos da Etrúria...

Raditchef – Soldados que preferem a desonra à guerra? Seria a suprema vergonha! [...]

Stefan – Oh! Os bons tempos... A fé que a gente tinha...

Boris – E como se lutava por ela, velho, lembras-te? Tu ainda a conservas, a mesma fé?

Stefan – Sempre... Morria, se a perdesse.

O tema levado à cena identificava-se, de certa maneira, com o ambiente de instabilidade que se vivia fora das portas dos teatros. Na iminência da entrada na guerra, no reino da *Ilíria* também se apelava ao patriotismo e reclamava-se a união e consenso do povo quanto a essa participação no conflito: «Capitão: Se no livro do Destino estiver escrito, a Ilíria saberá morrer de pé e com a espada na mão! [...] Rad. – O nobre povo! ... Foi tardia a sua união... Mas antes a morte que ser escravo... E ainda há esperança...».

O exemplo máximo de patriotismo é protagonizado pelo próprio chefe do governo, Raditchef, quando, no quarto ato, se alista na linha da frente, disposto a dar a sua vida por amor à pátria. Dufresne observa a ação de Raditchef como o último recurso de um chefe que, esgotadas todas as possibilidades de resolução do conflito, se decide sacrificar, oferecendo a vida em combate pelo seu reino e pelos seus ideais: «Não tinha mais que dar, deu a vida à sua pátria».

A *Ilíria* sucumbia, por fim, aos desastres da guerra, mas a peça termina com um apontamento de esperança, posto na boca de uma criança: «Como ela [a *Ilíria*] é linda, ao sol!»²³.

Segundo Duarte Ivo Cruz, nesta peça, os riscos de desestabilização interna confundem-se com a política internacional no quadro da I Guerra Mundial. Enquanto jovem deputado, Ramada Curto votara no Parlamento contra a proposta do governo que autorizava a demissão de funcionários civis e militares, no contexto da intervenção de Portugal no cenário do conflito (CRUZ, 2012: 120).

²³ CURTO, [1916] (2004): 92, 119, 113, 154, 158, 164, 166.

CONCLUSÃO

A nível teatral, a década de 1910 foi dominada pela manutenção de um teatro convencional, com poucos «rasgos de modernidade» (RODRIGUES, 2011: 19). Os reportórios apresentados pelas empresas teatrais alternavam dramas psicológicos ou sociais, peças históricas e regionais, com comédias e farsas. O teatro histórico seguiu, por seu turno, a tradição do tardo-romantismo, recorrente ao longo deste período, e a cena teatral profissional desdobrou-se, maioritariamente, em temáticas de evocação histórica, ruralismo e a crítica de costumes, muitas vezes interligada com a análise psicológica.

A República caracterizou-se, em matéria teatral, pelo domínio da revista dirigida ao entretenimento, extremamente popular e de resultado eficaz, que incluía laivos de modernidade, também a nível musical, integrando o charleston, o foxtrot e o one-step, mas verificando-se, ao mesmo tempo, a presença de um género de teatro mais nobre, vocacionado para a reflexão e introspeção, que acompanhava a grande literatura da época.

De todos os acontecimentos políticos que se desenrolaram ao longo do período republicano, a entrada de Portugal na guerra foi, certamente, aquele que mais afetou o quotidiano português, com profundos reflexos no imaginário popular. O conflito mundial provocou a exaltação do sentimento patriótico e as questões a ele atinentes invadiram os palcos portugueses, sempre acompanhadas pela crítica mordaz de índole político-social.

Após o armistício de 1918, revelou-se um movimento de renovação da cena portuguesa com o aparecimento de novos autores, novos temas e novos públicos, evidenciando o período que se seguiu à I Guerra Mundial substanciais transformações europeias que influenciaram a vida e a mentalidade portuguesa, refletindo-se na cultura e na arte, reavivando as formas de expressão artística, nomeadamente, os movimentos modernistas. A época afigurava-se propícia a uma análise dos assuntos dominantes, onde se abordaram questões relativas às instabilidades a nível político, industrialização, riquezas da especulação, questão religiosa, entre outras (REBELLO, 2000: 84).

A par do teatro de revista, revelava-se também um género de teatro mais «sério», de cariz «histórico», com dramaturgia de perfil mais «conservador», distinguindo-se peças com forte componente de crítica social, cujo enredo se desenvolvia em torno da degradação da sociedade burguesa. Neste domínio, Alfredo Cortez, Carlos Selvagem, Vitoriano Braga e Ramada Curto ganhavam nome e respeito. O retrato da sociedade e as diferenças sociais estão presentes nas obras destes autores, que procuravam soluções através das suas peças de costumes para as «interdependências» e «oposições [...] que o próprio homem [fazia] desencadear», num período de transformação que justificava a ânsia de análise social (CRUZ, 2001: 239).

O conflito mundial, a revolução Russa e suas consequências, o aumento das comunicações e ainda a participação dos Estados Unidos na guerra europeia tornaram

o mundo «diferente», até então inacessível a um país «periférico». Portugal enviara os seus contingentes de tropas para França, o Corpo Expedicionário Português (na altura, por ironia dizia-se ser a sigla de «Carneiros de Exportação Portuguesa»), sem a preparação necessária para o tipo de terreno que iria defrontar, deparando-se com consequências catastróficas como foi a poderosa ofensiva alemã que derrotou as tropas portuguesas na célebre batalha de La Lys. Muitos dos que regressaram traziam mazelas físicas e mentais irreversíveis, para além do facto de terem, também, viajado até ao centro da Europa, deparando-se com outras mentalidades e realidades. Pouco a pouco, o Portugal provinciano internacionalizava-se, ao mesmo tempo que as convulsões políticas se sucediam e a instabilidade governativa se refletia no quotidiano.

FONTES DRAMATÚRGICAS

- BERMUDES, Félix; RODRIGUES, Ernesto; BASTOS, João (1918) – *Salada Russa: revista em 2 actos*. Lisboa: Manuel Lucas Torres.
- BERMUDES, Félix; RODRIGUES, Ernesto e BASTOS, João (1920) – *Salada Russa: revista em 2 actos*. Rio de Janeiro: s. n.
- COELHO, Pereira & BARBOSA, Alberto (1915) – *Dominó: revista em 2 actos e 8 quadros*. 3.^a ed. Lisboa: s. n.
- CURTO, Ramada, [1916] – *Os Redentores da Ilíria*. In *Teatro Escolhido*. Lisboa: Biblioteca de Autores Portugueses, 2004.
- RODRIGUES, Ernesto; BERMUDES, Félix; BASTOS, João (1915) – *O Diabo a Quatro: revista em 2 actos e 8 quadros*. Lisboa: s. n.
- RODRIGUES, Ernesto; BASTOS, João; BERMUDES, Félix (1916) – *O Novo Mundo: revista em 2 actos e 10 quadros*. Lisboa: Imprensa Manuel Torres.
- RODRIGUES, Ernesto; BERMUDES, Félix; BASTOS, João (1916) – *Maré de Rosas: revista em 2 actos e 10 quadros*. Lisboa: s. n.
- SCHWALBACH, Eduardo (1914) – *Verdades e Mentiras: revista em 2 actos e 10 quadros*. Lisboa: A Modesta.
- SOUSA, Avelino de & LEAL, Carlos (1915) – *No País do Sol: fantasia revista de costumes nacionais*. Lisboa: Álbum Teatral.
- TORRES, António & FERREIRA, António (1919) – *Paz Armada: revista em 2 actos e 9 quadros*. Lisboa: s. n.

FONTES ARQUIVÍSTICAS

Arquivo Distrital do Porto – *Colecção Documentos das Artes Cénicas, 1913-1920*. [PT/ADPRT/CDAC]

FONTES HEMEROGRÁFICAS

O Comércio do Porto. Porto, 1913-1919.

BIBLIOGRAFIA

- ALVAREZ, José Carlos, *coord.* (2010) – *A República foi ao Teatro*. Lisboa: IMC.
- BARATA, José Oliveira (1994) – *História do Teatro Português*. Lisboa: Universidade Aberta.
- BASTOS, Glória; VASCONCELOS, Ana Isabel Teixeira (2004) – *O Teatro em Lisboa na 1.ª República*. Lisboa: I. P. Museus, I. da Cultura.
- CRUZ, Duarte Ivo (2001) – *História do Teatro Português*. Lisboa: Editorial Verbo.
- CRUZ, Duarte Ivo (2012) – *Os políticos e o Teatro: Governantes-Dramaturgos e Dramaturgos-Governantes de Garrett aos nossos dias*. Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda.
- DIONÍSIO, Eduarda (1988) – *A vida cultural durante a República*. In MEDINA, João, *dir.* – *História Contemporânea de Portugal*, vol. II. Camarate: Multilar, p. 9-21.
- HOBBSAWM, Eric (1994) – *Age of Extremes – The Short Twentieth Century (1914-1991)*. Great Britain: Abacus.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, *dir.* (1978) – *História da 1.ª República Portuguesa. As estruturas de base*. Lisboa: Iniciativas Editoriais.
- MEDINA, João (1990) – «Oh! A República!...». *Estudos sobre o republicanismo e a I República Portuguesa*. Lisboa: INIC.
- MENESES, Filipe Ribeiro de (2000) – *União Sagrada e Sidonismo, Portugal em Guerra (1916-1918)*. Lisboa: Edições Cosmos.
- MOREIRA, Joana Miguel da Costa (2012) – *O Teatro no Porto no período entre guerras. O caso do Teatro Carlos Alberto e São João (1914-1945)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de mestrado.
- MOSER, Fernando de Mello (1994) – *Discurso Inacabado. Ensaios de cultura portuguesa*. Lisboa: Gulbenkian.
- PAVIS, Patrice (1999) – *A Análise de Espectáculos*. São Paulo: Editora Perspetiva.
- PEIXOTO, Fernando (2006) – *História do Teatro Europeu*. Lisboa: Edições Sílabo.
- REBELLO, Luís Francisco (1985) – *História do Teatro de Revista em Portugal II (Da República até hoje)*. Lisboa: D. Quixote.
- REBELLO, Luís Francisco (2000) – *História do teatro português*, 5.ª ed. Lisboa: Publicações Europa-América.
- REBELLO, Luís Francisco (2010) – *Três espelhos – Uma Visão Panorâmica do Teatro Português do Liberalismo à Ditadura (1820-1926)*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- RODRIGUES, Pedro Caldeira (2011) – *O Teatro de Revista e a I República – Ernesto Rodrigues e A Parceria (1912-1926)*. Lisboa: Fundação Mário Soares.
- SANTOS, Vitor Pavão dos (1978) – *A Revista à Portuguesa. Uma história breve do teatro de revista*. Lisboa: O Jornal.
- SAMARA, Alice (1998) – *O Impacto Económico e Social da Primeira Guerra em Portugal*. In TEIXEIRA, Nuno Severiano, *coord.* – *Portugal e a Guerra, História das grandes intervenções militares portuguesas nos grandes conflitos mundiais séculos XIX e XX*. Lisboa: Edições Colibri/Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- SAMARA, Maria Alice (2003) – *Verdes e Vermelhos. Portugal e a Guerra no ano de Sidónio Pais*. Lisboa: Notícias Editorial.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano; PINTO, António Costa, *coord.* (1998) – *A Primeira República Portuguesa. Entre o Liberalismo e o Autoritarismo*. Lisboa: Edições Colibri/Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa.
- TELO, António José (2012) – *Primeira República – Do Sonho à Realidade*. Lisboa: Presença.

A AGÊNCIA DO PORTO DA LIGA DOS COMBATENTES DA GRANDE GUERRA: GÊNESE E ENQUADRAMENTO

ISILDA BRAGA DA COSTA MONTEIRO*
MARIA DA CONCEIÇÃO MEIRELES PEREIRA**

O presente trabalho insere-se numa investigação em curso sobre a agência do Porto da Liga dos Combatentes da Grande Guerra (LCGG), cujo acervo documental nos foi facultado pela actual direcção da, hoje designada, Liga dos Combatentes, facto que desde já agradecemos.

Este objecto de estudo colocou-se com grande pertinência por duas ordens de razões: por se tratar da segunda maior agência do país (em número de sócios, receitas, ajudas pecuniárias atribuídas, etc.) e pela quase inexistência de trabalhos sobre a Liga de Combatentes da Grande Guerra¹ e seus numerosos núcleos, que, ao presente, como a página Web da Liga dos Combatentes revela, atingem a cifra de 101, localizando-se 9 deles no estrangeiro². Mas esta evolução não foi de forma alguma linear, e, sobretudo, encerra muitas zonas de penumbra.

Impõe-se como estudo fundamental neste domínio a tese de doutoramento de Sílvia Correia, *Políticas da Memória da I Guerra Mundial em Portugal 1918-1933. Entre a experiência e o mito*, que dedicou o seu quarto capítulo ao tema «O movimento associativo: organização e reacção», no qual as origens da Liga em Lisboa lhe mere-

* ESEPF – CEPESE, isildamonteiro@esepf.pt

** FLUP – CEPESE, mcoelho@letras.up.pt

¹ Com excepção de Sílvia Correia que, desde há alguns anos, tem vindo a desenvolver investigação sobre a memória da Grande Guerra em Portugal, analisando, entre outros aspectos, o papel do movimento associativo combatente, a Liga dos Combatentes da Grande Guerra apenas tem sido abordada, na historiografia recente, de forma pontual: MENESES, 2006; SOUSA, 2008; MENESES, 2012; MARTELO, 2013; GOMES, 2013; BORGES, 2013; LEAL, 2013.

² *Liga dos Combatentes*. Disponível em <<http://www.ligacombatentes.org.pt/nucleos>>. [Consulta realizada em 8/10/2014].

ceram particular atenção. Assumindo-se este estudo como uma «análise de centro»³, foi deixada de fora a polifacetada dimensão regional. Assim, o estudo dos núcleos e evolução dos seus sócios está por fazer pelo que todos os contributos sectoriais se afiguram pertinentes e relevantes para a compreensão global do organismo.

Contudo, o estudo do movimento combatente e da génese e evolução da Liga dos Combatentes confronta-se com numerosos obstáculos materiais, como bem realça Sílvia Correia:

A limitação das fontes coloca restrições. O trabalho é dificultado pela ausência de material de arquivo que permita estabelecer uma «leitura directa» da realidade do movimento combatente, uma vez que não só se deu a perda do arquivo da LCGG (anos 60) como os arquivos dos ministérios da república, além de desestruturados, possuem pouca ou nenhuma informação sobre esta realidade. Resta a informação concedida pelas publicações oficiais parlamentares e legislativas, imprensa; relatórios de actividades; alguma correspondência e algum aproveitamento que se possa efectuar de fontes, cujo conjunto documental é bem maior para o período posterior a 1931⁴.

Se este é o panorama a nível central, compreensivelmente agrava-se a nível regional, como fica bem patente pela simples consulta da página Web da Liga dos Combatentes, no que concerne à informação histórica atinente aos núcleos mais antigos, que recorrentemente mencionam a inexistência de fontes relativas aos primeiros tempos das suas associações.

Qual é, neste campo, a situação do arquivo da Liga dos Combatentes no Porto? Antes de mais, a sua organização não observa os pressupostos e critérios de um arquivo histórico, antes os parâmetros funcionais da administração de um organismo em actividade. Não obstante possuir documentação variada, muita da considerada relevante está dada como desaparecida – desta situação constituem exemplo cabal as atas das reuniões de direcção, indubitavelmente importantes para o estudo da associação, mas que só se encontram disponíveis a partir de 1938. Por sua vez, os processos dos sócios foram remetidos para Lisboa, enquanto documentos não identificados permanecem armazenadas no sótão. Já o grande ficheiro com mais de cinco milhares de fichas individuais dos associados – pese embora revele situações de difícil compreensão decorrentes das sucessivas renumerações dos sócios nelas registadas, efetuadas desde a fundação até hoje, e a grande maioria delas apresentar um preenchimento parcelar – constitui uma longa série documental de inquestionável relevância, e por esse motivo, o levantamento desta informação tem constituído a nossa tarefa prioritária.

³ CORREIA, 2010: 155.

⁴ CORREIA, 2010: 141.

Todavia, para além das arquivísticas, devem ser realçadas fontes de outra natureza. Desde logo a imprensa periódica, já que os jornais portuenses seguiram com atenção e divulgaram com detalhe as actividades da agência da Liga na cidade (à semelhança do que fez *O Comércio do Porto* relativamente às acções desenvolvidas pela Junta Patriótica do Norte) – e esta constitui um imenso manancial de informação a explorar. Complementarmente, os relatórios de gerência redigidos pelos órgãos centrais da Liga dos Combatentes são publicações de inegável importância e fiabilidade, pela informação que incluem relativamente ao funcionamento da agência do Porto.

Na primeira fase desta pesquisa em curso, as problemáticas que norteiam a nossa investigação prendem-se essencialmente com a determinação da génese da Agência do Porto e seu enquadramento na LCGG, bem como a crítica hermenêutica das referidas fichas individuais, à luz da restante documentação e inclusive dos Estatutos da Liga, labor que deve acompanhar todo o trabalho de recolha empírica.

Numa etapa posterior, proceder-se-á à elaboração do perfil sociológico-geográfico dos associados e ao estudo prosopográfico de alguns destes veteranos de guerra (civis, militares e eclesiásticos), identificando as sucessivas direcções da agência do Porto e analisando a sua atuação, quer a nível nacional, no âmbito da Liga dos Combatentes, quer na sociedade local.

Como é consabido, as tímidas e hesitantes medidas dos governos republicanos estiveram longe de oferecer aos combatentes regressados o acolhimento solidário necessário. Ao contrário do que aconteceu noutros países, em Portugal não foi claramente estabelecida a definição legal de «combatente», nem concertada pelos poderes públicos a categorização da «vítima de guerra» pelo que esta se dispersou pelos antigos combatentes, muitos deles inválidos e tuberculosos (com negligência quase absoluta das doenças mentais), seus dependentes (viúvas, mães, órfãos e, mais esporadicamente, outros familiares), que foram integrando diversas associações e beneficiando de apoios estatais, parcos, atrasados, burocráticos e, sobretudo, não extensíveis a esse enorme universo de milhares vítimas da guerra. As instituições hospitalares e assistenciais não eram suficientes, as suas condições exíguas. O auxílio prestado repartiu-se por várias tutelas ministeriais com prejuízo da eficácia dos esforços despendidos. Este panorama de miséria e sofrimento era, as mais das vezes, agravado pela situação de desemprego que se abateu sobre numerosos soldados regressados.

A organização do movimento associativo combatente de apoio às vítimas da guerra foi razoavelmente tardia em Portugal, e de mais difícil implantação, quando comparado com o que ocorreu noutros países beligerantes. As razões para esse facto são apontadas no primeiro relatório de gerência da Liga relativo aos anos de 1823 a 1828, publicado em 1929. Aí é mencionada, muito claramente, a clivagem provocada na sociedade portuguesa com a entrada de Portugal no conflito mundial,

o divórcio entre os homens que fizeram a Guerra e aquela parte da Nação que os vira partir sem entusiasmo, que os recebera, no regresso, quási com desdém, e que os lastimava em vez de os admirar (...). Não se percebiam, não se estimavam, quási se desconheciam⁵.

Por outro lado, a conjuntura interna do país não era de molde a compreender

o esforço raro desses homens, que conseguiram, à custa dum trabalho improprio e de sacrifícios materiais e morais apreciáveis, lançar os fundamentos duma vasta obra associativa numa terra que se desagrega, batida pelo temporal das paixões sem limite⁶.

Com efeito, persistia a desconfiança «das regiões do poder» – então nas mãos dos republicanos – relativamente aos intentos da associação, receosos que a instituição encobrisse desígnios políticos, pelo que o mencionado relatório referia explicitamente:

parecia-lhes ver entre a sua constituição [da LCGG] e a organização das hostes fascistas um parentesco que os preocupava, e algumas medidas foram tomadas com o intuito de contrariar a sua formação⁷.

Apesar de tal ligação não ser inverosímil, mesmo que com radicação minoritária, numa época de grande efervescência ideológica e consabido crescendo do apreço pelas doutrinas de pendor autoritário, os responsáveis da LCGG rejeitaram-na sistematicamente, sublinhando o carácter apartidário da Associação, aberta a todos os combatentes independentemente das suas ideologias políticas ou credos religiosos. Prova disso era, no seu entender, a inclusão nos órgãos directivos nacionais – Junta Central e Direcção Central –, bem como nas direcções dos núcleos espalhados pelo país, de

camaradas vindos dos mais variados sectores, mas que, perante o bem da obra comum, abatiam bandeiras e sabiam servir sem a menor contrariedade, é que dentro da Liga, podemos afirmá-lo, nunca se fez política partidária, e só a defesa dos sagrados direitos dos combatentes nos unia, só, e unicamente, os nossos esforços eram conjugados num fim: honrar a memória dos nossos mortos e amparar na indigência os vivos⁸.

Assim, a par das várias associações que existiam em vários pontos do país, foram sendo empreendidas as primeiras diligências, entre 1919 e 1921, no sentido de criar um organismo com peso e representação nacional. Contudo, só dois anos depois, em 16 de Outubro de 1923, numa reunião em Lisboa, terá sido possível o arranque do movimento. Foi constituída a direcção da «Liga dos Combatentes da Grande

⁵ Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1929: 22-23.

⁶ Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1929: 10.

⁷ Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1929: 29.

⁸ Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1934: 7.

Guerra», génese da actual Liga dos Combatentes, que, como se sabe, veria renovada e aumentada a sua função com a inclusão de sócios ligados à guerra colonial, quatro décadas depois.

Sem surpresas, a agência de Lisboa colocou-se no coração da formação da Liga dos Combatentes da Grande Guerra. A cerimónia solene de inauguração da primeira sede oficial da Liga realizou-se em 23 de Fevereiro de 1924. Significativo para o seu reconhecimento oficial, foi a publicação no *Diário do Governo*, em 29 de Janeiro desse ano, e na *Ordem do Exército*⁹, dos Estatutos da Liga, que definiam os seus objetivos, organização e enquadramento dos núcleos regionais, entretanto já constituídos.

A LCGG foi pois um organismo agregador e homogeneizador de estruturas pré-existentes, pelo que a sua evolução em muitos pontos do país, não está ainda cabalmente esclarecida. Com o regime ditatorial, tornou-se evidente, a intenção do Estado em controlar a Liga, interessando-lhe, entre outros aspectos, reforçar o carácter centralista deste organismo que, no início dos anos 1930, incorporou formações de rememoração da Grande Guerra ou de apoio às suas vítimas, como a Junta Patriótica do Norte, a Cruzada das Mulheres Portuguesas e a Comissão dos Padrões da Grande Guerra.

Os Estatutos publicados em 29 de Janeiro de 1924 dotaram a Liga de um instrumento funcional indispensável e estiveram em vigor, com pequenos ajustamentos, longo tempo. Deles ressalta, por um lado, a centralização da sua organização administrativa, protagonizada pelos dois órgãos principais, sediados em Lisboa: o núcleo central director – dirigido pela junta central – e a direcção, também central. Todavia, e por outro lado, constata-se a existência de uma estrutura hierarquizada mas com alguma autonomia assente nos vários núcleos dispersos pelo país, no continente e no ultramar, bem como no estrangeiro: as agências gerais (categoria que, a breve trecho, caiu em desuso); as agências (situadas nas capitais de distrito); as subagências (instituídas nas cidades que não fossem capitais de distrito e nas capitais de distrito das províncias ultramarinas) e, finalmente, as delegações localizadas nas sedes de concelho que não tivessem o estatuto de cidade. Os Estatutos publicados em 1924 não referem a existência de subdelegações, que, contudo, começaram a ser criadas logo em 1925, uma em França (Neuve Chapelle) e outra na Índia portuguesa (Nova Goa), mas depois também em território continental.

Relativamente a estes núcleos, muitos já constituídos antes da formalização oficial da Liga dos Combatentes, devido ao problema de escassez e heterogeneidade de fontes históricas atrás referidos, bem como à discrepância de conceitos, é difícil precisar, no âmbito da associação nacional, a sua importância, bem como, em muitos casos, a data, processo de fundação e evolução dos seus efectivos.

⁹ *Ordem do Exército*, 1.ª série, n.º 1, 30.1.1924.

Ao longo dos primeiros anos, dependendo das circunstâncias internas da Liga, bem como da actividade desenvolvida e do número de associados inscritos, as sucessivas direcções centrais da Liga dos Combatentes promoveram o encerramento de alguns núcleos e a abertura de outros, tratando-se em vários casos de deslocalizações dentro da mesma circunscrição administrativa¹⁰, mas valorizando sempre o papel essencial que desempenhavam, ao nível local, em prol dos antigos combatentes.

Como se constata pela consulta do site da Liga dos Combatentes, a informação histórica relativa aos seus núcleos é de natureza muito diversificada; ora é inexistente (indicando por vezes que se encontra em construção), ora insiste na inexistência de documentação considerada fundamental ou na sua complexa interpretação (como, por exemplo, a existência de várias atas n.º 1 com diferentes datas), ora ainda, em situações menos frequentes, disponibiliza um razoável volume de dados. No tocante às datas de fundação, assumem-se diferentes critérios: a data da criação da Liga em Lisboa; a primeira reunião da comissão instaladora; a reunião de eleição da primeira direcção; o documento mais antigo, etc. Em casos excepcionais, como o de Pinhel, explica-se que ainda a comissão organizadora da Liga dos Combatentes desenvolvia em Lisboa os procedimentos necessários à sua legalização, já a associação de Pinhel iniciava funções, com uma direcção legalmente constituída, datando a sua acta fundacional de 1 de Dezembro de 1922, correspondente à eleição dos membros da direcção da «primeira subagência do país da Liga dos Combatentes»¹¹.

A determinação da data de fundação da própria Agência do Porto carece de estudos mais aturados. Prevalece a informação – não se sabe exactamente irradiada de onde – de que a sua criação se deu em 26 de Fevereiro de 1925, por iniciativa do Dr. Alfredo Barata da Rocha, seu primeiro presidente da direcção. Mas como atrás se referiu, desconhece-se o paradeiro das actas desta época. Certo é que o *Relatório das Gerências de 1923 a 1928* inclui a agência do Porto no grupo dos núcleos formados entre Outubro de 1923 e Junho de 1925¹², podendo, portanto, remeter para a data da fundação da Liga dos Combatentes mas não excluindo a que é apresentada oficialmente.

No entanto, a data mais antiga encontrada nas fichas de inscrição dos sócios nesta agência do Porto é 1 de Janeiro de 1924, sendo frequentes as adesões ao longo dos restantes meses desse ano. Como interpretar estas datas de inscrição? Referem-se à formação do grupo portuense antes da sua oficialização como agência? A agência já existia então? Ou remetem para a inscrição na Liga que nos seus primórdios, como

¹⁰ Por exemplo, em 4 de Setembro de 1929 foi fundado o núcleo de Alverca do Ribatejo, que em 1932 se transferiu para Vila Franca de Xira.

¹¹ *Liga dos Combatentes*. Disponível em < <http://www.ligacombatentes.org.pt/nucleos/mais/71>>.

¹² *Liga dos Combatentes da Grande Guerra*, 1929: 28.

atrás se referiu, se confundia com a própria agência de Lisboa, criada na reunião de Outubro de 1923?

Embora possa ser difícil aceitar que a agência da segunda maior cidade do país, de onde eram naturais e para onde voltaram muitos dos combatentes da Grande Guerra, não se encontrasse entre os setenta e cinco núcleos – mais exactamente, catorze agências, oito subagências e cinquenta e três delegações – cujas direcções foram empossadas naquela reunião de 16 de Outubro de 1923, é necessário prosseguir a pesquisa para obter dados mais seguros.

Na linha do que atrás referimos, no ano de 1925, em nome da lógica da utilidade e da funcionalidade, foram extintas quase quatro dezenas de núcleos regionais, sendo alguns deles reactivados mais tarde, e criadas novas delegações e subdelegações. Aliás, a reordenação da cobertura nacional, bem como de núcleos no estrangeiro (França) e nas colónias vai ocorrer até inícios da década de 1930¹³.

A Associação estava então em grande crescimento. Dos 1798 sócios contabilizados em 1924, passou-se, cinco anos depois, em 1929, para 21 904, dos quais 20 000 eram sócios combatentes, distribuídos por vinte e cinco agências, treze subagências e sessenta delegações¹⁴. Em 1935, esse número passou pela primeira vez os 30 000 (30 943) sócios para atingir, dois anos mais tarde, em 1937, os 32 973¹⁵.

Pelo número de associados e pela presença efectiva da associação no território nacional, através da existência de uma estrutura hierarquizada, com núcleos abertos um pouco por todo o país (continente e colónias), a Liga dos Combatentes da Grande Guerra assumiu-se rapidamente como a maior associação portuguesa da época, reforçada pelo forte espírito de corpo dos seus associados, construído na vivência da guerra nas terras de África ou nas trincheiras da Flandres. Aspectos que, no conjunto, tornavam a Liga incómoda, no entender dos seus dirigentes nacionais:

Em Portugal, o combatente não é admirado, nem querido, nem acarinhado. Em Portugal o combatente não se sente envolvido por um ambiente de respeito e de ternura. Não em Portugal o combatente é simplesmente um pobre diabo com quem ninguém se importa, um mísero João Ninguém que cometeu a patetice de se deixar levar para a guerra. Ao princípio inspirava apenas lástima. Mas depois que ele, consciente do seu valor, começou a exigir um pouco do muito a que tem direito, passaram a classificá-lo de praga insuportável¹⁶.

Por outro lado, a dimensão internacional da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, representada institucionalmente no estrangeiro, em núcleos próprios –

¹³ CORREIA, 2010: 150.

¹⁴ Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1931: 214-215.

¹⁵ Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1938: 159.

¹⁶ Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1931: 15.

designadamente em França, Inglaterra e Brasil – e o facto de integrar, desde 1927, a *Fédération Interallié des Anciens Combattants* (FIDAC), com sede em Paris, poderia constituir para Portugal uma mais-valia que os dirigentes da Liga procuraram desde muito cedo evidenciar nos seus relatórios. Na sua perspectiva, a presença da Liga além-fronteiras permitiria levar mais longe o nome do país e a defesa dos seus interesses, nomeadamente comerciais, evitando que o «nome de Portugal passe a ocupar na memória das grandes potências aquele lugar reservado aos povos vagos e distantes, vala-comum de todas as ideias imprecisas e das noções geográficas sem interesse»¹⁷. Uma razão mais para que a LCGG fosse reconhecida e acarinhada pelo poder político e pelos portugueses.

No distrito do Porto encontravam-se em funções, em 1929, cinco núcleos da Liga dos Combatentes da Grande Guerra – a agência do Porto, a subagência de Penafiel e as delegações de Gondomar, Marco de Canaveses e Póvoa do Varzim¹⁸. As delegações de Felgueiras, Lousada, Matosinhos, Paços de Ferreira e Vila Nova de Gaia, por não terem as condições consideradas necessárias para o seu funcionamento, foram eliminadas pela Direcção Central da Liga alguns anos antes, em 1925, o mesmo acontecendo à de Santo Tirso, entretanto criada¹⁹.

Em 1929, a agência do Porto tinha 2238 sócios combatentes, 177 sócios extraordinários e dois sócios beneméritos, ou seja, 11% do total de associados da Liga que registava então 2417²⁰. Em 1937, o número não era significativamente diferente relativamente aos sócios combatentes e extraordinários – 2996 e 310, respetivamente. O aumento verificou-se, sobretudo, nos sócios honorários que, neste ano, se contabilizavam já em 128²¹. No ano referido, o total de 3447 associados da agência do Porto corresponde a 10,5% da soma nacional, posicionando-se, depois da agência de Lisboa, com 11 152 associados, como o segundo maior núcleo da Liga.

Aliás, em matéria de data de adesão de veteranos combatentes da I Guerra Mundial existem situações curiosas como aqueles que optaram por se inscrever na agência do Porto em idade bem avançada, nas décadas de 1950, 1960 e até 1970 – sendo o caso mais tardio até agora encontrado o da inscrição em 1973 de um combatente da Grande Guerra, que tinha então 77 anos.

Segundo disposições estatutariamente consignadas, os sócios indicavam o valor das suas quotas – certamente consoante o que pudessem ou quisessem pagar – e assim aconteceu em todos os núcleos, sem prejuízo de poderem, em qualquer

¹⁷ Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1929: 116.

¹⁸ Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1929: 254.

¹⁹ Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1929: 55.

²⁰ Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1931: 180.

²¹ Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1938: 157.

altura, aumentar o valor das mesmas. Certo é que os problemas financeiros, muito recorrentes até 1928 mas longe de se dissiparem nos anos subsequentes, tiveram de ser colmatados por outras fontes de receita – umas de carácter permanente, como a percentagem acordada pela Direcção Central com a Companhia Lusitana dos Fósforos na venda dos «Fósforos Combatentes» (5%) – outras de índole periódica ou sazonal, revestindo a forma de peditórios, como a Venda do Capacete, iniciada em 1932, e o Natal do Combatente, também dos inícios da década de 1930²².

Por sua vez, o imposto das ressalvas militares, criado em 1927 (decreto n.º 13 670), que consistia na oposição obrigatória de um selo da Liga dos Combatentes no valor de 10\$00 em todas as ressalvas militares – documento que formalizava para cada mancebo a isenção do serviço militar – veio trazer à associação um significativo desafogo financeiro²³ e permitiu-lhe responder de forma mais satisfatória aos petiçãoários que todos os dias enchiam as salas da Liga, «gente que trazia estampada no rosto terroso e descarnado a guerra adunca da miséria»²⁴. O lançamento deste imposto resultou de uma proposta da Liga e, no seu entender, não constituía um grande favor à Associação, já que, pela sua acção, esta «transformava-se num precioso elemento de coadjuvação dos dirigentes da Nação, procurando solução para casos difíceis, substituindo-se a eles, muitas vezes, nos socorros que prestava»²⁵.

Além dos subsídios (pagos de uma só vez) e pensões (pagas mensalmente) a desempregados, doentes, viúvas e órfãos, do apoio financeiro para a realização dos funerais de combatentes, da doação de vestuário, calçado, cobertores e bodos de Natal, a assistência aos combatentes em situação difícil alargava-se através de outras iniciativas. Numa época marcada pela crise económica e financeira, a colocação de desempregados revestia-se de especial importância, obrigando os dirigentes da Associação a diligências constantes junto de organismos do Estado, militares e civis, ou particulares.

A Liga promovia, ainda, o internamento dos associados doentes nos hospitais; na capital, o Instituto Oftalmológico ou o Hospital de S. José, enquanto no Porto eram conduzidos para o Hospital de Santo António e para o Hospital do Conde de Ferreira, sendo ainda frequente o recurso ao internamento, mais ou menos prolongado, no Asilo dos Inválidos Militares de Runa (Torres Vedras), que recebia veteranos de todo o país.

O resgate de penhores ou a mediação em caso de falta de pagamento de impostos era outra forma de prestar apoio aos associados que viam na Liga e nos seus dirigentes a sua única tábua de salvação. No âmbito do apoio às famílias dos combatentes,

²² Liga dos Combatentes da Grande Guerra: 1934: 20-21.

²³ Liga dos Combatentes da Grande Guerra: 1929: 137.

²⁴ Liga dos Combatentes da Grande Guerra: 1929: 93.

²⁵ Liga dos Combatentes da Grande Guerra: 1929: 82.

sobretudo aos órfãos que a guerra continuava a fazer pelas consequências negativas na saúde dos antigos combatentes, a Liga organizou colónias balneares e promoveu o acesso ao ensino, criando escolas ou fornecendo as condições para que algumas crianças frequentassem as que já existiam.

Num outro patamar de actuação, que implicava grande capacidade de negociação e de movimentação nos espaços do poder, o patrocínio das pretensões dos combatentes assumiu-se desde a fundação da Liga como uma das suas principais missões, dando voz, junto do governantes e da opinião pública, das inquietações e das necessidades dos associados. É aqui que se inscreve a constante reivindicação de direitos e regalias para os antigos combatentes: uns conquistados, outros não.

Entre as que se pautaram como iniciativas de sucesso, refira-se, em 1926, a possibilidade de os oficiais e praças combatentes poderem gozar até 31 de Março desse ano, as licenças de campanha que, por várias razões, não haviam gozado no tempo regulamentar²⁶, bem como, ainda nesse mesmo ano, o direito da Liga a requisitar ao exército o armão e respetivo pessoal para condução e acompanhamento dos funerais de combatentes²⁷, já que

a forma verdadeiramente vergonhosa como muitos dos antigos combatentes baixavam à sepultura, vinha chamando as atenções da Liga. Homens sem recursos, a maior parte deles, tendo levado uma vida miserável e de privações, davam entrada no campo da morte da mesma forma como tinham vivido, abandonados e esquecidos, caixão transportado em pobre carreta de aluguer, que não levava sequer, atrás de si, o acompanhamento mercenário de quatro gatos-pingados. A Liga entendeu que um homem que estivera na guerra não podia ser deitado à cova como um mísero cão leproso, e resolveu expor o facto às instâncias oficiais²⁸.

Menos bem-sucedida foi, no entanto, a acção desenvolvida, nos anos de 1925 e 1926, junto do governo contra as limitações colocadas ao decreto n.º 7823, de 1921, que determinava a preferência legal dos combatentes – oficiais milicianos e praças de pré – na admissão dos empregos públicos (decretos n.º 11 211, de 1925, e n.º 15 502, de 1928). Apesar dos protestos generalizados e da ação da Liga, «o governo mostrou-se surdo aos rogos de vinte mil bocas e o decreto que lhes tirava a única compensação do seu sacrifício continuou em pleno vigor, intangível como uma divindade»²⁹.

Tal como referimos atrás, a agência do Porto, pelo número de associados, distinguuiu-se desde os seus primórdios como o segundo núcleo da Liga dos Combatentes

²⁶ *Ordem do Exército*, n.º 16, 1.ª série, 1926.

²⁷ *Ordem do Exército*, n.º 15, 1.ª série, 29.I. 1926.

²⁸ Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1929: 59.

²⁹ Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1929: 135.

da Grande Guerra, logo depois da que se encontrava sediada em Lisboa, bem como pela capacidade de iniciativa, nomeadamente aquando das comemorações do dia do armistício e de La Lys. Este é, aliás, um facto frequentemente ressaltado nos relatórios da Direcção Central da Associação publicados até 1937.

Não será, por isso, de estranhar que entre os dois primeiros pequenos relatórios enviados pelos núcleos da Liga à Direcção Central, em Lisboa, encontremos o da agência do Porto (o segundo é da responsabilidade da subagência de Elvas), elaborado para os anos de 1928-1929, e publicado em anexo ao relatório de gerência desse mesmo ano. Assinado pelo presidente da direcção cessante, o major Agostinho Pires de Moraes, da qual faziam parte também o capitão António Duarte Carrilho, tesoureiro, e o tenente Carlos Adriano da Fonseca, secretário, nele se dá conta não só das actividades promovidas durante o respectivo mandato, como das vicissitudes que marcaram os primeiros anos de existência da agência. Entre as primeiras, dá-se especial relevo à publicação do *Número Único 9 de Abril*³⁰, à realização das festas da imposição das insígnias da Cruz de Guerra no estandarte da agência do Porto, que «marcaram nesta cidade e proporcionaram um dia de prazer aos nossos consócios e famílias nos jardins do Palácio de Cristal». Ao nível interno, refere-se a organização da tesouraria, que permitiu um melhor e mais eficiente acompanhamento do movimento de caixa, o «guarnecer» com papel, pinturas e candeeiros oferecidos o gabinete da direcção «onde hoje se pode receber qualquer pessoa de representação»³¹, o alargamento do horário da secretaria das 10 às 12 horas e das 14 às 19 horas, em todos os dias úteis. Ressaltando, ainda, que «nenhum associado recorreu em vão a esta Agência» durante o período referido, é expressamente referido que «aos impossibilitados e viúvas deu-se-lhes pensões; aos desempregados pensões e subsídios consoante as suas necessidades»³², tendo-se conseguido, ainda, empregar vinte e seis sócios, e, com o apoio das respectivas corporações administrativas, internar sete órfãos na Casa dos Filhos dos Soldados e na Escola Maternal Infantil de Vairão.

O conteúdo deste primeiro relatório permite-nos perceber, ainda, que, até 1928, a gestão da agência do Porto deparou-se com vários problemas, sobretudo decorrentes da existência de funcionários pouco zelosos, também eles antigos combatentes, que aproveitaram a ausência de uma supervisão eficaz da direcção para se apropriarem de dinheiros e bens pertencentes à Liga. Uma situação que obrigou, em 1928, à contratação de novos empregados e a um controle mais rigoroso do dinheiro entrado na tesouraria, sobretudo resultante do pagamento das cotas dos associados.

³⁰ *Revista 9 de Abril: 1918-1929... Porto.*

³¹ Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1929: 179.

³² Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1929: 180.

Os Estatutos publicados em 1924 previam três tipos de sócios: ordinários, extraordinários e de honra. Os primeiros são identificados nas fichas individuais dos sócios da agência do Porto como «combatentes», mas além dos extraordinários – filhos varões órfãos dos combatentes da Grande Guerra, bem como suas viúvas – verificam-se ainda mais duas categorias – a de benemérito e a de auxiliar –, inicialmente não existentes.

Na verdade, o ficheiro onde se encontram, alfabeticamente ordenadas (geralmente) pelo último apelido as fichas individuais dos associados da agência do Porto, pese embora o facto de nem sempre se apresentarem completamente preenchidas – isto é, fornecendo arbitrariamente algum tipo de informação e omitindo outro – permitem reunir um volume considerável de dados fundamentais aos objectivos da pesquisa.

Assim, e desde logo, temos acesso à identificação do sócio – nome, naturalidade, residência, datas de nascimento e morte, filiação e profissão.

Concomitantemente, são indicados os principais momentos do percurso militar do combatente no quadro da Grande Guerra – teatro(s) de operações onde esteve, a(s) unidade(s) militar(e)s onde prestou serviço, data(s) de embarque e desembarque, condecorações recebidas e, mais raramente, o posto militar.

Finalmente, também o percurso como sócio da Liga dos Combatentes pode ser traçado a partir desta fonte através da referência às datas de inscrição e reinscrição (ou reinscrições), de demissão ou eliminação, de transferência para outros núcleos da Liga (por vezes, o motivo subjacente às transferências), das expulsões. Nalguns casos é, ainda, possível, conhecer os apoios recebidos (subsídios, pensões e géneros, se bem que, lamentavelmente, com poucas referências neste campo).

O levantamento informático e subsequente tratamento dos referidos dados empíricos permitirá perceber quem são os sócios inscritos desde 1924 na agência do Porto da Liga dos Combatentes, um universo interclassista – haja em vista o leque socioprofissional detectado – em que predominam, todavia, os militares e os funcionários públicos, bem como homens ligados à agricultura, pequena indústria e comércio, sendo ainda possível vislumbrar relações familiares (nomeadamente irmãos), situações de invalidez e doença e respectivos tratamentos, entre outros aspectos, com vista a uma melhor compreensão do contingente militar oriundo do norte do país, e que por ele lutou em África, na França e no mar e da sua situação no pós-guerra.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Arquivo da Liga dos Combatentes do Porto – *Fichas individuais dos associados*.

BORGES, João Vieira (2013) – Portugal depois da Guerra: A questão militar. In AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos Matos (coord.) – *Portugal e a Grande Guerra: 1914-1918*, Edição especial. Vila do Conde: Verso da História, p. 542-549.

CORREIA, Sílvia (2010a) – *Políticas da Memória da I Guerra Mundial em Portugal 1918-1933. Entre a experiência e o mito*. Lisboa: FSCH-UNL. Tese de doutoramento.

- CORREIA, Sílvia (2010b) – A memória da guerra. In ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda (coord.) – *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Tinta-da-China, p. 349-379.
- CORREIA, Sílvia (2011) – A Junta Patriótica do Norte: um projecto republicano de rememoração da I Guerra Mundial em Portugal. «CEM – Cultura Espaço & Memória», n.º 2. Porto: CITCEM, p. 33-50.
- GOMES, Nuno Santa Clara (2013) – Mutilados a face incómoda da guerra. In AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos Matos (coord.) – *Portugal e a Grande Guerra: 1914-1918*, Edição especial. Vila do Conde: Verso da História, p. 516-519.
- LEAL, Ernesto Castro (2013) – Memória, literatura e ideologia: saudade, heroísmo e morte. In AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos Matos (coord.) – *Portugal e a Grande Guerra: 1914-1918*, Edição especial. Vila do Conde: Verso da História, p. 559-567.
- Liga dos Combatentes*. Disponível em <<http://www.ligacombatentes.org.pt/nucleos>>. [Consulta realizada em 8/10/2014].
- Liga dos Combatentes da Grande Guerra (1929) – *Relatório das Gerências de 1923 a 1928*. Lisboa: Imprensa da Armada.
- Liga dos Combatentes da Grande Guerra (1931) – *Relatório da Gerência de 1928 a 1929*. Lisboa: Tipografia da Liga dos Combatentes da Grande Guerra.
- Liga dos Combatentes da Grande Guerra (1934) – *Relatório da Gerência de 1931-1934*. Lisboa: Tipografia da Liga dos Combatentes da Grande Guerra.
- Liga dos Combatentes da Grande Guerra (1933) – *Relatório e Contas da Gerência da Direcção no ano económico de 1932-1933*. Agência de Lisboa. Lisboa: LCGG.
- Liga dos Combatentes da Grande Guerra (1937) – *Relatório e Contas da Gerência da Direcção no ano económico de 1936*. Agência de Lisboa. Lisboa: LCGG.
- MARTELO, David (2013) – Regresso das Frentes de Combate. In AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos Matos (coord.) – *Portugal e a Grande Guerra: 1914-1918*, Edição especial. Vila do Conde: Verso da História, p. 507-510.
- MENESES, Filipe Ribeiro de (2006) – A Comemoração da Grande Guerra em Portugal, 1919-1926. «Revista Portuguesa de História», vol. 38, p. 109-133.
- MENESES, Filipe Ribeiro (2012) – Os Limites do Salazarismo: o exército e as comemorações da Primeira Guerra Mundial, 1936-1945. In MARTINS, Fernando (ed.) – *A formação e a consolidação política do salazarismo e do franquismo: As décadas de 1930 e 1940*. Lisboa: Colibri, p. 137-153.
- Ordem do Exército*, 1.ª série, 1924 e 1926.
- Revista 9 de Abril: 1918-1929. Marechal Foch. Homenagem da Liga dos Combatentes da GG*. Número único comemorativo da batalha de La Lys. Porto.
- SOUSA, Jorge Pais de (2008) – *Guerra e Nacionalismo: na República e no Estado Novo, entre a Democracia e a Ditadura (1914-1939)*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Tese de doutoramento.

A MALTA DAS TRINCHEIRAS – ENTRE A VIVÊNCIA, A MEMÓRIA E A HISTÓRIA

LUÍS ALBERTO MARQUES ALVES*

1. PREÂMBULO: AS DIMENSÕES DA GUERRA

É impossível provar que a natureza humana é intrinsecamente belicosa, mas é difícil negar que a guerra constitui um dos factos mais presentes na história das diversas sociedades. Sendo um facto com grandes implicações nas diversas vertentes – política, instituições, demografia, cultura, economia,.. – foi muitas vezes designada por «facto social total». Daí que nenhum sociólogo contemporâneo, por exemplo, deixe de considerar, nos estudos das sociedades humanas, a guerra como aspeto referencial. Se a guerra pode ser definida como uma forma organizada de violência armada opondo duas comunidades, ela extravasa para todos os domínios da ação humana, da política ao direito, da economia à demografia, da cultura à arte. Deixou assim de ser um fenómeno puramente militar, com códigos de decifração difícil em função das épocas, transformando-se num facto social e antropológico que faz parte da «aventura humana».

Este novo enfoque, ajuda-nos a perceber que os conflitos armados sejam sempre interpretados de forma diferente por testemunhos, por observadores, por investigadores. De um lado a guerra surge como uma fragilidade da organização humana, como uma forma de regressão e desvalorização da humanidade; de outro, representa uma prova de verdade na qual essa humanidade se revela em toda a sua nudez, evidente, observável e por isso também analisável nos vários contextos. A guerra, pode ser o teatro dos piores crimes e simultaneamente o espaço onde assistimos a manifestações de inteligência e grandeza humana. Daí resulta a necessidade de criarmos um quadro conceptual próprio quando analisamos este fenómeno nas diferentes épocas, evitando que o nosso contexto ideológico presente contamine as interpretações de um passado

* FLUP/CITCEM.

que faz parte de um outro laboratório de investigação onde a análise do pormenor só pode ser mais isenta se tiver um espaço analítico contextual maior. Não é por acaso que um dos conceitos que os historiadores mais procuram precisar seja o de «cultura de guerra», entre outros, para exatamente evitar essa lente analítica distorcida.

A guerra deve pois ser vista com um olhar divergente, multi e transdisciplinar e em diversas dimensões. Desde logo a dimensão militar onde se misturam soldados profissionais com «cidadãos em uniforme» numa expressão feliz de Raymond Aron. Na dimensão política a guerra não assume um fim em si mesmo mas funciona como um meio para promover uma ação política que tanto pode passar por uma conquista de território como para a imposição de uma ideologia. Neste aspeto é a continuação da própria política mas por outros meios. Na dimensão económica pode representar uma consequência da crise (ou de crises internas), o reflexo do poderio económico que necessita de «espaços vitais» e cria mesmo uma «economia de guerra» que pode provocar, pelo menos temporariamente, a ilusão de crescimento. Na sua dimensão cultural a guerra provoca e expressa-se em múltiplas representações artísticas, plásticas e cinematográficas. Do *Guernica* de Picasso ao *Apocalipse Now* de Francis Ford Coppola ou *A Grande Ilusão* de Jean Renoir não nos faltam exemplos para ilustrar esta materialização de um pensamento sobre a Guerra. Relembremos ainda uma dimensão jurídica já que a guerra contribuiu para a invenção de um direito específico, o direito internacional, que é diferente do mais tradicional aplicado à ordem interna dos diferentes Estados. Neste aspeto, o romance de Sébastien Japrisot, *Um Longo Domingo de Noivado*, adaptado depois para o excelente filme de Jean-Pierre Jeunet, com o mesmo nome, cruza muito bem não apenas a dimensão cultural que nos transporta para a discussão do conceito – cultura de guerra – como para o sentido desse direito específico que só o ambiente de guerra torna possível.

Assumindo a impossibilidade de debruçarmos o nosso escrito sobre todas estas dimensões, procuraremos nestas várias dimensões encontrar um caminho que represente, no nosso entender, um caminho possível mas também menos conhecido e explorado, sob o pretexto comemorativo dos 100 anos da 1.^a Guerra Mundial (e cá está mais um conceito que não é facilmente aceitável hoje: mundial).

2. QUADRO INTERPRETATIVO E CONCEPTUAL DA 1.^a GUERRA MUNDIAL

2.1. Porquê a Guerra – que causas devemos aduzir

Os historiadores que se têm debruçado sobre a 1.^a guerra mundial incidem a sua investigação e análise, predominantemente, sobre os arquivos dos «actores

maiores» do conflito, com destaque para a Alemanha, França e Rússia, procurando sobretudo evidenciar o papel e as responsabilidades do país sobre o qual trabalham. Bernadotte Schmit¹, por exemplo, preferiu sublinhar o belicismo francês, enquanto outros destacaram a atitude da Rússia. Outros como Fritz Fisher², optam por mostrar que a guerra não teria tido lugar sem os encorajamentos alemães e que a própria Alemanha sabia que com essa postura arriscava-se a desencadear uma guerra mundial. Os factos já por todos enumerados permitem-nos, no entanto, distinguir entre «arriscar a guerra» e «querer a guerra». Os alemães, por exemplo, pensavam poder limitar o conflito à invasão da Sérvia pelos Austríacos e, numa primeira fase, nunca imaginavam poder generalizar o conflito. Os Russos, cedo se mobilizaram contra os austríacos, alegando, ou em nome de, uma pretensa solidariedade eslava. Os franceses, nesta primeira fase, pouco fizeram para acalmar tanto os alemães como os Russos. Vistas bem as diferentes posturas, somos capazes de identificar na posição da Grã-Bretanha uma vontade de apaziguamento, antes de entrar na guerra, em nome de alianças anteriores com a França e a Rússia.

Também conhecemos hoje que há diferentes inquietudes por parte dos diferentes países na altura de deflagrar o conflito. Por exemplo, são conhecidas as fragilidades demográficas da França que preocupavam os decisores políticos por elas revelarem alguma insegurança, tanto sob o ponto de vista da mobilização para a guerra como para o crescimento económico. Aliás, sob o ponto de vista económico, há uma teoria clássica que considera as guerras, e em particular a de 1914-1918, como resultante de rivalidades entre acores económicos que disputam riquezas, tanto no continente europeu como noutros espaços, por exemplo o africano (veja-se a Conferência de Berlim em 1884-1885 e as suas sequelas). É claramente uma tese liberal no sentido em que a guerra mais não seria do que o prolongamento da concorrência, agora centrada em aspetos e meios militares. Nesta linha, Lenine qualifica o imperialismo com o estado supremo do capitalismo. Hoje esta visão é colocada em causa porque sabemos que os principais adversários da guerra eram os meios financeiros. Os banqueiros alemães, por exemplo, entendiam que o dinamismo económico seria muito melhor assegurado sem a guerra. Não havia, pois, do ponto de vista internacional, lógica económica para o conflito até porque os dois países principais responsáveis não eram concorrentes: a Rússia, todos sabemos, era ainda um país agrícola, quase feudal e a Alemanha um país industrial emergente desde o último quartel do século XIX, com setores de ponta na área da química, metalurgia e farmacêutica. Há real-

¹ SCHMITT, Bernadotte (1966). *The Coming of the War 1914*. S/l.: Fertig. Reedição de uma obra do autor (1886-1969) de 1930.

² FISCHER, Fritz (1970). *Les Buts de guerre de l'Allemagne impériale*. S/l.: Trévisse. Tradução francesa de uma obra de 1967 do autor (1908-1999).

mente interessados, mas esses são sobretudo os fabricantes de armas, por exemplo Gustav Krupp, que não se coíbiam de financiar os movimentos belicistas, já que não podiam ainda chegar aos governos ou à opinião pública em geral.

O realce presentemente dado a estes contra argumentos em relação às teses mais tradicionais, serve sobretudo para darmos mais atenção a outros aspetos até aqui secundarizados. Por exemplo, acredita-se que nas causas da guerra há fatores simbólicos que intervêm, há identidades nacionais que são postas em causa e há visões do mundo que impelem para a ação/intervenção. Hoje conhecem-se os discursos de dirigentes/políticos/cientistas da época que relevam a necessidade de «virilidade»³, de defesa da honra coletiva, muito próximo de nacionalismos que encontramos na Alemanha, na Rússia ou na Sérvia. Acredita-se que o atentado de Serajevo nunca teria acontecido se estes valores não estivessem tão presentes. Os sérvios da Bósnia-Herzegovina sentiam-se humilhados pela tutela austro-húngara que comparavam à tutela dos Otomanos que expulsaram em 1912. O arquiduque Francisco Fernando programa a visita à Bósnia em 28 de junho, data de aniversário para o nacionalismo sérvio, já que é o aniversário da data da batalha de Kosovo⁴ que teve lugar em 1389 entre os exércitos sérvios e turcos e que se traduziu numa derrota para os sérvios que conduzirá à hegemonia turca. Há vários avisos sobre o risco de atentado. A sua insistência é sobretudo uma «questão de honra». Os jovens regicidas (eles vários), fazem por exemplo questão de se identificarem com Milosh Obilicht⁵, cavaleiro sérvio responsável pela morte do sultão Murad I em 28 de junho de 1389. Em Serajevo, cada um procura transportar os símbolos que entendem encarnar, com os inerentes riscos por essa postura. Depois, é natural que os alemães não podiam deixar de alegar a solidariedade germânica e os russos a eslava. Questões de honra.

Há ainda outras representações que hoje são aduzidas para ajudar a compreender o resultado. O atentado é visto como uma manifestação de força eslava, sobretudo por parte dos russos, sobre os impérios centrais germânicos. Numa carta dirigida a Guilherme II, o imperador Francisco José, refere que se torna necessário «suster

³ Para este aspeto particular, é notável a obra em 3 volumes recentemente publicada em França: CORBIN, Alain, COURTINE, Jean-Jacques, VIGARELLO, Georges (2011). *Histoire de la virilité*. Paris: Éditions du Seuil. Destaque particular para o volume 2 intitulado «Le triomphe de la virilité. Le XIXe siècle» e o 3 «La virilité en crise? XXe-XXIe siècle».

⁴ A Batalha do Kosovo (ou *Kôsovo Poljë*, «Campo dos Melros») foi travada em 15 de junho de 1389 no Kosovo entre um grupo de reinos cristãos eslavos liderada pela Sérvia Morávia e tropas invasoras otomanas, lideradas pelo sultão Murad I. A derrota dos cristãos na batalha determinou os cinco séculos seguintes de ocupação turca nos Balcãs. A Batalha do Kosovo é considerada um marco histórico para a Sérvia e alegada como motivo simbólico principal para o país rejeitar a independência do Kosovo, considerada berço histórico da nação.

⁵ Murad I morreu em junho de 1389, assassinado por um nobre sérvio – Milosh Obilicht – que o atacou, à traição, com um punhal envenenado, logo após a vitória no Kosovo.

o fluxo eslavo que ameaça a germanidade». Esta conversa é típica da influência de certas ideologias cientistas sobre os atores políticos. As teses de Friedrich Ratzel (1884-1904), impregnadas de darwinismo social, embora também de «natalismo», circulavam e prediziam que o futuro de um povo, a sua força e a sua agressividade eram proporcionais ao crescimento demográfico. Todos sabemos que muitos teóricos faziam depender a força de uma nação da natalidade do seu povo. Não podemos neste contexto deixar de referir que a população russa crescia de forma cinco vezes superior à da Alemanha e para os dirigentes, estes dados demográficos representavam um fator contra o qual era preciso agir (ou reagir), até por um princípio defensivo.

Tudo isto evidencia, de forma breve, que há hoje visões do mundo consolidadas cientificamente e teorias científicas espelhadas em diversos estudos que nos podem ajudar a trazer para as causas da 1.^a guerra argumentos que até aqui temos menos-prezado no nosso afã de elencar, de forma o mais sintética possível, as causas do conflito. Servem pelo menos para dizer que para além das causas das guerras, há também razões, perspetivas que teoricamente parecem estar distantes do conflito mas que residem nas cabeças de quem decide e, nesse particular, em função da importância de cada protagonista, elas podem também ter determinado o desenlace que todos conhecemos.

2.2. Conceitos a reter: cultura de guerra; sentimento do absurdo; clivagem social; guerra total, sociedades para a guerra; industrializar a guerra

Nos anos subsequentes ao final do conflito, a história da 1.^a Guerra Mundial foi sobretudo escrita por protagonistas que tiveram responsabilidades políticas e militares, normalmente atores e participantes diretos nos factos que relatavam. O objetivo nessa sistematização de uma memória recente para análises futuras, privilegiava a análise de factos diplomáticos e militares que marcaram este acontecimento sem precedentes e transformaram-se nos documentos privilegiados por historiadores que debruçaram-se cientificamente sobre o conflito. Os testemunhos de combatentes publicados na mesma altura, foram normalmente marginalizados pela historiografia⁶.

Só nos anos oitenta do século XX, este movimento analítico investigativo procurou saltar o muro do espaço que tinha sido criado, investindo noutras fontes, noutras perspetivas e noutros objetos. Para isto muito contribuiu uma nova geração de historiadores que, através de teses académicas, inicialmente, mas depois junto de

⁶ Citemos apenas dois: Jean-Norton Cru – *Témoins* – publicado em 1929 e agora reeditado em 2006 pela Presses Universitaires de Nancy ou de Jacques Péricard – *Debout les morts* – publicado em 1919 e reeditado em 2013. Aliás um dos aspetos mais interessantes das comemorações de grandes acontecimentos consiste exatamente na reedição de obras aparentemente esquecidas aquando das primeiras edições.

unidades de investigação, bibliotecas, arquivos, museus,... corporizaram uma perspectiva divergente, assumindo-se como jovens especialistas da guerra de 1914-1918⁷. Estes novos olhares, saltaram dos condicionamentos impostos pelos interesses económicos, diplomáticos, militares e geopolíticos que dominaram a historiografia durante muito tempo e focaram-se, por exemplo, nos testemunhos vividos pelos atores modestos que participaram nas diversas frentes. Aí passaram a ter lugar os prisioneiros, os soldados, as populações atingidas, os civis, entre outros, mas também documentos como comunicados, panfletos, correspondência trocada, notícias da imprensa... Em 1992 organizou-se por exemplo em França um colóquio que tinha o título sintomático de «A História vinda de baixo – Histoire vue d'en bas» abrindo ainda mais os horizontes para novas perspectivas, novas interpretações e, naturalmente, novos problemas de investigação. Por exemplo, como é que estes milhões de homens, na maior parte arrancados à sua pacata vida civil, esmagados pela violência desconhecida das armas modernas, assumindo e integrando no seu quotidiano perdas terríveis, mal alimentados, transformados em «ratos das trincheiras» puderam suportar estas condições ao longo de penosos e longos quatro anos?

Este novo enquadramento, transportou-nos para teses diferentes, alicerçadas em conceitos novos mas procurando sempre realçar a coragem e os constrangimentos. Stéphane Audoin-Rouzeau e Annette Becker, numa obra intitulada – «14-18. Retrouver la guerre» – e editada pela Gallimard em 2000, apoiando-se numa larga compilação de jornais produzidos pelos soldados (jornais de (das) trincheiras), cartas e documentos pessoais, puderam verificar que os apelos ao combate feroz, ao sentimento nacional exacerbado e à repulsa do inimigo alemão ocupavam nessas fontes um largo espaço. Aliás, vários documentários e filmes alicerçados em investigações fidedignas, mostram imagens de soldados que mesmo depois de o inimigo estar morto continuam a desferir a sua fúria sobre os cadáveres, ilustrando um pouco este sentimento presente nestes documentos. Nessa investigação, as autoras concluem que a guerra (ou as guerras) é propícia ao desenvolvimento de uma «cultura de guerra» que explicam, por um lado, a capacidade de adaptação às condições extremas em que viveram mas também à justificação de alguns comportamentos para nós absolutamente irracionais. Esta cultura, defendem, não é fruto de uma propaganda dos Estados, mas resulta de um conjunto de convicções e de sentimentos partilhados, na altura, pela sociedade civil francesa. Aliás, nesta linha, podemos entender a quantidade de voluntários que se oferecem para combater, mesmo sabendo as condições em que vivem os que vão e a percentagem elevada de probabilidade que têm de morrer. Mas também devemos entender que esta postura leva-nos também à ideologia nacionalista, senão racista, que domina a

⁷ André Loez e Nicolas Offenstadt sistematizaram muito bem este novo enfoque na obra *La Grande Guerre – Carnet du centenaire*, editada pela Albin Michel em 2013.

Europa nesta época e que tenderá a piorar, mesmo depois do conflito. George Mosse, historiador americano, considera mesmo que a 1.^a Guerra Mundial é o fermento de uma «brutalização cultural» que irá desaguar no fascismo e no nazismo. Ele considera que o combatente vai-se aprimorando nas técnicas de exterminar o inimigo exemplificando que nas ofensivas finais em 1918, todo o soldado tem no seu bolso uma faca/punhal para atacar os abrigos inimigos e na maioria das vezes usa o «lança-chamas».

Se esta vertente pode hoje ser identificada, também é verdade que há um outro lado igualmente dramático que nos leva a um outro sentimento do «absurdo da guerra». Muitos testemunhos permitem-nos hoje identificar também os estratagemas que, sobretudo os soldados de infantaria, utilizavam, para fugir às decisões dos oficiais ou para serem desmobilizados. Automutilações, deserções, motins, confraternizações com o inimigo à revelia das ordens dos superiores, podem ser referidas entre aquelas que as novas fontes nos trouxeram. O romance já referido – Um longo domingo de noivado – tem com suporte da narração a condenação à morte de cinco soldados, num conselho de guerra «fabricado» na frente que considerou-os culpados de automutilação. Por outro lado, a violência de algumas decisões dos comandantes servia sobretudo para aterrorizar as tropas: mentiras, intimidações, ameaças, execuções imediatas, condenações à morte lançando os condenados para a frente dos inimigos, foram alguns dos meios usados para garantir alguma disciplina. Sabe-se hoje que, neste aspeto, houve mais do dobro das execuções oficiais junto das tropas francesas do que nas alemãs ou inglesas. É esta brutalidade do aparelho militar que explica, segundo alguns historiadores⁸, a duração e a violência da guerra justificando o uso de termos (ou conceitos) como «cultura de guerra» ou «sentimento do absurdo». Reforçando esta ideia, Rémy Cazals e André Loez evidenciam o sentimento de absurdo total, a resignação, as estratégias de fuga, a repulsa pela hierarquia, o desprezo pela imprensa e pelas suas mensagens triunfalistas, a impaciência face á impossibilidade (ou demora no) de regresso, os sarcasmos dirigidos aos políticos e, curiosamente também, a ausência de ódio pelo inimigo, como ideias que povoam e justificam essa postura⁹. É fácil associar a isto, sobretudo nalgumas campanhas específicas (Verdun, 1916, por exemplo¹⁰), a ausência de esperança na vitória, a denúncia da loucura humana, em particular de alguns chefes militares, o sentimento de suicídio coletivo, as proclamações derrotistas, as desobediências, as rendições ao inimigo para tentar evitar a morte, como fazendo parte do pensamento de soldados que não viam na heroicidade a razão de ser da Guerra. Estas diferentes posturas, das hierarquias e das bases, são também fruto de uma clivagem social transportada para a frente de batalha

⁸ Referir por exemplo François Roux – *La Grande Guerre inconnue. Les poilus contre l'armée française* – editada em 2006 por Max Chaleil.

⁹ Rémy Cazals e André Loez (2012) – *Vivre et mourir dans les tranchées*. Paris: Tallandier.

¹⁰ Paul Jankowski (2013) – *Verdun*. Paris: Gallimard.

entre os oficiais «intelectuais», a grande maioria universitários sensíveis aos ideais patrióticos e aos jogos históricos e políticos, e a maioria dos soldados, sem idealismos, sem grande sensibilidade para as noções de dever, de pátria, de república, de honra nacional, que muitas das vezes limitam-se a responder a campanhas de mobilização, mas sem grande convicção. Veja-se por exemplo o caso português da mobilização para a Guerra e o distanciamento entre as «Memórias» de Jaime Cortesão e a indiferença como foi recebido Bernardino Machado quando se deslocou à frente de batalha ou a escrita crítica da política portuguesa que nos tinha arrastado para a Guerra¹¹.

Um dos conceitos que mais vezes vemos associados ao conflito é o de «guerra total». Normalmente o seu uso visa enfatizar a mobilização global da sociedade para responder ao conflito: combatentes e civis, a frente e a retaguarda da guerra, a produção económica orientada para o esforço de guerra, a propaganda massiva procurando envolver e implicar todos, uma difusão geográfica dos combates envolvendo espaços coloniais, diferentes frentes europeias e mundiais... Quando atiramos os números para consolidar estas ideias, referimos 70 milhões de europeus mobilizados, 10 milhões de mortos, 17 milhões de feridos, 8 milhões de mutilados. Em média, por dia morrem 900 franceses, 1300 alemães e 1450 russos nas diferentes frentes. Numa outra linha, os limites de idade dos voluntários situaram-se entre os 17 e os 48 anos, evidenciando a larga franja da população que viu-se envolvida no conflito. Olhando para a guerra limitada ou focalizada que dominou o século XIX, ainda mais essa «totalidade» arranjava justificação. Hoje os historiadores consideram exagerada essa expressão e preferem enfatizar a mudança ocorrida como uma inflexão de uma «sociedade orientada para a guerra» em vez de uma «sociedade totalmente absorvida para a guerra» onde esta assume uma posição totalitária sobre o que ocorre após o seu início. Ninguém coloca em causa que uma grande parte da economia, por exemplo, foi reorientada para a guerra. Em França, entre setembro de 1914 e junho de 1915, a produção de canhões de 75 mm foi multiplicada por dez; o fabrico de obuses por 5; o de armas/espingardas por 8 e a de metralhadoras por 45. As cifras para os equipamentos que envolvem

¹¹ Excerto de – José Leon Machado (2012). *Memória das Estrelas sem Brilho*. Braga: Edições Vercial. «A política, que arruinou este país, não me interessa. Pelo menos esta política, em que não pode haver duas opiniões, em que não pode haver duas cores, em que todos cantam no mesmo tom: dó maior, o tom do vira e do malhão, do fado malandro e de *A Treze de maio na Cova da Iria*» (p. 27). «Tinha sido dada ordem pelo ministro da Guerra, esse outro criminoso que foi o Norton de Matos, um urso vestido de coronel, que todos os comandantes de regimento doutrinassem as tropas, numa tentativa de levantar a moral e fazê-las entender que o seu sacrifício não seria em vão. Suspeito que a ordem tenha sido congeminaada pelo Afonso Costa. Era ele aliás, juntamente com o João Chagas, esse biltre com ares de filósofo, que estava por detrás da declaração de guerra à Alemanha e da consequente organização da expedição portuguesa às lamas da Flandres. Ao longo destes últimos anos, concluí que o Afonso Costa e os seus esbirros estiveram por detrás de todos os crimes políticos cometidos em nome da República» (p. 36).

mais tecnologia, conheceram a mesma evolução: o fabrico de aviões cresceu 13 vezes, os aparelhos telegráficos 3 e os telefones 6. Também sabemos que numa guerra com este alcance industrial, não são os combatentes que têm o lugar principal, mas os que fornecem os meios de combate. É esta retaguarda de produção que pode permitir sustentar o inimigo e eventualmente vencer. Na *The Cambridge History of First World War* que Jay Winter da Universidade de Yale vem dirigindo desde 2013, os dados aí facultados revelam-se impressionantes: por exemplo em Verdun, em 1916, o general alemão von Falkenhayn concentra a maior quantidade de artilharia jamais vista em qualquer combate: 1 200 canhões sendo 500 de grande calibre; 2 milhões de obuses. Pétain refere em 1917 que a aviação tornou-se um dos meios indispensáveis para o sucesso da Guerra. Todos conhecemos a oportunidade que significa uma guerra como a 1.^a para testar armas novas e aproveitar o palco militar como uma oportunidade tecnológica onde são testados modelos novos e produtos novos.

Em qualquer dos casos, e afastando de nós a ideia de querer minimizar o impacto generalizado da Guerra, gostávamos de identificar também novas posturas historiográficas que preferem evitar a noção de «guerra total». Primeiro porque entendem que as sociedades dos países envolvidos e muito menos as de outros países, não estão inteiramente orientadas para a guerra. Depois porque, comparando com segunda guerra mundial, os impactos nos civis foram relativamente limitados e nunca se transformou numa «guerra de aniquilação». Longe da frente, a vida social prosseguiu e muitos puderam ir a um concerto, novos romances foram publicados e as famílias puderam enviar os seus filhos às escolas. Este lado pode hoje ser analisado em vários trabalhos de história contemporânea que retratam o ambiente que se vivia em países envolvidos no conflito.

Temos pois, face à oportunidade que algumas investigações recentes nos permitem analisar, incorporar no estudo da 1.^a Guerra Mundial novos conceitos, mas também relativizar outros que utilizamos de forma mecânica, até porque, infelizmente, a espessura temporal que nos traz até aos nossos dias, ajuda a moderar o seu uso, face a desenvolvimentos que temos presentes¹².

2.3. Lições e implicações de uma paz fracassada – moralidade e justiça na conceção da paz. Da paz ao ressentimento

É hoje consensual aceitar que não são os tratados que permitem a paz. Os múltiplos exemplos que temos na nossa contemporaneidade só validam as vozes dos que sempre consideraram o de Versalhes como demasiado humilhante para a

¹² Há uma obra que a este propósito pode ajudar-nos a rever o significado atual de alguns termos/ vocabúlos/ conceitos: COCHET, François et PORTE, Remy (dir.). (2008) – *Dictionnaire de la Grande Guerre 1914-1918*. Paris: Robert Laffont.

Alemanha e radicou nesse conteúdo ele constituir o «leitmotiv» da guerra seguinte. Também aceita-se que este conflito no início do século passado constitui a matriz do sistema internacional que praticamente chegou aos nossos dias¹³. A 1.ª Guerra atinge fortemente os domínios imperiais – põe fim aos impérios otomano e austro-húngaro – e fragiliza os impérios coloniais da França e Grã-Bretanha, sobretudo. Traz também para o palco mundial uma nova potência – os Estados Unidos da América – que surgem como grandes vencedores em detrimento da Europa que perde a sua hegemonia. É aquilo que alguns historiadores referem como uma transferência do poder político e económico¹⁴. Os EUA passam a constituir o centro de gravidade do mundo face a uma Europa extremamente endividada pelos seus esforços militares e com necessidade de reconstruir muitos dos seus espaços destruídos. Neste sentido, Versalhes não é tanto o resultado de uma negociação de paz mas a tradução de um novo equilíbrio de forças suscetíveis e com necessidade de serem entendidas numa nova guerra que venha a ocorrer.

Mas há outras dimensões que marcam este final. Henri Kissinger, professor da Universidade de Harvard, mais tarde secretário de estado com Nixon e Prémio Nobel da Paz em 1973, considerava na sua volumosa obra «Diplomacia»¹⁵ que os europeus, até 1914, impuseram uma visão da diplomacia fundada no interesse nacional e na procura de um equilíbrio de forças e que, com o Tratado de Versalhes, os EUA de Woodrow Wilson promoveram uma outra visão, afirmando a primazia dos princípios morais sobre os interesses estratégicos, e da segurança coletiva sobre o equilíbrio de forças. É nesta ótica que surge a Sociedade das Nações (SDN) alicerçada na ideia que os Estados doravante terão de ser responsabilizados coletivamente pelo futuro do mundo. Evidentemente que nem todos concordam com este ponto de vista e a postura dos EUA na SDN e o desencadear da segunda Guerra Mundial estão aí para desmentir as boas intenções de Kissinger. Há mesmo autores (mais realistas) que consideram que o idealismo americano (Wilsoniano) mais não fez do que criar

¹³ É consensual datar de 1919 o nascimento de uma ciência das «Relações Internacionais». É nesse ano que o mecenas britânico David Davies oferece os fundos necessários para a criação da primeira cadeira universitária de política internacional na Universidade de Aberystwyth, situada no País de Gales. Para os criadores desta cadeira, tratava-se de procurar compreender as razões da guerra num quadro científico diferente da História. Visava a criação de uma ciência que, partindo naturalmente dos factos, conseguisse estabelecer leis gerais válidas para todas as guerras. Há também intenções de natureza normativa e militante – que isto nunca mais aconteça! A ambição é suprimir a guerra através de um conhecimento aprofundado das causas. Para eles, ciência e moral deviam estar indissolivelmente ligadas. Em 1922 a cadeira recebeu o nome de Woodrow Wilson em homenagem ao papel central do presidente americano na criação da SDN.

¹⁴ GILPIN, Robert (1981) – *War and Change in World Politics*. Cambridge University Press.

¹⁵ KISSINGER, Henry (1996) – *Diplomacia*. Lisboa: Gradiva.

condições para atizar o desejo de vingança da Alemanha¹⁶. Os mais liberais acreditam que a SDN lançou as bases da regulação multilateral do mundo, cuja herança foi mais tarde assumida pela ONU. Este debate entre «realistas» e «liberais» animou o período entre as duas guerras e há várias obras que retratam esses diferentes pontos de vista¹⁷. Um dos protagonistas mais conhecidos deste debate foi John Maynard Keynes que logo em 1920, na sua obra «Les Conséquences économiques de la paix» abriu hostilidades. Mandatado pela Grã-Bretanha para negociar o tratado de paz, contrapunha às exigências francesas defendidas por Georges Clemenceau, que não deviam sobrecarregar os alemães com reparações económicas e indemnizações. Defendia que era uma má opção «encurrular» a Alemanha perante montantes que nunca teriam possibilidades de pagar. O resto já conhecemos. Hitler era da mesma opinião e considera o Tratado um verdadeiro «Diktat» que era legítimo por em causa, nem que fosse usando a força. Historiadores americanos, na linha de Kissinger, consideram que a Europa, com Versalhes, renunciou à sua doutrina clássica de equilíbrios de forças, abdicando dos princípios de justiça que deviam ter presidido a todas as negociações de paz. Esta questão da justiça do após guerra tem sido muito estudada recentemente, num contexto que nos transporta até à atualidade e ao conceito de «guerra justa». Por exemplo o filósofo Brian Orend considera na sua obra – *The Morality of War* – que o tratado de Versalhes é um excelente caso para investigação para compreendermos o que significa uma «paz fracassada» e quais os contornos que esse fracasso pode assumir.

Aqui, os historiadores abrem caminho para entrarem em cena filósofos, politólogos, juristas e outros especialistas que incidem o seu foco mais na ótica normativa e, por exemplo, nos critérios do significado de uma «guerra justa». O problema de uma guerra justa é hoje analisado do ponto de vista dos motivos (*jus ad bellum*), dos meios que são utilizados depois de abertas as hostilidades (*jus in bello*) e na justiça após a guerra (*jus post bellum*). É sobretudo nesta última vertente que podemos ver as diplomacias a atuar, dependendo a perenidade da paz do afastamento da «lógica do ódio» e do «ressentimento» em benefício de uma paz durável. Neste aspeto a excelente obra de Marc Ferro pode constituir aqui um bom remate. Diz-nos ele:

(...) No individuo como no grupo social, na origem do ressentimento está sempre uma ferida, uma violência sofrida, uma afronta, um traumatismo. Quem se sente vítima não pode reagir, por impotência. Rumina a sua vingança que não pode pôr em marcha e que constantemente o atormenta. Até que acaba por explodir. Mas esta espera pode também ser

¹⁶ CARR, Edward H. (2001) – *The Twenty Year's Crisis 1919-1939. An Introduction to the Study of International Relations*. New York: Palgrave. A primeira edição é de 1939.

¹⁷ Ver por exemplo uma obra síntese, dirigida por Brian Schmidt – *International Relations and the First Great Debate* – editada pela Routledge em 2012.

acompanhada de uma desqualificação dos valores do opressor e revalorização dos seus, dos da sua comunidade que até aí não os defendera conscientemente, o que dá uma força nova aos oprimidos, segrega uma revolta, uma revolução ou então uma regeneração. É aí que se estabelece uma nova relação no contexto do que segregou essa revolta ou essa renovação. A experiência de voltar a viver a ferida do passado é mais forte que a vontade de esquecer. E assim a existência do ressentimento mostra como é artificial o corte entre o passado e o presente, que deste modo vivem um no outro, tornando-se o passado um presente mais presente que o presente. Transformação de que a História oferece muitos testemunhos. (FERRO, 2009: 12).

Ponto de chegada de uma incursão num conjunto de perspetivas que hoje podemos equacionar em função das mais recentes publicações, este excerto serve-nos também para regressarmos à 1.^a Guerra e aos seus cenários onde vivências pessoais testemunharam de uma outra forma aquilo que efetivamente sentiram, construindo narrativas que pintam esses quadros vivenciais.

3. QUADRO VIVENCIAL – O ESPAÇO DOS TESTEMUNHOS

(...) A modernidade, caracteriza-se precisamente pelo declínio da experiência transmitida, um declínio marcado simbolicamente pelo início da Primeira Guerra Mundial. Durante esse momento de grande trauma europeu, muitos milhões de pessoas, sobretudo jovens camponeses que tinham aprendido com os seus antepassados a viver segundo os ritmos da natureza, no interior dos códigos do mundo rural, foram brutalmente arrancados ao seu universo social e mental. Foram subitamente submersos numa paisagem em que quase nada era reconhecível além das nuvens e, no meio, num campo de forças atravessado de tensões e explosões destrutivas, o minúsculo e frágil corpo humano. Os milhares de soldados que voltaram da frente de guerra, mudos e amnésicos, comocionados pelo stress de guerra provocado pela artilharia pesada que bombardeava, sem cessar, as trincheiras inimigas, corporizaram esse corte entre duas épocas; a da tradição forjada pela experiência herdada e a dos cataclismos que se furtam aos mecanismos naturais de transmissão da memória. (TRAVERSO, 2012: 12-13).

As comemorações da I.^a Guerra resgataram também testemunhos de «cabeludos, barbudos e piolhosos» que no terreno mostraram a sua coragem. A nossa crítica de fontes tem naturalmente de nos levar até aos autores desses relatos, e compreender que o filtro da sua escrita releva a sua formação escolar, o lugar militar ocupado, a proximidade ou distanciamento da frente de combate, a sua visão política sobre o acontecimento. Mas esses cuidados não invalidam o espaço que hoje devem ter na reconstrução científica desse acontecimento.

Exemplifiquemos.

Começemos pelo Tenente João Pina de Morais¹⁸. Na sua obra *Ao Parapeito*. Vila Real: Grémio Literário Vila-Realense, 2010 [Edição Fac-similada da Edição da «Renascença Portuguesa», Porto, 1919, apresenta-nos algumas pinceladas sobre a vida nas trincheiras e sobre os atores que o acompanharam.

Selecionamos três e recomendamos uma leitura integral de um dos capítulos («A Morte do Sapador», pp. 51 a 58) que, no nosso entender, melhor evidenciam a formação do autor, a crueza do relato de quem vive os acontecimentos e a impossibilidade de termos qualquer outra fonte que nos traga o conteúdo desta.

Começemos pela tão referida trincheira:

– E a tropa entra na trincheira exactamente como a cigarreira na minha algibeira.

– A trincheira!

– Que esplêndido para jogar o esconde-esconde, quando a gente era miúdo!

Nesta guerra do Direito, as trincheiras são imenso tortas.

Tens razão, meu querido camarada d'armas, quando tu dizes ao ver surgir um soldado:

– Lá vem uma toupeira!

Entramos nas trincheiras. É talvez melhor dizer – infiltramo-nos, sumimo-nos, porque realmente a gente desaparece.

– Aí vai a tropa a um fundo interminavelmente aos ângulos, às voltas, às curvas; – as tabuinhas dos taburnos parecem rolar diante dos olhos como se as passadeiras se fossem enrolando.

– Que fadiga marchar na trincheira! (p. 33)

Evidenciem as repercussões na vida dos civis, no caso uma criança de uma escola francesa, mas também um olhar triste sobre o que conhecem de nós:

– À hora da aula a criançada formou para entrar na sala. Dava na vista a quantidade enorme de babeiros escuros de luto. Um russito de sete anos, vivo, muito direito, calote azul-horizonte na cabeça, afivela no vestidinho preto as cores da Legião de Honra. Porque será que o petiz é condecorado? Curvo-me a perguntar-lhe. O petiz estranha a minha curiosidade, depois ilumina-se-lhe o rosto do orgulho gaulês e responde como um soldado:

– C'est l'heritage de Papa, monsieur l'officier portugais, tué à Craonne neuve cents quinze!

¹⁸ Percurso académico: Aluno da Academia Politécnica do Porto, inscrição nos anos letivos de 1907-1908, 1908-1909, 1909-1910 e 1910-1911. Na Faculdade de Letras do Porto, no curso de Ciências Filosóficas, em 1920-1921, 1921-1922, 1922-1923 e 1923-1924. No cruzamento com a relação de licenciados do Luís de Pina (1966), ele não chegou a concluir o curso porque não há qualquer menção entre as certidões de licenciatura passadas pela escola.

O professor vê o meu interesse, vem cumprimentar polidamente e explica o costume francês dos filhos trazerem as medalhas dos pais quando morrem na guerra.

Está junto de mim um capitão que fala correctamente o francês. O professor fala de Portugal. Tem uma ideia muito vaga do nosso país. O livro de história e geografia adoptado nas escolas oficiais que nos mostra para se justificar traz apenas seis linhas sobre o nosso país! É triste ver-se assim ignorado! (p. 16-17).

O eterno conflito entre o perigo e o dever, é também muitas vezes evidenciado e percorre o pensamento e traduz-se naturalmente em preocupações dos soldados:

– Cumpra o seu dever.

O dever acaba na morte. Deve-se morrer bem.

A nossa vida nunca é nossa. Reparámos na Flandres de drenos profundos e lodosos, na Flandres das batalhas.

É aqui que vivemos há perto dum ano! Os meus soldados já perderam dos olhos a cor que traziam!

E da campina infinita veem só ondas de metralha, o rolar monstruoso dos aços que se pulverizam, o estrondear das goelas brancas do canhão! E como novidade, ouve-se bem o ranger das metralhadoras. É mais um comparsa.

O incendio põe bandas avermelhadas no horizonte. Há soldados que passam, que andam, que ficam onde o destino quer. (p. 83).

E, no fim, para que serve a glória ou as medalhas colocadas «nos babeiros» ou nas «batas» dos filhos ou a bandeira dobrada colocada no colo das viúvas?

– Caíram aureolados pela glória, levando na alma a alegria dos sacrifícios sacrossantos, no coração um sentimento de grandeza que ninguém igualará. Nas suas campas de acaso, à beira das aldeias, nos ermos, sob as árvores, na profundidade da água lodosa e verde do Lys – eles terão sempre como uma prece a nossa lembrança, como carinho o nosso triunfo, como saudade a nossa admiração.

Não chegará lá nunca o esquecimento – já é tão frio lá, nessa Flandres longínqua onde eles descansam!

Todos poderão esquecê-los menos nós – meus companheiros.

Nós temos de nos curvar ao respeito que infundem os que ficaram nessa cruzada do nosso século.

Que descansem – os heróis mortos. FIM. (p. 145-146).

Outras memórias podemos incorporar, mais romanceadas – José Leon Machado (2012). *Memória das Estrelas sem Brilho*. Braga: Edições Vercial. – ou literariamente ainda mais ricas como as de Jaime Cortesão (1969). *Memórias da Grande Guerra*. Lisboa: Portugalíia Editora. [A 1.^a edição foi publicada em 18 de junho de 1919 na

Tipografia da «Renascença Portuguesa», na rua Mártires da Liberdade, 176, no Porto]. Num e noutro caso, o que pode deliciar os nossos alunos ou interlocutores, é a crueza da narração, é a veracidade do escrito, é a certeza de que eles (autores) estiveram lá. Esta presença física no espaço das operações onde a História se desenrola é, como já sabemos pelos múltiplos trabalhos já realizados no âmbito da Educação Histórica, um elemento de fiabilidade e credibilidade que entusiasma e motiva. Nesse sentido, dar espaço a estas fontes é, no nosso entender, assegurar uma motivação complementar para o estudo da História. Para nós que procuramos criar conhecimento histórico, é uma fonte que não podemos menosprezar.

Exemplifiquemos, agora com Jaime Cortesão, alguns aspetos que cruzam com as nossas preocupações:

A credibilização da fonte: «Direi apenas o que vi e ouvi. Sofri demais para poder mentir. O sentido da verdade e a coragem de a dizer são as maiores conquistas que esta guerra deu aos que nela mergulharam a fundo. Por isso me rio tristemente tanto dos que, sem terem posto o pé numa trincheira, querem contar a guerra, como daqueles que tendo lá estado venham para público, penteados e lustrosos, na sua fatiota de heróis, poisar para a galeria» (p. 14).

O retrato da família combatente: «Tudo ali é lodo e miséria. A esperança da vida assenta apenas sobre o acaso. E a inquietação devora o peito nas horas lentas. Estes homens que vivem dum modo nunca visto, ganharam com o tempo uma fisionomia especial, tanto mais acusada, quanto mais próximo do inimigo. Era inevitável. A vizinhança da morte, as vigílias continuadas, os longos alertas de olhos apunhalando o escuro, à cata dos perigos, as soalheiras, as friagens e as lufadas do tempo acabam por tatuar e curtir a pele sobre a caveira. (...) Nas caras duras e atnadas rasgaram-se os grandes sulcos dos sobrolhos e os que vão do nariz ao canto da boca; as comisuras dos lábios baixaram severamente; e os olhos pararam numa fixidez ardente de espanto e penetração. (...) A mobilidade e frescura especial do rosto, que dão a mocidade e a vida calma, secaram, murcharam inteiramente. Há crianças com caras de velhos. A esta transformação dos rostos, corresponde uma outra mais profunda nas almas» (p. 92-93).

As mensagens censuradas e escritas por outros (os que são escolarizados): Fevereiro de 1918: Às vezes nas trincheiras os homens endoidecem. Não entendem talvez? Se tivessem lido, como nós, as cartas dos soldados, entendiam logo. Ao soletrar algumas delas, deparam-se certas folhas que queimam as mãos. Lêem-se e fica-se atônito perante os brados de paixão que por vezes saem delas. Boa ideia esta de nos obrigar à censura de todas as cartas dos soldados para catar-lhes as revelações indiscretas.

Tão boa que se devia impor essa tarefa durante umas semanas a alguns estadistas portugueses e grandes galões da tropa. Ficavam assim a conhecer uma coisa que anda nessas cartas e que eles nem suspeitam: a alma do Povo. E ficavam conhecendo também os motivos por que se está erguendo no coração dos soldados uma onda alta de desalento e revolta. Talvez seja de interesse para o futuro fixar aqui alguns brados dessas almas e as formas dramáticas que toma o seu desespero» (p. 155-156).

A incompreensão da racionalidade de uma presença política: «A Batalha do Lys: 9 de Abril de 1918: Mas – coisa inevitável – os nossos soldados, começam a revoltar-se. Sim, inevitável. Pois se de Portugal não mandam reforços e nos esquecem, e os altos comandos, sem a coragem de protestar por todas as formas contra esse desprezo, fazem todos os dias aos soldados promessas de descansos e licenças que nunca chegam, e exigem dalguns milhares de homens o dolorosíssimo esforço, que nos outros exércitos se distribui por centenas de milhares, que menos se poderia esperar? O desfalecimento, a exaustão, o desespero atingiram o auge nas nossas fileiras» (p. 218).

A dignidade do soldado: «(...) Lavaram em sangue e lágrimas muitas das impurezas de educação; e alargaram infinitamente, ao contacto daquele novo mundo, a estreita curva do seu pensamento. (...) Porque a guerra educa. É a mais intensiva das escolas. (...) O nosso soldado, depois de alguns meses de França, tornou-se um homem novo. Não se trata agora do soldado bonacheirão e humilde. Esse homem novo é o Esgalhado, repontão e arisco, que, chegada a hora terrível se oferece à morte, para salvar o batalhão; é o Baldaia que, em cumprimento do seu dever, rompe por entre granadas, os gases e o pânico, sereno e indiferente a todos os perigos; é o rancheiro da segunda, que na agonia, esquecendo-se de si, lembra apenas os seus; e é aquele que numa noite de inverno, quando um oficial parando na trincheira diante do seu vulto, martirizado pela doença e pela fadiga, lhe pergunta como vai, responde neste grito sublime, onde ecoa a voz imortal do conde de Avranches:

– Isto já não é corpo nem é nada. Agora é só coragem» (p. 252-253-254-255).

Na indignidade da receção: «Começaram a prender-se aos milhares, por simples suspeitas, os republicanos. Quando estes acrescentavam a qualidade de oficiais do C.E.P. eram por via de regra encarcerados. Assaltaram-se os jornais periodicamente. Instituições políticas e casas particulares não escaparam também. Em Lisboa e Porto os presos foram espancados e assassinados. Uma horda impune e anónima fazia pelas ruas perseguições a cavalo-marinho e tiro. Homens, os mais respeitados e categorizados, foram enxovalhados e brutalizados por uma escumalha mercenária, sob as ordens e a proteção de muitas autoridades. A isto se chamou: combater a demagogia...» (p. 235).

Muitos outros exemplos podemos encontrar, nas múltiplas obras com testemunhos da participação portuguesa. Importa, pelo menos, equacioná-los como mais uma fonte a considerar e percebermos, na sua utilização, a sua capacidade de a partir delas, mobilizar os alunos para uma abordagem diversificada deste, como de outros conflitos. Estes acontecimentos e a comemoração dos seus centenários, como vimos, permitem-nos alargar fontes, diversificar abordagens, enriquecer perspetivas e revisitá-los recriando conclusões que pareciam definitivas.

4. CONCLUSÕES

(...) Nunca deixaremos de criticar os que deformam o passado, o reescrevem, o falsificam, que dilatam a importância de um acontecimento e calam a de outro; estas críticas são justas mas não têm grande importância se não forem precedidas de uma crítica mais elementar: a crítica da memória humana enquanto tal. De que é que é capaz, na verdade, a pobre da memória? Não consegue reter do passado mais que uma miserável parcelazinha, sem que ninguém saiba por que motivo retém justamente esta e não outra, uma vez que tal escolha, em cada um de nós, se faz misteriosamente, à margem da nossa vontade e dos nossos interesses. Nada se compreenderá da vida humana enquanto se persistir em escamotear a primeira de todas as evidências: uma realidade, tal como existia quando existia, deixa de existir; a sua restituição é impossível. Nem sequer os arquivos mais abundantes podem seja o que for contra esta evidência. (KUNDERA, 2006: 87-88)

Será que tudo fica no tempo em que os factos ocorrem? A nossa memória, regressando a Kundera, não nos transportará para a similitude dos acontecimentos na diversidade das situações? Fiquemos com a ponte no tempo longo que Nuno Júdice nos lança na sua excelente novela de 2013:

(...) A Europa despertou paixões, mas o que estamos a ver é que nenhuma foi saudável. E depressa a paixão se transforma em ódio. Tudo começou com milhões de tipos enfiados no fundo das trincheiras, é só lama, excrementos, corpos que ninguém consegue tirar dali, e já fedem, e eles tinham de sobreviver mas só para esperar a cada minuto que lhes aparecesse uma criatura de baioneta em riste para os espetar com ela, uma, duas vezes, já nem conseguem gritar mas ainda respiram, e ele a espetar até não sentir neles nada vivo, e muito menos o amor pela Europa.

Há quanto tempo isso foi, já não há mortes dessas, já não há pátrias que as justifiquem. Agora, a trincheira de cada um é o sítio em que ele trabalha e só está à espera que apareça um fiscal do governo, a baioneta dele é a folha de despedimento, e está morto, pode não estar morto na realidade, mas foi riscado do mundo dos que contam, irá

para a valeta, e isso representa uns milésimos de centavo a menos no défice, nas contas públicas, na folha que a pátria vai ter de apresentar aos credores para mostrar que se porta bem, que não anda na noite, a gastar o que não é dela (...). (JÚDICE, 2013: 60)

BIBLIOGRAFIA

- BRUN, André (2014) – *A Malta das Trincheiras*. Editora Guerra & Paz.
- CAZALS, Rémy; LOEZ, André (2012) – *Vivre et mourir dans les tranchées*. Paris: Tallandier.
- COCHET, François; PORTE, Remy (dir.). (2008) – *Dictionnaire de la Grande Guerre 1914-1918*. Paris: Robert Laffont.
- CORTESÃO, Jaime (1969) – *Memórias da Grande Guerra*. Lisboa: Portugália Editora. [A 1.ª edição foi publicada em 18 de junho de 1919 na Tipografia da «Renascença Portuguesa», na rua Mártires da Liberdade, 176, no Porto].
- CRU, Jean-Norton (2006) – *Témoins*. Nancy: Presses Universitaires de Nancy [publicado pela primeira vez em 1929 e agora reeditado].
- GILBERT, Martin (2013) – *A Primeira Guerra Mundial*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- HOLEINDRE, J.V.; TESTOT, L. (direction) (2014) – *La Guerre. Des origins à nos jours*. Auxerre: Éditions Sciences Humaines.
- JÚDICE, Nuno (2013) – *A Implosão*. Alfragide: Dom Quixote.
- KUNDERA, Milan (2006) – *A Ignorância*. Porto: Edições ASA.
- MACHADO, José Leon (2012) – *Memória das Estrelas sem Brilho*. Braga: Edições Vercial.
- PINA DE MORAIS, Tenente (2010) – *Ao Parapeito*. Vila Real: Grémio Literário Vila-Realense, 2010 [Edição Fac-similada da Edição da «Renascença Portuguesa», Porto, 1919].
- TRAVERSO, Enzo (2012) – *O passado, modos de usar*. Lisboa: UNIPOP.

ECOS DA GRANDE GUERRA NAS OBRAS DE JOÃO PENHA

ELSA PEREIRA*

Durante grande parte do séc. XX, títulos como o desta comunicação foram olhados com desconfiança por alguma crítica literária, que encarava o texto apenas como um objeto verbal. Embora já ultrapassada por um novo equilíbrio, entretanto restabelecido entre as epistemologias linguística e cultural, a verdade é que essa perspectiva de análise, instaurada pelas teorias imanentes, seria talvez ainda hoje a mais pertinente no caso de um autor como João Penha (*1839 †1919), bem conhecido pelas suas posições em prol da impessoalidade da poesia¹ e por defender, nos seus textos doutrinários, a supremacia da forma sobre a «ideia, que tem [...] origem na observação [...] do mundo exterior»².

O próprio poeta, no entanto, era o primeiro a reconhecer que tal proeminência não poderia nunca deixar de traduzir-se numa simbiose equilibrada entre forma e conteúdo³, e por isso admitia também o inevitável intercâmbio que se estabelece

* CLUL – FLUL | CITCEM, epereira@net.sapo.pt | FCT (SFRH/BPD/92155/2013).

¹ A este propósito, declarava o autor: «que se importa o mundo com as commoções, com os sentimentos de tal ou tal poeta? Que nos importa a nós que elle ame, que seja feliz ou infeliz nos seus amores? que adore a paizagem que vê da sua janella, que sonhe negro ou côr de rosa? Que se importa a humanidade com isso? [...] Que se importa o publico que o poeta ache o mundo bom ou mau, a vida alegre ou triste? que queira viver n'uma casinha á beira-mar, ou, monge, n'um êrmo obscuro?» (João Penha apud Pereira, 2012, vol. IV, t. I, n.º 740, ll. 52-56, 63-65). Ao longo deste trabalho, a convocação dos textos penhianos far-se-á sempre através da edição crítica que apresentámos, sob a forma de tese de doutoramento, à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

² João Penha apud Pereira, 2012, vol. II, t. II, Arquivo documental do n.º 333. Quanto à supremacia da forma, veja-se também o que João Penha afirma em vol. IV, t. I, n.º 718, ll. 330-333: «parece justificado, pelo confronto da formação quasi inconsciente e mechanica da idea, e o laborioso trabalho de lhe dar fórma externa, que esta, no mundo da arte, tem um valor incomparavelmente superior ao d'aquella».

³ À semelhança dos teorizadores da Arte pela Arte, ressaltava o nosso poeta: «Defino a poesia: 'a revelação harmoniosa do pensamento humano'[...]. Aquelle [...] que conseguiu unir uma bella idea a uma

entre a matéria linguística de um texto e a vida (ou os acontecimentos) que ela traz. Neste sentido, as poesias de João Penha constituirão, necessariamente também, representações culturais da sua época; um período conturbado na política interna portuguesa e que, no plano internacional, ficou marcado indelevelmente pela Grande Guerra que assolou o mundo entre 1914 e 1918.

Na verdade, a produção lírica deste autor deixa transparecer muitas das suas vivências que se relacionam com o clima bélico da altura, mesmo se, em nota final ao livro *O Canto do Cysne*, o poeta começava por manifestar alguns escrúpulos em trazer essas ocorrências históricas para o plano literário das suas criações:

Hesitei em publicar e incluir neste volume estes [...] sonetos [...]. Filinto Elysio assistiu em Paris a todo o drama da Revolução franceza, [...] e comtudo, na sua vasta obra não se encontra a menor referencia a qualquer dos acontecimentos, capitaes ou secundarios, d'essa tragedia. [...] E não deveria eu, apesar de microscopico, seguir, em taes circumstancias, o exemplo d'aquelle meu antigo mestre? Sim, devia [...]. Feitos, porém, esses sonetos, não tive a coragem de os aniquilar⁴.

Já em 1897 Penha aludia, em composição lírica do livro *Viagem por Terra ao Paiz dos Sonhos*, a alguns acontecimentos que haveriam de culminar mais tarde na Primeira Guerra Mundial – nomeadamente o conflito franco-prussiano de 1870-71, que ditou a anexação dos territórios da Alsácia-Lorena pela Prússia, então governada por Otto von Bismarck (*1815 †1898), o *Chanceler de Ferro* do Império Alemão:

[...]
 Conta-se até, mas a mêdo,
 (Veja-se bem que não berro)
 Que foi amada em segredo
 Pelo Tudesco de Ferro.

 Por um beijo nessa trança,
 Disse elle um dia á pequena,
 Se o pedisses dava á França
 Além da Alsacia a Lorena!⁵

Mais tarde, já nas *Ultimas Rimas*, o poeta dedicaria uma composição à Guerra de 1914, lembrando, uma vez mais, a tomada da Alsácia-Lorena (as «duas joias da

fórma absolutamente correcta, deverá ser contado entre o numero dos grandes artistas do seu tempo» (João Penha apud PEREIRA, 2012, vol. IV, t. I, n.º 718, ll. 56, 339-341).

⁴ João Penha apud PEREIRA, 2012, vol. II, t. II, n.º 467.

⁵ João Penha apud PEREIRA, 2012, vol. II, t. I, n.º 65, vv. 57-64.

França») pelas tropas de Bismarck, quarenta e cinco anos antes do conflito que resultou na derrota e desmoronamento do Império Alemão. Intitulava-se «Germania delata»; uma expressão latina que significa, à letra, *Alemanha aniquilada*:

GERMANIA DELATA

(A Henrique Lopes de Mendonça)

O Crime ás vezes descança,
Julga-se livre, mas nunca:
Na abscondita espelunca
Surge-lhe um dia a vingança.

Ella, outrora, a fôgo e lança,
De mortos os campos junca;
Ri, e estende a garra adunca
A duas joias da França!

Não foge á pena o malvado:
Quem sabe o porvir? ninguém;
É como d'um ceu nublado,

O que das sombras nos vem!
Tu, Bismark, estás vingado,
E tu, oh França, tambem!

27-X-18⁶.

O poema desenvolvia-se em torno da premissa platónica de que todo o mal acaba sendo vingado por uma Justiça cósmica infalível, e por isso o desmoronamento da Alemanha em 1918 vinha expiar o mal perpetrado contra a França, em 1871. Recorrendo a um mecanismo retórico assente na personificação das duas nações, o soneto terminava com a apóstrofe à França e uma alusão ao *Revanchismo* que nasceu a partir das humilhações da Guerra Franco-Prussiana.

Esse movimento de contornos nacionalistas, que reclamava a vingança gaulesa e conquistara em Portugal a simpatia popular⁷, acabou aliás por agudizar-se em 1914,

⁶ João Penha apud PEREIRA, 2012, vol. II, t. I, n.º 343.

⁷ Sobre a humilhação francesa e a rivalidade militar com a Alemanha, no período de 1871-1914, vd. MARTELO, 2013: 43-59. Quanto à opinião pública portuguesa, «o sentimento popular era predominantemente de simpatia pela causa aliada, que se identificava com a liberdade e democracia. Pelo contrário, a Alemanha militarista do 'kaiser' era considerada como a agressora violenta e injusta» (Saraiva, 2004, VIII: 88). Apesar da opinião dominante no nosso país, anote-se entretanto, a título de curiosidade, a perspectiva divergente de uma figura de proa como Fernando Pessoa, que «mantinha um juízo mais favorável e até positivo», relativamente à «força, o imperialismo e a organização» da Alemanha (PIZARRO, 2006: 99-100).

quando as Potências Centrais tentaram investir contra a capital francesa, antes de serem travadas na Batalha do Marne⁸. João Penha não deixa o acontecimento passar em branco no poema «A Conquista de Paris», composto logo em janeiro de 1915:

A CONQUISTA DE PARIS

Á voz d'um monstro com figura humana
Uma guerra tremenda o mundo assola.
Ao seu orgulho desmedido immola
Vidas sem conto, e n'uma furia insana

Tudo destroe: a misera cabana,
O palacio dos reis. Mata, degola
Pobres creanças a sahir da escola,
Velhos monges orando! e a horda ufana

Nem aos gritos das virgens se detem!
Guerra feroz que ao século envergonha,
Que nos livros da historia outra não vê

Mais horrenda, mais trágica e medonha!
Ri de contente o monstro, come bem,
E, pando o ventre, em fôfo leito, sonha...⁹

Aí recorria a imagens hiperbólicas de grande expressividade (envolvendo crianças inocentes, pacíficos religiosos e virgens indefesas), para acentuar as atrocidades da Guerra e o repugnante contraste suscitado pela tranquilidade e conforto que rodeavam Wilhelm II.

Esse «monstro com figura humana», que Penha acusa de ser responsável pela Guerra, haveria mesmo de voltar a ser objeto de dois outros poemas, compostos em setembro de 1918, sob o título deíctico «Elle!».

No primeiro dos poemas, repetia-se o qualificativo monstruoso, arremessado contra o imperador, diante das vítimas inocentes, ao mesmo tempo que se insistia na tese platónica de uma Justiça cósmica, que obrigaria o César alemão a expiar os seus crimes em vidas futuras:

ELLE!

Nos códices da historia e até na lenda
Um monstro, um cesar mais feroz não ha!
Mas não obstante inda no solio está,
E proseguindo vae na mesma senda!

⁸ A este propósito, vd. Falcão, 1916: 68-77.

⁹ João Penha apud PEREIRA, 2012, vol. II, t. I, n.º 467.

*Nada suppor nos faz que tenha emenda,
Ou que o remorso, cruel, minando o vá!
E extintas são, ha tantos annos já,
Milhões de vidas, mortandade horrenda!*

*E não pára no bárbaro caminho!
Contra innocentes e anciãos investe,
Cheio de sangue o esquálido focinho!*

*Mas, n'outra vida, o Julgador Celeste
Tigre o fará, por mais atroz, marinho,
Monstro que exhala, por odôr, a peste!¹⁰*

O soneto vinha porém acompanhado de uma nota, colocada no final do livro *Ultimas Rimas*, onde o autor fazia questão de ressaltar a sua admiração pela «nobre Germania», independentemente da repulsa que lhe inspiravam as atrocidades cometidas pelo homem que liderou os destinos do Império Alemão entre 1888 e 1918:

O que [...] digo, nada tem que ver com a nobre Germania, que elle governa, como um pastor governa o seu rebanho de carneiros! O que me assombra é que esse individuo, que deixa a perder de vista os Neros, Tiberios, Calígotas, e quasi todos os outros Cezares, de que Tácito é o terrivel historiador, ainda esteja vivo! É que talvez seja o homem dos destinos, e tanto paguem os justos, que são a maioria, como os peccadores!¹¹

Já no segundo poema da série, Wilhelm II surgia novamente encerrado na sua torre de marfim, descrita ao pormenor na primeira quadra, mas a sumptuosidade do cenário servia já só para fazer sobressair a decadência do imperador e a derrota eminente, que se adivinhava no último verso:

ELLE!

Era no salão nobre, de apparato;
De pura lhama d'oiro o cortinado;
O sôlho, de mosaicos marchetado:
Um luxo sem igual, quasi insensato.

¹⁰ João Penha apud PEREIRA, 2012, vol. II, t. I, n.º 349.

¹¹ João Penha apud PEREIRA, 2012, vol. II, t. II, n.º 349. O poeta sente mesmo necessidade de o reiterar, por mais de uma vez, como acontece noutra nota final, publicada no livro *O Canto do Cysne*: «a terra que viu nascer Goethe, Schiller, Wieland, Voss, Klopstock, Henri Heine, Humboldt, Kant, Hegel, Wagner, Gluck, Gottschalk, Haydn, Mendelssohn, Schubert, Werber, Thorwaldsen, Schwanthaler, Menzel, e tantos outros gloriosos luminares das sciencias e das artes; a terra em que as mulheres são honestas e romanescas, e os homens laboriosos e instruidos, deve, em todo o caso, ser respeitada por todas as nações do mundo: nunca *Delenda Germania!*» (João Penha apud Pereira, 2012, vol. II, t. II, n.º 467).

Na rica sala, esplendida de ornato,
Cheio de mêdo, trémulo, acanhado,
Estava um grande artista, ali chamado,
Para esboçar a oleo o seu retrato.

Elle, velho, só rugas e magreza,
Immerso parecia em longo estudo,
Sobre um mappa, estendido em ampla mesa.

Súbito, ergue a cabeça, e carrancudo
Exclamou, com insólita fraqueza:
«Estou a ver Paris... por um canudo!»¹²

João Penha terminava com uma expressão idiomática normalmente associada à sua terra natal (*ver Braga por um canudo*) e ao célebre monóculo do Bom Jesus, de onde em condições normais se avistava Braga, a meia dúzia de quilómetros, porém inalcançáveis, devido à bruma que muitas vezes frustrava as expectativas dos mirones. De modo semelhante, também o César alemão, à medida que se aproximava o final da Guerra, via enfim logrado o intento de conquistar Paris e tomar a França de assalto, tal como ensaiara na ofensiva de 1914, que marcou o início de uma das guerras mais sangrentas na história da Humanidade e marcou indelevelmente a mundividência de toda uma era.

O conflito da I Guerra Mundial mergulhou aliás a Europa «entre a confusão e a dor, o que a muitos se afigurava uma irremediável catástrofe espiritual e uma trágica crise de consciência e de cultura»¹³, que acabou por se refletir, direta ou indiretamente, em todas as expressões artísticas de então.

A obra penhiana é disso mesmo testemunho, na medida em que abundam, nos últimos livros do poeta, alusões ao perturbador clima bélico que se vivia na altura, oscilando estas entre a esperada gravidade, própria do tema, e a vocação mais ou menos burlesca do nosso autor. É o que acontece num poema, composto em janeiro de 1915, que faz uso de um mecanismo distintivo no estilo de João Penha: a brusca inflexão desmistificadora dos últimos versos, em súbito contraste com o corpo do soneto:

OS OBUZES

*Percorre o mundo inteiro, em mar e terra,
O Pavôr, de cabelo desgrenhado:
Segue-o, brandindo o gladio ensanguentado,
A negra Mob, essa visão que aterra.*

¹² João Penha apud PEREIRA, 2012, vol. II, t. I, n.º 350.

¹³ SILVA, 1999: 458.

*Por toda a parte sôa: guerra, guerra!
O tropel dos cavallos, o alto brado
Da bôcca dos canhões, entrecortado
Pelo estridor do obuz, que a morte encerra.*

*Echôa longe o formidando obuz,
Mas sua força é tal, inda é tamanha,
Que meu ventre esses echos reproduz,*

*E o pequeno, que sempre me acompanha:
– «Oh papá, vomecê dá tantos pús!»
– «São em honra do Cesar da Allemanha»¹⁴.*

Se, neste caso, a pungência do cenário de guerra – também sugerida pelo ritmo sincopado dos versos – aparecia amenizada pela inversão paródica no final do soneto, em poemas compostos durante os últimos anos de vida, o que predomina contudo é um marcado tom pessimista, multiplicando-se as alusões à carestia que fustigava a Europa, mas muito concretamente também a própria existência de João Penha, como se pode ver na composição intitulada «Consequencias da guerra»:

CONSEQUENCIAS DA GUERRA

*Ai! quem ainda ha pouco m'ò diria!
Em grande risco estou de dar á costa,
Pois que o que vou ganhando, dia a dia,
Mal chega para o bife, o chá e a tosta!*

*E já prevejo o transe lastimoso,
Se não me fulminar ou bomba, ou gotha,
Eu, outrora, tão nedio, e tão mimoso,
De beber agua, e de comer bolota!*

7-VII-18¹⁵

Um dos exemplos mais comoventes será talvez este poema inédito, que o autor compôs em outubro de 1818 – pouco antes da assinatura do armistício e a escassos meses do seu falecimento:

¹⁴ João Penha apud PEREIRA, 2012, vol. II, t. I, n.º 468.

¹⁵ João Penha apud PEREIRA, 2012, vol. II, t. I, n.º 436.

OS MISERAVEIS

– «Não ha na face da terra
Um ente mais infeliz,
Mais desgraçado do que eu:
Do que o trabalho me deu,
Não me restam dous ceitis.
A minha filha morreu,
E ando, em meios, tão baldo
Que nem tenho para o caldo!
Cheio de fome e de frio
Sou um pária, um cão vadio.
Sois homem rico e de préstimo:
Assim tão pobre e tão fraco;
Venho pedir-vos, de emprestimo,
Um miserrimo pataco.
De penuria, ao desamparo,
Até receio morrer.»
– «Está tudo muito caro,
E esta maldita guerra,
Obriga-me a ser avaro:
Agora não póde ser.

18-X-18¹⁶

Penha começava por aludir, logo no título, ao conhecido romance de Victor Hugo, *Les Misérables*, para a partir dele traçar um paralelismo implícito, entre a miséria dos desfavorecidos no submundo parisiense de meados do séc. XIX, e a dolorosa penúria em que se encontrava o poeta, já então denunciada pelos jornais da altura¹⁷.

Não foram fáceis, na verdade, os últimos anos de vida de João Penha. Ao aflitivo desequilíbrio financeiro, em que se debatia o numeroso agregado familiar (há muito fustigado pela doença e pela velhice), somavam-se ainda os constrangimentos impostos pela instabilidade interna do nosso país e, muito particularmente ainda, pela entrada de Portugal na Guerra, em inícios de 1917. Entre as consequências materiais que resultaram desse envolvimento no conflito – a escassez de géneros, a subida dos preços, o agravamento da dívida, as convulsões sociais e uma generalizada

¹⁶ João Penha apud PEREIRA, 2012, vol. III, t. I, n.º 648.

¹⁷ As dificuldades que afetaram o poeta, nos últimos anos de vida, acabariam sendo mitigadas por uma modesta pensão que o Parlamento lhe atribuiu em janeiro de 1917, sem contudo se efetivarem os pagamentos antes da morte de João Penha. Para mais pormenores, vd. Pereira, 2012, vol. I: 101-108.

apreensão que dominava as famílias pequeno-burguesas – sobressaía todavia uma, com maiores repercussões no plano literário: a crise do papel, que retraiu todo o mercado editorial na altura¹⁸, acabando por protelar indefinidamente a publicação de uma das últimas obras do nosso autor.

Concluído em meados de 1916¹⁹, o livro em causa intitulava-se originalmente *Excavações Litterarias* e deveria compreender dois tomos – respetivamente intitulados *Ao Pôr do Sol* (versos) e *Noites de Inverno* (prosas). Segundo a correspondência do poeta, terá sido João de Barros (genro do amigo pessoal Teixeira de Queirós) quem depois tratou da venda do manuscrito aos editores Aillaud & Bertand, adiantando-se então o pagamento de 80 escudos ao autor²⁰. Embora sem o consentimento de Penha, o acordo previa contudo um adiamento da publicação, até que a falta de papel, provocada pela Guerra, fosse definitivamente ultrapassada – o que suscitou de imediato este desabafo do autor, confiado a Antero de Figueiredo, em carta datada de 2 de Julho de 1917:

sabe o que ha dias de là me disseram?: que tinham convencionado com o D. João de Barros, em não publicarem o meu livro (elles são doces), senão depois de finda a guerra, e que não o publicaram antes! Ora, a guerra pode ainda durar pelo menos 4 annos: nêssa epocha, pode muito bem succeder, que eu já não pertença ao numero dos vivos, e d'ahi resultará que os meus ultimos pimpolhos, sahiram posthumos, e peor ainda: como a minha letra não é para todos, e a do meu secretario não é melhor, sahirão irriçados de gralhas, immundos!²¹

Durante o impasse criado, Penha começou por escrever alguns poemas avulsos, que «ia mandando, quasi de dia a dia», para serem acrescentados à edição protelada²². Todavia, como o manuscrito tardasse a entrar no prelo, o poeta acabou por organizar um volume de *Ultimas Rimas*, onde consumou a sua despedida do mundo das letras²³.

¹⁸ Sobre as manifestações da crise económica em Portugal, vd. MARQUES, 2014: 284-286, SAMARA, 1998 e Saraiva, 2004, VIII: 103-104. A falta de papel afetou de modo particularmente severo os jornais, que se viram obrigados a «criar pontos de leitura públicos, onde se iam atualizando as informações sobre a guerra» (MARQUES, 2014: 294).

¹⁹ A informação é corroborada pela correspondência que o poeta trocou com Antero de Figueiredo (BPMP – *Espólio de Antero de Figueiredo*, M-AF-1189(3), (4), (5), (6)).

²⁰ A este propósito, vd. carta de João Penha para Antero de Figueiredo, datada de 17/7/1918 (BPMP – *Espólio de Antero de Figueiredo*, M-AF-1196(2)).

²¹ BPMP – *Espólio de Antero de Figueiredo*, M-AF-1193(2).

²² Vejam-se as cartas de João Penha para Antero de Figueiredo, datadas de 31-VIII-1917 (BPMP – *Espólio de Antero de Figueiredo*, M-AF-1193(3)) e de 14-IV-1918 (BPMP – *Espólio de Antero de Figueiredo*, M-AF-1196(1)).

²³ Essa mesma intenção é declarada pelo autor, em carta enviada para Antero de Figueiredo, a 26/10/1918 (BPMP – *Espólio de Antero de Figueiredo*, M-AF-1196(7)).

Publicado poucos meses depois da morte do autor, em 1919, o livro incluía algumas das composições já enviadas a Aillaud & Bertand, que assim acabaram publicadas antes mesmo de as conturbadas *Excavações Litterarias* chegarem a ver a luz do dia. Estas só viriam a lume postumamente, pela mão de Albino Forjaz de Sampaio, que em 1923 decidiu recuperar o projeto, intitulado-o *O Canto do Cysne* (numa alusão metafórica à lenda socrática, segundo a qual os cisnes ecoariam um belo canto final, quando pressentiam a chegada da morte).

As últimas obras de João Penha surgem assim enredadas numa teia de contingências editoriais, cuja natureza acidentada se deve, em última instância, aos rigores de uma guerra que mudou para sempre o nosso mundo, e que tem na poesia penhiana uma interessante representação humana e literária. Por isso também se justifica esta evocação do «correctíssimo poeta, o clássico poeta da forma»²⁴, num colóquio que privilegia a epistemologia cultural, centrada nas problemáticas e representações da Grande Guerra.

FONTES DOCUMENTAIS

Biblioteca Pública Municipal do Porto – *Espólio de Antero de Figueiredo*, M-AF-1189(3), (4), (5), (6); M-AF-1193(2), (3); M-AF-1196(1), (2); M-AF-1196(7).

BIBLIOGRAFIA

- CASTRO, Sergio de (1916) – *Homens de letras e flores*. «Gazeta das Aldeias: Semanario Illustrado de Propaganda Agricola e Vulgarização de Conhecimentos Uteis», vol. XLII, n.º 1076. Porto: Typ. da Imp. Portuguesa.
- FALCÃO, Garibaldi (1916) – *A Grande Guerra: A Batalha do Marne*. Lisboa: Guimarães & C.ª Editores.
- MARQUES, Ricardo (2014) – *1914: Portugal no Ano da Grande Guerra*. Alfragide: Oficina do Livro.
- MARTELO, David (2013) – *Origens da Grande Guerra: Rumo às Trincheiras: Percurso Político-militar (1871-1914)*. Lisboa: Edições Sílabo.
- PEREIRA, Elsa Maria Gomes da Silva (2012) – *Obras de João Penha: Edição Crítica e Estudo*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 4 vols. em 7 tt. Tese de doutoramento.
- PIZARRO, Jerónimo (2006) – *A representação da Alemanha na obra de Fernando Pessoa*. «Românica», n.º 15. Lisboa: Edições Colibri, p. 95-108.
- SAMARA, Alice (1998) – *O impacte económico e social da Primeira Guerra em Portugal*. In TEIXEIRA, Nuno Severiano, coord. – *Portugal e a Guerra: História das Intervenções Militares Portuguesas nos Grandes Conflitos Mundiais: Séculos XIX e XX*. Lisboa: Edições Colibri, p. 89-106.
- SARAIVA, José Hermano (2004) – *História de Portugal*. Vol. VIII: *A Primeira República – Do 5 de Outubro à Crise Partidária*. Matosinhos: QuidNovi.
- SILVA, Vítor Aguiar e (1999) – *Teoria da Literatura*. 8.ª ed. Coimbra: Almedina.

²⁴ CASTRO, 1916.

PREMONICÃO DA CATÁSTROFE: FIGURAÇÕES APOCALÍTICAS EM *WELTENDE* (*FIM DO MUNDO*) DE JAKOB VAN HODDIS E *DIE DÄMMERUNG* (*O CREPÚSCULO*) DE ALFRED LICHTENSTEIN

ANA ISABEL BOURA*

Em 1871, foi instaurado, sob a égide de Wilhelm I e Otto von Bismarck, o II Império alemão, sessenta e cinco anos depois de Franz II haver, na sequência das invasões napoleónicas, deposto a coroa do Sacro Império Romano da Nação Alemã. Ao brasão dos Habsburgos sucediam, assim, as armas da linha prussiana dos Hohenzollern – apoteótico culminar de um interregno preenchido, primeiro, por convulsões revolucionárias internas, que reivindicavam a instauração de um regime democrático parlamentar, e, depois, por investidas militares da Liga de estados alemães contra as vizinhas Dinamarca e Áustria e da Liga de estados alemães do norte contra a França.

Bismarck, animado não pelo intuito de expansão territorial, antes pelo propósito de consolidação sistémica do *II Kaiserreich*, desenvolveu uma política externa norteada pelos princípios da diplomacia e assente em intrincada rede de alianças europeias. Menos consensual se revelou o *Chanceler de Ferro* (Eisenkanzler) no domínio da política interna, marcada pelo conflito não só com as principais forças partidárias que gozavam de assento parlamentar (Zentrumspartei, Nationalliberale Partei e Sozialdemokratische Partei), mas também com a Igreja Católica. Tais dissidências não obstaram, porém, a que Bismarck promovesse medidas tão inovadoras, como exemplares na área jurídica (instituição do Código Penal e do Código Civil), na área financeira (introdução da moeda única, o *Reichsmark*, e fundação do *Reichsbank*) e

* Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e investigadora do CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura Espaço Memória».

na área social (criação dos seguros de doença, acidente, invalidez e velhice; redução do horário de trabalho feminino e infantil).

Wilhelm II, compelido, pela morte, no mesmo ano, do avô, Wilhelm I, e do pai, Friedrich III, a ascender ao trono em 1888, cedo entrou em desacordo com as opções bismarckianas de política interna e externa, obrigando, já em 1890, o Chanceler a demitir-se das suas funções governativas. Coadjuvado por sete Chanceleres, sucessivamente afastados da função governativa por opção própria ou por decisão imperial, *O Rei dos Mendigos (König der Bettler)* distinguiu-se, no plano interno, pelas medidas de proteção laboral e de segurança social; pelas iniciativas de desenvolvimento agropecuário, comercial e industrial; pelas opções liberatórias da atividade político-partidária – que, contudo, não atenuaram a oposição do Partido Social-Democrata –; pelos esforços de integração étnica – que, todavia, não impediram as crescentes manifestações de antissemitismo; e pela frutuosa tentativa de pacificação confessional.

No domínio da política externa, Wilhelm II, movido pelo sonho de prestígio internacional e pela convicção da invencibilidade militar da Alemanha, não só promoveu medidas destinadas a garantir a invulnerabilidade do II Império a ameaças externas (o reforço do aparelho militar; a modernização e ampliação da frota de guerra; a insistente propaganda militarista; a tripla aliança com o Império Áustro-Húngaro e com a Itália), como também assumiu posições de animosidade internacional (a não renovação do Tratado de Neutralidade com a Rússia; a exacerbação da política colonial em África e no Pacífico – que favoreceu o desentendimento com a Grã-Bretanha; e o envolvimento, direto ou indireto, em conflitos mundiais, como a Guerra Sino-Japonesa (1894-1895), a Guerra dos Boers (1899-1902), a Guerra dos Boxers (1900), a Guerra Russo-Japonesa (1904-1905), as Crises de Marrocos (1905-1906 e 1911), a Guerra Itálo-Turca (1911-1912).

Na verdade, tanto a atuação bismarckiana, como a ação guilhermina propiciaram o fortíssimo incremento económico do *II Kaiserreich*, não obstante as violentas repercussões da crise mundial despoletada, em 1873, pelo colapso das Bolsas de Viena, de Nova York e de Berlim: num quadro de tardia, mas ampla e veloz industrialização, assistiu-se à expansão das indústrias metalúrgica, química, elétrica, ótica e têxtil, que justificaram o prestígio internacional da etiqueta *Made in Germany*, e testemunhou-se o florescimento do comércio interno e externo, o incremento da agricultura e da pecuária e a modernização do sistema bancário.

Tal incremento económico repercutiu-se ora favorável, ora nocivamente no quadro demográfico e social do II Império: registre-se, por um lado, a subida da taxa de natalidade e a descida da taxa de mortalidade; refira-se, por outro lado, o alto índice de migração da população rural para a cidade, a rápida ampliação dos aglomerados populacionais urbanos, as deficitárias condições de habitação e de trabalho nas grandes cidades ou nas respetivas áreas suburbanas – fatores de conflitualidade latente

ou aberta que proporcionaram a reunião de empregadores em associações patronais e a congregação de trabalhadores em grupos e centrais sindicais.

A entrada no século XX significou, no domínio cultural alemão, como, de resto, no universo artístico europeu, o afastamento das estéticas realista e naturalista (que defendiam a representação fidedigna do real) e a concomitante afirmação de vanguardas anti-miméticas: aos paradigmas do Impressionismo, do Simbolismo, da Arte Nova, do Esteticismo e do Decadentismo, que pautaram a viragem finissecular, sucederam, nas décadas iniciais do novo século, as artes do Cubismo, do Expressionismo e do Dadaísmo.

Inconformistas, escritores e artistas plásticos, mas também compositores, refletiam nas suas obras a crescente tensão interna determinada, por um lado, pelo expansionismo militarista de Wilhelm II e pela colisão de interesses políticos-económicos no espaço euroasiático – culminante na instabilidade explosiva dos Balcãs –, por outro lado, pela precária condição económico-social da classe popular, pela estonteante inovação técnica e pela tão deslumbrante, como intimidatória massificação urbana.

Com idealista exaltação concetual e formal se afirmaram, a partir de 1905, no quadro cultural alemão, sobretudo em Berlim, Munique, Dresden e Colónia, os jovens autores literários e plásticos subsequentemente designados por Expressionistas alemães: maioritariamente oriundos de famílias da burguesia culta e, não raro, com formação universitária, conheciam bem não apenas os paradigmas estéticos que os haviam antecedido, mas também os enunciados filosóficos que marcavam a sua época: o niilismo de Friedrich Nietzsche, o vitalismo de Wilhelm Dilthey e de Henri Bergson, o futurismo de Filippo Tomaso Marinetti, o pessimismo de Oswald Spengler.

E assim oscilantemente confrontados com constatações de decadência civilizacional e exigências de intervenção regeneradora, com encómios ao progresso técnico e apologias de guerra universalmente higienizadora, os Expressionistas enunciavam, nos serões de círculos intelectuais, ou em revistas de títulos impetuosos – *Der Sturm* (1910-1932, Berlim), *Die Aktion* (1911-1932, Berlim), *Die Revolution* (1913, Munique), *Das neue Pathos* (1913-1919, Berlim), princípios não apenas de renovação estética, mas também, e sobretudo, de transformação espiritual. Rejeitando o conservadorismo burguês e o dogmatismo eclesiástico, tanto como recusando o convencionalismo temático e formal das artes, os escritores e artistas plásticos do Expressionismo conjugavam, em extáticas figurações discursivas e pictóricas, imagens de derrocada apocalíptica e de redenção cósmica.

Muitos deles, como os escritores Alfred Döblin e Ernst Toller, o pintor Ernst Ludwig Kirchner, ou o escultor e artista gráfico Wilhelm Lehmbruck, apoiaram entusiasticamente a entrada precoce do *II Kaiserreich* na I Guerra Mundial, persuadidos pelas instâncias políticas, militares e empresariais da inevitabilidade defensiva da nação alemã e da célere resolução do conflito armado. Numerosos de entre eles,

como os escritores August Stramm, Ernst Stadler, Gustav Sack, Walter Flex, Alfred Lichtenstein, Ernst Wilhelm Lotz e Reinhard Sorge, ou os pintores August Macke, Franz Nölken, Franz Marc, Wilhelm Morgner e Hermann Stenner, claudicaram no campo de batalha. Outros, de regresso a casa, implodiram no universo da loucura, seguindo, às vezes, como Wilhelm Lehmbruck, a via suicidal. Não poucos destes jovens criadores haviam, por sismográfica intuição, abordado, com drástica clareza, ou em estilizada modelização, o tema da desordem individual e da desestabilização coletiva, bem antes de eclodir a Grande Guerra.

Tal se afigura o caso de Jakob van Hoddis, pseudónimo de Hans Davidsohn, que, tendo nascido, em 1887, em Berlin e estudado Arquitetura em Munique, assim como Grego e Filosofia em Jena e Berlin, conviveu na capital alemã com, entre outros, Kurt Hiller, Erwin Loewensohn, Georg Heym, Ludwig Meidner, Ernst Blass e Alfred Lichtenstein, que, como ele, marcariam a cena expressionista berlinense. Co-fundador, em 1909, do *Neuer Club* e do *Neopathetisches Cabaret*, fóruns de leitura e discussão literária, van Hoddis viu manifestarem-se, a partir de 1912, os primeiros sinais de esquizofrenia, que não lhe impediu a criação literária, mas determinou, em 1942, o seu transporte, por nacional-socialistas, para um campo de concentração em parte incerta. Em 11 de janeiro de 1911, publicara, no semanário berlinense *Der Demokrat*, o poema *Weltende (Fim do Mundo)*, que, significativamente, Kurt Pinthus, em 1919, tomara para abrir a sua antologia de textos expressionistas *Menschheitsdämmerung (Crepúsculo da Humanidade)*.

Já o título do poema, constituído por um único lexema e, por isso mesmo, mais incisivo, convoca imagens de finalização absoluta: o substantivo composto *Weltende* referencia explicitamente o temo existencial de uma entidade cósmica.

Composto por duas estrofes isomórficas, o texto associa, na quadra inicial, motivos díspares, pois que de âmbito sociopolítico (*Bürger*, burgês, cidadão; *Dachdecker*, telhadores) e geográfico (*Lüfte*, ares; *Flut*, maré-alta) –, para entretecer imagens visuais e auditivas de desvelamento, fragmentação, queda e alagamento.

À contundência dos eventos junta-se a progressão crescente do seu impacto: o chapéu do burguês *voa-lhe (fliegt)* da cabeça, desaprumando-lhe a indumentária e evidenciando-lhe a forma *pontiaguda (spitz)* da caixa craniana; uma ressonância gritante preenche a atmosfera; telhadores precipitam-se e desmembram-se no solo, deixando por concluir a tarefa laboral; nas margens costeiras, a maré sobe, deslocando invasivamente a linha fronteira entre espaço terrestre e espaço marítimo.

Também a segunda quadra conjuga motivos incongruentes, já que do domínio social (*Menschen*, seres humanos), geográfico (*Sturm*, tempestade) e técnico (*Dämme*, diques; *Eisenbahnen*, comboios), para entrelaçar imagens óticas e acústicas de assolamento e precipitação. Movidos pela tempestade, os mares revoltos invadem regiões terrestres, dispostos a esmagarem a resistência dos diques; os seres huma-

nos contraem doença respiratória, sinalizadora e indutora de perda imunitária; os comboios soltam-se dos carris que lhes regulam a marcha, para galgarem pontes, em vertiginosa queda.

Sofrendo ou induzindo a ação, as figuras apresentam-se predominantemente como entidades coletivas: em número maioritário, os substantivos em flexão plural insinuam, assim, imagens de abrangência territorial e demográfica que configuram um panorama de destruição massiva, pela violência e pela amplitude dos impactos.

A realçar a desestabilização da ordem geofísica e humana está a representação sincopada dos acontecimentos. Interventivo, o eu poético não só privilegia o período simples, como ainda faz coincidir a maioria dos períodos com a medida do verso decassilábico: quatro dos oito versos que compõem o poema são rematados por ponto final, dois outros por vírgula, verificando-se uma única ocorrência de encavalamento. Assim emoldurado pelos limites do verso, os quadros diegéticos justapõem-se, sugerindo imagens de desconexão e desagregação.

Também a configuração versificatória se coaduna com a desordem do mundo natural e a desorganização do universo humano, porquanto, se, por um lado, ressaltam, bem ao gosto expressionista, a regularidade estrófica e métrica (versos de cinco pés jâmbicos), por outro lado, sobressai a irregularidade rimática, que apõe a uma quadra de rima emparelhada e interpolada uma quadra de rima cruzada, contrapondo, ademais, a rima masculina da estrofe inicial à rima feminina da última estrofe.

Assoberbado pela isotopia apocalítica, o leitor mais desatento não notará os matizes irônicos do texto, que relativizam o gesto expressionista de exaltação discursiva. Ainda assim, nem o retrato caricatural do burguês descartado do chapéu e desprovido de excelência cognitiva, nem a discrepância entre o excessivo quadro atmosférico e a diminuta reação do organismo humano – um *resfriado (Schnupfen)*, patologia ligeira de sintomas audiovisuais hilariantes – contrariam, antes corroboram, a imagética de degeneração civilizacional e decadência planetária. Só a confissão, em oração intercalada (*liest man, lê-se*), de que a informação sobre as inundações costeiras procede de fonte jornalística questiona a onisciência do sujeito lírico e a fidedignidade do enunciado poético.

Também Alfred Lichtenstein modelou figurações apocalíticas nos textos poéticos que escreveu muito antes de entrar no palco da I Guerra Mundial. Tendo nascido, em 1889, em Berlim, e frequentado Direito na capital alemã e em Erlangen, colaborou, entre outras, nas revistas *Aktion*, *Der Sturm (A Tempestade)* e *Simplicissimus*. Poucos meses após ter apresentado a dissertação que lhe rematava o curso universitário, o autor berlinense alistou-se no Segundo Regimento Bávaro de Infantaria. Chamado à frente de batalha no início do conflito mundial, veio a morrer em combate, no norte de França, sete semanas depois. Em 18 de março de 1911, Lichtenstein dera à estampa, no número 55 de *Der Sturm*, o poema *Die Dämmerung (O Crepúsculo)*,

que, tal como *Weltende* (*Fim do Mundo*), viria a ser escolhido por Kurt Pinthus para integrar a sua compilação antológica de textos expressionistas.

Diferentemente do título *Weltende*, a expressão paratextual *Die Dämmerung* (*O crepúsculo*) não induz expectativas de derrocada cataclísmica. Antes de mais, o lexema *Dämmerung* referencia dois momentos antagónicos do ciclo solar. Tomado habitualmente como sinónimo de anoitecer, e assim investido de carga metafórica, o motivo do crepúsculo sinaliza, então, uma fase de progressivo, mas vagaroso declínio. E se, aplicado figurativamente ao âmbito biológico ou ao domínio económico, o movimento descendente assume valor disfórico, pela implicação de perda irreversível ou temporária, em referência denotativa, a atenuação da luminosidade solar não só assinala uma regularidade processual, como até se associa a isotopias de suavização e tranquilização. Na concomitante aceção de aurora, o substantivo *crepúsculo* evoca positivas imagens de ascensão e recomeço. Só o texto do poema possibilita, por conseguinte, imputar ao sintagma titular o significado de evolução declinante.

Difere, ainda assim, na configuração temático-formal, *Die Dämmerung* de *Weltende*. Ressalta, desde logo, nas três quadras que compõem o poema de Lichtenstein a combinação de sugestões eufóricas e disfóricas. De facto, um rapaz bem nutrido em atividade lúdica, um poeta louro, uma mulher de porte requintado, um jovem com interesse sexual e um palhaço a calçar as botas formam um conjunto heterogéneo, mas aprazível, a que podem juntar-se um lago, signo de relaxante serenidade, uma árvore, símbolo de purificação e fertilidade, um campo, vasto repositório telúrico, um potro, animal de espécie nobre, cães, animais domésticos de jeito fiel, e até mesmo, uma janela, requisito interfacial que vincula, mais do que aparta, espaços exteriores e interiores.

Destoam no conjunto o bebé que chora, os dois paralíticos e o homem obeso. Mais perturbador se revela, contudo, o comportamento impróprio, ou insólito dos sujeitos: o miúdo brinca com, em vez de em, ou junto a, um lago; o céu acusa ar tresnoitado; o vento acomoda-se numa árvore; os paraplégicos arrastam-se, curvados sobre muletas, pela extensão campestre; a imaginação criadora do poeta toca as raias da loucura; o cavalinho derruba a dama por que passa; o obeso *cola-se* (*klebt*) ao parapeito; o jovem busca satisfação sexual junto de uma mulher segregada; o palhaço apresenta-se em traje cinzento; o carrinho de bebé, não o seu ocupante, grita; e os caninos praguejam.

Predomina, como em *Weltende*, na sucessão de eventos, o sujeito humano. Porém, no texto lichtensteiniano nem os indivíduos racionais ou irracionais, nem os elementos inorgânicos se distinguem pela movimentação dinâmica ou pelo estatuto coletivo. A tocar as raias do grotesco, a imagética visual, auditiva e táctil de *Die Dämmerung* evidencia ora estados de inércia, ora situações de reduzida ação cinésica, praticada ou sofrida por figuras singulares, que o discurso poético exacerbadamente individual-

liza: o artigo indefinido singular *ein* (um) surge em doze ocorrências textuais para referenciar os sujeitos ativos ou passivos da ação, iniciando seis dos doze versos que compõem o poema, enquanto o artigo definido singular serve a referência de três outros sujeitos. Só quatro substantivos em flexão plural assomam no texto (*Krücken*, muletas; *Lahme*, paráliticos, *Stiefel*, botas, *Hunde*, cães), insinuando tal marcação do elemento individual a solitude existencial do(s) ser(es).

Não surpreende, assim, que, como van Hoddis, Lichtenstein explore o recurso expressionista da representação sincopada dos acontecimentos, preferindo o período simples e sujeitando, em dez dos doze versos, o comprimento da oração autónoma à medida do verso decassilábico, que remata por ponto final e por vírgula, com exceção de uma ocorrência de encavalamento. Deste modo justapostos, os quadros diegéticos realçam a desagregação dos sujeitos e a dissonância dos atos.

Com a imagética de desarmonia existencial contrasta, realçando-a, a regularidade estrófica e métrica, mas também rimática, do poema, que agrega quadras de cinco pés jâmbicos e de rima cruzada, no interior das quais contrapontisticamente se distribuem rima masculina e feminina, rima rica e pobre.

Poupado ao convulsivo desabamento da ordem natural e social, o leitor de *Die Dämmerung* depara, todavia, com a falência da sociedade e da natureza. Só a ambivalência do substantivo titular lhe permite a ilusão expressionista de que *ao crepúsculo da humanidade* sucederá nova aurora civilizacional.

BIBLIOGRAFIA

- BARRENTO, João (ed.) (1976) – *Expressionismo Alemão. Antologia Poética*, Lisboa: Ática.
- HODDIS, Jakob van (1958) – *Weltende. Gesammelte Gedichte*, Zürich: Arche.
- LICHTENSTEIN, Alfred (1962) – *Gesammelte Gedichte. Mit Photos, Porträt und Faksimiles*, Zürich: Arche.
- PINTHUS, Kurt (ed.) (1972) – *Menschheitsdämmerung. Ein Dokument des Expressionismus*, Hamburg: Rowohlt Taschenbuch Verlag.

VILA NOVA DE GAIA E A 1.^a GRANDE GUERRA

J. A. GONÇALVES GUIMARÃES*

*mas que a guerra foi um crime, inútil, repulsivo e tudo mais,
é hoje coisa universalmente reconhecida.*

Pierre Van Paassen, 1946, p. 67.

1. ENQUADRAMENTO GERAL DO CONFLITO

Um pouco por toda a Europa e outras regiões do globo iniciaram-se neste ano de 2014 diversas ações de evocação do centenário do primeiro grande conflito mundial que decorreu entre 1914 e 1918.

Chamar a História não é apenas uma necessidade das gerações presentes, um respeito pela memória dos que viveram e sofreram os acontecimentos, mas também uma oportunidade de interrogação dos historiadores para explicarem as razões daquela grande mortandade humana e animal – morreram milhões de seres humanos, mas também milhões de animais de transporte, cavalos, mulas, burros, dromedários, cães de guerra, pombos correios, e também milhões de animais domésticos e selvagens, nomeadamente os bancos de peixes destruídos pelos combates navais. Uma hecatombe como nunca se vira.

O cidadão comum e o estudante terão assim também a oportunidade de reverem um acontecimento que infernizou a vida dos seus bisavós, trisavós ou tetravós e sobretudo de se inteirarem das razões pelas quais tal suicídio civilizacional não deveria ter voltado a acontecer. Porque aconteceu, como é sabido: entre 1939 e 1945 deflagrou um conflito bélico ainda maior, a 2.^a Grande Guerra ou 2.^a Guerra Mun-

* Historiador; diretor do Solar Condes de Resende.

dial, que terminou com a destruição atômica de Hiroshima e Nagasaki no Japão, a que se seguiram a Guerra da Coreia, a Guerra do Vietnã e, no que diz respeito a Portugal, a Guerra Colonial em Angola, Guiné e Moçambique, e mais recentemente as guerras do Biafra, do Afeganistão, do Golfo, dos Balcãs, do Iraque, da Líbia e a guerra permanente entre Israel e a Palestina que já dura desde 1948.

Regressemos à 1.ª Grande Guerra: o século XIX, na sequência do desfazer do Império Napoleónico na Europa, assistiu ao eclodir dos nacionalismos, mas também ao reforço dos grandes impérios, como o Britânico, que ia desde o Canadá, passando por África até ao Egito, pela Índia, Austrália e Nova Zelândia e dominar os mares; o Império Russo que abrangia não só a Rússia na Europa mas toda a Sibéria até ao Pacífico; os Estados Unidos que começavam a impor-se na cena mundial e que foram anexando antigas colónias periféricas como Porto Rico e o Hawai e se preparavam para anexar Cuba se os cubanos tivessem permitido; a França, derrotada em 1870 na Guerra Franco-Prussiana, ocupava extensas colónias no Norte de África, o mesmo sucedendo com a Espanha e a Itália. Portugal mantinha as suas colónias em África e presenças simbólicas na Índia, Macau e Timor. Estes eram os países «Aliados», a que se juntaram o Japão, a Bélgica, a Sérvia, a Roménia, o Montenegro e outros, embora nem todos tenham entrado no conflito, como a Espanha, ou só o tenham feito no final, como os E.U.A., a China, o Brasil, e mais alguns países.

Do outro lado beligerante estavam o Império Alemão, onde predominava a Prússia de Bismark (1815-1898), fortemente militarizada desde a Guerra Franco-Prussiana, com capital em Berlim; o Império Austro-Húngaro, com sede em Viena; o Império Otomano, com sede em Istambul, e alguns outros países como a Bulgária e outros próximos nos Balcãs, conforme a sorte da guerra.

Na maior parte dos países aliados havia já democracias instaladas, nas quais, pelo menos os parlamentos e o governo eram eleitos por sufrágio popular; noutros, como na Rússia, tal não acontecia. Do «outro lado» a situação era idêntica, o voto popular poderia ter travado o conflito, mas não o fez. Os enormes exércitos então constituídos, imbuídos de um espírito belicista e nacionalista, acreditavam numa guerra rápida, «que acabaria antes do Natal» de 1914. Tal não aconteceu, como se veio a verificar.

Mas o que é que estava em causa? Antes de mais a supremacia do Império Britânico que controlava o acesso às matérias primas em todo o mundo, desde o trigo da Rússia, aos metais e madeiras de África, até ao, cada vez mais importante, petróleo do Médio Oriente, no que era aqui contrariado pelos turcos e o seu Império Otomano que abrangia os países árabes e a velha Palestina.

As potências centro-europeias, geoestrategicamente espartilhadas entre o Ocidente e a Rússia, como os alemães e os austro-hungaros, tentavam também manter colónias em África ou estabelecer parcerias com povos recentemente espoliados pelas potências ocidentais, como fora o caso da China – onde os alemães ainda tinham

um enclave colonial – e outros países do Pacífico. Por outro lado nunca aceitaram que alguns países da sua periferia, como a Dinamarca, a Holanda, a Bélgica – esta última também tinha colónias em África – o Luxemburgo, os países dos Balcãs e a própria Grécia, se aliassem à França e ao ocidente, e assim saíssem do eixo Centro Europeu/Otomano para o eixo ocidental.

Costuma considerar-se o assassinato do arquiduque Francisco Fernando da Áustria e sua mulher, em Sarajevo (Bósnia), por um estudante a 28 de junho de 1914, como motivo imediato para o despoletar desta guerra, mas esse foi apenas um episódio simbólico. As suas causas são muito mais profundas. Porém é certo que as ameaças diretas entre os vários povos se iniciaram logo a 2 de agosto com a ocupação do Luxemburgo pela Alemanha, a que se seguiu a Bélgica e depois a França, em cujo território se vai desenrolar o principal teatro de guerra, mas não o único, pois os conflitos alastram a todo o mundo, na terra, no mar e no ar, com a aviação e o tanque de guerra a serem a «novidade militar» deste conflito. E os gases tóxicos lançados sobre o inimigo, o início da «guerra química»¹.

2. PORTUGAL NA 1.ª GRANDE GUERRA

Em Portugal, jovem república implantada em 1910 e país a braços com imensos problemas económicos sociais e culturais, com conflitos latentes ou evidentes entre monárquicos, republicanos e anarquistas, os políticos e os cidadãos dividiam-se entre o permanecer neutral, o apoiar a «velha aliada» (a Inglaterra), que afinal nos traíra com o Ultimato de 1890 e nos explorava diariamente com os seus empréstimos a juros altos na Bolsa de Londres, ou apoiar os impérios centro europeus, que também estavam interessados nas colónias portuguesas em África².

Não é verdade que Portugal só tenha entrado no conflito em 1916 ou então, tal só o é, para o teatro de operações na França e Bélgica, para onde segue o CEP (Corpo Expedicionário Português) a 30 de janeiro de 1917. Mas logo a 18 de agosto de 1914 Portugal mobilizara tropas para defenderem a fronteira sul de Angola e a fronteira norte de Moçambique, que separavam estas colónias portuguesas das alemãs. É neste cenário de guerra que vão morrer muito mais soldados portugueses do que na Flandres, só que muitos não morreram nos combates, que aqui foram esporádicos, mas sobretudo de doenças, de fome e de carências de toda a espécie, face ao abandono a

¹ Existe muita e variada bibliografia sobre a 1.ª Grande Guerra, mas cremos que se lerá com proveito as sínteses GILBERT, 2007 e STONE, 2011. Recomendariamos ainda o testemunho pessoal sobre a época de VAN PAASSEN, 1946.

² Sobre a participação de Portugal no conflito ver AFONSO & GOMES, 2010 e alguns artigos da série de suplementos sobre a «Primeira Guerra Mundial 1914 – 2014», publicados pelo jornal «Público» entre 28 de julho e 6 de setembro de 2014.

que foram votados pelos generais de Lisboa e pela falta de preparação para atuarem numa região com condições que de todo não conheciam. É uma página negra da História de Portugal que não tem sido estudada, ou tem mesmo sido escondida pelos factos vergonhosos que realmente apresenta, nomeadamente por parte das chefias militares da época, que sempre preferiram enaltecer a “Batalha de La Lys”, também ela um desastre para as tropas portuguesas, mas que se passou no teatro heróico dos que venceram a guerra. Preferiram o «soldado desconhecido» aos milhares de soldados perfeitamente identificados que morreram ou ficaram para sempre estropiados. E, como é sabido, não há generais desconhecidos³.

3. VILA NOVA DE GAIA E A 1.ª GRANDE GUERRA

Mas, afinal, o que é que Vila Nova de Gaia terá a ver diretamente com isto tudo, para além, obviamente, de fazer parte do contexto nacional que esteve ligado ao conflito? Antes de mais existe aqui um quartel militar, na Serra do Pilar, que mobilizou soldados para África e para França, e onde ainda hoje se podem encontrar memórias dessa participação, nomeadamente peças de artilharia da época, e outras. Depois talvez importe analisar as evidências materiais da época que chegaram aos nossos dias as quais nos levantam curiosas interrogações: sabendo-se que estamos perante anos difíceis na vida das pessoas, de desemprego, carências generalizadas e mesmo fome, o que é certo é que se constroem em Vila Nova de Gaia nesse tempo alguns edifícios caros e de boa qualidade, como o Sanatório Marítimo do Norte em Valadares, que haveria de acolher soldados doentes e gaseados no final do conflito⁴, o próprio edifício dos Paços do Concelho⁵ e outros edifícios particulares⁶. A que se deve tal aparente contradição? É que, enquanto a generalidade da população passava privações, algumas empresas gaienses lucravam imenso com a guerra, fornecendo matérias primas e produtos aos beligerantes, nomeadamente vinhos e conservas, ou seja, os seus proprietários ficaram ricos, ou muito ricos com a guerra e assim puderam investir naquelas construções e no crescimento das suas empresas⁷.

³ Cf. CARVALHO, 2011; *idem*, 2014; ROCHA, 2014; JERÓNIMO, 2014.

⁴ Sobre este hospital ver TEMUDO, 2008: 51 e seguintes e ainda AMARAL, 2007.

⁵ Cf. TEMUDO; 2008: 60 e seguintes.

⁶ Como é o caso da fachada em estilo Deco, da entrada para a Quinta da Boeira, lado nascente pela rua Teixeira Lopes, erguida sob a direção do arquiteto Borges d'Oliveira para o capitalista António Eduardo Glama em 1918. No interior o projeto dos jardins foi entregue à casa Alfredo Moreira da Silva & Filhos; cf. Ilustração Portuguesa, II série, n.º 622, p. 59. Agradeço esta referência à Dr.ª Teresa Santos.

⁷ Não temos ainda um estudo para a atividade económica do município entre 1914 e 1918, mas apenas dados avulsos para algumas empresas, veja-se contudo GUIMARÃES, 2010 e, para o país e a indústria conserveira em geral, LAINS, 2014 e SILVA, 2014.

Um outro aspeto pelo qual Vila Nova de Gaia vai estar ligada ao conflito, ainda que por motivos tristes, é que foi daqui, a partir de soldados desmobilizados pelo Quartel da Serra do Pilar que tinham regressado das colónias, que teve início a «gripe pneumónica», que rapidamente se espalhou por todo o Vale do Douro e depois por todo o país, e que matou mais de cem mil portugueses, que estavam «em paz» nas suas casas. Um dos que então morreram foi o pintor Amadeu de Souza-Cardozo, que por aqui andava a flunar pela Granja e Espinho⁸.

Não existe ainda qualquer estudo sobre os gaienses que participaram no conflito, quer portugueses, quer filhos ou netos de ingleses de há muito aqui radicados⁹. No entanto, com o nome dos soldados mortos da freguesia de Santa Marinha, temos uma lápide em bronze, colocada na fachada do edifício da respetiva Junta na rua Cândido dos Reis – que à data servia de Paços do Concelho enquanto decorria a construção do novo edifício -, e uma outra, uma peanha em mármore embutida na parede sul do interior da igreja do Mosteiro de Pedroso, com o nome dos mortos desta freguesia, a qual suporta uma imagem de Nossa Senhora das Trincheiras, um culto religioso católico criado por um capelão adjunto do CEP ligado ao Seminário dos Carvalhos e que ele estendeu a todo o território português, pois quase todas as terras tiveram mortos na Grande Guerra. Por isso nas igrejas de muitas delas ainda hoje se pode encontrar esta imagem, às vezes designada como Senhora das Graças, hoje já esquecida da sua primitiva designação e significado, pois este culto rapidamente foi substituído, a partir dos anos vinte, pelo de Nossa Senhora de Fátima, cujos promotores também o ligaram à questão do fim da 1.ª Grande Guerra e ao regresso dos soldados¹⁰.

4. A ESCOLA DE GAIA E OS MONUMENTOS AOS MORTOS

Mas foi sobretudo através da escultura que o município se ligou ao primeiro conflito mundial. Quase todos os escultores da chamada Escola de Gaia fizeram monumentos evocativos do conflito que hoje permanecem em praças públicas de Portugal, de França e das antigas colónias portuguesas.

Sem querer ser exaustivo, vejamos os principais escultores gaienses que ergueram monumentos aos Mortos da Grande Guerra: logo em 1919 é inaugurado na Praça Carlos Alberto no Porto um grupo escultórico constituído por um alto padrão com um guerreiro antigo na base, da autoria de Oliveira Ferreira (1883-1942), o qual porém

⁸ Cf. DIAS, 1979: 16 – 24; FRANÇA, 1972: 62 e CASTRO, 1973, cartaz reproduzido na página 481.

⁹ Pelo menos um neto de Diogo Cassels morreu na 1.ª Grande Guerra em dezembro de 1915, tendo ainda nela participado três dos seus sobrinhos, cf. PEIXOTO, 2001: 473. Não temos por ora dados sobre casos idênticos em outras famílias britânicas aqui radicadas.

¹⁰ Cf. NOGUEIRA, 1997 e ainda ARAÚJO, 2014.

não agradou à população, que não percebendo a sua mensagem o fez alvo de anedotas e humor de revista na rua e nos teatros. Por esse motivo foi retirado em 1925 e substituído por outro monumento que ainda hoje lá se encontra e de que adiante falaremos¹¹.

Entretanto em dezembro de 1921, por iniciativa de antigos combatentes liderados pelo general Gomes da Costa, é criada uma Comissão dos Padrões da Grande Guerra, que virá a ser responsável pela construção de vários monumentos em França, Angola, Moçambique e Açores, além de muitos outros espalhados pelo país, se bem que muito deles tenham sido levantados com a colaboração de comissões locais.

Um dos mais emblemáticos foi inaugurado em La Couture, Nord-Pas de Calais, França, a 10 de novembro de 1928, da autoria de Teixeira Lopes (1860-1942)¹².

Nesse mesmo ano é inaugurado um novo monumento na Praça de Carlos Alberto no Porto, da autoria de Henrique Moreira (1890-1979), que aliás viria a ser o autor do maior número destas evocações, pois nesse mesmo ano é inaugurado um outro monumento na Régua, também de sua autoria, em 1930 inaugura o de Oliveira de Azeméis, em 1935 os de Portalegre e de Luanda, Angola, entretanto vandalizado depois de 1974, e em 1937 o de S. João da Madeira.

Por sua vez Sousa Caldas (1894-1965), que já colaborara com Henrique Moreira noutros monumentos, realiza em 1934 o de Aveiro.

Em 1936 Diogo de Macedo (1889-1965) concebe um grupo escultórico com dois marinheiros, alusivo aos combates entre a Marinha de Guerra portuguesa e os submarinos alemães, embutido na muralha do Forte de S. Bruno em Ponta Delgada, nos Açores.

Sendo o mais recente, em 1941, José Maria Sá Lemos (1892-1971), então professor em Estremoz, concebe para a principal praça desta vila um grupo escultórico em bronze muito dinâmico, em que um soldado português substitui na metralhadora sobre o parapeito da trincheira um camarada caído em combate.

Para além dos escultores também pelo menos um pintor de azulejos gaiense deixou imagens da 1.^a Grande Guerra em composições de grandes dimensões, como é o caso do grupo de três painéis figurativos com cenas de artilharia de campanha existente no Quartel da Serra do Pilar, ladeados por dois outros painéis com as batalhas e combates onde os sucessivos regimentos ali aquartelados tomaram parte. Pintados por A. Moutinho e cozidos na desaparecida Fábrica do Carvalhinho em 1938, apresentam grande qualidade gráfica¹³.

Para além destas esculturas e pinturas alusivas ao conflito é possível que existam mais algumas outras de artistas gaienses espalhadas pelo país, ex-colónias e até outros países europeus ou no Brasil.

¹¹ Cf. COUTO, 2003: 31; sobre estes monumentos ver MATOS, 2007: 187 e seguintes.

¹² Cf. LOPES, 1968: 522 e várias outras páginas.

¹³ Sobre a Fábrica do Carvalhinho e alguns dos seus pintores ver MARTINS, 1984: 447- 468.

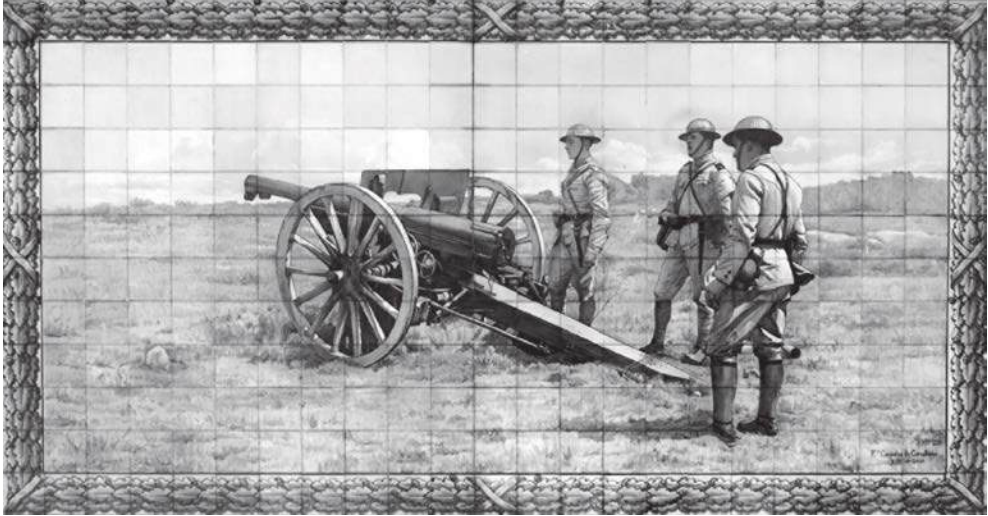


Figura 1 – Painel de azulejos alusivo à I Grande Guerra no Quartel da Serra do Pilar, pintado por A:Moutinho, Fábrica do Carvalhinho, 1938; fotografia de J. A. Gonçalves Guimarães

5. MUSEOLOGIA E COLECIONISMO

No município existem pelo menos dois núcleos museológicos com peças da época: o mais importante é o do Quartel da Serra do Pilar, composto por peças de artilharia, mas também por outras armas, fardamento e equipamento, e outros objetos. Também no Solar Condes de Resende, na Coleção Marciano Azuaga, existem três peças da 1.ª Grande Guerra: um capacete e uma espingarda Lee-Enfield, modelo 1916, britânicos, e uma máscara anti-gás alemã¹⁴.



Figura 2 – Capacete de ferro M1915 (britânico); Solar Condes de Resende; fotografia de Susana Guimarães



Figura 3 – Espingarda Lee-Enfield MK3, 1916 (britânica); Solar Condes de Resende; fotografia de Susana Guimarães



Figura 4 – Respirator M 1917 (alemão); Solar Condes de Resende; fotografia de Susana Guimarães

¹⁴ Sobre esta Coleção ver GUIMARÃES & GUIMARÃES, 2010: 238-256.

Não havendo no município um único antiquário credenciado para a venda de peças históricas, o património das famílias tem sido desbaratado no seu significado e enquadramento, o que é muito mau para a História Local. O Clube de Colecionadores de Gaia, nas suas feiras e exposições, apresenta algumas peças com interesse para este tema, sobretudo a nível da cartofilia.

6. DOCUMENTAÇÃO INÉDITA

Documentação inédita sobre Vila Nova de Gaia e a 1.^a Guerra Mundial é possível encontrá-la no Arquivo do Ministério das Finanças, onde existe a lista completa dos soldados mortos e feridos e respetivas pensões. Também se encontra no Arquivo Municipal de Vila Nova de Gaia e nos arquivos das empresas de Vinho do Porto abundante documentação sobre a vida no Entrepasto de Gaia e as exportações de vinhos, sendo possível que outros arquivos e coleções, sobretudo privados, ainda venham a revelar interessantes documentos e objetos sobre esta época histórica e os seus intervenientes no que ao município diz respeito.

Escrito por um soldado gaiense, José Pereira do Couto Soares 1.^o Cabo de Infantaria n.º 6, existe um caderno manuscrito intitulado «1917 – 1919 Expedição Militar à África Oriental (Província de Moçambique). Memórias de um expedicionário» seguido de uma antologia de poesia e outros textos autobiográficos. Naquele primeiro texto relata com pormenor a situação no país e as ocorrências da sua vida militar desde Gaia até Lisboa e Moçambique, constituindo este relato um precioso documento, ainda inédito:

Trago comigo uma série de apontamentos colhidos na ocasião em que os acontecimentos tiveram lugar e por isso sob a impressão viva dos mesmos acontecimentos. Coligir essas notas ligando-as entre si pela sua ordem cronológica, eis o que vou tentar fazer, tanto mais que elas são para mim a recordação amarga, a lembrança horrorosa dos atropelos e violências de que foram vítimas todos os soldados expedicionários à África Oriental.

Assim começa a sua narrativa que conta com abundantes pormenores a presença dos militares portugueses naquela colónia, os quais face ao abandono a que foram votados pelo governo da República, chegaram a andar rotos, descalços, com fome e a mendigar nas ruas de Lourenço Marques. Este relato termina com as seguintes palavras:

Agora vou na estrada que conduz à minha aldeia e penso...Penso e sinto-me revoltado. Eu nunca fui crente, mas agora sinto-me scético. Não creio que haja um Deus que sancione tanta infâmia, nem concebo o amor a uma pátria que deixa morrer tantos dos seus filhos à fome e ao abandono, cobertos de miséria e opróbrio. Penso que depois dos absurdos proclamados pelas várias religiões, há esta nova religião que nos ensina a amar a Pátria, organizada em Estado que nos não deixa viver em paz, na doce alegria do nosso torrão natal. É pois a divisão do mundo em pátrias diversas que gera as guerras devastadoras,

são os grandes capitalistas que dentro das respectivas pátrias se arvoram em mandões e atiram para a carnificina os pobres trabalhadores só para que eles possam continuar a ser grandes, é esta criminosa organização da sociedade em estados e hierarquias, que um dia levará os povos a uma vingança terrível. Se agora o meu regresso trouxe a alegria ao meu lar, há milhões de criaturas que em todo o mundo pranteiam seus mortos e estes lá das terras frias da Bélgica e da França, dos confins ardentes da África ou do fundo tenebroso dos mares, erguem um clamor tremendo de maldição contra a organização social injusta que os sacrificou para satisfação de inconfessáveis ambições¹⁵.

7. BIBLIOGRAFIA INTERESSANTE

O Solar Condes de Resende tem no seu Centro de Documentação alguma bibliografia rara ou pouco conhecida sobre o conflito, como é o caso, entre outras obras, do insólito poema épico *A Europiada* de Artur Botelho, uma tentativa de emulação do poema da Camões, neste caso sobre a 1.ª Grande Guerra, estando para serem publicados nos próximos tempos alguns estudos sobre o tema e a época pelos investigadores do Gabinete de História, Arqueologia e Património¹⁶.

Este nosso texto mais não visa por agora do que apresentar uma introdução aos estudos locais sobre a Primeira Grande Guerra que serão apresentados nos próximos quatro anos.

BIBLIOGRAFIA

- AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos de Matos (2010) – *Portugal e a Grande Guerra 1914-1918*. Matosinhos: QuidNovi.
- AMARAL, Anabela Araújo de Carvalho (2007) – *Vivências Educativas da Tuberculose no Sanatório Marítimo do Norte e Clínica Heliântia (1917-1955)*. Porto: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação. Tese de Mestrado.
- ARAÚJO, António (2014) – *A guerra e o sagrado*. «Primeira Guerra Mundial 1914-2014». Lisboa: Público, n.º 21, 17 de agosto.
- BAPTISTA, Eva (2014) – *Bernardo de Almeida Lucas – A ação do deputado da nação eleito pelo Círculo n.º11 (Gaia) durante a Grande Guerra (1914-1918)*. «Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia», n.º 78, Junho. Vila Nova de Gaia: Associação Cultural Amigos de Gaia, p. 38-45.

¹⁵ Na mão de seu neto Dr. Fernando Rui Soares, que tenciona publicá-lo neste centenário do conflito e a quem agradecemos o ter-nos facultado uma cópia deste álbum que seu avô nos deu a ler na década de sessenta do século passado e de que nunca mais esquecemos o conteúdo. José Pereira do Couto Soares perfilhava o ideal anarquista, conforme se pode ver pelos trechos que agora divulgamos, pela transcrição neste álbum da versão anarquista dos versos de *A Portuguesa*, o hino nacional, bem diferentes da versão de Henrique Lopes de Mendonça, e até por muitos dos poemas da sua antologia pessoal também transcrita nesta álbum.

¹⁶ Como é o caso de BAPTISTA, 2014 sobre o deputado gaiense Bernardo Lucas.

- BOTELHO, Artur (1935) – *A Europiada. Poema épico sobre a Grande Guerra*. Porto: Alfredo Araújo editor.
- CARVALHO, Manuel (2011) – *A longa marcha do alferes Jacinto entre feras e alemães*. «Primeira Guerra Mundial 1914 – 2014». Lisboa: Público, 18 de setembro, p. 16-17.
- CARVALHO, Manuel (2014) – *A Grande Guerra que Portugal quis esquecer* (seguida de outros textos). «Primeira Guerra Mundial 1914 – 2014». Lisboa: Público, n.º 1, 28 de junho a n.º 11, 7 de agosto.
- CASTRO, António Paes de Sande e (1973) – *A Granja de Todos os Tempos*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal.
- COUTO, Júlio (2003) – *Praça de Carlos Alberto*. Porto: Livraria Vieira.
- DIAS, Viriato (1979) – *A pneumónica foi o pesadelo...* «Os Grandes Acontecimentos da História», n.º 4, julho. Lisboa: Editorial Globo, p. 16-27.
- FRANÇA, José-Augusto (1972) – *Amadeo de Souza-Cardoso*, 2.ª edição. Lisboa: Editorial Inquérito.
- GILBERT, Martin (2007) – *A Primeira Guerra Mundial*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- GUIMARÃES, J. A. Gonçalves (2010) – *Republicanos, monárquicos e outros. As vereações gaienses durante a 1.ª República (1910-1926)*. Vila Nova de Gaia: Confraria Queirosiana.
- GUIMARÃES, J. A. Gonçalves; GUIMARÃES, Susana (2010) – *O Núcleo Chinês da Coleção Azuaga: o colecionismo como lazer*. «Zhongguo Yanjiu – Revista de Estudos Chineses», n.º 6. Lisboa: Instituto Português de Sinologia, p. 238-256.
- Ilustração Portuguesa, II série, n.º 622. Lisboa, 21 de Janeiro de 1918.
- JERÓNIMO, Miguel Bandeira (2014) – *Os choques da civilização testemunhos, horrores e silêncios*. «Primeira Guerra Mundial 1914 – 2014». Lisboa: Público, n.º 40, 5 de setembro.
- LAINS, Pedro (2014) – *Lições económicas da Primeira Guerra Mundial*. «Primeira Guerra Mundial 1914 – 2014». Lisboa: Público, n.º 30, 26 de agosto.
- LOPES, A. Teixeira (1968) – *Ao correr da pena. Memórias de uma vida...*, publicadas e prefaciadas por B. Xavier Coutinho. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal.
- MARTINS, Fausto (1984) – *Subsídios para a História da Fábrica Cerâmica do Carvalhinho*. «Gaya», vol. II. Vila Nova de Gaia: Gabinete de História e Arqueologia, p. 447-468.
- MATOS, Lúcia Almeida (2007) – *Escultura em Portugal no século XX (1910-1969)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- NOGUEIRA; Fernanda (1997) – *Nossa Senhora das Trincheiras em Pedroso*. «Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia», n.º 43, Junho. Vila Nova de Gaia: Associação Cultural Amigos de Gaia, p. 49/50.
- PEIXOTO, Fernando (2001) – *Diogo Cassels uma Vida em Duas Margens*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal.
- Primeira Guerra Mundial 1914 – 2014. Lisboa: Público, 28 de julho a 6 de setembro de 2014.
- ROCHA, João Manuel (2014) – *A frente esquecida: Angola*. «Primeira Guerra Mundial 1914-2014». Lisboa: Público, n.º 35, 31 de agosto.
- SILVA, Ana Rute (2014) – *A I Guerra Mundial deu “lucros, muitos lucros” à indústria de conservas*. «Primeira Guerra Mundial 1914-2014». Lisboa: Público, n.º 36, 1 de setembro.
- SOARES, José Pereira do Couto (s/d) – *Memórias de um expedicionário à África Oriental, uma coleção de poesias selecionadas, e A Minha Vida Contada...*, caderno manuscrito inédito.
- STONE, Norman (2011) – *Primeira Guerra Mundial. Uma História Concisa*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- TEMUDO; Alda Padrão, coord. (2008) – *Francisco d'Oliveira Ferreira o Arquitecto de Gaia*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal.
- VAN PAASSEN, Pierre (1946) – *Estes Dias Tumultuosos*. Lisboa: Livros do Brasil.

O FUTEBOL PORTUENSE DURANTE A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

RICARDO PEREIRA*

INTRODUÇÃO

O nosso estudo analisa o futebol, na cidade do Porto, durante a Primeira Guerra Mundial. O quadriénio da Grande Guerra causou imensas alterações no mundo, desde o quotidiano das populações às complexas relações internacionais. Segundo Martin Gilbert, a Primeira Guerra Mundial saldou-se por mais de nove milhões de mortos, o que representou uma mortalidade sem paralelo à época: «Na Primeira Guerra Mundial morreram mais de nove milhões de soldados de Infantaria, Marinha e Força Aérea. Calcula-se que morreram também cinco milhões de civis em consequência da ocupação, de bombardeamentos, fome e doenças»¹. Portanto, foi neste contexto de destruição, mudança e dificuldades que o futebol jogou a sua sobrevivência.

Na primeira abordagem ao tema, o estudo foca a atenção nas vésperas da guerra, de modo a perceber ou identificar o nível do futebol portuense nos seus diversos planos – democratização, associativismo, contactos regionais e internacionais. Apesar do primeiro encontro de futebol e de alguns clubes, no Porto, despoletarem no final da Monarquia, a democratização foi concomitante à instauração de um regime político – a República Portuguesa. A proliferação de clubes, nos primeiros anos da República, e a sua extensão geográfica demonstram a difusão da modalidade pelos diversos locais da cidade. A Associação de Futebol do Porto fundou o campeonato regional homónimo mas não uniformizou as competições na cidade, pois exemplos como a Taça José Monteiro da Costa (primeira competição no Porto), Taça Honorato Santos e Taça da Imprensa Sportiva disputaram-se em simultâneo com as provas oficiais da AF Porto. Todavia, o futebol portuense não se limitou a encontros endógenos mas também teve abertura para as formações exógenas, de âmbito nacional e internacional.

* Faculdade de Letras da Universidade do Porto | Ricardo4clh2@gmail.com

¹ GILBERT, Martin – *A Primeira Guerra Mundial*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2007, p. 11.

No segundo ponto, o objetivo central é perceber o impacto da guerra nesta modalidade desportiva. Este conflito sangrou o futebol portuense através do recrutamento de jogadores filiados aos clubes (exemplo do Académico Futebol Clube, Boavista Futebol Clube e Futebol Clube do Porto), alguns dos quais encontraram a morte nos campos de batalha. Deste modo, a homenagem aos futebolistas vítimas da guerra revelou-se uma das prioridades do futebol. Por outro lado, a realização de encontros de beneficência para apoiar os feridos, a união dos veteranos e jogadores ativos nesta causa desportiva e a participação massiva da população evidenciaram a função aglutinadora da modalidade e, conseqüentemente, a sua importância no quotidiano da cidade. Por oposição, o futebol foi introduzido nas atividades das Forças Armadas e serviu como modelo de preparação dos cidadãos para os conflitos bélicos. A dualidade entre a confraternização e militarização da modalidade constituiu um leque diversificado de aplicações para o futebol e incrementou o seu papel. Portanto, os imensos obstáculos e conseqüências causados pela guerra obrigaram-no a adotar uma estratégia defensiva mas a crise abriu novas oportunidades de evolução.

A obra *A Busca da Excitação*², da autoria de Eric Dunning e Norbert Elias, afirma que o jogo de futebol é uma «configuração dinâmica», tal como uma cidade, igreja ou Estado:

*Se observarmos as movimentações dos jogadores no campo em permanente interdependência, podemos vê-los na realidade a formar constantemente uma configuração dinâmica [...] as pessoas formam configurações entre si – uma cidade, uma igreja, um partido político, um Estado*³.

Assim, no terceiro ponto abordamos o impacto do futebol na sociedade portuense como um fenómeno dinâmico. O jogo de futebol concomitante com uma «fuga» à realidade, a filiação dos adeptos aos clubes constituindo as primeiras claques, a solidariedade, a confraternização entre gerações diferentes e a participação de desportistas na Grande Guerra constituíram a integração da modalidade no universo íntimo da cidade.

O FUTEBOL PORTUENSE NAS VÉSPERAS DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

No século XIX, surgiu uma nova mentalidade conectada ao desporto que acreditou no desenvolvimento das capacidades intelectuais e físicas, com um rigoroso código moral e dotada de uma nova crença – «mente sã, em corpo são». Segundo

² DUNNING, Eric; ELIAS, Norbert – *A Busca da Excitação*. Lisboa: Difusão Editorial, 1992.

³ *Idem, ibidem*, p. 290.

Ricardo Serrado, o desporto foi bastante valorizado como método de transformação da sociedade: «O desporto começa então a ser cada vez mais valorizado nesta transformação da educação, visando a criação de uma elite com capacidade física e intelectual, subjugada com um rigoroso código moral e uma crença inabalável na acção e responsabilidade colectiva»⁴.

Neste contexto, nasceu o futebol moderno codificado e disciplinado pelas associações da modalidade. Nas *public schools* iniciou-se o processo de instauração do futebol moderno junto dos jovens e surgiram as primeiras leis da modalidade⁵. Por outro lado, a expansão do futebol pelo globo dependeu da sua simbiose com a potência hegemónica do século XIX, o Reino Unido. Segundo René Remond, a Europa, mas especialmente a Grã-Bretanha, criou uma «teia de aranha» com ramificações em todo o mundo, onde exportou o seu modelo político, económico e cultural durante um período a que alguns historiadores denominaram de *Pax Britânica*. O seguinte excerto corrobora estas afirmações⁶.

Portanto, uma dessas «teias de aranha» que os britânicos estenderam pelo mundo situou-se em Portugal. O futebol foi introduzido no país, durante o último quartel do século XIX, pelos ingleses. Desde a sua instauração, o desporto moderno foi visto como um método para rejuvenescer ou revigorar a raça portuguesa, de modo a ostracizar os «fantasmas» do pensamento decadentista, contemporâneo à época. Nas palavras de Ricardo Serrado: «Começava a circular a ideia em Portugal (...) que o desporto deveria servir a raça, tornando-a mais forte, revigorando-a»⁷. Todavia, o advento do desporto moderno manteve-se limitado, essencialmente, às duas grandes cidades do país – Porto e Lisboa. De seguida, o foco de análise incidirá na cidade do Porto.

Em 1894, realizou-se o primeiro encontro de futebol, no Porto, durante as Comemorações do V Centenário do Nascimento do Infante D. Henrique. Este momento foi charneira para a evolução da modalidade, sendo que no período final da Monarquia a cidade possuía algumas formações futebolísticas, como o Boavista Futebol Clube (1903), o Futebol Clube do Porto (1906) e o Leixões Sport Club (1908). No entanto, a democratização do futebol portuense somente eclodiu na fase republicana.

Na obra *História do Futebol Português*, Pedro Serra e Ricardo Serrado afirmam que a popularização do futebol foi concomitante da mudança política ocorrida em Portugal, com a Revolução de 1910⁸.

⁴ SERRA, Pedro; SERRADO, Ricardo (coord.) – *História do Futebol Português. Das origens ao 25 de Abril. Uma análise social e cultural*. Lisboa: Prime Books, Vol. I, 2010, p. 27.

⁵ *Idem, ibidem*, p. 27.

⁶ RÉMOND, René – *Introdução à História do Nosso Tempo. Do Antigo Regime aos Nossos Dias*. Lisboa: Gradiva, 2011, p. 273.

⁷ SERRA, Pedro; SERRADO, Ricardo (coord.) – *História do Futebol Português*. Vol. I, p. 38.

⁸ *Idem, ibidem*.

Portanto, os clubes proliferaram por toda a cidade, desde a Foz a Campanhã. Na fase republicana, nasceram clubes como o Salgueiros, o Académico Futebol Clube, o Progresso Sport Club, o Infesta Futebol Clube, o União Sport Club, o Internacional Futebol Club e o Sport Club e Comércio. No plano da democratização, o decreto republicano que instaurou o Domingo como dia de descanso semanal obrigatório possibilitou a participação e assistência dos proletários nos jogos de futebol, por isso contribuiu para o alargamento da base social da modalidade, como destacam João Nuno Coelho e Francisco Pinheiro:

O decreto de 10 de Janeiro de 1911, que determinou como dia de descanso semanal obrigatório para todos os assalariados, também foi peça chave na expansão do futebol, permitindo à generalidade das classes operárias dedicarem-se à prática da nova modalidade ou assistirem aos jogos⁹.

Todavia, a democratização do futebol portuense não se limitou apenas aos proletários mas também aos comerciantes através da criação dos clubes de futebol. Posteriormente, as escolas aderiram à nova modalidade e organizaram encontros, como demonstra a notícia: «Às nove horas e meia da manhã, match entre o 1º team da Escola Académica e o 1º do Sport Club Raúl Dória»¹⁰. Outra notícia do mesmo periódico evidencia a prática do futebol pelas escolas: «Às duas horas e meia da tarde, match entre o 2º team do Foot-Ball Club do Porto e o 1º team do Lyceu Rodrigues de Freitas»¹¹. Por conseguinte, também as Forças Armadas incorporaram o futebol nas suas atividades, impulsionado por Eduardo Serra.

A popularização do futebol e a efervescência da sua vivência pelos adeptos, desde cedo demonstrou as lacunas de organização dos encontros, como relata esta notícia do jornal *O Comércio do Porto*¹²:

Não se realizou no domingo passado, como estava anunciado, o match de foot-ball entre o 1º e os 2º teams dos alumnos da Escola Elementar de Commercio, devido a diferentes pessoas que assistiram ao mesmo match se intrometterem no jogo. Por este motivo ficou adiado o mesmo match (...) ¹³.

A notícia corrobora a exaltação, paixão e exacerbamento que o futebol provocava nas vésperas da Grande Guerra. A filiação de adeptos a determinados clubes foi contemporânea deste período como evidenciam Pedro Serra e Ricardo Serrado: «No

⁹ COELHO, João Nuno; PINHEIRO, Francisco (coord.) – *A Paixão do Povo. História do Futebol em Portugal*. Porto: Afrontamento, 2002, p. 29.

¹⁰ *O Comércio do Porto*. Porto, n.º 47, 25 de Fevereiro de 1911.

¹¹ *O Comércio do Porto*. Porto, n.º 48, 26 de Fevereiro de 1911.

¹² *O Comércio do Porto*. Porto, n.º 53, 5 de Março de 1911.

¹³ *O Comércio do Porto*, Porto, n.º 72, 28 de Março de 1911.

Porto, tal como na capital, passa-se o mesmo. Começa-se espontaneamente a torcer pelo FC Porto contra os ingleses do Oporto Cricket. São estes grupos de adeptos as primeiras ‘claques’ em Portugal (...)»¹⁴.

No plano associativo, o futebol portuense despoletou, de modo natural ou espontâneo até à criação da Associação de Futebol do Porto, em 1912. A primeira competição, na cidade, foi criada por iniciativa privada (Futebol Clube do Porto) e recebeu a denominação de «Taça José Monteiro da Costa», em honra do fundador do clube. A competição foi disputada pelos principais clubes portuenses da época. Estes encontros de futebol contribuíram para filiar a população, possibilitaram a evolução do nível técnico, tático e físico dos jogadores e, progressivamente, conferiram maior visibilidade com o aparecimento de notícias regulares. Após a fundação da AF Porto, a organização do campeonato regional tornou-se a prioridade para os dirigentes portuenses. Assim, em 1914, o primeiro clube a conquistar o ambicionado título foi o Boavista Futebol Clube. No entanto, a hegemonia dos campeonatos regionais, no Porto, pertenceria ao FC Porto, que, ao longo das 37 edições da prova, conquistou 33 títulos¹⁵.

Outra das etapas decisivas para a evolução do futebol portuense foi a disputa de jogos nacionais e internacionais. Nestes encontros, os clubes do Porto puderam aprender e testar as suas capacidades contra formações mais evoluídas oriundas da capital ou do estrangeiro. As formações lisboetas foram superiores nos desafios contra as congéneres portuenses durante os primeiros anos da República Portuguesa. A primeira equipa da capital a visitar o Porto foi o SL Benfica, em 1912. As deslocações de equipas, mesmo no plano nacional, acarretavam custos elevados, por isso estes encontros resultavam de convites da formação residente, maioritariamente.

Por outro lado, as visitas de clubes estrangeiros ao Porto foram desafios muito divulgados na época e geradores de entusiasmo na população, sendo comuns as recepções efusivas na estação de S. Bento. Assim, o espaço geográfico as formações internacionais que visitavam o Porto provenientes de Espanha e de França, devido aos enormes custos que estas deslocações impunham aos clubes. Na visita de uma formação espanhola ao recinto do FC Porto, o ambiente relatado pela notícia do *Comércio do Porto* era de cordialidade e amabilidade, o que comprova o carácter amador dos desafios: «Os jogadores francezes, que tiveram ocasião de conhecer de perto o nosso paiz e vão muito bem impressionados e gratos pelo acolhimento que tiveram (...)»¹⁶.

¹⁴ SERRA, Pedro; SERRADO, Ricardo (coord.) – *História do Futebol Português*. Vol. I, p. 163.

¹⁵ COELHO, João Nuno; PINHEIRO, Francisco (coord.) – *A Paixão do Povo. História do Futebol em Portugal*. Porto: Afrontamento, 2002, p. 143.

¹⁶ *O Comércio do Porto*. Porto, n.º 82, 8 de Abril de 1911.

Com o eclodir da Primeira Guerra Mundial, o futebol portuense, que estava ao ataque na sociedade, teve de adotar uma estratégia defensiva, de modo a sobreviver e consolidar a sua presença na cidade.

FUTEBOL E GUERRA

No início de Junho de 1914, poucos europeus imaginavam o deflagrar de um conflito mundial. Desde a derrota de Napoleão até à Grande Guerra, a Europa somente viveu conflitos localizados e que nunca envolveram todas as potências do «velho continente» – Alemanha, Áustria-Hungria, França, Reino Unido e Rússia¹⁷.

A política de alianças e a concomitante vontade imperialista e expansionista das lideranças europeias, no início do século XX, conduziu os povos do «velho mundo» para os campos lamacentos e entrincheirados da frente ocidental, assim como para os movimentos massivos de homens a Leste. As ilusões de uma guerra rápida e eficiente cedo se desvaneceram, por isso os países beligerantes enfrentaram um conflito lento mas dotado de tecnologia militar industrial que causou mortes em grande escala. Por conseguinte, a extensão temporal e espacial da guerra levou à adesão de novos participantes, provenientes da maioria do globo, ora na Entente, ora nas potências centrais.

No exemplo português, a Primeira Guerra Mundial foi fraturante para a sociedade, uma vez que surgiram partidários favoráveis ao conflito, neutrais e pacifistas ou internacionalistas. Todavia, a entrada de Portugal na Grande Guerra, em 1916, aumentou os efeitos nefastos no quotidiano das populações. A participação do contingente militar português na Flandres e nas colónias, a crise de subsistências e a inflação, as greves e a instabilidade político-económica provocaram a emergência de soluções autoritárias e radicais, como, por exemplo, o golpe de estado sidonista (1917).

Na fase final da guerra, a entrada dos Estados Unidos da América equilibrou a balança de poderes, uma vez que a saída da Rússia possibilitou à Alemanha redirecionar os seus exércitos para a frente ocidental. Deste modo, a presença norte-americana garantiu a vitória para a Entente, mas a hegemonia europeia perante o mundo saiu bastante abalada. As consequências da Primeira Guerra Mundial foram a queda de quatro impérios (Alemanha, Áustria-Hungria, Império Otomano e Rússia), a perda de gerações jovens, a dívida elevada face aos Estados Unidos da América, a inflação galopante e a reorganização do mapa na Europa de Leste. No entanto, nas cláusulas do Tratado de Versalhes residiam os germes da futura infeção militar, revisionista e totalitária que contaminaria o corpo fragilizado da Europa.

¹⁷ HOBBSAWM, Eric – *A Era dos Extremos*. Lisboa: Editorial Presença, 2011, p. 32.

Durante a Grande Guerra, o futebol teve de assumir uma posição defensiva, pois o conflito mundial sangrou os seus efetivos (jogadores) nos campos de batalha. Em contrapartida, na conjuntura internacional, o desporto moderno foi elevado ao estatuto de modelo responsável pela regeneração dos povos, porque as teses decadentistas prevaleceram em alguns países europeus, como, por exemplo, França e Portugal. Diz-nos Pedro Serra:

A conjuntura bélica reforça a preocupação com a debilidade dos portugueses e a necessidade de promover a educação física, pelo menos para assegurar uma maior aptidão dos soldados para o combate, a exemplo do que se via fazer em França e Inglaterra¹⁸.

Assim, os jogadores de futebol foram visados no recrutamento para a Grande Guerra, uma vez que a sua condição física garantia alguma superioridade face ao cidadão comum. A prática de jogos de futebol na frente de batalha evidencia a importância e popularização desta modalidade junto dos combatentes, tal como confirma a participação de futebolistas na guerra¹⁹.

Na sua obra *A Paixão do Povo*, João Nuno Coelho e Francisco Pinheiro destacam um excerto do semanário *O Sport de Lisboa* sobre o impacto da guerra na vida das populações: «A guerra toma tudo: homens, dinheiro, energia, atenção e tempo. E quando de todo podemos fugir à sua influência, não podemos fugir às suas consequências»²⁰.

OS JOGADORES DOS CLUBES PORTUENSES NA FRENTE DE BATALHA

O futebol português teve os seus mártires na Primeira Guerra Mundial, sendo alguns de nacionalidade portuguesa e outros britânicos. Como destacam João Nuno Coelho e Francisco Pinheiro, a mobilização dos jovens jogadores para a guerra era geral: «A guerra mundial continuava a mobilizar milhares de jovens por toda a Europa – incluindo portugueses que tinham como principais destinos França e África. Os clubes ressentiam-se da mobilização dos seus jovens atletas»²¹.

No Porto, os clubes de futebol também perderam alguns dos seus desportistas para a Grande Guerra. A presença e influência dos britânicos na cidade eram antigas, por isso, os clubes portuenses integravam jogadores nas suas formações oriundos da Grã-Bretanha. No caso do Boavista Futebol Clube, dois dos seus melhores jogadores

¹⁸ SERRA, Pedro; SERRADO, Ricardo (coord.) – *História do Futebol Português*. Vol. I, p. 114.

¹⁹ *Idem, ibidem*, p. 115.

²⁰ João Nuno; PINHEIRO, Francisco (coord.) – *A Paixão do Povo. História do Futebol em Portugal*. Porto: Afrontamento, 2002, p. 150.

²¹ COELHO, João Nuno; PINHEIRO, Francisco (coord.) – *A Paixão do Povo. História do Futebol em Portugal*. Porto: Afrontamento, 2002, p. 164.

partiram para as fileiras de combatentes da Primeira Guerra Mundial. Assim, Robert Reid e Reginald Pye abandonaram o seu clube e rumaram aos batalhões militares do Reino Unido em setembro de 1914²². Todavia, o futebol portuense não teve somente participantes na Grande Guerra mas também os seus mortos. No periódico *O Comércio do Porto*, uma notícia descreve a homenagem pública que o Boavista Futebol Clube prestou ao seu jogador: «Todos se comovem com a mágoa e saudade d' este excelente rapaz, magnífico foot-baller do «Oporto Cricket Club» e do «Boavista Foot-Ball Club». O seu grande coração (...) e a sua alma temperada nos move de nobre brio (...)»²³.

O Futebol Clube do Porto também perdeu dois jogadores envolvidos na Primeira Guerra Mundial. Vidal Pinheiro e Zulmiro Raimundo sucumbiram no conflito e foram mais perdas para a modalidade²⁴.

As perdas de futebolistas empobreceram o futebol na cidade, pois com a participação dos jogadores na frente de batalha, as formações declinaram de qualidade, como referem Pedro Serra e Ricardo Serrado: «A partida de muitos jogadores para o combate e a situação de crise existente por todo o país terão contribuído para a estagnação e perda de qualidade dos jogos realizados em Portugal (...)»²⁵. Portanto, os desportistas portuenses que combateram na Primeira Guerra Mundial fizeram o «jogo da vida».

A conjuntura bélica provocou consequências significativas e traumatizantes no quotidiano das populações, assim como na evolução do futebol. No Porto, as querelas dos clubes com a Associação de Futebol (AF Porto) e desta última com a imprensa causaram a abertura de uma «nova frente de batalha desportiva». A disparidade de opiniões e os conflitos institucionais levaram mesmo à suspensão do FC Porto no campeonato regional, em 1918, vindo a competição a ser conquistada pelo Salgueiros. Outro dos clubes portuenses, o Boavista Futebol Clube, abandonou o campeonato regional de 1915-1916, devido à recusa da Associação de Futebol do Porto em adiar um dos jogos²⁶. Uma notícia do periódico *O Comércio do Porto* revela que também o Académico Futebol Clube, um dos clubes importantes do futebol portuense, pensou desistir do campeonato regional organizado pela AF Porto: «Informam-nos hoje de que um dos mais importantes clubs de foot-ball do Porto, desistiu ou pensa em desistir dos actuaes campeonatos da A. F. P.»²⁷. A criação de novas competições privadas, por exemplo, a Taça do Boavista Futebol Clube, revela os conflitos latentes entre os clubes e a instituição que geria o futebol na cidade. A Associação de Futebol do Porto

²² SERRA, Pedro; SERRADO, Ricardo (coord.) – *História do Futebol Português*. Vol. I, p. 115.

²³ *O Comércio do Porto*. Porto, n.º 59, 11 de Março de 1917.

²⁴ SERRA, Pedro; SERRADO, Ricardo (coord.) – *História do Futebol Português*. Vol. I, p. 115.

²⁵ *Idem, ibidem*, p. 117-118.

²⁶ *Idem, ibidem*, p. 117.

²⁷ *O Comércio do Porto*. Porto, n.º 57, 10 de Março de 1918.

sofreu diversas críticas devido à permissão concedida a equipas para inscreverem jogadores que participavam, em simultâneo, nas diversas categorias. Por outro lado, a inscrição de formações sem recinto desportivo próprio ou com poucas condições de higiene era mais uma crítica apontada à associação²⁸.

A imprensa portuense, nomeadamente o periódico *O Comércio do Porto*, queixava-se contra as lacunas de informação provenientes da Associação de Futebol do Porto. Uma notícia afirma: «Certamente que se devem realizar hoje outros desafios, além dos que acima anunciados e de cuja realização tivemos conhecimento por mera casualidade. (...) não se dignou mandar-nos a Associação de Foot-Ball do Porto, o calendário relativo ao mês de fevereiro (...)»²⁹. Estas lacunas de informação indiciam a desorganização ou, no mínimo, as dificuldades sentidas pela instituição responsável do futebol. Na principal fonte hemerográfica do estudo, o número de notícias relativas ao futebol sofreu uma diminuição significativa no último ano de conflito. Em 1918, o jornal publicou apenas 51 notícias, menos de 40% das que publicara em 1915. Os periódicos constituíram uma das «frentes» de crítica às associações de futebol, nomeadamente em Lisboa e Porto³⁰.

No plano das visitas de clubes internacionais, o período bélico provocou uma diminuição de contactos entre diferentes nações. No entanto, as deslocações de clubes espanhóis, em especial da Galiza, à cidade do Porto continuaram como comprova a seguinte notícia: «No próximo domingo veem jogar em desafio de foot-ball, com o 1º grupo do Foot-Ball Club do Porto, alguns jogadores do Real Vigo Sporting Club (...)»³¹. Contudo, os desafios de futebol entre formações portuenses e visitantes não se limitaram ao âmbito internacional mas também ocorreram frequentemente com formações de Lisboa. Após a criação da União Portuguesa de Futebol (1914), sendo um dos objetivos desta instituição o de criar um campeonato nacional, os desafios «Porto-Lisboa» colocaram clubes de ambas as cidades na disputa desta competição. A seguinte notícia evidencia um desses encontros: «Chegaram hontem effectivamente ao Porto, os jogadores da Associação de Futebol de Lisboa, que veio a esta cidade jogar no campo da Constituição, às três horas da tarde, um desafio de foot-ball para a disputa da Taça Porto-Lisboa»³².

Tal como aconteceu em outros países, também em Portugal o futebol foi considerado um modelo para a revigoração física e moral da população. Compreende-se, por isso, que a modalidade passasse a ser integrada, desde cedo, nas atividades físicas

²⁸ SERRA, Pedro; SERRADO, Ricardo (coord.) – *História do Futebol Português*. Vol. I, p. 118.

²⁹ *O Comércio do Porto*. Porto, n.º 28, 3 de Fevereiro de 1918.

³⁰ SERRA, Pedro; SERRADO, Ricardo (coord.) – *História do Futebol Português*. Vol. I, p. 118.

³¹ *O Comércio do Porto*. Porto, n.º 4, 5 de Janeiro de 1917.

³² *O Comércio do Porto*. Porto, n.º 73, 26 de Março de 1916.

das Forças Armadas. Um dos impulsionadores do futebol neste ramo militar português foi, como já referimos, Eduardo Serra, que promoveu a criação de competições futebolísticas exclusivas do exército e marinha, respetivamente a Taça Exército e a Taça Marinha. A presença do Presidente da República, Bernardino Machado, numa dessas competições, em Junho de 1916, corrobora a simbiose procurada entre os políticos republicanos, os militares e os promotores da modalidade³³.

No Porto, esta conexão entre forças militares e a prática do futebol ocorreu durante o período da Grande Guerra «No campo de jogos da Serra do Pilar realizou-se um desafio de foot-ball entre o Grupo Sportivo da Sociedade de Instrução Militar Preparatória n.º 6 e o Grupo da Sociedade n.º 22»³⁴.

O FUTEBOL NA SOCIEDADE

Na obra *A Paixão do Povo*³⁵, os autores afirmam que o futebol serviu como uma «espécie de fuga» à realidade social:

Em face da complexidade da vida diária, pejada de problemas familiares, profissionais e rotinas enfadonhas, o futebol, seus jogos, equipas e classificações, ofereceriam um universo mais simples e objectivo, para o qual os indivíduos se retirariam numa espécie de fuga à realidade quotidiana³⁶.

Numa sociedade regulada e dominada pelos ritmos da máquina, o futebol seduziu as populações com o seu carácter alienador, esbateu as diferenças de classes e demonstrou a passagem do desporto com base aristocrática para uma atividade de massas, com forte adesão proletária, cultivou as emoções intensas e fomentou a concretização de esperanças: «(...) as vitórias desportivas são assumidas como pessoais, e funcionam como uma compensação para as frustrações da vida quotidiana dos indivíduos».

No Porto, o futebol miscigenou-se com a identidade da cidade, pois a matriz regional, com as suas exigências, especificidades e contradições face à capital, aglomerou a população nos jogos de futebol contra equipas lisboetas. Por conseguinte, a democratização do futebol alargou a base de praticantes e apoiantes da modalidade, como comprova a extensão dos clubes por diversos sítios da cidade. Alguns exemplos são o FC Porto (campo da Constituição, rua Antero de Quental), Boavista

³³ SERRA, Pedro; SERRADO, Ricardo (coord.) – *História do Futebol Português*. Vol. I, p. 116.

³⁴ *O Comércio do Porto*. Porto, n.º 184, 3 de Agosto de 1916.

³⁵ COELHO, João Nuno; PINHEIRO, Francisco (coord.) – *A Paixão do Povo. História do Futebol em Portugal*. Porto: Afrontamento, 2002.

³⁶ *Idem, ibidem*, p. 12-13.

Futebol Clube (Boavista), Sport Club Salgueiros (Paranhos), Sporting Clube do Porto (Bonfim), Arca d'Água (Foz) e Campanhã Sport Club (Campanhã) que revelam a expansão geográfica do futebol.

Por outro lado, o carácter simplista do futebol permitiu a sua prática sem custos elevados, pois era jogado nas ruas, praças e bairros como demonstra a afirmação: «Era um jogo que se jogava nas ruas, nas praças e nos bairros, sem qualquer tipo de método»³⁷. Assim, a democratização do futebol, que foi concomitante com a instauração da República Portuguesa, elevou a modalidade às questões centrais da vida portuense, por isso, no eclodir da Grande Guerra, este tornou-se um símbolo de solidariedade social.

A Primeira Guerra Mundial provocou mais de nove milhões de mortos, além de outros milhões de feridos ou mutilados. Na cidade do Porto, houve vários indivíduos que integraram as fileiras de combatentes na Grande Guerra, entre os quais se destacaram os jogadores de futebol. Perante a morte, o futebol adquiriu um papel de solidariedade, com a concretização de homenagens aos futebolistas caídos nas frentes de batalha. Robert Reid e José das Neves Eugénio (jogador do Académico Futebol Clube) foram dois desses exemplos. Nesta conjuntura, a imprensa desenvolveu uma retórica, de modo a exaltar os feitos e factos heroicos dos desportistas que perderam o «jogo da vida».

Todavia, o futebol também apoiou ou ajudou as vítimas do conflito que sofreram lesões graves. Portanto, durante a Grande Guerra realizaram-se jogos de beneficência para ajudar os feridos oriundos do conflito, como, por exemplo, a Taça Mutilados de Guerra³⁸. No Porto, a organização de jogos de beneficência com a receita a reverter para os feridos de guerra aglomerou veteranos e jogadores em atividade numa demonstração de solidariedade. Numa notícia do periódico *O Comércio do Porto* pode ler-se:

*O próximo desafio impõem-se, portanto, pelos seus fins duplamente simpáticos. Sendo altamente sportivo (...) tem também o lado nobremente generoso e altruísta de avolumar a já apreciável receita do primeiro 'match', que se destina às vítimas da guerra*³⁹.

Outro dos exemplos de cooperação em prol dos feridos de guerra é a notícia: «Nós separamo-nos e eu fiquei pensando que o meu amigo veterano com todo o seu entusiasmo, vai no domingo trabalhar para o mesmo fim a que com tanto

³⁷ SERRA, Pedro; SERRADO, Ricardo (coord.) – *História do Futebol Português*. Vol. I, p. 126.

³⁸ *Idem, ibidem*, p. 115.

³⁹ *O Comércio do Porto*. Porto, n.º 115, 16 de Maio de 1917.

afansa dedicavam as lindas senhoras que acabaram de nos deixar: – Para os feridos da guerra»⁴⁰.

Por outro lado, a organização de festas desportivas pelos clubes portuenses, possivelmente, possuía o intuito de aumentar a moral, a alienação e a abstração face às consequências da Primeira Guerra Mundial. Por exemplo, a festa desportiva organizada pelo Académico Futebol Clube revelou o espírito fraterno dos desportistas durante este período: «Foi uma boa festa de confraternização sportiva, o que ante-hontem se realisou no campo do Académico Futebol Clube»⁴¹.

Contudo, a imprensa portuense também participou no apoio e ajuda aos feridos de guerra através da organização de uma competição denominada «Taça da Imprensa Sportiva», noticiada pelo jornal *O Comércio do Porto*, «É amanhã que, no campo da rua da Constituição, se realiza a disputa d´esta «Taça», entre os primeiros grupos do Foot-Ball Club do Porto e do Académico Foot-Ball Club, revertendo o producto das entradas a favor dos feridos da guerra (...)»⁴².

Nos dois últimos anos do conflito mundial, surgiu no cenário peninsular uma nova «frente» de batalha, mas, desta vez, a ameaça era biológica. A propagação da gripe pneumónica causou milhares de mortes em Portugal. Novamente, o futebol teve um papel fundamental para socorrer as vítimas desta doença. Diversos clubes promoveram jogos de beneficência para conceder apoio económico aos infetados pela gripe.

Uma notícia do jornal *O Comércio do Porto* descreve a organização de um encontro de futebol entre os veteranos e os jogadores do Futebol Clube do Porto, em finais de Março de 1918, para apoio às vítimas de tifo:

É no próximo domingo que se realiza o sensacional match de foot-ball entre o primeiro team do Foot-Ball Club do Porto e o «Grupo de Veteranos» (...) é de crer que no próximo domingo haja, no magnífico campo da Constituição, a assistência dos grandes matchs, tanto mais que a festa tem um fim altamente caritativo, pois o seu produto reverte a favor da subscrição para os typhosos, aberta por este jornal⁴³.

A importância dos jogos de futebol orientados para a solidariedade corrobora-se através da utilização de empresas de publicidade, de modo a incrementar a adesão da assistência ao fenómeno futebolístico: «Já hontem afixados os artísticos cartazes da Empreza Technica de Publicidade annunciando o sensacional desafio de «foot-

⁴⁰ *O Comércio do Porto*. Porto, n.º 93, 20 de Abril de 1917.

⁴¹ *O Comércio do Porto*. Porto, n.º 66, 20 de Março de 1917.

⁴² *O Comércio do Porto*. Porto, n.º 76, 31 de Março de 1917.

⁴³ *O Comércio Do Porto*. Porto, n.º 87, 14 de Abril de 1918.

-ball»⁴⁴. Por conseguinte, a assistência aos jogos de beneficência teve a presença de membros ilustres da sociedade portuense», como descreveu *O Comércio do Porto*, o que revela a participação das elites políticas, económicas e sociais no papel prestigiado atribuído ao futebol como setor de apoio às necessidades da cidade. No perfil socioeconómico, a captação desses indivíduos reputados da sociedade, certamente, permitiu a angariação de receitas mais avultadas, assim como despertou o interesse da imprensa local.

No entanto, a assistência massificada nesses encontros de beneficência também contribuiu para o incremento dos dividendos, uma vez que em alguns jogos o público superou os cinco mil espectadores como descreve a notícia: «(...) e ainda hoje nos afirmaram que já se acha assegurada a passagem de 5000 bilhetes, o que corresponde que vai ser batido e por muito, o «record» de assistência aos desafios de foot-ball (...)»⁴⁵. Uma outra notícia face a um encontro de solidariedade reportou que a estimativa de assistência rondava as 25.000 pessoas, o que equivalia aos valores registados em Espanha, onde o futebol estava mais desenvolvido (...) chegando um nosso collega, talvez demasiado mas louvavelmente optimista, a calcular em 25 000 o número de pessoas que irão ao campo da Constituição (...)»⁴⁶.

CONCLUSÃO

A Primeira Guerra Mundial foi um acontecimento que abalou as estruturas do mundo contemporâneo. Nas palavras de René Rémond, a Grande Guerra «transformou os países que nela participaram, bem como os outros. Alterou os regimes, desordenou as economias, transtornou as sociedades»⁴⁷.

A Grande Guerra representou um período de dificuldades para o futebol, no contexto internacional, com o exacerbar dos conflitos entre os países e das consequências que afetaram a vida das populações. No Porto, o futebol desempenhou um papel relevante na sociedade através do seu carácter aglutinador, solidário e alienante. Assim, os jogos de beneficência, as homenagens aos mortos, as festas desportivas e a alienação da realidade provocada pelos encontros foram contra-ataques decisivos para a filiação desta modalidade na vida da cidade. No final da guerra, o futebol rumou à massificação.

⁴⁴ *O Comércio do Porto*. Porto, n.º 90, 18 de Abril de 1918.

⁴⁵ *O Comércio do Porto*. Porto, n.º 96, 26 de Abril de 1918.

⁴⁶ *O Comércio do Porto*. Porto, n.º 98, 26 de Abril de 1917.

⁴⁷ RÉMOND, René – *Introdução à História do Nosso Tempo. Do Antigo Regime aos Nossos Dias*. Lisboa: Gradiva, 2011, p. 282.

O pós-guerra significou um enorme avanço para o futebol, pois os clubes incrementaram o nível técnico, tático e físico da modalidade. Nos anos 20, o FC Porto conquistou a primeira edição do campeonato nacional (1922), os clubes forneceram jogadores para as primícias de uma seleção nacional, as formações do Porto venceram as suas congéneres lisboetas e conseguiram vitórias contra equipas estrangeiras.

Concluindo, a resiliência, tenacidade e perseverança do futebol durante o período do conflito bélico permitiram-lhe superar os obstáculos ao crescimento e emergir no pós-guerra dotado com as capacidades necessárias para a consolidação e massificação. Numa analogia com o léxico futebolístico, a Grande Guerra levou o futebol português para o intervalo, do qual ele surgiu mais dinâmico, resiliente e ofensivo na sua expansão vitoriosa perante sociedade.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes

O Comércio do Porto. Porto, 1911-1918.

BIBLIOGRAFIA

- COELHO, João Nuno; PINHEIRO, Francisco, coord. (2002) – *A Paixão do Povo. História do Futebol em Portugal*. Porto: Afrontamento.
- DUNNING, Eric; ELIAS, Norbert (1992) – *A Busca da Excitação*. Lisboa: Difusão Editorial.
- GILBERT, Martin (2007) – *A Primeira Guerra Mundial*. Lisboa: Esfera dos Livros.
- HOBSBAWM, Eric (2011) – *A Era dos Extremos*. Lisboa: Editorial Presença.
- RÉMOND, René (2011) – *Introdução à História do Nosso Tempo. Do Antigo Regime aos Nossos Dias*. Lisboa: Gradiva.
- SERRA, Pedro; SERRADO, Ricardo, coord. (2010) – *História do Futebol Português. Das origens ao 25 de Abril. Uma análise social e cultural*. Lisboa: Prime Books, Vol. I.

A JUNTA PATRIÓTICA DO NORTE (1916-1918): AÇÃO E ASSISTÊNCIA ÀS VÍTIMAS DE GUERRA

ANA SOFIA VEIGA PENICHE

1. JUNTA PATRIÓTICA DO NORTE – UMA CAUSA NOBRE

A Junta Patriótica do Norte foi criada no seguimento da declaração de guerra da Alemanha a Portugal, em 9 de março de 1916, para a assistência e socorro às vítimas portuguesas da Primeira Guerra Mundial e para a realização de propaganda patriótica, não só para motivar a nação a ajudar as vítimas de guerra, como para mobilizar o seu espírito de sacrifício no conflito em que se juntara aos aliados.

Nesta conformidade, as primeiras sessões plenárias para a fundação da Junta iniciaram-se em 20 de março de 1916, e, a 8 do mês seguinte, os seus estatutos foram aprovados, consagrando a denominação «Junta Patriótica do Norte».

Nesse documento estabelecia-se que a sua duração seria por tempo indeterminado, só se dissolvendo quando a maioria o achasse conveniente. Isso aconteceu a 11 de Novembro de 1937, por falta de meios monetários para manter a Junta Patriótica do Norte em plenas funções.

Apesar da longa baliza cronológica que a sua existência abarcou, este estudo cinge-se aos anos de 1916 a 1918, o período da intervenção de Portugal na Grande Guerra.

A Junta Patriótica do Norte surgiu de um movimento patriótico no seio da Câmara Municipal do Porto e foi aberto a todos os portuenses que nela quisessem participar e seguir os seus ideais. Apesar da Junta Patriótica do Norte não ter qualquer filiação partidária¹, vai nascer quando o Dr. Henrique Pereira de Oliveira presidia a edilidade, tornando-se vice-presidente da mesa das reuniões plenárias.

O projeto inicial da sua fundação contou com vários professores da Universidade do Porto, elementos da função pública ligados à Câmara do Porto e ainda comerciais e industriais.

¹ *O Comércio do Porto*, Dr. Alberto de Aguiar, 10 de abril de 1917, p. 1.

Figura 1 – Emblema da Junta Patriótica do Norte



Fonte: Junta Patriótica do Norte (1931) – *Sinopse da sua obra desde 20 de Março de 1916 até 30 de Setembro de 1918* – capa

Foi composta por três partes: a comissão organizadora; os delegados das corporações comerciais e industriais; e, por fim, todos os indivíduos que, de forma espontânea ou através do convite da Junta, aceitaram o fim para o qual foi criada².

Na comissão organizadora, destacou-se como presidente honorário da Junta o Doutor Gomes Teixeira (reitor honorário da Universidade do Porto), como presidente da mesa das reuniões plenárias o Dr. José Gonçalves Barbosa de Castro Júnior (advogado da Câmara Municipal do Porto e seu futuro presidente com início de funções em 1919), como presidente da comissão executiva o Dr. Alberto de Aguiar (professor da Faculdade de Medicina) e, por fim, o presidente da comissão

da imprensa o Doutor Bento Carqueja (publicista, professor da Universidade do Porto e diretor-proprietário do periódico *O Comércio do Porto*. Além destes, encontramos também homens ilustres da cidade, como delegados das associações comerciais e industriais do Porto, e ainda a nível particular com donativos.

Com a sede no centro do Porto, a divulgação e a obtenção de ajudas e donativos alargou-se do norte de Portugal até ao rio Mondego. Esta influência será feita através de uma vasta propaganda com panfletos, manifestos, textos publicados no *Comércio do Porto* e ainda em publicações regionais que vão apoiar a Junta.

2. PROPAGANDA DA JUNTA PATRIÓTICA DO NORTE

A propaganda patriótica foi especialmente realizada durante o período preparatório da organização do Corpo Expedicionário Português, visando fornecer ânimo aos que partiam para a frente de batalha e estimular o povo português a colaborar ativamente no esforço de guerra, em prol dos direitos das nações.

Esta propaganda assumiu diversas formas.

As missões patrióticas foram realizadas nos concelhos do norte de Portugal e eram feitas pelos membros fundadores e pelas entidades que se foram juntando à causa.

² *O Comércio do Porto*, Junta Patriótica do Norte, 11 de abril de 1916, p. 2.

As missões patrióticas duraram até à partida do primeiro contingente do Corpo Expedicionário para França, já que os seus custos elevados eram dificilmente suportados pela Junta. No entanto, conseguiu dinamizar cerca de setenta missões patrióticas.

Outro meio de propaganda foram os manifestos e placards.

Ambos eram impressos em papéis avulsos e dirigiam-se ao povo português, explicando a situação de Portugal na guerra, as questões internas do país e ainda tentavam motivar as populações a ajudar a Junta com donativos.

Os manifestos normalmente eram distribuídos pela população, enquanto os placards eram expostos em paredes, postes elétricos e ainda nas paragens de caminho-de-ferro e elétricos.

Estes materiais propagandísticos foram produzidos entre 20 de abril de 1916 e 14 de julho de 1918, num total de quinze manifestos e nove placards, embora se desconheça o número de exemplares impressos³.

As exposições cinematográficas eram outro meio de propaganda, realizadas nas salas de cinemas e teatro do Porto, projetando cenas de guerra dos aliados e motivando os espectadores para ações humanitárias.

Por último, as conferências e sessões públicas eram usadas para esclarecer a população sobre questões internas e externas do país, bem como a sua intervenção no conflito mundial.

Tanto as exposições cinematográficas como as conferências públicas duraram até ao final da guerra, em 1918.

3. RECURSOS DA JUNTA PATRIÓTICA DO NORTE

Para que a obra de propaganda e de ajuda às vítimas de guerra fosse concretizada era necessário ter fundos, e para que isso fosse possível a Junta recorreu à sua angariação.

Esta angariação de fundos foi feita de diversas maneiras, sendo as receitas de dois tipos, ordinárias e eventuais.

No que toca a angariações ordinárias, destacam-se: a grande subscrição, a cotização mensal, a subscrição ao Núcleo Infantil e a subscrição além fronteiras, em vários núcleos.

A grande subscrição era feita por cerca de 1250 individualidades e empresas e as verbas iam dos 10 até aos 500 escudos. Desta forma se conseguiram substanciais donativos, que visavam ajudar a realização de obras de vários tipos; até 30 de setembro de 1918 renderam cerca de 28 191 escudos⁴.

³ Junta Patriótica do Norte (1931) – *Sinopse da sua obra desde 20 de Março de 1916 até 30 de Setembro de 1918*, p. 6.

⁴ Junta Patriótica do Norte (1931) – *Sinopse da sua obra desde 20 de Março de 1916 até 30 de Setembro de 1918*, p. 38.

A cotização mensal era paga por 385 quotizantes, mas os seus valores mensais eram diferenciados, oscilando entre 10 centavos e 10 escudos. Até 1918, as cotas perfizeram um montante superior a 4513 escudos.

A subscrição ao Núcleo Infantil contava com 251 subscritores e a verba apurada tinha a finalidade de ajudar os órfãos de guerra. Esta subscrição alcançou um valor acima de 4576 escudos.

A Junta Patriótica do Norte expandiu-se além-fronteiras, chegando ao continente americano, onde foram criados quatro núcleos dos quais provieram verbas consideráveis pela via normal da subscrição.

Da Comissão Pró-Pátria, no Rio de Janeiro, chegou, sem surpresa, o montante mais elevado, 10 000 escudos; na Colónia Portuguesa em S. Francisco (Califórnia) conseguiram-se 6780 escudos, enquanto a Comissão Portuguesa Patriótica (Manaus) enviou 2300 escudos e o Grupo dos Dez (Pará) reuniu 638 escudos.

As receitas eventuais provinham de vendas de caridade, festivais e espectáculos variados, a Feira Lyôa, o vintém patriótico e diversos donativos.

As vendas de caridade e os festivais, realizados no Palácio da Bolsa e na Casa dos Filhos dos Soldados Portugueses, eram promovidos pelas senhoras do Núcleo Feminino de Assistência Infantil. As peças e artigos vendidos e leiloados nestes eventos eram doados à Junta Patriótica do Norte.

Todos os festivais, vendas de caridade e espetáculos atingiram os seus objectivos no que à angariação de verbas dizia respeito, as quais reverteram para os filhos dos

soldados em campanha. Contudo, a venda de caridade mais falada foi a que ocorreu nos três primeiros dias de dezembro de 1916, no Palácio da Bolsa, onde houve uma magnífica decoração de luzes modernas⁵.

A Feira Lyôa foi uma festa académica, organizada no Jardim da Cordoaria entre os dias 7 e 10 de junho de 1917⁶. Concorreram a esta feira cerca de 50 000 visitantes e o seu rendimento bruto ultrapassou 1715 escudos, valor integralmente empregado no auxílio aos órfãos de guerra.

Figura 2 – Senha do «Vintém Patriótico»



Fonte: Junta Patriótica do Norte (1931) – *Sinopse da sua obra desde 20 de Março de 1916 até 30 de Setembro de 1918*, p. 49

O vintém patriótico foi uma obra de propaganda escolar. Tratava-se de pequenas senhas para cadernetas que eram vendidas aos estudantes para ajudar a obra de

⁵ O *Comércio do Porto*, Junta Patriótica do Norte, 5 de dezembro de 1916, p. 2.

⁶ O *Comércio do Porto*, Junta Patriótica do Norte, 23 de junho de 1917, p. 1.

assistência. Foram distribuídas nas escolas do norte do país cerca de 70 000 senhas, rendendo um total que, até 1918, ultrapassou em alguns centavos os 953 escudos⁷.

Além da angariação de fundos que a Junta ia projetando e as ajudas que ia pedindo, havia particulares e entidades comerciais ou industriais que ofereceram diversos donativos. Esses podiam ser em dinheiro mas também em géneros; na maioria das vezes, eram doados géneros alimentícios, mas também mobiliário (destinado aos órfãos) e vestuário quer para os soldados em campanha, que precisavam constantemente de roupa para se protegerem do frio, quer para os órfãos de guerra. Um dos donativos mais importantes foi contudo o papel⁸, pois devido à escassez do mesmo e consequente aumento do preço, a sua compra tornava-se uma despesa muito significativa para a Junta.

Apesar da área de influência da Junta Patriótica do Norte ser o norte do país, há dois recursos de angariação de fundos que acabaram por se tornar um apoio à Junta de nível nacional.

O primeiro consistiu no Certame de Arte Nacional, que se realizou no Palácio de Cristal, de 1 a 30 de Junho de 1917. Constituiu uma das mais completas exposições de arte no Porto onde concorreram 110 artistas portugueses e no qual foi prestada homenagem aos renomados artistas Soares dos Reis, Henrique Pousão e Silva Porto. Foram exibidas 467 obras de pintura, desenho, escultura e arquitetura e o rendimento bruto desta iniciativa saldou-se em 2275 escudos, dinheiro proveniente das entradas e da venda de trabalhos expostos.

Antes da realização da exposição de arte, foi pedido aos cidadãos do Porto que usassem da sua imaginação e criassem um cartaz que anunciasse o evento; entre os trabalhos candidatos a este concurso um seria posteriormente. O cartaz que ganhou o primeiro prémio intitulava-se «Filigrana» e era da autoria de António Lima.

Figura 3 – Cartaz do Certame de Arte Nacional (1917)



Fonte: Junta Patriótica do Norte (1931) – *Sinopse da sua obra desde 20 de Março de 1916 até 30 de Setembro de 1918*, p. 35

⁷ Junta Patriótica do Norte (1931) – *Sinopse da sua obra desde 20 de Março de 1916 até 30 de Setembro de 1918*, p. 49.

⁸ *O Comércio do Porto*, Junta Patriótica do Norte, 25 de março de 1916, p. 2.

Figura 4 – Selos patrióticos



Fonte: *Almanaque Republicano*. Exposição «Memória e Documentos: Resistindo à Guerra». Arquivo Nacional Torre do Tombo. Disponível em <<http://antt.dglab.gov.pt/2014/02/20/memorias-e-documentos-resistindo-a-guerra/>>. [Consulta realizada em 03/04/2014].

Figura 5 – Receitas da Junta Patriótica do Norte (1916-1918)

Receita geral da Junta Patriótica do Norte			
ANOS	Em 1916-1917	Em 1918	Total até 31-III-1918
Grande subscrição J. P. N.	18.790\$97,5	9.400\$90	28.191\$87,5
Cotizações J. P. N.	3.290\$08	1.253\$10	4.513\$18
Subscrição N. F. A. I.	3.965\$77	610\$87,5	4.576\$64,5
Cotizações N. F. A. I.	885\$40	298\$70,0	1.134\$10
Festas diversas	7.296\$31	285\$00	7.581\$31
Selo de assistência	2.350\$00	3.450\$00	5.800\$00
Vintém patriótico	830\$71	113\$50	953\$21
Câmara Municipal.	540\$00	1.724\$40	2.264\$40
Quetes e donativos	468\$69	—	468\$69
Subscrições privadas	530\$00	—	530\$00
Juros	425\$00	1.109\$13	1.534\$13
Total	39.301\$88,5	18.245\$80,5	57.547\$49

Fonte: Junta Patriótica do Norte (1931) – *Sinopse da sua obra desde 20 de Março de 1916 até 30 de Setembro de 1918*, p. 38

Refira-se que estes meios de financiamento foram de extrema relevância para a Junta Patriótica do Norte, que assim conseguiu desenvolver as suas atividades assistenciais, pois nunca dispôs de qualquer subsídio governativo. Um dos raros apoios que conseguiu do governo foi a isenção de franquia da sua correspondência, em 30 de março de 1917.

O segundo recurso para angariação de fundos a nível nacional foram os «selos patrióticos de assistência», um trabalho do artista Cândido da Cunha, com a primeira emissão a 7 de maio de 1917. Foram criados selos de correio que se passaram a utilizar na correspondência normal, que tiveram grande sucesso:

Esgotou-se a primeira emissão dos artísticos sellos da Junta Patriótica do Norte, tendo-se vendido em 12 dias cerca de 200.000 exemplares que foram emitidos. Por esse motivo vai ser posta à venda nova emissão, com o mesmo typo, nas mesmas côres dos primeiros, para os diversos valores, que são de 1c. (verde), 2c. (violeta), 5c. (azeitona), 10c. (azul), 50c. (vermelho) e 1 esc. (sépia)⁹.

Estes selos constituíram uma fonte de receita contínua e ainda promoveram – quer a nível nacional, quer internacional – os objetivos da obra da Junta Patriótica do Norte. O seu rendimento total foi de 5.800 escudos até 1918.

Desde a sua criação até 31 de agosto de 1918, a Junta Patriótica do Norte conseguiu obter um total de 57 547 escudos e 49 centavos através das suas várias modalidades de angariação de fundos e donativos diversos. A totalidade das verbas alcançadas teve dois grupos alvo, os órfãos de guerra e os soldados em campanha.

⁹ *O Comércio do Porto*, Junta Patriótica do Norte, 22 de maio de 1917, p. 2.

4. GRUPOS ALVO DE INTERVENÇÃO DA JUNTA

4.1. Órfãos de guerra

A 20 de agosto de 1916 foi criado na sede da Junta Patriótica do Norte um núcleo para a assistência às crianças dos mobilizados da cidade do Porto. Esse organismo denominou-se Núcleo Feminino da Junta Patriótica do Norte – Assistência à Infância e foi presidido por Filomena Nogueira de Oliveira, esposa do Dr. Henrique Pereira de Oliveira (presidente do Senado Municipal do Porto e vice-presidente da mesa das reuniões plenárias, como atrás se referiu).

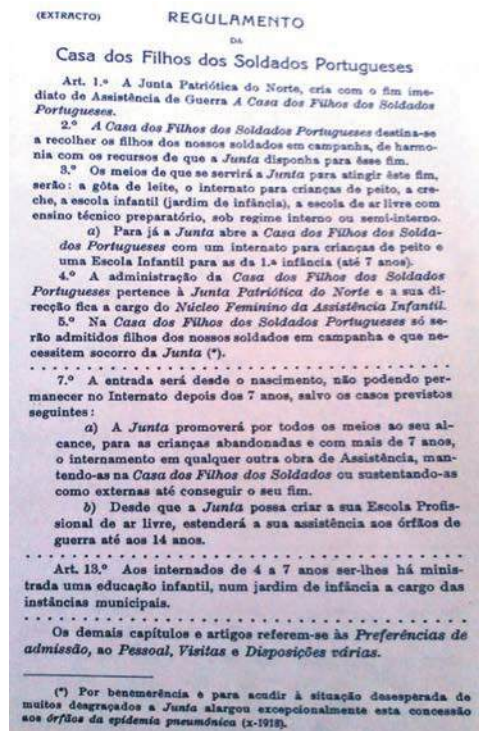
Este núcleo iniciou os seus trabalhos estudando a forma de criar creches e conseguir uma casa adaptável para o acolhimento de crianças.

No entanto, inicialmente o núcleo não conseguiu obter a casa que pretendia, por isso, através de festas e donativos ia ajudando as crianças com roupa e alimentos, escolhendo em primeiro lugar os mais carenciados, isto é, os órfãos de mãe e cujo pai estivesse mobilizado. A 23 de dezembro de 1916, conseguiu vestir na totalidade 14 rapazes e 24 raparigas.

Em inícios de março de 1917, a instalação da casa para acolhimento dos órfãos tornava-se um imperativo urgente, pelo que foi dinamizada a procura de um imóvel que pudesse ser adaptado para esse fim. Essa busca terminou a 20 de abril de 1917, quando o Núcleo Feminino tomou a posse de um palacete na Rua de Cedofeita, n.º 461, generosamente cedido por Serafim Ribeiro e Delfim Alves de Sousa.

Esta instalação foi inaugurada em 25 de maio, começando a receber as crianças sem grandes formalidades, embora estivesse dotada de um regulamento; mais uma vez, as crianças selecionadas eram órfãos de mãe e os seus pais estavam a combater em França ou em África. A Junta propunha-se receber crianças até aos 7 anos, com o objetivo de as educar e criar, desde que o seu tutor legal assim o quisesse, e tendo um dia de visita semanal.

Figura 6 – Extrato do Regulamento da Casa dos Filhos dos Soldados Portugueses



Fonte: Junta Patriótica do Norte (1931) – *Sinopse da sua obra desde 20 de Março de 1916 até 30 de Setembro de 1918*, p. 12

Nesta conformidade, e para melhor organização interna, a casa foi dividida em «secções»: a gota de leite (internato para as crianças de peito), a creche, o jardim-de-infância e a escola com ensino técnico preparatório em regime interno e semi-interno.

No entanto, havia limite de idade para permanecer na Casa dos Órfãos, devendo as crianças abandonar a casa aos 7 anos. Porém, havia duas situações de exceção; a primeira abrangia as crianças abandonadas e a segunda prendeu-se com a tentativa da criação de uma escola profissional para os órfãos até aos 14 anos.

Figura 7 – Movimento das crianças da Casa dos Filhos dos Soldados Portugueses (1917-1918)

ANO	Entradas					Saídas						
	1917		1918			1917		1918				
	3.º Trimestre	4.º	1.º	2.º	3.º	Total	3.º	4.º	1.º	2.º	3.º	Total
até 1 ano . . .	11	4	1	1	1	18	3	1	3	—	—	7
de 1-2 anos . . .	12	5	1	—	6	24	4	1	2	3	3	13
de 2-5 anos . . .	19	2	1	3	7	32	4	3	4	6	3	20
de 5-7 anos . . .	8	1	—	1	1	11	1	1	2	1	—	5
Total . . .	50	12	3	5	15	85	12	6	11	10	6	45

Fonte: Junta Patriótica do Norte (1931) – *Sinopse da sua obra desde 20 de Março de 1916 até 30 de Setembro de 1918*, p. 11

Figura 8 – Quinta Amarela, segunda Casa dos Filhos dos Soldados Portugueses



Fonte: Liga dos Combatentes. Disponível em: <http://www.ligacombatentes.org.pt/lar_filhos_dos_combatentes>. [Consulta realizada em 17/04/2014]

A casa dos filhos dos soldados suscitou numerosos louvores e agradecimentos dos visitantes, facto que levou à criação de um livro de honra. Até 1918, conseguiu albergar 85 crianças até aos 7 anos. Mas, «com o fim de ampliar a sua obra de assistência aos filhos dos soldados em campanha, o núcleo feminino faz um apelo às pessoas para que adoptem um orphão de guerra, protegendo-o e enviando mensalmente 10 réis (escudos) para esse fim»¹⁰.

A 20 de julho de 1934, a Junta realizou um dos seus maiores sonhos e conseguiu comprar a Quinta Amarela na Rua Oliveira Monteiro, no Porto, para a instalação da Casa dos Filhos dos Soldados.

Devido à extinção da Junta Patriótica do Norte, em janeiro de 1938 a tutela da Casa dos Filhos dos Soldados Portugueses foi entregue à Liga dos Combatentes da Grande Guerra. A atividade da Casa dos Filhos dos Soldados, popularmente conhecida por «Quinta Amarela», perdurou até setembro de 1971.

¹⁰ *O Comércio do Porto*, Junta Patriótica do Norte, 20 de setembro de 1917, p. 1.

4.2. Soldados em campanha

O segundo grupo da Junta Patriótica do Norte foram os soldados em campanha, para os quais reuniu ajudas, a nível interno e externo, até ao fim da Grande Guerra.

Em junho de 1916, quando alguns contingentes do Corpo Expedicionário Português já haviam seguido para a frente de guerra e outros se preparavam para o fazer, a Junta distribuiu a seguinte circular:

Exm.º Snr. – A missão da Junta Patriótica, n'este momento difícil da nossa vida, é reunir todos os esforços e conjugal-os de forma a beneficiar quanto possível a sorte d'aquelles que sofrem ou venham a sofrer com a guerra. É no cumprimento d'esse nobilíssimo dever, a todos impostos, que vimos solicitar de v. exc. a garantia de dois terços dos vencimentos para empregados seus, que, porventura, estejam ou tenham de ser mobilizados – e fazemol-o porque estamos absolutamente convencidos de que v.excª. contribuirá com a sua quota parte para suavizar o mal dos que ficam sem amparo d'aquelles que tudo sacrificam: o seu braço trabalhador, o seu sustento e o sangue do seu sangue – os filhos, os esposos e os paes! É para todos que solicitamos o vosso auxílio, em nome da Pátria e para que não se diga amanhã que os portuguezes em hora amarga não souberam cumprir honradamente o seu dever.

Aguardamos a resposta de v.excª. – Saúde e Fraternidade – O presidente da Comissão Executiva, Alberto de Aguiar¹¹.

Assim, a Junta procurou negociar com todas as corporações para conseguir reservar o posto de trabalho e garantir uma parte substancial do vencimento daqueles que fossem mobilizados. Todas as corporações contribuíram e, no final da guerra, ainda empregaram alguns mutilados em diversas funções.

A 14 de agosto de 1917 foi criado o *Bureau* de Informações, um escritório que servia de intermediário entre os soldados e as suas famílias, fazendo a expedição de encomendas, cartas e dinheiro; paralelamente, acompanhava a promulgação de legislação atinente às pensões de sangue e subvenções, auxiliando os familiares nos trâmites processuais da sua solicitação.

Contudo, a expedição destes artigos tinha de observar várias regras e acolher algumas sugestões, aliás meticulosamente expostas no *Comércio do Porto* para elucidação das famílias dos soldados:

Correspondencias – As cartas devem ser curtas, bem legíveis e não conter alusão alguma á guerra, á paz ou acontecimentos políticos ou militares, sob o risco de serem confiscadas pela censura. Podem ser escriptas em portuguez e seguirem abertas. Os bilhetes postaes são preferíveis ás cartas, por facilitarem o trabalho dos censores.

¹¹ O *Comércio do Porto*, Junta Patriótica do Norte, 17 de Junho de 1916, p. 2.

A direcção ou endereço deve conter: nome e apelido, posto, regimento (ou outra unidade), companhia, numero e nome do campo de internamento.

Quando o próprio prisioneiro tenha escripto á sua família, a direcção da correspondência será a que ele indicar.

Por baixo da direcção escrever-se-há: «ao cuidado da Cruz Vermelha, Lisboa».

Não é preciso pôr estampilha do correio, nem nas cartas nem nos bilhetes postaes.

A correspondência dos prisioneiros com as suas famílias é auctorisada, em regra, na razão de um bilhete postal por semana e duas cartas por mez.

Não se admitem cartas registradas para os prisioneiros que estão na Allemanha.

Dinheiro – Para enviar dinheiro aos prisioneiros, remetterão as famílias a esta comissão vale dos correios das respectivas importâncias.

N'estes vales escrever-se-há a lápiz a direcção do prisioneiro, conforme fica indicado para as cartas.

As famílias de Lisboa ou que tenham alli correspondente, poderão fazer a entrega directamente no escriptorio da comissão, á Praça do Commercio.

Não se admite nenhuma outra forma de entrega de dinheiro, nem em carta registrada nem em estampilhas, cheques, ordens postaes, etc.

Aconselha-se ás famílias a não remeterem por cada vez mais de 5 réis (esc.).

Os vales do correio de que se trata são emitidos como vales de serviço, não pagando portanto, premio nem sêllo.

Encomendas – Cada encomenda não poderá pesar mais de 5 kg nem conter líquidos, comidas que possam deteriorar-se, dinheiro, livros, impressos ou manuscriptos de qualquer natureza, não podendo, por esse motivo, ser empregados jornaes no seu acondicionamento. Aconselha-se a remessa de conservas, banha, manteiga e leite condensado, tudo em latas hermeticamente soldadas, papel e subscriptos, penas de lápiz, tinta, roupas de uso, calçado e pequenas porções de tabaco.

Recommenda-se o perfeito acondicionamento das encomendas.

A direcção das encomendas será igual á das correspondências, escripta no próprio envolucro e terá também a indicação: «Ao cuidado da Cruz Vermelha, Lisboa.»

N'estas condições, as encomendas são expedidas gratuitamente pelo correio.

A isenção da franquia do correio, portes, prémios e sêllo de valles e encomendas é assegurada, tanto no paíz de origem e do destino, como nos paízes intermediários pelo disposto no artigo 16º do regulamento relativo ás leis e costumes da guerra terrestre, anexo á 4.ª convenção de Haya, de 18 de Outubro de 1907, retificada por parte de Portugal por decreto do governo provisório de 24 de Fevereiro de 1911. Todas as expedições d'esta comissão são feitas por intermédio e acordo do Comité Internacional dos Prisioneiros de Guerra em Gêneve, da Cruz Vermelha Hollandeze, na Haya, e do Contrôle General Des Postes, em Berne¹².

¹² O Comércio do Porto, Junta Patriótica do Norte, 25 de agosto de 1917, p. 2.

Até 1918, passaram pelo escritório 14 143 encomendas e 1357 processos relativos a subvenções e pensões de sangue.

No entanto, o gozo de isenção de franquia da Junta não cobria este tipo de correspondência o que abalou consideravelmente o serviço de expedição gratuita, a partir de 10 de janeiro de 1918. Contudo, em 18 de novembro de 1918, a Junta conseguiu comprar um camião para circulação diária das encomendas e, assim, baixar os custos destas diligências.

A Junta Patriótica do Norte teve ainda um papel importante junto do governo, reivindicando a produção de legislação que equiparasse as subvenções e pensões de sangue para os soldados mobilizados ou mortos, quer em França, quer em África, já que os combatentes no cenário de guerra europeu estavam inicialmente mais favorecidos pela legislação vigente.

A 29 de novembro de 1917, através do Decreto n.º 3632, a Junta viu esse desiderato alcançado já que os direitos dos soldados em França e em África foram uniformizados no tocante às pensões de sangue e subvenções para as suas famílias, bem como foi potenciada a ajuda às famílias dos soldados no sentido de conseguirem usufruir desses direitos e receber pensões atrasadas.

Com o intuito de minorar a situação dolorosa dos combatentes portugueses, a Junta Patriótica do Norte dinamizou várias iniciativas.

Desde logo, organizou a expedição de jornais e livros para a frente; estes periódicos que ajudavam os soldados a manterem-se mais «perto» da sua terra eram obtidos gratuitamente pois a Junta solicitou a todos que, quando acabassem de ler o seu jornal o dessem à Junta, a fim de esta o enviar para os soldados. Até

1918, foram expedidos 42 289 jornais de diversa natureza (noticiosos, políticos, etc.).

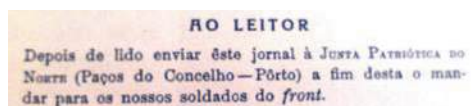
Relativamente aos livros, a 25 de setembro de 1917, a Junta pediu a todos os livreiros portuenses que fornecessem livros para os combatentes, iniciativa que foi desde logo abraçada e correspondida.

À semelhança do que havia feito com os livros, a 13 de Outubro do mesmo ano, a Junta solicitou às tabaqueiras que oferecessem tabaco para enviar aos nossos soldados.

Todas estas encomendas apoiavam o Triângulo Vermelho, que era uma sala de convívio criada pelos aliados, para que os soldados pudessem repousar e conviver nos poucos momentos em que o podiam fazer.

Os prisioneiros de guerra não foram negligenciados nesta ação assistencial da Junta Patriótica do Norte. Através do *Comércio do Porto* eram pedidos bens alimentícios e de vestuário para lhes serem enviados. A Junta tentava, a todo o custo,

Figura 9 – Pedido de jornais para os soldados da frente



Fonte: Junta Patriótica do Norte (1931) – *Sinopse da sua obra desde 20 de Março de 1916 até 30 de Setembro de 1918*, p. 23

encontrar os prisioneiros de guerra para conseguir dar notícias às suas famílias sobre o seu estado.

A Junta preocupou-se ainda com os mutilados de guerra e os tuberculosos. Conseguiu obter lugares no Hospital de Conde Ferreira e, a 25 de agosto de 1917, o Instituto de Cegos do Porto abriu vagas para os soldados que tivessem servido em campanha.

A 17 de junho de 1917, o Dr. António Ramalho propôs um projeto de assistência aos soldados que padeciam de tuberculose, quer para os já regressados, quer para aqueles que ainda se encontravam nas trincheiras.

A concessão de viagens de comboio – gratuitas para os soldados e a metade do preço para os oficiais – foi uma das últimas conquistas da Junta, pouco antes do final da guerra. Esta intervenção foi importante, pois facilitava a chegada dos soldados às suas casas e famílias.

5. CONTRIBUTO DO COMÉRCIO DO PORTO

Pelo que atrás foi referido, facilmente se percebe a importância capital do diário *Comércio do Porto* como veículo e agente mobilizador da obra da Junta Patriótica do Norte.

Era neste jornal – dirigido por Bento Carqueja, um dos fundadores da Junta, relembre-se – que diariamente se publicavam todos os passos, decisões, iniciativas, fracassos e sucessos da Associação.

Assim, podem encontrar-se neste jornal desde os agradecimentos feitos pelos donativos recebidos aos balancetes de contas, para que todos os que haviam contribuído e acompanhavam os trabalhos de Junta conseguissem perceber o destino das suas doações.

Constituiu também um apoio fulcral para as famílias dos soldados, pois publicava notícias sobre os combatentes na frente e explicava como elas poderiam obter os seus direitos, fundamentalmente relativas a subsídios.

Nesta conformidade, *O Comércio do Porto* foi um importante meio de difusão da obra da Junta, bem como um grande dinamizador da angariação de fundos do apoio à ação humanitária desenvolvida pela Junta Patriótica do Norte.

CONCLUSÃO

A Junta Patriótica do Norte foi a primeira instituição portuguesa de assistência e propaganda às vítimas da Primeira Guerra Mundial, juntamente com a Casa dos Filhos dos Soldados Portugueses.

Apesar de ter nascido na Câmara Municipal do Porto, durante o mandato de Henrique Pereira de Oliveira, não teve filiação partidária e tentou seguir a todo o custo o programa a que se propôs: «Pela Pátria é o seu lema, Pela Pátria será até ao final»¹³.

Não obstante ter desenvolvido actividades assistenciais e filantrópicas da sua iniciativa, trabalhou em conjunto com organizações de índole similar como a Cruz Vermelha Portuguesa, a Cruzada das Mulheres Portuguesas, Mulheres Francesas e ainda com o Triângulo Vermelho.

As duas grandes realizações da Junta Patriótica do Norte foram o escritório de informações para que os soldados pudessem obter conforto moral (e material) das suas famílias e a criação da Casa dos Filhos dos Soldados para proteger e acolher os filhos dos combatentes. Pugnou pela abertura, na frente de guerra, de uma sala convívio para os soldados, mas tal desiderato não foi alcançado pelo que se aliou ao Triângulo Vermelho nesta vertente de apoio aos combatentes¹⁴.

Durante o período da sua existência, de pouco mais de 20 anos, com uma actividade contínua e incessante, a Junta Patriótica do Norte ficou conhecida a nível nacional como a organização que realizou uma das mais importantes obras de assistência, propaganda e rememoração da intervenção de Portugal na Primeira Guerra Mundial.

No ano de 1937, a Junta Patriótica do Norte encerrou actividades, vindo a ser integrada na Liga dos Combatentes da Grande Guerra. A Casa dos Filhos dos Soldados Portugueses ficou sobre a tutela da Liga dos Combatentes, em janeiro de 1938.

Faz a Junta Patriótica do Norte o que ainda nós não conseguimos – a união da família portuguesa. [...] É toda de assistência às victimas de guerra e assim é em ultima analyse: restrita quando se localisa a amparar e sustentar os filhinhos dos soldados portugueses e as suas famílias, como está fazendo, ampla quando encara e procura esclarecer e solucionar os problemas de carater universal, como no caso das conferências educativas¹⁵.

FONTES

Junta Patriótica do Norte (1931) – *Sinopse da sua obra desde 20 de Março de 1916 até 30 de Setembro de 1918.*

O Comércio do Porto. Porto, 1916-1918.

¹³ *O Comércio do Porto*, Dr. Alberto de Aguiar, 10 de abril de 1917, p. 1.

¹⁴ *Comércio do Porto*, 4 de junho de 1918, p. 1.

¹⁵ *O Comércio do Porto*, Telegrama de Bernardino Machado, Chefe de Estado, à Junta Patriótica do Norte, 10 de abril de 1917, p. 1.

BIBLIOGRAFIA

- CORREIA, Sílvia (2010) – *A Junta Patriótica do Norte. Um projeto Republicano de Rememoração da I Guerra Mundial em Portugal*. «CEM, Cultura, Espaço & Memória». Porto: CITEM – Centro de Investigação Transdisciplinar, n.º 2, p. 33-50.
- FRAGA, Luís Manuel Alves (2010) – *Do Intervencionismo ao Sidonismo: os dois segmentos na política da guerra na 1.ª República 1916-1918*. Lisboa: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- GILBERT, Martin (2009) – *História do Século XX*. Alfragide: Publicações Dom Quixote.
- MIRA, Ana (transcrição e introdução) (2002) – *Actas das Sessões da Câmara dos Deputados e do Senado da República sobre a participação de Portugal na I Grande Guerra*. Porto/Lisboa: Ed. Afrontamento/Assembleia da República.
- MONTEIRO, Nuno; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e; RAMOS, Rui (coord.) (2009) – *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- PIRES, Ana Paula (2011) – *Portugal e a I Guerra Mundial: a República e a economia de guerra*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda, coord. (2010) – *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Ed. Tinta-da-China.
- BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena, coord. (1999-2000) – *Dicionário da História de Portugal. Suplemento*. Porto: Ed. Figueirinhas, 3 vols.

COMUNICAÇÃO VISUAL E SANITARISMO ENTRE AS DUAS GRANDES GUERRAS – OS CARTAZES DA LIGA DE PROFILAXIA SOCIAL (PORTO – PORTUGAL)

BEATRIZ DE LAS HERAS HERRERO*
JORGE FERNANDES ALVES**

*O pacifismo está perdido e converte-se em nula beateria se não tem presente que a guerra
é uma genial e formidável técnica de vida e para a vida.*

Ortega e Gasset – A Rebelião das Massas.

A Primeira Grande Guerra teve um impacto social muito grande na vida das populações. O mundo do pós-guerra é, para o bem e para o mal, bastante diferente do vivido nos tempos anteriores a 1914. Há aquisições tecnológicas cuja conquista foi, no mínimo, acelerada pelas necessidades de guerra e de que se passa a usufruir em tempo de paz, mas há também novas formas de cidadania com a irrupção das massas na participação política: no julgamento dos valores, na relação de aproximação/distanciamento para com o «outro», na atitude de conhecimento. Para além das dicotomias que entroncam no debate belicismo/pacifismo, surgem novas atitudes sociais que se orientam para outras «guerras», assumem-se responsabilidades coletivas que, não sendo originais, ganham novo empenho. No que interessa para esta comunicação, sublinhemos que o sanitarismo ganhou um grande incremento com a Grande Guerra, quer pelas experiências e aquisições durante o conflito, quer pelo efeito de uma intervenção mais dirigista e de posicionamentos mais democráticos, empenhados em alargar a camadas mais amplas os benefícios para a saúde das práticas preventivas, às vezes pontuadas por lemas eugenistas centrados na preocupação

* Universidad Carlos III (Madrid).

** FLUP/CITCEM (Porto).

com a melhoria da espécie humana. Surgem novas instituições da sociedade civil, inconformadas com as patologias sociais, revelando uma vocação vicariante para colmatar lacunas não assumidas (ou assumidas de forma ineficiente) pelo Estado. É o caso da Liga Portuguesa de Profilaxia Social, que, na prática difusora dos seus objetivos formativos, inspirava-se e recorria ao cartaz como meio de comunicação, suporte sobre o qual nos debruçaremos nesta intervenção.

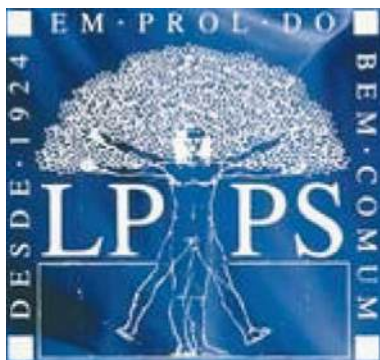
1.

O lema «Em prol do bem comum» presidiu à criação e desenvolvimento da atividade da Liga Portuguesa de Profilaxia Social, que surgiu no Porto em 1924 por iniciativa de três jovens médicos – entre eles António Emídio de Magalhães – a partir da perspectiva higienista e da medicina social, apelando para valores humanitários e patrióticos em tempo de grandes lacunas no domínio da saúde pública em Portugal.



Para esta preocupação assumida pelos jovens médicos, própria das práticas higienistas do seu tempo, contribuiu o facto de o Dr. Magalhães ter desenvolvido atividade clínica em navios da marinha mercante que, nos anos 20, navegavam por distintos lugares, entrando assim em contato com as campanhas de saúde que se desenrolavam em outros países. Algo que ajudou o jovem médico interagir com novas ideias e reunir material interessante sobre o assunto, especialmente após a ascensão da comunicação sanitária após a Primeira Guerra Mundial.

A Liga seguia um programa de 16 objetivos que passavam pela difusão de princípios com base na higiene individual e coletiva, a defesa da educação física, a luta para a divulgação dos problemas relacionados com a saúde e a sociedade (doenças venéreas, tuberculose, prostituição, pornografia, cancro, cuidados durante a gravidez e lactação, saúde ocupacional, cegueira, lepra e paludismo, aborto provocado, regras de alimentação ou o grave problema do «pé descalço»), bem como preocupações eugenistas que tinham como objetivo «chamar a atenção para os poderes políticos sobre a necessidade de regulamentar o casamento do ponto de vista da

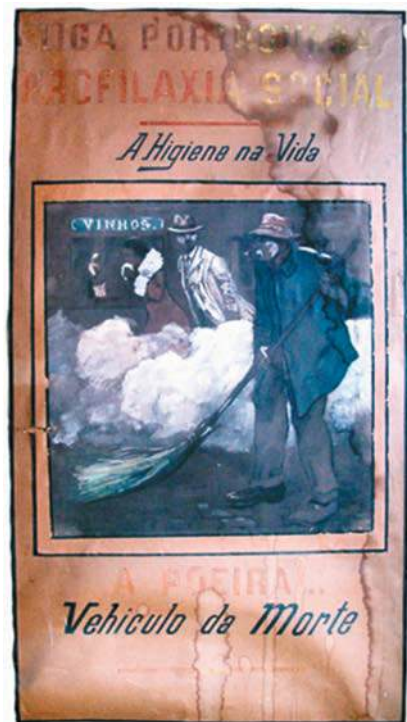


profilaxia social» e livrar a sociedade dos seus doentes mentais, alcoólicos e «desviantes». Ou seja, o objetivo era fazer com que o Governo legislasse em matéria de higiene social, através de uma campanha de assistência pública. Portanto, podemos dizer que a sua atividade estava centrada mais no conselho do que na execução de programas de profilaxia.

Para esse fim, a Liga desenvolveu uma campanha de propaganda sobre boas normas de higiene, de saúde e de profilaxia, através da escrita de artigos para a imprensa. Além disso, promoveu palestras doutrinárias sobre problemas nacionais, reuniu grupos de estudo e promoveu campanhas para sensibilizar a sociedade e os poderes públicos, cooperava com instituições oficiais, felicitava e estimulava as boas iniciativas sociais, como a criação de creches, maternidades, cantinas infantis e sociais, cooperativas e postos de assistência médica. Obra que decorreu especialmente durante a fase totalitária do Estado Novo, durante a fase ativa dos fundadores.

2.

Mas a Liga não se confinou a uma discussão elitista e procurou atingir a mais ampla audiência possível com base em mensagens específicas de educação/sensibilização, contando para o efeito com o mundo dos meios de comunicação. Para a Liga de Profilaxia Social a difusão das suas investigações era fundamental. Para um nível mais popular, a sensibilização social foi realizada através de recomendações porta a porta e de suportes mais assertivos e didáticos, nomeadamente os visuais: cartazes, fotografias, filmes e caricaturas. O suporte de comunicação mais utilizado pela Liga no seu trabalho de propaganda foi o cartaz (ainda que ocasionalmente), que consideraremos aqui como objeto do nosso estudo nos domínios do formar/informar.



3.

Porquê o cartaz como meio para chegar ao cidadão com mensagens de profilaxia ou de educação para a saúde, em terminologia mais atual? Nos inícios do século XX, coincidindo com o desenvolvimento das vanguardas históricas com grande influência na afirmação do cartaz e com a eclosão da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Russa concretizou-se um estilo! E o cartaz tornou-se num instrumento de propaganda com grande influência até aos primeiros tempos da Guerra Fria. A sua função informativa inicial ganhou tonalidades comerciais, políticas e propagandísticas, convertendo-se num suporte de grande uso político pelas suas possibilidades de reprodução (opera sobre um amplo raio de ação, chegando a todos os lugares), pela economia que resulta da sua impressão e pela sua capacidade de comunicar (fixando a mensagem através de um sincretismo de ideias), independentemente do nível sociocultural do recetor, algo fundamental em tempo de elevado analfabetismo. E foi precisamente esta capacidade de penetrar na consciência popular que fez com que as autoridades vissem o cartaz como um meio adequado para divulgar práticas de educação para a saúde, especialmente a partir de 1917.



4.

Na verdade, os cartazes relacionados com a saúde não só se utilizavam para destacar o labor de, entre outros, a Cruz Vermelha, mas também como uma arma de guerra ao servirem de suporte para a crítica à prática sanitária do inimigo. Enquanto as enfermeiras do lado amigo surgem como atenciosas e sempre ao serviço da causa justa (incluindo, como se vê em alguns cartazes, com aura virginal, numa clara evocação da Pietá), as do lado inimigo são representadas como cruéis ao ponto de derramar água ante um inimigo capturado moribundo, sob o olhar atento dos seus comandantes.



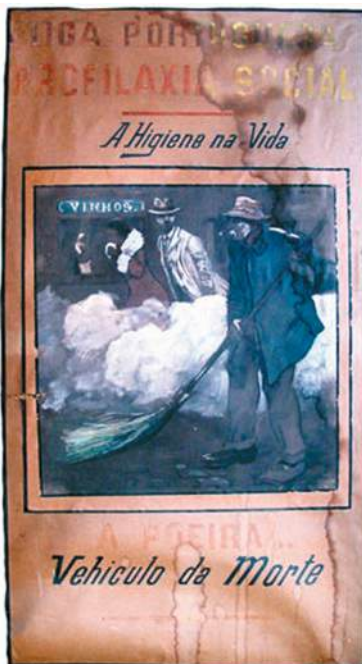
5.

Na primeira campanha realizada pela Liga, os cartazes foram utilizados para uma sensibilização sobre os perigos de doenças venéreas. No início dos anos 30, o desenhador Carlos Mota foi encarregado de produzir um cartaz para uma campanha antivenérea que, após uma impressão de 3.000 exemplares, foi enviado para as câmaras municipais, associações operárias e escolas. Trata-se de um trabalho em que a imagem central é ocupada por uma caveira encimada por um sinal de interrogação, na parte superior do cartaz, que remete para uma questão na parte inferior, enquanto, em primeiro plano, surge uma mulher cuja linguagem corporal indica preocupação. Este cartaz é claramente inspirado num outro elaborado pela Liga Argentina de Profilaxia Social, visitada pelo Dr. Magalhães, cartaz que ainda se conserva nos arquivos da Liga no Porto. Trata-se um trabalho anónimo, em que um casal recém-casado é acompanhado, na sua festa de casamento, por homens cadavéricos que representam as doenças sexualmente transmissíveis: blenorragia e sífilis. O recurso do símbolo cadavérico da caveira é amplamente utilizado nestes contextos.



6.

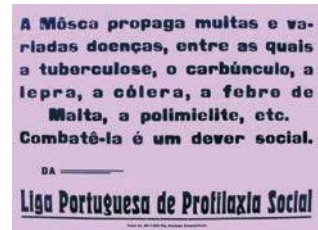
Outros trabalhos da Liga são também claramente influenciado por cartazes estrangeiros, como os que fazem parte da campanha «A Higiene na Vida», desenvolvida na década de 30, os quais são inspirados por uma série de cartazes da *Croce Rossa Italiana* intitulada «L'Igiene nella vita», que dão orientações sobre higiene pública e privada.



7.

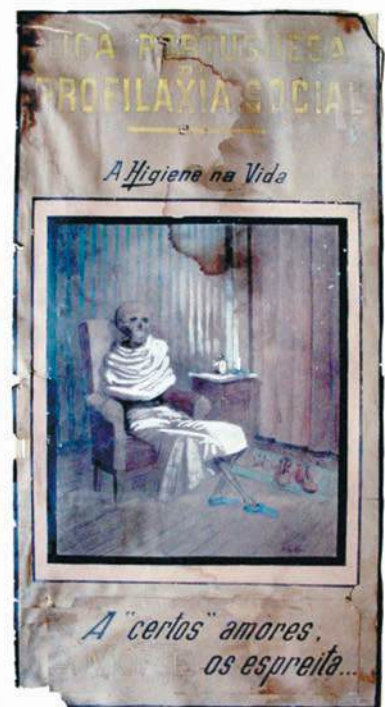
Somam algumas centenas os cartazes que a Liga Portuguesa de Profilaxia Social preservou após diversas ações de recolha realizadas em interação com outras instituições similares. No seu fundo arquivístico, encontramos amostras de cartazes da Argentina, como o já referido, mas também da Áustria, Bélgica, Brasil, Espanha, França, Itália (como os da *Croce Rossa Italiana*), Japão, Luxemburgo, México, Polónia, muitos dos quais são datados dos anos 20 e 30. Estes cartazes têm como objetivos alertar e informar sobretudo acerca de sete questões: recomendações laborais, educação sexual, estilo de vida cívico, saúde, problemas como o alcoolismo, a maternidade e a puericultura.





c) Cartazes que fazem parte da campanha contra as doenças sexualmente transmissíveis, como os referidos no início deste texto. A Liga desenvolveu uma longa ação para prevenir doenças que foram, de uma forma genérica, classificadas como «doenças venéreas», especialmente a sífilis, defendendo a regulamentação da prostituição e a necessidade de formação na profilaxia venérea, antes de lutar pela sua absoluta abolição. Com relação à propaganda visual, seguiam-se as mesmas estratégias de comunicação em que a doença surgia diretamente relacionada com a morte, simbolizada na figura cadavérica, como se pode ver num cartaz, representando a morte, incluído numa série que remonta ao final dos anos 30 em que se mostra um esqueleto sobre uma cadeira. A imagem é acompanhada de texto dissuasor: «A 'certos' amores os espreita...».

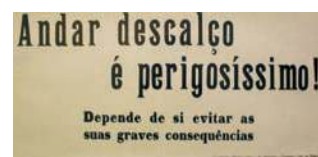
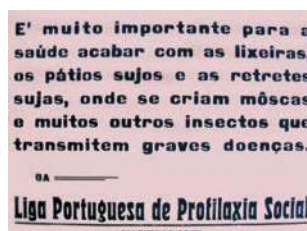
d) Cartazes sobre higiene, especialmente no que diz respeito ao cuidado dos espaços públicos. A cidade do Porto apresentava a maior taxa de mortalidade na Europa, especialmente no centro histórico, a mortalidade infantil superava os 200 por mil. Causas? A insalubridade, dadas as deficiências no abastecimento de água e no saneamento básico, a concentração de população derivada do êxodo rural e a existência de fábricas em áreas residenciais. Indicadores estatísticos mostravam na época que a mortalidade diminuía e que a natalidade crescia no sentido centrífugo. Neste quadro, era habitual que, para promover a sensibilização a estes tópicos, se recorresse a três estratégias discursivas, utilizando como meios de comunicação cartazes murais que continham mais texto do que imagem ou apenas usavam palavras, o que resultava mais económico:



- d.1) A inclusão do conceito de «civismo» e sua associação à ideia de patriotismo: «O maior ou menor índice de limpeza de uma cidade reflete o grau de civismo dos habitantes. Se o Porto for uma cidade limpa, poderemos orgulharmo-nos de ser portugueses».
- d.2) Identificação, por parte do leitor do cartaz, da rua como um bem do qual deve cuidar-se tanto como da sua própria habitação: «Se repona quando lhe sujam a casa, porque conspurca a rua?»
- d.3) O envolvimento de todos no cuidado da cidade: «Colaboremos todos com a Câmara Municipal do Porto nos esforços para tornar limpa e asseada a nossa cidade».

9.

No trabalho: Apesar dos recursos limitados com que contava, a Liga desenvolveu um trabalho incansável de assessoria a órgãos consultivos, como o Governo Civil do Porto ou câmaras municipais, como aconteceu na «Campanha Pé Descalço». Este hábito era um dos grandes problemas higiénicos em Portugal pelo número de doentes e de mortos que causou o costume popular, pouco saudável, de andar descalço em áreas urbanas. Para diminuir os numerosos casos de tétano e de outras infeções, o Governo Civil do Porto, com o apoio da Liga, lançou uma campanha de sensibilização que foi alargada a todo o país. O objetivo era evitar as enfermidades daí resultantes e, além disso, eliminar um dos signos que se identificavam com a pobreza, no contexto da procura de uma imagem renovada da cidade, através da sensibilização e, por fim, da proibição, já que, a partir de 27 de setembro de 1928, se penalizou essa prática, inclusive com prisão, em caso de reincidência.



10.

Conclusões. Para finalizar, podemos dizer que a Liga de Profilaxia Social se aliou ao trabalho realizado por outras instituições em dois aspetos: o humanismo do pós-guerra e o início de um período de maior participação dos cidadãos na vida política, tendo, neste caso, como objetivos combater e eliminar doenças, estimular a prevenção, sublinhar a importância da ciência médica em detrimento dos remédios caseiros e promover a investigação, tal como procedia a Liga Argentina de Profilaxia Social, fundada em Buenos Aires em 1921 e que é o gérmen da Liga Portuguesa. O Dr. António Emídio de Magalhães, enquanto promotor da Liga, entendeu que os problemas de saúde da cidade do Porto e do país podiam ser atenuados com o estudo e sensibilização, daí que organizasse no seu consultório um espaço dedicado à prevenção e educação profilática. Para operacionalizar essas dimensões, utilizou diversos meios que tinham como objetivo contribuir para o processo de sensibilização a dois níveis: o político (forçando as autoridades a ver os problemas e encontrar soluções através de campanhas); o social (fazendo interiorizar aos cidadãos os benefícios de viver uma vida sã nos domínios físico, psicológico e ético). Esquecendo por agora a discussão dos problemas em conferências especializadas, para as quais convocava os mais relevantes especialistas nacionais, e descendo ao nível do cidadão, reconhecemos que, dada a elevada taxa de analfabetismo dos tripeiros nos anos 20 e 30, a Liga usou como suporte fundamental na sua estratégia de comunicação o cartaz.

A ILUSTRAÇÃO PORTUGUESA E COBERTURA DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL (1914-1918): IMAGENS DA GUERRA EM CONTEXTOS DE CENSURA E PROPAGANDA

HELENA LIMA*

JORGE PEDRO SOUSA**

INTRODUÇÃO

A representação visual da Primeira Grande Guerra tem sido investigada em diferentes países (GERVEREAU, 2006; CARMICHAEL, 1989; EISERMANN, 1998; SPENCER, 1999; GERHARD, 2004; BEURIER, 2004, 2005, 2007a, 2007b...), uma vez que este foi um dos primeiros conflitos cobertos por um grande número de fotógrafos, tendo gerado uma enorme quantidade de imagens (GRIFIN, 1999: 122-123). Contudo, no caso português, não se verifica este enfoque de estudo, sendo as referências escassas para este período. Ainda assim, os impactos do conflito e as imagens publicadas em revistas como a *Ilustração Portuguesa* são um importante contributo para entender como se foi construindo a opinião pública da época, face ao desenrolar dos acontecimentos. É também importante realçar que apesar do grande êxito deste tipo de publicações, o fotojornalismo ainda não se tinha instituído como profissão, i.e., a cobertura imagética de acontecimentos enquadrada por critérios jornalísticos e desenvolvida por profissionais. Ainda assim, assistiu-se a uma enorme publicação de imagens, maioritariamente da autoria de soldados e civis, fotógrafos profissionais e amadores, propagandistas das forças armadas e também jornalistas, que registaram

* Faculdade de Letras da Universidade do Porto | Centro de Investigação Media e Jornalismo | hldlima@gmail.com

** Universidade Fernando Pessoa | Centro de Investigação Media e Jornalismo | jorgepedrosousa@gmail.com

visualmente o conflito, mesmo que sujeitos aos condicionalismos levantados pela censura e pelos serviços de propaganda (GRIFIN, 1999: 122-123).

A revista semanal *Ilustração Portuguesa* foi publicada, a partir de 1903, pela empresa do jornal *O Século*, sob a direção dos jornalistas Carlos Malheiro Dias (até 1910) e Silva Graça (1910-1922), entre outros. Apresentava-se sob o lema «Revista Semanal dos Acontecimentos da Vida Portuguesa», apesar de incluir bastante informação internacional. Cobria a sociedade, a política, as artes, o desporto e as relações internacionais, entre outros assuntos. Os números publicados entre 1916 e 1918 são já da segunda série desta revista, de formato 28 cm X 18 cm e 32 páginas. O periódico inseria abundantes gravuras e fotografias, com preponderância destas últimas. A imagem ocupava cerca de 70% da superfície da revista, de acordo com a contabilização de Proença e Manique (1990: 14). Nela colaboraram o pioneiro do fotojornalismo português Joshua Benoliel e desenhadores como Stuart Carvalhais.

A I Guerra Mundial foi amplamente tratada pela *Ilustração Portuguesa*, contudo, esta revista, como aliás as demais publicações, viria também a ser afetada pelo aparelho censório. O regime republicano aprovou a Lei de Imprensa a 28 de Outubro de 1910 e com ela instituindo a liberdade de imprensa em Portugal. Contudo, a I República, marcada pela forte instabilidade política, acabaria por criar legislação restritiva para os jornais e publicações ainda entre 1910 e 1914, altura em que se publica a primeira legislação para a imprensa referente ao conflito¹. Com a entrada oficial de Portugal na guerra, publicava-se o Decreto-Lei n.º 2270, datado de 12 de Março de 1916, e que tinha como objetivo «defender a ordem pública contra justificáveis alarmes (...) para que se evite propalar notícias falsas ou inconvenientes à perfeita segurança do Estado». A 28 de Março de 1916, a Lei n.º 495 instituía a censura: «Enquanto durar o estado de guerra ficam sujeitos a censura preventiva os periódicos e outros impressos e os escritos ou desenhos de qualquer modo publicados». Um ofício de 26 de Junho de 1916, do Ministério da Guerra, dirigido ao Ministério do Interior, ordenava especificamente à Comissão de Censura que não permitisse a publicação de fotografias sobre assuntos militares sem serem previamente autorizadas pelas autoridades militares (a *Ilustração Portuguesa* incluía em algumas das matérias que publicou a indicação «Publicação autorizada por S. Ex.ª o Ministro da Guerra»). Posteriormente e até 1917, seria publicada legislação complementar, nomeadamente o Decreto n.º 3283 e a Lei n.º 815 que especificavam a atuação das comissões de censura.

As consequências da guerra fizeram-se também sentir em termos da escassez do papel e do zinco. O Decreto n.º 3353 de 8 de Setembro de 1917 refere-se a uma situação de carência que já se fazia sentir há algum tempo: «Sendo absolutamente

¹ O Decreto n.º 1117 de 30 de Novembro de 1914 proíbe a publicação de notícias referentes às forças armadas portuguesas que não sejam de origem oficial.

necessário providenciar, desde já, de forma a diminuir o consumo de papel para jornais, em vista das dificuldades que há na sua importação e na de pasta para o seu fabrico; tornando-se por isso indispensável, além de outras medidas, regular o seu consumo, contribuindo assim para evitar, que pela sua falta, se dê a suspensão das publicações da imprensa». Neste contexto, a qualidade do papel em que era impressa a *Ilustração Portuguesa* foi diminuindo. Entre 1916 e 1918, a revista foi mesmo forçada a reduzir o número de páginas, dando, a 10 de Abril de 1916, a seguinte justificação aos leitores: «Como a todos os jornais (...) chegou à *Ilustração Portuguesa* (...) a crise do papel e do zinco (...). O primeiro custa cerca de três vezes mais caro e o segundo mais de quatro vezes!». Por isso, «A *Ilustração* mantém o seu preço, mas [terá] (...) umas páginas menos» (p. 466). A 2 de Maio de 1917, explicava que o papel estava quatro vezes mais caro e que o zinco para a fotogravura estava seis vezes mais caro, pelo que o aumento das tiragens que a *Ilustração Portuguesa* registava já não era motivo de celebração mas sim de preocupação, pelo que fixava a tiragem máxima em 25800 exemplares (p. 274).

A ação censória republicana permite entender parte dos enquadramentos propagandísticos da *Ilustração Portuguesa*, mas é insuficiente para justificar todo o seu discurso. Partindo da conceção de Jowett e O'Donnell (2012) de que propaganda é a forma deliberada de moldar perceções e manipulação de símbolos no sentido de obter determinadas respostas, importa saber de que forma a revista contribuiu para a formação de uma opinião pública favorável ou não à participação portuguesa no conflito. Daí a necessidade, no plano metodológico, de uma análise qualitativa do discurso imagístico da revista, a que se acresce a abordagem quantitativa (análise de conteúdo), com categorias definidas *a priori*, para a qual se contabilizaram todas as imagens publicadas entre Março de 1916 e Novembro de 1918. Porém, a matriz da investigação realizada é predominantemente qualitativa e, portanto, baseada na indução. O discurso visual da *Ilustração Portuguesa* sobre o conflito é entendido como o resultado de ações humanas com significado, realizadas num contexto em que os sujeitos partilham, pelo menos parcialmente, um campo comum de significação, sendo o entendimento desses significados o propósito deste estudo (SCHEUFELE 2008: 968).

Levou-se em linha de conta que embora os signos visuais – nomeadamente as fotografias – possam estabelecer uma relação natural e icónica com a realidade, indicando alguma coisa, o que esses signos exatamente indicam pode ser controverso. As imagens fotográficas são obtidas por meios técnicos, mas também são o resultado das ideias e das intenções dos seus produtores, gerando, a partir de uma estrutura física e «denotativa», conotações, ou seja, significados que mesmo para os sujeitos que no seio de uma determinada cultura se podem considerar em aberto e negociáveis (BARTHES, 1984; SCHRODER, 2002: 110-116; ECO, 2009). No jornalismo, as fotografias são ainda selecionadas editorialmente por um conjunto de intervenientes

(*gatekeeping*), eventualmente à luz de critérios de noticiabilidade nem sempre claros (TRAQUINA, 2002: 178-204).

O que nesta investigação se faz é, pois, uma análise do discurso predominantemente qualitativa, aberta e instrumental, subordinada ao propósito de interpretação do discurso visual sobre a participação de Portugal na Grande Guerra protagonizado pela *Ilustração Portuguesa*, segundo um pendor mais cultural do que crítico – o que não significa que não se tenham ponderado as relações sociais de poder existentes no período estudado. No estudo, dedicou-se particular atenção à inventariação e classificação dos temas das imagens e à análise da maneira como os assuntos foram imagisticamente tratados. Por outras palavras, tentou-se explicar o que foi mostrado, o que não foi mostrado, por que razão o que foi mostrado de determinada maneira e não de outra e qual o significado de tudo isso.

Para se explicitar e explicar, ao longo da investigação, de que forma foi visualmente narrada a participação de Portugal na Grande Guerra na *Ilustração Portuguesa*, fez-se, primeiro, uma leitura sistemática de todos os números desta revista publicados durante a Grande Guerra, especialmente entre Março de 1916 e Novembro de 1918. Através dessa visita crítica à memória visual e documental que a *Ilustração Portuguesa* construiu sobre a participação portuguesa na Grande Guerra, tornou-se possível traçar um quadro geral sobre a forma como esta publicação semanal narrou visualmente o conflito. Ao mesmo tempo, confrontou-se a narrativa da revista com o conhecimento historiográfico estabelecido sobre o período em causa. Seguidamente, procedeu-se à localização e recolha sistemática, mas arbitrária, de imagens suscetíveis de exemplificar as várias nuances da cobertura visual e jornalística da participação lusitana na Grande Guerra e a maneira como esta cobertura evoluiu. Procurou descrever-se e compreender-se, assim, a forma como o conflito foi sendo mostrado – ou não – aos portugueses pela *Ilustração Portuguesa*.

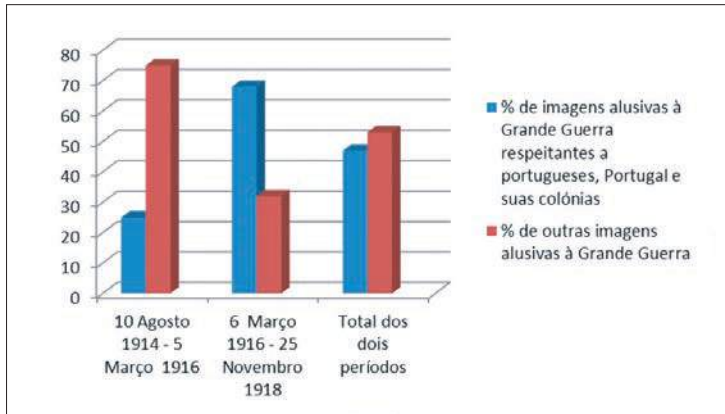
Embora parta, obviamente, de elementos de evidência e prova, este texto é somente uma proposta de leitura interpretativa, não ficcional e cronológica do discurso visual da *Ilustração Portuguesa* sobre o envolvimento de Portugal no conflito. É esta uma forma de dar significação ao passado, constrangida pelos limites da própria interpretação, até porque, como reconhece Veyne (1996: 14), fazer história é uma tarefa simplificadora, seletiva e anedótica. É uma forma de condensar simbolicamente o passado histórico no presente necessariamente contaminada pela visão que no presente se tem deste passado histórico (GRIFIN, 1999: 122). Não obstante, conforme também salienta Veyne (1996: 23), o discurso histórico tem de partir de «factos verdadeiros» para reconstruir discursivamente o passado. Neste sentido, a interpretação da história pode ser uma versão do que sucedeu, «uma opinião fundamentada sobre o mundo», que não dispensa a imaginação, mas não é uma mera ficção, nem arbitrariedade, nem «subjetividade à solta», até porque «alguma objetividade» é possível, pois sem

ela a história não poderia ser comunicada (BONIFÁCIO, 1993: 629-630). Esta ideia vai, igualmente, ao encontro das preocupações de Marialva Barbosa (2008: 129), que também vê na história uma interpretação plausível de processos históricos singulares do passado, «um artefacto literário» na qual «o passado é um construto do presente» que depende das perguntas que o historiador lança sobre ele.

A QUANTIFICAÇÃO E TIPIIFICAÇÃO DAS IMAGENS

Entre 10 de Agosto de 1914 e 25 de Novembro de 1918 a *Ilustração Portuguesa* publicou 16791 imagens e destas, 7985 são relativas à guerra. Por outras palavras, cerca de 47% das imagens evocam o conflito, verificando-se que este foi o grande tema desse momento histórico. Do total das imagens que tiveram a Grande Guerra por referente, 4232 (53%) aludiram direta ou indiretamente à participação portuguesa. Outro dado a realçar são as mais de quarenta capas também devotadas ao tema. Estes números globais mostram uma preocupação da revista em aplicar critérios noticiosos de proximidade no sentido de cativar o interesse do público-alvo leitor.

Gráfico 1 – Relação percentual das imagens na *Ilustração Portuguesa* antes e depois da entrada oficial portuguesa na Primeira Grande Guerra

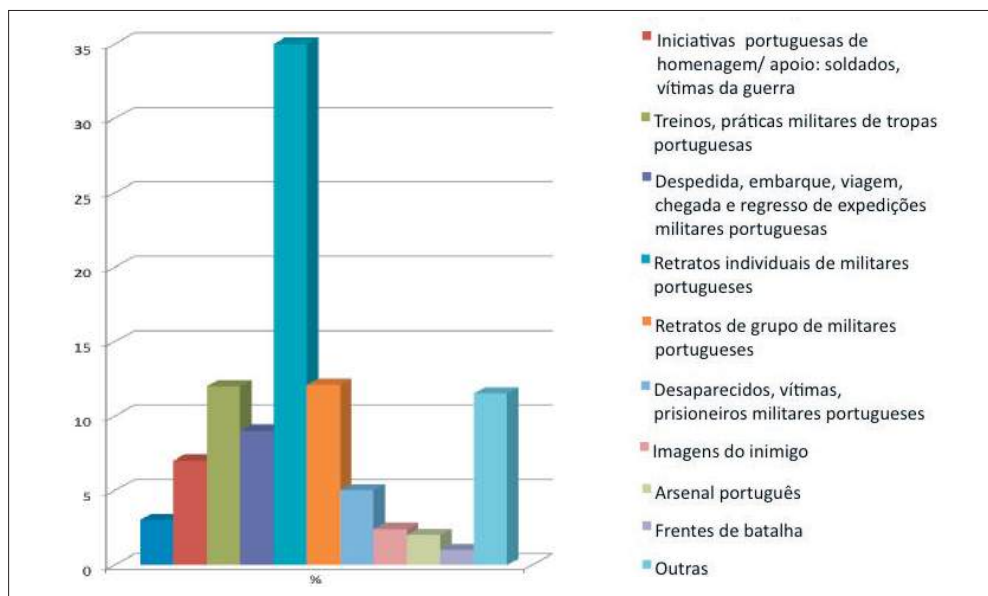


Como é possível verificar pelo Gráfico 1, a ênfase da cobertura do conflito verificou-se particularmente a partir da entrada oficial de Portugal na Grande Guerra, em Março de 1916, até porque até esta altura o país só combatia a Alemanha nas colónias africanas. Assim, se até Março de 1916 somente 25,2% das imagens abordam a participação portuguesa na conflagração, a partir deste mês a situação inverteu-se: a *Ilustração Portuguesa* passou a focalizar-se na documentação imagística – particularmente fotográfica –, subindo a percentagem de imagens referentes a esta participação a 68% do total de imagens evocativas da guerra.

A grande maioria das imagens são fotografias e a sua origem é maioritariamente de desconhecidos. Em termos de autoria, Joshua Bonoliel detém cerca de 18% das fotografias publicadas, sendo, assim, o fotógrafo maioritariamente identificado. Em termos de ilustrações é possível identificar a autoria em apenas 1%, atribuídas a Stuart de Carvalhais e Ferreira da Costa.

A maioria das imagens publicadas não tem identificação da fonte ou do local onde foram tiradas. De facto, uma grande maioria das fotografias corresponde a retratos, muitos deles eventualmente feitos em estúdio. A revista incluiu ainda um grande número de paisagens urbanas ou rurais. A razão de ser desta distribuição tem a ver com a viabilidade de retratar os diferentes cenários e daí o facto de imagens da frente de batalha não serem abundantes, porque dependiam quase inteiramente do envio das fontes militares oficiais.

Gráfico 2 – Tipificação de imagens na *Ilustração Portuguesa* relativas à participação de Portugal na Primeira Grande Guerra



O Gráfico 2 representa uma tipificação simplificada das imagens publicadas na *Ilustração Portuguesa*. Como é patente, a grande maioria são retratos. Os temas mais frequentes, para além dos retratos, são sobretudo fotografias de embarque e despedida ou dos contingentes nos navios para as colónias, particularmente no período antes da entrada oficial de Portugal na guerra. Estas, aliadas às imagens de treinos e manobras militares ou de atos oficiais de personalidades políticas, espelham a maior facilidade de obtenção destas fotografias. Por oposição, e um dos aspetos mais curiosos, é a

escassez de cenas das frentes de batalha (apenas 1%), quer nas colónias, quer em solo europeu ou mesmo de confrontos navais. Escassas são também as imagens do inimigo (2,4%) e não necessariamente provenientes das frentes de combate.

A *Ilustração Portuguesa* trabalhou, pois, no sentido de glorificar o sacrifício dos novos heróis da pátria, sendo o protagonismo da cobertura visual da Grande Guerra dos combatentes (soldados, sargentos e oficiais), expostos como numa galeria em páginas sucessivas da revista. Opostamente, os líderes portugueses, diplomatas, atos públicos, etc., tiveram um relevo muito baixo, pelo que só moderadamente a *Ilustração Portuguesa* contribuiu – em termos visuais – para engrandecer e legitimar a liderança do país em tempo de guerra. O protagonismo da cobertura visual da participação portuguesa na Grande Guerra pela *Ilustração Portuguesa* pertenceu aos militares.

Outro aspeto a realçar é que apesar da Grande Guerra ter sido um dos mais mortíferos conflitos de sempre, a morte esteve pouco presente nas imagens oferecidas pela *Ilustração Portuguesa* aos seus leitores – exceção feita aos retratos evocativos dos mortos civis e – particularmente – militares. Porém, mesmo esses retratos foram obtidos quando as pessoas estavam vivas, pelo que não se distinguem – se não se lerem as legendas – dos restantes.

Em termos da documentação fotográfica, a revista dependeu, em grande escala, do afluxo de imagens enviadas espontaneamente por fotógrafos civis e militares (autênticos cidadãos-repórteres), amadores e profissionais, que quereriam, sobretudo, obter por recompensa o reconhecimento através da publicação das suas fotos (ou clichés, na designação da época). Em consequência, dificilmente poderia ter desenvolvido outro tipo de jornalismo, até porque operava num país de economia débil, no qual a esmagadora maioria da população era analfabeta. De qualquer modo, os resultados poderiam hipoteticamente ter sido outros se não existisse censura de guerra e se em vez de um fotojornalista pago à peça e localizado em Lisboa, a *Ilustração Portuguesa* tivesse um corpo de fotojornalistas que pudesse ter enviado para os diversos cenários de batalha.

Embora seja difícil apurar, a esta distância temporal, o real impacto que as imagens alusivas à Grande Guerra e publicadas na *Ilustração Portuguesa* tiveram sobre os leitores desta revista, a maioria das imagens (60%) não terá afetado positiva ou negativamente a perceção sobre participação portuguesa no conflito. A isto não será alheio o facto de grande parte das imagens alusivas à guerra serem retratos algo inócuos dos combatentes, pelo que não deverão ter afetado significativamente as representações que os leitores faziam da guerra. Ainda assim, cerca de 35% das imagens publicadas pela *Ilustração Portuguesa* poderão ter contribuído para transmitir uma mensagem positiva acerca do envolvimento de Portugal no conflito, condizente com o alinhamento editorial da revista com as posições governamentais. As imagens que poderão ter suscitado dúvidas ou ideias negativas sobre a participação portuguesa na Grande Guerra têm um peso percentual limitado (5%).

O DISCURSO ICONOGRÁFICO DA GRANDE GUERRA

Dada a extensão da publicação, serão aqui apresentados alguns dos aspetos mais significativos da análise das imagens da *Ilustração Portuguesa*, como, por exemplo, as capas da revista. As chamadas à capa representam, do ponto de vista jornalístico, um critério noticioso, na medida em que representam a atribuição primeira do valor-notícia na hierarquia de noticiabilidade. O tema da guerra foi recorrente, direta ou indiretamente, com mais de 50 imagens alusivas ao conflito. Contudo, a revista manteve um critério mais lúdico na sua primeira página, sendo o tema preponderante as imagens de conhecidas actrizes. Por outro lado, o período em que a Grande Guerra foi capa recorrente ocorreu depois da entrada oficial de Portugal no conflito e, particularmente, nos números de 1917.

A primeira capa alusiva à guerra surge apenas a 5 de Outubro de 1914 e representa a figura de um soldado anónimo. A imagem sugere firmeza, heroísmo, e celebra, principalmente, a figura do soldado. Mas apesar das bandeiras reproduzidas serem de todos os principais beligerantes, o leitor familiarizado com os uniformes saberia que aquele era um soldado francês, aparentemente pronto a defender a sua terra e as suas gentes (em segundo plano) e o seu camarada de armas (também em segundo plano). O desenho é, no entanto, do pintor, caricaturista e ilustrador português Stuart Carvalhais.

A partir de Abril de 1916, a guerra passou a ser o assunto do momento alternando com as até aí omnipresentes capas com atrizes e com personalidades femininas das

Figura 1 – Capa da *Ilustração Portuguesa* (5 de Outubro de 1914)



«elites». A maioria das fotografias de capa alusivas à Grande Guerra foram obtidas em Portugal (critério da proximidade), e são da autoria de Joshua Benoliel e de Arnaldo Garcez, dois dos precursores do fotojornalismo português. Foram também publicadas imagens obtidas em França pelo fotógrafo francês Meurisse, pela secção fotográfica do exército inglês, pela secção fotográfica do exército português (na realidade, eram, quase todas elas, de Arnaldo Garcês, que foi integrado no Corpo Expedicionário Português, com a patente de alferes), etc. Em conjunto, essas imagens contam uma história da preparação do Corpo Expedicionário Português e, principalmente, da sua partida para a Flandres. A coloração de algumas das imagens é artificial, mas realista, tendo por objetivo tentar igualar a experiência visual da realidade à experiência visual da mediatização dessa realidade.

As imagens das capas da *Ilustração Portuguesa* são, em grande parte, «fotografias cândidas», mais naturais e, em alguns casos, também mais intimistas. Os critérios de foto-noticiabilidade da época valorizavam-nas. Há alguns pormenores curiosos nessas imagens, como o gesto carinhoso do soldado que, em primeiro plano, se despede da sua amada (capa de 12 de Fevereiro de 1917, fotografia de Benoliel). Ou o soldado que se despede da filha, também fotografia de Benoliel, na capa de 12 de Março de 1917. A imagem da Venda da Flor para recolha de fundos para os soldados, pelo fotógrafo Vasques, na capa de 29 de Abril de 1918. Os soldados sorridentes no navio que os levaria para França (30 de Abril de 1917). A visita presidencial às tropas portuguesas em Inglaterra e na França (12 de Novembro de 1917), mas também representações dos Aliados e de personalidades políticas, como é o caso da capa alusiva à visita do rei de Inglaterra à frente de batalha (1 de Setembro de 1917).

Figura 2 – Exemplos de capas da *Ilustração Portuguesa* alusivas ao conflito



A primeira fotografia alusiva à presença de tropas portuguesas nas trincheiras foi publicada na capa de 10 de Setembro de 1917. Da autoria de um fotógrafo anónimo do exército britânico, mostra soldados sorridentes e descontraídos, junto à abertura de um abrigo, num momento de bivaque. Contudo, não se sabe se a fotografia foi efetivamente obtida na frente de batalha. Outro tema de capa são as senhoras da Cruz Vermelha Portuguesa que prestavam serviço voluntário em França. Outra das temáticas seria a da imposição da Cruz de Guerra a soldados que se distinguiram no combate contra os soldados alemães, em La Lys (22 de Julho de 1918), uma espécie de corolário lógico do discurso visual – o momento da celebração dos heróis.

Como foi referido anteriormente, a Primeira Grande Guerra foi um dos conflitos mais mortíferos da história da humanidade. Contudo, a *Ilustração Portuguesa* inclui poucas imagens da morte. Em 19 de Outubro de 1914 a revista publicava imagens de soldados alemães a queimar cadáveres. Trata-se de um desenho executado a partir de uma fotografia, o que terá permitido a eventual eliminação de pormenores chocantes. No mesmo número mostravam-se também soldados alemães mortos, em planos gerais que dificultam a identificação e que, embora não poupassem o leitor ao choque, são menos violentas, pois não se centram em ninguém em particular. Outro exemplo de retrato da morte data de 9 de Novembro de 1914. Neste caso a fotografia incide sobre túmulos de soldados franceses, sugerindo a morte sem a mostrar.

O primeiro soldado português morto em França em combate contra as forças alemãs, António Gouveia Curado, mereceu honras de primeira página na *Ilustração Portuguesa* de 14 de Maio de 1917, ascendendo assim à categoria de herói da pátria, e por isto merecia, conforme se escrevia na revista, em caixa alta, «HONRA AOS QUE MORREM PELA PÁTRIA!». Milhares tombariam nas trincheiras da Flandres, mas o soldado Curado foi o único militar português morto no *front* ao qual a revista conferiu honras de primeira página. Contudo, a imagem não reporta a morte mas sim o retrato do soldado.

A partir do momento em que as tropas portuguesas chegaram às trincheiras da Flandres as notícias dos mortos começaram a avolumar-se. Ao publicar as suas fotografias, a *Ilustração Portuguesa* satisfazia a curiosidade dos leitores ao mesmo tempo que, propagandeando a causa do governo português, celebrava e honrava a figura do soldado nacional, capaz de morrer, ainda que muito longe do país ou de qualquer território sob administração portuguesa, «em defesa da pátria» (2 de Julho de 1917). A partir do Verão de 1917, a *Ilustração Portuguesa* publicou páginas e páginas de retratos dos soldados portugueses que combatiam na frente europeia e na frente colonial, dando, em alguns casos, informações sobre a sua sorte: aprisionados, feridos, mortos. A publicação deste fluxo de fotografias permitia que a revista prestasse o seu tributo aos soldados heróis da pátria, àqueles que se sacrificavam pelo país na frente de batalha, mas também levava à comunidade um serviço de informação útil.

Foram os soldados portugueses a assegurar à *Ilustração Portuguesa* um fluxo regular das suas fotografias. Fosse por vaidade, fosse para obtenção de reconhecimento, fosse ainda pela vontade de que os seus familiares, amigos e conhecidos os vissem, os militares enviavam as suas fotografias para a revista, que as publicava, construindo, gradualmente, uma galeria de retratos que celebrava e honrava o soldado português. Normalmente eram imagens em pose de grupo ou individuais, e por isso estes homens apareciam sorridentes e descontraídos ou desafiantes, dando de si a melhor imagem. A publicação destas imagens produzia um enquadramento que contribuía para combater os rumores sobre a situação calamitosa que o CEP vivia na frente:

Nas fotografias que oficiais e soldados tiram e enviam para a Ilustração Portuguesa reflete-se a boa disposição de espírito em que eles se encontram. É claro que, longe da família e sob o troar do canhão, ninguém se pode sentir contente; mas daí a supor-se que o nosso soldado não está animado e que a vida das trincheiras lhe decorre triste vai uma grande diferença. (18 de Junho e 2 de Julho de 1917).

As primeiras fotografias das tropas portuguesas nas trincheiras foram publicadas na *Ilustração Portuguesa* a 3 de Setembro de 1917 e são da autoria da secção fotográfica do exército inglês (as forças armadas portuguesas não tinham um serviço equivalente, nomeadamente caso se exclua o trabalho de Arnaldo Garcez). São imagens que pouco ou nada transmitem sobre as duras condições que ali se viviam, registando sobretudo momentos dos exercícios e de descontração. A partir desse ano, as fotografias alusivas à vida na frente de batalha tornaram-se um dos temas fortes da cobertura visual da Grande Guerra, sem contudo, mostrarem a crueldade dos combates nem o seu resultado, o que se justifica, em parte, por serem provenientes dos serviços de fotografia do exército britânico. Estas imagens retratam treinos, momentos de descontração, distribuição da comida (10 de Setembro de 1917). No número de 22 de Outubro de 1917, a revista noticiava e publicava imagens de um concurso hípico realizado na retaguarda da frente de batalha, no qual participaram oficiais portugueses, e que poderá ter provocado sentimentos de revolta entre os soldados nas trincheiras.

Também as fotografias do aquartelamento da retaguarda portuguesa em França dão a impressão de ordem, mensagem realçada pela *Ilustração Portuguesa* ao reportar a opinião de que os visitantes do setor português da frente eram «unânicos em elogiar as suas instalações e a forma por que tudo ali funciona, debaixo do ponto de vista da ordem, da disciplina e da atividade» (29 de Outubro de 1917, p. 341).

Na véspera do início da batalha do rio Lys, a impressão causada pela foto-informação ainda era de ordem, combatividade e tranquilidade na frente. Os soldados sorridentes contrastavam com o desânimo que, na realidade, imperava no CEP, particularmente entre os soldados esgotados e não rendidos posicionados na linha da frente.

Figura 3 – Homenagem aos combatentes de La Lys (6 de Maio de 1918)



Depois da batalha do Lys, *A Ilustração Portuguesa* publicou uma fotografia simbólica, da autoria de um «distinto oficial do Corpo Expedicionário Português», em jeito de tributo memorial à pesada derrota sofrida pelas forças portuguesas. A legenda esclarece que se trata da povoação arrasada de Neuve-Chapelle e que a cruz se situava a 30 metros da primeira linha portuguesa. A cruz acentuava a homenagem aos caídos, mas também repisava que os soldados portugueses tinham caído unicamente porque eram em número muito inferior aos germânicos:

Não se podem deixar de contemplar com viva comoção estes trechos do setor português, que ocupavam em França as nossas tropas e pelo qual os alemães irromperam com forças descomunais. Aos valentes que o defenderam até ao último

esforço e escaparam (...), a consciência há de trazer-lhes a compensação moral do dever cumprido. Às famílias que nele tinham entes queridos desaparecidos ou aniquilados (...), estas páginas recordarão com justificada dor, mas simultaneamente com orgulho, o enorme sacrifício que eles fizeram (...) pela pátria e pela civilização. (6 de Maio de 1918, p. 343)

A revista continuou a publicar imagens do setor português, como uma fotografia aérea feita depois de uma barragem da artilharia alemã e efeito de um obus na retaguarda das trincheiras portuguesas, imagens de desolação e cavalos mortos na berm da estrada. Mesmo depois do Corpo Expedicionário Português ter sido praticamente aniquilado, continuaram a ser publicadas ao longo dos meses seguintes fotografias do setor que defendia, como se as forças nacionais aí ainda estivessem presentes. Outras imagens procuravam nitidamente contrainformar, sugerindo que as forças alemãs tinham sofrido pesadas baixas quando atacaram o setor português, nomeadamente pela publicação de fotografias das baixas alemãs (3 de Junho de 1918).

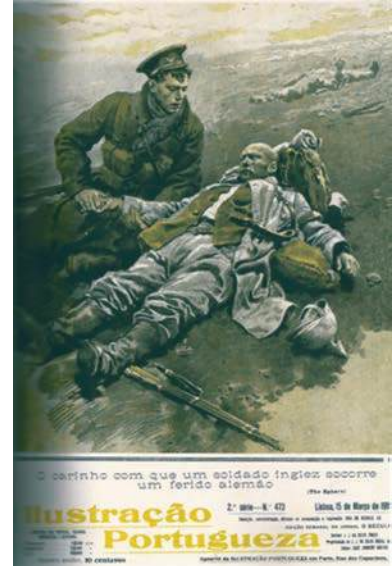
A homenagem ao CEP passou também pela reportagem das condecorações aos soldados que se distinguiram na batalha do rio Lys, pelo seu comandante interino, general Gomes da Costa, no número de 22 de Julho de 1918. Estas fotografias provinham da secção fotográfica das forças portuguesas (isto é, de Arnaldo Garcez) e este tema seria ainda retomado ainda noutras ocasiões, como no número de 23 de Setembro de 1918, agora com as condecorações a cargo do general Tamagnini de Abreu.

A narrativa da *Ilustração Portuguesa* em relação às Potências Centrais e em particular, às forças alemãs foi, desde o início do conflito, de condenação. Apesar disso, e no início da guerra, a revista publicou também imagens de soldados alemães que

partiam sorridentes para o combate (24 de Agosto de 1914), isto porque recebia fotografias dos dois campos. Nos primeiros tempos da Grande Guerra, estas imagens favoreceram simbolicamente as Potências Centrais, pela noção de força, eficiência e organização que elas transmitiam. Gradualmente, esta mensagem daria lugar a um discurso altamente negativo para os alemães, nomeadamente pela publicação de fotografias que documentavam a destruição decorrente do avanço das forças germânicas. Já em 12 de Outubro de 1914, a revista publicava a imagem da destruição da catedral de Reims, apelidada de «um dos mais belos monumentos da arquitetura cristã» e considerava-a como um ato bárbaro. A 23 de Novembro de 1914, a *Ilustração* incluía duas imagens que denegriam a imagem das forças germânicas, auxiliadas por duas legendas esclarecedoras: «Os alemães passando busca aos camponeses belgas e ficando-lhes com o dinheiro»; e «Os Bárbaros», sendo os alemães desenhados de olhos esbugalhados, como zombies violentos, a esmagar crianças e mulheres mortas e feridas.

Ao longo da Grande Guerra, a revista criticou constantemente o comportamento das tropas alemãs e exaltou o comportamento das forças aliadas. Por exemplo, numa legenda de uma imagem retirada da revista inglesa *Sphere*, podia ler-se: «Na Flandres: os alemães, tendo arvorado a bandeira branca para parlamentar com os ingleses, surpreenderam estes com o aparecimento de uma companhia de infantaria, atacando-os cobardemente». Pelo contrário, as forças aliadas foram sempre representadas como tendo uma atitude cavalheiresca, mesmo em situações limite. O exemplo seguinte tem a mesma revista britânica como fonte e faz capa a 15 de Março de 1915. A legenda é igualmente eloquente: «O carinho com que um soldado inglês socorre um ferido alemão» (Figura 4).

Figura 4 – A capa da *Ilustração Portuguesa* mostra um soldado britânico a socorrer o ferido alemão (15 de Março de 1915)



CONCLUSÕES

O discurso imagético da *Ilustração Portuguesa* face à cobertura da I Guerra Mundial foi alinhado com as intenções propagandísticas dos governos republicanos e, por inerência, com a causa dos Aliados. O efeito da propaganda decorre também, e necessariamente, das imposições do modelo censório imposto pela legislação extemporânea republicana, que como é comum em período de guerra, procurava

«proteger» a opinião pública de notícias alarmistas ou que pudessem pôr em causa a segurança nacional.

Para além dos efeitos limitativos que a censura possa ter tido sobre a narrativa da Grande Guerra na *Ilustração Portuguesa*, ou outros efeitos nefastos decorrentes das carências vividas naquele período, há ainda que considerar os condicionalismos específicos do tratamento jornalístico desta temática. A revista incluiu um número considerável de fotografias dos precursores do fotojornalismo português, contudo, essa característica é, em si mesma, enquadradora de momentos muito específicos de um pré palco da guerra, uma vez que estes fotógrafos se encontravam em território nacional. Daí as suas imagens projetarem uma visão quase ritual da vida das tropas portuguesas, através da captação de momentos que são típicos da vida militar, em particular dos soldados.

Os aspetos mais nefastos da guerra são visíveis sobretudo pelas imagens de destruição física e menos da morte ou das baixas causadas pelo conflito. Esta circunstância decorre dos efeitos propagandísticos inerentes às fontes de quem provinham as imagens da frente de batalha: os serviços militares de fotografia enviavam seleções criteriosas de imagens que produzem enviesamentos na leitura do conflito. Como foi visto, as imagens dos soldados portugueses mortos, correspondem a retratos em vida publicados pela *Ilustração Portuguesa*, que se traduziam assim numa forma de homenagem aos «heróis» caídos em combate.

Por último, o discurso da revista face às Potências Centrais não é neutro, nem mesmo no período em que Portugal não entrou oficialmente na guerra. As imagens publicadas traduzem uma perspetiva negativa da causa alemã, promovendo a tendência de uma leitura «do inimigo», por oposição às forças Aliadas.

BIBLIOGRAFIA

- BARBOSA, Marialva (2008) – Jornalismo no Brasil: Dois séculos de história. In SOUSA, Jorge Pedro, org. – *Jornalismo: História, Teoria e Metodologia da Pesquisa*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, p. 129-154.
- BARTHES, Roland (1984) – *A Câmara Clara: Notas Sobre a Fotografia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- BEURIER, Joëlle (2004) – Death and material culture: the case of pictures during the First World War. In SAUNDERS, Nicholas J. – *Matters of Conflict. Material Culture, Memory and the First World War*. London: Routledge, p. 109-122.
- BEURIER, Joëlle (2005) – La Grande Guerre, matrice des médias modernes. *Le Temps des Médias*, 4, mai 2005, p. 162-175.
- BEURIER, Joëlle (2007a) – *Images et Violence 1914-1918. Quand Le Miroir Racontait la Grande Guerre...* Paris: Nouveau Monde Éditions.

- BEURIER, Joëlle (2007b) – Les images de la violence et le mythe de l'expérience de guerre dans les presses illustrées française et allemande en 14-18. In GUILLON, H. e LAITHIER, S., dir. – *Cahiers Alberto Benveniste*, n.º 2, janvier 2007. Paris: Le Manuscrit.
- BONIFÁCIO, Maria de Fátima (1993) – O abençoado retorno da velha história. «Análise Social», vol. XXVIII, n.º 122, 1993 (3º), p. 623-630.
- CARMICHAEL, Jane (1989) – *First World War Photographers*. London: Routledge.
- ECO, Umberto (2009) – *Tratado Geral de Semiótica*. 4.ª edição, 3.ª reimpressão. São Paulo: Perspectiva.
- EISERMANN, Thilo (1998) – Wahrheit oder Pflicht? Der erste Weltkrieg in der Deutschen Presse-Photographie. In: EISERMANN, Thilo dir. – *Von der Macht des Wortes zur Macht der Bilder*. Hamburg: Ingliid Kämpfer Verlag.
- GERHARD, Paul (2004) – *Bilder des Krieges, Krieg der Bilder. Die Visualisierung des Modernen Krieges*. Paderborn: Ferdinand Schöningh Verlag.
- GERVEREAU, Laurent (2006) – *Montrer la guerre ? Information ou Propagande?* Paris: Isthme Éditions.
- GRIFIN, Michael (1999) – The Great War Photographs: Constructing myths of history and photojournalism. In BRENNEN, Bonnie e HARDT, Hanno, eds. – *Picturing the Past*. Chicago: University of Illinois Press, p. 122-157.
- JOWETT, Garth S. e O'DONNELL, Victoria J. (2012) – *Propaganda & Persuasion*. 5th ed., London: Sage Publications.
- PROENÇA, Cândida; MANIQUE, António Pedro (1990) – *Ilustração Portuguesa*. Lisboa: Alfa.
- SCHEUFELE, Bertram (2008) – Content analysis, qualitative. In DONSBACH, Wolfgang, ed. – *The International Encyclopedia of Communication*. Vol. III. Oxford: Blackwell Publishing, p. 967-972.
- SCHRODER, Kim Christian (2002) – Discourses of fact. In JENSEN, Klaus Bruhn, ed. – *A Handbook of Media and Communication Research. Qualitative and Quantitative Methodologies*. London: Routledge, p. 98-116.
- SPENCER, David R. (1999) – Canada and the War to End All Wars. In BRENNEN, Bonnie e HARDT, Hanno, eds. – *Picturing the Past*. Chicago: University of Illinois Press, p. 182-205.
- TRAQUINA, Nelson (2002) – *Jornalismo*. Lisboa: Quimera.
- VEYNE, Paul (1996) – *Comment on Ecrit l'Histoire*. Paris: Editions du Seuil.

A GRANDE GUERRA (1914-1918) NA IMPRENSA REGIONAL. O CASO DO DISTRITO DE BRAGANÇA

ADÍLIA FERNANDES*

A Grande Guerra (1914-1918) centralizou a atenção da imprensa portuguesa, acentuando-se essa atenção a partir da declaração de guerra da Alemanha ao nosso país. Os acontecimentos e as crónicas de fundo preencheram as publicações, influenciaram os leitores e envolveram-nos emotivamente, sobretudo quando as nossas tropas entraram no conflito. A guerra adquiriu um significado absoluto, quando se teve a percepção de que seria devastadora e que mudaria a mentalidade e o mapa europeus para sempre.

Os jornais publicados no distrito de Bragança, durante o período da I Guerra Mundial, eram os seguintes:

- Correio de Mirandela* (1905-1918)
- A Pátria Nova* (1908-1915)
- A Verdade* (1910-1914)
- Notícias do Nordeste* (1910-1917)
- Distrito de Bragança* (1911-1915)
- O Mogadouro* (1912-1914)
- Notícias de Bragança* (1912-1917)
- O Lavrador Transmontano* (1913-1915)
- Legionário Trasmontano* (1914-1915)
- O Transmontano* (1915-1917)
- Eco de Dona Chama* (1915-1921)
- A Instrução* (1915-1916)
- O Povo de Mirandela* (1916-1918)
- O Libelo* – de curta duração

* Investigadora do CITCEM.

A análise que fizemos, a alguns destes jornais¹, permitiu-nos apreender as suas posições quanto ao cenário da Grande Guerra e à intervenção portuguesa na mesma. Sobre este aspeto, registou-se um parecer maioritariamente favorável, por prevalecerem jornais de orientação republicana, sabendo-se, embora, que as posições não-intervencionistas respeitavam tanto aos monárquicos como aos republicanos mais conservadores.

Os artigos sobre a guerra começaram a aparecer ainda antes de ter sido declarada.

O primeiro foi publicado pelo *Notícias de Bragança*, órgão do partido democrático republicano, na primeira página da edição de 19 de março de 1914. Este e outros que se lhe seguiram foram escritos por um colunista não identificado, com o título de «Carta de Lisboa». Fez a antevisão da guerra entre a Alemanha e a Rússia, com as previsíveis alianças dum lado e do outro, marcadas pelos objetivos económicos e coloniais das potências intervenientes. Apesar do conflito ter no seu epicentro o antagonismo de interesses dos russos, por um lado, e dos alemães, por outro, perspectivava o seu alastramento a toda a Europa, incluindo Portugal. Os tratados de aliança compeliariam, de imediato, a entrada em cena da França a favor da Rússia e da Itália e da Áustria do lado da Alemanha. A Inglaterra interviria no momento oportuno junto de quem lhe conviesse. Desde logo, não desejava a expansão alemã além duns certos limites e menos lhe agradava a invasão eslava que, segura na Europa, iria pelo Oriente até à Índia. O jornalista acrescentou que as nossas províncias de África e o Congo belga eram alvo de cobiça, daí, precisarmos de estar preparados para todas as eventualidades, isto é, investir no desenvolvimento económico e civilizador naquelas paragens, a fim de que a concorrência alemã e inglesa não exercessem sobre nós uma acção eliminatória.

Antevia-se, em agosto de 1914, um conflito de curta duração, com consequências pouco desastrosas, pelo menos para Portugal, que sofreria apenas, e muito atenuadas, as económicas². Estas e outras conjeturas iam sendo contrariadas pela evolução dos acontecimentos, que a imprensa acompanhou passo a passo. A guerra não foi breve, tornou-se em poucos meses total e revelou-se devastadora, obrigando a que as chefias militares e os governos dos diferentes países beligerantes adotassem medidas para responderem à cruel realidade: sobreviver. Tratou-se de uma dupla e impossível adaptação: a uma situação material que evoluía sem cessar e a um desequilíbrio moral rapidamente instalado. São inúmeras as páginas dedicadas pelos periódicos

¹ Recorreu-se, para a sua consulta, à Biblioteca Pública Municipal do Porto. O Arquivo Distrital de Bragança dispõe de uma vasta coleção mas é incompleta. Alguns dos títulos não tinham uma saída regular ou correspondiam, apenas, a folhas informativas sobre assuntos político-partidários ou religiosos, sobretudo, de índole local. Daí, apesar do seu número ser relativamente significativo, poucos são os que se dedicam ao tema da I Guerra Mundial.

² *A nossa situação*, in «Notícias de Bragança», 13 de agosto de 1914, p. 1.

às notícias da guerra, aos avanços e recuos das nações envolvidas, às batalhas, às perdas humanas.

Profundas discrepâncias de como Portugal deveria comportar-se face ao conflito, que se iniciou no final de Julho de 1914, terminaram com a certeza da nossa participação. No Congresso da República, de 7 de Agosto desse ano, Bernardino Machado sustentou que Portugal deveria manter amizade com todos os países beligerantes, incluindo a Alemanha, mas, ao mesmo tempo, permanecer fiel à tradicional aliada, a Grã-Bretanha. Esta neutralidade conveniente colidia com a integridade do nosso património colonial, atacado pelos exércitos alemães nas zonas fronteiriças de Angola e Moçambique. A posição intervencionista reforçou-se.

Em outubro de 1914, *A Pátria Nova* assinalava que a situação internacional do país exigia a entrada na guerra, para além do imperativo dever de continuar ligado aos destinos do «poderoso povo britânico»³. Neste ponto, coincidia com o *Notícias de Bragança* que registou neste ano e mês:

Nós estamos longe do teatro da guerra, se pode dizer-se que há longes nesse mundo tão pequeno para tão grandes inventos. Nós somos estranhos às divergências, às rivalidades que determinam a explosão. Mas é duvidoso que nos deixem sossegados no nosso canto (...) tudo indica que teremos de entrar na refrega à trela da nossa poderosa aliada⁴.

O articulista, face a esta previsão, alertava para a temível calamidade que se avizinhava e que era, para além da perda da mocidade, a crise da economia, que arrastaria o desemprego, a carestia de vida, a fome, infalível para muitos e que traria desassossego, doenças, desordem, crime. Acentuou ser de angústia a hora que passava, não podendo, «sem arrepios de pavor», imaginar-se o dia de amanhã. No *Legionário Transmontano*, de 31 de dezembro de 1915, a primeira página foi ocupada com o preocupante artigo «O povo na miséria», que abriu com um trecho do doutrinador Alfredo Pimenta. Enumeraram-se iguais adversidades, alastradas pela sociedade dos grandes centros e da província. Em estado de guerra, este desequilíbrio instalava-se ou agravava-se, porém, as causas, segundo as suas palavras, entroncavam, também, na crise política.

O jornalista do *Notícias de Bragança* acreditava, contudo, que o governo tomaria as providências que lhe competissem e que atuaria, sem reserva, segundo o seu patriotismo, tomando-se «oportunamente severas contas se não souber cumprir o seu dever».

Ao lado do dever de fidelidade à velha aliança com a Inglaterra, suportava a defesa do envio dos nossos soldados para os campos de batalha, a necessidade de consolidar

³ *Portugal e a guerra*, «A Pátria Nova», 4 de outubro de 1914, p. 1.

⁴ *A Guerra*, «Notícias de Bragança», 6 de agosto de 1914, p. 1.

o regime republicano, implantado quatro anos antes do deflagrar da guerra. Combater os alemães, o outro lado beligerante que tecia armas contra a Inglaterra e os demais aliados, era expurgar o país de falsos patriotas «que alvejam pelo triunfo do imperialismo alemão como garantia segura da restauração monárquica em Portugal». O columnista admitiu que ao falar-se de mobilização se reacenderam antigas pretensões monárquicas. Se em momentos passados, em que não estava comprometida a nossa existência por acontecimentos internacionais, o crime político tinha importância secundária, agora, a repetição de tal facto seria a expressão mais abjecta e uma ignóbil traição à integridade da Pátria⁵.

Um texto da autoria de António José de Almeida, intitulado «A hora grande vai chegar», publicado pelo jornal *República* e transcrito em *A Pátria Nova*, referia-se aos alemães como povo culto, mas que praticavam a tirania, a opressão, o crime e a infâmia. Pelo contrário, a Rússia, autocrática e ignorante, representava a justiça e o direito. Neste contexto, convocava os valores da civilização, como a humanidade e a liberdade, que só os aliados, pela vitória, podiam assegurar. Ao seu lado estaria Portugal, que beneficiaria do proveito material e respeito moral⁶.

Como exemplo de oposição à intervenção do país, surgiu, em outubro de 1914, um artigo de Francisco Manuel Alves, mais conhecido por Abade de Baçal, notável figura do panorama cultural e histórico da região. Colaborador dos diversos periódicos, foi em *O Legionário Trasmontano*, jornal de orientação clerical, que publicou a sua reflexão sobre este assunto, com o título «Entrar na Guerra?!». Sublinhava que a participação de Portugal no conflito seria um crime, porque o país não dispunha de forças armadas, nem de armamento ou munições, fruto das crises financeiras que se repercutiam, especialmente, nas precárias condições de vida da população, pobre e analfabeta, enfraquecida pela emigração. A aliança com a Inglaterra também não a justificava, arriscando-se Portugal ao abandono e ao desdém a que este país, ao longo da História, o votara, como aquando do *Ultimatum* ou da *Convenção de Sintra*. Neste momento, essa aliança poderia redundar na perda das colónias. Na História fundamentou outras razões: Alcácer-Quibir ou a Guerra Peninsular, que traduziam morticínio, devastação, caos, que, de todo, dever-se-ia evitar que se repetissem. Remeteu para os franceses inauditas barbáries contra as gentes portuguesas, concluindo que uns e outros, «de execranda recordação», eram os «fieis espoliadores que tentam levar-nos no abysmo, fazendo crer que a Pátria corre perigo mantendo-se neutral». Referiu-se, ainda, ao interesse das nações beligerantes poderosas e desenvolvidas sobre as mais débeis, nomeadamente, na voracidade das suas matérias-primas e ao desejo destas obterem vantagens partici-

⁵ *Portugal e a guerra*, «A Pátria Nova», 4 de outubro de 1914, p. 1.

⁶ *A hora grande vai chegar*, «A Pátria Nova», 18 de outubro de 1914, p. 1.

pando. O argumento da defesa da civilização latina, aduzido a favor da participação do país na contenda, foi igualmente refutado pelo Abade de Baçal. A atmosfera de ódio germânico estendia-se a este campo, esquecendo-se, nas suas palavras, o contributo alemão para os vários ramos da ciência em Portugal, nomeadamente, para o progresso dos estudos arqueológicos, históricos ou geográficos e para a valorização do património pictórico (com D. Fernando, marido de D. Maria II). Assumiu-se devedor da Alemanha, por pertencer a corporações que, culturalmente, muito lhe deviam.

«Entrar na Guerra?... que demencia ó mentores portugueses, vos tomou?!», pergunta.

Este artigo corresponde ao primeiro dos quatro manuscritos do Abade de Baçal sobre o mesmo tema, igual título e finalidade. Num deles, numa anotação de 1923, registou que após a publicação do primeiro, houve alguns «patrioteiros» que queriam que fosse fuzilado atrás do forte da cavalaria de Bragança.

O *Trasmontano*, órgão do partido evolucionista no distrito de Bragança, registou, sob o título «Pressentimentos», na primeira página da edição de 24 de outubro de 1914, ter-se chegado a um dos momentos mais críticos da nossa existência coletiva, impondo-se a necessidade de congregar esforços e a boa vontade comuns para se conjurarem os perigos, conjugados com uma propaganda inteligente e ininterrupta. Na mesma página, designado de «Preparação para a guerra», um outro texto informou que decorria a preparação militar para a guerra e se tentava comprar material bélico com esse objetivo, facto que não estava em consonância com o estado depauperado das finanças. Colocava em dúvida a urgência da necessidade desse material, cuja aquisição, insistia, agravaria o «pavoroso» desequilíbrio financeiro. Só poderia justificar-se pelo receio de qualquer agressão «dos nossos visinhos levados a isso pelas manobras germânicas», estendendo à península os horrores que assolavam a Europa inteira. E pergunta; «Será assim?! ... Não o sabemos».

No ano seguinte, as dúvidas estavam dissipadas.

Agora já ninguém pode ter ilusões. Caminhamos a largos passos para o começo de uma aventura, cujas consequências podem ser tremendas (...). Enormes erros acumulados e agravados pelos governos que ultimamente temos tido, incapacitaram qualquer tentativa honesta e patriótica que ainda se fizesse para arripiar caminho e desviar-nos do temeroso conflito. E já não é possível deter a marcha dos acontecimentos (...). Vamos ter participação na guerra europeia⁷.

⁷ *Hora grave*, «Legionário Trasmontano», 18 de novembro de 1915, p. 1.

O autor deste artigo acusava a Inglaterra de nos conduzir para a guerra no momento em que já não vislumbra a vitória, de exigir milhares dos nossos soldados, mesmo desarmados, para irem para o Oriente, com a promessa que ali teriam munições e armamento. A nossa intervenção não ia alterar o resultado final, os militares partiam sem preparação militar e tarde demais. Portugal, na sua opinião, deveria ter-se mantido neutral, só cedendo à Inglaterra aquilo a que nos obrigava a letra dos tratados de aliança. Os interesses nacionais impunham que nos tivéssemos alheado de sentimentalismos e sectarismos. A Espanha deveria ter sido o nosso exemplo, por manter a neutralidade, justificando-se uma aliança com este país como forma de garantirmos a independência territorial. Futurava uma convenção de paz humilhante para os aliados e vantajosa para a Alemanha.

Em «Situação definida», o *Notícias de Bragança*, em 15 de janeiro de 1916, deu a conhecer que todos os jornais de Lisboa e do Porto registaram a notícia que constava do telegrama que também publicou. Enviado de Londres, informava que o *Times*, em artigo de fundo, declarava que nenhum país, de todos os que permaneciam fora do conflito, se revelara tão cordial e espontaneamente em favor dos aliados como Portugal. Uma interferência tinha sido proposta por Bernardino Machado, concretamente, através do envio de um corpo expedicionário para a Flandres, que só não se concretizou pelas vantagens que advinham, para a causa comum, evitar-se o rompimento das nossas relações com a Alemanha. Considerava que o zelo do governo honrara Portugal. O colunista alertava para a possibilidade de sermos chamados a intervir, caso a guerra se prolongasse. O governo foi de novo aplaudido, no dia 2 março de 1916, pelo ato, legal e juridicamente fundamentado, da requisição dos navios alemães ancorados nos nossos portos. Ainda sem represálias por parte da Alemanha, o *Notícias de Bragança* desvalorizava os receios de uma guerra iminente por aqueles que a tal ato se tinham oposto, isto é, «Não se arrasou o mundo»⁸.

No final deste mês, o *Legionário Trasmontano* publicou o artigo «Portugal em Estado de Guerra», anunciando que a Pátria estava diretamente envolvida no grande conflito que assolava a Europa nos dois últimos e «longos» anos.

O perigo que a Alemanha representava para Portugal centralizou as reflexões expostas na rubrica intitulada «Porque é que Portugal entrou na guerra», editado pelo *Notícias de Bragança*, em fevereiro de 1917:

A guerra actual não é daquelas em que estão apenas envolvidos os interesses de alguns povos e aos quais os nossos sejam estranhos. Não é uma guerra entre a Alemanha e a França, ou entre a Alemanha e a Inglaterra, a Rússia, a Itália. É a guerra da Alemanha ao sentimento de independência de todos os povos da Europa. (...) Entre os países mais

⁸ *Um rasgo governativo*, in «Notícias de Bragança», 2 de março de 1916, p. 1.

ameaçados pela Alemanha está Portugal. Se fôssemos seus vizinhos já não existiríamos. (...) Se ela conseguisse triunfar da coligação que se opõe aos seus desígnios, estávamos perdidos. Portugal acabaria, sob todas as formas, como nação independente e como nação colonial. Era o nosso fim⁹.

Neste ano, o mesmo jornal informava que os alemães entregaram os prisioneiros portugueses em Moçambique. Registaram-se os nomes de todos e a respetiva patente militar.

Na cidade Bragança estavam estacionados os Regimentos de Infantaria 10 e 30. A proteção dos nossos territórios em África, obrigou a que, em 31 de janeiro de 1915, a 2.ª Bateria do 6.º Grupo de Metralhadoras partisse de Bragança com destino a Angola, como noticia *A Pátria Nova*, na edição desse dia.

As sucessivas saídas dos militares para as frentes de batalha foram acompanhadas por vivas manifestações populares de apoio e de orgulho. O artigo intitulado «A partida das Metralhadoras – O povo de Bragança vitoria, entusiástica e carinhosamente os primeiros soldados que partiam para Tancos», dirigindo-se, depois, para a França, para cumprirem a ordem de mobilização já decretada pelo governo, deu disso conta na edição do dia 8 de junho de 1916 do *Trasmontano*. A multidão aglomerou-se em frente ao quartel e, seguindo-os até à gare, gritava «em delírio» vivas a Portugal, à Pátria, à República e ao exército. Ouviram-se breves mas patrióticas palavras de despedida, proferidas por chefes militares. Entre a multidão, viam-se algumas senhoras que entregavam, a cada soldado, dez escudos e oitenta centavos para as primeiras despesas de tabaco e atiravam com flores para o comboio que os levava. Em fevereiro de 1917, o Batalhão de Infantaria 30 teve, como destino, a África Oriental, onde combateria ao lado dos exércitos anglo-belga-portugueses, incumbidos da defesa dos territórios coloniais e que combatiam «os últimos restos das forças alemãs». Narrou-se o espetáculo grandioso da partida, pela galhardia, entusiasmo e alegria «com que êsses rapazes do povo, na sua maioria arrancados à labuta pacífica e sadia dos campos, partiram para o teatro da guerra».

Esta expressão popular de apoio pode reportar-se aos múltiplos textos publicados a favor da entrada do país no conflito, integrando as razões que lhe subjazem. Na realidade, os articulistas,

[...] que contraíram o pesado encargo de pleitar na imprensa as questões de interesse público, estão constituídos na obrigação de dizerem toda a verdade, e influírem sobre a opinião por forma a esclarecê-la e ilustrá-la conforme os mais sagrados interesses nacionais¹⁰.

⁹ «Notícias de Bragança», 1 de fevereiro de 1917, p. 1.

¹⁰ *Portugal e a guerra*, «A Pátria Nova», 4 de Outubro de 1914, p. 1.

A informação aparecia filtrada pela censura, conduta que originou muitos cortes, traduzidos nas colunas em branco que atravessam os periódicos. Constituiu a matéria tratada em artigo com o mesmo nome, em *O Transmontano* de 16 de julho de 1916, ano da instituição do regime de censura prévia pelo governo. Embora abolida no ano seguinte com Sidónio Pais, não trouxe o regresso à liberdade de imprensa. Os jornais intervencionistas denunciavam uma vigilância mais branda, não descurando-se, em todo o caso, a salvaguarda da opinião pública de perfilar ideias não desejáveis, objetivo a que se associava a propaganda.

Criticava-se em «A Censura» a sua ação que, por excesso ou por defeito, não correspondia às exigências da difícil situação que perturbava a vida coletiva, merecendo a desaprovação dos que «com toda a imparcialidade (...) apreciam aos acontecimentos que se vão desenrolando». Mesmo condenando-se toda a limitação à liberdade de pensamento, entendia-se que as circunstâncias excecionais legitimavam-na e que, suprimi-la, seria uma imprudente medida. Aprovava-se o extremo radicalismo, em política e religião, com que a França conduzia este assunto, justificado pela ideia de salvação e engrandecimento da Pátria, pondo de lado toda a questão partidária. Em Portugal, não se subordinavam os interesses de partido ou seita aos interesses nacionais, como acontecia com a imprensa monárquica, acusada de germanófila, e com aquela que «dizendo-se representante dos ideais mais progressivos (...) com ela colabora na mesma obra de traição». O jornalista concluía que a imprensa deveria adotar medidas mais enérgicas e, mesmo, suprimir alguns jornais, evitando-se o risco de prejudicar-se a obra de defesa que o governo tinha obrigação de realizar.

No artigo «A República e os mobilizados – Um aviso que todos devem conhecer», publicado na edição de 19 de outubro de 1916 do *Notícias de Bragança*, na primeira página, são dadas a conhecer as subvenções e abonos que as famílias dos militares mobilizados na guerra iriam receber. A informação conclui com a seguinte nota retirada do jornal *O Mundo*: «A Republica demonstra assim que se preocupa com os mobilizados, que não os abandona um só momento, nem abandona as suas famílias. Frize-se bem o facto com orgulho, embora isso faça morder de raiva os maus patriotas».

O *Legionário Transmontano*, de orientação clerical, patenteou o problema dos capelães em várias edições como uma questão prioritária. A edição de 15 de janeiro de 1915, ainda antes da nossa participação na guerra, embora tida já como certa, defendia, num artigo de primeira página com grande destaque, intitulado «Capelães no exército» e sub-título, «As mães portuguesas reclamam-no num manifesto», a presença de capelães no exército. Publicou, de seguida, o ofício do cardeal patriarca de Lisboa dirigido ao presidente da República, com igual intenção. Lê-se que um largo movimento de opinião pretendia apresentar aos poderes públicos «a necessidade

iniludível de fazer acompanhar por sacerdotes católicos os efectivos militares, que de futuro hajam de partir para a guerra, adoptando-se a mesma providência para os que se encontram já no campo das operações. O soldado português é católico, Senhor Presidente!¹¹».

Tal procedimento seria um estímulo para os nossos soldados e um apoio consolador nos «desfalecimentos», e não adotar-se retiraria a Portugal a categoria e a reputação de país civilizado. No dia 30 de novembro de 1915, o governo autorizou que fosse prestado auxílio religioso aos militares.

A referência às mulheres surgiu apenas no sub-título, contudo, em outros momentos o periódico invoca, em apelos emotivos, os inúmeros contributos das mães, irmãs, mulheres e namoradas dos que partiam, concretamente, sacrificando os afectos aos sagrados interesses da Pátria¹². O mesmo tom repete-se em diversos jornais, sempre que o feminino é chamado para o terreno da guerra.

A moral constituiu uma das armas mais importantes desta contenda desde o seu deflagrar. Era sustentada por políticas pragmáticas e pela censura, que «a situação anormal (...) os supremos interesses da Pátria (...) a acção governativa»¹³ exigiam. No seu conjunto, deram significado à guerra, significado inicialmente similar em todas as partes: honra, dever e patriotismo, ou, apenas, defesa do país.

A moral trazia a unidade, esta impulsionava o sentido da causa comum. Com este teor, Guerra Junqueiro, outro nome transmontano que se destacou, principalmente, como escritor e poeta, deixou-nos, em *O Trasmontano*, de 23 de fevereiro de 1917, na primeira página, a rubrica «Aos soldados que partem». Os louvores que dirigia ao patriotismo dos militares assentavam na responsabilidade que lhes atribuía, a de serem «neste momento», a «honra da Pátria», «a alma heróica da Nação», levando consigo o passado, o presente e o futuro de Portugal. Com o sub-título «Aos portugueses que ficam», Guerra Junqueiro pedia que cuidassem dos que partiam, e que os tomassem como exemplo e modelo. Redigiu uma oração para todos rezarem, caindo sobre os que o não fizessem, «inexoravelmente, um labéu eterno!»:

Pátria divina de Camões e de Nun' Álvares, santificado seja o vosso nome. Venha a nós o vosso valor e a vossa glória. Seja feita a vossa vontade em nossas almas. Dai-nos em cada dia o pão imortal da vossa esperança, e perdoai, Senhora, os nossos erros. Para nos libertar de toda a fraqueza e de todo o crime, encheremos os corações do vosso amor. Amen.

¹¹ Idem.

¹² «A Pátria Nova», 4 de Outubro de 1914, p. 1.

¹³ *A Censura*, «*O Trasmontano*», 16 de Julho de 1916, p. 1.

O *Correio de Mirandela* fez a primeira referência à guerra na edição de 1 de dezembro de 1918, num comentário na primeira página a que deu o título «A Paz». Limitou-se a assinalar e a prestar homenagem aos governantes portugueses que conduziram Portugal para a guerra:

Nesta hora em que todos os Povos se abraçam por cima das fronteiras, acamando a vitória dos aliados, que é a vitória da Liberdade, saudemos nós, portugueses, os nossos gloriosos estadistas – que defenderam a nossa intervenção na guerra – e levaram à França o heroísmo do nosso soldado.



Fonte: BPMP, *O Trasmontano*, n.º 27, 16 de Janeiro de 1916, p. 1.

FONTES

- A Pátria Nova*, 4 de outubro de 1914.
- A Pátria Nova*, 18 de outubro de 1914.
- Notícias de Bragança*, 1 de fevereiro de 1917.
- Notícias de Bragança*, 2 de março de 1916.
- Notícias de Bragança*, 6 de agosto de 1914.
- Notícias de Bragança*, 13 de agosto de 1914.
- O Trasmontano*, 16 de janeiro de 1916.
- O Trasmontano*, de 23 de fevereiro de 1917.
- O Trasmontano*, 16 de julho de 1916.

VIVÊNCIAS E MEMÓRIAS DA I GUERRA MUNDIAL: O CAPITÃO LAGE. BIOGRAFIA E HISTÓRIA*

MARIA OTILIA PEREIRA LAGE**

INTRODUÇÃO

Com base em fontes oficiais de incidência biográfica, documentos de arquivo particular e memórias familiares, traça-se a biografia de uma figura histórica, anónima, o capitão Manuel Ribeiro da Lage [1882-1980], natural do concelho e distrito de Viana do Castelo, militar graduado do Corpo Expedicionário Português na I Guerra Mundial, comandante da 1.^a Companhia do Batalhão de Infantaria 3, da «Brigada do Minho», prisioneiro de guerra condecorado como herói da batalha de La Lys, o qual é protagonista de uma carreira político-militar expressiva.

Na procura de uma análise do indivíduo em função da totalidade de que faz parte, privilegia-se um registo de natureza individual, concreto e singular, dimensões já hoje consideradas relevantes da análise historiográfica, o qual se cruza com referências a episódios históricos concretos protagonizados pelo indivíduo, mormente a batalha de la Lys, grande investida da Alemanha contra os exércitos Aliados, visando destroçar estes e sair vitoriosa da Guerra a que queria pôr cobro.

Organiza-se o presente artigo em duas partes: a primeira, de natureza biográfica, descritiva e analítica, subdividida em várias rubricas, e a segunda, mais de reflexão e conceptualização, em que se abordam diferentes tópicos da prática historiográfica essenciais à compreensão da transversalidade biografia – história e ao prosseguimento deste trabalho de investigação, estudo inédito de divulgação relevante no contexto comemorativo do centenário da I Guerra Mundial.

* Nova versão desenvolvida de artigo da «Revista CEPHIS», n.º 4, 2014. Moncorvo, Ed. Palimage. No Prelo.

** Investigadora do CITCEM – FCT / FL-Universidade do Porto, otillialage@sapo.pt

1. RECONSTITUIÇÃO DE UMA BIOGRAFIA QUASE DESCONHECIDA

1.1. Trajetória individual

Manuel Ribeiro da Lage, filho de António Ribeiro e de Maria Rodrigues da Lage, nasceu a 8 de Novembro de 1882, no lugar de Pé do Monte, freguesia de Serreleis, concelho e distrito de Viana do Castelo e faleceu no Hospital Militar, em Lisboa, (cidade onde muitos anos residiu, à Rua Francisco Pereira de Sousa, 9-r/ch.) na sequência de uma intervenção cirúrgica, motivada por uma queda, em Janeiro de 1980, a pouco mais de um ano de celebrar o seu 100º aniversário.

Teve do seu primeiro casamento com Maria José Ferreira da Silva, natural de Seixas, Viana do Castelo, dois filhos varões, também nascidos na cidade de Viana do Castelo, já falecidos: Edmundo Ribeiro da Silva Lage, nascido a 27 de Maio de 1916 e Flávio da Silva Lage que nasceu em 25 de Novembro de 1919.

Casou, já viúvo, em segundas núpcias, a 13 de Abril de 1939, com D. Maria da Conceição Barbosa Braga, familiar do brigadeiro Krus Abecassis e tia do general Soares Carneiro, candidato à Presidência da República, nas eleições presidenciais de 1980, posteriormente Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas.

Carpinteiro de sua profissão inicial, foi alistado com a idade de 20 anos, no Exército Português, como recrutado no Regimento de Infantaria (R.I.) 3, em 11 de Novembro de 1902, onde serviu mais de 13 anos, enquanto sargento ajudante, até 14 de Abril de 1916, data em que foi promovido a alferes por Decreto de 15 de Abril do mesmo ano.

Das suas habilitações literárias e profissionais, destacam-se o ter sido premiado no tiro com a espingarda em uso no exército, no ano de 1911, passando a atirador especial

Fig. 1 – Capitão Manuel Ribeiro da Lage [1882-1980]. Foto de arquivo familiar



Cedida pelo 1º neto varão, Jorge Bessa Lage

Fig. 2 – Capitão Lage e os seus dois filhos (1935). Foto arquivo familiar



Cedida pela bisneta Patrícia Lage

desde o mesmo ano e conclusão do curso da E. C.S. – Escola Central de Sargentos¹, no qual ficou distinto com a classificação de 15,6 valores. Havia já ficado igualmente distinto no 2º curso das escolas regimentais de Infantaria, em 6 de Agosto de 1904.

A esta primeira fase da sua vida militar, durante a qual permaneceu, mais de 7 anos em Timor, desde Fev. de 1905 até 20 de Set. de 1912, sucedeu-se uma carreira militar em que foi sucessivamente distinguido com promoções, condecorações, louvores, galardões e bonificações consecutivas de tempo de serviço.

Refira-se que já antes de ter estado em Timor, havia sido louvado com a idade de 22 anos, pela forma como se distinguira nos trabalhos de salvamento do vapor S. Tomé, naufragado em 24 de Novembro de 1904 no Mar Vermelho, e no transbordo para o vapor inglês Clau-Moelky (B.M.U. n.º 6, 1905).

Foi também agraciado com medalha militar de cobre da classe de comportamento exemplar (O.E. n.º 6, 2.ª Série de 1911)², tendo-se seguido a estas, outras condecorações, mormente as referentes à sua participação na I Guerra Mundial.

Fig. 3 – Foto do Capitão Lage e Esposa em visita à Flandres Ocidental, no Jardim de Ypres, 3-5-58.
Foto arquivo familiar



Cedida pelo neto varão, Jorge Bessa Lage

Se bem que no contacto pessoal e familiar o capitão Lage fosse muito reservado e de grande discrição no que se refere ao seu passado militar, nem por isso deixava de o reviver em certas ocasiões em que foi convidado a estar presente, em França, nas comemorações da batalha de La Lys, 9 de Abril de 1918 e em sessões de homenagem aos soldados portugueses do CEP, como a fotografia anterior documenta.

¹ Criada em 1896, junto à Escola Prática de Infantaria em Mafra.

² OE, sigla de «Ordem do Exército», boletim oficial do Exército Português, publicado mensalmente em três séries e que inclui matérias relevantes para o Exército, desde por exemplo transcrições do Diário da República, despachos ministeriais, do Chefe do Estado Maior do Exército e dos Comandantes de órgãos e serviços centrais, Condecorações, prémios e louvores, etc.

A nível pessoal e familiar, com base em traços reconstituídos a partir de memórias de seus descendentes, esboça-se o seu perfil de homem e cidadão.

Tivemos o privilégio de conviver com ele, figura de grande magnetismo pessoal, durante a década de 1970. Vivia, na altura em Lisboa, com a sua mulher, D. Conceição Barbosa Braga, tia do general do Exército, Soares Carneiro e familiar do major general da Força Aérea, Krus Abecassis, mais nova, cerca de 10 anos e, falecida antes dele, 15 dias apenas. Refira-se, como nota significativa sobre as convicções do capitão Lage, que sendo o trato pessoal entre ambos muito carinhoso, sempre que a conversa entre eles se direcionava para assuntos e questões de ordem política, ele interrompia frequentemente a esposa, a quem se referia como «miss» com o seguinte comentário «ó menina Çação, por favor, esteja calada porque nestes assuntos só diz asneira». Na verdade, ela reclamava-se de ser miguelista e monárquica integralista convicta.

Manuel Ribeiro da Lage era uma figura de estatura média e desempoeirada, contagiante garbo físico, porte cavalheiresco, olhar vivo, cabeça coberta por uma boina basca, e de personalidade forte e afirmada que se impunha, a um primeiro contacto, por uma certa aura, inteligência clara, conversação afável, simplicidade no trato, memória lúcida e despretensiosa face aos seus altos feitos militares só lembrados, pelos familiares mais próximos, mas que ele logo relativizava: «ó menino, eu nunca na minha vida, nem na guerra, dei um tiro nem matei ninguém». Era um homem de espírito aberto e moderno que nunca se eximiu a executar as mais variadas tarefas domésticas. Foi um pai extremo e respeitado dos dois filhos que educou sozinho desde as idades, respetivamente, de 17 e 14 anos os quais sempre se lhe referiam, carinhosamente, como «o velhote». Ao contrário do filho mais novo, que se viria a tornar um cumpridor funcionário público no sector das finanças respeitado pelo seu perfil democrata, compreensivo e tolerante, e falecido com 89 anos, em 2009, o filho mais velho, seguindo o exemplo de intervenção social, cívica e política do pai, aderiu, ainda jovem, ao Socorro Vermelho no apoio às forças republicanas contra as hostes nacionalistas de Franco, durante a Guerra Civil de Espanha, tendo estado preso no Aljube do Porto, de 1936 a 1937, 3 anos depois de um processo político movido contra seu pai. Ingressou no Partido Comunista Português onde militou até morrer em 1995, com 78 anos.

A ligação à família, do capitão Lage, continuou sempre a ser em relação aos filhos, bastante protetora e pedagógica embora com grande reserva de autonomia. Já no fim da vida, com 98 anos, após uma queda em casa que o levaria ao hospital, a equipa médica que o atendeu, manifestou-lhe a necessidade de solicitar aos seus filhos autorização para o operarem, ao que ele se opôs, decidindo por si, apesar das reservas médicas, submeter-se à operação cirúrgica recomendada como única alternativa, à qual o seu coração não conseguiu afinal sobreviver.

1.2. Carreira militar

A sua carreira militar no ativo que durou 35 anos, desde Novembro de 1902 a Dezembro de 1937, data em que passou à reserva por ter atingido o limite de idade, decorreu em Timor, França, Angola e Portugal. Já depois de se encontrar na reserva, continuou ainda a prestar serviço no DRR 10 e 18 (Distritos de Recrutamento e Reserva)³ até Setembro de 1938, como tesoureiro do Conselho Administrativo.

Havia sido promovido à categoria de alferes, para o R.I. – Regimento de Infantaria – 32, depois da sua permanência em Timor, logo em 15 de Abril de 1916, aos 33 anos de idade e foi colocado no R.I. 3 a 8 de Fevereiro de 1917. Embarcou para França, fazendo parte do C.E.P., em 16 de Março de 1917, desde quando se lhe aumentou em seu tempo de serviço 100% até ao seu regresso do campo de concentração, na Alemanha.

O batalhão de Infantaria 3 da «4.^a Brigada do Minho» que o então alferes Lage integrou durante a I Guerra Mundial, tinha a sede do comando em «Laventie» e constituía a Reserva tendo todas as companhias acantonadas nesta posição. De acordo com António Rosas Leitão, «a Infantaria 3 (originária de Viana do Castelo), a Infantaria 20 (originária de Guimarães), e a Infantaria 8 (originária de Braga) sofreram 60% das baixas, entre mortos, feridos e prisioneiros, dos seus efetivos, justificando a atribuição, após o final da I Guerra Mundial, de medalhas de valor militar e cruzeiros de guerra quer às unidades da «Brigada do Minho» quer individualmente.

Participou no combate da Ferme du Bois em 24 de Setembro do mesmo ano. Foi feito prisioneiro dos alemães em 9 de Abril de 1918, dia da Batalha de La Lys, também chamada Batalha de Ypres 1918⁴ a qual pelas baixas registadas nas tropas portuguesas, foi já designada de uma segunda batalha de Alcácer Quibir, considerada desastre militar histórico nacional, tendo ficado ferido no combate desse dia, historicamente célebre.

Regressou a Portugal, após quase 1 ano de cativo, em 18 de Jan. de 1919, tendo sido promovido por distinção ao posto de tenente, desde o dia da fatídica batalha⁵. Posteriormente, embarcou para a então província de Angola, como expedicionário,

³ Estes distritos criados em 1888 foram sucessivamente alterados em termos de área geográfica e vieram a dar origem em 1939 aos Distritos de Recrutamento e Mobilização (DRM) que perduram décadas, passando em 1975, o nome a estar também associado à cidade onde estavam sediados.

⁴ Tratou-se da 4.^a batalha travada em Ypres, na Flandres, de 9 a 29 de Abril de 1918, tendo as três primeiras ocorrido respetivamente, em: 1914 (19 de Out. a 22 de Nov.), 1915 (22 de Abr. a 15 de Maio) e 1917 (31 de Julho a 6 de Novembro). Em 1917 os Alemães lançaram aí um gás vesicante que devido ao nome da cidade ficou conhecido por iperite.

⁵ Ver para uma descrição minuciosa da Batalha de La Lys, Guilhermina Mota, ob cit. Ver também Manuel do Nascimento – A Batalha do La Lys – 9 de Abril de 1918 (Dever de Memória), Edição bilíngue: português – francês. Paris: L'Harmattan, 2008.

em 3 de Set de 1922, tendo desembarcado em Luanda, 14 dias depois, em 17 de Set. de 1922 e aí permanecendo, cerca de ano e meio. De novo, de regresso à Metrópole, embarcou em Mossamedes a 4 de Fev. de 1924, só tendo desembarcado em Lisboa, a 19 de Mar. do mesmo ano. Passou então ao R.I. 3 sendo-lhe concedidas, desde 15 de Abr. de 1924, as vantagens estipuladas em vários diplomas legais vigentes à época⁶. Foi depois colocado como adido ao Quartel da Arma de Infantaria.

Entretanto, já com 43 anos, é promovido a capitão em 30 de Set. de 1926 e colocado no Regimento de Infantaria 23, passando a seguir, para o regimento de Infantaria 13 e, regressando de novo, a Infantaria 3, por determinação de 19 de Dez. de 1929.

1.3. Prémios, condecorações e louvores

É relativamente impressionante a lista dos agradecimentos com que Manuel Ribeiro da Lage foi distinguido logo desde o início da sua carreira militar, em que releva o louvor de 1904, apenas dois anos depois do seu recrutamento, passando pela condecoração com a medalha militar de cobre de classe de comportamento exemplar de 1911, e o prémio no tiro com espingarda em uso no exército, ainda no mesmo ano, em que se tornou atirador especial, conforme extrato do serviço militar anterior ao despacho a oficial, em 1916. Posteriormente, notabilizou-se de tal forma, com a sua participação, no C.E.P e, na célebre «Brigada do Minho», na I Guerra Mundial que, a partir de 1918, viria a receber sucessivamente as mais altas condecorações, em que se destacam as seguintes:

Medalha militar de prata da classe de comportamento exemplar, OE n.º 5 (2.ª Série de 1918);

Louvado pelo muito zelo, proficiência e dedicação levada ao sacrifício, com que tem desempenhado as funções de tesoureiro do Conselho Administrativo (30 de Setembro de 1919);

Medalha comemorativa das campanhas do Exército português com as legendas «França 1917-1918» e «Batalha de La Lys» 9-4-1918;

Medalha da Vitória, nos termos do D. 6186, OE n.º 23, (1.ª série) de 11 de Novembro;

Distintivo a que se refere o art.º 42º do R.O.M. correspondente à concessão da medalha de ouro de Valor Militar com que foi condecorada a companhia de que fazia parte do batalhão do R.I. 3, pelo feito de 9 de Abril de 1918, O.E. n.º 25 (2.ª Série) de 22 de Novembro de 1919;

Insígnia da promoção por distinção ao posto de tenente;

Cavaleiro da Ordem da Torre e Espada do Valor Lealdade e Mérito;

⁶ Decreto 5570 de 10 de Maio de 1919, artº 6º parágrafo único, modificado pela lei n.º 1039 de 28 de Agosto de 1920.

Cruz de Guerra de 1.ª classe, porque sendo comandante da 1.ª companhia do batalhão de Infª 3 por ocasião da batalha de 9 de Abril de 1918, «atravessou com ela das posições de reserva em Laventie para a Red-House a barragem da artilharia inimiga pouco depois de começar o combate, tomando acertadas disposições para a ocupação dos postos que foi mandado guarnecer debaixo da acção de bombardeamento que dificultava a sua missão e, mais tarde depois de destruídos os postos ocupados, manobrou para retardar o avanço inimigo, demonstrando a maior serenidade, coragem e valor, apesar de ser atingido por gazes e de gravemente ferido, dando assim um admirável exemplo de grande valentia e óptimas qualidades de comando, ficando finalmente prisioneiro»;

Fig. 4 – Medalhas militares atribuídas ao capitão Lage. Foto de espólio familiar



Cedida pela bisneta Patrícia Lage

Permitido usar a palma dourada sobre a fita da medalha da Torre e Espada (1922);

Cruz Vermelha de Dedicção, O.E. n.º 22 (2.ª Série), de 15 de Novembro de 1924;

Distintivo por ter feito parte da Brigada do Minho no C.E.P., (O.E. n.º 6 de 31-3-1926);

Oficial da Ordem Militar de Aviz, O.E. n.º 16 (2.ª Série) de 23 de Outubro de 1929;

Medalha militar de ouro da classe de comportamento exemplar, O.E. n.º 3 de 10 de Fev. 1933;

Cruz Vermelha de Mérito, O.E. n.º 8 (2.ª série) de 31 de Maio de 1935;

Condecorado com a medalha militar de ouro da classe de Valor Militar, por estar nas condições da alínea do parágrafo 1º do art.º 3º do Regulamento para a concessão de medalha militar, de 26 de Setembro de 1917.

1.4. Posicionamento nas operações militares da Grande Guerra

O Corpo Expedicionário Português que participou na I Guerra Mundial era composto por 105.542 homens, dos quais, 56.000 militares combateram na Flandres e sofreu 38.000 baixas, entre mortos em combate ou por doença, feridos e desaparecidos⁷.

⁷ A I Guerra não foi romântica – Jornal «Sol» de 24 de Janeiro de 2013.

1.4.1. Manuel Ribeiro da Lage na «Brigada do Minho»

IV Brigada, o Minho em nós confia /Seu nome honrado entrega em nossas mãos/E seu nome, que soou, de sempre, a valentia /Aos quatro batalhões – unidos como irmãos/Tudo a mesma Família – há-de servir de guia.

(A Canção da «Brigada do Minho» França, Julho de 1917, de E. Sardinha)⁸

A «Brigada do Minho» que ficou célebre na história militar portuguesa e mesmo dos Aliados, com a sua ação destemida e corajosa no campo de batalha na Flandres, durante a I Guerra Mundial⁹, era constituída pelos batalhões 3, 8, 20 e 29, todos recrutados maioritariamente no Minho e, reunida pelo coronel Almeida Barbosa, terá desaparecido, enquanto tal, na batalha de la Lys, a 9 de Abril de 1918, em que morreram cerca de 8.000 portugueses entre oficiais e praças¹⁰ e onde a maioria dos combatentes ficou ferida, gazeada, morreu ou foi feita prisioneira.

Fig. 5 – Oficiais da Brigada do Minho, («Ilustração Portuguesa», n.º 650,5/8/1918)



Manuel Ribeiro da Lage, na fotografia acima, o quarto oficial, de pé, a contar da esquerda, por detrás do comandante da Brigada, Coronel Almeida Barbosa, foi distinguido, como já vimos, por ter feito parte desta valorosa Brigada, integrando o batalhão de infantaria 3, enquanto comandante da sua 1.ª companhia. A revista

⁸ Coronel Eugénio Mardel – «A Brigada do Minho» na Flandres (9 de Abril): Subsídios para a História da 4.ª brigada do C.E.P. Lisboa: Serviços Gráficos do Exército, 1923. O Coronel Eugénio Mardel foi o segundo comandante da Brigada.

⁹ Ver artigo sobre a Brigada do Minho em «Ilustração Portuguesa», Lisboa, n.º 650, 5 de Agosto de 1918, p. 101-106.

¹⁰ Segundo relato de soldado sobrevivente em relatório das perdas de guerra do general Gomes da Costa, comandante da 1.ª brigada do C.E.P, dos 721 oficiais ficaram apenas 394 e dos 20.350 soldados ficaram 13.252. PEREIRA, Helena – *A I Guerra não foi romântica*. Jornal «Sol» de 24 de Janeiro de 2013.

«Ilustração Portuguesa» fazia, à época, a cobertura dos principais acontecimentos militares da I Guerra Mundial e noticiava a participação portuguesa nesta conflagração.

1.4.2. O alferes Lage na batalha de La Lys

Nesta guerra de rude batalhar / Ser alferes entre nós é ser Alguém! / No mais alto da escala militar, / São generais da Terra de Ninguém!

Herói e prisioneiro de guerra na Alemanha, o oficial Lage era então alferes e comandante da 1.^a companhia do batalhão de Infantaria 3, acantonado em Laventie que constituía a reserva e era um dos 4 batalhões da célebre 4.^a brigada de Infantaria do Minho, quando participou na batalha de La Lys, deslocando a sua companhia da posição de reserva para a Linha A da frente de batalha e atravessando, sob intenso bombardeamento, «a barragem da artilharia inimiga pouco depois de começar o combate». Com efeito,

...Pelas 9h já soldados de Infantaria 5 retrocediam – era como atrás se indica, uma unidade da linha de resistência que apoiava a Infantaria 2 a qual às 8,30h estava destruída – assim como passavam soldados ingleses a correr para a retaguarda, bem como sapadores mineiros, os quais informavam que a linha de apoio tinha rompido.

Destacou-se a sua participação na frente da batalha do oficial Lage, quer em Ferme de Bois, quer sobretudo na batalha de la Lys. O seu comportamento exemplar em batalha, conforme é narrado na atribuição que lhe é feita da Cruz de Guerra tem no poema em epígrafe, de autoria anónima, intitulado precisamente «Alferes», a melhor tradução, já que o mesmo evoca a posição na Guerra dos militares da mesma patente.

Tal posicionamento pode ser assim descrito:

Como oficial subalterno, o alferes estava mais próximo do soldado raso e mais exposto com ele ao perigo e a morte. Não era por acaso que a Linha A, a primeira linha de defesa e onde se davam os combates mais encarniçados, era vulgarmente conhecida, entre as forças portuguesas como a Linha dos Alferes. Os oficiais de mais baixa patente comungavam da dureza das trincheiras com as praças e por isso estas lhes reconheciam uma autoridade que se firmava na partilha quotidiana da luta e não na simples observância da hierarquia tradicional¹¹.

1.4.3. Vivências no campo de concentração na Alemanha

Foi em combate na principal frente da batalha de La Lys, para onde deslocara as tropas sob seu comando, que o alferes Lage foi atingido por uma bala de metralhadora inimiga que lhe varou a coxa, quando procurava pôr a salvo um comandante ferido,

¹¹ Ver descrição desta batalha em MOTA, Guilhermina, ob cit.

transportando-o às costas. Precisamente, nessa manobra de retirada, acabou por ser dado como desaparecido tendo sido feito prisioneiro pelas tropas alemãs e levado para o campo de concentração de Uchter – Fuchsberg, para oficiais, na Alemanha, donde só regressaria a Portugal em 1919. A 12 de Janeiro deste ano embarcou para Portugal a bordo do transporte inglês North Wester Miller, diretamente de Rotterdam (Holanda) tendo desembarcado em Lisboa a 18 de Janeiro¹².

Das circunstâncias da sua permanência no campo de prisioneiros, temos apenas memórias familiares¹³ de referências ocasionais suas a certas vivências desse período. Das dificuldades e limitações básicas aí experimentadas é ilustrativo o seguinte facto por ele referido e ainda hoje frequentemente lembrado pelo neto: «...roíamos muitas vezes as cascas de melões que nos eram lançadas por cima da cerca, pelos guardas...»

Mas, prossegue ainda o seu neto «para além da terrível experiência de vida no campo de concentração, conseguiria o alfares Lage reverter de algum modo, a extrema penosidade da situação, ao iniciar-se aí na aprendizagem da língua alemã que viria a dominar perfeitamente, apesar da escolaridade básica que possuía».

1.5. Percurso político

As condecorações e insígnias com que o capitão Lage foi distinguido ao longo da sua carreira militar de quase 40 anos, são bem elucidativas do valor e representatividade do seu desempenho militar exemplar. Também de não menor relevo é o seu percurso político de opositor ao regime ditatorial, o que lhe confere uma complexidade invulgar que poderá ter influído quer na descontinuidade posterior do seu reconhecimento oficial devido, quer no longo período de silenciamento de sua figura militar, e mesmo ocultamento do seu papel histórico.

Como atrás se indicou, foi ainda como alfares (embora promovido a tenente, retroativamente, com efeitos a partir de 9 de Abr. 1916, em 10 de Jul. 1920) que Ribeiro da Lage regressou do campo de concentração na Alemanha a 18 de Jan. 1919.

Data desse ano, a primeira referência ao seu envolvimento político ativo¹⁴, como um dos elementos cofundadores em Bragança da Federação Maximalista Portuguesa¹⁵.

¹² Boletim individual de M.R.L. alfares de infantaria do batalhão de infantaria n.º 3, 1.ª companhia, do 1º Corpo Expedicionário Português. Doc. de 7/6/1920 in Arquivo Histórico Militar.

¹³ Não tendo tido acesso a documentos e fontes precisas sobre esta matéria, socorremo-nos das memórias de seu neto varão, Jorge M. Bessa Lage (65 anos).Entrevista, Porto, 3 de Jan. de 2014.

¹⁴ Crónica de Nuno Teixeira Neves, citado por J.B.L., neto varão de M.R.L., em entrevista realizada em V. N. Gaia, 20/9/2009.

¹⁵ A Federação Maximalista Portuguesa, com o objetivo de «difundir os princípios tendentes ao estabelecimento do socialismo comunista», assumindo como tarefa prática imediata defender a revolução russa de 1917 e propagar os seus princípios, constituiu-se formalmente em Setembro de 1919, com a aprovação dos seus Estatutos e a publicação do seu órgão «A Bandeira Vermelha», de periodicidade

Pouco mais foi ainda possível descobrir desta sua atividade, sendo certo que desde 1922 a 1924 esteve como expedicionário em Angola, ex-colônia portuguesa em África.

1.5.1. Movimento de 3 de Fevereiro de 1927 contra a ditadura militar

Já capitão, Manuel Ribeiro da Lage, participaria ativamente na preparação do Golpe de 3 de Fevereiro de 1927, com particular expressão no Porto, primeira tentativa de derrube da Ditadura Militar que antecedeu a instauração do regime fascista do Estado Novo em Portugal. Gorada a revolta, após combates com vários mortos e feridos, o destino de grande parte dos revoltosos foi o exílio ou a deportação. Entre eles se encontrava também o capitão Lage, deportado para a Madeira dias antes da eclosão da revolta conforme evoca artigo da cronista social do Diário Popular, Vera Lagoa (pseudónimo de Maria Armanda Falcão), cujo pai, Armando Augusto Pires Falcão, fora também um dos seus companheiros, (ver fotos 8 e 9).

Deste período são ilustrativos vários documentos fotográficos dos arquivos de família.

Fig. 6 e 7 – Fotografia (frente e verso) do desembarque no Faial – Madeira, 10/8/1928.

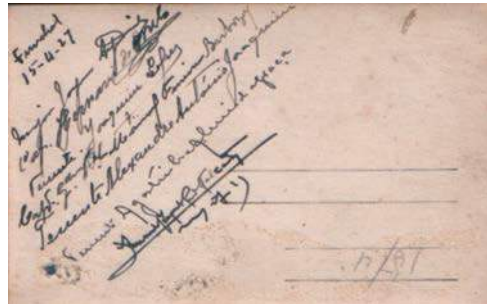
Foto Arquivo Familiar



Cedida pela bisneta Patrícia Lage

semanal, a partir do n.º 2, dirigida pelo ferroviário Manuel Ribeiro. A Federação Maximalista viria a dar origem em 1921 ao Partido Comunista Português.

Fig. 8 e 9 – Capitão Lage (o 3.º a contar da esquerda) com oficiais deportados na Madeira.
Foto Arquivo Familiar



Cedida por bisneta Patrícia Lage

Esta sua deportação na Madeira documentada por fotografias (figs 8 a 11), e relacionada com a preparação do Golpe militar de 3 de Fevereiro de 1927, uma das medidas da repressão que se abateu sobre os opositores da recentemente instaurada Ditadura Militar que derrubou o regime da I República, e conduziu à Ditadura Fascista, adquire outras dimensões e inteligibilidade no processo político e disciplinar que é mandado instaurar, em Outubro de 1929, contra o capitão Manuel Ribeiro da Lage, «acusado de conspirador ativo em Viana do Castelo»¹⁶.

Fig. 10 e 11 – Funchal, Abril de 1927 – Capitão Lage (o 4.º a contar da direita) noutro grupo de oficiais deportados, cujas assinaturas constam do verso da fotografia. Foto Arquivo familiar



Cedida pelo neto varão, Jorge Bessa Lage

¹⁶ Processo Político e Disciplinar do Capitão de Infantaria Manuel Ribeiro da Lage, da Direcção de Justiça e Disciplina [1927-1933] constituído por dezenas de documentos do Ministério da Guerra e do Ministério do Interior – Polícia de Informações, num total de 82 páginas e 5 fotografias individuais. Arquivo Histórico Militar, PT/AHM/FO/033/1/419/404.

1.5.2. Processo político e disciplinar [1929-1933]

Assim, para o período de Outubro de 1929 a 13 de Março de 1933 várias são as referências documentais ao percurso político do capitão Lage de que destacamos.

Numa primeira fase, em 1929, um requerimento por si apresentado pedindo a transferência para o regimento de Infantaria n.º 3 de Viana do Castelo, por razões económicas e deveres familiares, foi objeto da seguinte parecer: «segundo informa o comandante desta última unidade, este oficial foi, em Janeiro de 1927, mandado apresentar nessa Repartição [2.ª repartição do Ministério da Guerra] por constar às autoridades locais que ele vinha tendo entendimentos com elementos civis, políticos adversos da atual situação, sendo então transferido para o regimento de Infantaria n.º 13» [Funchal – Madeira]. Sobre tal parecer de 30 de Outubro de 1929, recaiu, no dia seguinte este despacho do Ministro da Guerra: «pergunte-se à Polícia de Informações do Ministério do Interior¹⁷». A resposta a ofício confidencial enviado, nesta sequência, é: «nada consta... e por isso não vê inconveniente na sua transferência...»¹⁸; neste seguimento é feito o mesmo pedido de informação ao comandante da 1.ª Região Militar (Porto) que responde não julgar conveniente consultar a unidade sobre a colocação do requerente, desconhecido naquele comando, e acatar as ordens do Ministro da Guerra¹⁹. É então autorizada, a 23 de Novembro de 1929, a colocação solicitada deste oficial no Regimento de Infantaria n.º 3 de Viana do Castelo, onde é efetivamente colocado, mas posteriormente transferido, em 8 de Outubro de 1930²⁰, para o Comando Militar de Tavira, onde lhe é fixada residência obrigatória. Aqui requer que o autorizem a aguardar na sua unidade, em Viana do Castelo o resultado da sindicância, pedido que foi negado e mandado arquivar por «se estar procedendo a averiguações²¹».

Já numa outra fase, a partir de 1930, sabe-se que a vigilância e perseguição sobre Manuel Ribeiro da Lage, não cessaram, como se pode concluir, quer de um novo documento da Polícia de Informações do Ministério do Interior, de 6 de Março de 1930:

o epigrafado é um dos conspiradores mais activos e inteligentes de Viana do Castelo... deve ter no seu processo arquivado no Ministério da Guerra um compromisso de honra que tomou e ao qual faltou entrando num movimento revolucionário;

¹⁷ Informação interna do Ministério da Guerra – 1.ª Direção Geral – 2.ª Repartição, de 30 de Out. 1929.

¹⁸ Ofício n.º 489 da Policia de Informações de Lisboa, de 1 de Novembro de 1929.

¹⁹ Respetivamente, Nota Confidencial do Ministério da Guerra de 4/11/1929 e Informação do Camando da 1.ª Região Militar de 5/11/1929.

²⁰ Informação Confidencial do Comando da 4.ª Região Militar (Tavira) de 11 de Outubro de 1930.

²¹ Requerimento de 25 de Outubro de 1930 e respetivo despacho de 5 de Novembro do mesmo ano.

quer de uma Informação do Comando Militar de Viana, que faz o histórico do seu percurso, a sua oposição à ditadura militar, a alegada implicação na preparação da Revolta de 3 de Fevereiro e a sua consequente transferência compulsiva para a Madeira:

...anteriormente ao 3 de Fevereiro [Revolta militar de 1927] foi este Comando convidado a uma reunião no Governo Civil deste Distrito, onde o respetivo Governador Civil, Governador Civil substituto e administrador do Concelho de então lhe afirmaram que este oficial era desafeto à Ditadura e que esteve implicado na preparação daquele movimento, solicitando por isso a sua transferência imediata, que diziam se impunha, o que foi pedida, sendo então este capitão colocado no R.I. 13 no Funchal onde esteve perto de 3 anos. Requerendo depois a sua transferência para o R.I.3 aqui foi novamente colocado há 1 ano aproximadamente.

E prossegue informando que o referido oficial se comprometera, a não participar de movimentos adversos ao regime, nada constando que o tivesse feito desde então:

antes de partir para Tavira ...prestou novamente por escrito um compromisso de honra em como não deixaria nunca de cumprir as ordens dos seus legítimos superiores...Por isso convenço-me de que pelo menos desde que regressou do Funchal se acha alheio de qualquer acto de possível contrariedade á acção do governo actual²².

No âmbito do processo de averiguações²³ que lhe é mandado instaurar em nota confidencial de 29 de Out. de 1930, como a outros oficiais com residência obrigatória, foi interrogado sobre o teor da referida Informação da Policia de Informações de 6 de Março de 1930, que o acusa de participação ativa em «movimento revolucionário».

Dada a importância das suas declarações para uma melhor compreensão da estratégia de defesa adotada dentro das circunstâncias políticas e da sua condição militar, transcreve-se parcialmente a sua resposta subtil, onde joga com datas e factos para demonstrar a manifesta impossibilidade física, que afinal lhe fora imposta, com a sua transferência obrigatória para o Funchal, precisamente 5 dias antes da eclosão da Revolta de Fevereiro de 1929, de poder ser acusado de participação nessa Revolta.

que nunca se dedicou à prática de manejos conspiratórios contra a actual situação ou qualquer outra; que nunca assinou qualquer compromisso de honra até ao dia 5 de Outubro findo, tendo nessa data assinado um compromisso que entregou ao seu comandante do regimento, senhor Coronel José Cesário da Silva, no qual lhe afirmava pela sua honra não se ter dedicado á preparação de quaisquer manejos revolucionários e que continuaria como até essa data, a cumprir lealmente, dentro das normas estabelecidas pelos regulamentos

²² Informação manuscrita do Comandante do R.I. 3 de Viana do Castelo de 6 de Novembro de 1930.

²³ Auto de Averiguações de 3 de Novembro de 1930, Tavira. Documento manuscrito de 5 páginas.

militares, as ordens que recebesse do comandante do seu regimento; e que é absolutamente falso ter tomado parte em qualquer movimento revolucionário, visto ter permanecido na Ilha da Madeira, servindo no regimento de infantaria 13 (antigo 23) desde 28 de Janeiro de 1927 até fins de Dezembro de 1929, não lhe constando que durante esse período de tempo tivesse havido qualquer movimento revolucionário na Madeira, nem no Continente desde a data da sua colocação em Viana do Castelo, ficando com as suas declarações provada a insubsistência das acusações que lhe são feitas.

É então solicitado e anexado ao presente auto o já citado Relatório do Comandante do Regimento de Viana do Castelo que reporta as acusações do Governo Civil daquele Distrito contra Manuel Ribeiro da Lage de este «ser desafeto à Ditadura e que esteve implicado na preparação daquele movimento» de 3 de Fevereiro de 1927, abonando embora a favor do carácter e convicção militar do capitão Lage.

Estas são as duas peças consideradas no relatório do oficial averiguante para concluir ser «insubsistente a acusação da Polícia de Informações» e pronunciar-se no sentido de que podia «regressar à sua unidade...se superiormente for julgado conveniente²⁴».

Uma vez levados os autos do referido processo de averiguações a despacho superior são os mesmos objeto de prévia informação da Secção de Estudos concordante com as mesmas conclusões, pronunciando-se pelo arquivamento o que é despachado pelo Ministro da Guerra, em 2 de Dezembro de 1930 nos seguintes termos:

Passa ao quadro da arma, devendo perguntar-se onde deseja fixar residência excepto Viana do Castelo. Deverá antes de deixar Tavira entregar um compromisso de honra escrito de que não hostilizará a situação.

Em declaração dirigida ao Comando Miliar de Tavira, a 6 de Dezembro, o capitão Lage escreve «declaro que não desejo optar por qualquer localidade para minha residência na situação de colocado no quadro da arma» sobre a qual é anotado em 9 de Dezembro «Ficará em Tavira».

O que não obsta a que logo em 28 de Janeiro de 1931, venha a indicar a localidade de Serreleis, Viana do Castelo, donde era natural, para fixar sua residência justificando com a sua melhoria de situação económica nessa freguesia e declarando que:

para esse fim e em conformidade com a nota citada declaro sob minha honra conservar-me alheio a toda a acção revolucionária tendente a destituir a actual situação política, não cooperando nem na sua preparação nem na sua execução.

²⁴ Relatório datado de faro, 10 de Novembro de 1930.

Observe-se que estes documentos integrantes do processo político e disciplinar posterior à primeira e única Revolta consequente contra a Ditadura Militar, organizada por uma comissão de democratas nortenhos em que se destacavam, entre outros, o general Sousa Dias²⁵, o capitão João Sarmento Pimentel, Raúl Proença e Jaime Cortesão, lançam uma nova luz sobre este acontecimento e algumas das razões do seu malogro. A sua leitura interpretativa permite-nos salientar a seguinte hipótese no que se refere ao Golpe de 3 de Fevereiro de 1927, e à participação nele de militares como o capitão Lage, combatente distinguido e prisioneiro da I Guerra Mundial. Na verdade, perseguidos pela Polícia de Informação e compulsivamente afastados de suas unidades, por ação conjunta dos Ministérios do Interior e da Guerra, precisamente nas vésperas da eclosão deste Movimento, tal facto, ao acarretar a decapitação dessas chefias militares importantes pode ter contribuído para obstaculizar o sucesso da Revolta.

1.5.3. Fixação de Residências obrigatórias

A quando da instauração do processo político analisado já o capitão Lage se encontrava com residência fixa em Tavira, onde continuou, após o termo das diligências disciplinares e arquivamento do referido processo, verificando-se então, ao nível militar, não haver inconveniente para a sua transferência para Viana do Castelo, onde passará a ter residência fixa na freguesia de Serreleis, a partir de 15 de Fevereiro de 1931. No entanto, decorridos apenas 4 dias, recebeu ordem de marcha para Miranda do Douro onde lhe é então fixada residência obrigatória e onde a 6 de Junho desse ano, requer:

...tendo sido suspenso do exercício das suas funções desde 7 de Outubro do ano findo, data em que recebeu guia para se apresentar no comando militar de Tavira em cuja cidade ficou com residência obrigatória; tendo sido ali ouvido em processo de sindicância por factos que motivaram aquela suspensão, e, não lhe tendo sido aplicada, até esta data, qualquer sanção disciplinar ou criminal, requer que lhe seja notificada decisão final no competente processo...

A 13 de Julho de 1931 novo ofício da 2.^a Repartição da 1.^a Direção Geral do Ministério da Guerra pede informação sobre se haverá inconveniente na colocação do regimento de infantaria, n.º 8, Braga, a fim de o capitão Lage poder angariar os

²⁵ MARQUES, A.H. Oliveira (1975) – *O General Sousa Dias e as Revoltas contra a Ditadura (1926-1931)*. Lisboa : Publicações Dom Quixote. Ver ainda de PIMENTEL, João Sarmento (1974) – *Memórias do Capitão*. Porto: Inova, e a conferência de REIS, António (2007) – *Raul Proença e a participação em Fevereiro de 1927*. Arquivo da Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX.

recursos de que necessita para si e sua família, conforme requereu. Seguem-se as consultas habituais ao Ministério do Interior – Polícia de Informações e ao Comando da 1.ª Região Militar (Porto), sendo as respostas: «nada consta» e «não há inconveniente». Mas recebe ordem de marcha para Peniche onde fica com residência fixa, a partir de 24 de Out. de 1931 e onde requer uma licença de 20 dias em Dezembro, para passar o Natal em Viana do Castelo, com a família, o que lhe é deferido, com prorrogação.

Saliente-se que no ano seguinte, como aliás, nos anteriores, qualquer pedido seu de transferência de localidade, era objeto de prévio pedido de informação à Polícia de Informações do Ministério do Interior.

No início de 1932, o capitão Lage do R.I. 8 (Braga), resume assim a sua situação em requerimento de 27 de Janeiro, ao Ministro da Guerra:

...tem estado com residência obrigatória em diversas localidades, desde 7 de Outubro de 1930, pertencendo então ao R.I. 3 (Viana do Castelo); presentemente está nessa situação em Peniche.... O requerente encontra-se em más circunstâncias, para, com o seu reduzido vencimento em tal situação, poder, com honra, satisfazer ao estritamente indispensável para a manutenção de sua família e educação dos filhos, e para a sua própria manutenção, estando dela separado como tem estado. E parecendo-lhe não ter praticado qualquer acto que implique a sua continuação em tal situação, pois tem a consciência de ter sempre cumprido com lealdade os seus deveres militares, desejando por isso voltar ao serviço na sua nova unidade (Inf.ª 8) ...

Estas alegações são confirmadas pelo comandante do regimento de infantaria de Braga e informação subsequente de 7 de Fev. de 1932, do Ministério do Interior, a quem este requerimento fora remetido pelo Ministro da Guerra: «...a Polícia Especial deste Ministério diz ser perigosa a permanência deste oficial em qualquer unidade do Exército». O Ministro da Guerra indefere a referida petição do capitão Lage.

Após variadíssimas outras diligências do próprio, consultas, respostas e despachos oficiais, é enfim colocado, por despacho de 27 de Mar. de 1932, no Distrito de Reserva e Recrutamento n.º 3 do Norte, no Quartel de Bragança, onde se diz haver «mais necessidade de oficiais». Aqui irá mais uma vez requerer a sua transferência para Viana do Castelo, para assistência a filho menor de 16 anos «a receber tratamento de longa duração com absoluta imobilidade no leito por sofrer de uma coxa – vara no membro inferior esquerdo²⁶». Este pedido é também indeferido, a 15 de Mar. de 1933, apesar de informado pelo Comandante do Quartel de Bragança, em termos elogiosos:

²⁶ Requerimento de Manuel Ribeiro da Lage de 7 de Setembro de 1932, em Bragança, dirigido ao Ministro da Guerra.

o requerente é um bom e leal camarada, e trabalhador assíduo. É um precioso auxiliar de qualquer chefe. Demonstra no serviço muita dedicação e zelo, procurando conhecer profundamente todos os assuntos que lhe são cometidos. 'verdade o que alega no requerimento, sendo por isso de toda a justiça que lhe seja concedido o que requer.

1.5.4. Ligações à «Conspiração 27 de Outubro 1933» contra a ditadura fascista

O capitão Lage, vai surgir-nos ainda em intervenção política ativa, na «Conspiração de 27 de Outubro de 1933», com levantamento e assalto em «Infantaria 10», regimento aquartelado entre as muralhas do castelo de Bragança – ato de resistência democrática à ditadura fascista – que se traduziu em vasta conspiração em várias unidades do Norte do país, porém abortada por falhas de comunicação interna. A maior esperança dos conjurados da conspiração de 1933 estariam em Bragança, onde a Liga da Mocidade Livre, de tendência marxista, «tinha uma atividade intensíssima e era dada como exemplo às forças de Esquerda em todo o país²⁷». Esta organização era apoiada pelo pai do jornalista e ensaísta Teixeira Neves – advogado e «profissional de talento» mas que «era também um pouco louco: preso por republicano na Monarquia, por monárquico na República, por revirinho no Estado Novo»²⁸ – e pelo sargento ajudante Sacavém, um dos chefes presumíveis da insurreição armada, talvez de ligação comunista, e pelo «capitão Lage, da Maçonaria»²⁹. A filiação maçónica do Capitão Lage, era comentada em família como não devendo ser seguida, sendo proverbial o rombo no orçamento familiar das quotizações elevadas pagas, nessa condição³⁰.

2. DA BIOGRAFIA À HISTÓRIA

O sujeito histórico concreto que se foi desvendando e deixando entrever no quadro de uma complexa rede de relações e conjunturas históricas em que se inscreve, ao longo das várias dimensões da sua trajetória biográfica, apresenta um perfil denso ora de militar destacado, nas complicadas missões em que esteve envolvido, ora de cidadão politicamente ativo contra os regimes ditatoriais emergentes, em sua época e, nessa medida, alvo de sistemáticas perseguições, com reflexos nas condições de exercício e progressão na carreira militar e na sua vida pessoal e familiar. É porém, também essencial, para uma biografia individual mais compreensiva, feita com base na microanálise que nos ensina que «uma realidade social não é a mesma depen-

²⁷ NEVES, 1990: 30.

²⁸ NEVES, 2003: 50.

²⁹ *Ibidem*.

³⁰ Entrevista ao seu neto varão, Jorge Bessa Lage, Rio Tinto, em 20 de Fevereiro de 2014.

dendo do nível de análise – ou (...) da escala de observação»³¹, que se atenda ao conhecimento de contexto dos diferentes regimes e momentos históricos nacionais e internacionais que o oficial Ribeiro da Lage atravessou desde o seu protagonismo na I Guerra Mundial.

Na altura, a configuração dos Estados e a geopolítica da Europa eram bem diversos dos de hoje. O mesmo se pode dizer dos vividos pelo Capitão Lage, dada a sua longevidade que se prolongou até 1980 e que lhe permitiu atravessar vários acontecimentos e movimentos históricos nacionais em diferentes momentos. Importará observar, sintetizando, que desde a fase inicial da sua carreira militar em Portugal, Timor, I Guerra Mundial e Angola até ao período posterior ao 25 de Abril de 1974, cuja eclosão e afirmação vivenciou, foi protagonista de uma militância política ativa, a que não terá sido alheio o posterior e longo silenciamento a que seria votado desde a sua passagem à reserva, em 1939, por altura da eclosão da II Guerra Mundial. Como se viu, participou, ainda jovem na fundação da Federação Maximalista Portuguesa, em Bragança, em 1919, depois na preparação do Movimento de 3 de Fevereiro de 1927 contra a ditadura militar, e esteve ainda envolvido nos acontecimentos contestatários de 1933, contra a ditadura fascista do Estado Novo. Pese embora a manutenção posterior de uma rede de relações e amizades com militares de alta patente, como por exemplo, o comandante militar da região de Lisboa, nos anos 1950, relações que se conhecem, através de sua correspondência, lúcida, regular e sempre atualizada, sobre os mais variados assuntos da vida política nacional, deve salientar-se o aparente mas acentuado contraste entre o dinamismo e vitalidade da primeira fase da sua vida ativa e a obscuridade em que parece ter vivido os últimos 40 anos de sua trajetória pessoal marcada embora por uma vida lúcida, saudável mas sempre insubmissa aos poderes instituídos, até ao fim.

Estamos assim em presença de uma individualidade nada linear e de uma figura histórica polifacetada, cuja biografia densa se inscreve em diferentes conjunturas de grande relevância histórica que marcam Portugal no século XX.

Porém, só num jogo estabelecido entre os factos particulares e a dimensão mais ampla dos contextos sociais e políticos, a exemplo de trabalhos historiográficos já consagrados como os de história social e micro-história desenvolvidos, entre outros, por Carlo Ginzburg, Giovanni Levi, e Edoardo Grendi³² se poderá viabilizar a construção de uma leitura mais densa e rica das posições deste ator social e histórico que

³¹ REVEL, 1998: 12-13.

³² LEVI, Giovanni (2000) – *A herança imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; GINZBURG, Carlo (1998) – *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras; GRENDI, Edoardo (1964) – *L'avvento del laburismo. Il movimento operaio inglese dal 1880 al 1920*. Milano: Feltrinelli.

observamos como um «excepcional normal»³³, partindo de uma descrição e análise do episódio normal e do detalhe significativo para procurar reconstruir um contexto de natureza histórico-social de certo modo inacessível de outra forma.

Tal deverá ser um dos desenvolvimentos subsequentes do presente estudo, já que, em nossa perspetiva, é no âmbito mais vasto destas preocupações teóricas, substantivas e metodológicas, que se devem circunscrever as possibilidades de relações que podem ser constituídas entre uma descrição/narrativa biográfica e a escrita da História. No que a esta última se refere, pode ainda considerar-se a abordagem anterior na linha da história biográfica próxima da micro-história, um contributo representativo para uma biografia de coletividade. Esta orientação metodológica de vocação transdisciplinar justifica-se quer pela natureza das fontes e dados factuais sobre uma singular trajetória biográfica reconstituída, com base numa reconstrução histórica por meio da concentração meticulosa de detalhes significativos e exemplos particulares quer pelo interesse que, nessa medida, este estudo a par de outros contributos similares³⁴ pode ter para a reconstituição de uma biografia coletiva de militares e heróis portugueses combatentes da I Guerra Mundial, a elaborar em base de dados ou site on-line. A construção de tal suporte de informação cumulativa, justifica-se ainda no âmbito dos estudos prosopográficos (STONE, 1971: 46, 134). Assim, em estudos transversais à biografia e história se poderá melhor compreender o significado da figura histórica biografada e sua posição na hierarquia social, assente em «uma leitura estratificada da realidade social que contribua para restituir a pluralidade de vozes que a compõem»³⁵.

CONCLUSÃO

Um crescente interesse pelas biografias tem vindo a ocorrer em diferentes tradições historiográficas, desde a nova história francesa, aos historiadores contemporâneos ingleses de inspiração marxista, à micro-história italiana, à recente historiografia alemã, à história cultural norte-americana, etc. A esta luz, como interpretar a trajetória deste militar, protagonista histórico de alguns singulares acontecimentos mundiais e nacionais do séc. XX? Combatente da I Guerra Mundial, militar condecorado e

³³ Noção introduzida pelo historiador genovês E. Grendi, podendo ter dois significados: «o do registro só aparentemente excepcional, mas que constitui uma prática vulgar na quotidianidade da vida» ou «de que justamente o excepcional, a transgressão, a marginalidade e o desvio podem dar conta da norma» (Sandra Pesavento). A relação de Grendi com a obra de Edward Thompson, evidencia a importância da história social no desenvolvimento de temas fulcrais da micro-história, desde a preocupação com a constituição dos grupos sociais, o significado da sua ação cultural, a transformação social, etc..

³⁴ Ver por exemplo: PEREIRA, Margarida Portela Costa – *António José Nunes de Carvalho: um soldado português na grande Guerra*. Disponível em <http://www.operacional.pt>, consultado em 2 /3/2014. Ver também Revista CEPHIS, n.º 4, 2014, no prelo.

³⁵ CERRUTTI, 1998: 196.

considerado exemplar por seus comandantes, apreciações aparentemente aceites pelo Ministério da Guerra, era ao mesmo tempo, tido pela Polícia Especial do Ministério do Interior, como conspirador perigoso não devendo estar colocado em qualquer unidade militar. Assim, estando o sujeito histórico analisado, submetido, como vimos, a apreciações oficiais opostas e sofrendo-lhe os efeitos, como compreender a sua enigmática condição existencial e profissional no quadro da história do Exército e no da História Política? Face a tais questões cujas respostas poderão ajudar a suprir algumas das lacunas deste estudo, perspetivamos o biografado como um «analyseur» de movimentos e conjunturas relevantes de seu tempo.

BIBLIOGRAFIA

- CORTESÃO, Jaime – *Memórias da Grande Guerra* (1916-1919). Porto: Edição da Renascença Portuguesa.
- GINZBURG, Carlo (1998) – *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras.
- GRENDI, Edoardo (1964) – *L'avvento del laburismo. II movimento operaio inglese dal 1880 al 1920*. Milano: Feltrinelli.
- LEVI, Giovanni (1996) – *Usos da biografia*. In AMADO J., FERREIRA, M.M. – “Usos e abusos da história oral”. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas editora.
- MARDEL, Eugénio (1923) – «*A Brigada do Minho*» na Flandres (9 de Abril): *Subsídios para a História da 4.ª brigada do C.E.P.* Lisboa: Serviços Gráficos do Exército.
- MOTA, Guilhermina (2006) – *Batalha de La Lys: um relato pessoal*. «Revista Portuguesa de História», t.XXXVIII, p. 77-107.
- NASCIMENTO, Manuel do (2008) – *A Batalha do La Lys – 9 de Abril de 1918 (Dever de Memória)*, Edição bilingue: português – francês. Paris: L'Harmattan, 2008.
- NEVES, Nuno Teixeira (1990) – *Os disfarces de Orfeu*. Porto: Afrontamento.
- NEVES, Nuno Teixeira (2003) – *O Falso testemunho*. Porto: Campo das Letras.
- PEREIRA, Margarida Portela Costa – *António José Nunes de Carvalho: um soldado português na grande Guerra*. Postado em «Operacional – defesa, forças armadas e de segurança». Disponível em <http://www.operacional.pt>, consultado em 2/3/2014.
- STONE, Lawrence (2011) – *Prosopografia*. «Revista de Sociologia e Política» V. 19, N.º 39: 115-137.

FONTES

- Processo Político e Disciplinar do Capitão de Infantaria Manuel Ribeiro da Lage.
Arquivo Histórico Militar, referência PT/AHM/FO/033/1/419/404.
- Nota dos assentos que tem no registo de matrícula o oficial, capitão Manuel Ribeiro da Lage.
Documento oficial dactilografado, [1902-1939]. Arquivo familiar.
- Ilustração Portuguesa*, Lisboa, n.º 650, 5 de Agosto de 1918, p. 101-106.
- Coleção de documentos, objetos e fotografias. Arquivo Familiar.

QUANDO A PNEUMÓNICA SE ABATEU SOBRE A POPULAÇÃO DO CONCELHO DE CAMINHA. UMA APROXIMAÇÃO AO SEU IMPACTO

AURORA BOTÃO REGO*

1. INTRODUÇÃO

Após um crescimento demográfico exponencial desde 1849 até à viragem do século, a população do concelho de Caminha apresentou um aumento de apenas 119 pessoas, entre 1911 e 1920¹. Quais as causas que se encontram na base desta apatia demográfica? Emigração? Más colheitas? Condicionantes sanitárias? Incidência de pandemias? Em que medida terá a epidemia da *pneumónica*, também conhecida por *gripe espanhola*, contribuído para este resultado?

Partiremos do cruzamento de fontes documentais diversificadas – religiosas (registos paroquiais), assistenciais (Santa Casa da Misericórdia de Caminha), municipais (preços dos géneros), recenseamentos oficiais, entre outras – para aferir da interferência da pandemia na evolução populacional concelhia.

2. O ESPAÇO GEOGRÁFICO DO CONCELHO DE CAMINHA

O concelho de Caminha, com a área de 129,66 km, encontra-se situado no Alto Minho, a 16 km da cidade de Viana do Castelo, capital do distrito. Atravessado pela estrada real *Vianna-Valença* em 1856, e pela linha dos caminhos-de-ferro em 1878, no seu território desaguam três rios de dimensão variada – Minho, Coura e Âncora. A sede concelhia assume-se geograficamente como a primeira praça militar minhota fronteira à Galiza.

O seu espaço geográfico transformou-se num importante nó distribuidor de gentes, bens e recursos, nos diversos sentidos, servindo igualmente as populações que, dos concelhos do interior, se deslocam para o litoral.

* Investigadora do CITCEM.

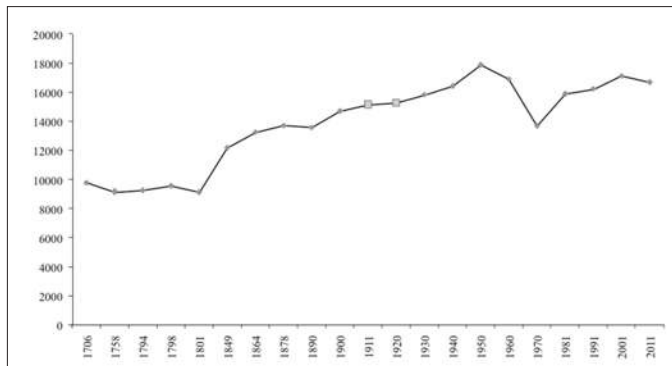
¹ *Censo da População de Portugal no 1º de Dezembro de 1911*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1905 e *Censo da População de Portugal. Dezembro de 1920*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1923.

Nos inícios do século XX, para além de uma economia de subsistência, as populações de algumas das freguesias do concelho de Caminha dedicavam-se a uma pesca intensiva, quer costeira (Caminha e Vila Praia de Âncora), quer fluvial (Caminha, Seixas, Lanhelas). Na vila de Caminha, a atividade marítima de longo curso agonia devido à introdução das novas infraestruturas terrestres, equilibrando-se a sua economia com serviços e algum comércio. A atividade do contrabando entre as margens do rio Minho e os portos piscatórios galegos constituía uma prática comum desde tempos imemoriais. A praia da Praia d'Âncora prosperava desde inícios do século XIX e a praia de Moledo a partir do último quartel da mesma centúria, ambas respondendo às solicitações de elites citadinas e, no fim das colheitas, de populações rurais minhotas que a elas se deslocavam em busca dos banhos terapêuticos.

3. O MOVIMENTO DA POPULAÇÃO DO CONCELHO DE CAMINHA

A análise do movimento populacional do concelho de Caminha na longa duração (Gráfico 1), revelou que, entre 1706 e 1801, a população manteve níveis estacionários, ou mesmo, ligeiramente regressivos. Se em 1706, o número de efetivos se estimava em 9752², em 1801 cifrava-se em 9159 habitantes³.

Gráfico 1 – Movimento da população do concelho de Caminha (1706-2011)



Fontes: Corografia Portuguesa, COSTA, António Carvalho da, 1706; Memórias Paroquiais de 1758, in CAPELA, Viriato José, 2005; Cadastro da Província do Minho, in CRUZ, António da, 1970; Censo de Pina Manique, in SERRÃO, Joaquim Veríssimo, 1970; Censo de 1801, in SOUSA, Fernando de; ALVES, Jorge Fernandes, 1997; Censo de 1849, in SILVEIRA, Luís Nuno Espinha, 2001; Recenseamentos oficiais entre 1864 e 2011.

² COSTA, António Carvalho da (1706-1712) – *Corografia portuguesa e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das cidades, villas, & lugares, que contem; varões illustres, geologias das familias nobres, fundações de conventos, catalogos dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observaçoens*. 3 vols., Lisboa: officina de Valentim da Costa Deslandes impressor de Sua Magestade, & á sua custa impresso, pp. 245-252.

³ SOUSA & ALVES (1997) – *Alto Minho. População e Economia nos Finais de Setecentos*. Lisboa: Editorial Presença, 1997, p. 92.

A partir de 1849 e, até 1950, a evolução populacional do concelho de Caminha reflete um crescimento demográfico assinalável, interrompido nos recenseamentos de 1890 e de 1920. Foi sobre esta última contagem que recaiu a nossa atenção. Em 1911, existiam 15 147 habitantes e em 1920, totalizavam 15 266, uma diferença de apenas 119 indivíduos.

Compulsada a informação paroquial resultante do levantamento de todos os registos de batismo e de óbito referentes às 19 freguesias do concelho de Caminha entre 1911 e 1920 (Quadro 2 e Anexo I), verificamos que existe um saldo fisiológico positivo de 824 habitantes. Este número, adicionado ao total de habitantes existente no censo de 1911, reflete uma soma de 15 971 indivíduos, acima dos 15 266 encontrados no censo de 1920.

Quadro 1 – Saldo fisiológico da população do concelho de Caminha

Paróquias	1911-1920		
	Total de nascimentos	Total de óbitos	Saldo fisiológico
Arga de Cima	33	31	2
Arga de Baixo	43	35	8
Arga de S. João	27	21	6
Venade	242	194	48
Azevedo	68	34	34
Argela	100	95	5
Vilarelho	145	81	64
Caminha	529	439	90
Âncora	122	124	-2
Lanhelas	255	173	82
Seixas	533	457	76
Gondar	113	58	55
Vilar de Mouros	225	189	36
Moledo	200	176	24
Cristelo	74	51	23
Orbacém	124	85	39
Riba d'Âncora	196	159	37
Vile	46	40	6
Vila Praia de Âncora	745	554	191
Total	3820	2996	824

Fontes: Livros de registos paroquiais do concelho de Caminha.

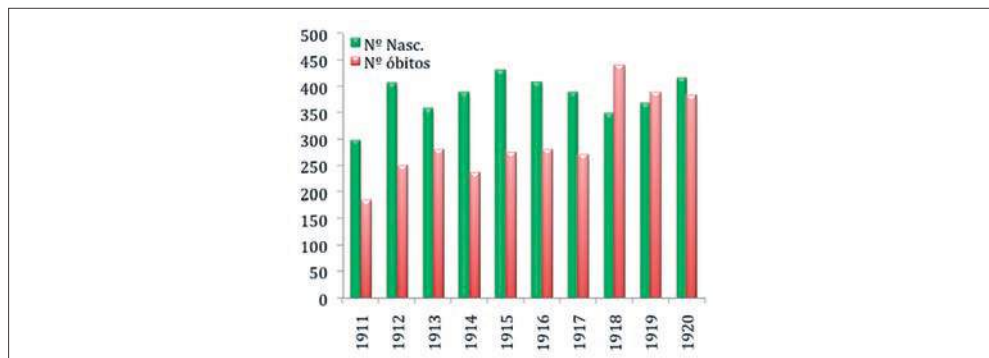
Saliente-se que, apesar dos constrangimentos populacionais do período, foram, em grande medida, as comunidades de Vilarelho, Caminha, Lanhelas, Seixas e Vila Praia de Âncora, as responsáveis pelo saldo fisiológico positivo, graças a uma economia associada à atividade piscatória e com nichos populacionais específicos.

Assim, podemos concluir que, ou os levantamentos de 1911 e de 1920 não expressam a realidade concelhia dos anos em causa, ou outros fatores condicionaram o crescimento populacional, como por exemplo a emigração, que constrangeria o normal movimento de reprodução das populações. Veja-se o exemplo de Vila Praia de Âncora (antiga paróquia de Gontinhães) onde, entre 1870 e 1920, emigraram 471 indivíduos⁴.

4. A INCIDÊNCIA DA PNEUMÓNICA NO CONCELHO DE CAMINHA

Continuando a explorar os dados provenientes dos assentos paroquiais de todo o concelho de Caminha, observamos que foi no ano de 1918 em que se detetou um maior desequilíbrio entre a vida e a morte (Gráfico 2), a favor desta última (350 nascimentos e 441 óbitos). Ao ano de 1919, corresponderam, respetivamente 369 e 389 atos e no seguinte, assistiu-se a uma tímida recuperação populacional – 417 nascimentos e 383 óbitos.

Gráfico 2 – Movimento de nascimentos e de óbitos no concelho de Caminha (1911-1920)



Fontes: Livros de registos paroquiais do concelho de Caminha

O movimento anormal de mortalidade registado entre 1918 e 1920, coincidiu com a ocorrência da *gripe espanhola* ou *pneumónica* em território português⁵, pandemia que foi relacionada com a movimentação de tropas após o final da I Grande Guerra. Ao regressarem ao seio das suas famílias e das suas comunidades, os soldados, portadores do vírus infeccioso, facilitaram a propagação e contágio através das fronteiras, países e continentes.

⁴ REGO, Maria Aurora Botão Pereira do – *De Santa Marinha de Gontinhães a Vila Praia de Âncora (1624-1924). Demografia, Sociedade e Família*. Vila Praia de Âncora: Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, 2013, pp. 415-427.

⁵ GIRÃO, Paulo – *A pneumónica no Algarve*. Casal de Cambra: Caleidoscópico, 2003, pp. 45-55.

Em Portugal, o número de vítimas da *gripe* iniciou claramente o seu trajeto ascendente em Junho (140 óbitos), passando em Julho para 377, em Agosto para 381 e em Setembro para 2 270 mortes. A pandemia atingiu o auge entre os meses de Outubro (31 785 óbitos) e Novembro (18 123), começando a regredir no mês seguinte (2 216). Segundo os dados oficiais, em 1918, morreram de gripe 55 780 pessoas, sendo 7 718 no distrito de Viana do Castelo e 155 no concelho de Caminha⁶. A incidência da pneumónica ocasionou um maior número de vítimas entre os menores de 5 anos e entre as faixas etárias dos 15 aos 34 anos e ainda no sexo feminino (26 144 homens e 29 636 mulheres)⁷.

4.1. O movimento de óbitos nas freguesias do concelho de Caminha entre 1916 e 1920

Sendo certo que os redatores paroquiais não registavam a causa do óbito no respetivo assento (a não ser de forma excecional), a análise do volume dos óbitos nos anos e meses críticos por freguesias e, tendo em conta a diversidade do território, atividades económicas, populações afetadas e sua caracterização, poderá conduzir a uma aproximação ao fenómeno da pneumónica e ao seu impacto na evolução populacional do concelho de Caminha.

Mapa 1- Freguesias da Serra d'Arga



Gráfico 3 - Óbitos na freguesia de Arga de Baixo

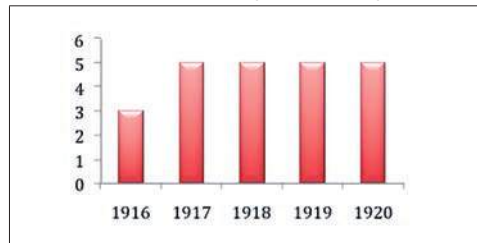


Gráfico 4 - Óbitos na freguesia de Arga de São João

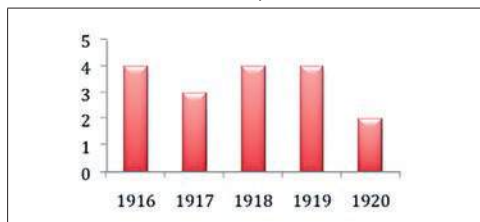
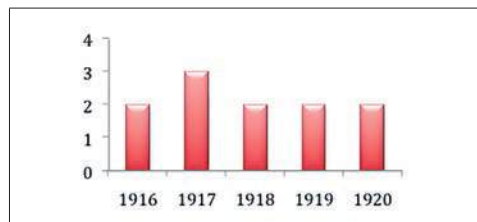


Gráfico 5 - Óbitos na freguesia de Arga de Cima



Fontes: Livros de registos paroquiais do concelho de Caminha

⁶ *Estatística do Movimento Fisiológico da População de Portugal de 1918*, Lisboa, Arquivos do Instituto Central de Higiene, Imprensa Nacional, 1922, p. 110. No ano de 1916, foram registados no concelho de Caminha 2 casos de gripe, em 1917, mais 2, em 1919, mais 6 e em 1920, 2 casos.

⁷ *Estatística do Movimento Fisiológico da População de Portugal, Ano de 1918* (1922), op. cit., pp. 70-71.

O grupo das freguesias pertencentes à Serra d'Arga (Mapa 1) – Arga de Baixo, Arga de Cima e Arga de São João – encontrou-se isolado até cerca de meados do século XX, mal servido por estruturas de comunicação. A sua população vivia essencialmente da pastorícia e de uma agricultura rudimentar, existindo uma forte mobilidade marital entre as três comunidades.

Apesar do aparente equilíbrio no número anual de óbitos nas três freguesias entre 1916 e 1920 (Gráficos 3, 4 e 5), a verdade é que a observação da média anual das idades ao óbito revelou que as comunidades não permaneceram imunes à epidemia (Anexo II).

Em Arga de Baixo, a média anual desceu de 70,6 em 1917 para 57,2 anos em 1918, devido à morte de dois homens com 19 e 48 anos entre Outubro e em Novembro. Em 1919, o contágio manteve-se, visível pelo internamento no Hospital da Misericórdia de Caminha de um indivíduo do sexo masculino natural desta freguesia, solteiro, 26 anos, polícia de profissão, com *gripe*⁸.

Em Arga de Cima, o óbito de indivíduos mais jovens nos anos de 1918 e 1919 originou a descida da média anual de idade ao óbito de cerca de 60 anos para 37,3 e 47,3 anos, respetivamente. Em 1919, destaca-se a morte de um recém-nascido de três meses e da sua progenitora um mês depois.

Apenas a aldeia de Arga de São João se manteve imune à epidemia, cifrando-se entre 77 e 82 anos, a média anual de idades ao óbito entre 1916 e 1920.

As populações do Vale do Coura (Mapa 2) viviam de uma policultura intensiva, complementada pela atividade da pesca fluvial, de pequenas unidades de moagem e de indústria da cal⁹.

Em Argela (Gráfico 6), entre Outubro e Dezembro de 1918, foram sinalizadas e subsidiadas 18 famílias infetadas, entre as quais se detetaram dois casos em que os progenitores se encontravam doentes, conjuntamente com quatro filhos¹⁰. De um total de 14 óbitos, 9 ocorreram em Novembro, atingindo as faixas etárias até aos 44 anos, refletindo uma média mensal ao óbito baixa – 33,4 anos. O contágio é claro, como no caso do óbito de dois irmãos – Abílio da Conceição Fernandes, 46 anos e de sua irmã Maria de Jesus, 44 anos, a 13 e 24 do mesmo mês. Em 1919, a dispersão sazonal dos óbitos foi a tónica, agravando-se a morte entre os mais velhos (idade média 59,2 anos). Ao contrário, em 1920, a mortalidade recaiu sobre os mais jovens, descendo a idade média para 36,1 anos.

⁸ A.D.V.C., *Livros de movimento de entrada de doentes no Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Caminha*, cota 7.35.4.13, registo n.º 73.

⁹ REGO, Aurora Botão (2013) – *O concelho de Caminha. População, património e economia (1758-1849)*. Caminha: Universidade Sénior do Rotary Clube de Caminha, pp. 66-65; 72-73; 168-170; 178-182.

¹⁰ A.M.C., *Relatório dos seus trabalhos desde 15 de Outubro de 1918 a 14 de Dezembro do mesmo ano*, Comissão Angariadora de donativos para os pobres epidemiados, e suas famílias, de Caminha e arredores, cota 1.21.3.7-15, s/p.

Mapa 2 – Freguesias do Vale do Coura



Gráfico 6 – Óbitos na freguesia de Argela

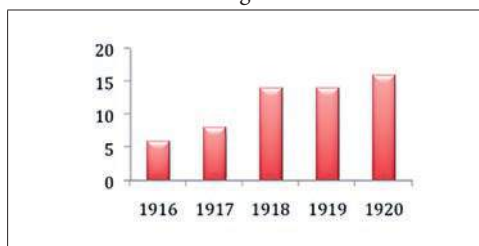


Gráfico 7 – Óbitos na freguesia de Vilar de Mouros

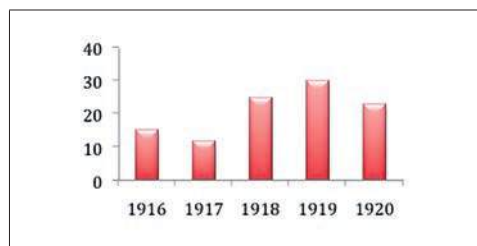


Gráfico 8 – Óbitos na freguesia de Venade

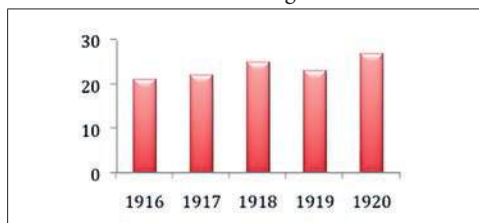
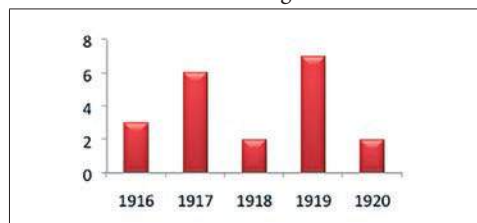


Gráfico 9 – Óbitos na freguesia de Azevedo



Fontes: Livros de registos paroquiais do concelho de Caminha

Em Vilar de Mouros (à exceção do ano de 1917) assistiu-se a uma tendência gradual de descida da média anual de idades ao óbito (Gráfico 7). Entre os meses de Outubro e Novembro de 1918, faleceram 13 indivíduos de um total de 25. As relações de parentesco entre as vítimas tornam-se evidentes, como no caso da família Pires Calçada: a 25 de Outubro morreram Maria Rosa Calçada, 45 anos e Teresa Maria, 23 anos, a 30 de Outubro João Luís, 3 anos, a 6 de Novembro João António, 9 anos.

Já em Venade (Gráfico 8), as médias anuais de idades ao óbito mantiveram-se próximas dos 48 anos, devido à incidência da mortalidade nas faixas etárias extremas. Entre 12 de Outubro e 21 de Novembro de 1918, morreram 12 indivíduos (50% do total do ano) que pertenciam a todas as faixas etárias. A epidemia ficou comprovada pelo internamento de João Rodrigues, jornaleiro de 34 anos, em 14 de Novembro, com gripe pneumónica e que faleceu no hospital logo no dia 20, e ainda pela atribui-

As populações do Vale do Âncora (Mapa 3) complementavam uma ancestral economia agrícola de subsistência com acentuados movimentos de mobilidade masculina, em boa parte devido à sua especialização profissional relacionada com as artes da construção. Assim, durante séculos, se equilibraram, de forma precária, recursos e população¹².

Em Gondar (Gráfico 10), se entre 1917 e 1919, a média anual de idades ao óbito rondou os 52-54 anos, já em 1920, desceu para 24,9 anos, devido à incidência da morte sobre a população infantojuvenil.

Em Orbacém (Gráfico 11), enquanto nos anos de 1916 e 1917, a média anual de idades ao óbito girou à volta dos 60 anos, em 1918 desceu para os 40 anos. Neste ano, 61,5% das mortes ocorreu entre Outubro e Novembro, enquanto nos anos seguintes a incidência do óbito se estendeu entre os meses de Fevereiro e Maio. O contágio entre familiares fica exemplificado pela morte de Avelino Gonçalves, de 45 anos e de sua irmã Carolina, de 41 anos, ambos solteiros, a 10 e 29 de Fevereiro de 1920.

Em Vile (Gráfico 12), consideramos que o volume de óbitos, a sazonalidade e as médias anuais ao óbito não permitem retirar conclusões definitivas, dada a reduzida dimensão da paróquia e os valores aleatórios resultantes.

Já em Riba d'Âncora (Gráfico 13), o número de óbitos incrementou-se sucessivamente até 1919, associado a uma clara descida da média anual de idades ao óbito, com especial centralidade em 1918 (38 anos). Os óbitos encontrados entre Outubro e Novembro de 1918 correspondem a 60,8% do total. O contágio prosseguiu no ano de 1919, com sazonalidade dispersa, prolongando-se até ao início da primavera de 1920. Entre vários casos encontrados de defuntos com relações de parentesco, registamos os de Maria Delminda, 3 anos, que morreu a 15 de Novembro de 1918, seguido do de sua mãe Ana Rosa Martins Soares, 28 anos, a 24 de Novembro. A morte de Severino António Domingues, 19 anos, pedreiro, em 17 de Setembro de 1919, foi seguida pela de sua mãe Narcisa Rosa Martins, 50 anos, a 8 de Outubro. Ou ainda, Payo da Silva, 33 anos, morreu a 20 de Outubro de 1918, a filha Idalina de 6 anos a 30 do mesmo mês e a filha Rosalina, de 3 anos, a 27 de Agosto do ano seguinte.

Junto ao rio Minho, as populações dedicavam-se, para além de uma economia de subsistência, ao contrabando e à pesca fluvial (Mapa 4). Nesta última atividade, integravam-se populações com comportamentos reprodutivos específicos, comparativamente às populações rurais. Casavam mais cedo e o número de filhos era muito mais elevado¹³, pelo que a média anual das idades ao óbito é mais reduzida do que nas comunidades rurais.

¹² REGO, Aurora Botão (2013b) – op. cit., pp. 150-151.

¹³ REGO, Maria Aurora Botão Pereira do (2013a) – op. Cit., pp. 120-140.

Mapa 4 – Freguesias da ribeira Minho



Gráfico 14 – Óbitos da freguesia de Vilarelho

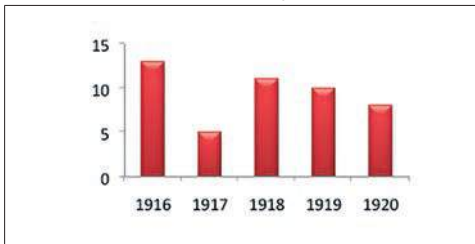


Gráfico 15 – Óbitos na freguesia de Lanhas

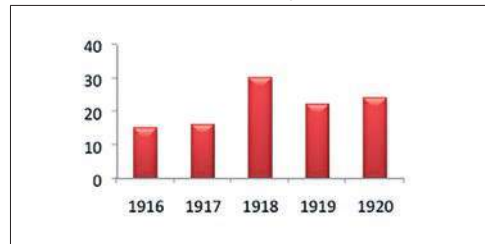


Gráfico 16 – Óbitos na freguesia de Seixas

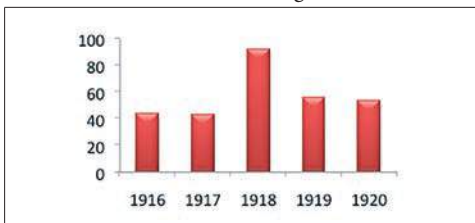
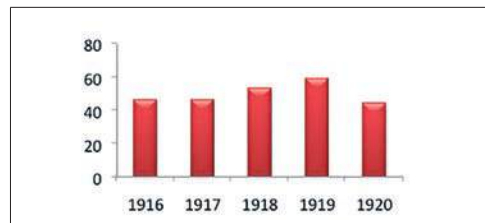


Gráfico 17 – Óbitos na vila de Caminha



Fontes: Livros de registos paroquiais do concelho de Caminha

Em Vilarelho (Gráfico 14), antigo berço de Caminha, eclodiu uma crise de mortalidade em 1916, nas crianças até aos 7 anos de idade. Em 1918, os óbitos registados entre Outubro e Novembro representaram 54,5% do total, com uma média anual de idades ao óbito de 36,5 anos. Entre Outubro e Dezembro de 1918, foram distribuídos donativos e leite a 22 famílias infetadas, sendo que na mais numerosa encontravam-se 11 pessoas doentes¹⁴. A crise de mortalidade expandiu-se até à primavera de 1919.

¹⁴ A.M.C., *Relatório dos seus trabalhos desde 15 de Outubro de 1918 a 14 de Dezembro do mesmo ano*, op. cit.

Em Lanhelas (Gráfico 15), a escola de canteiros era reputada e o contrabando comprovado¹⁵. A presença da comunidade piscatória fica refletida nas baixas médias anuais de idades ao óbito: máximo de 48,6 anos e um mínimo de 35,5 anos. Entre Outubro e Novembro de 1918, faleceram 15 pessoas, certamente de *gripe espanhola*, já que o movimento do hospital concelhio reportou o internamento de seis residentes, sofrendo da epidemia. A propagação estendeu-se aos anos seguintes e, em particular, à infância.

Seixas, outrora uma comunidade próspera, viu os seus efetivos descenderem devido à forte emigração, consequência das novas estruturas de comunicação que lhes roubaram o seu principal sustento: o serviço de barcação dos rios Coura e Minho. Permaneceu uma significativa comunidade piscatória. A tendência de descida da média anual das idades ao óbito entre 1916 e 1920 (máximo de 50,5 e mínimo de 38,1 anos) revela o impacto da mortalidade em populações menos favorecidas e em idades jovens (Gráfico 16). 55,4% do total de óbitos de 1918 ocorreu entre Outubro e Novembro, prolongando-se a mortalidade nos dois anos seguintes, com sazonalidade dispersa até à Primavera de 1920. Enquanto durante aqueles dois meses, foram atingidos mais fortemente os indivíduos entre os 20 e os 39 anos, nos anos seguintes foi a população infantojuvenil. As relações de parentesco dos defuntos comprovam o contágio no seio das famílias.

A população de Caminha, sede do concelho, dedicava-se ao comércio e às relações mercantis (em fase de declínio), pescas costeira e fluvial, pelo que a sua população se revelava muito heterógena quanto às atividades económicas e socioprofissionais. O efeito da mortalidade comprova-se pela contínua descida da média anual das idades ao óbito que, de 49,7 anos em 1916, atinge 36,6 anos em 1920, bem como pelo extraordinário número de famílias elencadas no rol das famílias subsidiadas¹⁶. Perto de 60% dos donativos recolhidos foram distribuídos por famílias de Caminha, confirmando-se a forte incidência da gripe na sede concelhia. Entre Outubro e Novembro de 1918, morreram 30 indivíduos, cujas cuja média de idades perfeitamente 30,5 anos, afetando todas as camadas etárias. Desde Setembro até ao debelar da pandemia, foram hospitalizados 69 caminhenses, dos quais 6 morreram internados. Apesar da dispersão de idades ao óbito em 1919, a morte atuou mais na infância até aos 7 anos (42,4% do total), com particular incidência nos meses de Agosto e Setembro (40,7%). Idêntica tendência se manifestou em 1920.

¹⁵ No dia 5 de Junho de 1917, o pároco de Lanhelas reportou a morte de Maria dos Prazeres Eiras, que «foi morta a tiro por um galego quando se entregava ao contrabando da farinha triga».

¹⁶ A.M.C., *Relatório dos seus trabalhos desde 15 de Outubro de 1918 a 14 de Dezembro do mesmo ano*, op. cit.

Mapa 5 – Freguesias do litoral do concelho de Caminha



Gráfico 18 – Óbitos na freguesia de Cristelo

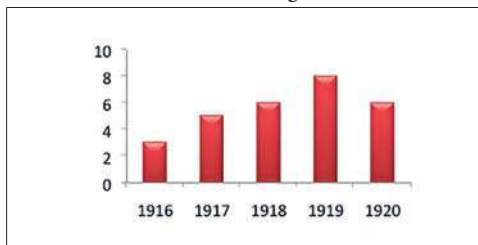


Gráfico 19 – Óbitos na freguesia de Moledo

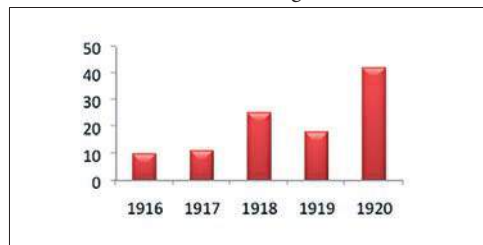


Gráfico 20 – Óbitos na freguesia de V. P. Âncora

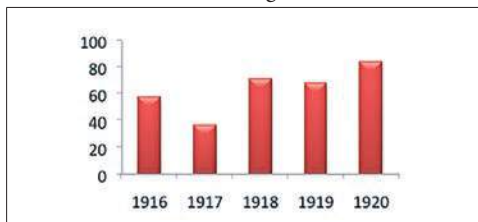
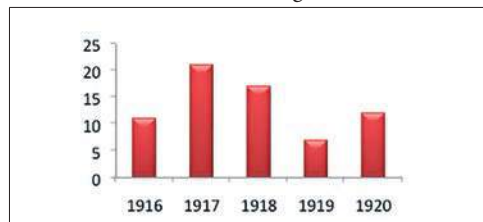


Gráfico 21 – Óbitos na freguesia de Âncora



Fontes: Livros de registos paroquiais do concelho de Caminha

A costa do litoral concelhio reparte-se por quatro freguesias (Mapa 5) – Cristelo, Moledo, Vila Praia de Âncora e Âncora – com diferentes realidades socioeconómicas e culturais. Os seus centros comunitários rurais foram atravessados pela estrada real e pelos caminhos-de-ferro em finais do século XIX e todas as freguesias conheceram percursos distintos. A população de Cristelo permaneceu interiorizada no sopé da serra, da mesma forma que a de Moledo, se bem que animada, durante o Verão, pela praia. Vila Praia de Âncora alavancou a sua economia através dos banhos terapêuticos (com atividade reportada desde finais do Setecentos) e o desenvolvimento da pesca, a partir de 1825¹⁷. A população de Âncora, afastada do litoral, emigrou e o seu crescimento estagnou.

¹⁷ REGO, Maria Aurora Botão Pereira do (2013a) – op. cit., pp. 247-249.

Foi reduzido o número de óbitos entre 1916 e 1920 na freguesia de Cristelo (Gráfico 18). Certo é que em 1918, ocorreram quatro óbitos durante os meses críticos da pandemia da gripe, que refletiram uma média de idades de 47 anos. Acresce ainda que 12 famílias foram agraciadas com donativos, o que comprova que a pneumónica atingiu também esta comunidade. A tendência de aumento do número de óbitos nos anos de 1919 e 1920 apresentou-se semelhante à das demais freguesias, levando a crer que a epidemia se estendeu ao longo dos mesmos.

Em Moledo (Gráfico 19), a média anual de idades ao óbito regista uma descida contínua desde 1916 a 1920 – 47,7 anos em 1916, 39,7 anos em 1918 e 33,5 anos em 1920. Em 1918, faleceram durante o período crítico 16 pessoas, com uma média de idades de 29,3 anos. Em 1919, 66,7% dos óbitos ocorreu entre Julho e Outubro e em 1920, nova epidemia deflagrou entre Agosto e Novembro, com 16 mortes de indivíduos com uma baixa média de idades ao óbito (26 anos), atestando a incidência da mortalidade entre os mais jovens.

Em Vila Praia de Âncora coexistiam duas comunidades populacionais distintas: a rural, com comportamentos de reprodução social refletidos no adiamento da transmissão da propriedade, e a piscatória, de origem galega, com altas taxas de fecundidade e pouco acesso à terra. Esta dualidade projeta-se ao óbito, como é o caso da crise de mortalidade de Janeiro de 1916 que se circunscreveu à área marítima, atingindo a população infantojuvenil (Gráfico 20). A *gripe espanhola* de 1918, que parece estar na origem da morte de 45 pessoas, atingiu principalmente os sectores profissionais ligados à pesca (66,7%) e ainda a profissões sujeitas a uma maior probabilidade de contágio (ferroviários, cocheiros, empregados, fiscais da alfândega – 17% dos casos). O facto de 88% das mortes se ter localizado na zona ribeirinha vem confirmar a maior vulnerabilidade da população marítima a esta epidemia. Em 1919 e 1920, respetivamente, 42,6% e 61,9% dos falecidos tinham idades até aos 19 anos e pertenciam a franjas sociais desfavorecidas.

Em Âncora (Gráfico 21), a estagnação populacional é observada pela média de idades ao óbito até 1918 (a rondar os 58 anos), que desceram nos anos seguintes, embora com reservas devido ao reduzido número de observações. Durante os meses de Outubro e Novembro de 1918, morreram 7 indivíduos, com idades superiores aos 17 anos (média de 46,6 anos). A sazonalidade ao óbito entre 1919 e 1920 apresentou-se dispersa e a morte incidiu na população mais jovem.

É de notar que, por regra, no concelho de Caminha se encontraram estreitas relações de parentesco entre os indivíduos falecidos no auge da eclosão da pneumónica (pais e filhos, marido e mulher, irmãos). O volume de óbitos ocorridos nos anos de 1919 e 1920 evidenciou a continuidade da morte no mesmo contexto familiar e, em particular, na população infantojuvenil. Pode concluir-se que, para além do contágio, a exaustão física nas idades mais vulneráveis, associada a carências alimentares e a fragilidades sanitárias dos núcleos domésticos, estiveram na origem de um contexto penalizador ao óbito até 1920.

A pandemia da pneumónica fez vítimas um pouco por todo o concelho, se bem que com maiores perdas humanas nas freguesias de Caminha, Seixas e Vila Praia de Âncora (Anexo III), principais comunidades piscatórias do concelho. A *gripe* desenvolveu-se, numa primeira fase, no litoral e freguesias ribeirinhas, expandindo-se, posteriormente, às comunidades do interior do concelho. Nenhuma ficou imune à sua passagem. Se a epidemia não atuou em 1918, produziu os seus efeitos nos anos larvares subsequentes.

4.2. Caracterização dos indivíduos falecidos no concelho de Caminha entre Outubro e Novembro de 1918

Segundo os dados oficiais, em Portugal a epidemia da gripe ocasionou um maior número de vítimas no sexo feminino. Quanto à sua dispersão pelas diferentes faixas etárias, até aos 9 anos os meninos foram os mais penalizados, sendo que em idades superiores a epidemia recaiu nos indivíduos do sexo feminino¹⁸.

Pretendemos agora efetuar uma aproximação à caracterização dos indivíduos falecidos no concelho de Caminha, durante a deflagração da epidemia – faixas etárias, género, estado civil dos adultos e perfil socioprofissional – e comparar os comportamentos nacionais com os concelhios.

Da totalidade dos óbitos ocorridos no ano de 1918, isolámos os indivíduos falecidos entre Outubro e Novembro, partindo do princípio que a esmagadora maioria teria sucumbido aos efeitos da *pneumónica*, dado o carácter sistemático dos atos e o seu registo sequencial e cronológico. Assim, contabilizaram-se 241 pessoas, valor superior ao reportado oficialmente.

Quadro 2 – Óbitos no concelho de Caminha (Outubro e Novembro de 1918)

Populações	N	%
Crianças	61	25,3
15 e + anos	180	74,7
Total	241	100

Fontes: Livros de registos paroquiais do concelho de Caminha.

Nos quadros 2 e 3, podemos observar que 25,3% dos óbitos ocorreu em idades até aos 14 anos inclusive. Se existe um relativo equilíbrio entre o número de óbitos das meninas e dos meninos, nota-se que a morte foi mais penalizadora para o sexo masculino, na faixa etária entre 1 e 9 anos.

¹⁸ *Estatística do Movimento Fisiológico da População de Portugal de 1918*, Lisboa, Arquivos do Instituto Central de Higiene, Imprensa Nacional, 1922, pp. 100-101 e 158-159.

Quadro 3 – Óbitos da população infantojuvenil (Outubro e Novembro de 1918)

Idades	F		M		F+M	
	N	%	N	%	N	%
< de 1 ano	10	16,4	7	11,5	17	27,9
1 a 4 anos	10	16,4	14	23,0	24	39,3
5 a 9 anos	6	9,8	9	14,8	15	24,6
10 a 14 anos	4	6,6	1	1,6	5	8,2
Total	30	49,2	31	50,8	61	238

Fontes: Livros de registos paroquiais do concelho de Caminha.

Quanto à população adulta (74,7% do total), constatamos que morreu um número bem mais elevado de mulheres (62,8%), sendo estas mais penalizadas nas idades entre os 20 e 34 anos, e os homens entre os 15 e os 34 anos e ainda na faixa dos 55 aos 59 anos (Quadro 4).

Quadro 4 – Óbitos da população com mais de 15 anos (Outubro e Novembro de 1918)

Idades	F		M		F+M	
	N	%	N	%	N	%
15-19	5	4,4	9	13,4	14	7,8
20-24	13	11,5	6	9,0	19	10,6
25-29	16	14,2	6	9,0	22	12,2
30-34	12	10,6	8	11,9	20	11,1
35-39	2	1,8	4	6,0	6	3,3
40-44	10	8,8	5	7,5	15	8,3
45-49	4	3,5	3	4,5	7	3,9
50-54	8	7,1	3	4,5	11	6,1
55-59	1	0,9	8	11,9	9	5,0
60-64	5	4,4	4	6,0	9	5,0
65-69	6	5,3	1	1,5	7	3,9
70-74	10	8,8	2	3,0	12	6,7
75-79	7	6,2	2	3,0	9	5,0
80-84	8	7,1	3	4,5	11	6,1
85-89	4	3,5	2	3,0	6	3,3
90 e +	1	0,9	0	0,0	1	0,6
Indeterm.	1	0,9	1	1,5	2	1,1
Total	113	100,0	67	100,0	180	100,0

Fontes: Livros de registos paroquiais do concelho de Caminha.

Relativamente ao estado civil dos falecidos com mais de 15 anos (Quadro 5), registamos que foram as mulheres solteiras as mais atingidas pela morte (29,4%) e os homens casados (23,3%). Sendo que os níveis de viuvez, se apresentam, em regra, superiores no sexo feminino devido a fatores de longevidade, migração diferencial e condições de trabalho, os valores referentes ao concelho de Caminha confirmam essa prevalência (14,4% de viúvas e 2,2% de viúvos).

Quadro 5 – Estado civil da população com mais de 15 anos (Outubro e Novembro de 1918)

Estado civil	F		M		Total	
	N	%	N	%	N	%
Casado	30	16,7	42	23,3	72	40,0
Solteiro	53	29,4	19	10,6	72	40,0
Viúvo	26	14,4	4	2,2	30	16,7
Indeterminado	2	1,1	4	2,2	6	3,3
Total	111	61,7	69	38,3	180	100,0

Fontes: Livros de registos paroquiais do concelho de Caminha.

Quanto à profissão registada pelos párocos (Quadro 6), verificamos que 65,6% dos indivíduos se dedicavam ao sector primário, 9,4% ao secundário, encontrando-se valores residuais para o comércio e serviços (4,4% cada), e ainda 16,1% de indeterminados e mendigos.

Subsistem dúvidas quanto ao nível económico dos lavradores (27,8%), a que agregados familiares se encontravam associadas as mulheres domésticas (23,9%) e, ainda a que extratos sociais pertenciam às crianças, que representavam 25,3% do total dos óbitos.

Quadro 6 – Profissão dos indivíduos com mais de 15 anos (Outubro e Novembro de 1918)

Ocupação	N	%
Marinheiro	1	0,6
Pescador/peixeira	11	6,1
Lavrador/eira	50	27,8
Jornaleiro/a	7	3,9
Criada (o) de servir	6	3,3
Doméstica	43	23,9
Subtotal	118	65,6
Canteiro	3	1,7
Pedreiro	3	1,7
Carpinteiro	5	2,8

Pintor	4	2,2
Caiador	1	0,6
Telheira	1	0,6
Subtotal	17	9,4
Negociante/comerciante	3	1,7
Barbeiro	1	0,6
Costureira	2	1,1
Tecedeira	1	0,6
Sapateiro	1	0,6
Subtotal	8	4,4
Ferroviário	1	0,6
Cabo da polícia/soldado	2	1,1
Fiscais/zelador/guarda-rios/monteiro	4	2,2
Presbítero	1	0,6
Subtotal	8	4,4
Mendigo/indigente	7	3,9
Indeterminados	22	12,2
Subtotal	29	16,1
Total	180	200,0

Fontes: Livros de registos paroquiais do concelho de Caminha.

Tomando como exemplo o caso de Vila Praia de Âncora no Anexo IV (freguesia onde é conhecida a procedência social de praticamente todos os indivíduos devido à reconstituição desta comunidade histórica em longa duração e em encadeamento genealógico, segundo o método de Amorim¹⁹), concluímos que 57,4% dos falecidos pertenciam ao sector primário e, destes, 40,4% pertenciam a famílias de pescadores.

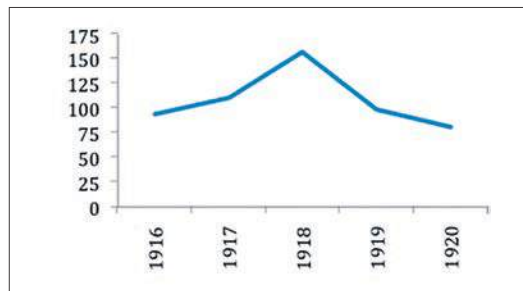
Em resumo, entre os meses de Outubro e Novembro de 1918, o conjunto dos indivíduos falecidos caracterizou-se por obedecer aos padrões etários e de sexo encontrados para a população nacional – forte incidência nas crianças até aos 9 anos, em particular nas do sexo masculino, forte incidência na população feminina adulta entre os 20 e os 34 anos, e entre as solteiras. Consideramos que a epidemia não foi socialmente seletiva, no entanto, o contágio e a morte ocorreu predominantemente entre os grupos sociais mais desfavorecidos, devido à existência de fracos recursos económicos e à prevalência de condições graves de saúde e de higiene no seio destes núcleos familiares.

¹⁹ AMORIM, Maria Norberta – «Uma metodologia de Reconstituição de Paróquias desenvolvida sobre registos paroquiais portugueses». In *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, IX, 1, 1991.

5. O MOVIMENTO DE DOENTES NO HOSPITAL DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CAMINHA

Importa agora verificar o movimento de entrada dos doentes do Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Caminha – sazonalidade dos internamentos, número de óbitos, expansão da pandemia, caracterização dos doentes internados – no sentido de aferir e confrontar os resultados com os obtidos para as freguesias que enformam o concelho de Caminha.

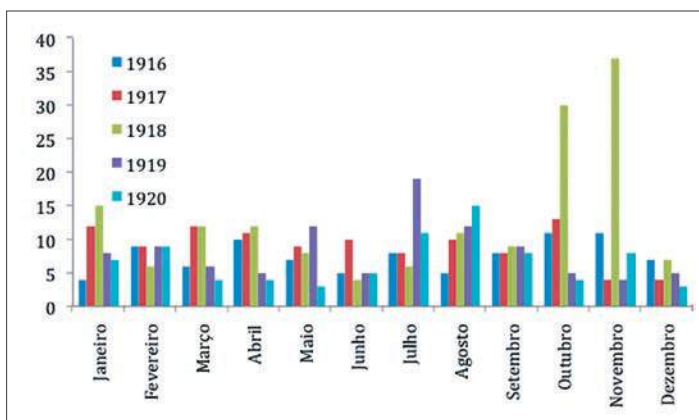
Gráfico 22 – Número de internamentos no Hospital da Misericórdia de Caminha (1916-1920)



Através do Gráfico 22, podemos verificar que o número de internamentos durante 1918 foi bem mais significativo que nos anos enquadrantes, registando-se um máximo de 157 entradas nesse ano e um mínimo de 81 em 1920.

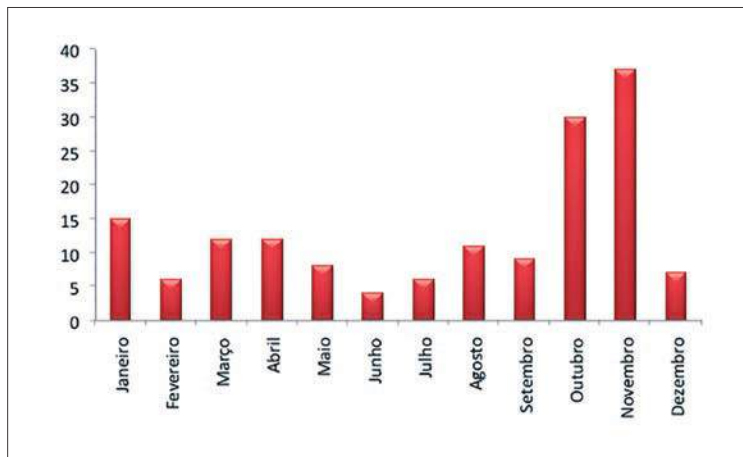
Como podemos observar nos Gráficos 23 e 24, o movimento sazonal de internamento de doentes no Hospital, entre 1916 e 1920, revela que foi durante os meses de Outubro e Novembro de 1918, em que se verificou um número anómalo de entradas.

Gráfico 23 – Sazonalidade dos internamentos no Hospital da Misericórdia de Caminha (1916-1920)



Fonte: A.D.V.C., *Livros de movimento de entrada de doentes no Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Caminha*

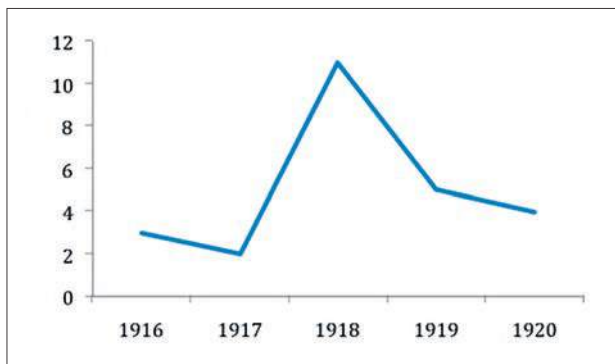
Gráfico 24 – Sazonalidade dos internamentos no Hospital da Misericórdia de Caminha (1918)



Fonte: A.D.V.C., *Livros de movimento de entrada de doentes no Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Caminha*

Podemos ainda constatar que o número de óbitos de doentes internados (Gráfico 24) foi mais elevado em 1918, ou seja, 11 ocorrências das quais 7 correspondem a mortes por gripe, entre os meses de Outubro e Novembro do mesmo ano.

Gráfico 25 – Volume de óbitos no Hospital da Misericórdia de Caminha (1916-1920)



Fonte: A.D.V.C., *Livros de movimento de entrada de doentes no Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Caminha*

Todos os movimentos relativos ao internamento e óbito do Hospital da Misericórdia confirmam idêntica evolução encontrada no conjunto das freguesias do concelho de Caminha – deflagração exponencial durante os meses de Outubro e Novembro de 1918.

5.1. Caracterização dos doentes internados no Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Caminha

Através do Quadro 7 constatamos, de forma geral, que às faixas etárias entre os 10 e 39 anos corresponde uma maior percentagem de doentes internados. No ano de 1918, à semelhança das concentrações de idades ao óbito do conjunto das paróquias do concelho de Caminha, as idades entre os 15 e os 34, foram as mais atingidas pela pandemia.

Quadro 7 – Idades dos doentes internados no Hospital da Misericórdia de Caminha (1916-1920)

Grupos de idades	1916		1917		1918		1919		1920	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
< de 5 anos	1	1,1	2	1,8	0	0,0	1	1,0	1	1,2
5-9	1	1,1	1	0,9	2	1,3	4	4,0	2	2,5
10 a 14	7	7,4	2	1,8	9	5,7	10	10,1	3	3,7
15 a 19	8	8,5	12	10,9	22	14,0	15	15,2	6	7,4
20 a 24	30	31,9	28	25,5	31	19,7	15	15,2	15	18,5
25 a 29	12	12,8	20	18,2	25	15,9	19	19,2	11	13,6
30 a 34	9	9,6	8	7,3	15	9,6	4	4,0	10	12,3
35 a 39	0	0,0	8	7,3	9	5,7	10	10,1	8	9,9
40 a 44	1	1,1	5	4,5	7	4,5	4	4,0	4	4,9
45 a 49	3	3,2	4	3,6	10	6,4	8	8,1	4	4,9
50 a 54	5	5,3	4	3,6	9	5,7	4	4,0	4	4,9
55 a 59	6	6,4	3	2,7	8	5,1	0	0,0	1	1,2
60 a 64	3	3,2	2	1,8	3	1,9	0	0,0	3	3,7
65 a 69	1	1,1	0	0,0	2	1,3	3	3,0	3	3,7
70 e +	2	2,1	6	5,5	3	1,9	2	2,0	2	2,5
Indeterm.	5	5,3	5	4,5	2	1,3	0	0,0	4	4,9
Total	94	100,0	110	100,0	157	100,0	99	100,0	81	100,0

Fonte: A.D.V.C., *Livros de movimento de entrada de doentes no Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Caminha*

Procedeu-se ao isolamento da informação relativa a todos os doentes internados com gripe, entre o dia 1 de Setembro e o dia 11 de Dezembro de 1918, a fim de se caracterizar a população internada.

Podemos observar no Quadro 8 que a pneumónica atingiu com maior peso os indivíduos com idades compreendidas entre os 15 e os 34 anos e elementos do sexo masculino (58,6%). O maior volume de doentes masculinos (ao contrário do que aconteceu na análise por freguesias e ao nível nacional) é explicável pelo facto de a epidemia ter sido introduzida no concelho de Caminha por marinheiros e pescadores e, só mais tarde, ter sido a mesma propagada ao seio das famílias e da rede da vizinhança dos infetados.

Quadro 8 – Idade dos doentes internados com gripe no Hospital da Misericórdia de Caminha (Setembro-Dezembro de 1918)

Grupos de idades	F		M		F+M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
< de 5 anos	0	0,0	0	0,0	0	0,0
5--9	0	0,0	1	2,4	1	1,4
10 a 14	0	0,0	3	7,3	3	4,3
15 a 19	3	10,3	8	19,5	11	15,7
20 a 24	3	10,3	7	17,1	10	14,3
25 a 29	3	10,3	7	17,1	10	14,3
30 a 34	4	13,8	6	14,6	10	14,3
35 a 39	2	6,9	3	7,3	5	7,1
40 a 44	3	10,3	1	2,4	4	5,7
45 a 49	4	13,8	0	0,0	4	5,7
50 a 54	3	10,3	2	4,9	5	7,1
55 a 59	2	6,9	1	2,4	3	4,3
70 e +	1	3,4	1	2,4	2	2,9
Indeterminados	1	3,4	1	2,4	2	2,9
Total	29	100,0	41	100,0	70	100,0

Fonte: A.D.V.C., *Livros de movimento de entrada de doentes no Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Caminha*

Pelas mesmas razões anteriores, a pandemia incidiu sobremaneira nos homens (solteiros – 30% e casados – 25,7%), devido às atividades profissionais desenvolvidas e a uma maior probabilidade de contágio com agentes infetados oriundos do exterior do concelho (Quadro 9).

Quadro 9 – Estado civil dos doentes internados com gripe no Hospital da Misericórdia de Caminha (Setembro-Dezembro de 1918)

Estado civil	F		M		F+M	
	N	%	N	%	N	%
Casado	13	18,6	18	25,7	31	44,3
Solteiro	14	20,0	21	30,0	35	50,0
Viúvo	2	2,9	0	0,0	2	2,9
Indeterminados	0	0,0	2	2,9	2	2,9
Total	29	41,4	69	58,6	70	100

Fonte: A.D.V.C., *Livros de movimento de entrada de doentes no Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Caminha*

A análise das profissões dos doentes de pneumónica (Quadro 10) parece refletir, a exemplo de Vila Praia de Âncora, que a doença se propagou principalmente entre as camadas mais desfavorecidas e com maior contacto com o exterior – pescadores e marinheiros, barqueiros, remeiros, fiscais e ferroviários. O contágio depois processou-se, como já foi referido, no seio das relações de parentesco e de vizinhança.

Quadro 10 – Ocupação dos doentes internados com gripe no Hospital da Misericórdia de Caminha (Setembro-Dezembro de 1918)

Profissão	N	%
Marinheiro	10	14,3
Pescador/peixeira	9	12,9
Jornaleiro/a	11	15,7
Criado/a	4	5,7
Doméstica	16	22,9
Subtotal	50	71,4
Caiador	1	1,4
Carpinteiro	1	1,4
Pintor	2	2,9
Subtotal	4	5,7
Barbeiro	1	1,4
Louceira	1	1,4
Modista	1	1,4
Sapateiro	2	2,9
Subtotal	5	7,1
Remador	1	1,4
Barqueiro	2	2,9
Carrejona	1	1,4
Fiscal	1	1,4
Varredor	1	1,4
Subtotal	6	8,6
Indeterminado	5	7,1
Total	70	100,0

O primeiro infetado pela gripe pneumónica – Constantino Silva, 2º marinheiro, de 20 anos – deu entrada no Hospital da Misericórdia no dia 1 de Setembro. O segundo doente a 27 de Setembro, Damião Loureiro, carpinteiro, 32 anos. A 8 de Outubro, foi a vez de Zeferino Anselmo, também 2º marinheiro, de 25 anos. A partir do dia 14 de Outubro, mais três grumetes e dois pescadores, com idades entre os 22 e os 30 anos. Os primeiros 10 doentes eram todos naturais da sede concelhia.

A partir de 23 de Outubro, o ritmo de internamentos acelerou, com 3 a 4 entradas diárias de doentes. A primeira mulher – Maria da Conceição, casada, doméstica, 38 anos – foi internada no dia 23 e faleceu passados 4 dias. A segunda mulher chamava-se Marcelina Viana, era peixeira, de 23 anos.

O internamento de doentes só começou a espaçar-se a partir do dia 25 de Novembro. Em 30 de Novembro foram internados mais duas jornaleiras, no dia 1 de Dezembro mais dois homens e no dia 4, foi registado o último doente com gripe no ano de 1918 – Amaro da S. Vieira, casado, pescador, de 36 anos.

Saliente-se que do total dos 70 doentes internados com gripe, apenas 8 não eram naturais de Caminha. Fatores como contiguidade residencial, distância geográfica entre a sede concelhia e as freguesias, rede de conhecimentos, exiguidade das dependências assistenciais, ou montagem de hospitais provisórios noutras comunidades infetadas e com maior peso populacional, deverão estar na origem deste fenómeno.

Comparando os resultados obtidos quanto à caracterização dos doentes internados por gripe com os indivíduos falecidos nas freguesias do concelho de Caminha em idêntico período, constatamos que o perfil coincide quanto aos grupos etários e sociais afetados. A única exceção relaciona-se a um maior volume de internados do sexo masculino, devido à anterioridade do seu contágio.

6. INFLAÇÃO DA MOEDA, CRISE ALIMENTAR, MISÉRIA E FOME

Apesar da severidade com que a população do concelho de Caminha foi atingida pela pandemia da gripe, estamos em crer que a mesma não constituiu a única causa que esteve na origem do fraco crescimento demográfico verificado entre 1911 e 1920.

De facto, ficou provado que as famílias mais atingidas pertenciam às camadas sociais mais desfavorecidas. Estas populações, vivendo em precárias condições de higiene e de saúde, possuíam um reduzido acesso à terra e aos bens alimentares essenciais. É do senso comum que os indivíduos com organismos debilitados encontram-se mais sujeitos a contágios e infeções. E a verdade é que havia fome no concelho de Caminha...

A análise dos preços dos géneros²⁰, preços que foram tabelados pela edilidade municipal, permite compreender a extraordinária inflação dos bens de primeira necessidade. Esta exacerbada subida de preços, generalizada a todo o país, que se fez sentir principalmente após a Implantação da jovem República e a subsequente mudança da moeda, ficou também a dever-se ao temor da Grande Guerra, à entrada de Portugal na mesma em 1916, e ao subsequente movimento de açambarcamento e de especulação exercido sobre os bens.

Gráfico 26 – Preço do trigo (1900-1920)



Gráfico 27 – Preço do centeio (1900-1920)

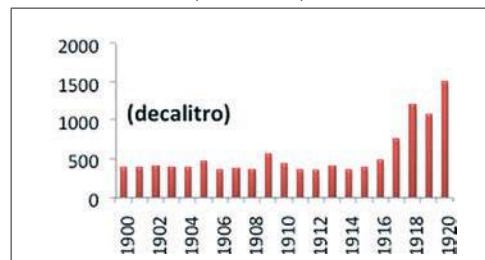


Gráfico 28 – Preço do milho (1900-1920)



Gráfico 29 – Preço do pão meado (1900-1920)



Gráfico 30 – Preço do feijão vermelho (1900-1920)

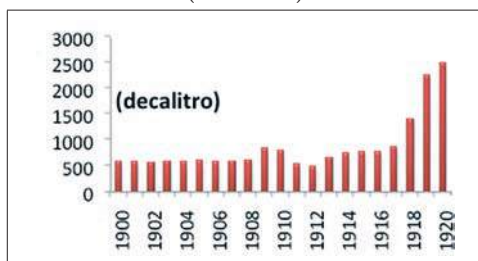


Gráfico 31 – Preço da batata (1900-1920)



²⁰ A.M.C., *Livro de tarifa dos preços dos géneros, 1862-1924*, cota 1.2.2.1.

Gráfico 32 – Preço da castanha verde
 (1900-1912)

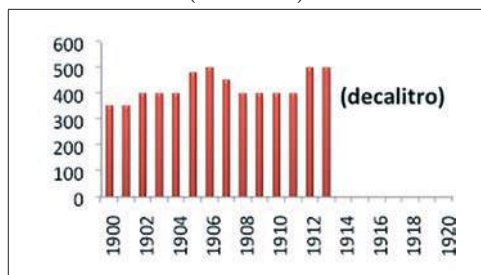


Gráfico 33 – Preço do vinho
 (1900-1920)

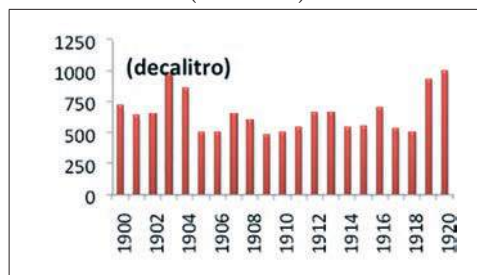


Gráfico 34 – Preço do azeite
 (1900-1920)

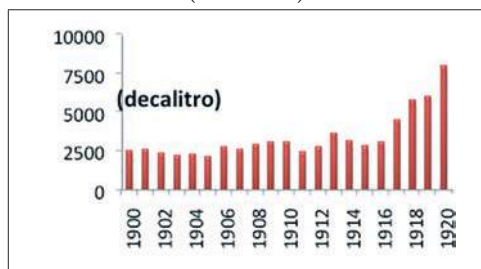


Gráfico 35 – Preço da manteiga nacional
 (1900-1914)



Gráfico 36 – Preço da galinha
 (1900-1920)

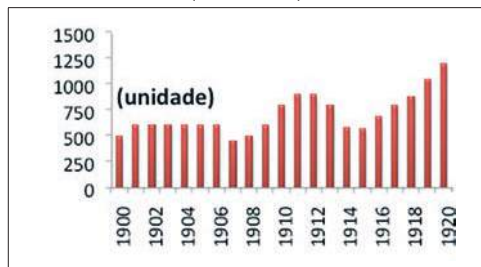


Gráfico 37 – Preço do frango
 (1900-1913)

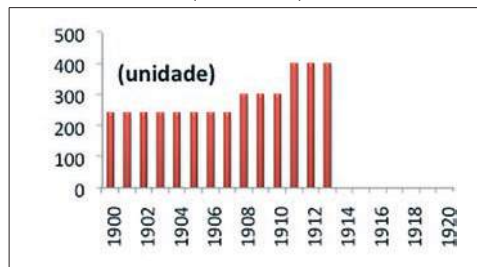


Gráfico 38 – Preço da pescada
 (1900-1913)

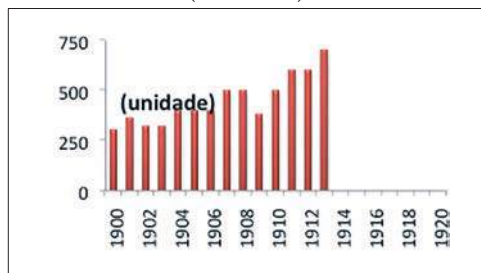


Gráfico 39 – Preço dos ovos
 (1900-1924)

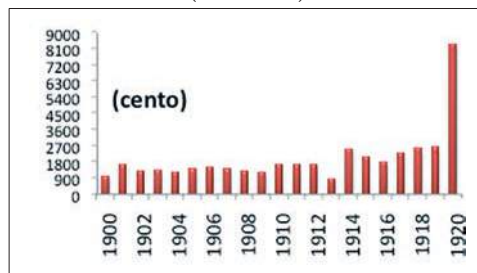


Gráfico 40 – Preço do carneiro
(1900-1913)

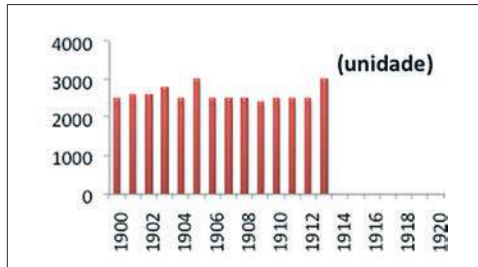


Gráfico 41 – Preço da cebola
(1900-1913)

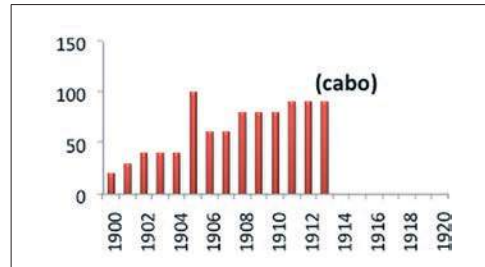


Gráfico 42 – Preço do carro de lenha
(1900-1913)

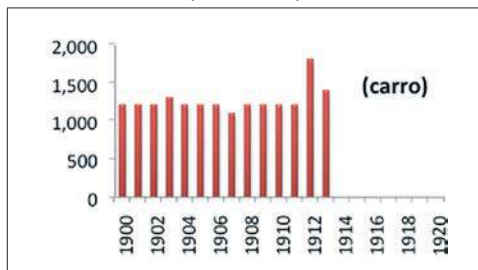
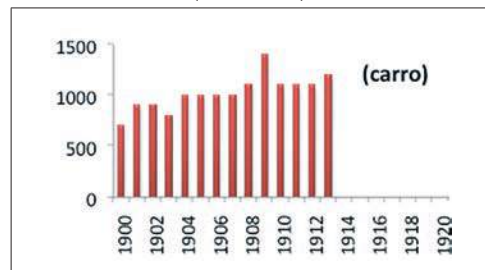


Gráfico 43 – Preço do carro de mato
(1900-1913)



Pela análise dos preços de alguns bens tabelados (Gráficos 26 a 43), nomeadamente os cereais – trigo, centeio, milho, pão meado – verificamos que, na sua maioria, os preços se mantiveram relativamente estáveis até 1913. Porém, a partir de então, os valores dispararam em flecha, quadruplicando em muitos casos. Outros alimentos, como por exemplo, a castanha, manteiga, frango, pescada, sável, lampreia, carneiro, cabrito – deixaram de figurar na Tarifa de Preços, devido ao seu desaparecimento do mercado.

Em concordância com o que tem sido exposto, em Vila Praia de Âncora, no dia 18 de Janeiro de 1914, foi entregue uma reclamação de moradores locais na Junta de Paróquia de então, pedindo providências contra «os açambarcadores de géneros, frutas, ovos, etc., que comprem tudo antes de as deixarem chegar ao mercado»²¹. Ainda na mesma freguesia, benemérito local legou em testamento à Junta de Paróquia, em 1912, «um conto e quinhentos mil réis para comprar título de juro de três por cento (...) e com o rendimento destes títulos socorrerá os pobres mais necessitados da mesma freguesia», através da distribuição perpétua de géneros aos pobres, durante a Páscoa e Natal²². De molde a auxiliar algumas famílias, a Junta de Paróquia eleita em 1919,

²¹ A.J.F.V.P.A, 4º Livro de Actas – 1906-1926, Acta de 18 de Janeiro de 1914.

²² REGO, Maria Aurora Botão Pereira do – op. cit., pp. 297.

elaborou vários projetos de beneficiação de arruamentos e reclamava oficialmente verbas para as mesmas, uma vez que «receosa do futuro» e a fim de prevenir «a crise de trabalho, que tanto faz aumentar a emigração (...) a fim de proporcionar trabalho a alguns chefes de família e assim poder afastar os horrores da fome»²³.

As populações mais pobres, face ao açambarcamento, especulação e inflação de preços, não possuíam meios para adquirir os bens alimentares de primeira necessidade e, por conseguinte, de favorecer uma dieta equilibrada. Esta situação é facilmente comprovada pela gravosa mortalidade infantojuvenil observada nas paróquias do concelho, pela recorrente entrada de doentes adultos no Hospital da Misericórdia de Caminha sofrendo de anemia, de «debilidade física» ou de «cansaço», ou ainda pelo óbito registado de inúmeros mendigos, indigentes ou pobres.

7. QUANDO A PNEUMÓNICA SE ABATEU SOBRE O CONCELHO DE CAMINHA – PEDIDOS DE AUXÍLIO E MOVIMENTOS LOCAIS DE APOIO ÀS FAMÍLIAS CARENCIADAS E EPIDEMIADAS

O papel do Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Caminha

Como vimos, o primeiro doente infetado com gripe foi internado a 1 de Setembro. De forma dispersa, a partir de meados do mês, faleceram três indivíduos da mesma doença (ao que tudo indica pelo perfil etário e socioeconómico) – António Martins Pereira, mendigo, de Caminha, a 17 de Setembro. Dois pescadores em Vila Praia de Âncora (Faustino Gonçalves, de 21 anos, a 26 de Setembro e Caetano Pereira, de 31 anos, a 29 de Setembro). No entanto, nada fazia prever as dimensões da pandemia que estava prestes a abater-se sobre o concelho de Caminha.

Entre 5 e 8 de Novembro, ocorreram mais quatro óbitos, nas freguesias costeiras de Moledo e Cristelo. Nesta última data, o Provedor da Santa Misericórdia de Caminha – Manuel Alves Pinto – que tutelava o Hospital e a mais importante Irmandade de assistência aos pobres no concelho, já tinha a certeza de que este surto de gripe não se enquadrava nos padrões normais até então observados. Viu-se, de súbito, a braços com graves carências e limitações assistenciais capazes de acudir às populações atingidas, dada a exiguidade das instalações hospitalares, a falta de médicos, insuficiência de fármacos e de substâncias de desinfeção, quer no hospital, quer nas farmácias existentes.

²³ A.J.F.V.P.A, 4º Livro de Actas – 1906-1926, Acta de 18 de Abril de 1920.

Recorreu, deste modo, aos bons ofícios de várias instituições e individualidades²⁴. Foi o caso de Sidónio Pais, na altura Presidente da República, mas nascido em Caminha a 1 de Maio de 1872²⁵. Desde essa data e até ao seu assassinato que teve lugar a 14 de Dezembro de 1914, desenvolveu-se um constante envio de telegramas, solicitando-lhe auxílio e informando-o quanto à expansão da epidemia.

Assim, no dia 8 de Outubro, o Provedor redigiu a primeira missiva alegando que «grassando nesta vila de Caminha e Concelho gripe e não tendo hospital recursos admissão doentes peço V. Ex.^a se digne contemplar este hospital de forma poder minorar sorte infeliz pobres Vossa Terra». Em consequência, foi atribuído um subsídio de 1.500\$00.

No dia 21 de Outubro, a epidemia encontrava-se em plena expansão, reportando ao Presidente que:

A epidemia gripe alastra assustadoramente concelho, principalmente freguesias Seixas Gontinhaes Moledo Cristelo onde nestas últimas 48 horas houve bastantes óbitos. Há falta de médicos encontrando-se doente Dr. António Silva Couto. Os dois médicos que fazem serviço em Gontinhães não podem socorrer tantos doentes doutras zonas ficando freguesias Lanhelas, Vilar Mouros Seixas Argela Venade Azevedo Cristelo Moledo Vilarelho e Caminha entregues um único médico dando isso motivo morrerem bastantes epidemiados sem assistência médica. Telegrama recebido hoje Delegado Governo Porto, diz não haver um só médico disponível pelo que pedimos V.Ex em nome desgraçados conterrâneos envie Dr. Damião Lourenço Júnior, capitão médico miliciano (...) há necessidade absoluta e urgente dado incremento doença montar hospitais Seixas Gontinhães pelo que espero alto magnânimo coração V.Ex que tão desveladamente se interessa sorte Povo que à guarda de V.Ex se acolheu haja satisfazer meu pedido fornecendo-nos médico recursos e poderes montagem hospitais referidos.

No mesmo dia enviou ainda novo alerta, solicitando-lhe fármacos e desinfetantes:

(...) Peço remessa urgente para tratamento doentes graves e desinfecção seguintes medicamentos absolutamente necessários hospitais isolamento segundo nota sub.delegado saúde: ampolas de Elertargel de 10 cc e 5 cc, de olio canfurado, de stryctinina; de espartania, de cafeína, de soro fisiológico a 200 cc, Pluracetina, seringas de 10 cc, agulhas de platina iridiadas, Cloreto de cal três barricas, sulfato de ferro 200 quilos, Criolina dez quilos, enxofre 200 quilos.

A 24 de Outubro, o Provedor agradece ao Presidente da República, reportando-lhe também o internamento de doentes. Até à data, tinham dado entrada oficial no Hospital 13 indivíduos padecendo de gripe:

²⁴ A.D.V.C., *Misericórdia de Caminha*, Correspondência expedida, cota 7.36.2.36.

²⁵ A.D.V.C., *Livros de Registo de Baptismo*, Livro n.º 4, fol. 138.

(...) Nosso nome e povo Caminha agradecemos V.Ex provimento (...) médico, profundamente sensibilizado prova carinho V.Exa dispensada seus conterraneos. Misericórdia continua lutando grande falta recursos tem hospitalizado já muitos epidemiados única maneira combater doença que tende aumentar.

No dia seguinte, o Provedor informou o Presidente da República da ocorrência de óbitos provocados pela epidemia, da necessidade de mais um médico e que a população se encontrava aterrorizada. De facto, até esta data, em Caminha já tinham falecido 6 pessoas e 72 pessoas nas demais freguesias do concelho:

Epidemia alastra tendo se dado hoje até 10 horas muitos casos fatais. Médico Damião Lourenço nosso conterrâneo ainda não chegou parecendo-me que não recebeu ordem para isso. Peço V.Exa. acelere sua vinda. Povo aterrorizado. Misericórdia reconheceu do grande interesse V.Exa. povo sua terra informarei frequência V.Exa. estado sanitário concelho.

De imediato, no dia 26, novo apelo foi enviado, pedindo mais assistência médica, devido à incapacidade de auxiliar as populações de todas as aldeias. Neste mesmo dia, morreram mais 6 pessoas:

Doença continua alastrando havendo casos gravidade que se espera todo momento desenlace. Mais uma vez peço V.Exa. ordem vinda imediata Dr. Damião. Aldeias morrem sem assistência médica devido Dr Torres ser impotente socorrer todos estando há dois dias sem visitas por falta tempo doentes hospital onde estão já internados grande quantidade alguma gravidade.

Passados três dias, o Provedor da Misericórdia enviou novo telegrama ao Presidente. A pneumónica já tinha feito mais 26 vítimas no concelho de Caminha (entre os quais se contaram 3 em Caminha, 3 em Moledo, 11 em Seixas, 4 em Vila Praia de Âncora). A gravidade da situação na sede concelhia constituía a sua grande preocupação, para além do médico que tardava em chegar:

Agradeço reconhecido (...) Dr Damião apresenta neste momento um dos maiores benefícios prestados V.Exa população Caminha. Epidemia alastra consideravelmente calculando-se haver só na vila para cima 500 casos sendo muitos gravidade. Tem havido bastantes óbitos. (...) Dr. Damião disse-me não ter ainda recebido ordem de marcha para esta vila.

No mesmo dia, ainda enviará novo telegrama insistindo sobre a urgência da vinda do médico e informando que os pescadores se encontravam quase todos contagiados:

Mandei Viana propositadamente emissário saber se médico Damião Lourenço tinha ordem de marcha esta vila e até 11 horas, hora que regressou emissário ainda nada tinha chegado. Encarecidamente e para bem dos desgraçados que se encontram atacados terrível epidemia e sem assistência médica peço ordem vinda já referido médico. Moradores Rua dos Pescadores encontram-se quase todos atacados.

No dia 1 de Novembro, o Provedor informou que finalmente tinha chegado o médico. Até ao dia 7, não telegrafará ao Presidente da República, visto ele próprio ter estado doente. Entre os dias 29 e 7 de Novembro, faleceram mais 52 pessoas (principalmente em Seixas 13, Caminha 8, Vila Praia de Âncora 8, Venade 5). Nesse dia, deu-lhe, então, nota que a epidemia se expandia agora para as freguesias do interior do concelho:

Não tenho informado V.Exa estado sanitário concelho devido ter estado doente. Epidemia continua alastrando principalmente freguesias Venade Lanhelas Seixas Argas. Vila parece manter-se estacionária se bem com bastantes casos graves. Hospital continua internando maior número possível doentes.

No dia seguinte, solicitou novamente assistência médica, devido à saída de clínico. Tratava-se agora de chegar rapidamente às freguesias do interior, sem acesso aos cuidados médicos:

Acaba retirar deste concelho médica Sarah Loureiro, ficando, portanto, cargo clínicos aqui serviço muitas freguesias atacadas terrível epidemia não tendo tempo visitas maioria doentes. (...) venho mais uma vez pedir V.Exa para que seja mobilizado para aqui tenente médico miliciano António Manuel Xavier.

O Provedor só enviará novo telegrama no dia 15 de Novembro, desta feita para lhe comunicar que a Mesa da Misericórdia lhe pretendia prestar homenagem. A correspondência parece indicar que a epidemia tinha regredido. No entanto, entre o dia 8 e o dia 15, tinham falecido 30 pessoas, assinalando-se o maior volume de óbitos em Vila Praia de Âncora (7) e Caminha (5).

Porém, no dia seguinte, o Provedor enviará telegrama ao Delegado de Saúde do Porto, pedindo «remessa imediata de soro anti-septico. Muitas crianças atacadas terrível doença não havendo soro farmácias vila». Até ao final do mês, mais 34 indivíduos irão falecer, agora com maior incidência em Lanhelas (6), Argela (6) e Caminha (6).

A correspondência telegráfica com Sidónio Pais só será reatada em 8 de Dezembro, para lhe desejar rápidas melhoras após o atentado. Logo depois, no dia 17, enviará ao Palácio de Belém «nosso protesto veemente e pesar profundíssimo pelo criminoso atentado que vitimou ilustre Chefe Nação e dedicado benemérito desta Sta Casa, Dr. Sidónio Pais, a quem muito devemos».

Outros movimentos de solidariedade e assistência às famílias contagiadas

Movimentos de solidariedade locais organizaram-se um pouco por todo o concelho, para acudir às populações mais fragilizadas. Tal é o caso da «Comissão angariadora

de donativos para os pobres epidemiados e suas famílias, de Caminha e arredores»²⁶ que enuncia, da seguinte forma, os seus propósitos:

Quando, nesta vila, a doença começou a sua obra destruidora invadindo de preferência os desprotegidos da fortuna, nós – Bento Coelho da Rocha, João Baptista Felgueiras da Silva, Óscar Maciel Malheiro, Francisco d'Assis de Melo da Gama e João Maria Cerqueira d'Azevedo – não podíamos por mais tempo continuar impassíveis e constituímos uma Comissão (...). A miséria e a doença, eis as causas que deram lugar à nossa obra de caridade.

A Comissão emitiu cartas-circulares pelas «principais famílias de Caminha» para recolha de donativos (em dinheiro ou prendas) e organizou quermesses. Para o mesmo efeito, instituiu delegados nas freguesias de Azevedo, Venade, Moledo, Vilar de Mouros, Argela, Lanhelas, Vilarelho, Cristelo e Seixas. Foram ainda recebidos subsídios do Governo Civil de Viana do Castelo, da Administração do Concelho e do Celeiro Municipal. A receita totalizou 817\$67 que foi distribuída segundo a repartição que se observa na Figura 1.

Figura 1 – Distribuição de donativos pelas freguesias

Em resumo	
Despesa feita com os pobres de Caminha	473,28
" " " " " Venade	72,14
" " " " " Moledo	70,74
Cartas Impensas	14,52
Despesa feita com os pobres de Vilarelho	37,43
" " " " " Argela	32,60
" " " " " Cristelo	15,90
" " " " " Vila d'Ines	15,00
" " " " " Lanhelas	18,00
" " " " " Azevedo	10,00
" " " " " Vilarelho 2	
14 de Dezembro	5,00
Despesa feita em Caminha a 14 de Dezembro	21,00
Despesa total	817,67
Caminha, 19 de Janeiro de 1919.	
Pela Comissão	
João Affonso Cerqueira d'Azevedo.	

Fonte: Relatório dos seus trabalhos desde 15 de Outubro de 1918 a 14 de Dezembro do mesmo ano

Apesar de, como vimos, a epidemia parecer estar debelada em inícios do mês de Dezembro (conforme correspondência do Provedor, entradas de doentes no Hospital e movimento de óbitos), muitas famílias de Caminha continuaram a ser apoiadas até

²⁶ A.M.C., Relatório dos seus trabalhos desde 15 de Outubro de 1918 a 14 de Dezembro do mesmo ano”. Receita e Despesa. Cota 1.21.3.7-15.

22 de Dezembro (Anexos V e VI), possivelmente por se encontrarem ainda em fase de convalescência. No entanto, a gripe da pneumónica continuará a produzir os seus efeitos nos anos seguintes. Nas listas de esmolas distribuídas, pode inclusivamente acompanhar-se a evolução da epidemia nas famílias ao longo dos dois meses.

A 2 de Novembro, a Comissão iniciou a distribuição de donativos. Era entregue um valor entre \$10 a 1\$50 por cada família pobre com um doente (valor possivelmente condicionado à gravidade do doente ou à capacidade económica familiar) e esta esmola era multiplicada nos núcleos com vários doentes acamados. Em algumas freguesias, para além do apoio financeiro, também foi distribuído leite (Anexo VII).

No conjunto das freguesias onde se procedeu à distribuição de donativos, foi encontrado um mínimo de 1 doente e um máximo de 11 doentes por casa (Anexo VII). Em Caminha, a família contagiada mais numerosa possuía 6 elementos doentes, em Venade 7, em Argela 6 e em Vilarelho 11 pessoas. Como verificámos, a importante incidência da epidemia na população infantil fica atestada pelo elevado número de crianças sinalizadas, bem patente na lista de famílias apoiadas de Argela (Anexo VIII).

Os pedidos de auxílio do Provedor da Misericórdia de Caminha, bem como a distribuição de donativos pela Comissão de Filantropia parecem relevar alguma seleção junto das diferentes freguesias e populações. Foram internados 62 epidemiados naturais de Caminha num total de 70 doentes, o que corresponde a 88,6% do total. Na distribuição de donativos, 58% das verbas foram atribuídas a famílias caminhenses e a rede de freguesias contempladas não cobriu a totalidade do concelho. No entanto, não subsistem dúvidas quanto ao socorro, preocupação e apoio evidenciado às vítimas contagiadas, confirmando-se que estas pertenciam a grupos sociais menos favorecidos, onde conviviam famílias numerosas que incluíam vários filhos e crianças.

8. ALGUMAS REFLEXÕES

Partindo da assunção de que a gripe pneumónica ou gripe espanhola estaria na origem da estagnação populacional verificada entre os recenseamentos de 1911 e 1920, tudo leva a crer que, sendo o fenómeno mais importante em termos de mortalidade no conjunto das freguesias do concelho de Caminha, não constituiu a única causa.

Outros fatores devem ser equacionados, entre os quais uma deficiente contagem dos censos, como vimos através do saldo fisiológico da população entre 1911 e 1920. As fontes reportaram igualmente surtos graves de varíola entre 1915 e 1916, como no caso de Vila Praia de Âncora onde foi montado, com carácter excepcional, um hospital de apoio às vítimas, procedendo-se à desinfestação dos lugares mais ataca-

dos (área residencial dos pescadores) e freguesias do Vale do Âncora, bem como à vacinação das suas populações²⁷.

Não se podem descartar fatores políticos subsequentes à Implantação da República, alguma desordem social e estrutural, a mudança da moeda, o receio da Grande Guerra e a entrada de Portugal no conflito bélico, seguido da inflação dos preços dos géneros essenciais, açambarcamento e especulação.

Ficou confirmado que, na maioria dos casos, as camadas sociais mais desfavorecidas pela fortuna foram as atingidas pela mortalidade pandémica, exatamente devido à sua reduzida capacidade económica para aquisição de bens alimentares ou à inexistência dos mesmos nos mercados. Este quadro socioeconómico viu-se agravado pelas deficientes condições de higiene e de saúde em que estas famílias residiam.

A fome, a miséria e a doenças são termos recorrentes em toda a documentação. As profissões «indigente/pobre/pedinte» encontram-se com espantosa regularidade nos assentos paroquiais. A entrada frequente de doentes no Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Caminha cujas causas foram registadas como anemia, cansaço, debilidade física, apontam para graves carências de uma grande parte da população caminhense.

O início do século XX no concelho de Caminha caracteriza-se pela existência de, pelo menos, quatro populações diferenciais:

- as populações rurais que tendem a adotar comportamentos de preservação da propriedade e subsequente adiamento na sua entrega aos herdeiros, provocando, em grande parte, o celibato das filhas e a emigração dos filhos;
- as populações piscatórias, com famílias numerosas que viviam em graves condições de higiene e de salubridade e com reduzida capacidade económica;
- a mão-de-obra rural, formada por jornaleiros e criados, que veio colmatar a saída dos emigrantes. Com fracos recursos, desinseridos das suas origens e famílias, possuíam reduzida capacidade de acesso à terra e, por conseguinte, aos bens de consumo essenciais;
- as oligarquias no poder, em teias familiares, controlando bens de consumo, o acesso à propriedade, as decisões políticas e cerceando inclusivamente o desenvolvimento de comunidades e suas populações.

Tempos de profundas assimetrias sociais numa jovem República que não impunha os ideais a que se tinha proposto; tempos de fome e de miséria, tempos de revolta...

²⁷ ALVES, Lourenço – *Caminha e o seu Concelho*. Caminha: Câmara Municipal de Caminha, 1985, pp. 532-533.

Anexo I – Movimento de nascimentos, óbitos e saldo fisiológico do concelho de Caminha (1911-1920)

Paróquia	1911		1912		1913		1914		1915		1916		1917		1918		1919		1920		1911-1920		Saldo fisiológico
	Nasc.	óbitos	Nasc.	óbitos	Nasc.	óbitos	Nasc.	óbitos	Nasc.	óbitos	Nasc.	óbitos	Nasc.	óbitos	Nasc.	óbitos	Nasc.	óbitos	Total nasc.	Total óbitos	Total nasc.	Total óbitos	
Arga de Cima	3	0	4	1	4	5	3	2	5	6	2	4	1	3	5	4	4	4	2	2	33	31	2
Arga de Baixo	3	0	4	0	2	4	3	3	6	5	6	3	5	5	5	5	5	5	4	5	43	35	8
Arga de S. João	2	4	3	0	5	4	1	1	3	1	7	2	0	3	2	2	1	2	3	2	27	21	6
Venade	20	11	29	12	22	14	24	17	28	19	32	22	20	22	24	26	22	24	21	27	242	194	48
Azevedo	3	1	8	1	8	4	8	2	10	6	7	3	6	6	6	2	7	7	5	2	68	34	34
Argela	8	12	7	5	7	9	11	3	7	8	10	6	11	8	9	14	16	14	14	16	100	95	5
Vilarelho	4	4	13	8	14	5	13	5	14	12	16	13	25	5	20	11	11	10	15	8	145	81	64
Caminha	52	24	64	38	43	44	55	45	61	40	65	46	46	37	40	62	50	59	53	44	529	439	90
Âncora	17	11	17	17	17	10	11	8	12	10	11	11	14	21	6	17	8	7	9	12	122	124	-2
Lanhelas	20	7	28	14	24	22	30	12	19	11	25	15	28	16	21	30	26	22	34	24	255	173	82
Seixas	46	13	49	42	42	46	44	34	70	35	58	44	46	43	51	91	57	56	70	53	533	457	76
Gondar	8	1	17	6	9	10	9	3	16	8	10	1	14	5	3	9	12	6	15	9	113	58	55
Vilar de Mouros	19	20	19	16	26	13	25	17	24	18	22	15	16	12	15	25	29	30	30	23	225	189	36
Moledo	11	14	29	17	20	16	27	6	17	17	23	10	21	11	13	25	18	18	21	42	200	176	24
Cristelo	5	4	10	2	11	4	5	10	7	3	9	3	10	5	6	6	7	8	4	6	74	51	23
Orbacém	9	12	6	9	11	9	7	2	21	4	14	10	17	9	14	13	9	10	16	7	124	85	39
Riba d'Âncora	13	12	26	8	15	11	20	15	26	15	18	12	18	19	21	23	17	29	22	15	196	159	37
Vile	1	0	2	4	6	3	9	5	3	1	4	4	1	2	10	7	2	11	8	3	46	40	6
Vila Praia de Âncora	55	36	71	51	73	48	85	47	82	57	70	57	91	39	79	69	68	67	71	83	745	554	191
Total	299	186	406	251	359	281	390	237	431	276	409	281	390	271	350	441	369	389	417	383	3820	2996	824

Fontes: Livros de registos paroquiais do concelho de Caminha

QUANDO A PNEUMÔNICA SE ABATEU SOBRE A POPULAÇÃO DO CONCELHO DE CAMINHA.
UMA APROXIMAÇÃO AO SEU IMPACTO

**Anexo II – Média anual de idades ao óbito
no concelho de Caminha
(1916-1920)**

Paróquia	Idades médias anuais ao óbito				
	1916	1917	1918	1919	1920
Arga de Cima	61,0	57,7	37,3	47,3	52,0
Arga de Baixo	61,7	70,6	57,2	65,8	65,0
Arga de S. João	77,0	77,6	82,0	79,0	81,5
Venade	51,8	48,4	48,4	46,5	48,1
Azevedo	72,0	77,0	70,5	48,5	43,5
Argela	43,5	39,0	45,2	59,2	36,1
Vilarelho	41,6	46,0	15,6	35,6	46,5
Caminha	49,7	44,5	43,2	37,8	36,6
Âncora	58,5	57,7	58,5	18,7	42,4
Lanhelas	48,6	31,3	35,5	43,9	34,8
Seixas	45,6	50,5	41,9	42,7	38,1
Gondar	76,0	51,3	54,9	50,4	24,2
Vilar de Mouros	45,5	61,3	46,4	45,9	42,7
Moledo	47,7	47,6	39,7	34,3	33,5
Cristelo	28,5	25,4	41,5	46,4	28,7
Orbacém	59,0	60,2	40,3	58,5	50,7
Riba d'Âncora	75,5	52,0	38,0	48,1	58,4
Vile	83,0	33,0	70,0	64,2	47,3
Vila Praia de Âncora	28,3	53,3	32,6	53,4	25,6
Médias	55,5	51,8	47,3	48,7	44,0

Fontes: Livros de registos paroquiais do concelho de Caminha.

**Anexo III – Média anual de Idades
ao óbito no concelho de Caminha
(Outubro-Novembro de 1918)**

Paróquia	Idade média	N.º óbitos	% sobre o total
Arga de Cima	34	2	0,8
Arga de Baixo	33,5	2	0,8
Arga de S. João	-	0	0,0
Venade	42,7	12	5,0
Azevedo	-	0	0,0
Argela	33,4	10	4,2
Vilarelho	31,4	6	2,5
Caminha	36,5	30	12,5
Âncora	46,6	7	2,9
Lanhelas	40,3	15	6,3
Seixas	36,9	54	22,5
Gondar	17	2	0,8
Vilar de Mouros	44,1	13	5,4
Moledo	29,3	16	6,7
Cristelo	47	4	1,7
Orbacém	44	8	3,3
Riba d'Âncora	30,6	14	5,8
Vile	-	0	0,0
Vila Praia de Âncora	30,6	45	18,8
Total	36,1	240	100,0

Fontes: Livros de registos paroquiais do concelho de Caminha.

**Anexo IV – Contexto socioprofissional de todos os indivíduos falecidos em Vila Praia de Âncora
(Outubro-Novembro de 1918)**

Ocupação	N	%
Lavradores	4	8,5
Jornaleiros	4	8,5
Pescadores	19	40,4
Subtotal	27	57,4
Canteiro	1	2,1
Estucador	1	2,1
Telheira	1	2,1
Subtotal	3	6,4
Comerciante/negociante	2	4,3
Tacholeiro	1	2,1
Subtotal	3	6,4

Ocupação	N	%
Ferroviários	2	4,3
Fiscal	1	2,1
Cocheiro	1	2,1
Monteiro	1	2,1
Subtotal	5	10,6
Indigentes	4	8,5
Indeterm.	5	10,6
Subtotal	9	19,1
Total	47	100,0

Fonte: Rego, Maria Aurora Botão P, 2013a.

FONTES

A.D.V.C. (Arquivo Distrital de Viana do Castelo)

- *Livros de Baptismos e de Óbitos das freguesias do concelho de Caminha.*
- *Livros de movimento de entrada de doentes no Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Caminha*, cota 7.35.4.13.
- *Santa Casa da Misericórdia de Caminha*, Correspondência expedida, cota 7.36.2.36.

A.M.C. (Arquivo Municipal de Caminha)

- *Relatório dos seus trabalhos desde 15 de Outubro de 1918 a 14 de Dezembro do mesmo ano*, Comissão Angariadora de donativos para os pobres epidemiados, e suas famílias, de Caminha e arredores, cota 1.21.3.7-15.
- *Livro de tarifa dos preços dos géneros, 1862-1924*, cota 1.2.2.1.

A.J.F.V.P.A. (Arquivo da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora)

- *4º Livro de Actas - 1906-1926.*

ESTATÍSTICAS DA POPULAÇÃO DE PORTUGAL

Censos de 1864, 1878, 1890, 1900, 1911, 1920, 1930, 1940, 1950, 1960, 1970, 1981, 1991, 2001, 2011, INE, Lisboa, Imprensa Nacional.

Estatística do Movimento Fisiológico da População de Portugal de 1918 (1922) Lisboa, Arquivos do Instituto Central de Higiene, Imprensa Nacional.

BIBLIOGRAFIA GERAL

ALVES, Lourenço - *Caminha e o seu Concelho*, Caminha, Câmara Municipal de Caminha, 1985, pp. 532-533.

AMORIM, Maria Norberta (1991) - Uma metodologia de Reconstituição de Paróquias desenvolvida sobre registos paroquiais portugueses. In *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, IX, 1.

CAPELA, José Viriato (2005) - *As Freguesias do Distrito de Viana do Castelo nas Memórias Paroquiais de 1758 - Alto Minho. Memória, História e Património*. Braga, Casa Museu de Monção/ Universidade do Minho.

COSTA, António Carvalho da (1706-1712) - *Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das cidades, villas, & lugares, que contem; varões illustres, gealogias das familias nobres, fundações de conventos, catalogos dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observaçoens*. 3 vols., Lisboa, officina de Valentim da Costa Deslandes impressor de Sua Magestade, & á sua custa impresso.

CRUZ, António (1970) - *Geografia e Economia da Província do Minho nos finais do século XVIII*. Porto: Centro de Estudos Humanísticos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

GIRÃO, Paulo (2003) - *A pneumónica no Algarve*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

REGO, Maria Aurora Botão Pereira (2013a) - *De Santa Marinha de Gontinhães a Vila Praia de Âncora (1624-1924). Demografia, Sociedade e Família*. Vila Praia de Âncora: Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora.

- REGO, Aurora Botão (2013b) – *O concelho de Caminha. População, património e economia (1758-1849)*. Caminha: Universidade Sénior do Rotary Clube de Caminha.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1970) – *A População de Portugal em 1798. O Censo de Pina Manique*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Português.
- SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da (2001) – *Recenseamentos da População Portuguesa de 1801 e 1849*. 3 vols., Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- SOUSA, Fernando de; ALVES, Jorge Fernandes (1997) – *Alto Minho. População e Economia nos finais de Setecentos*. Lisboa: Editorial Presença.

DA IMPLANTAÇÃO DA REPÚBLICA À PRIMEIRA GUERRA: AS PRIMEIRAS TENTATIVAS DE RESOLUÇÃO DO PROBLEMA HABITACIONAL DAS CLASSES OPERÁRIAS

FÁTIMA LOUREIRO DE MATOS*

1. INTRODUÇÃO

No séc. XIX, os riscos de epidemia, infeção e incêndio, quer devido às condições habitacionais existentes, quer à falta de higiene urbana (saneamento, canalização de água e recolha de lixo), impuseram que, pouco a pouco, fossem tomadas medidas para uma melhor organização do espaço urbano, particularmente das áreas residenciais.

Os países Europeus que avançam progressivamente na industrialização vão, a ritmos diferentes, tomar medidas legislativas sobre a higiene urbana, salientando-se as iniciativas quanto à criação de redes de esgotos, recolha de lixo, limpeza e conservação das ruas e controle da construção das habitações, relativamente às suas condições de habitabilidade.

Em Portugal, no fim do séc. XIX, o urbanismo e a questão da habitação são interpretados à luz dos problemas sanitários, dando-se grande importância às ruas como ponto de partida para o controle, por parte da administração pública, das infraestruturas e edificação.

O crescimento demográfico das duas principais cidades do país, Lisboa e Porto, associado à industrialização crescente e ao conseqüente êxodo rural, provocaram uma grande procura de alojamentos por parte de uma recente classe operária. Este aumento da procura desencadeou a especulação sobre os alojamentos e sobre o preço do solo, e a construção de uma tipologia específica de habitação operária de grande densidade e insalubre – as vilas e pátios de Lisboa e as ilhas do Porto – piorando as condições habitacionais das populações com menor capacidade de solvência.

* FLUP/CEGOT, fmatos@letras.up.pt

Na sequência deste agravamento do problema habitacional da classe operária urbana, sucedem-se, durante os anos 80 do séc. XIX, no Parlamento vários projetos de lei, sucessivamente rejeitados, que visavam medidas quanto à construção de habitações operárias com condições mínimas de higiene e salubridade: projeto de Fontes Pereira de Melo e Hintze Ribeiro (sessão de 15 de Janeiro de 1883 da Câmara dos Deputados); projeto de Rosa Araújo (sessão de 19 de Fevereiro de 1884); projeto de Augusto Fuschini (sessão de 16 de Maio de 1884).

Durante a República, com a ascensão da classe média urbana ao poder, ocorreram as primeiras intervenções públicas diretas na questão da habitação.

Uma das primeiras medidas foi uma «lei de arrendamento a qual introduziu novas condições: (1) pagamento de rendas das casas ao mês; (2) congelamento das rendas de casa, permitindo apenas a sua atualização de dez em dez anos até 10%; (3) condicionamento dos despejos¹ satisfazendo, deste modo, as expectativas das classes médias e baixa urbanas, sua base social de apoio, ao beneficiar os interesses dos inquilinos» (Matos, 2001:256-257).

Quanto às iniciativas visando a construção de habitação para as classes populares, elas são muito reduzidas, comparativamente àquilo que se passa em outros países, como na Inglaterra e em França, resultante da construção das «cidades-jardins», criadas por Ebenezer Howard no início do século na periferia das principais cidades, caso de Londres e Paris.

Na sequência de legislação então aprovada, com destaque para os Decretos-leis 4137 de 24 de abril de 1918, 4163 de 29 de abril de 1918 e 5443 de 26 de abril de 1919, que tinham como objetivo incentivar a construção pelos privados de habitação de boa qualidade para os trabalhadores, foram desencadeadas algumas ações, destacando-se o caso da construção em Lisboa, dos bairros do Arco do Cego e Ajuda e no Porto do Bairro Sidónio Pais e quatro colónias operárias, estas de iniciativa camarária. A construção destes bairros dá início a um processo de implementação de algumas medidas de proteção estatal, tímidas, de pequena dimensão, paternalistas na sua génese e configuração.

Esta comunicação pretende fazer uma análise desta legislação, assim como, uma abordagem aos bairros construídos na sequência da mesma, destacando a sua implantação urbanística, características arquitetónicas e a lentidão do processo construtivo, que se estende até ao Estado Novo.

¹ Decreto de 12 de Novembro de 1910.

2. O DECRETO-LEI 4137 DE 24 DE ABRIL DE 1918

O Decreto n.º 4137, de 24 de abril de 1918, primeira legislação em vigor destinada à construção de habitação «económica», surge durante a República², com o Governo de Sidónio Pais (1917-1918), no mesmo mês em que as forças do Corpo Expedicionário Português são chacinadas na Batalha de La Lys. É um documento doutrinário que aposta no financiamento à construção de habitação económica destinada ao alojamento das classes menos abastadas.

Este decreto no seu preâmbulo faz uma exposição do problema habitacional em Portugal, chamando a atenção para, «nas grandes cidades aos que, por carência de recursos materiais, têm sido obrigados até agora a viver em residências infectas, sem luz nem ar, e por isso gravemente nocivas à saúde dos que as habitam»³ e reconhecendo que, «este problema exige entre nós uma pronta e rápida solução»⁴.

Reconhece que há muito tempo vinham sendo exigidas soluções: «em Portugal já há muito se vem falando na necessidade de fazer desaparecer, principalmente das nossas duas cidades mais populosas os bairros infectos»⁵, mas que o Estado nada fizera, «tem-se reconhecido a necessidade de os substituir por arruamentos de habitações modestas mas limpas, cujas rendas sejam compatíveis com os meios que dispõem os menos favorecidos ...mas tudo se tem limitado até agora a desejos e aspirações nunca sancionadas por factos reais e positivos... em Portugal nada existe emanado dos poderes legislativo ou executivos que valha sequer como um ensaio da resolução de tam momentoso assunto»⁶.

Salienta a experiência da iniciativa privada, destacando o caso dos bairros do jornal «Comércio do Porto»⁷ refere ainda, a prática de outros países como os Estados Unidos, França, Bélgica, Inglaterra e Itália, que já apostavam na habitação própria como o modelo mais apropriado para as classes trabalhadoras, contando para tal com a colaboração de várias instituições, como companhias de seguros, «building

² Refira-se que nos primeiros anos da implantação da República surgem os projetos de lei de 26 de fevereiro de 1914, de Tomás Cabreira, Ministro das Finanças, e de 20 de agosto de 1915, do deputado Francisco Sales Ramos da Costa, mas que nunca foram aprovados, mas que servirão de base a este Decreto-lei, como aliás é referido no seu preâmbulo.

³ Diário do Governo, Decreto-lei 4137 de 24 de abril de 1918: 451.

⁴ Diário do Governo, Decreto-lei 4137 de 24 de abril de 1918: 451.

⁵ Diário do Governo n.º 77, Decreto-lei 4137 de 24 de abril de 1918: 451-452.

⁶ Diário do Governo n.º 77, Decreto-lei 4137 de 24 de abril de 1918: 452.

⁷ São construídos 3 bairros na cidade do Porto, a partir de uma subscrição pública e com o apoio do município: «Monte Pedral, constituído por 26 moradias unifamiliares agrupadas a 4 e a 2, com um pequeno jardim, projectado pelo arquitecto José Marques da Silva... Lordelo com 29 casas térreas, projectado pelo engenheiro Manuel Fortunato de Oliveira Motta, construído em 1901 ... Bonfim, inaugurado em 1904, localizado no Monte das Antas, projectado pelo engenheiro Joaquim Gaudêncio Rodrigues Pacheco, constituído por 40 moradias em grupos de 4», (MATOS, 1994: 683).

societies» e as câmaras municipais⁸. O Decreto no artigo 1º define as casas económicas como sendo as «que se destinam ao alojamento das classes menos abastadas, construídas nos centros de povoação, arrabaldes ou praias, e que satisfaçam às condições de salubridade e preço abaixo designados»⁹. O artigo 3.º estabelece os preços das rendas onde se tem em conta: a localização (Lisboa e arredores, Porto e arredores e outras terras); a tipologia da habitação (avaliada em número de quartos habitáveis); a existência ou não de quintal, e no caso dos prédios com pisos sem quintal, estes teriam redução de um quinto no valor da renda mensal a pagar.

Quanto à morfologia era defendida a casa individual isolada, mas também permitia os grupos de casas ou bairros «fileiras de casas sucessivas e unidas»¹⁰, com quintal (com «largura mínima de 4 metros») e sempre que possível um jardim. As ruas de largura mínima de 10 m, com pavimento macadamizado ou calçado, passeios laterais e encanamentos completos para vazão das águas fluviais e caseiras, ligados ao esgoto público ou na falta destes, às fossas convenientemente colocadas¹¹.

As casas económicas estavam isentas de «contribuição predial nos primeiros anos», de «imposto de selo e registo em todos os actos que se lhes referirem», de «imposto de transmissão nos primeiros vinte anos»¹² e os promotores podiam também beneficiar de crédito hipotecário.

Quanto à eficácia da promoção esta passava pela existência de uma variedade de promotores: cooperativas de construção, corpos administrativos, sociedades legalmente constituídas para este efeito, empresas industriais ou mineiras, quando explorem qualquer privilégio ou concessão do Estado, Caixa Geral de Depósitos e instituições de previdência, misericórdias e instituições de assistência, beneficência ou similares¹³. Mas o diploma previa, também, que o Estado construísse «grupos de casas baratas quando circunstâncias especiais e urgentes o aconselhem»¹⁴.

A salubridade era uma preocupação presente pelo que previa-se a constituição de uma «comissão de salubridade das casas económicas» em todos os distritos administrativos¹⁵. Os bairros teriam, ainda, iluminação, limpeza semelhante aos outros, fontes, lavadouros, edifícios para escolas e creches e transportes baratos «quando

⁸ Em Inglaterra «a lei de 1890, deu às câmaras municipais direito absoluto, sem qualquer restrição, de construir, nos centros urbanos, casas para os operários habitarem, podendo mesmo expropriar os terrenos que fossem necessários para essas construções», (Decreto-lei 4137 de 24 de abril de 1918: 453).

⁹ Decreto-lei 4 137 de 24 de abril de 1918: 454.

¹⁰ Artigo 4º ponto 1º e 2º do Decreto-lei 4137 de 24 de abril de 1918: 455.

¹¹ Artigo 5º pontos 1º a 3º do Decreto-lei 4137 de 24 de abril de 1918: 455.

¹² Artigo 7º, do Decreto-lei 4137 de 24 de abril de 1918: 455.

¹³ Artigo 15º, do Decreto-lei 4137 de 24 de abril de 1918: 455.

¹⁴ Artigo 15º, ponto 5º do Decreto-lei 4137 de 24 de abril de 1918: 455.

¹⁵ Artigo 12º a 14º, ponto 5º do Decreto-lei 4137 de 24 de abril de 1918: 455.

estes forem afastados dos centros industriais ou comerciais»¹⁶ e «nenhuma das casas será vendida por menos do seu custo»¹⁷.

O Decreto – lei n.º 4440, de 12 de junho de 1918, veio regulamentar algumas disposições do Decreto-lei n.º 4137, nomeadamente as condições técnicas e higiénicas de construção¹⁸, as comissões de salubridade¹⁹ e as condições dos empréstimos sobre as casas económicas²⁰.

Embora sem dados consistentes que permitam uma conclusão definitiva, parece ter faltado o sentido de oportunidade no lançamento desta legislação, porque Portugal e a Europa viviam uma crise extrema provocada pela I Guerra Mundial, desviando o investimento privado para esse fim. A urgência em apresentar obra feita e dado o desinteresse dos particulares, fez com que fosse o Estado a avançar com os empreendimentos que viriam a ser construídos ao abrigo desta legislação.

Na verdade, «a 26 de Abril de 1919, o Decreto n.º 5443 autorizava o governo a negociar com a Caixa Geral de Depósitos um empréstimo de 10000 contos destinado à construção de cinco bairros operários, tendo-se lavrado na mesma data a escritura e compra da Quinta das Cortes (ao Arco do Cego), com a respectiva casa de habitação, onde funcionaram os serviços de administração dos bairros sociais» (FERREIRA, 1994: 700). Assim para além do bairro do Arco do Cego, nasciam «o da Ajuda, Alcântara e Braço de Prata, em Lisboa, Quinta da Granja de Cima ou Bairro Sidónio Pais, junto à Foz do Douro, no Porto, e um na Covilhã» (FERREIRA, 1994: 700).

A 29 abril de 1918 é criado um crédito especial de 550.000\$00, «destinado à construção de casas baratas para habitação de operários nas cidades de Lisboa e do Porto; em Lisboa: 300.000\$00 para aquisição de terrenos e construção de 120 casas, no Porto: 250.00\$00 para aquisição de terrenos e construção de 100 casas»²¹, que devem ser amortizadas pelos locatários por um período de 20 a 30 anos²².

Com o Decreto n.º 5481, de 30 de abril de 1919, é aprovado o regulamento para a construção dos bairros sociais, que é retificado a 2 de maio e mantida a sua retificação pela Lei n.º 858, de 22 de agosto de 1919 (FERREIRA, 1994).

¹⁶ Artigo 25º do Decreto-lei 4137 de 24 de abril de 1918: 456.

¹⁷ Artigo 26º, ponto 1 do Decreto-lei 4137 de 24 de abril de 1918: 456.

¹⁸ Tinham que obedecer ao disposto no Regulamento de Salubridade das Construções urbanas aprovado por decreto de 14 de fevereiro de 1903, publicado no Diário do Governo n.º 53 de 9 de março de 1903. Ver também os artigos 2º a 8º do Decreto-lei n.º 4440 publicado no Diário do Governo n.º 136, de 21 de junho de 1918.

¹⁹ Artigos 13º a 23º do Decreto-lei n.º 4440.

²⁰ Artigos 24º a 34º do Decreto-lei n.º 4440.

²¹ Diário da República n.º 91 – Decreto n.º 4163, artigos 1º e 2º, p. 528.

²² Decreto n.º 4163, artigo 4º, p. 528, trata-se do regime de rendas resolúveis, que confere a posse da casa com a liquidação do pagamento da mesma e que será também utilizado, mais tarde, pelo Estado Novo, no programa das casas económicas.

A promoção privada parece não ter produzido efeito, enquanto a estatal foi-se atrasando, como veremos mais à frente. A legislação é lançada numa altura de grande agitação social e económica, em 1918, há soldados portugueses a combater em França, o país sofre com a gripe pneumónica, Sidónio Pais é assassinado poucos meses depois de ser Presidente da República²³ mas teve ainda tempo para inaugurar as primeiras 35 casas do Bairro com o seu nome (mais conhecido por Bairro da Arrábida).

O número incipiente de realizações e a demora na finalização dos bairros quer do Porto, quer de Lisboa, o que acontece já em pleno Estado Novo, condena a política habitacional lançada em 1918 ao fracasso.

Na verdade, a iniciativa de construção dos bairros sociais da 1.^a República foi continuada a partir de 1933 através do programa de casas económicas (Decreto-lei n.º 23052, de setembro de 1933). Embora a legislação de 1918 tenha já implicado o Estado diretamente neste assunto, é só a partir de 1933 que se clarifica a intervenção no domínio da «habitação social». Conforme o artigo 1.º deste decreto: «é o governo autorizado a promover a construção de casas económicas, em colaboração com as câmaras municipais, corporações administrativas e organismos corporativos». Foi no âmbito deste programa que acabaram por ser concluídos os Bairros do Arco do Cego e da Ajuda.

3. CARACTERÍSTICAS DOS BAIRROS E A LENTIDÃO DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO

No Porto como referimos acima, a Câmara Municipal, constrói entre 1914 e 1917, antes mesmo do Bairro da Arrábida quatro colónias operárias, que prolongam a experiência dos bairros do «Comércio do Porto».

Na verdade em 1914, a Câmara Municipal do Porto introduz uma nova rubrica no seu orçamento intitulada «construção de habitação operária» (Câmara Municipal do Porto, 2000), que dá origem à construção das referidas colónias operárias:

- Colónia Antero de Quental, com 28 casas térreas com dois quartos em lotes agrupadas em 4 formando quarteirões, construída entre 1914 e 1917, localizada na freguesia de Campanhã (figura 1);
- Colónia Estêvão Vasconcelos, com 90 casas térreas com dois e três quartos, dispostas em lotes com uma frente exterior que varia entre 8,5 e 15 metros e ao longo de ruas secundárias paralelas, constituindo uma malha ortogonal, construída entre 1914 e 1917, localizada na freguesia de Ramalde (figura 2 e 3);

²³ O seu mandato durou de 28 de abril de 1918 até 14 de dezembro de 1918, sendo assassinado na Estação do Rossio.

- Colónia Dr. Manuel Laranjeira, com 130 casas²⁴ térreas com dois quartos, agrupadas formando quadrados de 4 ou de 8 casas, constituindo uma malha ortogonal, localizada na freguesia de Paranhos, construída entre 1916-1917;
- Colónia Viterbo Campos, com 64 casas²⁵, com rés-do-chão e um piso, com três quartos, geminadas, agrupadas 4 a 4, dispostas em lotes com uma frente de 8 metros, entre duas ruas paralelas, localizada na união das freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, construída entre 1916 e 1917. Esta Colónia difere das demais pela arquitetura das casas, particularmente a forma da cobertura²⁶ (figura 4 e 5).

A construção do Bairro da Arrábida ou Sidónio Pais, prevista no art.º 1.º do Decreto n.º 4163, de 25 de abril de 1918, é uma iniciativa de promoção exclusivamente estatal e fica localizado a Norte da Colónia Viterbo Campos. Em 1918 é nomeado Comissário do Governo na Cidade do Porto, para a construção de Casas Económicas o engenheiro Joaquim Gaudêncio Rodrigues Pacheco, sendo nesse mesmo ano expropriado o terreno para a construção do bairro²⁷. A sua construção inicia-se em 1918 e foi concluído em 1930 pela Direção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, já com o Estado Novo.

O bairro é formado por dois quarteirões de configuração retangular com os ângulos truncados, e por uma banda de casas, que se implantam linearmente junto às ruas Prof. José Valente e de Entrecampos. A Este apresenta uma pequena praça arborizada. Possui 100²⁸ casas térreas com quatro tipologias diferentes (24 da tipologia A térrea com uma sala/quarto; 32 da tipologia B com 1 piso e 1 quarto; 12 da tipologia C com 2 pisos e 1 quarto e 32 da tipologia D com 2 pisos e com 2 quartos), todas com logradouro na retaguarda e um pequeno jardim à frente, vedado por muro de cerca de um metro. As diferentes tipologias distinguem-se mais pelas diferentes soluções arquitetónicas que apresentam os alçados principais e posteriores, do que pelo número de divisões interiores (figura 6).

²⁴ Saliente-se que, parte destas habitações foram destruídas para construção da via de cintura interna, pelo que só existem atualmente 92 casas.

²⁵ Saliente-se que, parte destas habitações foram destruídas quando da construção da ponte da Arrábida, pelo que só existem atualmente 35 casas.

²⁶ A arquitetura da Colónia Viterbo de Campos parece ter sido influenciada pelo Agnet Park construído em Delft na Holanda em 1884 pelo arquiteto paisagista Louis Paul Zoch (GRINBERG, 1982).

²⁷ «Terreno de lavradio com entrada pela rua de Entre Campos, pertencente a Eduardo Honório de Lima. Confrontava a Norte com o terreno de Gustavo Burmester e António Joaquim Gomes de Azevedo, a Este com a serventia para o terreno de António Joaquim Gomes de Azevedo, a Sul com a Rua de Entre Campos e a Oeste Com a Viela da Arrábida» (www.monumentos.pt IPA.00026634).

²⁸ Em 1918 foram concluídas as 35 primeiras habitações, sendo as restantes concluídas até 1930 (1921 – conclusão de um grupo de 10 casas; 1922 – conclusão de um grupo de 9 casas; 1923 – conclusão de um grupo de 8 casas; 1925, 7 dezembro – estavam concluídas 98 casas; 1926, 1 março – o bairro foi entregue à Direção Geral da Fazenda Pública e em 1930 dá-se a conclusão e entrega das duas últimas habitações) (www.monumentos.pt IPA.00026634).

Figura 1 – Alçado Principal



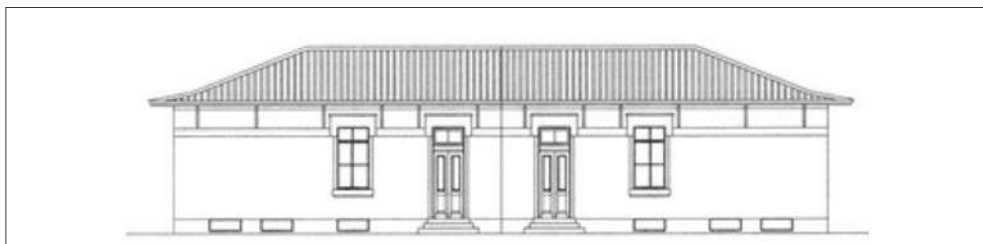
Fonte: Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto

Figura 2 – Habitação tipo 1 Alçado Principal



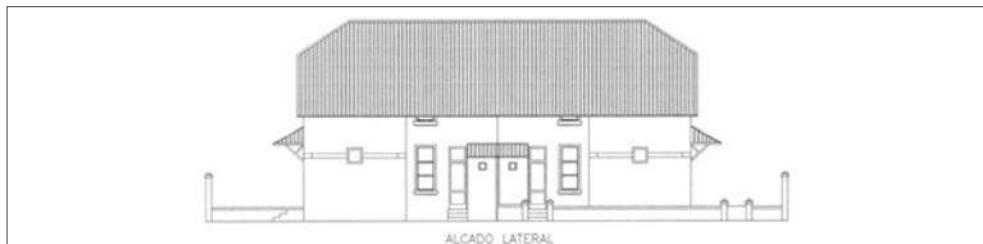
Fonte: Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto

Figura 3 – Habitação tipo 2 Alçado Principal



Fonte: Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto

Figura 4 – Alçado Lateral



Fonte: Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto

Figura 5 – Casas Colónia Viterbo Campos



Figura 6 – Casas Bairro da Arrábida



Figura 7 – Vista do Bairro nos anos 30



Fonte: Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA) IPA.00005970

Figura 8 – Bandas geminadas de habitações unifamiliares de 2 pisos



Fonte: Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA) IPA.00005970

Figura 9 – Edifícios quadrangulares de 3 pisos



Fonte: Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA) IPA.00005970

As obras do bairro do Arco do Cego iniciam-se em 1919 e só é concluído em 1935 já em pleno Estado Novo, nos antigos campos da Quinta das Cortes²⁹, o seu projeto é da autoria dos arquitetos Edmundo Tavares (1892-1983), Adães Bermudes (1864-1948) e Frederico Caetano de Carvalho (1889-1976) e «a primeira pedra foi lançada em cerimónia ocorrida em 27 de Abril» (MESQUITA, 2006: 94).

O processo de construção do bairro pode ser dividido em três fases: de 1918 a 1926 – a administração do bairro pertencia ao Estado, encontrando-se o solo à responsabilidade do Ministério das Obras Públicas e Comunicação; de 1926 a 1932 – a administração do Bairro pertence, à Câmara Municipal de Lisboa e de 1932 a 1935 a administração do bairro volta a pertencer ao Estado.

O bairro situado na freguesia do Areeiro é delimitado da restante malha urbana pelas Ruas do Arco do Cego e D. Filipa de Vilhena a Oeste, Rua Xavier Cordeiro a Sul, Rua Brás Pacheco a Este e Rua Brito aranha a Norte, encontra-se organizado dentro de um retângulo e orientado segundo eixos ortogonais, com 45 quarteirões retangulares e estrutura-se em torno do edifício da Escola Secundária Dona Filipa de Lencastre (construído entre 1928 a 1938, da autoria do arquiteto Jorge Segurado). É constituído por várias tipologias de habitação, designadamente, pela edificação contínua de edifícios quadrangulares de 2 e 3 pisos, assim como de bandas geminadas de habitações unifamiliares de 2 pisos, sendo constituído por 76 edifícios, com 481 habitações do tipo A e tipo B, classificadas em função do salário do agregado familiar do morador adquirente. Possui o arquivo municipal do Arco do Cego, escola básica e alguns estabelecimentos comerciais (figuras 7, 8 e 9).

A conclusão do bairro estava prevista para 1920³⁰, mas um conjunto de circunstâncias fez prolongar a sua conclusão, sendo de salientar que «entre 1927 e 1932 a responsabilidade de continuar e concluir o bairro pertenceu à Câmara Municipal de Lisboa. As dificuldades técnicas e financeiras para suportar vários empreendimentos com esta dimensão (havia-se retomado o da Ajuda) rapidamente esbateram o ritmo das obras necessárias, quer para a conclusão das moradias, quer para a sua infra-estruturação» (FERREIRA, 1994: 701).

A 14 de junho de 1921 eram suspensas as obras em todos os bairros, a não ser no do Arco do Cego, e a 5 de maio de 1922 a Lei n.º 1258, suspende todos os trabalhos em todos os bairros sociais (FERREIRA, 1994).

Em 1933 a administração central, retoma a responsabilidade do projeto já num contexto de centralização das funções do Estado e de aposta em obras de grande

²⁹ «No dia 26 de Abril de 1919 seria lavrada a escritura de compra da Quinta das Cortes ..., onde funcionaram os serviços de administração dos bairros sociais», Diário da República n.º 228, Decreto-lei n.º 11174 de 23 de outubro de 1925, p. 1324.

³⁰ «O bairro estará concluído no fim do ano económico de 1919-1920», Diário do Governo n.º 44, Decreto 5397 artigo 3º, p. 641.

vulto, que irão caracterizar o Estado Novo (FERREIRA, 1994). A alienação era feita em 240 prestações mensais, cujo valor era função do tipo de moradia, e não do rendimento do agregado familiar, pelo que nos anos 50 a maioria da população era já proprietária das habitações (FERREIRA, 1994).

O bairro atual é bastante diferente do projeto inicial (datado de abril de 1919), «previa uma área total de 243.900 m² para arruamentos e campos de jogos, 20.090 m² destinados a equipamentos colectivos (Teatro-Biblioteca, Restaurante, Hospital, Escola, Balneário, Edifício Administrativo, Correio e Telégrafo) e 83.000 m² reservados a edifícios de habitação uni e plurifamiliares e ateliers de artistas» (MESQUITA, 2006: 95).

O projeto apresentava uma vasta área para espaço público e de lazer, fundamental para a vivência e sociabilidade da população.

O Estado Novo viria a desvirtuar este projeto, reduzindo a sua área e alterando, sobretudo os espaços públicos e os equipamentos coletivos, a Escola Secundária Dona Filipa de Lencastre, substitui o Teatro-Biblioteca, são construídas duas escolas básicas (sexos separados), o arquivo municipal e uma esquadra da polícia. Para além de que, a população que acabou por ocupar o bairro nada tinha a ver com os operários e famílias de fracos recursos previstas no Decreto-lei 4137, na verdade, «as habitações concluídas têm sido ocupadas de preferência por famílias de funcionários municipais [...] mas qualquer cidadão está habilitado a ocupar algumas dessas moradias, desde que pague as respectivas rendas, as quais, infelizmente, por defeito de origem na elaboração dos respectivos projectos, não podem ser acessíveis a operários ou pessoas de poucos recursos (sessão da CML de 23-10-1930)» (FERREIRA, 1994: 702).

Segundo, FERREIRA (1990) esta mudança social deveu-se, entre outros fatores, ao custo do terreno que foi alvo de valorização visto estar próximo das Avenidas Novas, ao custo das habitações devido à demora na construção do bairro e aos custos implicados na deslocação entre casa e trabalho, o que se tornaria pesado para os orçamentos das famílias previstas, uma vez que o trabalho dos operários se encontrava principalmente na zona ribeirinha.

Os ateliers de artistas nunca foram concretizados e o bairro acabou por se tornar não um símbolo da 1.^a República, para responder aos graves problemas habitacionais do proletário urbano, mas sim um empreendimento do Estado Novo, aliás inaugurado a 10 de março de 1935 com toda a pompa e circunstância³¹, a que «assistiram os responsáveis pelos mais altos cargos da nação, nomeadamente, ... os Srs. Presidentes da República e do Governo, quase todos os ministros, subsecretários, presidentes da

³¹ «Quase em simultâneo com os da Ajuda, em Lisboa, e Sidónio Pais, no Porto, que, apesar de tudo, também foram concluídos» (FERREIRA, 1994: 702) e após o lançamento em 1933 do Decreto-lei n.º 23052, de 23 de setembro que lança em definitivo as casas económicas.

Assembleia Nacional, da Câmara Corporativa e da Câmara Municipal, vereadores, director-geral da Assistência Pública, chefes de gabinete, secretários e muitos oficiais e funcionários» (FERREIRA, 1994: 703).

O bairro da Ajuda/Boa Hora situado na freguesia da Ajuda, da autoria do arquiteto Eugénio Correia (1897-1985), iniciado em 1918 só ficou concluído em 1935, ou seja, já com o Estado Novo tal como o do Arco do Cego e já depois da inauguração do primeiro bairro de casas económicas³² saído do Decreto-lei n.º 23052, de 23 de Setembro de 1933.

O bairro da Ajuda é constituído por 264 habitações, 159 do tipo A e 105 do tipo B.

Apesar de como salientamos acima, a maioria dos bairros concretizados de acordo com o Decreto-lei 4137 terem sido realizados por intervenção do Estado, no Porto surgem alguns bairros de iniciativa privada em conformidade com este Decreto-lei, ainda que construídos já em pleno pós-guerra, durante o período da ditadura militar. Um deles é o Bairro da Areosa (1921, licença de obra n.º 1104/1921 – Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto), com 42 casas mandadas construir por Manuel Pinto de Azevedo dono do jornal «O Primeiro de Janeiro», para servir os funcionários da fábrica de Fiação da Areosa, Azevedo, Soares & C.^a, da qual também era proprietário. Um outro, constituído por 30 casas junto à Circunvalação, na freguesia de Paranhos foi iniciativa do legado de um benemérito da Misericórdia, é o Bairro dos Pobres de António Monteiro dos Santos (1927), projetado pelo engenheiro Pedro Carlos e pelo mestre de obras Joaquim Pereira da Silva.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intervenção estatal é determinada, durante a República pela urgência de uma resposta ao problema habitacional, ainda que de uma forma muito tímida, dado a dimensão das carências habitacionais então vividas e à instabilidade económica e social.

Na verdade, as iniciativas habitacionais, durante o período em análise, são incipientes face às necessidades, mas demonstram o despertar dos decisores para as questões de salubridade urbana e bem-estar social e o interesse em combater o desordenamento das duas maiores cidades do país.

O programa habitacional definido pelo Decreto-lei 4137 assentava no incentivo à participação dos privados na oferta de habitação salubre e barata, que contudo, como vimos, dada a falta de experiência, custos elevados, aliado à conjuntura económica desfavorável que o país atravessa em parte devido à Primeira Guerra, acaba por ser levado a cabo pelo próprio Estado, juntamente com os municípios. O número inci-

³² O primeiro bairro de casas económicas do Estado Novo foi edificado no Porto, entre 1934 e 1935 – o bairro do Ilhéu, na freguesia de Campanhã.

piante de realizações e a demora na finalização dos bairros de Lisboa, o que acontece já no Estado Novo, condena a política ao fracasso.

Quanto às características urbanísticas, a imagem de bairro operário, marcada por uma certa visão ruralista, de casas unifamiliares com um pequeno quintal e jardim, vai permanecer durante todo este período, sendo alterada só depois da Segunda Grande Guerra. Apenas no bairro do Arco do Cego, foram construídos edifícios de 3 andares, mas mesmo assim, a imagem do mesmo é a de «uma aldeia dentro da cidade» (FERREIRA, 1994).

Estas iniciativas perante as necessidades habitacionais de Lisboa e do Porto, não têm grande significado continuando uma grande parte da população a viver em péssimas condições de salubridade, nas ilhas, pátios e vilas. Com o aumento populacional, provocado pelo constante afluxo de população às duas cidades, acentua-se o desequilíbrio entre a oferta e procura habitacional, o que leva ao aparecimento de bairros de barracas, à sobrelotação e ao acentuar da degradação das condições de habitabilidade de vários prédios, particularmente dos mais antigos.

BIBLIOGRAFIA

- Câmara Municipal do Porto (2000) – *As ilhas, as colónias operárias e os bairros de casas económicas no Porto*. Pelouro da Habitação, Acção Social e Protecção Civil.
- FERREIRA, Maria Júlia (1990) – *O Bairro Social do Arco do Cego: a Questão do 'Social' e o Preço do Solo*. Faculdade Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, (policopiado).
- FERREIRA, Maria Júlia (1994) – *O Bairro Social do Arco do Cego – uma aldeia dentro da cidade de Lisboa*. «Análise Social», Vol. XXIX (127-3º). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, p. 697-709.
- GRINBERG, Donald I. (1982) – *Housing in The Netherlands 1900-1940*. Delft University Press.
- Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana – Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA) disponível em: www.monumentos.pt processos consultados: IPA.00026634, IPA.00005970, IPA.00024666, IPA.00035100, IPA.00026966, IPA.00026967, IPA.00026801, IPA.00027206
- MATOS, Fátima Loureiro de (1994) – *Os bairros sociais no espaço urbano do Porto:1901-1956*. «Análise Social», Vol. XXIX (127-3º). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, p. 677-695.
- MATOS, Fátima Loureiro de (2001) – *A Habitação no Grande Porto –Uma perspectiva geográfica da evolução do mercado e da qualidade habitacional desde finais do séc. XIX até ao final do milénio*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de doutoramento.
- MESQUITA, Marieta Dá (2006) – *O Bairro do Arco do Cego: Paradigmas e Contradições*. «Artitextos», Lisboa: Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, p. 93-100.

